O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quinta-feira 31 de MARÇO de 2022 • R$ 6,00 • Ano 143 • Nº 46916
estadão.com.br

E&N Finanças globais __ B1 e B2

Brasil recebe por dia R$ 1,4 bi de capital estrangeiro na Bolsa

__ Valorização das commodities atrai os investidores externos

O Brasil voltou a ser um dos países preferidos para investidores globais do mercado financeiro e tem atraído em março, em média, R$ 1,390 bilhão por dia para a Bolsa. Os estrangeiros ignoram riscos como o desequilíbrio das contas do governo e o ambiente eleitoral. Eles buscam ativos atrelados a commodities, cujo preço disparou após a Rússia invadir a Ucrânia. O saldo entre entradas e retiradas de investidores estrangeiros na B3 já soma R$ 92 bilhões neste ano, até o pregão de segunda-feira. Em três meses de 2022, o valor está perto dos R$ 104,2 bilhões de todo o ano de 2021. A entrada desses recursos explica em parte o dólar estar cotado abaixo de R$ 5.

WERTHER SANTANA / ESTADÃO

Criatividade cidadã contra roubos em SP

Enquanto comerciantes bancam placas com alerta para assaltos em Santa Cecília (acima), em outras partes do centro paulistano cidadãos recorrem a apitos e até megafones para expor ação de ladrões. Invasão a condomínios também preocupa __ A19

Denúncia de Moro __ A10

Inquérito da PF conclui que Bolsonaro não interferiu na corporação

Após quase 2 anos, a PF encerrou investigação sobre denúncia de Sérgio Moro ao sair do governo e concluiu que Bolsonaro "agiu dentro da legalidade" ao fazer trocas no órgão.

WILL OLIVER / EFE

Cinema __ C4

Doença aposenta Bruce Willis

Diagnóstico de afasia, que afeta a fala, faz ator de 'Duro de Matar' se despedir das telas

Entrevista: Abdulrazak Gurnah __ C3

Nobel de Literatura aborda colonialismo

Al Rihla, a estrela da Copa __ A24

ADIDAS

Bola promete ser mais rápida, mas sem variar trajetória

Campeonato Paulista __ A23

São Paulo vence Palmeiras e leva vantagem para domingo

E&N Funcionalismo __ B7

Governo avalia reajuste de 5% para todos os servidores

Parlamento __ A12

Moraes bloqueia conta e deputado volta para casa para pôr tornozeleira

Daniel Silveira, acusado de ataques ao STF, havia se refugiado na Câmara para não usar o controle eletrônico.

A Guerra de Putin __ A15

Após prometer recuo militar, Rússia ataca norte da Ucrânia

Um dia depois de prometer reduzir ataques, a Rússia bombardeou arredores de Kiev e bairros de Chernihiv.

William Waack __ A12

É preciso contraste para ganhar um perfil

Thomas Friedman /*NYT* __ A16

Como derrotar Putin e salvar o planeta

Celso Ming __ B2

Troca de seis por meia dúzia na Petrobras

Notas e informações __ A3

A incrível reabilitação de Valdemar

Triunfo do PL na janela partidária marca a volta por cima do notório mensaleiro.

Lula promete arruinar a Petrobras

Tempo em SP
17° Mín. 22° Máx.

ISSN - 1516-293-1

CAMILA TURTELLI (INTERINA)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Coluna do Estadão

Por orçamento secreto, partidos entram na disputa para indicar ministros

As trocas na Esplanada dos Ministérios por causa das eleições deste ano provocaram embates entre partidos e o Palácio do Planalto nesta semana. As siglas se movimentaram e tentaram emplacar nomes, principalmente para as pastas com os cofres mais gordos, como o Ministério do Desenvolvimento Regional, para terem a garantia de que as emendas de relator, do orçamento secreto, serão pagas. O pagamento dessas emendas é muitas vezes usado como arma eleitoral pelos políticos para atrair votos em seus redutos nos Estados, o que as torna mais importantes e estratégicas neste período. Por enquanto, o governo está se programando para liberar R$ 16,5 bilhões neste ano, até dezembro.

● **BUFUNFA.** Há ainda outros R$ 18,8 bilhões de emendas do chamado orçamento secreto de anos anteriores que ainda não foram pagos. Os valores fazem crescer os olhos das lideranças que querem garantir a reeleição em outubro.

● **PRESSA.** Justamente por isso, há uma pressão para que a liberação da maior parte dos recursos ocorra antes das eleições. A lei eleitoral proíbe o pagamento de emendas nos três meses anteriores à disputa.

● **DE CASA.** O governo, no entanto, deve priorizar a nomeação de secretários executivos dos ministérios onde os titulares vão deixar o cargo. Com a saída de Tarcísio de Freitas do comando da Infraestrutura para concorrer ao governo de São Paulo, por exemplo, quem deve assumir é Marcelo Sampaio, que é também genro do ministro da Secretaria-Geral, Luiz Eduardo Ramos.

● **TUCANOU.** Desembarcando no PSDB hoje, o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia deve comandar a federação com o Cidadania no Rio e concorrer a vaga na Câmara. Ele tem sido um dos principais conselheiros políticos do apresentador José Luiz Datena, que tem planos de concorrer ao Senado.

● **TOMA QUE O FILHO É TEU.** O deputado Daniel Silveira não é mais considerado "problema" do União Brasil, internamente. Ele já comunicou seu desligamento ao líder da sigla na Câmara, Elmar Nascimento (BA), e deve migrar para o PL.

● **PROCESSO.** As oitivas das testemunhas do caso Arthur do Val no Conselho de Ética da Assembleia de São Paulo começam na terça, 5. Ele indicou como uma das testemunhas a ex-namorada, Giulia, que terminou o relacionamento com o parlamentar após o vazamentos dos áudios sexistas.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Fernando Henrique Cardoso,
ex-presidente da República

● **CANSATIVO.** Em vídeo exibido na pré-estreia do documentário *O Presidente Improvável*, em São Paulo, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) falou sobre seus anos de Presidência, ressaltando as dificuldades.

● **ÔNUS.** "É importante que a gente desnude como é difícil governar, não é fácil governar. É uma tarefa difícil que exige dedicação, e que exige compreensão de como as pessoas são. Exige muita conversa, muito diálogo", disse FHC.

COM MATHEUS LARA.
COLABOROU DANIEL WETERMAN.

PRONTO, FALEI!

Daniel José
Deputado estadual (Podemos-SP)

"Vamos para o 5º ministro da Educação em menos de 4 anos e em meio a uma crise educacional. Pagaremos a conta deste governo por muito tempo. Estamos à deriva."

CLICK

COLUNA DO ESTADÃO

Túlio Gadêlha
Deputado federal (Rede-PE)

Após eleger apenas uma deputada em 2018 e temendo cláusula de barreira, Rede aposta em "puxadores de voto". Ontem, filiou Túlio Gadêlha (PE).

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

A incrível reabilitação de Valdemar

Triunfo do PL na janela partidária marca a volta por cima do mensaleiro, que deveria estar fora da política, mas, sob Bolsonaro, tornou-se chave para o governismo

O Partido Liberal (PL) terminará a chamada janela partidária – período em que deputados federais estão autorizados por lei a trocar de partido sem perder o mandato – com a maior bancada na Câmara. Em 2018, o PL conseguiu eleger 33 deputados, um número considerável, mas suficiente apenas para fazer do partido mais uma das siglas que compõem o Centrão. Até o dia 29 passado, como mostrou recente reportagem do **Estadão**, essa bancada havia duplicado para 66 deputados, um crescimento que tem o potencial para alterar o balanço de poder na formação da nova coalizão de governo a partir de 2023. Seja quem for eleito em outubro, o próximo presidente provavelmente terá de compor com o dono do PL, o notório Valdemar Costa Neto.

O inequívoco triunfo do partido – afinal, logrou vencer uma disputa pela filiação do presidente Jair Bolsonaro e trouxe a reboque dezenas de deputados seduzidos pela expectativa de poder – representa, em última análise, o auge da reabilitação política de Valdemar Costa Neto, uma personalidade que, fosse a democracia representativa um tanto mais madura no Brasil, há muito estaria proscrita dos fóruns de decisão sobre os rumos do País.

Há quase 30 anos, Valdemar Costa Neto, então deputado e líder do governo Itamar Franco, ganhou súbita notoriedade nacional não por seus feitos legislativos, mas por ter apresentado a modelo Lilian Ramos a Itamar durante os desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro. Fotos constrangedoras daquele encontro entraram para o anedotário nacional. Desde então, Costa Neto tem se notabilizado pela adulação aos governantes de ocasião, independentemente de suas colorações partidárias ou ideologias. A tática de deixar a coerência – e os escrúpulos – de lado para parasitar o poder ao longo de todos esses anos rendeu bem mais do que projeção política ao chefão do PL.

Em 2012, Valdemar Costa Neto foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 7 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no âmbito do mensalão petista. Como cacique do PR, partido que depois seria rebatizado de PL, foi um dos artífices da montagem do esquema para compra de apoio parlamentar no primeiro mandato do petista Lula da Silva na Presidência. Costa Neto cumpriu parte da pena até 2014 e, dois anos depois, o STF declarou extinta sua punibilidade por aqueles crimes. Do ponto de vista jurídico, portanto, Valdemar Costa Neto é um cidadão quites com a Justiça. O que merece consideração são as circunstâncias de sua reabilitação política e o estado da democracia representativa no Brasil.

Alguém com um passado tão desabonador como Valdemar Costa Neto ainda ter relevância política em 2022 só é possível porque Bolsonaro é um presidente incapaz de governar o País e não tem densidade moral e política para construir uma base de apoio parlamentar genuinamente fiel a seu governo, seja por princípio, seja por afinidade programática. Até o célebre Eduardo Cunha se sentiu encorajado a voltar para a Câmara dos Deputados nesse ambiente.

Dependente do Congresso para se manter no cargo, Bolsonaro se entregou para todos os que estivessem dispostos a carregar o fardo, pagando em troca dotes para lá de generosos. Ao ingressar no PL e abraçar o Centrão, tão demonizado pelos bolsonaristas, o presidente disse se sentir "em casa". É nesse contexto que ganham projeção figuras como Valdemar Costa Neto, altamente experientes em aproveitar as deficiências de presidentes fracos.

A longevidade política de Valdemar Costa Neto e de outros da mesma estirpe também lança luz sobre a enorme incapacidade dos partidos – ou a falta de estímulo popular – para arejar suas propostas, trazê-las para o século 21 e, sobretudo, formar novas lideranças. Cabe somente aos eleitores mudar essa realidade a partir de suas escolhas nas urnas.

Enquanto os eleitores permitirem, velhos caciques continuarão ditando os rumos do País, atendendo ao interesse público apenas quando e se este coincidir com seus interesses paroquiais.●

Lula promete arruinar a Petrobras

Lula rejeita a política de desinvestimento da Petrobras que vem permitindo à empresa se reerguer depois do saque do PT. Prometeu a volta da velha política petista

Lula da Silva falando sobre como a Petrobras deve funcionar é o equivalente a Jair Bolsonaro discorrendo sobre as melhores práticas em defesa dos direitos humanos. É um deboche que o PT, depois do assalto e do aparelhamento político que realizou na petroleira, deixando-a endividada e vulnerável aos mais diversos aproveitadores, venha dizer ao País o que deve ser feito na empresa.

Diante de tudo o que foi revelado – e, vale lembrar, nada foi negado pela Justiça –, Lula deveria pedir perdão aos brasileiros pelo que seu partido fez com a petrolífera. No entanto, além de agir como se o petrolão não tivesse existido, como se o País não tivesse presenciado a brutal história de corrupção envolvendo o PT e a Petrobras, o ex-presidente anunciou que, caso volte ao poder, retomará os mesmos passos que levaram a empresa ao endividamento recorde e ao seu aparelhamento político.

Na terça-feira, Lula chamou de "destruição da Petrobras" o plano de desinvestimentos que vem sendo implementado desde o governo de Michel Temer e precisamente tem permitido à empresa reequilibrar sua dívida e retomar sua vitalidade. "Esse país precisa ter novas refinarias, ou pegar as que estão velhas e sucateadas e fazer uma renovação nelas", disse, em defesa da antiga política petista de expansão de refino. Ou seja, Lula quer a volta da política que ajudou a produzir os escândalos e os bilionários prejuízos da Petrobras. É assombroso.

O ex-presidente petista prometeu também a reedição da "política de fortalecimento das empresas nacionais". O País bem sabe o que isso significa num governo do PT. Não é fortalecimento do ambiente de negócios, aumento da produtividade nacional ou mesmo inserção da indústria nas cadeias de produção global. É, ao contrário, aquele ambiente fechado e atrasado, no qual políticos detêm poder discricionário sobre a atividade econômica, estabelecendo incentivos para alguns poucos amigos que, depois, são instados a retribuir ao partido e a suas lideranças as benesses recebidas.

Segundo Lula, é preciso "construir uma narrativa" diferente a respeito da relação entre o PT e a Petrobras. A tal narrativa petista, que Lula pede à militância que difunda País afora, é manifesta desinformação, misturando negacionismo com teoria da conspiração. O líder petista quer que os brasileiros se esqueçam das evidências trazidas por investigações policiais, confissões e mesmo devoluções de dinheiro desviado, e acreditem que a Petrobras teria sido saqueada não pelo PT, por Eduardo Cunha ou por tantos condenados no esquema do petrolão, mas pela Lava Jato em parceria com os Estados Unidos. Parece loucura, mas essa é a tese petista: a Lava Jato e os Estados Unidos seriam os causadores do rombo da Petrobras.

Por óbvio, Lula não tem nenhuma solução a oferecer sobre a Petrobras ou mesmo sobre política de preço de combustíveis. Recorre à alta da gasolina apenas para desinformar e para propagar propostas populistas, que, além de equivocadas, são o ambiente propício para a corrupção e o aparelhamento da máquina pública. "Quando o petróleo é nosso, a gasolina é mais barata, o óleo diesel é mais barato, o gás é mais barato", disse Lula, reiterando a tese petista de que o aumento dos combustíveis seria causado pelo repasse do lucro aos acionistas da Petrobras.

Perante tantas patranhas, é útil recordar algumas verdades fundamentais, como fez o ainda presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, justamente no mesmo dia em que Lula prometia bagunçar a Petrobras para atender a seus projetos de poder. Lembrou que, por lei, a petroleira "não pode fazer política pública" com os preços dos combustíveis e "menos ainda" política partidária. "Empresas que tabelaram combustíveis tiveram perda de capacidade de investimento", disse. "Essa dívida 'monstra' da Petrobras foi de tabelamento de preço." Foi por pensar assim, em primeiro lugar na Petrobras e no País, deixando em segundo plano os imperativos eleitoreiros do presidente Bolsonaro, que Silva e Luna foi demitido – e, fosse Lula o presidente, teria tido o mesmo destino.●

ESPAÇO ABERTO

Ligação Santos-Guarujá: acima de interesses políticos

Casemiro Tércio **Carvalho**

A ligação seca entre Santos e Guarujá é um pleito centenário da população da Baixada Santista. Por anos, a discussão sobre a melhor alternativa para a obra se arrasta e esbarra, principalmente, em questões políticas que impossibilitam o seu encaminhamento definitivo e a consequente melhoria da qualidade de vida nos municípios e o incremento dos negócios no Porto de Santos. Nos últimos dois anos, por meio de uma abordagem rigorosamente técnica, o projeto para a construção do túnel imerso ligando as duas margens ganhou força e avançou significativamente, ao ponto de estar, finalmente, apto a sair do papel e solucionar este gargalo histórico da região.

O governo federal reconheceu que o túnel imerso é a única opção viável e que apresenta os melhores resultados dos pontos de vista técnico, ambiental, de mobilidade urbana e acessibilidade, além de econômico, já que é a opção mais profícua para o desenvolvimento da operação portuária no País.

Além do Poder Executivo, nove Câmaras Municipais da região defendem o projeto, além de mais de 100 empresas de diferentes segmentos que apoiam a Campanha Vou de Túnel, movimento criado em julho de 2020.

Na audiência pública sobre a desestatização do Porto de Santos, realizada no dia 10 de fevereiro, o Ministério da Infraestrutura apresentou a inclusão do túnel no processo, que ocorre até o final do ano. O investimento previsto é de R$ 18,55 bilhões. Deste valor, foram reservados R$ 2,99 bilhões para o túnel, que será concessionado à parte.

Na mesma data, o governador João Doria afirmou que vai entrar na Justiça para pedir o início imediato da construção de uma ponte, caso o Estado não receba autorização do governo federal até o fim de março. A cartada política pela judicialização da obra no canal de navegação do maior porto da América Latina caminha na contramão das análises técnicas sobre a melhor alternativa para ligações secas. A criação de obstáculos físicos na área de manobra preocupa a comunidade portuária. A experiência internacional mostra que não existe ponte em rota de navegação nos principais portos do mundo.

> *É incontestável que o túnel imerso é a única alternativa viável e que respeita a boa engenharia para a ligação seca*

A ponte gera impedância operacional, pois implica mudanças como tempo de manobra e, dependendo do calado aéreo dos grandes navios, pode limitar a evolução da balança comercial. Esta redução da velocidade dos navios pode criar um efeito-cascata na entrada de um canal já estreito, como o de Santos, repercutindo em filas e impactando negativamente na operação, além de ampliar o risco de acidentes. Não exaustivo, a montante da ponte temos nada menos do que o terminal de líquidos que opera os derivados de petróleo de quatro refinarias da Petrobras, o que num eventual acidente envolvendo a ponte provocaria uma crise de abastecimento no resto do País.

Além do consenso no âmbito da engenharia sobre o fato de que uma ponte repercutiria negativamente na operação do porto, é fundamental a defesa dos interesses da sociedade. O projeto da ponte seria viabilizado a partir de uma prorrogação de um contrato de concessão existente e que já cobra tarifas com valores exorbitantes.

A questão que vem à tona é: quem seriam os beneficiários de uma possível construção da ponte? O interesse público não pode ser negligenciado em prol do lucro de grandes empresas concessionárias, especialmente num projeto de infraestrutura estratégico como a ligação seca.

No caso do túnel, além de garantir a segurança na travessia, os números atestam o seu impacto positivo para a sociedade. A via atenderá mais de 40 mil pessoas e o trajeto será feito em menos de cinco minutos, o que representa um grande avanço para a mobilidade urbana. Com uma distância de apenas 854 metros e localização estratégica, a obra é, também, a opção mais econômica.

Com o objetivo de informar a população e os gestores públicos sobre todas as vantagens do projeto, a Campanha Vou de Túnel, em parceria com a União dos Vereadores da Baixada Santista, promoveu, no dia 18 de março, o 1.º Fórum Vou de Túnel de Mobilidade Urbana. O evento contou com a participação do ministro Tarcísio de Freitas e de outras autoridades e especialistas para aprofundar o debate técnico sobre o tema. Mais uma vez, Freitas deixou claro que o túnel é a melhor alternativa para a ligação seca e reafirmou que a obra será viabilizada economicamente dentro do processo de desestatização do Porto de Santos.

A ligação seca representa uma grande oportunidade para o endereçamento de uma reivindicação popular com impactos econômicos e sociais relevantes. A decisão final sobre a obra não pode, em hipótese alguma, estar atrelada a contornos ou rivalidades políticas.

A tomada de decisão deve priorizar a população dos municípios, o uso responsável dos recursos públicos e o futuro do principal ativo da balança comercial brasileira: o Porto de Santos. É evidente que tais fatores devem estar à frente de qualquer viés político ou interesses empresariais e individuais. Pressões ou manobras políticas não podem interferir na definição técnica sobre a obra. Diante dos pontos elencados, é incontestável que o túnel imerso é a única alternativa viável e que respeita a boa engenharia para a ligação seca entre Santos e Guarujá. ●

ENGENHEIRO NAVAL, PORTA-VOZ DA CAMPANHA VOU DE TÚNEL, FOI CEO DA SANTOS PORT AUTHORITY

FÓRUM DOS LEITORES

Educação

Auxílio para refugiados

Fapesp lança uma oferta de bolsas para 'pesquisadores em risco' (**Estado**, 29/3, A17). São Paulo e o Brasil só têm a lucrar com iniciativas como esta, mostrando a grande visão de futuro desta fundação exemplar de apoio à ciência. Além de seu aspecto humanitário, ela compensa, de certa forma, a fuga de cérebros promovida por uma política científica inconsequente que tem assolado o Brasil. Que venham muitos jovens promissores para o País.

Eurico Cabral de Oliveira
oliveiraeurico499@gmail.com
São Paulo

Governo Bolsonaro

A cargo de quem, afinal?

Gabinete do ódio, gabinete cloroquínico na Saúde, gabinete bíblico na Educação, e por aí vai. Quem governa o Brasil, afinal? Sinto-me violentamente ofendido quando alguém tem o desplante de dizer que há 3 anos e 3 meses não temos corrupção no Brasil. E, novamente, vem a ladainha das indisposições alimentares de Jair Bolsonaro. Duvido que ele participe dos debates eleitorais. Vai ter uma dorzinha de barriga atrás da outra.

Nelson Penteado de Castro
pentecas@uol.com.br
São Paulo

'O bem contra o mal'

Em seu editorial *O inferno são os outros* (29/3, A3), o **Estado** usa a clássica expressão popularizada por Sartre para destrinchar o discurso bolsonarista do "bem contra o mal", característico da prosódia totalitária dos que necessitam de um inimigo para unir sua tropa de choque em "batalha espiritual", na absurda "narrativa sobrenatural". Bolsonaro e sua tropa são o *bem* que bem tentaram destruir a educação e a cultura do País, a Floresta Amazônica e o meio ambiente, a saúde do povo contra as vacinas e os cuidados durante os dois anos de pandemia, em meio ao permanente ataque às instituições democráticas, tentando desmoralizar as urnas eletrônicas para reintroduzir o voto impresso. Após três anos e três meses de desgoverno, é preciso desviar a atenção dos eleitores para disputas entre demônios e anjos, no mundo da demagogia dos totalitários sem ideias nem ideais.

Paulo Sergio Arisi
paulo.arisi@gmail.com
Porto Alegre

Cinismo

Perfeito o editorial *O inferno são os outros*. Se o atual presidente, cujo governo profana a *Bíblia Sagrada* e faz troça com a morte de 650 mil brasileiros, com a agravante de articular um golpe bilionário na compra de vacinas, diz representar "o bem contra o mal", então é porque o cinismo já nem é mais disfarçado. A sua imagem colada ao rosto de Fernando Collor de Mello diz mais que mil palavras.

Sandro Ferreira
sandroferreira94@hotmail.com
Ponta Grossa (PR)

Discernimento

A luta de Bolsonaro para distinguir o bem do mal revela a completa ausência de discernimento do presidente brasileiro. Essa carência é marca genuína de sua personalidade desconexa, que o conduz a atitudes imprevisíveis e totalmente em desacordo com as soluções que a situação requer. Tal comportamento repetitivo está se materializando aos poucos no espírito do eleitor, que vai se convencendo da precariedade do governo em curso e da inviabilidade de sua manutenção. Aos demais candidatos resta separar o joio do trigo para evitar mais quatro anos de desleixo e resultados negativos para a Nação.

Lairton Costa
lairton.costa@yahoo.com
São Paulo

PSDB

Respeito às prévias

Eduardo Leite, com Aécio Neves, Tasso Jereissati e outros do PSDB, quer atrair Michel Temer, Simone Tebet e o Cidadania de Roberto Freire para se lançar como candidato da terceira via no lugar de João Doria. Que menino mimado é este, que não sabe perder? E aos que apoiarem este golpe abaixo da linha da cintura, meus pêsames. Onde está a sua honra? Como confiar em gente que faz isso contra um candidato que venceu as prévias do próprio partido?

Eliana França Leme
efleme@gmail.com
Campinas

Meio ambiente

Crimes na Amazônia

Excelente a matéria *Ecossistema de crimes na Amazônia* (**Estado**, 29/3, A22 e A23). Mostra a gênese do problema, mas aponta timidamente a solução, ou seja, a necessidade de tratar os delitos ambientais como crimes de primeira categoria, em vez da atual "segunda categoria".

César Eduardo Jacob
cesared30@gmail.com
São Paulo

A TECNOLOGIA

DA NOVA GERAÇÃO EM MOVIMENTO.

HAVAS GROUP

PARCELA FINAL
RESIDUAL

RECOMPRA GARANTIDA

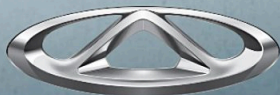
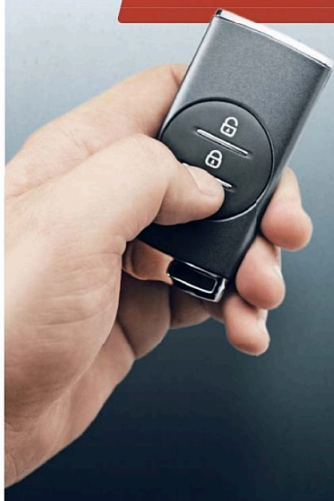
ESCANEIE O
QR CODE
E SAIBA MAIS.

NOVO
TIGGO 5X PRO

35 PARCELAS de
R$ 1.790,00

PRONTA-ENTREGA

NOVO
TIGGO 7 PRO

35 PARCELAS de
R$ 2.190,00

PRONTA-ENTREGA

CAOA CHERY
QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

No trânsito, sua responsabilidade salva vidas.

154.990,00 à vista, válido para cores metalizadas e perolizadas, ou financiado com a Financeira Alfa nas seguintes condições: entrada mínima de R$ 77.495,00 (50%), parcelas mensais de R$ 1.767,45 até 35 meses mais 1 prestação residual de R$ 203.119,20 (valor financiado de R$ 77.495,00 + R$ 2.300,00 de tarifa) e saldo residual de R$ 61.996,00 (40% do valor do bem). O valor das 35 parcelas será de R$ 79.795,00 x 0,02215 = R$ 1.767,45. Primeira prestação fixa com encargos podem variar em função da entrada e do prazo. Condição exclusiva para a Rede de Concessionárias CAOA Chery D21 Motors. Consulte os modelos, cores, itens e versões. 2. Tiggo 7 Pro 1.6 Turbo, cor sólida, ano/modelo 2022/2023, mínima de R$ 95.995,00 (50%), parcelas mensais de R$ 2.164,45 até 35 meses mais 1 prestação residual de até R$ 76.796,00 (40% do valor do bem). Tarifa de Cadastro de R$ 2.300,00 e custo de registro de contrato a depender do Estado. valor das 35 parcelas será de R$ 98.295,00 x 0,02202 = R$ 2.164,45. Primeira prestação fixa com vencimento para 30 dias do fechamento do financiamento. Condições de financiamento sujeitas a análise e aprovação de crédito, bem como Consulte os modelos, cores, itens e versões. 3. Tiggo 8 TXS, ano/modelo 2022/2023, por R$ 203.990,00 à vista. Válido para cores metalizadas e perolizadas. 3.1. Plano 100% CAOA Chery: Tiggo 8, ano/modelo 2022/2023, por R$ 203.990,00 R$ 81.596,00 (40% do valor do bem). Tarifa de Cadastro de R$ 2.300,00 e custo de registro de contrato a depender do Estado. Exemplo: preço sugerido Tiggo 7 Pro 2022/2023, entrada de R$ 101.995,00 (50%), valor financiado total de R$ para 30 dias do fechamento do financiamento. Condições de financiamento sujeitas a análise e aprovação de crédito, bem como demais condições do produto vigentes na data da contratação. O custo efetivo total, as taxas e os encargos do Banco Alfa, com prêmio de seguro pago pela Assochery (Associação dos Concessionários CAOA Chery), com assistência a vidros, assistência 24 horas e carro reserva, válido para os modelos Tiggo 2, Tiggo 5X, Tiggo 7, Tiggo 8, Arrizo 5 Será observada a classe de bônus a que o segurado tem direito. Qualquer alteração desejada pelo segurado somente será processada após a emissão da apólice por meio de endosso, segundo as condições tarifárias vigentes na data do do seguro estará sujeita à análise do risco. O registro desse plano na SUSEP não implica, por parte da autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O segurado está ciente, conforme Lei 12.741/2012, de que incidem sobre enquanto durarem os estoques. Todos com perfil único em todo o Brasil, exceto para o Estado do Rio de Janeiro, que possui as condições a seguir: para os veículos comercializados no Estado do Rio de Janeiro, haverá um desconto na tarifa calculado no sistema da Alfa (já com o desconto comercial + desconto de R$ 500,00 relativo ao bônus a ser cobrado da concessionária). Condições de financiamento sujeitas a análise e aprovação de crédito e demais condições do produto Concessionárias D21 Motors. Consulte demais modelos, cores, itens e versões nas concessionárias autorizadas. As condições podem ser alteradas a qualquer momento sem prévio aviso, em função de mudanças do mercado. As promoções Automotores – PROCONVE. Promoções válidas até 31/03/2022 ou enquanto durarem os estoques. Mais informações: www.d21motors.com.br/ofertas.

ESPAÇO ABERTO

Políticos nas mídias sociais: acima das regras?

Caio Machado e Victor Vicente

O que separa a nudez artística da obscena? A discussão é complicada, mas as mídias sociais oferecem uma resposta simples: sua fama, número de seguidores ou influência. Se as mídias sociais removem automaticamente aos milhões conteúdo de nudez, algumas pessoas conseguem ser exceções a essa regra. É o caso, por exemplo, da cantora Madonna, que teve uma sessão de fotos sensuais removida, ou o cartaz do filme *Mães Paralelas*, de Pedro Almodóvar, que exibia um grande mamilo feminino. Ambos voltaram ao ar graças ao clamor público contra a censura à arte. Enquanto isso, museus de Viena, uma das capitais culturais da Europa, tiveram de albergar o seu conteúdo na plataforma OnlyFans – conhecida por tolerar nudez –, porque as mídias sociais do mainstream removiam sistematicamente as obras de arte publicadas em suas plataformas.

Infelizmente, a "regra" não é igual para todos, e, caso algumas partes estratégicas do chamado Projeto de Lei das Fake News (ou PL 2.630) forem aprovadas, os políticos irão gozar de privilégios verdadeiramente obscenos nas redes sociais.

Recentemente, documentos obtidos pelo *The Wall Street Journal* revelaram que executivos da Meta, dona do Instagram, reconheciam que alguns perfis, entre eles o de celebridades, tinham aval para burlar as regras da plataforma. Isso fez com que o jogador Neymar, por exemplo, pudesse mostrar fotos íntimas de uma mulher que o havia acusado de estupro. O conteúdo, com nudez, foi visto por milhões de pessoas antes de ser removido pela plataforma. O perfil de Neymar também não foi banido. Este programa de VIPs, chamado XCheck, deixou claro que há exceções na regra sobre moderação de conteúdo.

Se a moderação funcionasse para Neymar, o conteúdo com nudez teria sido deletado quase que instantaneamente. A própria Meta, após maior escrutínio público, reconheceu os problemas do XCheck e afirmou estar revisando essa política.

> *Se partes estratégicas do Projeto de Lei das Fake News forem aprovadas, eles irão gozar de privilégios verdadeiramente obscenos nas redes*

Um dos grandes problemas do "vipismo" nas mídias sociais é a falta de transparência na atribuição de privilégios a usuários. Essas escolhas são feitas de forma opaca, mas carregam importantes efeitos na forma como impactam o debate público. No Brasil, temos uma oportunidade importante de ampliar a transparência das plataformas com o PL 2.630, que traz um avançado rol de obrigações de prestação de contas das plataformas. Contudo, a última versão do projeto carrega um *vírus* que pode sabotar sua finalidade.

O projeto prevê uma ampliação distorcida do direito constitucional da imunidade parlamentar "às plataformas mantidas pelos provedores de aplicação de mídias sociais". Com isso, abre-se uma brecha para que a imunidade seja utilizada como escudo contra a moderação de conteúdo realizada pela autorregulação das plataformas. O PL 2.630 pode obrigar a criação de um XCheck feito sob medida para os parlamentares brasileiros.

Essa previsão não dá direito total para que políticos cometam crimes online, mas certamente será instrumentalizada por ocupantes de cargos públicos que queiram se blindar da moderação de conteúdo. Isso prejudicaria gravemente o combate efetivo à desinformação, ao discurso de ódio e ao uso abusivo das mídias sociais por parlamentares e governantes. O desdobramento disso seria a utilização abusiva da imunidade visando a impossibilitar que a plataforma exerça seu direito de moderação de conteúdo para retirar ou mediar postagem de algum ocupante de cargo público.

A moderação é um mecanismo essencial para o combate à desinformação nas redes e é um direito consagrado no modelo de responsabilidade das plataformas no Marco Civil da Internet.

Compreendendo que esta pode ser uma porta para abusos por atores políticos que disseminam desinformação e que vão se utilizar desse dispositivo para barrar ações contra conteúdos de ódio, violentos ou de desinformação, é preciso que seja excluído o que se encontra, atualmente, no artigo 22, parágrafo 5.º, dessa proposta legislativa.

As mídias sociais ainda precisam avançar muito com relação à transparência e à prestação de contas para a sociedade, inclusive no que tange às diferenciações que fazem entre usuários. O PL 2.630 oferece importantes avanços neste campo. Contudo, a redação atual inseriu um dispositivo de alargamento da imunidade parlamentar que pode ser distorcido e instrumentalizado por agentes políticos para escaparem à moderação de conteúdo legítimo, blindando suas contas para espalhar desinformação, discurso violento e de ódio. Esse aspecto do projeto precisa cair urgentemente. ●

SÃO, RESPECTIVAMENTE, COFUNDADOR DO INSTITUTO VERO, DOUTORANDO E MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS POR OXFORD, MESTRE EM DIREITO PELA SORBONNE, BACHAREL EM DIREITO PELA USP E PESQUISADOR NA UNIVERSIDADE DE OXFORD; E HEAD DE CONTEÚDO NO INSTITUTO VERO E COORDENADOR DE EDUCAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO NO BRAZILIAN INSTITUTE OF DATA SCIENCE (BIOS), SEDIADO NA UNICAMP

TEMA DO DIA

MARIO ANZUONI/REUTERS E INSTAGRAM/@FLAKESBRAZIL

Do Brasil até Britney

Britney Spears compartilha vídeo com ovo de Páscoa feito em Rondônia

Os donos da confeitaria Flakes, que fica em Porto Velho, capital de Rondônia, tiveram uma grata surpresa na noite desta terça-feira, 29: Britney Spears compartilhou um vídeo com um de seus ovos artesanais de Páscoa. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "De Rondônia para o mundo. Agora sim o brasileiro tem seu lugar."
FABIO FRANCO

● "Se fosse comigo já tinha desmaiado de emoção."
ANNE CARDOSO

● "Só quem ganha em dólar para comprar um ovo de Páscoa com o preço que tá."
FABIANA MARESIA

● "Adoro quando a internet provoca esse tipo de emoção, como esta que a artista provocou na empresa."
MARCIA ALBUQUERQUE

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

ASHLEY GILBERTSON/THE NEW YORK TIMES

The New York Times

Plantar árvores pode ajudar ou prejudicar o mundo. ●
www.estadao.com.br/e/arvores

Imposto de Renda

Saiba como e se vale a pena parcelar o saldo devido. ●
www.estadao.com.br/e/parcelar

Podcast

Estadão Notícias: análises do Brasil e do mundo. ●
www.estadao.com.br/e/podcast

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Investigação

PF não vê interferência de Bolsonaro e encerra inquérito após denúncia de Moro

Relatório final da corporação afirma que presidente agiu 'dentro da legalidade' ao promover trocas no órgão; documento é enviado a Alexandre de Moraes, do Supremo

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

Em relatório final, a Polícia Federal afirmou que o presidente Jair Bolsonaro não interferiu politicamente na corporação e descartou a prática de crime por parte do chefe do Executivo. A PF encerrou ontem inquérito aberto com base em acusações feitas pelo ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro, e enviou suas conclusões ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Segundo o relatório, "dentro dos limites da investigação", não há elementos mínimos para indiciar Bolsonaro na esfera penal.

A apuração se estendeu por quase dois anos. Em abril de 2020, ao anunciar sua saída do governo, Moro – hoje pré-candidato à Presidência pelo Podemos – acusou Bolsonaro de ingerência no comando da PF e nas superintendências do órgão nos Estados para obter acesso a informações sigilosas e dados de inteligência. Segundo o ex-juiz, o presidente pretendia blindar familiares e aliados de investigações.

JOSÉ DIAS/PR

Bolsonaro durante agenda em Parnamirim (RN); em depoimento, presidente negou interferência na PF

'PRAXE'. Em três volumes encaminhados a Moraes, com cerca de 50 páginas cada um, o delegado Leopoldo Soares Lacerda sustenta que Bolsonaro não cometeu crime porque "cabe ao presidente nomear e exonerar o diretor-geral da Polícia Federal, independentemente de indicação ou referendo do ministro da Justiça". À época da demissão de Moro, Bolsonaro havia exonerado o então diretor-geral da PF, Maurício Valeixo, homem de confiança do então ministro da Justiça.

"O presidente me disse que queria ter uma pessoa do contato pessoal dele, que ele pudesse colher informações, relatórios, seja diretor, superintendente", disse Moro, na ocasião do desligamento de Valeixo. Em suas conclusões, no entanto, a PF diz que "os atos foram realizados dentro da legalidade e formalizados conforme a praxe administrativa" e "os vastos elementos reunidos nos autos demonstram a inexistência de ingerência política que viessem a refletir diretamente nos trabalhos de Polícia Judiciária da União".

> **Tempo**
> **Com diversos pedidos de renovação, investigação sobre ingerência na PF durou cerca de dois anos**

MORO. O delegado responsável por concluir a investigação também eximiu Moro do crime de "falsa imputação" de delito e pediu o arquivamento do caso. "No decorrer dos quase dois anos de investigação, 18 pessoas foram ouvidas, perícias foram realizadas, análises de dados e afastamentos de sigilos telemáticos, implementados. Nenhuma prova consistente para a subsunção penal foi encontrada", escreveu Lacerda. "Todas testemunhas foram assertivas em dizer que não receberam orientação ou qualquer pedido, mesmo que velado, para influenciar investigações conduzidas na PF."

Moro questionou o relatório da PF. "A Polícia Federal produziu um documento de 150 páginas para dizer que não houve interferência do presidente na PF. Mas, certamente, as quatro trocas de diretores da PF falam mais alto do que as 150 páginas desse documento", escreveu o ex-ministro, ontem, nas redes sociais.

APURAÇÃO. Ainda em abril de 2020, o Supremo atendeu ao pedido da Procuradoria-geral da República para apurar as denúncias de Moro. O então ministro Celso de Mello afirmou que, apesar da posição de eminência do presidente da República, era necessário reconhecer "a possibilidade de responsabilizá-lo, penal e politicamente, pelos atos ilícitos que eventualmente tenha praticado no desempenho de suas magnas funções".

A investigação autorizada por Celso de Mello, que começou com prazo inicial de 60 dias, foi renovada várias vezes e chegou a ficar parada por quase um ano. O caso foi retomado em julho do ano passado.

Nesses dois anos, também houve imbróglio envolvendo o depoimento de Bolsonaro. Em meio a embates com o Judiciário, o presidente disse que não iria depor presencialmente, mas depois recuou. Em novembro, Bolsonaro foi ouvido, no Planalto. Afirmou que "jamais houve qualquer intenção" de interferir na PF quando "pediu" mudanças no órgão. ●

Rosa Weber mantém investigação contra presidente por prevaricação

PEPITA ORTEGA

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, negou ontem o pedido do procurador-geral da República, Augusto Aras, para arquivar a investigação aberta contra o presidente Jair Bolsonaro por suspeita de prevaricação envolvendo a vacina indiana Covaxin. Rosa rechaçou a alegação de Aras de que "não seria possível identificar a atribuição ao chefe de Estado do dever de ofício de reportar irregularidades de que teve ciência, no âmbito da administração pública federal, aos órgãos de fiscalização e investigação".

Na avaliação da ministra, "ao ser diretamente notificado sobre a prática de crimes funcionais (consumados ou em andamento) nas dependências da administração federal direta, ao presidente da República não assiste a prerrogativa da inércia nem o direito à letargia, senão o poder-dever de acionar os mecanismos de controle interno legalmente previstos, a fim de buscar interromper a ação criminosa – ou, se já consumada, refrear a propagação de seus efeitos –, de um lado, e de 'tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados', de outro".

Rosa considerou "inviável" acolher o parecer de Aras, favorável a Bolsonaro, e mandou os autos da investigação de volta ao chefe do Ministério Público Federal, "para as providências que reputar cabíveis". A Procuradoria, por sua vez, prepara um recurso contra a decisão da ministra, para que o caso seja analisado pelo plenário do Supremo. O entendimento do órgão é o de que o despacho de Rosa Weber "fere o princípio acusatório".

NOTÍCIA-CRIME. O inquérito apura se Bolsonaro cometeu crime de prevaricação por não ter alertado os órgãos de investigação sobre indícios de corrupção nas negociações para compra da vacina indiana Covaxin pelo Ministério da Saúde. A investigação foi aberta após notícia-crime oferecida por senadores que integraram a CPI da Covid.

O caso foi levado ao Supremo depois que o deputado Luis Miranda (DEM-DF) e seu irmão, Luis Ricardo Miranda, que é servidor do Ministério da Saúde, disseram, durante depoimento, que o presidente da República ignorou alertas a respeito de suspeitas de irregularidades no processo de aquisição do imunizante contra a covid-19 pelo governo. ●

> **Entendimento**
> **Ministra considera que o presidente não tem a 'prerrogativa da inércia' diante de ação criminosa**

William Waack

Profil durch kontrast

Ao fim da era petista, Lula era o líder popular que desperdiçou uma chance histórica (o ciclo das commodities), presidiu o maior esquema de corrupção da história brasileira e apontou uma sucessora inepta que levou o Brasil à maior recessão enfrentada por um país que não estava em guerra. Hoje, recuperou de maneira formidável a imagem e é tido por ex-adversários como salvador da democracia.

Esse perfil vem pelo contraste com o seu principal adversário, Jair Bolsonaro. Lula nunca foi um radical e continua não sendo. Nunca foi um político de grandes ideias, seu "movimento" político é ele mesmo e mais ninguém. O lulismo (como o varguismo, o peronismo) é a figura de quem lhe empresta o nome, e não deixa sucessores. Sua "genial" jogada política de conquistar um ex-adversário para ter "o centro" a bordo é apenas o óbvio de quem sabe que, sozinho, não ganha.

A "fortuna" de Lula, no sentido que Maquiavel deu à expressão, é Bolsonaro. O atual presidente desperdiçou uma rara onda disruptiva, em boa parte nascida do antipetismo, que expressava um profundo desejo de mudança. Sem saber fazer política, além de vociferar boçalidades para seguidores nos cercadinhos físicos (porta do palácio) e mentais, ressaltou o patrimonialismo, cedeu instrumentos de poder do Executivo para

> ***A expressão alemã, que vale para políticos e carros, diz que é preciso um contraste para se ganhar um perfil***

o Legislativo e deixa o País governado por aqueles que estavam envolvidos com Lula nos piores momentos da "política".

Vale a pena repetir: o Centrão, e o que ele possa significar (moralmente, inclusive), está perfeitamente à vontade com Lula ou com Bolsonaro. Seus caciques estão empenhados em garantir seu próprio poder, o que significa formar bancadas nutridas sem as quais nenhum dos dois líderes das pesquisas será capaz de governar.

Nesse sentido, para citar o sociólogo Bolívar Lamounier, a "armadilha da renda média" na qual o Brasil se encontra, com produtividade e crescimento estagnados há décadas, é a armadilha perfeita. Ela gerou um sistema político e de governo que sustenta e é sustentado pelo patrimonialismo que não tem noção de nação ou sequer da urgência de se combater desigualdade e injustiças sociais – as mazelas de sempre, da qual falamos sempre.

De novo parece estar se fechando uma janela de oportunidade para se livrar do que Lula e Bolsonaro representam. Ao se fechar, ela favorece Lula em duas medidas importantes. A inflação é o arrasto que torna Bolsonaro um favorito a perdedor. E a guerra lá fora dá ao Brasil, paradoxalmente, algumas vantagens típicas de um país isolado.

A fortuna está com Lula. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR DO JORNAL DA CNN

SEG. Carlos Pereira (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** João Gabriel de Lima ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Supremo

Moraes bloqueia conta; Silveira diz que vai usar tornozeleira

Deputado passou 24h na Câmara para evitar ordem, mas recuou após imposição de multa e inquérito por desobediência

GABRIELA BILO/ ESTADÃO

Silveira deixa gabinete, onde dormiu; deputado é investigado no inquérito que apura ataques ao STF

Após descumprir a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, e se recusar a usar tornozeleira eletrônica, o deputado Daniel Silveira (União Brasil-RJ) desistiu de se refugiar na Câmara e afirmou, na noite de ontem, que iria para casa. A mudança de atitude ocorreu após Moraes impor uma multa diária de R$ 15 mil caso o parlamentar continuasse se negando a colocar o equipamento.

"Eu pagaria R$ 15 mil diariamente?", disse Silveira, ao ser questionado sobre o motivo do recuo. "Eu vou colocar (*a tornozeleira*) por imposição de sequestro de bens", declarou o deputado. Além da multa, Moraes determinou o bloqueio de contas do parlamentar e a abertura de investigação para apurar se ele cometeu crime de desobediência. O ministro também mandou o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), marcar data, horário e local para a instalação da tornozeleira no deputado.

Na tarde de ontem, a Polícia Federal e a Polícia Penal do Distrito Federal estiveram na Câmara para cumprir a determinação do ministro. Silveira, contudo, estava no plenário, local considerado pela cúpula da Casa como "inviolável", e se negou a colocar o equipamento.

Acusado de promover ataques ao Supremo e de fazer apologia do Ato Inconstitucional n.º 5 (AI-5), Silveira havia montado acampamento em seu gabinete, onde dormiu na noite de anteontem, e se negava a sair da Câmara para evitar colocar o equipamento.

Moraes considerou "esdrúxula" a atitude de Silveira. "O réu utiliza-se da Câmara para esconder-se da polícia e da Justiça, ofendendo a dignidade do Parlamento, ao tratá-lo como covil de foragidos da Justiça", escreveu Moraes em despacho dado horas após a PF informar que Silveira, mesmo notificado, havia ignorado a ordem de uso da tornozeleira.

CONDIÇÃO. Silveira declarou na tarde de ontem, no plenário, que "até" aceitaria usar tornozeleira, mas apenas depois que os deputados votassem se a decisão poderia ou não ser aplicada. "Não adianta eu chegar aqui e dizer 'aceito' e abrir um precedente contra o Poder Legislativo e uma escalada de autoritarismo por uma única pessoa." No dia anterior, ao anunciar que dormiria na Câmara, Silveira chamou Moraes de "medíocre" e falou em "petulância" do ministro.

Mais cedo, Lira, que estava ontem em Alagoas, defendeu, em nota, a inviolabilidade da Câmara, mas indicou seu descontentamento com Silveira. "Condeno o uso midiático das dependências da Câmara, mas sou guardião da sua inviolabilidade. Não vamos cair na armadilha de tensionar o debate para dar palanque aos que buscam holofote", disse.

JULGAMENTO. Lira cobrou uma definição do STF para a situação judicial de Silveira, e o presidente da Corte, Luiz Fux, marcou o julgamento do caso para 20 de abril – os ministros vão analisar denúncia contra o deputado por ameaça e por incitar a animosidade entre a Corte e as Forças Armadas.

Solto em novembro, Silveira ficou submetido a medidas cautelares, como proibição de contato com outros investigados nos inquéritos das fake news e das milícias digitais. Na semana passada, porém, ele voltou a atacar o Supremo e esteve com o empresário investigado Otávio Fakhoury. ● IANDER PORCELLA, PEPITA ORTEGA, RAYSSA MOTTA E WESLLEY GALZO

Para lembrar

Prisão ocorreu após vídeo contra o Supremo

● **Prisão**

O deputado Daniel Silveira (União-RJ) foi preso em fevereiro de 2021, após divulgar vídeo com apologia do AI-5 e discurso de ódio contra integrantes do Supremo. A determinação partiu do ministro Alexandre de Moraes.

● **Denúncia**

A decisão de Moraes foi confirmada pelo plenário do STF. No mesmo dia, a Procuradoria-Geral da República apresentou denúncia contra Silveira por grave ameaça e incitação à animosidade entre o tribunal e as Forças Armadas. O plenário da Câmara referendou a prisão do parlamentar.

● **Tornozeleira**

Silveira foi solto em novembro, submetido a uma série de medidas cautelares. Apesar disso, ele voltou a atacar o Supremo e a PGR defendeu o monitoramento do deputado por tornozeleira.

● **Supremo**

No fim de semana, Moraes atendeu ao pedido da PGR e determinou que o deputado voltasse a usar o equipamento. Silveira se recusou, mas recuou após imposição de multa e bloqueio de conta.

LEILÕES

VEÍCULOS SUCATAS MATERIAIS IMÓVEIS JUDICIAIS

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÕES OS INTERESSADOS DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÕES DIÁRIOS DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE

DE 04 À 09/04/22, ÀS 09h30

VEÍCULOS DE PASSEIO, MOTOS E UTILITÁRIOS, INTEIROS E SINISTRADOS.

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192 - Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

bradesco **SOMENTE ONLINE**

06/04, ÀS 14h

LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS DO GRUPO BRADESCO

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192 - Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

SOMENTE ONLINE

14/04, ÀS 14h

LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS DE FINANCIAMENTO

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192 - Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

LEILÃO DE SUCATAS DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE

DE 04/04/22, ÀS 13h30

CARROS, MOTOS, PERUAS, UTILITÁRIOS LEVES E OUTROS.

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192 - Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

LEILÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

SOMENTE ONLINE

DE 04 À 08/04, ÀS 15h

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E DE TERRAPLANAGEM, INFORMÁTICA, ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, TELEFONIA, SUCATAS DIVERSAS E OUTROS.

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.

Mariana Lauro Sodré Santoro Batochio, Leiloeira Oficial JUCESP nº 641.

LEILÕES DIÁRIOS DE VEÍCULOS

CARROS, MOTOS, CAMINHÕES E UTILITÁRIOS LEVES

02/04, ÀS 9h30, ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS

MERCEDES-BENZ C300 SPORT 2.0 20/20

MERCEDES-BENZ GLB200 20/21 - BLINDADO

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192 - Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

MATERIAIS

04/04, ÀS 15h, EMPILHADEIRA MAXIMAL FL45T MIWE3 - 2016

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.
Mariana Lauro Sodré Santoro Batochio, Leiloeira Oficial JUCESP nº 641.

As visitações aos lotes serão das 08h as 09h30, segunda à sexta-feira, com exceção ao Pátio Dutra - Guarulhos 1 (Rod. Dutra km 223,5), que permanecerá com as visitações suspensas temporariamente. As visitações se darão dentro das normas de segurança e distanciamento social, com uso obrigatório de máscaras, álcool gel e aferição de temperatura. Será limitado o número de visitantes sumultâneos, para evitarmos aglomerações. Outros serviços e atendimentos presenciais, permanecem suspensos.

 FACEBOOK.COM/SODRESANTORO INSTAGRAM.COM/SODRESANTORO YOUTUBE.COM/USER/LEILAOSODRESANTORO (11) 2464-6464 www.sodresantoro.com.br

Aponte a câmera do seu celular para o código e acesse agora nosso site

NOTAS E INFORMAÇÕES

Comunicação pública, benefícios privados

Os órgãos de controle e o eleitorado precisam estar atentos ao uso da máquina pública nas campanhas

Do que se tem notícia, o astronauta Marcos Pontes passou seus três anos de comando do Ministério da Ciência e Tecnologia no mundo da lua. Sua pasta foi um exemplo de inoperância, enquanto no mundo sublunar seu chefe disseminava obscurantismo e desmantelava órgãos de pesquisa. A poucos minutos do jogo entre Brasil e Bolívia pelas eliminatórias da Copa, Pontes surgiu em cadeia nacional para louvar os triunfos científicos do governo.

Pontes é um dos oito a dez ministros que devem deixar o cargo para disputar as eleições, na maior debandada desde a redemocratização. Serão cerca de 40% das pastas. Nos outros governos o índice variou entre 20% e 30%.

O pronunciamento em cadeia nacional é um instrumento crucial da comunicação pública conferido aos Poderes da República e ministros de Estado para divulgar assuntos de interesse nacional.

É difícil imaginar um assunto de maior interesse do que a pandemia de um vírus letal – tanto mais por ter sido acompanhada de uma feroz "infodemia" –, que impactou todos os âmbitos administrados na Esplanada dos Ministérios.

Mas em 2020, nenhum ministro falou à população em cadeia nacional. Era o auge do pânico – mas longe das eleições federais. Em 2021, foram oito pronunciamentos. Nos três meses de 2022, já foram seis – cinco por pré-candidatos.

O Ministério Público (MP) também acusa o uso de aviões da FAB por parte de ministros para participar de eventos de natureza eleitoral. Segundo o MP, Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Fábio Faria (Comunicações) teriam se deslocado para compromissos oficiais e realizado "pedido explícito de votos". Outros, como Ciro Nogueira (Casa Civil) ou Marcelo Queiroga (Saúde), também fizeram uso incomum das aeronaves para participar de eventos em seus redutos eleitorais.

Há poucos dias, funcionários da TV Brasil divulgaram nota protestando contra o aparelhamento da emissora: desde que foi fundida com a emissora do governo (TV NBR), multiplicam-se as entrevistas com ministros e quadros do governo e censuras internas a matérias críticas ao Planalto. "Não há mais como o telespectador diferenciar o que é comunicação pública", diz a nota, "e a TV do governo, com conteúdo pago por contrato com a Secretaria de Comunicação."

Enquanto os correligionários de Jair Bolsonaro tentam censurar artistas, sua propaganda corre solta na TV, rádio, rede digital, comícios, motociatas, igrejas e compromissos oficiais. É público e notório que Bolsonaro, seguindo os passos de seu antípoda, Lula da Silva, jamais tirou os dois pés do palanque. A diferença é que agora é ele quem tem as duas mãos na máquina pública.

É flagrante que figuras alçadas da mais espessa obscuridade para a Esplanada dos Ministérios, como Abraham Weintraub ou Damares Alves, usaram suas pastas para se autopromover. Agora outros pré-candidatos entram na dança. Os órgãos de controle precisam estar com os olhos bem atentos a esses abusos. Mas o maior controle é do eleitor. Cabe a ele, nas urnas, afastar da máquina pública tantas mãos que a manipulam para suas ambições privadas.●

Eleições 2022

Bolsonaro muda cúpula militar ao escolher Braga Netto como vice em chapa

Reforma ministerial interfere no comando do Exército; dez titulares de pastas deixam cargos hoje para disputar eleição

EDUARDO GAYER
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro deflagra hoje uma reforma ministerial liberando dez dos 23 ministros para disputar as eleições deste ano, numa mudança com impacto direto na cúpula militar do País. Com a saída do general Braga Netto do Ministério da Defesa, cotado para ser o vice de Bolsonaro, o atual comandante do Exército, general Paulo Sérgio, será alçado à Esplanada.

A troca de comando pode levar a situação inédita: a promoção direta de um militar da chefia da Defesa, pasta que abriga as Forças Armadas, à chapa presidencial. O companheiro de Bolsonaro na disputa de 2018, o vice-presidente e general Hamilton Mourão, estava na reserva e presidia o Clube Militar.

O atual responsável pelo Comando de Operações Terrestres, Marco Antônio Freire Gomes, vai substituir Paulo Sérgio. A mudança no Exército será formalizada em cerimônia no final da tarde, no dia em que o golpe militar de 1964 completa 58 anos. Os outros comandantes das Forças Armadas, tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior (Aeronáutica) e almirante Almir Garnier Santos (Marinha), devem permanecer nas cadeiras.

Para Gunther Rudzit, professor de relações internacionais da ESPM, especialista em Segurança Nacional, a escolha do comandante do Exército para ministro da Defesa tem pano de fundo eleitoral. "O que Bolsonaro tenta fazer é se aproximar do alto comando do Exército porque a eleição está se aproximando. A ascensão do comandante do Exército é parte desse processo. Mas não significa que o alto comando está fechado com ele", disse Rudzit.

> ***"O que Bolsonaro tenta fazer é se aproximar do alto comando do Exército porque a eleição está se aproximando."***
> **Gunther Rudzit**
> Professor da ESPM

Confirmado ontem pelo vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, o novo desenho para o Exército e o Ministério da Defesa foi selado em reunião no Palácio do Planalto na última segunda-feira com os chefes das Forças Armadas, Braga Netto e Bolsonaro.

LEGISLAÇÃO. De saída do primeiro escalão do governo, Braga Netto quer ficar legalmente apto para ser o vice de Bolsonaro nas eleições deste ano. Pela lei eleitoral, quem quiser disputar as eleições precisa se desincompatibilizar de cargos públicos, salvo em caso de reeleição, até seis meses antes do primeiro turno – neste caso, em 2 de abril.

O novo comandante do Exército já havia sido cotado para assumir o posto ainda no ano passado, no lugar de Paulo Sérgio, mas foi preterido. Freire Gomes é considerado um legalista por ter se colocado ao lado do governador do Ceará, Camilo Santana (PT), e enviado as tropas para as ruas do Estado quando houve um motim de policiais em 2020. À época, o general era comandante no Nordeste.

Também deixarão o governo para disputar as eleições os ministros Tarcísio de Freitas, João Roma, Onyx Lorenzoni, Flávia Arruda, Tereza Cristina, Rogério Marinho, Gilson Machado, Marcos Pontes e Damares Alves. ●

Paulo Hartung

'Ninguém vai ganhar eleição por antecipação'

Ex-governador elogia 'disposição' de Leite e destaca 'peso político' do centro

ENTREVISTA

Economista, governou o Espírito Santo por três mandatos; foi senador da República e preside a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá)

GUSTAVO QUEIROZ

O ex-governador do Espírito Santo Paulo Hartung negou ter sido convidado para assumir a vaga de "presidenciável" do PSD, mas classificou como corajosa a decisão de Eduardo Leite (PSDB) de deixar o governo do Rio Grande do Sul para "estar à disposição desse debate nacional". Ao **Estadão**, ele defendeu a redução do número de candidaturas no centro e avaliou que, mesmo que um representante desse campo não chegue a um segundo turno, terá mais peso para "trocar apoio político por programa de governo".

Eduardo Leite deveria ter ido para o PSD?

Eu admiro o trabalho do (*Gilberto*) Kassab (*presidente do PSD*). Ele está trabalhando há algum tempo para formar um partido no nosso País. A minha opinião sobre isso não é a questão central. Ele (*Leite*) balizou a decisão dele, o Kassab fez uma boa construção com ele. Essa eleição vai ser duríssima, ninguém vai ganhar por antecipação.

A disposição de Leite de ser o candidato do PSDB mesmo após a derrota para Doria nas prévias é justa?

O gesto do Eduardo é muito importante nessa conjuntura em que estamos vivendo. O que ele fez foi procurar dentro da legislação existente condições para ficar no debate nacional. Temos hoje um conjunto de candidatos que representam isso que eu chamo de centro expandido da política brasileira. Na minha opinião, deveríamos convergir para uma, no máximo duas candidaturas.

Kassab citou seu nome como opção para uma candidatura à Presidência...

Kassab convidou o (*Rodrigo*) Pacheco e convidou o Eduardo, não me convidou. Eu não disse não, nem sim, não disse nada. E também não quero ser convidado porque não acho que cabe mais pré-candidatos nesse campo. A minha proposta é reduzir.

Por que o centro não se consolida como opção viável a Lula e Bolsonaro?

O jogo não está jogado, mas eu não subestimo essa polarização. Ela é forte, tem torcedores de lado a lado, não é simples furar essa polarização. ●

● A Guerra de Putin

Um dia após prometer recuo militar, Rússia bombardeia norte da Ucrânia

Negociadores do Kremlin sugeriram redução das operações durante diálogo na Turquia, mas Chernihiv e Kiev continuaram a ser castigadas pela artilharia russa

KIEV

Um dia depois de prometer reduzir os ataques a cidades no norte da Ucrânia, a Rússia voltou a bombardear ontem os arredores de Kiev e bairros de Chernihiv. As ações sinalizam que Moscou não tem pressa em encerrar a guerra, que entrou na quinta semana.

Os bombardeios aumentaram as dúvidas sobre as intenções da Rússia e expuseram as contradições entre os diplomatas que negociam com os ucranianos em Istambul, que sugeriram a redução das operações militares, na terça-feira, e os comentários agressivos de autoridades em Moscou, que comandam a guerra.

Um exemplo da falta de sintonia foram as declarações do porta-voz do Kremlin, Dimitri Peskov, que ontem disse que as negociações de paz não produziram nada "muito promissor". Em Istambul, porém, o principal negociador russo, Vladimir Medinski, falou com otimismo sobre a possibilidade de um acordo.

"Pela primeira vez, a Ucrânia expressou disposição em cumprir as demandas que a Rússia insistiu nos últimos anos", disse. "Se isso se concretizar, a ameaça de criar uma base da Otan no território ucraniano desaparecerá."

Apesar dos bombardeios, o secretário do Conselho de Segurança Nacional da Ucrânia, Oleksi Danilov, disse ontem que parte das tropas russas está se afastando de Kiev e Chernihiv. Segundo ele, no entanto, elas não estariam batendo em retirada, mas sim sendo remanejadas para Donbas, no leste do país.

THOMAS PETER/REUTERS

Morador de Trostyanets observa tanque russo destruído por ucranianos que retomaram a cidade

CRISE. Enquanto isso, a crise humanitária na Ucrânia piora a cada dia. Mais de 4 milhões de pessoas já fugiram do país desde o início da invasão russa, em 24 de fevereiro, incluindo 2 milhões de crianças, de acordo com a Unicef, fundo da ONU para a infância.

Em Mariupol, cidade portuária sitiada no sul da Ucrânia e um dos locais mais atingidos pela guerra, novas imagens de satélite mostraram centenas de pessoas fazendo fila do lado de fora de um supermercado e aumentaram a preocupação de que a Rússia esteja tentando matar a população de fome para obter uma rendição.

Ontem, em conversa com o presidente francês, Emmanuel Macron, Putin disse que o bombardeio a Mariupol só terminará quando as tropas ucranianas se renderem. "Para resolver a crise humanitária (*em Mariupol*), os nacionalistas ucranianos devem parar de resistir e depor as armas", disse Putin, segundo transcrição da conversa divulgada pelo Kremlin.

CESSAR-FOGO. Ontem, Liudmila Denisova, chefe de direitos humanos do Parlamento da Ucrânia, disse que os russos atacaram um prédio da Cruz Vermelha em Mariupol. "A artilharia russa disparou contra um edifício marcado com uma cruz vermelha sobre fundo branco, indicando a presença de feridos, civis e ajuda humanitária", disse Denisova.

No início da noite de ontem (madrugada na Ucrânia), o Ministério da Defesa da Rússia anunciou um cessar-fogo em Mariupol, válido a partir de hoje, para retirada da população civil. "Para que a operação humanitária seja bem-sucedida, propomos realizá-la com a participação do Alto Comissariado da ONU para Refugiados e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha", disse o ministério, em comunicado. Resta saber se a trégua vai durar tanto quanto outras promessas feitas pelo Kremlin. ● AP, NYT, WP e REUTERS

Índice de aprovação de Putin chega ao nível mais alto em 5 anos

O índice de aprovação do presidente da Rússia, Vladimir Putin, aumentou em março para o maior patamar em cinco anos, impulsionado pela campanha militar contra a Ucrânia. De acordo com o Levada Center, um dos poucos institutos de pesquisa confiáveis do país, a aprovação do presidente russo cresceu de 71%, em fevereiro, para 83%, em março. A última vez que Putin alcançou taxas de aprovação semelhantes foi em 2017. ● AP e REUTERS

E se Putin não cometeu um erro de cálculo?

ANÁLISE

BRET STEPHENS
THE NEW YORK TIMES

Dizem que Vladimir Putin cometeu um erro de cálculo na Ucrânia. Ele achava que os ucranianos dariam as boas-vindas aos russos, que Volodmir Zelenski cairia, que a Otan não reagiria e a Rússia era à prova de sanções. Nada disso aconteceu. Os erros levantaram questões sobre seu julgamento e estado mental.

Mas e se todos estiverem errados? E se o Ocidente estiver sendo mais uma vez um joguete nas mãos de Putin? A possibilidade foi sugerida por Carlotta Gall, para quem a Rússia opera com a mesma cartilha da guerra na Chechênia, nos anos 90. Quando analistas dizem que Putin não pode vencer na Ucrânia, o que eles querem dizer é que ele não pode vencer jogando limpo. Mas desde quando ele joga limpo?

DISFARCE. Suponhamos que Putin nunca pretendesse conquistar a Ucrânia, que seu verdadeiro alvo fosse o leste, onde fica a segunda maior reserva de gás da Europa. Combine isso com a anexação da Crimeia – rica em energia – e com a tentativa de controlar o litoral ucraniano. Fica claro que Putin está menos interessado em reunir o mundo de língua russa do que em garantir o domínio energético da Rússia.

"Sob o disfarce de uma invasão, Putin está executando um enorme assalto", disse o especialista David Knight Legg. Quanto ao que resta de uma Ucrânia sem litoral, provavelmente, serviria para realocar refugiados longe do controle russo. Com o tempo, uma figura semelhante a Viktor Orbán assumiria a Ucrânia, imitando o estilo autoritário que Putin prefere.

Estratégia

Na guerra é sempre mais sensato tratar seu rival como uma raposa astuta, e não um louco

Se essa análise estiver certa, Putin não parece o perdedor. E faz sentido a estratégia de atacar civis. Mais do que compensar a incompetência de suas tropas, o assassinato em massa pressiona Zelenski a concordar com o que Putin sempre exigiu: concessões territoriais e neutralidade.

Dentro da Rússia, a guerra já serviu aos propósitos de Putin. A classe média – mais simpática aos dissidentes – foi para o exílio. Os resquícios de uma imprensa livre acabaram e a nova riqueza energética pode ajudar a Rússia a superar as sanções. Essa análise alternativa pode estar errada. Mas, na guerra, na política e na vida é sempre mais sensato tratar seu rival como uma raposa astuta, e não um louco. ●

É COLUNISTA

● A Guerra de Putin

Como derrotar Putin e salvar o planeta

Os EUA precisam acabar com sua dependência do petróleo que mantém no poder os 'petroditadores'

ARTIGO

Thomas L. Friedman
The New York Times
É colunista, escritor e ganhador do Prêmio Pulitzer

É impossível prever como a guerra na Ucrânia terminará. Espero fervorosamente que acabe numa Ucrânia livre, segura e independente. Mas o que sei, com certeza, é que os EUA não devem desperdiçar esta crise. É a enésima vez que confrontamos um "petroditador" cuja ferocidade e inconsequência é possível somente por causa da riqueza petrolífera que ele extrai do subsolo. Independentemente da maneira que a guerra terminar, ela precisa acabar formalmente e irreversivelmente com o vício dos EUA em petróleo.

Nada distorceu nossa política externa, nossos compromissos com direitos humanos, nossa segurança nacional e, acima de tudo, nosso meio ambiente mais do que nossa dependência de petróleo. Que esta seja a última guerra que nós e nossos aliados financiamos, pois é isso o que fazemos.

Países ocidentais financiam a Otan e ajudam o Exército da Ucrânia com os dólares de nossos impostos, e – já que as exportações de energia da Rússia financiam 40% do orçamento do governo do país – nós financiamos o Exército russo com nossas compras de petróleo e gás natural da Rússia. Qual será a magnitude dessa estupidez?

CLIMA. Nossa civilização não pode mais arcar com isso. As mudanças climáticas não entraram de folga por causa da guerra na Ucrânia. Você tem checado os boletins meteorológicos dos polos Norte e Sul ultimamente? Ondas de calor atingiram simultaneamente partes da Antártica, elevando as temperaturas 21º Celsius acima da média por lá, e do Ártico, elevando em 10º Celsius a temperatura média. Não se trata de erros de digitação. Tratam-se de superextremos absurdos.

"São estações opostas – não vemos os polos Norte e Sul derretendo ao mesmo tempo", afirmou recentemente à Associated Press Walter Meier, pesquisador do Centro Nacional de Dados sobre Neve e Gelo.

BING GUAN / REUTERS-27/2/2022

Painéis solares na Califórnia; investimento em energia limpa

"É uma ocorrência sem dúvida incomum." E, na última sexta-feira, para nenhuma surpresa, cientistas anunciaram que uma geleira do tamanho da cidade de Nova York se desprendeu do leste da Antártida, no início deste período de calidez aberrante.

Foi a primeira vez que humanos observaram "que a região gelada teve um desprendimento de geleira", notou a Associated Press, acrescentando que, se a água congelada no leste da Antártida derreter, o nível do mar se elevará em cerca de 50 metros em todo o mundo.

Por todas estas razões, tenho me desapontado ao testemunhar o presidente, Joe Biden, e o secretário de Estado, Antony Blinken, dobrando a aposta na nossa dependência em petróleo, em vez de triplicar a aposta em fontes renováveis de energia e mais eficiência.

Aparentemente assustada com as falaciosas alegações dos republicanos, de que as políticas de energia de Biden são responsáveis pelos altos preços da gasolina, a equipe do presidente foi mendigar em algumas das maiores petroditaduras do mundo – Venezuela, Irã e Arábia Saudita, em particular – para que esses países extraiam mais petróleo e baixem o preço da gasolina.

> *Hoje, a energia limpa é mais barata, facilitando nos livrarmos dos 'petroditadores'*

A verdade é que, mesmo se permitirmos que empresas petrolíferas americanas extraiam petróleo de todos os parques nacionais, o efeito no curto prazo nos preços da gasolina não seria tão significativo.

Conforme noticiou a CNN Business, na semana passada, na última década, a oscilante indústria petrolífera americana gastou zilhões financiando um crescimento na produção, o que ajudou a manter os preços baixos, mas sustentando lucros que se provaram fugidios. "Centenas de petrolíferas foram à falência durante várias quedas no preço do petróleo, levando investidores a exigir mais comedimento dos CEOs do setor da energia".

Então, hoje, a maioria dos executivos e investidores das petroleiras americanas "não quer adicionar tanta oferta, para não causar outra saturação que derrube os preços. E acionistas querem que as empresas retornem os lucros exagerados na forma de dividendos e recompras – e não os reinvistam em aumento de produção".

JOGO. O país com capacidade mais barata, à disposição e flexível para influenciar os preços globais do petróleo no curto prazo, é a Arábia Saudita. Mas a Rússia também é um grande player. É por isso que, apenas dois anos atrás, o ex-presidente Donald Trump implorava para Arábia Saudita e Rússia cortarem sua produção, pois o preço do barril havia caído para cerca de US$ 15 nos mercados globais – prejudicando as petrolíferas americanas, cujo custo de extração estava entre US$ 40 e US$ 50 por barril. O preço havia despencado porque Arábia Saudita e Rússia se engalfinharam numa briga de preços em razão da redução das fatias de mercado durante a pandemia.

Agora, Biden está implorando aos sauditas que aumentem dramaticamente sua produção para baixar os preços. Mas os sauditas estão bravos com Biden, porque o presidente americano está bravo com eles em razão do assassinato do jornalista saudita Jamal Khashoggi.

O denominador comum entre Biden e Trump, no entanto, é o verbo "mendigar". É este o futuro que queremos? Enquanto continuarmos dependentes de petróleo, sempre imploraremos a alguém, normalmente um sujeito do mal, para que aumente ou abaixe o preço, porque nós, sozinhos, não somos mestres do nosso destino.

Não somos capazes de parar subitamente com o vício. Mas devemos nos comprometer em dobrar o ritmo dessa transição – e não em dobrar a aposta nos combustíveis fósseis.

Nada ameaçaria Putin mais do que isso. Afinal, foi a queda nos preços globais do petróleo, entre 1988 e 1992, ocasionada por uma superprodução saudita, que ajudou a quebrar a União Soviética e acelerou seu colapso. Podemos criar os mesmos efeitos hoje aumentando a produção de energia a partir de fontes renováveis, intensificando a ênfase em eficiência energética.

A maneira melhor e mais rápida de fazer isso, argumenta Hal Harvey, diretor executivo da Energy Innovation, uma consultoria especializada em energia limpa, é aumentando os padrões de energia limpa no fornecimento de eletricidade. Ou seja, exigir que a rede de transmissão de eletricidade dos EUA reduza suas emissões de carbono mudando para fontes renováveis de energia a uma taxa de 7% a 10% ao ano – um ritmo jamais visto.

Utopia? Que nada. Trinta e um Estados americanos já estabeleceram padrões de aumento de uso de fontes limpas de energia em suas redes públicas de fornecimento de eletricidade. Cheguemos agora a todos os 50.

Ao mesmo tempo, temos de aprovar uma lei nacional que conceda a cada consumidor a capacidade de se juntar a essa briga. Seria uma lei que eliminaria o limite regulatório sobre a instalação de sistemas de energia solar, ao mesmo tempo que conferiria a cada lar americano um estímulo fiscal para instalar os painéis, de maneira similar ao que fez a Austrália.

Quando carros, caminhões, prédios, fábricas e residências forem movidos a eletricidade e a rede de fornecimento utilizar principalmente fontes renováveis, nos livraremos cada vez mais dos combustíveis fósseis, e Putin obterá cada vez menos dólares.

CARROS ELÉTRICOS. Os americanos estão entendendo isso. Carros elétricos estão desaparecendo das concessionárias. O Estado que mais produz energia eólica no país é o republicano Texas.

Se você quiser baixar os preços imediatamente, o método mais infalível – e climaticamente correto – seria reduzir o limite de velocidade nas autoestradas para 100 km/h e pedir para todas as empresas dos EUA permitirem que seus funcionários trabalhem de casa e não tenham de se deslocar para o trabalho todos os dias. Essas duas coisas cortariam imediatamente a demanda por gasolina, o que faria baixar o preço do combustível.

Seria muito pedir uma vitória contra os "petroditadores", como Putin, cujo subproduto seja ar limpo, em vez de tanques em chamas? "As alternativas limpas são agora mais baratas do que as poluentes", notou Harvey. "Hoje, custa mais caro arruinar o planeta do que salvá-lo" e também "é mais barato nos livrarmos de "petroditadores" do que continuarmos escravizados por eles". A tecnologia chegou. E torna Putin um alvo fácil. A questão é apenas de liderança e vontade nacional. O que estamos esperando? ● TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

A Guerra de Putin

Sob risco de corte de gás russo, Alemanha prepara racionamento

HANNIBAL HANSCHKE / REUTERS–8/3/202

Gasodutos Nord Stream 1, em Lubmin, na Alemanha; Rússia quer que envios sejam pagos em rublos em razão das sanções ocidentais

Governo alemão, que não atendeu às exigências de pagar com rublos, prepara plano de emergência de três níveis de alerta

BERLIM

A Alemanha ativou ontem o primeiro nível de seu plano de emergência para garantir o abastecimento de gás diante das ameaças de suspensão do fornecimento russo. Segundo o ministro alemão da Economia, Robert Habeck, a medida foi tomada porque o governo não fará pagamentos do gás em rublos, como exige Moscou.

"Foi aberto um setor de crise no ministério para supervisionar a situação, após o G-7 recusar a exigência russa de pagar em rublos", declarou Habeck. "O plano de emergência possui três níveis de alerta e, no momento, a segurança de fornecimento de gás está garantida na Alemanha."

RACIONAMENTO. O plano foi ativado em seu primeiro passo, o que pode ser escalonado e levar ao racionamento do gás. O movimento retrata o risco que países europeus enfrentam ao dependerem da Rússia para o fornecimento de gás e petróleo em meio à guerra na Ucrânia. As reservas se encontram em 25% de sua capacidade, acrescentou o ministro alemão, alertando que, se as entregas forem suspensas, haverá "graves consequências".

"Atualmente, o gás e o petróleo chegam de acordo com os pedidos e a medida tomada é preventiva", garantiu Habeck. Apenas no terceiro nível de alerta, o mais elevado, seria necessária a intervenção do Estado no mercado para regular a distribuição.

RUBLOS. O Kremlin insiste no pagamento em rublos do gás vendido à Europa, rejeitando as críticas do G-7, que considera a exigência inaceitável. Muitas empresas europeias de energia alegam que, para mudar a forma de pagamento, seria necessário renegociar os contratos de longo prazo. A exigência é vista como uma tentativa de driblar as sanções impostas por países ocidentais, que cortaram o acesso russo a dólares e euros.

Em tese, países importadores do gás natural russo, que impuseram sanções econômicas, terão de comprar rublos com seus euros ou dólares americanos a taxas fixadas pelo Banco Central da Rússia.

O presidente russo, Vladimir Putin, disse que os próprios países ocidentais minaram a confiabilidade de suas moedas ao tomarem "decisões ilegítimas" para o congelamento de ativos russos. "Não faz sentido algum fornecer nossos produtos à União Europeia, aos EUA e receber o pagamento em dólares, euros e várias outras moedas", afirmou.

Ontem, o governo russo, o Banco Central e a gigante do setor de energia russa Gazprom apresentaram a Putin um relatório sobre a implementação de um sistema de pagamento em rublos.

RESTRIÇÕES. Desde a invasão à Ucrânia, sanções internacionais limitaram a capacidade russa de fazer negócios em dólares e euros. Em uma das principais medidas, EUA, Canadá, União Europeia e Reino Unido anunciaram um bloqueio de bancos russos do sistema de pagamentos global Swift e impuseram "medidas restritivas" ao Banco Central da Rússia em retaliação à invasão da Ucrânia, prejudicando a capacidade dos bancos de operarem globalmente.

As ações imediatamente reduziram o valor do rublo, enquanto as pessoas corriam freneticamente para transformar seus rublos em alguma moeda mais estável. Bancos, políticos e oligarcas ainda tiveram de lidar com o congelamento de centenas de bilhões de dólares em ativos no exterior.

Economistas apontam que a medida parece destinada a tentar sustentar o valor do rublo, que entrou em colapso em relação a outras moedas desde a invasão da Ucrânia – embora ontem ele tenha recuperado parte do valor. Mas alguns analistas têm dúvidas sobre a efetividade da medida.

"Exigir pagamento em rublos é uma abordagem curiosa e, provavelmente, ineficaz para tentar burlar as sanções", disse Eswar Prasad, professor de política comercial da Universidade de Cornell. "Os rublos são mais fáceis de obter agora que a moeda está entrando em colapso. Mas trocar outras moedas por rublos será bastante difícil, dadas as amplas sanções financeiras impostas à Rússia." ● AFP e NYT

Em risco

25%

de capacidade é o nível atual das reservas de gás natural da Alemanha, que espera que a Rússia mantenha o fornecimento

Assessores enganam Putin sobre reveses na Ucrânia, dizem EUA

WASHINGTON

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, tem sido mal informado por seus assessores sobre os resultados militares na Ucrânia. De acordo com um relatório da inteligência dos EUA, revelado ontem, os conselheiros estariam sendo otimistas sobre o conflito, com medo de represálias.

A inteligência americana, citando várias autoridades, mostra o que parece ser uma tensão crescente entre Putin e o Ministério da Defesa, inclusive com o titular da pasta, Serguei Shoigu, que já foi um aliado e um membro confiável do Kremlin.

Falando em Argel, o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, reconheceu que Putin recebeu informações pouco verdadeiras de assessores. "Um dos calcanhares de Aquiles das autocracias é que você não tem pessoas que falam a verdade", disse. "E acho que isso é algo que estamos vendo na Rússia."

Os americanos dizem que o rígido isolamento de Putin durante a pandemia e a disposição de repreender publicamente seus assessores criaram um grau de cautela e medo no alto escalão das Forças Armadas. Por isso, os EUA acreditam que Putin esteja recebendo relatórios incompletos ou otimistas sobre a guerra. ● AP e NYT

China elogia ação de Moscou

PEQUIM

O chanceler da China, Wang Yi, afirmou ontem ao seu colega russo, Serguei Lavrov, que "as relações entre os dois países resistiram ao novo teste de constantes mudanças internacionais" e a China está disposta a levar os laços a "um nível ainda mais alto".

Wang e Lavrov se reuniram na província chinesa de Anhui. No encontro, ele expressou apoio à continuidade das negociações entre Rússia e Ucrânia. O chanceler elogiou os dois países "na superação das dificuldades e na continuidade das negociações de paz" e "os esforços feitos pela Rússia para evitar uma crise humanitária em larga escala".

As declarações foram feitas apesar da continuidade dos ataques russos na Ucrânia. Ainda de acordo com o chanceler, o conflito dará lições no longo prazo e responderá às legítimas preocupações de segurança. Para ele, a guerra pode possibilitar "construir uma arquitetura de segurança europeia equilibrada, eficaz e sustentável". ● AFP

Questão palestina

Israel reforça segurança em meio a onda de ataques terroristas

Governo israelense teme mais atentados durante mês do Ramadã e envia soldados à Cisjordânia e à fronteira com Gaza

TEL-AVIV

As forças de segurança de Israel reforçaram ontem sua presença em todo o país e nos territórios ocupados, após um atirador palestino matar cinco pessoas no quinto ataque em menos de duas semanas. O aumento da violência e os temores de mais ataques levaram o Exército a enviar reforços para a Cisjordânia ocupada, onde morava o atirador responsável pelo ataque de terça-feira. A segurança também foi reforçada também na fronteira entre Israel e Gaza.

O ataque ocorreu na véspera do Dia da Terra, comemoração palestina anual que lembra os protestos árabes de 1976 contra os esforços de Israel para expropriar terras – manifestações que ajudaram a catalisar a consciência palestina.

"Após um período de silêncio, há uma erupção violenta dos que querem nos destruir, nos ferir a qualquer preço, cujo ódio aos judeus, ao Estado de Israel, os enlouquece", disse o primeiro-ministro, Naftali Bennett, em vídeo gravado, já que ele está com covid. "Eles estão preparados para morrer – para que não vivamos em paz."

Embora ninguém tenha reivindicado a responsabilidade pelo ataque, vários grupos militantes palestinos elogiaram o atentado, incluindo um funcionário do Hamas, o grupo que administra a Faixa de Gaza. Ele disse que a ação foi uma resposta à cúpula diplomática histórica, na segunda-feira, onde chanceleres de quatro países árabes se encontraram pela primeira vez em solo israelense, uma reunião que reforçou a legitimidade regional de Israel.

VIOLÊNCIA. No entanto, o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, rompeu com seu hábito de permanecer em silêncio após ataques terroristas em Israel e condenou o atentado, o mais recente de uma onda de violência que matou 11 pessoas em Israel, tornando março um dos meses mais letais em vários anos.

Nas últimas semanas, as autoridades manifestaram preocupação de que a violência aumente assim que o mês sagrado muçulmano do Ramadã começe, neste fim de semana. O Ramadã é frequentemente um período de tensão crescente entre palestinos e israelenses, que no ano passado acabou levando a uma guerra de 11 dias em Gaza.

AFP
Soldados israelenses patrulham as ruas da cidade de Jenin, na Cisjordânia; 11 mortos em 5 ataques

"Após um período de silêncio, há uma erupção violenta dos que querem nos destruir, nos ferir, cujo ódio aos judeus, ao Estado de Israel, os enlouquece"
Naftali Bennett
Primeiro-ministro de Israel

Espera-se que o Ramadã deste ano seja mais tenso do que o normal, pois coincidirá com a Páscoa cristã e a Pessach (Páscoa judaica) – uma ocorrência rara que deve levar mais muçulmanos, judeus e cristãos a se reunirem em locais religiosos compartilhados em Jerusalém.

Um vídeo que circulava ontem nas redes sociais mostrava uma forte presença militar israelense na aldeia natal do atirador, perto da cidade de Jenin, na Cisjordânia. Alguns assentamentos judeus no território fecharam seus portões para trabalhadores palestinos. Mas dezenas de milhares de árabes foram autorizados a deixar a Cisjordânia para trabalhar em Israel, como de costume.

GUERRA. Israel capturou a Cisjordânia da Jordânia em 1967 e ocupa desde então o território. O Exército israelense mantém uma forte presença militar, em parte para manter seu controle sobre a área e proteger as centenas de milhares de colonos judeus que se mudaram para a Cisjordânia desde então.

Além disso, as forças israelenses realizam incursões diárias nos 40% do território sob controle da Autoridade Palestina. Mais de 80 palestinos foram mortos a tiros por soldados e colonos israelenses na Cisjordânia, no ano passado, e pelo menos 15 até agora neste ano, segundo a ONU.

A maioria das vítimas dos ataques palestinos recentes é judeu israelense, mas alguns também eram membros da minoria árabe de Israel, e pelo menos dois tinham passaportes estrangeiros. No atentado de terça-feira, em Bnei Brak, cidade religiosa ultraortodoxa no centro de Israel, um palestino da Cisjordânia disparou de sua motocicleta contra pedestres, matando cinco pessoas, incluindo dois cidadãos ucranianos. Não ficou claro se eles eram refugiados da guerra recém-chegados ou cidadãos de longa data de Israel e Ucrânia. O atirador foi morto pela polícia.

FRAGILIDADE. A onda de ataques levantou questões sobre a abordagem de Israel ao seu conflito com os palestinos. O governo de Bennett tentou fazer o que os líderes israelenses descrevem como "encolhimento" do conflito. Em vez de buscar um acordo de partição com os palestinos, o objetivo é manter as coisas quietas, tomando medidas para melhorar a economia e reduzir os atritos. No entanto, agora, em meio ao risco de mais violência, a questão palestina está mais uma vez voltando à tona e expondo as fraquezas dessa abordagem. ● AP e NYT

Coreia do Norte falsificou lançamento de míssil, diz Seul

SEUL

A Coreia do Sul afirmou ontem que a Coreia do Norte mentiu sobre o lançamento de um míssil balístico intercontinental, na semana passada. Na realidade, o regime norte-coreano teria disparado um míssil menor, que já fora testado em 2017. O objetivo de Pyongyang, segundo os sul-coreanos, seria evitar críticas ao fracasso de um lançamento anterior.

Na semana passada, a Coreia do Norte anunciou que lançou com sucesso um Hwasong-17, míssil intercontinental que, segundo analistas militares, é capaz de transportar múltiplas ogivas explosivas. A arma foi exibida pelo regime norte-coreano pela primeira vez em um desfile militar em 2020.

O Ministério da Defesa sul-coreano, porém, afirmou ontem que Seul e Washington concluíram que o míssil disparado na semana passada foi um Hwasong-15. "A escolha do Hwasong-15, que é mais confiável, com o teste bem-sucedido de 2017, pode ter como objetivo abafar boatos e garantir a estabilidade do regime, passando uma mensagem de sucesso no menor tempo possível, depois que os moradores de Pyongyang testemunharam o fracasso do lançamento de 16 de março", afirmou o Ministério da Defesa sul-coreano, em um relatório fornecido ao Parlamento.

Na semana passada, Japão e Coreia do Sul confirmaram o teste de um míssil, mas posteriormente analistas apontaram discrepâncias em relação às informações de Pyongyang. Alguns indicaram alterações nas imagens do lançamento, que poderiam indicar que parte das fotos foi manipulada.

Alguns analistas afirmam que o teste pode também ter como objetivo aumentar o status de Pyongyang de potência militar e melhorar o poder de barganha em negociações com Coreia do Sul e EUA, de acordo com o relatório. A Casa Branca não comentou o caso. O porta-voz do Pentágono, John Kirby, disse ontem que o teste ainda estava sendo analisado pelos americanos.

Objetivo
Analistas afirmam que teste pode aumentar poder de barganha da Coreia do Norte em negociações

Os dois modelos de mísseis intercontinentais, o Hwasong-17 e o Hwasong-15, têm alcance suficiente para atingir o território continental dos EUA. O desenvolvimento de armas ajuda o regime norte-coreano a manter sua imagem diante da população, que sofre as consequências econômicas das sanções internacionais impostas em razão do programa nuclear do país. ● REUTERS

Segurança

Contra roubos, moradores do centro de SP usam megafones, placas e apitos

Casos na capital assustam pela violência empregada e por ações em grupo, como o da chamada 'gangue da bicicleta'; ataques em condomínios também são relatados

GONÇALO JUNIOR

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

A placa foi instalada por iniciativa dos comerciantes da Santa Cecília, no mês passado, na esquina das Ruas Jaguaribe e Amaral Gurgel

Moradores e comerciantes buscam alternativas para alertar a população sobre áreas com maior incidência de assaltos na região central paulistana. Megafones avisam quem passeia no Minhocão sobre o risco de assaltos com bicicletas nos fins de semana; condôminos do Largo do Arouche vão usar apitos para espantar os criminosos. Na Santa Cecília, comerciantes colocaram placas em uma praça com a frase "zona de risco – fique atento ao seu celular". São iniciativas da própria população para combater a criminalidade.

A placa que avisa os pedestres sobre risco de assalto foi instalada por iniciativa dos comerciantes da Santa Cecília no mês passado na esquina das Ruas Jaguaribe e Amaral Gurgel. À noite, ela ganha luzes e chama ainda mais a atenção. O objetivo é prevenir duas situações. A primeira é o roubo de celulares dos motoristas que param no semáforo – em geral, os ladrões passam de moto e abordam motoristas e passageiros. Outro local de risco é a calçada. Imagens captadas pelas câmeras de segurança mostram a ação da chamada "gangue das bicicletas", que rouba e furta as vítimas usando bikes. Em geral, são três criminosos: o primeiro pega o celular da vítima; o segundo inibe a reação da vítima; o terceiro ameaça e coage eventuais testemunhas na calçada. Os alvos são pedestres distraídos, homens, mulheres e idosos.

"Essa esquina é um ponto crítico para roubo de celulares", diz Marco Antonio De Marco, presidente do Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) da Santa Cecília. Inconformado com os assaltos que acompanhava da janela onde mora, no terceiro andar de um dos prédios do Minhocão, o designer Antonio Souza (nome fictício) decidiu agir. Nos fins de semana, quando o viaduto é aberto ao público, ele costumava ligar um megafone com a seguinte mensagem gravada: "Cuidado com o celular. Trombadinhas na área". A iniciativa durou dois meses: ele acabou identificado pelos assaltantes e ameaçado.

APITO. A influenciadora digital Dória de Miranda, de 48 anos, também quer fazer barulho no Largo do Arouche. Os vizinhos do condomínio onde vive, na Rua do Arouche, concordaram com sua proposta de uma compra coletiva de apitos. A ideia é apitar quando os ladrões estiverem agindo nas ruas – é possível ver os assaltos das janelas – e também promover "apitaços" em horários definidos, como 20h ou 22h, para chamar a atenção das autoridades. "Não posso pensar que não é comigo. Pode ser com um amigo, um parente. A gente precisa fazer algo", diz a dona de uma marca de roupas plus size. Vídeos gravados pelos moradores, a partir das suas janelas, mostram assaltos principalmente na esquina das Ruas Arouche e Aurora

De acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública, o 78.º DP, nos Jardins, e o 4.º DP, da Consolação, tiveram aumento de casos. Nesta última delegacia, os roubos dobraram, passando de 109 em fevereiro do ano passado para 218 no mesmo mês deste ano. Na capital como um todo, os roubos caíram de 10.916 para 10.617. Mas, para Rafael Alcadipani, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os números apontam concentração das ações em áreas nobres.

VIOLÊNCIA. Moradores relatam que as abordagens estão mais violentas. Rodrigo Salles, presidente do Conseg Jardins e Paulista, conta que os ladrões costumam empurrar e até derrubar idosos para roubar celulares e joias na Avenida Paulista.

A percepção de crimes cada vez mais violentos é a mesma em Higienópolis, Pacaembu e Consolação. "Agora, eles estão armados, com revólveres e facas", opina Marta Porta, presidente do Conseg da região.

Práticas que já eram comuns agora ganham impulso em algumas regiões, como os roubos em prédios e condomínios. Investigadores do 15.º DP identificam aumento dos casos nos últimos meses. Adolescentes bem vestidos se identificam como moradores, vizinhos, amigos ou parentes dos condôminos. Eles não usam violência para entrar e, em geral, fingem que estão no celular e costumam pegar "carona" com outros moradores na entrada do prédio. Marta diz que o aumento da criminalidade na região dos bairros de Higienópolis, Pacaembu e Consolação é proporcional à queda do policiamento. "Os policiais estão fazendo o que podem. Aumentou a criminalidade, mas diminuiu a quantidade de policiamento." ●

Balanço policial
O 78º DP, nos Jardins, e o 4º DP, da Consolação, tiveram aumento de registros no mês passado

Coronel vê 'migração' de criminosos após ações de policiamento

O aumento do número de roubos em algumas regiões da cidade é resultado da atuação da polícia, ou seja, da "dinâmica criminal". A avaliação é do coronel Álvaro Batista Camilo, secretário executivo da Polícia Militar de São Paulo. "Fizemos operações muito fortes no Morumbi, em Moema e no centro. Com isso, os criminosos procuram outros locais. E o policiamento acompanha", afirma o secretário ao Estadão.

Nesta semana, a Secretaria de Segurança Pública iniciou a campanha "Capital mais segura". O objetivo é atuar de maneira mais intensa, com equipes das áreas administrativas , além de tropas especiais. O foco são os crimes praticados de moto.

Sobre as iniciativas de moradores e comerciantes, o coronel Camilo afirma que as informações precisam chegar à polícia. "A gente gostaria que as ações chegassem aos Consegs. Aonde tiver isso (*placa*), a população pode contar com a polícia para uma ação maior, a fim de que essa insegurança diminua ou seja eliminada", diz. "As pessoas têm direito de se manifestar. A Polícia entende isso. A gente vê essas ações. É importante a informação chegar para a polícia para que ela possa atuar para mudar a situação", avalia.

O especialista nega a redução do policiamento em algumas regiões. "Em alguns casos, as pessoas que presenciam ou são vítimas de algum ato de violência ficam impactadas de tal forma que isso traz uma percepção de insegurança e de menos policiamento", analisa. ● G.J.

Meio ambiente

STF começa a julgar decretos ambientais e Bolsonaro recua

Texto que devolve maior participação social ao Conama foi publicado antes de julgamento ter início no Supremo

WESLLEY GALZO
LUCI RIBEIRO
BRASÍLIA

A poucas horas de o Supremo Tribunal Federal (STF) começar a julgar ações contra a política ambiental do governo federal, o presidente Jair Bolsonaro (PL) editou decreto que restabelece uma maior participação social na composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão consultivo e deliberativo sobre políticas públicas da área ambiental. O ato foi publicado ontem à tarde em edição extra do *Diário Oficial da União* (*DOU*) e, com ele, Bolsonaro tenta ao menos reduzir o tamanho da derrota que pode ter na Corte Suprema.

Os ministros do STF iniciaram ontem a análise de sete ações que contestam atos do governo no campo ambiental. Um interlocutor dos magistrados ouvido pelo **Estadão** afirmou que há tendência favorável à derrubada de medidas da atual gestão, sobretudo decretos editados pelo presidente.

Durante a leitura do relatório na sessão inicial, a ministra Cármen Lúcia enviou duros recados ao governo Bolsonaro e mencionou a existência de medidas de "cupinização democrática". "Procede-se a uma destruição institucional pela cupinização silenciosa e invisível a olhos desatentos, quanto à dinâmica necessária de atuação democrática", afirmou a ministra. "Com relação ao meio ambiente, especificamente, as instituições são destruídas por dentro, como cupim, sem que se mostre exatamente o que se passa. Promovem-se políticas públicas ineficientes, ineficazes."

O julgamento atrai a atenção de vários setores ligados à pauta climática por seu potencial de reverter políticas do governo. Outro fator que mobiliza grupos ambientalistas é a possibilidade de Bolsonaro ser declarado omisso pelo STF e, como consequência, ser obrigado a adotar medidas de preservação ambiental. Além disso, há certo ineditismo no fato de a Corte analisar tantas ações ambientais de uma só vez. A presidência do Supremo prevê quatro sessões para encerrar as discussões do tema.

Neste contexto, a sessão de ontem se restringiu às sustentações orais de partes interessadas e à leitura do relatório da ministra Cármen sobre duas ações que tratam da Floresta Amazônica. Ao todo, dez advogados ligados a organizações ambientais se manifestaram em defesa do meio ambiente, além da Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Advocacia-Geral da União (AGU).

GABRIELA BILO/ESTADÃO–26/8/2019

Floresta queimada; para ministra, políticas têm sido ineficazes

> **Duro recado ao governo**
> **Na leitura do relatório, Cármen Lúcia disse que as instituições são 'destruídas por dentro, como cupim'**

O procurador-geral da República, Augusto Aras, não apresentou o posicionamento do Ministério Público Federal (MPF) na sessão. A ministra Cármen apontou inconsistências na sua atuação à frente da instituição. A relatora ironizou o fato de o atual PGR ter se manifestado contra uma ação encaminhada ao STF na gestão da ex-procuradora-geral Raquel Dodge.

"A PGR se manifestou nas seis ações de minha relatoria pelo descabimento de todas elas, portanto pelo não conhecimento da via eleita, até mesmo, para minha surpresa, em uma ação de que o próprio procurador-geral é autor houve parecer contra", afirmou.

Os casos levados pela ministra à sessão de ontem tratam das demandas de partidos da oposição para que o Supremo haja diante da omissão do presidente e do ministro do Meio Ambiente em coibir o avanço do desmatamento na Amazônia, bem como frente à inação do governo na execução do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm).

Na ação sobre o plano de redução do desmatamento, as legendas de esquerda e centro-esquerda PSB, Rede Sustentabilidade, PDT, PV, PT, PSOL e PCdoB apontam "graves e irreparáveis" lesões a preceitos fundamentais, decorrentes de atos "comissivos e omissivos da União e dos órgãos públicos federais", como o Ibama, o ICMBio e a Funai.

NOVO DECRETO. O decreto de ontem de Bolsonaro revê outro que foi editado ainda na gestão do então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles em 2019, quando o ato reduziu de 96 para 23 as entidades públicas e organizações da sociedade civil no Conselho. Na ocasião, o decreto cortou de oito para quatro o número de vagas para representantes de entidades ambientalistas de âmbito nacional com cadeira no Conselho. Já o novo decreto restabelece essa participação, voltando a fixar em oito as cadeiras para essas entidades.

Além disso, também passam a compor o conselho os presidentes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).●

ICMBio está sem verba para 3 mil temporários

ANDRÉ BORGES
BRASÍLIA

O Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável pela proteção das unidades de conservação federais em todo o País, está sem dinheiro para bancar o salário de 3 mil funcionários temporários. A autarquia hoje tem apenas 1,3 mil servidores fixos e depende desses contratos temporários para proteger as florestas, principalmente nos meses de queimada intensa, entre meados de maio e novembro.

A situação financeira do órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente foi relatada em um documento interno do próprio ICMBio, ao qual o **Estadão** teve acesso. O alerta enviado à diretoria do instituto partiu da Coordenação-Geral de Finanças e Arrecadação. Ao fazer as contas dos gastos com temporários efetivados entre janeiro e março, o órgão aponta que o custo médio mensal foi de R$ 5,9 milhões. Ao projetar essa conta para todo o ano, o ICMBio chegou à cifra total de R$ 76,7 milhões.

A coordenação financeira afirma que a única forma de bancar a conta seria com aportes extraordinários ou repasses de outros órgãos. Para 2022, a Lei Orçamentária previa o repasse total de R$ 265 milhões ao instituto, mas já houve corte de R$ 12 milhões.

Questionado, o ICMBio limitou-se a declarar que, "para o ano de 2022, não há previsão de cortes e será mantido o mesmo número de agentes temporários contratados nas unidades de conservação". ●

Pandemia do coronavírus

Anvisa aprova primeira pílula antiviral para tratar a covid

O Paxlovid, da Pfizer, reduz em 89% o risco de internação e morte em decorrência da doença; Eli Lilly diz que teve aval para uso de remédio no SUS

ÍTALO LO RE

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o uso emergencial do medicamento Paxlovid, a primeira pílula antiviral de via oral a receber aval para tratamento da covid-19 no País. Produzido pela Pfizer, o remédio reduz em 89% o risco de internação e morte em decorrência da doença, segundo resultados do fim de 2021. Não à toa, já é usado em Europa e EUA.

No Brasil, o pedido de uso emergencial foi apresentado pela Pfizer no dia 15 de fevereiro – o prazo para análise está definido em 30 dias. A decisão foi tomada durante a reunião da diretoria colegiada da agência. O Paxlovid deve ser administrado nos primeiros dias de sintomas e é indicado para adultos que não requerem oxigênio suplementar, mas que, ainda assim, apresentam risco aumentado de progressão para covid grave. O remédio é composto por comprimidos de nirmatrelvir e ritonavir, que devem ser administrados de forma conjunta.

Estudo aponta que Ivermectina não reduz risco de internação

O antiparasitário Ivermectina, que chegou a ser apontado popularmente como alternativa para tratar covid-19, não mostrou sinais de eficácia contra a doença, apontou um amplo estudo. O trabalho, publicado ontem, comparou mais de 1.300 infectados com coronavírus no Brasil que tomaram ivermectina ou placebo e excluiu efetivamente a droga do tratamento à covid. "Não há nenhum sinal de benefício", disse David Boulware, infectologista da Universidade de Minnesota e autor da pesquisa.

De acordo com a Anvisa, o medicamento não está autorizado para uso por mais de cinco dias. Além disso, como não há dados de uso em grávidas, o Paxlovid não é recomendado para gestantes. Assim como para pacientes com insuficiência renal grave ou com falha renal, uma vez que a dose para essa população ainda não foi estabelecida. No Brasil, este é o oitavo medicamento que teve uso emergencial aprovado pela Anvisa para tratar a covid, sendo que um deles – o Xeljanz, da Pfizer – teve o uso revogado.

Em nota oficial quando submeteu o pedido à Anvisa, a Pfizer Brasil disse que a disponibilidade do medicamento no País depende da aprovação da Anvisa e do andamento das negociações com o Ministério da Saúde para um possível acordo de compra. A empresa também lembrou que a projeção de produção da Pfizer Inc é de 80 milhões a 120 milhões de doses do tratamento até o final deste ano. Segundo a farmacêutica, o Paxlovid reduz em 89% o risco de internação e morte em decorrência da doença entre os adultos mais vulneráveis ao vírus, tratados dentro de três dias após o início dos sintomas.

Disponibilidade

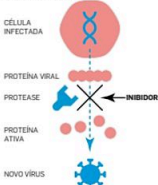
Projeção de produção da Pfizer Inc é de 80 milhões a 120 milhões de doses até o fim deste ano

REDE PÚBLICA. A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) decidiu por incorporar no SUS o primeiro medicamento para tratar a covid-19 no Brasil, o Olumiant (baricitinibe), segundo comunicado oficial do laboratório Eli Lilly. Ele é indicado para o tratamento em pacientes adultos hospitalizados que necessitam de oxigênio por máscara ou por cateter nasal, ou que necessitam de alto fluxo de oxigênio ou ventilação não invasiva.

O órgão já havia dado parecer preliminar favorável para a incorporação e teria decidido incorporar o medicamento ontem. Até o momento, 740 mil pacientes no mundo foram tratados com Olumiant. ●

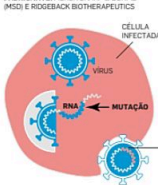
ARMAS CONTRA O VÍRUS

Entenda como agem os medicamentos

Paxlovid
Pílulas antivirais de via oral
FABRICANTE: PFIZER

Como funcionam

1. O remédio desenvolvido pela Pfizer é um **inibidor de protease**, que é a enzima **responsável por "quebrar"** as proteínas que o vírus produz em pedaços menores

2. Ao **impossibilitar que essa ação** seja feita, o **Paxlovid** protege o organismo de proteínas ativas do Sars-Cov-2

Molnupiravir
Pílulas antivirais de via oral
FABRICANTE: MERCK SHARP & DOHME (MSD) E RIDGEBACK BIOTHERAPEUTICS

1. Análogo de nucleosídeo, a pílula da Merck funciona **induzindo mutações na enzima** RNA-polimerase do Sars-CoV-2 conforme o material genético do vírus é replicado

2. Com as mutações, o **vírus** acaba sendo **enfraquecido**

AZD7442
Anticorpos monoclonais de via intravenosa
FABRICANTE: ASTRAZENECA

1. O coquetel **imita as defesas naturais** do organismo e atua contra a proteína spike do Sars-CoV-2

2. Por meio de **imunização passiva**, o AZD7442 é usado para **evitar que o vírus se conecte às células** do corpo

*NA PREVENÇÃO DE HOSPITALIZAÇÕES E MORTES POR COVID-19 SEGUNDO INFORMAM AS EMPRESAS

FONTES: ADRIANO ANDRICOPULO (USP) / ANA PAULA HERRMANN (UFRGS)

AGENDA COVID

Cronograma da vacinação

SÃO PAULO
Crianças de 5 anos e imunossuprimidas, entre 6 e 11 anos, devem receber exclusivamente a vacina da Pfizer pediátrica.

CURITIBA
O município realiza a repescagem para quem perdeu a data de agendamento da aplicação da segunda e da terceira dose. E continua a imunização para todos os públicos.

RIO DE JANEIRO
Crianças entre 5 e 11 anos com deficiência ou comorbidades podem antecipar a aplicação da segunda dose da vacina da Pfizer pediátrica para o intervalo de 21 dias. ●

NA WEB
Confira mais algumas cidades e o avanço da imunização.
https://bityli.com/7JErsR

Números

A SITUAÇÃO NO PAÍS, COM DADOS DO CONSÓRCIO DA IMPRENSA E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (RECUPERADOS)

TOTAL DE MORTES	659.570
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H*	276
MÉDIA MÓVEL DE ÓBITOS	215
TOTAL DE VACINADOS	175.700.134
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	29.912.417
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H*	30.440
NÚMERO DE RECUPERADOS**	28.618.511

* ATÉ AS 20H DE ONTEM
** NÚMEROS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

HOJE		
1h36	↑	1,5
7h57	↓	0,5
13h48	↑	1,5
20h16	↓	0,2

SEXTA, 01		
2h01	↑	1,4
8h20	↓	0,5
14h21	↑	1,5
20h50	↓	0,3

SÁBADO, 02		
2h27	↑	1,4
8h42	↓	0,4
14h54	↑	1,4
21h24	↓	0,3

DOMINGO, 03		
2h54	↑	1,3
9h01	↓	0,4
15h29	↑	1,3
22h01	↓	0,4

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	24°/31°	MACEIÓ	23°/30°
BELÉM	22°/31°	MANAUS	23°/27°
BELO HORIZONTE	19°/32°	NATAL	25°/31°
BOA VISTA	24°/35°	PALMAS	23°/32°
BRASÍLIA	18°/29°	PORTO ALEGRE	11°/20°
CAMPO GRANDE	16°/24°	PORTO VELHO	24°/30°
CUIABÁ	20°/27°	RECIFE	25°/30°
CURITIBA	11°/18°	RIO BRANCO	21°/33°
FLORIANÓPOLIS	15°/18°	RIO DE JANEIRO	23°/32°
FORTALEZA	24°/30°	SALVADOR	23°/31°
GOIÂNIA	19°/30°	SÃO LUÍS	22°/29°
JOÃO PESSOA	24°/31°	TERESINA	23°/30°
MACAPÁ	23°/31°	VITÓRIA	23°/35°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	11°/22°	MÉXICO	-3	18°/29°
ATENAS	5	13°/16°	MIAMI	-1	23°/32°
BARCELONA	4	10°/13°	MONTEVIDÉU	0	13°/16°
BERLIM	4	1°/8°	MOSCOU	6	-5°/0°
BRUXELAS	4	1°/6°	NOVA YORK	-1	5°/17°
BUENOS AIRES	0	12°/19°	PARIS	4	3°/9°
CARACAS	-1	17°/27°	ROMA	4	11°/14°
CHICAGO	-2	2°/9°	SANTIAGO	0	9°/26°
ESTOCOLMO	4	-3°/4°	SYDNEY	14	16°/19°
GENEBRA	4	0°/5°	TEL-AVIV	5	12°/23°
JOHANNESBURGO	5	16°/27°	TÓQUIO	12	5°/21°
LIMA	-2	20°/20°	TORONTO	-1	3°/12°
LISBOA	3	9°/16°	WASHINGTON	-1	11°/21°
LONDRES	3	0°/7°			
LOS ANGELES	-4	14°/21°			
MADRID	4	5°/14°			

CLIMATEMPO A StormGeo Company

Pandemia do coronavírus

De 91 hospitais estaduais de SP, 41 já não têm internados com covid

Queda de internações pela doença foi de 84% em São Paulo em comparação com pico da Ômicron; ainda há 672 pacientes em UTIs

ÍTALO LO RE

As internações por covid-19 caíram 84% em São Paulo na comparação com o pico da variante Ômicron, divulgou ontem o governo do Estado. Em janeiro, os hospitais da rede pública superaram a marca de 10 mil internados com a doença. Agora, são 1,9 mil, sendo 1,2 mil em enfermaria e 672 em leitos de unidade de terapia intensiva (UTI). Entre os 91 hospitais da rede estadual, 41 já não têm pacientes com a doença.

"Esses 41 hospitais estão localizados em todas as regiões do Estado, o que comprova que a queda da pandemia ocorre de forma homogênea", disse o governador João Doria (PSDB), que exaltou o papel da vacinação para a consolidação do cenário atual.

São Paulo está há oito semanas seguidas com queda na média móvel de novas internações diárias. Como reflexo, o índice foi de 1,5 mil, no fim de janeiro, para 196, na última semana. Já a média de casos de covid caiu de 14,5 mil para 7,3 mil nesse período. Entre os 91 hospitais que correspondem ao número total, 11 só têm um internado com a doença, e 24 relatam menos de dez.

"Estamos avançando na vacinação para que, dessa maneira, não tenhamos risco qualquer de impacto com eventuais variantes", disse o secretário estadual da Saúde, Jean Gorinchteyn.

Hospitalizações por covid
Foram mais de 10 mil em São Paulo em janeiro, pico da variante Ômicron; agora há 1,9 mil internados

Dados do governo de São Paulo apontam que 85,54% da população do Estado completou o esquema inicial de vacina contra covid. Foram aplicadas mais de 104 milhões de doses até o momento. O Estado vacinou 77,55% das crianças de 5 a 11 anos com a 1.ª dose, enquanto 40,12% desse público recebeu a segunda.

4.ª DOSE. A coordenadora do Programa Estadual de Imunização (PEI), Regiane de Paula, confirmou ontem que o governo iniciará no dia 5 de abril a aplicação da 4.ª dose da vacina no público acima de 60 anos.

Dessa vez, segundo ela, não haverá um escalonamento para vacinar a população de 70 anos antes do público de 60 anos, como foi feito em outros estágios da campanha de vacinação. Como requisito, o público-alvo necessita apenas ter tomado a 3.ª dose há ao menos quatro meses. "A partir do dia 5 será para todos (*com mais de 60 anos*)", disse.

No domingo passado, Doria já havia adiantado que a população acima de 60 anos poderia receber a quarta dose contra a covid a partir do próximo dia 5 de abril no Estado. A declaração se deu durante as ações do "Domingão da Vacinação", ação promovida para tentar aumentar a cobertura vacinal no Estado. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Cobertura por parte de plano de saúde

Reclamação de Sérgio Grillo: "Fui diagnosticado com hérnias de disco. O médico, que me acompanha por dois anos, pediu um procedimento listado pela Agência Nacional de Saúde (ANS), como obrigatório de cobertura, chamado de infiltração. A operadora de saúde SulAmérica negou a cobertura e convocou uma junta médica, com médico escolhido por ela e que, sem acesso a meus exames, histórico da doença e de forma não presencial, confirmou a negativa dada. Abri uma reclamação na ANS e ainda aguardo uma resposta da operadora. Neste meio tempo, recebi um e-mail da SulAmérica, pedindo para entrar em contato com a ouvidoria. Não consigo falar com ninguém."

Resposta da operadora SulAmérica: "A SulAmérica informa que o procedimento foi analisado de acordo com uma junta médica desempatadora, realizada com critérios da Resolução Normativa 424 da Agência Nacional de Saúde (ANS). Agradecemos a atenção e nos mantemos à disposição no caso de dúvidas." ●

HÁ UM SÉCULO

Raid aéreo Lisboa-Rio

Em demanda do Brasil, levantaram vôo, hontem, em Lisbôa, dois pilotos portugueses que já assignaram os seus nomes na história da aviação da sua patria, quando emprehenderam, com pleno exito, o 'raid' Lisboa-Funchal. O arrojo e a audacia, que já evidenciaram os dois bravos aviadores, é, sem duvida, uma garantia segura para o exito da nova tentativa, que se reveste de proporções gigantescas. Na esperança da feliz realisação dessa prova, acompanham o vôo dos arrojados aviadores os votos fervorosos de brasileiros e portuguezes, jubilantes e anciosos de verem as duas patrias irmans ligadas por mais um laço que asignala a inconstratavel e surprehendente energia moral das almas portuguesas, ao serviço da obra fecunda de aproximação dos dois povos. ●

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Filhos, noras, netos e bisnetos de
WYLMA FERRAZ
convidam à missa de 7º dia na Paróquia São Pedro e São Paulo – Rua Circular do Bosque, 31 – Morumbi (SP), em 1º de abril, às 12h30.

Os Familiares da Querida

agradecem a manifestação de carinho e pesar recebidos por conta de seu passamento ocorrido em 29/03/2022 e convidam parentes e amigos para celebrarem a Missa de 7º Dia que ocorrerá no dia 05 de abril, às 18h00, na Paróquia São João Maria Vianney - Praça Cornélia s/n. Água Branca, São Paulo - SP

Heliane Maria de Sousa Florencio – Aos 75 anos. Era solteira. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Maria Elvira Leone Feltrim – Dia 29, aos 60 anos. Filha de Elidio Leone e Yvone Maffeis Leone. Era casada com Luis Alexandre Feltrim. Deixa a filha Yvone Cristina. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Pitangueiras - SP.

Ada Maria Vasone – Dia 30. Deixa parentes. O enterro será realizado **hoje**, às 10h30, no Cemitério de Congonhas.

Moises Simião da Silva – Aos 76 anos. Filho de Manoel Simião da Silva e Maria Lucia Simião. Era viúvo. Deixa filhos, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Parque dos Girassóis.

Valter Rodrigues da Silva – Aos 60 anos. Era solteiro. Deixa os filhos Philipe, Lucas, Isabele, Pedro, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

MISSA

Walter Guimarães Maffra – Amanhã, às 18h30, na Paróquia Nossa Senhora Aparecida, na Praça Nossa Sra. Aparecida, s/n, Moema (1 ano).

Ricardo Pires de Campos • 05/01/1942 † 03/03/2022

Foi sábio, sabendo que o que mais importa nesta vida são as pessoas. Apaixonado pela natureza e tudo o que rege a razão. Católico Apostólico Romano, fez da engenharia a sua profissão. Na complexidade da vida, o Ricardo foi muito mais que essas palavras, mas que sirva para nos recordar dele e aliviar um pouco a sua despedida.

Nós te amamos e sentimos muito a sua falta, Maria Lúcia, Murilo e César.

Campeonato Paulista

São Paulo vence o Palmeiras e dá grande passo para o bi

Calleri brilha com dois gols e comanda vitória por 3 a 1 que coloca o Tricolor em boas condições de faturar novamente o título

RICARDO MAGATTI

O São Paulo deu um grande passo para conquistar o bicampeonato paulista. O time de Rogério Ceni ganhou do Palmeiras ontem no Morumbi por 3 a 1 com uma atuação convincente. Calleri, duas vezes, e Pablo Maia marcaram no triunfo que derrubou o último invicto do Estadual. A equipe de Abel Ferreira não repetiu a intensidade apresentada nos últimos jogos e foi dominada em boa parte do Choque-Rei.

Até mesmo a defesa, ponto forte do Alviverde e que havia levado apenas quatro gols no campeonato, teve uma noite infeliz. No fim, Raphael Veiga descontou e diminuiu o prejuízo para a volta.

O campeão estadual será conhecido no domingo, quando os dois voltam a se enfrentar, mas no Allianz Parque, estádio que esteve no centro de uma controvérsia nos dias que antecederam a decisão. O São Paulo pode até perder por um gol de diferença que levanta a taça. Ao Palmeiras, resta ganhar por três gols de vantagem. Se vencer por dois, o título será decidido nos pênaltis.

Houve equilíbrio, muita tensão, faltas em excesso e pouco futebol nos primeiros 45 minutos da decisão no Morumbi. O São Paulo foi competitivo como quer seu treinador, encontrou dificuldades para chegar ao gol adversário, mas foi o que mais tentou. Alisson passou perto de marcar ao acertar o travessão de Weverton, que voltou antes da seleção brasileira e se recuperou de um trauma na mão.

Como se esperava, o Palmeiras teve outra postura em relação aos últimos jogos em casa. Armou-se para contra-atacar e encontrou espaços. Mas fez pouco e se retraiu demais. Jandrei evitou gol do Palmeiras num cruzamento de Raphael Veiga em que Rony fez o corta-luz e o meio-campista levou perigo em arremate que passou perto da trave direita do goleiro são-paulino.

AÇÃO DO VAR. Quando o o a o parecia perdurar até o intervalo, o árbitro Douglas Marque das Flores marcou um polêmico pênalti depois que foi chamado ao monitor do VAR para rever um cruzamento de Welington que bateu na mão de Marcos Rocha, que estava com o braço recolhido. Calleri converteu e fez o Morumbi, lotado, explodir.

Abel Ferreira disse, mais de uma vez, que seu time não conseguiria fazer três jogos seguidos mostrando intensidade com os mesmos atletas. E foi o que aconteceu no Morumbi. O segundo tempo do Palmeiras foi um dos piores no ano. Em baixa rotação, os visitantes correram atrás dos donos da casa, que quase sempre levaram vantagem numérica no campo ofensivo.

O São Paulo não se acomodou com a vantagem e pressionou o rival até ampliar. O segundo gol saiu dos pés do garoto Pablo Maia. O meio-campista contou com desvio em Murilo para ver seu arremate morrer no fundo das redes aos 18 minutos.

Com o rival combalido, os donos da casa aproveitaram para fazer o terceiro. Calleri marcou mais umas vez, aos 35. Raphael Veiga ainda descontou em uma cobrança de falta no final e diminuiu o prejuízo do Palmeiras. ●

ALEX SILVA/ESTADÃO

Calleri fez a diferença no Morumbi, com 2 gols; o bi fica mais perto

1º JOGO DA DECISÃO DO PAULISTÃO

SÃO PAULO 3 — PALMEIRAS 1

Gols: Calleri, aos 50 do 1º tempo. Pablo Maia, aos 18, Calleri, aos 35, e Raphael Veiga, aos 39 do 2º tempo.
SÃO PAULO: Jandrei; Rafinha, D. Costa, Leo e Welington; Pablo Maia, R.Nestor (Andrés) e Igor Gomes; Alisson (Nikão), Eder (Marquinhos) e Calleri. **Técnico:** Rogério Ceni.
PALMEIRAS: Weverton; Marcos Rocha, Gustavo Gómez, Murilo e Piquerez; Jailson, Zé Rafael (Atuesta), Gustavo Scarpa (Gabriel Veron) e Raphael Veiga; Dudu (Wesley) e Rony. **Técnico:** Abel Ferreira.
Juiz: Douglas Marques das Flores
Cartões Amarelos: Abel Ferreira, Patrick, Jailson, Rodrigo Nestor, Diego, Jandrei e Veron.
Público: 60.383 pagantes.
Renda: R$ 5.505.315,00
Local: Morumbi, em São Paulo.

Vida nova

Guerra na Ucrânia faz tenista de Belarus fugir para treinar no Rio

FELIPE ROSA MENDES

Antes era o frio de 4 graus negativos, agora é o calor carioca em torno de 34. Há um mês, Iryna Shymanovich treinava sob o rígido inverno da cidade de Minsk, em Belarus. Agora a tenista bate bola sob o sol escaldante, debaixo do Cristo Redentor, do Rio de Janeiro. A mudança brusca de ambiente tem uma explicação: a guerra. A invasão russa na Ucrânia também trouxe consequências para atletas que não são destes dois países.

País vizinho de russos e ucranianos, Belarus acabou virando o grande pivô do confronto por sua localização e pelo apoio à Rússia, tornando-se um pária na Europa. Algumas investidas russas na Ucrânia partem de soldados russos localizados no país de Iryna, que se tornou uma forte base militar do vizinho poderoso.

Por isso, o país também vem sofrendo sanções econômicas, que passaram a preocupar os atletas. No início do mês, belarussos foram impedidos de participar dos Jogos Paralímpicos de Inverno, em Pequim.

Diante do risco de novas sanções, Iryna Shymanovich decidiu buscar outro local para treinar. "Estava preocupada que as fronteiras pudessem ser fechadas em pouco tempo. Então, decidi deixar Belarus", explica a tenista ao **Estadão**.

A belarussa de 24 anos escolheu o Brasil e aceitou o convite para treinar na Rio Tennis Academy. A burocracia foi resolvida rapidamente e ela atravessou 10.900 quilômetros para treinar no bairro das Laranjeiras no início de março.

ÀS PRESSAS. Sem tempo para planejar a drástica mudança de vida, a atleta veio sem técnico e sem família. Mas garante ter recebido todo o apoio dos dois lados para dar essa guinada na carreira. "O meu treinador me disse para tentar vir ao Brasil em prol da minha carreira. Ainda estamos em contato, conversamos todos os dias."

Roland Garros na mira
A meta da equipe que treina Iryna Shymanovich é colocá-la no qualifying do torneio de Roland Garros

Ex-número 2 dois do mundo no circuito juvenil, ela agora recebe as orientações do brasileiro Leandro Afini e treina na companhia de Ingrid Martins, número seis do Brasil.

A maior preocupação da sua nova equipe é com o desafio de treinar sob altas temperaturas. "Ainda estou me adaptando ao calor do Rio de Janeiro. Estava vivendo em temperatura abaixo de zero no meu país", relata a belarussa, que vinha enfrentando limitações em seus treinos em Minsk. "Nosso foco é trabalhar a parte física agora. Pela falta de treinamentos adequados em Belarus, por tudo o que está ocorrendo, ela perdeu um pouco do físico, mas em breve estará de volta", explica Afini.

A atual 265ª do ranking da WTA já fez os primeiros amigos no Brasil. "Conheci pessoas muito legais, como a Ingrid, que está cuidando de mim. Gosto das pessoas. Elas curtem a vida e isso me inspira." Apesar de acostumada a competir em países europeus e nas Américas, Iryna não deixa de se surpreender com situações que não vê em seu país, comandado há 28 anos por Alexander Lukashenko, conhecido como "o ditador mais antigo da Europa".

Em sua primeira semana no Rio, ficou espantada ao ver uma manifestação de professores, ameaçando greve. "Aqui as pessoas podem fazer isso?", questionou a tenista aos seus novos amigos brasileiros. ●

WILTON JUNIOR/ESTADÃO

Iryna estranha o calor e direito de protestar dos brasileiros

Mundial do Catar

Bola da Copa tem inovações tecnológicas para ser a mais veloz da história

Al Rihla tem número menor de painéis e maior quantidade de gomos; velocidade pretende acompanhar ritmo do futebol atual

PAULO FAVERO

A Copa do Mundo sempre foi um importante laboratório para experimentar novas tecnologias de bolas, chuteiras, uniformes e materiais esportivos. Maior vitrine do futebol mundial, o evento atrai todos os holofotes e nele as marcas costumam fazer lançamentos globais que vão ditar as tendências dos próximos anos.

Ontem, a adidas apresentou a bola oficial da Copa do Mundo no Catar. Batizada de Al Rihla, que em árabe significa 'A Jornada', ela foi projetada nos laboratórios da empresa na Alemanha e testada em túneis de vento e no gramado, até chegar ao modelo atual, que rompe uma tendência das últimas edições de diminuição no número de painéis, popularmente chamado de gomos.

Se a Teamgeist (2006) tinha 14 gomos, a Jabulani (2010) 8 e a Brazuca (2014) possuía apenas 6, mesmo número da Telstar 18, da edição na Rússia, desta vez a bola terá 20 gomos, em dois formatos diferentes.

"Nós usamos um robô que chuta para chegar a esse modelo e podemos garantir que é a bola mais rápida que já fizemos para a Copa do Mundo. Ainda estamos medindo e não sabemos precisar quanto ela é mais veloz, mas sabemos que é", explicou ao **Estadão** Oliver Hundacker, diretor de desenvolvimento de produtos da adidas para o futebol.

Nos testes com o robô, a resistência da bola ao ar era menor que em versões anteriores de bolas da Copa, o que permitiu que ela fosse mais rápida. Isso não significa que será um terror para os goleiros porque, apesar de veloz, sua trajetória é precisa. "Os goleiros poderão prever para onde vão os chutes", diz Hundacker.

A intenção de ter uma bola rápida é se adaptar ao jogo moderno e de velocidade praticado atualmente. A empresa criou um modelo que consegue "viajar mais rápido em voo", sem perder a estabilidade. Isto ocorre por causa de suas micro e macro texturas.

INFLUÊNCIAS. Inspirada na arquitetura, nos tradicionais barcos locais e na bandeira do Catar, a bola tem cores intensas e vibrantes que fazem alusão à cultura do país-sede da Copa e à velocidade do jogo. O branco ganhou um tom perolado e esta é a primeira bola de Copa a utilizar exclusivamente tintas e colas à base de água, para respeitar o meio ambiente.

"Fizemos primeiro uma versão em preto e branco, para fazer um teste, e depois partimos para a inclusão das cores", disse Franziska Loeffellman, diretora de design de futebol da adidas, ao **Estadão**. O resultado foi uma bola bem colorida e com tons vibrantes. Outro detalhe é que a Al Rihla terá 1% de suas vendas líquidas para o movimento Common Goal, para ajudar a impulsionar mudanças sociais. ●

BOLA DA COPA

Nas primeiras edições ela era costurada com cadarço. Com o tempo, foi evoluindo no tipo de material usado, no formato dos painéis, ganhou cores e passou a ser tecnológica

Ano	Sede	Descrição	Bola
1930	URUGUAI	DE COURO E COSTURADA COM CADARÇO	T-MODEL
1934	ITÁLIA	A BOLA ENCHARCAVA E SEU PESO DOBRAVA	FEDERALE 102
1938	FRANÇA	TINHA UMA COSTURA MENOR	ALLEN
1950	BRASIL	TRAZIA A COSTURA NA PARTE INTERNA	SUPERBALL DUPLO T
1954	SUÍÇA	UMA EVOLUÇÃO DO MODELO ANTERIOR	SWISS WORLD CHAMPION
1958	SUÉCIA	POSSUÍA FAIXAS MAIS LARGAS NOS PAINÉIS	TOP STAR
1962	CHILE	A PRIMEIRA FEITA EM GOMOS MENORES	CRACK
1966	INGLATERRA	TINHA 24 GOMOS E ERA FEITA EM COURO	CHALLENGE 4-STARS
1970	MÉXICO	FORMADA POR 20 HEXÁGONOS E 12 PENTÁGONOS	TELSTAR
1974	ALEMANHA OCIDENTAL	MANTEVE O MODELO COM 32 GOMOS	TELSTAR DURLAST
1978	ARGENTINA	DESENHO INOVADOR DOS GOMOS COM "TRÍADES"	TANGO
1982	ESPANHA	TINHA COSTURAS DE COURO SELADAS	TANGO ESPAÑA
1986	MÉXICO	FOI A PRIMEIRA TOTALMENTE SINTÉTICA	AZTECA
1990	ITÁLIA	TRÊS LEÕES ETRUSCOS DECORAVAM OS 20 TRIÂNGULOS	ETRUSCO UNICO
1994	EUA	USOU UMA CAMADA DE ESPUMA DE POLIETILENO	QUESTRA
1998	FRANÇA	FOI A PRIMEIRA COM VÁRIAS CORES	TRICOLORE
2002	JAPÃO E COREIA DO SUL	CHASSI COSTURADO EM TRÊS CAMADAS	FEVERNOVA
2006	ALEMANHA	DIMINUIU PARA 14 O NÚMERO DE GOMOS	TEAMGEIST
2010	ÁFRICA DO SUL	TINHA 11 CORES, DE DIALETOS E ETNIAS	JABULANI
2014	BRASIL	GOMOS UNIDOS SEM LINHAS DE COSTURA	BRAZUCA
2018	RÚSSIA	A NOVIDADE É A MUDANÇA NO FORMATO DOS SEIS PAINÉIS	TELSTAR 18

AL RIHLA
CATAR - 2022

PINTURA
CAMADA PEROLADA COM CORES VIBRANTES E GRÁFICOS QUE SE REVELAM COM A BOLA EM MOVIMENTO

CAMADAS
POSSUI COBERTURA DE POLIURETANO COM MACRO E MICRO TEXTURAS NA SUPERFÍCIE

PAINÉIS
NOVO DESIGN COM 20 GOMOS, EM DOIS FORMATOS DIFERENTES
12 / 8

FONTES: ADIDAS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Seleção fará cinco jogos antes de Tite definir grupo para ir ao Catar

MARCIO DOLZAN
RIO

A seleção brasileira vai jogar contra adversários da Ásia, da Concacaf, e talvez, da África, na reta final de preparação para a Copa do Mundo do Catar. Também enfrentará a Argentina, aliás, o único adversário confirmado, já que o clássico está previsto em um contrato com patrocinadores e também precisa ser jogado por exigência da Fifa – trata-se do jogo pelas Eliminatórias interrompido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) por causa da infração a protocolos de saúde por parte de jogadores argentinos. Esse é o planejamento da comissão técnica até a Copa.

A tendência é que a partida ocorra na Austrália, durante a janela de datas Fifa de junho. No mesmo período, o Brasil deverá enfrentar duas seleções na Ásia. Os adversários ainda não estão confirmados, mas as chances maiores é que sejam Japão e Coreia do Sul, que também estão classificadas para a Copa do Mundo.

A última janela de amistosos antes da definição do grupo que irá ao Mundial acontecerá em setembro. As partidas deverão ser nos Estados Unidos, como também está previsto em contrato com patrocinadores. O mais provável é que os adversários sejam equipes da própria Concacaf – Canadá, México e Estados Unidos são possíveis adversários.

Existe a possibilidade de o Brasil optar por pelo menos um adversário africano. O sorteio dos grupos da Copa, amanhã, poderá influenciar nessa decisão.

Desejo de Tite, jogos contra seleções europeias deverão ficar para a Copa ou no máximo para a reta final de preparação, já com o grupo que irá ao Catar.

A convocação final para a Copa será feita em outubro. Tite saberá hoje, durante o Congresso da Fifa em Doha, no Catar, se poderá levar 23 ou 26 jogadores - ele tem reiterado que espera pela lista maior. ●

O MELHOR DA TV

TÊNIS
● **ATP 1000 de Miami**
14h e 20h /ESPN 2
● **WTA 1000 de Miami**
16h e 22h/ ESPN 2

VÔLEI
● **Superliga Masculina**
Campinas x Sesi-SP
18h30 / SporTV 2

FUTEBOL
● **Troféu do Interior**
Botafogo x Ituano (final, ida)
20h / YouTube / Premiere

BASQUETE
● **NBA**
Utah Jazz x Los Angeles Lakers
23h30 / Band

BEATRIZ FRANÇA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Oportunidade

Confeitaria vira sensação com post de Britney Spears

Após publicação, doceria de Rondônia chega a 630 mil seguidores e recebe pedidos de fora do País

FOTOS: PAULO VIANA

1. Leonardo Borges, CEO e fundador da Confeitaria Flakes, e sua sócia e mãe Laura Vicuna Batista Borges

2. Ovo Dragê, que após repercussão do vídeo postado por Britney Spears, passou a se chamar Ovo Pop Star

Imagine uma cantora reconhecida internacionalmente compartilhar um vídeo da sua empresa e ainda marcar você nessa publicação? Parece sonho impossível, mas foi o que aconteceu com Leonardo Borges, fundador e CEO da Flakes, uma confeitaria de Porto Velho, Rondônia.

Britney Spears publicou em seu perfil um vídeo de um ovo de Páscoa feito pela confeitaria e colocou o nome da marca na legenda da publicação. No perfil da cantora, o vídeo já tem mais de seis milhões de visualizações.

Em uma entrevista para o **Estadão**, Leonardo Borges contou que o vídeo já tinha viralizado no Instagram da Flakes antes da publicação da diva pop e acredita que foi isso que o fez chegar até Britney. "Provavelmente foi nesse momento que apareceu no explorar dela, viu, gostou e decidiu compartilhar. Ficamos muito felizes", fala.

Quem avisou o fundador da confeitaria foram alguns amigos, mas ele achou que fosse uma brincadeira e, assim que viu, ficou surpreso, pois achou muito espontâneo Britney Spears ter mencionado a marca na legenda da publicação.

Antes de a cantora postar em suas redes sociais, o ovo se chamava Ovo Dragê. Agora, pode ser encontrado como Ovo Pop Star. Além da confeitaria, Leonardo Borges tem a parte acadêmica da Flakes, com mais de 15 mil alunos em 33 países.

O CEO revela que a receita já foi ensinada para essas pessoas e indicou a eles que a colocassem no cardápio: "Tem aluno que já recebeu mais de 50 encomendas do Ovo Britney de um único cliente".

O Ovo Pop Star fez com que a Flakes recebesse pedidos de outros países, mas Leonardo fala que isso já é comum no dia a dia da confeitaria graças aos vídeos que acabam viralizando no Instagram.

"Praticamente toda semana tem gente de outros países pedindo. Mas, infelizmente, tem um período de consumo porque a nossa produção é local e artesanal. Então, não temos pretensão de enviar para outros locais, mas temos projeto de franquias, que está sendo pensado desde 2021", fala.

Na publicação de Britney, Leonardo brincou que estava "arrumando as malas para fazer o ovo" lá nos EUA. Ele até mandou mensagem para a cantora, falando que "seria um prazer entregar um ovo de Páscoa pra ela" e quem sabe ensinar a ela: "Mandei. Vai que, né?".

Tanto na publicação da cantora, quanto na da confeitaria, os fãs marcaram presença elogiando o doce. Alguns registraram que estavam lá graças ao post de Britney. "Definitivamente venceram na vida! Vim do post dela", escreveu uma internauta na publicação.

"Muitos seguidores dela vieram e começaram a seguir a gente. Já foram cerca de 15 mil novos seguidores, e já estamos beirando os 630 mil no Instagram", fala. Na cidade, a repercussão também foi enorme: "As pessoas estão adorando, apoiando e orgulhosas postando em suas redes sociais". A família de Borges está se "sentindo famosa" e não para de compartilhar as publicações.

O início da Flakes. O começo da Flakes foi em 2016, quando Leonardo Borges começou a vender alfajor na faculdade de medicina para ter uma renda extra.

Além da confeitaria, o Flakes Academy reúne mais de 40 mil seguidores e 15 mil alunos em 33 países. Nas últimas horas, mais alunos de fora do Brasil buscaram o curso, mesmo sendo só em português: "Tem pessoas que compram e arriscam traduzir".

Sucesso

Tem aluno que já recebeu mais de 50 encomendas do Ovo Britney de um único cliente

"Nunca imaginei criar uma marca de doces e ainda por cima uma marca educacional. Então hoje, além de vender doces, nosso lema é despertar doces momentos e proporcionar momentos únicos, e graças a Deus a gente tem conseguido fazer isso de uma forma muito bacana." ●

Europeus estão mais receptivos com ucranianos, que podem propiciar mão de obra qualificada

Refugiados transformarão a Europa

Ucranianos lotam estação ferroviária de Lviv à espera de trem para a Polônia

ARTIGO

Lutsk, no oeste ucraniano, não fica na linha de frente, mas está sob alcance das bombas russas. Em meados de março, os russos atacaram o aeroporto pela segunda vez. A designer Yana Supruniuk, de 29 anos, pôde ver as bolas de fogo pela janela de seu apartamento. Quando ela assiste ao vídeo que fez no celular, ainda parece chocada. Às 5 horas de 23 de março, depois de dias de indecisão, ela partiu com uma amiga para a Polônia.

Supruniuk e sua companheira de viagem fazem parte da colossal onda de refugiados da Ucrânia, que, segundo a ONU, ultrapassa 4 milhões de pessoas. Isso sem contar os 6,5 milhões de deslocados dentro da Ucrânia. Um quarto da população ucraniana foi forçada a deixar suas casas. Se a guerra se arrastar e os homens com menos de 60 anos, atualmente impedidos de deixar o país, começarem a se juntar às mulheres e crianças no exterior, o número de refugiados pode triplicar. Isso colocaria o êxodo entre os maiores da história, comparável à 1.ª Guerra.

Esse fluxo já está entre os mais velozes, com 1 milhão de pessoas deixando o país por semana. Apesar desse ritmo ter diminuído recentemente para menos da metade, a pressão sobre governos, agências da ONU e ONGs é imensa. "Estamos construindo a ponte ao mesmo tempo que a atravessamos", afirma um funcionário da ONU.

Os efeitos na Europa são incertos, mas serão profundos. Muito depende de quanto tempo pessoas como Supruniuk, que espera retornar para sua casa dentro de semanas, seguirem refugiadas. Se, como parece provável, o conflito continuar e o fluxo aumentar, essas pessoas transformarão as políticas e economias na Europa, assim como o pensamento a respeito de migração no continente. Até aqui, a resposta do Ocidente tem sido iluminada e generosa. Mas isso pode mudar se governos administrarem mal a acolhida e a integração dos refugiados, e a desilusão e a fadiga se fizerem sentir.

Motivação
O fato de a guerra ser na Europa incentiva os países a serem mais solidários com os ucranianos

Esta crise já contrariou suposições a respeito da maneira com a qual a Europa reage a grandes fluxos de imigrantes. O êxodo ucraniano tem quase o triplo do tamanho da onda de refugiados sírios e de outros países que atingiu a Europa em 2015. Alemanha e Suécia foram acolhedoras, no início, mas depois houve um aumento no apoio a políticos anti-imigração na Europa.

Isso levou a um endurecimento nas fronteiras europeias. Um acordo com a Turquia para evitar que refugiados sírios seguissem para outras partes da Europa fez com que solicitantes de asilo que chegavam de barco fossem "empurrados de volta" e ocasionou contestações de políticos até sobre o conceito de asilo.

Em resposta à crise ucraniana, a Europa estendeu um tapete de boas-vindas metafórico e literal. No dia 3, a União Europeia invocou pela primeira vez sua diretriz de proteção temporária, concedendo aos ucranianos direito de viver, trabalhar e receber benefícios em 26 dos 27 países-membros do bloco (a Dinamarca, que exerce uma cláusula de exclusão, aprovou uma lei de proteção similar).

FACILIDADE. Os ucranianos não passarão pelo processo arrastado e incerto de solicitação de asilo que aguardava aqueles que chegaram em 2015, nem pelos campos de confinamento a que alguns refugiados foram submetidos. Alguns dos países que antes estavam entre os mais avessos aos solicitantes de asilo estão agora entre os principais destinos dos ucranianos. A Polônia abrigou 2,2 milhões de migrantes. A Hungria, cujo premiê, Viktor Orban, foi o primeiro líder europeu a construir uma cerca para manter refugiados fora do país, em 2015, aceitou 340 mil ucranianos.

Os EUA estão se juntando ao movimento. No dia 24, o presidente, Joe Biden, disse que aceitaria até 100 mil refugiados ucranianos e colaboraria com US$ 1 bilhão para ajudar a Europa a lidar com o fluxo. O Canadá, que abriga a maior diáspora ucraniana depois da Rússia, aceitará todos os ucranianos que quiserem entrar.

MICHAEL REYNOLDS/EFE/EPA

Ajuda americana
O presidente Joe Biden disse que EUA aceitarão até 100 mil ucranianos e darão US$ 1 bilhão para ajudar a Europa a lidar com o fluxo

Centenas de milhares de europeus ofereceram quartos para ucranianos que passam necessidade. O governo da Polônia encoraja essa generosidade, oferecendo aos anfitriões 40 zloty (US$ 9) por dia para cada refugiado que eles abrigam por um prazo de até dois meses. O Reino Unido oferece £ 350 (US$ 460) por mês para cada residência que dá abrigo, apesar da proibitiva burocracia dificultar as coisas para muitos ucranianos que tentam entrar.

A Itália, que tem uma grande diáspora ucraniana, também foi acolhedora. Em Modena, a população de origem ucraniana havia saltado de 5 mil, antes da guerra, para 7,2 mil, até o dia 23. As autoridades estão matriculando as crianças refugiadas em escolas locais.

O contraste com a recepção aos sírios, em 2015, não se deve apenas à pele mais clara e à cristandade dos ucranianos, apesar de ser parte da explicação. Deve-se também ao fato de que o acolhimento a esses refugiados é parte de uma mobilização decorrente de uma guerra que ocorre na própria Europa, na qual Otan e UE, apesar de não serem combatentes diretos, tomam parte apaixonadamente.

Defensores de direitos humanos rezam para que o espírito de acolhimento perdure além da guerra e, por fim, se amplie a refugiados em fuga de conflitos mais distantes. "Este é um momento pedagógico", afirma Harlem Désir, da ONG Comitê Internacional de Resgate.

Mas essas esperanças dependem de uma integração bem-sucedida dos ucranianos aos países que os acolhem pelo tempo que for necessário – que está longe de ser garantida. Os vizinhos mais próximos da Ucrânia já sentem a pressão.

A Moldávia, que recebeu 370 mil refugiados, o que equiva- ➔

KAI PFAFFENBACH/REUTERS-8/3/2022

A CRISE DE REFUGIADOS DA UCRÂNIA

Desde o início da ofensiva russa, mais de 4 milhões de pessoas deixaram a Ucrânia

A taxa de saída da Ucrânia

Em pouco mais de um mês de guerra, número de pessoas que deixaram o país se assemelha ao de refugiados de guerras em um ano

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

le a um décimo de sua população, está sobrecarregada. A maioria dos ucranianos pretende seguir a jornada para outros países, mas um número maior do que o esperado permanece no país, em parte porque os moldávios falam russo.

Refugiados mais recentes, que tendem a ser mais pobres e ter menos parentes na Europa, também podem ficar em números maiores. A Moldávia é um parque de diversões de traficantes de pessoas, que podem se fingir de voluntários que pretendem levar pessoas como Supruniuk.

Parte da Polônia também está se abatendo. Cerca de 300 mil refugiados chegaram a Varsóvia, aumentando sua população em 17%. Mais de 100 mil estão em Cracóvia, a segunda maior cidade do país, habitada por 780 mil pessoas. "Quanto mais gente vier, piores serão as condições", afirma o prefeito de Varsóvia, Rafal Trzaskowski. Na estação da cidade, um grande mapa impresso em azul e amarelo, as cores da bandeira ucraniana, mostra 20 cidades polonesas e o tempo de viagem até lá. O texto encoraja os refugiados a "não ter medo" de seguir para as cidades menores.

Trzaskowski considera necessário "um sistema europeu ou até global" para transportar os refugiados para lugares com capacidade de acomodá-los. Três quartos dos poloneses concordam com ele, segundo pesquisa recente.

TRUNFO. A voz de Trzaskowski compõe um coro: Annalena Baerbock, ministra alemã das Relações Exteriores, propõe "polos humanitários" para distribuir refugiados entre UE e EUA, assim como uma ponte aérea para envio de ajuda à Moldávia. O que é necessário, afirma Désir, é um mecanismo para combinar o grande número de refugiados procurando abrigo à grande disponibilidade da Europa em aceitá-los antes que esse entusiasmo se esvaia.

Países na rota dos refugiados de 2015, da Grécia à Bélgica, melhoraram sua capacidade de registrá-los e processá-los. Alguns, como a Alemanha, aprovaram leis e criaram instituições para integrá-los. As escolas de Berlim, por exemplo, estão retomando "aulas de boas-vindas", apresentando os recém-chegados à língua alemã e ao estilo de vida do país. Mas, desde que os procedimentos de asilo foram dispensados, essa responsabilidade tem recaído sobre ministérios e municipalidades, que não estão acostumados a aumentos de demanda por serviços. "Na Bélgica, que espera cerca de 200 mil ucranianos, agências responsáveis por benefícios sociais estão em pânico", afirma Hanne Beirens, do Instituto de Política de Migração, em Bruxelas.

Para economias, refugiados são um fardo, mas também um trunfo. O Goldman Sachs estima que os quatro maiores países da UE gastarão quase 0,2% de seu PIB para dar apoio ao fluxo migratório, se 4 milhões chegarem à região. Um montante modesto, mas que ocorre juntamente com outros gastos da guerra. No total, os déficits de orçamento devem crescer em 1,1% do PIB este ano.

O cronograma é propício. O índice de desemprego na zona do euro caiu para 7%, um nível recorde, no ano passado. Na Alemanha e na Polônia, a taxa de desemprego é menos que a metade do bloco. Um quarto das empresas afirmava em janeiro que a escassez de trabalhadores prejudica a produção – o maior índice já registrado. Economistas temem que o envelhecimento e o encolhimento da população acabem baixando o padrão de vida. Os ucranianos podem dar um estímulo demográfico inesperado.

Ucranianos que já estão na Alemanha possuem melhor qualificação do que os sírios, o que lhes facilita encontrar empregos. A abundância de postos de trabalho significa que há pouco risco de os alemães acusarem os recém-chegados de roubarem seus empregos. O índice de desemprego tende a se elevar poucos décimos porcentuais, antes de voltar a cair, segundo o Deutsche Bank. No longo prazo, ucranianos que pagam impostos poderão dar contribuição líquida ao orçamento, em vez de drená-lo.

Mas tais previsões consideram que as economias permanecerão fortes e o desemprego, baixo – o que pode ser minado por aumentos nos preços da energia. Quem faz esses prognósticos também pode estar superestimando a quantidade de trabalho que as mães ucranianas serão capazes de realizar, especialmente quando creches são escassas e caras.

Se a guerra se arrastar, as economias diminuírem de ritmo e os governos fracassarem em prover aos recém-chegados habitação, serviços e empregos, o tapete de boas-vindas pode ser recolhido. A discórdia já se faz presente em alguns países. Na Romênia, nacionalistas sustentam que a inimiga é a Ucrânia, não a Rússia. Na Moldávia, alguns carros ucranianos foram vandalizados. Filippo Grandi, chefe da agência de refugiados da ONU, teme que a hostilidade possa se espalhar. Isso significaria uma vitória para Putin. E representaria outra provação para Supruniuk e outros milhões de ucranianos em fuga de uma guerra sem sentido. ● TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

ECONOMIA & NEGÓCIOS
QUINTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2022 O ESTADO DE S. PAULO
E&N

Investimento externo **Ações valorizadas**

Brasil é destino de R$ 1,4 bi por dia

Levantamento aponta que R$ 26,4 bilhões entraram no País até o dia 28 de março; taxa básica de juro alta e commodities atraem investidores estrangeiros para a Bolsa brasileira

MAIS INFORMAÇÕES NA PÁG. B2

Celso Ming

celso.ming@estadao.com

A troca de Luna por Pires

Ficou a impressão de que a substituição intempestiva do presidente da Petrobras não passou de uma operação popularmente conhecida como troca de seis por meia dúzia.

Adriano Pires, o nome indicado à presidência, que deve tomar posse dia 13, não pensa substancialmente diferente do presidente demitido, o general Joaquim Silva e Luna.

Ambos entendem que a interferência do governo nos preços dos derivados de petróleo produz mais distorções do que a manutenção do critério atual, o da Paridade Internacional de Preços, que é determinado pelas cotações em dólares vigentes no mercado internacional convertidas em reais pelo câmbio do dia.

Nem mesmo se pode dizer que Pires diverge de Silva e Luna quando recomenda que a Petrobras evite transferir a volatilidade dos preços ao mercado de consumo. O último reajuste no preço dos combustíveis determinado na gestão de Joaquim Silva e Luna, em 10 de março, guardou o espaçamento de 57 dias em relação ao reajuste anterior.

Tudo se passa como se o presidente Jair Bolsonaro pretendesse apenas produzir efeito especial para impressionar a plateia. Foi o que fez também em fevereiro de 2021 quando demitiu o presidente anterior, Roberto Castello Branco, supostamente porque não via nele acolhimento às reivindicações dos caminhoneiros.

Nesta última terça-feira, Silva e Luna, já na condição de demissionário, advertiu que a Petrobras não pode usar os preços dos derivados para fazer políticas públicas e, muito menos, para fazer política partidária. Ou seja, o pretendido achatamento dos preços dos derivados não cumpriria outra função que não fosse eleitoreira.

Mas, se isso é assim, por que nova troca, apenas um ano depois, que se seguiu a uma fritura pública de Silva e Luna, se uma mudança na política de preços continua improvável?

Boa hipótese de explicação é de que Bolsonaro finalmente entendeu: o que seu governo obtém da Petrobras em receitas com impostos, royalties, contribuições especiais, dividendos e juros sobre capital próprio proporciona um volume substancial de recursos que podem ser usados para suas políticas sociais. Esses recursos seriam substancialmente mais baixos se os preços fossem achatados. Em outras palavras, o retorno eleitoral do uso político desses recursos é bem mais expressivo do que a redução em alguns centavos no preço do litro da gasolina e do diesel que pudesse obter com a intervenção na política de preços da Petrobras.

No ano passado, muito antes da disparada dos preços do petróleo, a Petrobras recolheu aos cofres públicos R$ 203 bilhões em impostos, royalties e participações especiais (incluídas aí as parcelas de Estados e municípios) e R$ 37,3 bilhões apenas em dividendos ao Tesouro Nacional. O salto nos preços ocorrido neste ano deverá aumentar expressivamente esses volumes ao longo de 2022. O resto é encenação. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Investimento externo Ações valorizadas

Investidor ‘esquece’ riscos internos do País e aposta nas commodities

Com guerra, ativos de matérias-primas ganham destaque, mesmo com eleições e desequilíbrio das contas do governo

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA
VINICIUS NEDER
RIO

O Brasil voltou a ser um dos países preferidos para investidores globais do mercado financeiro e tem atraído, em média, R$ 1,390 bilhão por dia para a Bolsa em março.

Os estrangeiros têm deixado de lado os riscos domésticos – como o desequilíbrio das contas do governo e as eleições de outubro – e tem aumentado a aposta no Brasil, atrás de ativos atrelados a “commodities” (matérias-primas cotadas globalmente), cujos preços dispararam após a Rússia invadir a Ucrânia.

O saldo entre entradas e retiradas de investidores estrangeiros na B3 já soma R$ 92 bilhões neste ano, até o pregão da última segunda-feira. Apenas em março, até dia 28, são R$ 26,4 bilhões, contando 19 dias úteis, por causa do carnaval. Em três meses de 2022, o valor está perto dos R$ 104,2 bilhões de todo ano de 2021.

O aumento da entrada desses recursos é um dos fatores que explicam a queda da taxa de câmbio abaixo de R$ 5. O dinheiro de fora ajuda ainda a reduzir as pressões inflacionárias e amortece novos choques externos sobre a economia brasileira, como os associados ao conflito no Leste Europeu, disseram economistas ouvidos pelo **Estadão**.

Somente grandes fundos globais de ações destinaram US$ 7,7 bilhões ao mercado brasileiro nos três primeiros meses do ano, também até o último dia 28, mostrou levantamento da consultoria americana EPFR, feito a pedido do **Estadão**. Em 2021, os fundos monitorados pela consultoria destinaram US$ 14 bilhões ao Brasil. O fluxo de março, positivo em US$ 3 bilhões, é o maior desde o início da pandemia.

Houve aumento na destinação de dinheiro estrangeiro para diversos emergentes nos últimos meses, apontou o levantamento da EPFR, mas, segundo profissionais do mercado financeiro, o Brasil se destacou pelo tamanho e pela preferência pelas commodities. “Não é que o investidor estrangeiro esteja extremamente otimista com o Brasil, mas está animado em relação a outras opções do mercado”, disse Fernando Ferreira, estrategista-chefe da XP Investimentos.

DESEMPENHO. Economistas citaram uma série de fatores para explicar o investimento estrangeiro no Brasil. Em primeiro lugar, há um movimento de correção do desempenho do mercado brasileiro em relação aos demais emergentes. No início da pandemia, em 2020, as bolsas de valores dos emergentes viram as ações afundarem e o dólar saltar. Da segunda metade daquele ano em diante, com a retomada da economia global, tanto ações quanto as moedas dos emergentes se recuperaram, num processo que continuou em 2021.

Só que o Brasil ficou de fora. Na prática, os ativos brasileiros começaram o ano baratos em relação aos fundamentos da economia, segundo a economista-chefe para o Brasil do banco de investimentos JPMorgan, Cassiana Fernandez.

Uma melhora nas contas do governo e a rapidez do Banco Central ao elevar os juros, lembrou Armando Castelar, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), também ajudaram o movimento.

Todos os países estão em ciclos de alta dos juros, mas, segundo Castelar, o BC brasileiro saiu na frente, colocando os juros brasileiros acima dos demais países, como sempre foi. Juros mais elevados oferecem maior retorno financeiro para investimentos em títulos de dívida, por exemplo. Já a melhora nas contas do governo não pode não ser sustentável, mas reduz o risco-país.

Cassiana Fernandez, do JPMorgan, lembrou ainda que o Brasil está longe do conflito no Leste Europeu e os investidores estão “mais preocupados em tirar investimento da Rússia e dos países da região”.

Para Fábio Akira economista-chefe da BlueLine Asset Management, a dúvida é até quando o “amor” dos investidores de fora vai durar. “Tem um pouco de ciclotimia do mercado. Vira de queridinho para patinho feio rapidamente”, disse. ●

Em alta

O que abre o apetite do investidor estrangeiro

● **Commodities em alta**
A valorização de matérias-primas (como soja, milho, minério de ferro e petróleo), reforçada pela guerra, aumenta a busca por ações e títulos de empresas e países produtores, como é o caso do Brasil

● **Juros e mais juros**
O cenário de juros mais altos leva à procura por ativos de companhias menos impactadas, como produtores de matérias-primas, bancos tradicionais ou grandes companhias estabelecidas

● **Juro tupiniquim**
Com Selic a 11,75%, o Brasil voltou ao padrão histórico de ter juros que oferecem maior retorno financeiro a investimentos em títulos de dívida

● **Contas públicas**
Em 12 meses até janeiro, o saldo entre receitas e despesas públicas, sem contar os gastos com juros da dívida, foi positivo em R$ 108,186 bi

● **Geografia da guerra**
O Brasil está longe do conflito entre Rússia e Ucrânia

Mercado também vê interesse por infraestrutura

Não são apenas as aplicações de curto prazo que atraem os estrangeiros para o Brasil. O cenário é favorável também para investimentos de longo prazo em infraestrutura, diante da lista de ativos à disposição no País.

Responsável pela área de Project Finance do Santander, Edson Ogawa enxerga nesse momento uma movimentação maior para investimentos em infraestrutura do que observava há um ou dois anos.

“Temos visto vários eventos de curto prazo que estão gerando esse fluxo maior de recurso entrando no Brasil, mas são recursos que têm foco muito grande no cenário específico do capital. No mundo da infraestrutura, o investidor estrangeiro e local sempre está olhando o longo prazo”, diz.

É esse olhar para daqui a 15, 20, 25 anos que tem tornado o Brasil atraente, apesar dos desafios e das incertezas do processo eleitoral. “Temos projetos bastante interessantes, e o Brasil com certeza é um dos mercados mais interessantes para se olhar.”

Segundo ele, o governo não tem recursos para realizar investimentos necessários para melhorar a infraestrutura, e o País precisa atrair cada vez mais capital estrangeiro para atingir as metas de investimento no setor. ● A.F. e V.N.

Adriana Fernandes adriana.fernandes@estadao.com

Mercadante & Arida

É muito mais simbólica do que uma realidade efetiva a aproximação do economista Pérsio Arida com o petista Aloizio Mercadante.

Os dois se reuniram por mais de uma hora e meia, na semana passada, e o vazamento do encontro, que ocorreu na Fundação Perseu Abramo (reduto do pensamento econômico do PT), agitou o mundo político e empresarial.

O interesse geral em torno dessa liga acontece porque Pérsio Arida foi coordenador do programa econômico de Geraldo Alckmin nas eleições de 2018, e o ex-governador de São Paulo se mudou para o PSB para ser vice na chapa de Lula, ainda não oficializada.

Com a aliança política, é natural imaginar que Alckmin venha a ter influência nas costuras em torno de um acordo programático em temas econômicos.

> ***Interesse acontece porque Pérsio Arida foi coordenador do programa econômico de Geraldo Alckmin***

Mas há dúvidas se conseguirá se impor, num ambiente ainda muito hostil a ele dentro do PT, para angariar ascendência na definição das diretrizes de política econômica de um eventual terceiro mandado do ex-presidente Lula.

Outra incógnita é se os economistas próximos ao governador se sentirão confortáveis a entrar nas discussões com os economistas do "PT raiz". Os dois grupos têm pensamentos diferentes e conflitantes em muitos casos.

Ao **Estadão**, Pérsio disse na terça-feira que foi uma conversa de ideias sobre propostas para o País, mas sem nenhum tipo de acerto com a candidatura do ex-presidente Lula nas eleições presidenciais deste ano.

Mercadante, por outro, transmitiu a vários jornalistas a mesma mensagem depois que a informação sobre o encontro foi revelada pela agência BAF: "Não há necessariamente compromisso com o programa de governo".

O movimento de Mercadante tem dois endereços. De um lado, condiz com o movimento político que o Lula está construindo para ganhar a eleição diante de um adversário, o presidente Bolsonaro, disposto a tudo e com a chave do cofre na mão.

Por outro lado, fala para dentro do PT ao sinalizar que o partido está conversando, mas o programa é do partido, que vai incorporar o que julgar relevante.

O segundo recado é importante no momento em que saiu a notícia da colunista Malu Gaspar do jornal *O Globo* de que o ex-ministro José Dirceu tem mantido reuniões com empresariado e estaria sinalizando que o ministro da Economia seria mesmo político. A intriga que se espalhou nos bastidores em seguida é que não haveria ninguém do PT em postos importantes da equipe econômica. Borbulhas explosivas para o momento atual de pré-candidatura. ●

REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.

CNPJ nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000 - Companhia Aberta

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2022

Convocamos os senhores acionistas da **Cruzeiro do Sul Educacional S.A.**, sociedade por ações aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cesário Galeno, nº 475, 7º andar, bairro Tatuapé, CEP 03071-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.418.000 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 62.984.091/0001-02, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2552-6 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 3º e 5º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 481**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente à distância e digital**, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 16:30 horas ("**AGOE**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo o relatório da administração, o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) nomeação do Presidente do Conselho de Administração. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022; (ii) retificar a remuneração anual dos administradores realizada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) alterar e consolidar o estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"), na forma da Proposta da Administração divulgada pela Companhia em 30 de março de 2022; e (iv) aprovar o programa de incentivo de ações *PhantomShares*. **Informações Gerais:** A participação dos acionistas na AGOE será de forma digital, por meio de plataforma digital, ou por meio de boletim de voto à distância ("**Boletim de Voto**"). A Companhia adotará o sistema de participação à distância, permitindo que seus acionistas participem da AGOE ao acessarem a plataforma Zoom, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **As informações detalhadas relativas à participação na AGOE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na Proposta da Administração que poderá ser acessada por meio da página eletrônica da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br).** Para participarem, os acionistas deverão enviar solicitação exclusivamente por e-mail à Companhia para o endereço dri@cruzeirodosul.edu.br, até às 16:30 do dia 27 de abril de 2021, o qual deverá conter toda a documentação necessária (conforme indicada na Proposta da Administração) para permitir a participação do acionista na AGOE, conforme detalhado na Proposta da Administração da Companhia divulgada em 30 de março de 2022. Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido não poderão participar da AGOE, nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, da Instrução CVM 481. Tendo em vista a necessidade de adoção medidas de segurança na participação à distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o link e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados na Proposta da Administração). O link e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização. Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Banco Bradesco S.A., conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração para a AGOE; ou (iii) preencher o Boletim de Voto disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas na Proposta da Administração para a AGOE. Para mais informações, observar as regras previstas na Instrução CVM 481, na proposta da administração para a AGOE e no Boletim de Voto disponibilizado pela Companhia nos endereços abaixo indicados. Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na AGOE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE. Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), nos termos da Instrução CVM 481, a proposta da administração e a cópia dos demais documentos relacionados à matéria constante da ordem do dia da AGOE.

São Paulo, 30 de março de 2022.

Wolfgang Stephan Schwerdtle - Presidente do Conselho de Administração

ITAÚSA S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15 Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Os Senhores Acionistas da **ITAÚSA S.A.** são convidados a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada no dia 29.04.2022, às 11h00, **na forma exclusivamente digital**, a fim de:

Em pauta ordinária: 1. tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2021; 2. deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2021 e ratificar a distribuição antecipada de dividendos e de juros sobre o capital próprio; 3. fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato anual; 4. eleger os respectivos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração; 5. eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o próximo mandato anual; 6. deliberar sobre a verba global e anual destinada à remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria; e 7. deliberar sobre a remuneração mensal dos Conselheiros Fiscais.

Em pauta extraordinária: 1. aprovar as seguintes alterações no Estatuto Social para: a) aprimorar a redação do artigo 2º (Objeto Social); b) no artigo 3º (Capital e Ações): (i) *caput*, registrar a composição do capital após capitalização de reservas com bonificação em ações, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião de 13.12.2021; (ii) item 3.1, reduzir o limite do capital autorizado e incluir novos subitens 3.1.1 (texto segregado do item 3.1, com aprimoramentos) e 3.1.2 (para dispor sobre a outorga de opções de compra de ações dentro do limite do capital autorizado); (iii) item 3.5, dispor sobre a utilização de ações em tesouraria no âmbito de programa de remuneração de longo prazo; e (iv) aprimorar a redação dos itens 3.2 e 3.6; c) no artigo 5º (Administração), inserir o item 5.4 para dispor acerca da celebração de compromissos de indenidade em favor dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria e dos Comitês de Assessoramento da Companhia, bem como daqueles que sejam indicados pela Companhia para exercer cargos em Conselho de Administração ou comitê estatutário de suas investidas; d) no artigo 6º (Conselho de Administração): (i) *caput*, reduzir o limite máximo de membros, de 12 para 10, e estabelecer limite de idade de 75 anos para eleição de conselheiro; (ii) item 6.1, dispor acerca da composição por membros independentes; (iii) item 6.4, aprimorar a redação, inclusive com inserção do subitem 6.4.1 e para dispor sobre a assinatura digital ou eletrônica nas atas das reuniões do Conselho; (iv) item 6.5, aprimorar as competências do Conselho de Administração, inclusive com inserção de novos incisos VII (orçamento anual), XVII (desinvestimentos em controladas), XIX (processos arbitrais e ações judiciais e administrativas), XX (alienação, aquisição ou oneração de ativos, exceto participações societárias) e XXI (operações de derivativos); e) incluir novo artigo 7º, para dispor sobre a instituição de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração; f) no atual artigo 7º, renumerado para artigo 8º (Diretoria): (i) aprimorar a redação do *caput* e de seus itens, para alterar a composição dos cargos e melhor dispor sobre a substituição dos diretores; (ii) item 7.6 (renumerado para 8.5), reduzir o limite de idade para eleição de diretor, de 75 para 70 anos; (iii) subitem 7.7.1 (renumerado para 8.6.1), prever a assinatura digital ou eletrônica nas atas das reuniões da Diretoria; (iv) item 7.8 (renumerado para 8.7), para aprimorar a redação acerca da competência para alienação, aquisição ou oneração de ativos, bem como dispor acerca de investimentos ou desinvestimentos, inclusive em controladas; (v) subitem 7.9.1 (renumerado para 8.8.1), vedar a representação isolada nos atos que importem em aquisição/alienação de ativos; (vi) incluir novo subitem 8.8.2 para dispor sobre a assinatura digital ou eletrônica nos documentos da Companhia; e (vii) itens 7.10 a 7.12 (renumerados para 8.9 e 8.10), para remanejar competências dos diretores; g) no atual artigo 9º, renumerado para artigo 10 (Conselho Fiscal), aprimorar a redação e estabelecer limite de idade de 75 anos para eleição de conselheiro fiscal e dispor sobre a assinatura digital ou eletrônica nas atas das reuniões do referido órgão; h) aprimorar a redação dos atuais artigos 11 (Destinação do Lucro Líquido), 12 (Dividendos) e 13 (Reservas Estatutárias), renumerados para artigos 12, 13 e 14, respectivamente; i) incluir novo artigo 15, para dispor transitoriamente sobre a eleição de membros do Conselho de Administração que já atingiram o limite de idade de 75 anos; e 2. aprovar a consequente consolidação do Estatuto Social.

Informações gerais: Participação na Assembleia: os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores, poderão participar da Assembleia sob qualquer das formas aqui previstas: (i) *Voto a Distância*: os Boletins de Voto a Distância podem ser enviados por meio dos agentes de custódia dos Acionistas ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, consoante instruções contidas no Manual de Participação na Assembleia; para o envio dos boletins diretamente à Companhia sugerimos que seja utilizado o e-mail assembleia@itausa.com.br, não sendo necessário o envio posterior da via física; *(ii) Sistema Eletrônico para Participação Virtual*: os Acionistas ainda poderão optar por simplesmente participar da Assembleia ou participar e votar de forma virtual, sendo que as orientações e os dados para conexão, incluindo a senha necessária para tal, serão enviados aos Acionistas que manifestarem interesse por meio do e-mail assembleia@itausa.com.br **até às 11h00 do dia 27.04.2022**, conforme detalhados no Manual de Participação na Assembleia; Voto Múltiplo: os Acionistas interessados em requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração deverão representar, no mínimo, 5% do capital votante, nos termos da Resolução CVM 70/2022; Eleição em Separado: os Acionistas minoritários e os preferencialistas poderão eleger, em votação em separado, membros para os Conselhos de Administração e Fiscal, observadas as condições previstas nos Artigos 141 e 161 da Lei 6.404/76, sendo que, na eleição para o Conselho de Administração, somente serão computados os votos relativos às ações detidas pelos Acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária desde 29.01.2022; e Documentos e Informações: os documentos legais e as informações adicionais necessários para análise e exercício do direito de voto encontram-se disponíveis na sede social e no *website* da Companhia (www.itausa.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

São Paulo (SP), 29 de março de 2022.

Conselho de Administração
Henri Penchas - Presidente (31/1/2)

FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA

CNPJ: 61.914.891/0001-86

RETIFICAÇÃO AO COMUNICADO

A Fundação Padre Anchieta retifica o comunicado com referência a Convocação Geral nº 002/2022– Processo nº 0179/2022, que tem o objetivo disponibilização de direito de exploração autônoma de Valet, **RETIFICA-SE** a data e horário de abertura para **18/04/2022** às **10h00min** por interesse da Administração, na Rua Cenno Sbrighi, nº378 – Setor de Compras – Bloco A3 – Água Branca – São Paulo/SP. O Edital, na íntegra, será disponibilizado no endereço www.e-negociospublicos.com.br e www.tvcultura.com.br.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000

Companhia Aberta

Aviso aos Acionistas

A **Cruzeiro do Sul Educacional S.A.** ("**Companhia**") vem informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), a cópia das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo o relatório da administração, o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes, e os demais documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 29 de abril de 2022, encontram-se à disposição na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cesário Galeno, nº 475, 7º andar, bairro Tatuapé, CEP 03071-000, bem como nos websites da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). A Companhia esclarece, ainda, que a publicação dos documentos, conforme exigido pela regulamentação aplicável, será oportunamente realizada pela Companhia no Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 30 de março de 2022.

Luís Felipe Silva Bresaola - Diretor de Relações com Investidores

TRISUL S.A.

TRISUL

Companhia Aberta

CNPJ nº 08.811.643/0001-27 - NIRE 35.300.341.627| Código CVM nº 21130

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2022

TRISUL S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos arts. 3º e 5º da Instrução CVM 481/2009, conforme alterada ("ICVM 481/2009"), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 26 de abril de 2022, às 15:00 horas, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iii)** a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iv)** a fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** a eleição de membro independente do Conselho de Administração; **(vi)** a caracterização do membro independente do Conselho de Administração; **(vii)** a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022; **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i)** A reforma do estatuto social com vistas a ajustes de redação e adaptá-lo aos requisitos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, com a consequente alteração dos seguintes artigos: (1) Art. 6º - Refletir o novo valor do capital autorizado (cujo aumento será deliberado nos termos do item (ii) abaixo); (2) Art. 6º, Parágrafo 3º - Ajuste para fins de aprimoramentos redacionais; (3) Art. 9, Parágrafo Único - Inclusão da possibilidade de cumulação dos cargos de presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente em caso de vacância, observadas as determinações previstas no parágrafo único do art. 20 do Regulamento do Novo mercado; (4) Art. 12, Parágrafos 1º e 2º - Inclusão da previsão de que 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, bem como acerca da necessidade do Conselheiro Independente apresentar a declaração por escrito atestando seu enquadramento aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado; (5) Art. 17, item XVIII - Inclusão de trecho para fins de compatibilização deste inciso com o art. 8º do Estatuto Social da Companhia; (6) Art. 26, Parágrafo Único - Alteração para prever que as Assembleias Gerais da Companhia serão convocadas nos termos da Lei das Sociedades Por Ações; (7) Art. 27, *caput* e Parágrafos 3º e 4º - Ajuste para fins de aprimoramentos redacionais; (8) Art. 28, item IX - Exclusão para fins de aprimoramento redacional; (9) Art. 36, Parágrafo 4º - Alteração para fazer menção de que o termo de posse dos membros do Conselho Fiscal deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 47 do Estatuto Social; (10) Art. 36, Parágrafo 5º - Exclusão para fins de aprimoramento redacional; e (11) Art. 43, Parágrafo 1º - alteração para incluir a definição de "Controle" e exclusão da definição de "Poder de Controle"; **(ii)** o aumento do limite do capital autorizado para um total de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias; **(iii)** a consolidação do estatuto social da Companhia; e **(iv)** a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos: (a) cópia simples do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral - RG, Carteira Nacional de Habilitação - CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (b) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia; (c) cópia simples do instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes de representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e dos documentos sociais; (d) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, §1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos , contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Adicionalmente, informa-se que, nos termos da ICVM 481/09, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas votem na Assembleia mediante o preenchimento e entrega de boletim de voto a distância, disponibilizado pela Companhia, nesta data, conforme orientações e prazos constantes do boletim de voto a distância e da proposta da administração. Os boletins de voto a distância contêm as matérias constantes da agenda da Assembleia. Os acionistas que optarem por manifestar seus votos a distância na Assembleia deverão preencher o boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia indicando se desejam aprovar, rejeitar ou abster-se de votar nas deliberações descritas nos boletins, observados os procedimentos a seguir. No caso de envio dos boletins diretamente à Companhia, depois de preenchido o boletim, os Senhores Acionistas deverão enviar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, para o endereço da sede da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 37, 18º andar, Bairro Paraíso, CEP 01311-902, ou por meio do e-mail ri@trisul-as.com.br, os seguintes documentos: (i) os boletins de voto a distância relativos às Assembleias, com todos os campos devidamente preenchidos, todas as páginas rubricadas e a última página assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), com firma reconhecida; e (ii) documentos de identidade e de comprovação de representação. Para serem aceitos validamente, os boletins de voto, acompanhados da respectiva documentação, deverá ser recebido pela Companhia até o dia 19 de abril de 2022, inclusive. Nos termos do art. 21-U da ICVM 481, em até 3 (três) dias contados do recebimento dos documentos acima indicados, a Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico informado pelos acionistas no boletim de voto a distância: (i) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como que o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância. Não serão considerados os votos proferidos por acionistas nos casos em que o boletim de voto a distância e/ou os documentos de representação dos acionistas elencados acima sejam enviados (ou reenviados e/ou retificados, conforme o caso) sem observância dos prazos e formalidades de envio indicadas acima. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no *site* da Companhia (https://ri.trisul-sa.com.br/), e foram enviados à CVM (www.gov.br/cvm) e à B3 (http://www.b3.com.br/). São Paulo/SP, 25 de março de 2022. **Michel Esper Saad Junior** - Presidente do Conselho de Administração

NOTAS E INFORMAÇÕES

Falta vaga, cria-se uma empresa

A multiplicação de microempresas reflete principalmente a escassez de oportunidades no mercado de trabalho

Pelo número de empresas criadas no ano passado, mais de 4 milhões, a economia brasileira parece estar bombando. Mas é bom dar atenção a outros números antes de lançar o primeiro rojão.

Doze milhões de pessoas estavam desempregadas no trimestre final de 2021. Em milhões de casos, desempregado significa "sem condições de pagar as contas do dia a dia e de cuidar das crianças". O mesmo número, correspondente a 11,2% da força de trabalho, procurou uma vaga no trimestre móvel terminado em janeiro. Quem ainda manteve ou conseguiu alguma ocupação ganhou em média R$ 2.447. Esse valor foi 10,7% menor que o rendimento médio habitual de um ano antes, descontada a inflação. Se havia prosperidade, onde estava escondida?

Convém levar em conta esses dados antes de festejar o aumento dos trabalhadores por conta própria. Esse contingente cresceu 10,3% em um ano e chegou a 25,6 milhões de pessoas no trimestre novembro-janeiro. A média anual do ano passado, de 24,9 milhões, foi 11,1% superior à de 2020. Estaria ocorrendo um notável surto de empreendedorismo, estimulado pela vitoriosa estratégia da gestão Bolsonaro?

A resposta é negativa. Criar uma empresa – microempresa, na maioria dos casos – pode ser simplesmente um meio de tentar sobreviver, quando o emprego é muito escasso. Os trabalhadores informais, 38,9 milhões, corresponderam, no último levantamento, a 40,7% dos ocupados. Esse número inclui 12,4 milhões de empregados sem carteira assinada no setor privado.

O número de informais – assalariados e ocupados por conta própria – também é parte de um quadro muito ruim do mercado de trabalho e da atividade econômica. De cada 10 empresas criadas em 2021, quase 8 foram de microempreendedores individuais, informou o **Estadão**.

Tanto os números oficiais quanto os da Serasa Experian mostram as dimensões modestas da maior parte dos novos empreendimentos e deixam clara, também, a relação entre desemprego e novos microempresários. "Por esses números, parece que o Brasil virou um celeiro de empreendedores", comentou o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi, antes de falar sobre a realidade sombria por trás da criação de microempresas.

Desde 2016, segundo ano da recessão deixada pela presidente Dilma Rousseff, o desemprego tem superado 10% da força de trabalho. Mas o contingente de pessoas em graves dificuldades é muito maior, porque inclui também os trabalhadores subocupados, os desalentados e aqueles fora do mercado, embora pudessem estar em busca de trabalho. O número de subutilizados diminuiu em um ano, mas continuou muito alto – 27,8 milhões, ou 23,9% da força de trabalho.

O crescimento de 4,6% em 2021 levou a economia de volta, com pequena folga, ao patamar pré-pandemia, mas foi insuficiente para inaugurar um período de maior dinamismo. Retomado o nível anterior à covid-19, a atividade continua muito lenta. O Ministério da Economia projeta para 2022 expansão de 1,5%. O Banco Central estima 1%. O mercado, 0,5%. Nada muito promissor, enfim, em relação ao emprego.●

Receitas e despesas **No vermelho**

Contas do governo fecham no negativo em R$ 20,6 bi

BRASÍLIA

Mesmo com a arrecadação recorde de tributos federais em fevereiro, as contas do governo central, que reúnem Tesouro Nacional, Banco Central e INSS, registraram déficit no mês passado. A diferença entre as receitas e as despesas ficou negativa em R$ 20,619 bilhões, o menor valor para o mês desde 2015. Em fevereiro de 2021, o resultado havia sido negativo em R$ 21,339 bilhões.

No primeiro bimestre, o governo central registrou superávit de R$ 55,956 bilhões. A meta fiscal de 2022 admite um déficit primário de até R$ 170,5 bilhões nas contas do governo central. No mesmo período de 2021, o saldo havia sido negativo em R$ 22,166 bilhões. O desempenho ficou dentro do intervalo das expectativas do mercado financeiro. ●

LORENNA RODRIGUES e ANTONIO TEMÓTEO

UNESP - Campus de Franca - FCHS

ABERTURA DE LICITAÇÃO – Acha-se aberto na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Câmpus de Franca - Unesp - a Tomada de Preços nº 01/2022-CF, Convênio SDE CES nº 10/2021, objetivando a Execução de Serviços de Engenharia para Adaptação do Salão de Estudos da Biblioteca. A sessão pública se dará às 9h do dia 18/04/2022, na Sala de Licitações da Seção Técnica de Materiais, localizada na Av. Eufrásia Monteiro Petráglia, 900 – Jardim Dr. Antônio Petráglia, Franca - SP. O Edital poderá ser obtido gratuitamente nos endereços eletrônicos www.imprensaoficial.com.br > e-negociospublicos, ape.unesp.br/licitacao/ e www.franca.unesp.br/licitacoes ou, ainda, mediante simples requerimento à Unidade Contratante (material.franca@unesp.br, endereço supra, tel.:16 3706-8764) - Proc. 519/2022-CF.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL Nº 008/2022 - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022 - PROCESSO Nº 121/2022

ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Poá - **EDITAL Nº**: 008/2022 - **PROCESSO Nº**: 121/2022 - **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para executar obras de drenagem na Avenida Getúlio Vargas – Trecho I – Caixas de Retardo em vias transversais, Avenida Getúlio Vargas, Rua Dante Fuga e Rua José de Oliveira Gomes, no município de Poá/SP - **MODALIDADE:** Tomada de Preços - **ENCERRAMENTO:** 20 de abril de 2022, às 09:30 horas - **DATA DE ABERTURA:** 20 de abril de 2022, às 10:00 horas. A Prefeita Municipal da Estância Hidromineral de Poá, **FAZ SABER** que se acha aberta nesta Prefeitura, situada na Avenida Brasil, nº 198 - Centro - Poá/SP, a **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022**. Os interessados poderão retirar o Edital e seus anexos, sem custo, no sítio da Prefeitura Municipal de Poá – www.poa.sp.gov.br, ou na Diretoria do Departamento de Licitações e Contratos, no horário compreendido entre 9 às 12 e das 13 às 16 horas, de segunda à sexta-feira, mediante a entrega de 01 (um) CD – ROM do tipo CDR-80, virgem e lacrado. Maiores informações pelo telefone (0xx11) 4634.8811/8812.

Em, 30 de março de 2022.

Márcia Teixeira Bin de Sousa - Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital **nº 030/2022** - Processo nº **2.684/2022** - **Modalidade**: Pregão Eletrônico nº 008/2022 - do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM - AMPLA PARTICIPAÇÃO - Objeto: AQUISIÇÃO DA QUANTIDADE ANUAL DE: 220.000 (DUZENTOS E VINTE MIL) LITROS DE GASOLINA COMUM, 400.000 (QUATROCENTOS MIL) LITROS DE ETANOL HIDRATADO, 800.000 (OITOCENTOS MIL) LITROS DE ÓLEO DIESEL CLASSIFICAÇÃO BS 500 E 320.000 (TREZENTOS E VINTE MIL) LITROS DE ÓLEO DIESEL BS-10, PARA O CORPO DE BOMBEIROS, GABINETE DO PREFEITO E PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I E III DO EDITAL. - Interessada**: Gabinete, Corpo de Bombeiros e Secretarias Municipais. **Data do Recebimento das propostas: até 9h do dia 13/04/2022. Abertura da Sessão: 13/04/2022 às 9h**. Informações e edital na Secretaria de Administração/Divisão de Licitações, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2º andar, sala 10 - CEP. 17.014-500 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3235-1113 ou através de download gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br** ou através do site www.bec.sp.gov.br - **Oferta de Compra**: **820900801002022OC00138**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 30/03/2022 - Talita Cristina Pereira Vicente - Diretora da Divisão de Licitações.

Rio Paranapanema Energia S.A.

C.N.P.J. nº 02.998.301/0001-81 - N.I.R.E. 35.300.170.563

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária de Acionistas

Ficam os Senhores Acionistas da **Rio Paranapanema Energia S.A.** ("Companhia") convidados a se reunir em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no próximo dia 29 de abril de 2022, às 10h00 do horário de Brasília, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams (link disponibilizado https://www.ctgbr.com.br/rio-paranapanema/governanca-corporativa/), sem prejuízo do uso de boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, nos termos da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada pela Instrução da CVM nº 622/2020 ("ICVM 481), a fim de apreciarem e deliberarem sobre os seguintes itens constantes da Ordem do Dia: a) Exame do Relatório Anual da Administração a respeito dos negócios sociais e principais fatos administrativos, exame, discussão e aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes; b) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido e a não distribuição de dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e d) Fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do conselho fiscal para o exercício de 2022. Informações Gerais: 1) Os Acionistas deverão apresentar, até a data da realização da Assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral Ordinária; (ii) tratando-se de pessoa jurídica ou fundo de investimento, (1) cópia autenticada do estatuto, contrato social ou do regulamento, (2) do instrumento de eleição ou indicação do representante legal que comparecer à Assembleia ou outorgar poderes a procurador, e (3) na hipótese de representação por procurador, instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a que se refere o presente Edital, devidamente regularizado na forma da lei, do estatuto, contrato social ou regulamento do acionista representado; (iii) tratando-se de pessoa física, (1) cópia do documento que comprove a identidade do acionista, e (2) na hipótese de representação por procurador, instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a que se refere o presente Edital, devidamente regularizado na forma da lei. Os documentos acima referidos poderão ser enviados digital e previamente à Companhia, no endereço eletrônico relacaoinvestidores@ctgbr.com.br. 2) A participação do acionista poderá ser (i) virtual, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, podendo ocorrer por si mesmo, por representante legal ou procurador devidamente constituído, ou (ii) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas neste Edital de Convocação da Companhia divulgado nesta data. Os acionistas também poderão participar acompanhando os trabalhos da Assembleia virtualmente, sem votar. 3) Para participarem virtualmente da Assembleia por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão enviar solicitação à Companhia, para o endereço eletrônico relacaoinvestidores@ctgbr.com.br, até as 17:00 horas do dia 27 de abril de 2022. A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ de ambos (conforme o caso), além de telefone e endereço de e-mail do solicitante, bem como cópia simples de todos os documentos necessários para permitir a participação do acionista na Assembleia, conforme detalhado neste Edital de Convocação da Companhia divulgado nesta data e disponível no endereço eletrônico https://www.ctgbr.com.br/rio-paranapanema/informacoes-aos-investidores/#toggle-id-3, além do site da CVM e B3. 4). Na forma do disposto no §3º do artigo 135 da Lei 6.404/76 e nos artigos 6º e 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, todos os documentos pertinentes à ordem do dia a ser apreciada na Assembleia Geral Ordinária, incluindo a Proposta da Administração, encontram-se disponíveis aos Senhores Acionistas, a partir desta data, para consulta, no endereço eletrônico da Companhia, https://www.ctgbr.com.br/rio-paranapanema/governanca-corporativa/, bem como no sistema IPE mantido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), e na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). 5) Ademais, em linha com o disposto na Subseção I da Seção I do Capítulo III da Instrução CVM nº 480/09 - "Conteúdo e Forma das Informações", a Rio Paranapanema Energia S.A. informa que adotará o procedimento de voto a distância disposto na Instrução CVM nº 561/15, dessa forma, a participação dos acionistas na Assembleia poderá ser realizada via boletim de voto a distância mediante sistema que permite que os Acionistas da Rio Paranapanema Energia S.A. exerçam o seu direito de voto por meio do Boletim de Voto a Distância, mediante o envio do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 561/15, acompanhado dos documentos mencionados no item 1, subitens (i), (ii) e (iii) do presente Edital de Convocação, via excepcionalmente eletrônico para o seguinte endereço: BR_DiretorRI@ctgbr.com.br. São Paulo, 29 de março de 2022. **Jianqiang Zhao** - Presidente do Conselho de Administração.

Investimentos Bemge S.A.

CNPJ 01.548.981/0001-79 — Companhia Aberta — NIRE 35300315472

Edital de Convocação

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Os Senhores Acionistas da INVESTIMENTOS BEMGE S.A., conforme obrigação prevista pela Lei das Sociedades Anônimas, são convidados pelo Conselho de Administração a participarem de Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 29.04.2022, às 11:00 horas, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 3º andar, em São Paulo (SP), a fim de: **1.** Tomar conhecimento dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e examinar, para deliberação, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2021; **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; **3.** Fixar o número de membros que comporão o Conselho de Administração e eleger os seus integrantes para o próximo mandato trienal. Tendo em vista as determinações das Instruções da Comissão de Valores Mobiliários 165/91 e 282/98, fica consignado que, para requerer a adoção de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração, os Acionistas requerentes deverão representar, no mínimo, 5% do capital votante; e **4.** Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos integrantes da Diretoria e do Conselho de Administração. A descrição consolidada das matérias propostas bem como suas justificativas constam do Manual da Assembleia. Os documentos a serem analisados na Assembleia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Para exercer seus direitos, os acionistas que desejarem comparecer à Assembleia, embora não recomendado, deverão portar seu documento de identidade. Os Acionistas podem ser representados na Assembleia por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que o procurador esteja com seu documento de identidade e os documentos listados abaixo comprovando a validade de sua procuração (solicitamos que documentos produzidos no exterior sejam consularizados ou apostilados e acompanhados da respectiva tradução juramentada). Esclarecemos que o representante do Acionista Pessoa Jurídica não precisará ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. a) Pessoas Jurídicas no Brasil: cópia autenticada do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório; e b) Pessoas Físicas no Brasil: procuração com firma reconhecida em cartório. Objetivando facilitar os trabalhos na Assembleia, a Companhia sugere que os Acionistas representados por procuradores enviem, até o dia 27.04.2022, às 11h horas, cópia dos documentos acima elencados para o e-mail drinvest@itau-unibanco.com.br. Tendo em vista que o mundo continua atravessando uma grave crise sanitária, apesar de termos tido avanços nos últimos meses, ainda precisamos acompanhar e evitar o excesso de circulação e contato entre as pessoas. Sendo assim, incentivamos que os acionistas participem da Assembleia por meio do boletim de voto à distância, nos termos da Instrução CVM 481/09, conforme alterada, a ser enviado (i) diretamente à Companhia, (ii) aos seus respectivos agentes de custódia, caso as ações estejam depositadas em depositário central, ou (iii) à Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração, conforme procedimentos descritos neste Manual da Assembleia. No intuito de organizar o acesso aos Acionistas na Assembleia, informamos que seu ingresso será permitido a partir das 10h. São Paulo (SP), 28 de março de 2022. (a) Renato Lulia Jacob - Diretor de Relações com Investidores. (29/30/31)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital nº **091/2022** - Processo nº **184.785/2021**- **Modalidade**: Pregão Eletrônico nº **014/2022** - do tipo MENOR PREÇO POR ITEM - COTA RESERVADA PARA ME E EPP - Objeto: **AQUISIÇÃO DA QUANTIDADE ESTIMADA ANUAL DE 5.500 (CINCO MIL E QUINHENTOS) TONELADAS DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE (CBUQ) - FAIXA C, POR MEIO DE, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONFORME ANEXOS I E III DO EDITAL. Interessada**: Secretaria Municipal de Obras. **Data do Recebimento das propostas: até 9h do dia 13/04/2022. Abertura da Sessão: 13/04/2022 às 9h**. Informações e edital na Secretaria de Administração/Divisão de Licitações, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2º andar, sala 10 - CEP. 17.014-500 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3235-1113 ou através de **download** gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br** ou através do site www.bec.sp.gov.br - **Oferta de Compra**: **820900801002022OC00132**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 30/03/2022 – Talita Cristina Pereira Vicente - Diretora da Divisão de Licitações.

HBR REALTY — HBRE3 [B]³

HBR REALTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 14.785.152/0001-51

NIRE 35.300.466.276 | Código CVM nº 2540-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2022

Nos termos do artigo 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e dos artigos 3º a 5º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM nº 481/09"), a HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A. ("HBR" ou "Companhia") convoca os seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO" ou "Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, às 15 horas do dia 28 de abril de 2022, de modo **exclusivamente digital,** por meio da plataforma Zoom, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) proposta da administração sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) fixação do número de assentos do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato; (iv) eleição dos membros do Conselho de Administração; (v) a qualidade de independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, do conselheiro Rodolpho Amboss; (vi) a qualidade de independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, do conselheiro José Luiz Acar Pedro; (vii) a qualidade de independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, do conselheiro Claudio Thomaz Lobo Sonder; (viii) a qualidade de independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, do conselheiro Guilherme de Morais Vicente; (ix) designação do Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (x) designação do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (xi) fixação do limite da remuneração anual global dos Administradores e membros do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da Companhia para o exercício social de 2022. **Instruções gerais:** Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei das S.A., incluindo *(i)* o Relatório da Administração, *(ii)* as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, e *(iii)* o Manual e Proposta da Administração da AGO, bem como todas as demais informações e documentos exigidos pela Instrução CVM nº 481/09, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, assim como em seu website de Relações com Investidores (http://ri.hbrrealty.com.br), e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (http://www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (http://www.b3.com.br). Nos termos do art. 141 da Lei das S.A. e do art. 3º da Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, o percentual mínimo de participação necessário para requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia. **Participação na Assembleia:** A Companhia esclarece que a AGO será realizada de forma **exclusivamente digital**. Dessa forma, os acionistas poderão participar da Assembleia **(i)** virtualmente, por meio da plataforma Zoom, nos termos do artigo 21-C, §§ 2º e 3º da Instrução CVM nº 481/09; ou **(ii)** por meio do Boletim de Voto a Distância, disponível no website de Relações com Investidores da Companhia e nos websites da CVM e da B3. **(i)** Sistema eletrônico de participação: Os dados e as instruções para participar da AGO por meio da plataforma Zoom serão encaminhados aos acionistas que enviarem solicitação válida à Companhia, no e-mail ri@hbrrealty.com.br, acompanhada da devida documentação comprobatória, com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para realização da AGO, ou seja, até 26 de abril de 2022. As instruções detalhadas para participação na AGO por meio da plataforma Zoom estão detalhadas no Manual e Proposta da Administração da AGO. **(ii)** Boletim de Voto a Distância: Os acionistas que optarem por participar da Assembleia por meio do boletim de voto a distância deverão (a) transmitir as instruções de preenchimento do boletim aos seus agentes de custódia ou ao escriturador de acordo com os procedimentos estabelecidos por eles; ou (b) enviar o boletim diretamente à Companhia, preferencialmente por meio eletrônico, ao e-mail ri@hbrrealty.com.br. O boletim deve ser recebido com, no mínimo, 7 (sete) dias de antecedência da data da realização da AGO, de modo que os acionistas que queiram participar por meio do boletim de voto a distância devem fazê-lo até o dia **21 de abril 2021, inclusive**. Adicionalmente, deverão ser observadas as instruções detalhadas no Manual e Proposta da Administração da AGO e no próprio Boletim de Voto a Distância. Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio: (i) dos telefones +55 (11) 4793-7556 ou (ii) do e-mail: ri@hbrrealty.com.br.

Mogi das Cruzes, 29 de março de 2022

Henrique Borenstein

Presidente do Conselho de Administração

COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 60.730.348/0001-66

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os senhores Acionistas da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO ("Companhia") a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** ("AGO"), a se realizar no dia 29 de abril de 2022, às 11h00min, de modo **exclusivamente digital** por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams e, portanto, considerada esta como realizada no endereço da sede da Companhia, podendo os acionistas participarem e votarem pela referida plataforma, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iii)** Eleger os Membros do Conselho de Administração; e **(iv)** Fixar o montante global de remuneração dos administradores, para o exercício social de 2022.

São Paulo, 30 de março de 2022.

Hélio Magalhães - Presidente do Conselho de Administração

Instruções Gerais: **(1)** Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGO ora convocada, bem como manual de utilização e votação da plataforma Microsoft Teams, encontram-se à disposição dos Acionistas para consulta na sede da Companhia e na página da Companhia (www.melhoramentos.com.br), bem como na página da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S/A – Brasil Bolsa Balcão, em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 481/09. **(2)** Aos Acionistas que decidirem participar e votar na AGO através da plataforma Microsoft Teams, solicita-se o envio de e-mail de contato e dos documentos ora relacionados diretamente à Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, os quais deverão, portanto, ser enviados digitalizados através do e-mail assembleia@melhoramentos.com.br com pelo menos 48h (quarenta e oito horas) de antecedência à data e horário previstos para o início da AGO, independentemente da natureza do Acionista: **(i)** para aqueles Acionistas que se fizerem representar por procuração, cópia do instrumento de mandato com reconhecimento da firma do representado em cartório, com prazo de vigência inferior a um ano e outorgado em favor de instituição financeira, advogado, Acionista ou administrador da Companhia (artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76), especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital Microsoft Teams; **(ii)** se pessoa física, cópia autenticada de documento de identidade oficial com foto; e **(iii)** se pessoa jurídica, cópia autenticada do estatuto social ou contrato social registrados no órgão competente, acompanhada de cópia autenticada do ato registrado no órgão competente, que comprove a eleição dos administradores que representarem o Acionista na AGO, especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital Microsoft Teams; **(iv)** se fundo de investimento, cópia autenticada do regulamento do fundo, acompanhada dos documentos previstos no item "(iii)" acima, relativamente à pessoa jurídica responsável por exercer o direito de voto em nome do fundo de investimento, especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital Microsoft Teams. **(3)** Solicitamos ainda que, juntamente com o envio dos documentos descritos no item "3" acima, os Acionistas indiquem se desejam apenas participar da AGO ou se desejam participar e votar também, observando-se que, nos termos do Art. 21-C, §2º da Instrução CVM 481/09, caso um acionista que já tenha enviado o boletim de voto à distância queira participar e votar na AGO via Microsoft Teams, todas as instruções de voto recebidas por meio do boletim de voto à distância daquele acionista serão desconsideradas. **(4)** Os Acionistas que decidirem participar e votar na AGO através da plataforma Microsoft Teams receberão, com até 12 (doze) horas de antecedência ao horário previsto do início da AGO, nos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos conforme item "3" acima, a credencial de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma, considerando-se este como protocolo digital de que trata o artigo 5 º, § 4º da Instrução CVM nº 622/20, cabendo exclusivamente aos Acionistas a obrigação de guarda, zelo e utilização de suas credenciais de acesso. O acesso via Microsoft Teams estará restrito aos Acionistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Acionistas Credenciados"), sendo vedada a participação de Acionistas que não tenha previamente se habilitado, conforme item "3" acima. **(5)** O Acionista que desejar também poderá exercer seu direito de voto por meio do boletim de voto à distância. Neste caso, até o dia 22 de abril de 2022 (inclusive), o Acionista deverá transmitir instruções de preenchimento, enviando o respectivo boletim de voto a distância: 1) aos seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia; ou 2) diretamente à Companhia, preferencialmente através do e-mail assembleia@melhoramentos.com.br. Para informações adicionais, o Acionista deve observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia conforme item "1" acima. **(6)** A Companhia recomenda que os Acionistas Credenciados acessem a plataforma Microsoft Teams com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da AGO a fim de evitar eventuais problemas operacionais e permitir que os Acionistas Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma Microsoft Teams, para que possam participar da AGO sem intercorrências. A Companhia não se responsabilizará por má ou indevida utilização de suas credenciais de acessos, bem como problemas de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, de forma que a Companhia recomenda que garantam, com antecedência, a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio). **(7)** Acionistas Credenciados, ou seus respectivos representantes legais e procuradores, que participarem via Microsoft Teams de acordo com as instruções da Companhia serão considerados presentes na AGO e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, devendo na abertura da sessão se identificar, informar o nome completo e, se for o caso, indicar os Acionistas sob sua representação, para que a Companhia possa identificar a sua identidade de acordo com a documentação previamente recebida. **(8)** Em cumprimento a ICVM 622/2020, informamos que a AGO será gravada.

Contas públicas Pressão salarial

Governo estuda reajuste de 5% para todos os servidores

LORENNA RODRIGUES
BRASÍLIA

Diante da mobilização crescente no funcionalismo público, setores do governo agora estudam a concessão de um reajuste de 5% para todos os servidores do Executivo federal em ano eleitoral. O aumento seria dado a partir de julho, custaria cerca de R$ 5 bilhões para os cofres públicos em 2022 e contemplaria mais de 2 milhões de pessoas, entre servidores, aposentados e pensionistas.

Seria uma "alternativa" para tentar distribuir de forma mais equânime o aumento de salário reivindicado por servidores de diversos órgãos públicos, como Receita Federal, Banco Central e Tesouro Nacional, que fizeram paralisações e intensificaram o movimento nas últimas semanas depois de o presidente Jair Bolsonaro prometer no ano passado aumentar os vencimentos apenas de policiais federais.

O reajuste geral esbarra no teto de gastos (regra que atrela despesas à inflação), que hoje não tem espaço para novas despesas. Na semana passada, a equipe econômica bloqueou R$ 1,7 bilhão em gastos de 2022 para não romper o limite fiscal. Ou seja, para dar aumento de pessoal, R$ 5 bilhões de despesas teriam de ser cortadas para não ultrapassar o teto.

Para o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, o reajuste de 5% seria insuficiente e "uma verdadeira afronta" aos servidores. ●

Sindicato ameaça parar Pix se só a polícia tiver aumento

THAÍS BARCELLOS
BRASÍLIA

O Sindicato Nacional de Funcionários do Banco Central (Sinal) reforçou ontem o início da greve da categoria para amanhã, dia 1.º, e disse que o movimento pode ser mais severo, caso o governo publique medida provisória com reajuste para policiais federais e deixe de fora os servidores do BC.

Segundo o Sinal, uma greve mais forte poderia interromper, total ou parcialmente, o Pix, a distribuição de cédulas e moedas, as operações de mercado aberto, a divulgação do Boletim Focus (com projeções de economistas) e de "diversas taxas" e o funcionamento do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

Os servidores do órgão querem aumento de 26,3% para funcionários da ativa, aposentados e pensionistas. A remuneração anual de um analista do BC é de R$ 341,1 mil, ou R$ 26,2 mil mensais.

"Há um alto risco de ser publicada, até 2/4/2022, a medida provisória com o reajuste dos policiais federais. Se os técnicos e analistas do BC não estiverem nessa medida provisória, a greve será ainda mais forte", disse o presidente do Sinal, Fábio Faiad, em nota.

Segundo o sindicato, o fortalecimento da greve pode até interromper o Pix porque o sistema funcionaria sem manutenção, com monitoramento precário.

Conforme mostrou o *Estadão/Broadcast*, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, passou a defender a reestruturação das carreiras no órgão. ●

Secretário de Guedes sugere correção no tíquete

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

Sem espaço fiscal para dar um reajuste para todos os servidores, o chefe da assessoria de Assuntos Estratégicos do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, defendeu um aumento do vale-alimentação para todo o funcionalismo no lugar da recomposição salarial. Pela proposta, seriam usados os recursos já previstos no Orçamento, que chegam a R$ 1,7 bilhão.

Sachsida apresentou publicamente a proposta depois de reportagem do *Estadão/Broadcast* mostrar que setores do governo estudavam a concessão de um reajuste de 5% para todos os servidores do Executivo federal. "No Orçamento existe uma previsão de R$ 1,7 bilhão para reajuste salarial de servidores públicos, valor máximo de que dispomos. Aumentar o ticket (...) me parece a melhor solução", escreveu no Twitter. ●

A regulação do teletrabalho

ARTIGO

JOSÉ PASTORE E ANTONIO GALVÃO PERES
São, respectivamente, professor da USP e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP; e doutor em Direito do Trabalho pela USP e professor do Insper e do IBDA

A pandemia fez disparar o teletrabalho. Mas a sua prática levantou várias dúvidas, muitas delas levadas à Justiça do Trabalho, como é o caso das reclamações de jornadas estafantes, invasão da privacidade, direito à desconexão, despesas com energia elétrica, infraestrutura, equipamentos e outras.

Pela Lei n.º 13.467/2017 (reforma trabalhista), muitos desses pontos podiam ser acertados por negociação coletiva, mas a grande maioria dos usuários ficou à espera de regulação por lei, agora objeto das Medidas Provisórias (MPs) n.ºs 1.108 e 1.109, de 28/3/22.

Muitos pontos do trabalho remoto já poderiam ter sido acertados por negociação coletiva

Dentre outras providências, elas estabelecem (1) a legalidade do trabalho híbrido; (2) a distinção de teletrabalho com jornada definida ou por produção e tarefa; (3) a exigência de previsão em ajuste individual ou coletivo do fornecimento de equipamentos e infraestrutura; (4) a desobrigação de as empresas pagarem as despesas de retorno ao trabalho presencial para os empregados que mudaram para outros locais durante o trabalho remoto; (5) o pagamento de hora extra no acionamento dos empregados fora do horário normal de trabalho quando se tratar de jornada definida; (6) para os que trabalham em locais diferentes, aplicam-se as normas coletivas do local em que está o estabelecimento contratante; (7) para os que trabalham em outro país em proveito de empresa no Brasil, salvo ajuste em contrário, aplica-se a lei brasileira quando aqui contratado; (8) prioridade de contratação para deficientes e pais ou guardiães de crianças com até quatro anos.

O maior mérito é a admissão do trabalho híbrido, muito desejado por empresas e trabalhadores.

A solução para o teletrabalho transnacional ainda é insatisfatória, pois não abrange o crescente problema de brasileiros em teletrabalho prestando serviços a empresas não estabelecidas no País.

A questão mais polêmica é a redação do artigo 62, inciso III, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pois agora o afastamento das regras de duração do trabalho está restrito à contratação por produção ou tarefa, rara na cultura brasileira sob vínculo empregatício. Havendo jornada definida, é necessário o controle, ainda que "por exceção" ou por "meios alternativos" negociados com os sindicatos. Isso exige muitas adaptações nas empresas. ●

Estudo O impacto financeiro das perdas

Pandemia corta R$ 16,5 bi da renda das famílias por ano

Massa de rendimentos de brasileiros entre 20 e 69 anos mortos pela covid chegava a R$ 754,3 milhões por mês, aponta FGV/Ibre

DANIELA AMORIM
VINICIUS NEDER
RIO

Os dois anos de pandemia de covid-19 já ceifaram mais de 650 mil vidas no País, o que, além da inestimável perda pessoal, significa um corte de R$ 16,5 bilhões por ano na massa de renda potencial das famílias, segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre) obtidos com exclusividade pelo *Estadão/Broadcast*.

O estudo, que busca mensurar a perda do capital humano, considera as vítimas da doença com 20 anos ou mais, entre 16 de março de 2020 e 16 de março de 2022. De 20 a 69 anos, foram 326,3 mil vidas perdidas no período, o que equivale a uma massa de rendimentos médios mensais de R$ 754,3 milhões, ou R$ 9,1 bilhões em um ano.

Considerando o rendimento médio quando morreram e a expectativa de vida, as vítimas da covid nessa faixa etária teriam capacidade de somar à renda familiar R$ 285,9 bilhões até falecer por outra causa.

"Essa nossa conta acaba sendo até limitada, porque considera a renda média da data da morte, como se a pessoa não fosse evoluir. Ela poderia se instruir mais e dar um salto na carreira, por exemplo", disse Claudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do FGV/Ibre.

Já entre os idosos a partir de 70 anos, a covid-19 vitimou 314,3 mil em dois anos de pandemia, o equivalente a uma massa salarial média mensal de R$ 617 milhões, ou R$ 7,4 bilhões perdidos em um ano. "Essas pessoas não só usavam suas capacidades de trabalho, como também transmitiam isso para as próximas gerações", disse. "Quantas pessoas deixaram de fazer seus trabalhos e deixaram de transmitir suas experiências?"

Socorro
Associação de moradores da favela de Heliópolis distribuiu cestas básicas e confeccionou máscaras

Um dos casos mais comuns na favela de Heliópolis, na zona sul de São Paulo, foi o de famílias em que algum dos membros, mais idoso, contribuía com a renda de uma aposentadoria ou algum tipo de benefício social e foi vítima da doença. "Está muito difícil e foi muito difícil o período", afirmou Antonia Cleide Alves, presidente da Unas Heliópolis e Região, a associação de moradores do local, referindo-se à combinação do drama pessoal de perder entes queridos com os problemas financeiros relacionados a toda a crise econômica causada pela pandemia, que passa pela "carestia" e pela falta de trabalho.

REDUÇÃO DE DANOS. Desde março de 2020, a Unas atua em ações emergenciais para contenção dos danos da pandemia, como a distribuição de cestas básicas e de máscaras – a fabricação de máscaras de pano serviu tanto para produzir os equipamentos de proteção quanto para gerar renda extra para costureiras. A distribuição de alimentos chegou a atingir mil cestas básicas por mês, segundo a Unas.

Para Maria Andreia Lameiras, técnica de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a perda de vidas e de renda chegou a impactar o consumo das famílias no País ao longo da pandemia, mas os programas de transferência de renda do governo, como o Auxílio Brasil, têm potencial para sustentar as famílias mais vulneráveis até que o mercado de trabalho mostre uma melhora mais significativa, com mais empregos e melhores salários.

"Parte dessa renda perdida na pandemia está sendo recuperada com esse Auxílio Brasil", opinou. "No médio e longo prazos, o que se espera é que a gente tenha uma economia que esteja crescendo mais e que parte dessa renda perdida das famílias seja recomposta." ●

Guerra na Ucrânia Efeitos no bolso

Pãozinho francês tem reajuste com disparada do preço do trigo

MÁRCIA DE CHIARA

A disparada de preços do trigo e da farinha provocada pela guerra entre Rússia e Ucrânia, dois importantes produtores do cereal, chegou ao pãozinho francês. Desde que o conflito começou, em 24 de fevereiro, o preço do quilo do pão foi reajustado entre 12% e 20% no País, segundo levantamento da Associação Brasileira da Indústria da Panificação e Confeitaria (Abip).

O preço do quilo do pão hoje oscila entre R$ 12 e R$ 22, segundo a entidade. "De acordo com os estoques de farinha e o tipo de empresa, localizada num bairro simples ou mais nobre, o preço e o porcentual de aumento variam", afirmou Paulo Menegueli, presidente da entidade que reúne quase 70 mil padarias no País. A farinha de trigo, que representa de 30% a 35% do custo do pão, subiu nos últimos 30 dias, em média, entre 20% e 23%, disse.

Faz dez dias que a padaria La Plaza, localizada na zona oeste da capital paulista, aumentou em 10% o preço do quilo do pão, de R$ 19,99 para R$ 21,99. O motivo foi a alta de 40% no preço da farinha de trigo, afirmou o gerente Tomaz Dantas. "A farinha é tudo. Se aumenta a farinha, não temos como segurar o preço do pão."

Há 23 anos à frente da padaria que funciona desde os anos 1980, Dantas disse acreditar que esse aumento no preço do pão é o maior o desde o início do Plano Real. Segundo ele, as altas do diesel, da gasolina e da energia elétrica também pressionam os preços do setor.

ENERGIA. Rui Gonçalves, presidente do Sampapão, associação que reúne 6 mil padarias de São Paulo, disse que a forte alta do preço da energia elétrica impactou o setor. "A mesma padaria que em setembro do ano passado pagava R$ 10 mil de energia elétrica hoje paga R$ 16 mil, aumento de 60%."

Nas alturas
Em todo o País, pãozinho registrou alta de 12% a 20% e custa hoje entre R$ 12 e R$ 22 o quilo

O embaixador Rubens Barbosa, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo), que reúne os moinhos, relatou que, nos últimos meses, antes da guerra, o preço da farinha já tinha registrado alta de 10% em razão da valorização do trigo no mercado internacional. Ele observou que os moinhos não compraram o grão nos primeiros três meses deste ano porque estavam estocados.

Agora, no entanto, com a disparada da cotação do trigo por causa da guerra, o presidente da Abitrigo disse que os preços da farinha vão depender da política de cada empresa. "O mercado está muito volátil, não sabemos quanto tempo a guerra vai durar." ●

Banco Digimais S.A.

CNPJ nº 92.874.270/0001-40

Rua Elvira Ferraz, 250 Vila Olímpia
CEP 04552-040 - São Paulo - SP
www.bancodigimais.com.br

Relatório da Administração

A Administração do **Banco Digimais S.A.** ("Banco" ou "Digimais"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), acompanhada do Relatório do Auditor Independente. **Foco de atuação:** O Banco Digimais é uma sociedade por ações de capital fechado com sede em São Paulo/SP e, está autorizado pelo BACEN a atuar sob a forma de banco múltiplo operando as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento. A Instituição é controlada pela B.A. Empreendimentos e Participações Ltda., holding de participação do Grupo RECORD. O foco de atuação do Banco é o financiamento de veículos usados, atuando nos seguintes estados: RS, SC, PR, SP, MG, BA, PE e CE, os quais representam atualmente cerca de 94,51% das operações, atuando em parceria com lojistas/revendedores de veículos na origem das operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC). A Instituição também atua em operações de crédito de capital de giro, desconto de títulos, crédito consignado privado, entre outros, frutos da sociedade com o Grupo RECORD. O Banco Digimais mantém a política de utilizar como principal fonte de captação de recursos, os depósitos a prazo com emissão de Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Recibo de Depósito Bancário (RDB). Também é utilizado eventualmente, a título de solução reguladora do limite de liquidez, o mecanismo de cessão de créditos que compõem a sua carteira para outras instituições financeiras, com as quais mantém parceria para a disponibilização de linhas específicas a esta finalidade. **Desempenho dos negócios:** Em virtude da pandemia do COVID-19, o resultado de dezembro de 2020 mostrou-se significativamente inferior ao resultado esperado pela Administração. Porém, apesar da lenta retomada da economia, o resultado de dezembro de 2021 foi superior ao observado no mesmo período do ano anterior. Um dos aspectos fundamentais para a alta da rentabilidade do Banco, no exercício de 2021, foi o aumento da produção de financiamentos de veículos e a retomada gradual da economia. Além disso, os outros produtos ofertados através da nossa plataforma digital, continuam proporcionando diariamente maior comodidade e facilidade para nossos clientes na realização das suas operações através do *mobile bank*. **Principais destaques do ano:** • O lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 49.066 mil no individual e consolidado (R$ 31.875 mil no individual e R$ 31.880 mil consolidado em 31/12/2020), representando um retorno anualizado sobre o patrimônio líquido (ROE) na ordem de 16,77%. Na comparação com o exercício anterior, apresentou um aumento de 2,75 (p.p.) no ROE. • As principais influências no acréscimo do lucro líquido referem-se ao aumento das receitas de tarifas de cadastro, que em 31 de dezembro de 2021 representa o montante de R$ 127.460 mil no individual e R$ 129.672 mil no consolidado (R$ 68.589 mil no individual e R$ 69.176 mil no consolidado no mesmo período do ano anterior). • As receitas da intermediação financeira apuradas neste exercício foram de R$ 549.802 mil no individual e no consolidado (R$ 359.608 mil no individual e R$ 359.672 mil no consolidado em 31/12/2020) e a despesa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito de R$ 153.210 mil no individual e consolidado (R$ 114.138 mil no individual e consolidado em 31/12/2020), apresentando um crescimento em relação ao ano anterior de 52,89% no individual e no consolidado nas receitas de intermediação financeira, e um aumento de 34,23% no individual e consolidado, nas despesas de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. • As despesas da intermediação financeira apuradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R$ 236.403 mil no individual e R$ 236.210 mil no consolidado (R$ 128.520 mil no individual e R$ 128.479 mil no consolidado no mesmo período do ano anterior), apresentando um crescimento de 83,94% no individual e 83,85% no consolidado. • As despesas de pessoal somadas às outras despesas administrativas finalizaram o exercício de 2021 em R$ 177.064 mil no individual e R$ 180.388 mil no consolidado (R$ 119.465 mil no individual e R$ 123.629 mil no consolidado no mesmo período do ano anterior), apresentando um acréscimo de 48,21% no individual e 45,91% no consolidado. • A carteira de operações de crédito finalizou o exercício de 2021 com um saldo de R$ 2.643.972 mil no individual e consolidado (R$ 1.680.074 mil no individual e consolidado em 31/12/2020), apresentando um crescimento de 57,37% no individual e no consolidado. O CDC-Veículos, principal produto do portfólio do Banco Digimais, apresentou um crescimento de 60,31% no individual e consolidado em comparação ao mesmo período do ano anterior. • A carteira de depósitos a prazo encerrou o exercício de 2021 com um saldo de R$ 4.142.349 mil no individual e R$ 4.137.256 no consolidado (R$ 2.960.008 mil no individual e R$ 2.958.764 mil no consolidado no mesmo período do ano anterior), apresentando um crescimento de 39,94% no individual e 39,83% no consolidado. • Em relação ao Índice de Basileia, o Banco Digimais encerrou o exercício de 2021 com o índice de 11,69% (10,05% no mesmo período do ano anterior). Cabe destacar, que o capital da Instituição é formado 100% por capital de nível I.

Principais informações:

	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020	Variação	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Variação
Demonstração do Resultado						
Receitas da intermediação financeira	549.802	359.608	52,89%	549.802	359.672	52,86%
Despesas de captação no mercado	(236.403)	(128.520)	83,94%	(236.210)	(128.479)	83,85%
Margem financeira bruta	**313.399**	**231.088**	**35,62%**	**313.592**	**231.193**	**35,64%**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(153.210)	(114.138)	34,23%	(153.210)	(114.138)	34,23%
Resultado bruto da intermediação financeira	**160.189**	**116.950**	**36,97%**	**160.382**	**117.055**	**37,01%**
Receitas de tarifas bancárias	127.460	68.589	85,83%	129.672	69.176	87,45%
Despesas de pessoal e administrativas	(177.064)	(119.465)	48,21%	(180.388)	(123.629)	45,91%
Outras despesas - líquidas	(38.257)	(24.868)	53,84%	(37.338)	(21.391)	74,55%
Resultado antes da tributação e das participações	**72.328**	**41.206**	**75,14%**	**72.328**	**41.211**	**75,51%**
Imposto de renda e contribuição social	(17.380)	(4.957)	250,62%	(17.380)	(4.957)	250,62%
Participações nos lucros	(5.889)	(4.374)	34,64%	(5.889)	(4.374)	34,64%
Lucro líquido do exercício	**49.059**	**31.875**	**53,91%**	**49.059**	**31.880**	**53,89%**
Balanço Patrimonial						
Disponibilidades	**8.124**	**7.986**	**1,73%**	**8.126**	**7.992**	**1,68%**
Instrumentos financeiros	**4.369.802**	**3.164.532**	**38,09%**	**4.369.812**	**3.164.542**	**38,09%**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.204.775	1.574.807	-23,50%	1.204.785	1.574.817	-23,50%
Pagamentos e recebimentos a liquidar	2.570	2.188	17,46%	2.570	2.188	17,46%
Títulos e valores mobiliários	665.055	366	181.609,02%	665.055	366	181609,02%
Operações de crédito	2.643.972	1.680.074	57,37%	2.643.972	1.680.074	57,37%
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(146.570)	(92.903)	57,77%	(146.570)	(92.903)	57,77%
Ativos fiscais	**103.346**	**90.756**	**13,87%**	**103.416**	**90.756**	**13,95%**
Outros ativos	**113.842**	**70.405**	**61,70%**	**114.154**	**71.057**	**60,65%**
Permanente	**54.425**	**41.640**	**30,70%**	**49.194**	**39.026**	**26,05%**
Total do Ativo	**4.649.539**	**3.375.319**	**37,75%**	**4.644.702**	**3.373.373**	**37,69%**
Depósitos e demais instrumentos financeiros	**4.159.356**	**2.992.880**	**39,31%**	**4.163.692**	**2.990.799**	**39,22%**
Depósitos à vista	27.007	32.872	-17,84%	26.436	32.034	-17,48%
Depósitos a prazo	4.142.349	2.960.008	39,94%	4.137.256	2.958.765	39,83%
Obrigações por emissão de letras financeiras à vista	–	–	0,00%	–	–	0,00%
Passivos fiscais correntes	**20.271**	**24.330**	**-16,68%**	**20.292**	**24.381**	**-16,77%**
Passivos fiscais diferidos	**646**	**492**	**31,30%**	**646**	**492**	**31,30%**
Provisões	**28.400**	**25.064**	**13,31%**	**28.400**	**25.064**	**13,31%**
Outros passivos	**85.458**	**92.919**	**-8,03%**	**86.271**	**92.996**	**-7,23%**
Patrimônio Líquido	**345.408**	**239.634**	**44,14%**	**345.401**	**239.641**	**44,13%**
Total do Passivo	**4.649.539**	**3.375.319**	**37,75%**	**4.644.702**	**3.373.373**	**37,69%**
Carteira de Crédito e Depósitos a Prazo						
Veículos	2.492.685	1.554.925	60,31%	2.492.685	1.554.925	60,31%
Capital de giro	57.934	94.412	-38,64%	57.934	94.412	-38,64%
Consignado privado	23.255	11.300	105,80%	23.255	11.300	105,80%
Consignado público	–	2.231	0,00%	–	2.231	0,00%
Crédito pessoal	973	6.442	-84,90%	973	6.442	-84,90%
Títulos descontados	1.449	202	617,33%	1.449	202	617,33%
Cartão de crédito e cheque especial	42.162	10.562	399,19%	42.162	10.562	399,19%
Outros créditos com características de concessão de crédito	25.514	–	100,00%	25.514	–	100,00%
Total da carteira de crédito	**2.643.972**	**1.680.074**	**57,37%**	**2.643.972**	**1.680.074**	**57,37%**
CDB Pré-Fixado	1.569.701	2.094.563	-25,06%	1.564.608	2.093.319	-25,26%
CDB Pós-Fixado	2.445.658	745.818	227,92%	2.445.658	745.818	227,92%
DPGE Pré-Fixado	71.709	67.704	5,92%	71.709	67.704	5,92%
DPGE Pós-Fixado	53.470	50.250	6,41%	53.470	50.250	6,41%
RDB Pré-Fixado	1.811	1.673	8,25%	1.811	1.673	8,25%
Total da carteira de depósitos	**4.142.349**	**2.960.008**	**39,94%**	**4.137.256**	**2.958.764**	**39,83%**
INDICADORES						
Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROE)	16,77%	14,02%	2,75 (p.p.)	16,77%	14,03%	2,74 (p.p.)
Retorno sobre o ativo total médio (ROA)	1,22%	1,18%	0,03 (p.p.)	1,22%	1,19%	0,02 (p.p.)
Índice de Basileia (IB)	11,69%	11,57%	0,12 (p.p.)	11,69%	11,57%	0,12 (p.p.)
Inadimplência	11,13%	7,79%	3,34 (p.p.)	11,13%	7,79%	3,34 (p.p.)
PCLD/Carteira de crédito	4,62%	5,53%	-0,91 (p.p.)	4,62%	5,53%	-0,91 (p.p.)
Índice de liquidez (gerencial)	**69,50%**	**122,41%**	**-43,22%**	**69,50%**	**122,41%**	**-43,22%**

Gestão de Riscos: O modelo de gerenciamento de riscos adotado pelo Banco envolve uma estrutura de Comitê, com a participação de Diretores e da Gestão de Riscos, além de outras áreas. Todas as decisões são tomadas de forma colegiada em conformidade com as políticas estabelecidas pelo Banco. Adicionalmente, em conformidade com a Circular 3.930/2019 estão divulgados no site da Instituição, www.bancodigimais.com.br, as informações relativas às estruturas de gerenciamento de riscos, as exposições aos riscos, o patrimônio de referência (PR), e as parcelas de requerimento de capital. Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, estabelecemos a estrutura de gestão de capital e de gerenciamento dos riscos integrados, que possibilita que os riscos sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados. Formalizamos em políticas e normativas internas as diretrizes da gestão de risco para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis. O modelo adotado é das três linhas de defesa, com o objetivo de estabelecer a cultura de gerenciamento de riscos integrados, na qual o Departamento de Riscos é participante da segunda linha de defesa. O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer os limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pelo apetite da Instituição. **Risco Operacional:** O Banco detém de uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, na qual o Departamento de Riscos é responsável pelo gerenciamento dos riscos operacionais, com o propósito de identificar, registrar, controlar, monitorar e reportar os limites de risco, bem como avaliar à efetividade dos controles, atuando em parceria com a área de Controles Internos. A metodologia utilizada para a condução da gestão de risco operacional e controles internos está baseada no COSO *(Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)* e no acordo de Basileia - BIS *(Bank for International Settlements)*, que contempla avaliações nos processos, identificação dos riscos, efetividade dos controles e planos de ação na mitigação dos riscos identificados. Para apuração do capital requerido para o risco operacional é utilizada a abordagem padronizada básica. **Risco de Mercado:** A estrutura de gestão do risco de mercado do Banco concentra-se na medição, monitoramento e no controle da exposição do risco das operações incluídas na carteira de não negociação - *banking book* (atualmente o Banco não possui operações na carteira de negociação). O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer e monitorar os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis. **Risco de Liquidez:** Concentra-se no controle, monitoramento e reporte das situações que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro do Banco. São realizados testes de aderência para acompanhamento e confronto diário entre os valores programados que constam no fluxo de caixa e aqueles que efetivamente foram realizados, assim como testes de estresse, envolvendo situações como o aumento da inadimplência, resgates antecipados e não renovação das captações. **Risco de Crédito:** Ocorre por meio do monitoramento da qualidade da carteira de crédito, de políticas, normas, testes de estresse e análise dos níveis de concentração e inadimplência para adequada apropriação da provisão para créditos de liquidação duvidosa. **Gerenciamento de Capital:** Conforme previsto nas Resoluções nºs 4.557/17, 4.955/21 e 4.958/21, a apuração do capital regulamentar e dos ativos ponderados pelo risco tem como base o Conglomerado Prudencial, no qual são executados procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência (PR), Índice de Basileia, limites mínimos de capital, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos referentes à adequação de capital. **Declarações da Diretoria: Títulos e Valores Mobiliários:** Em atendimento à Circular nº 3.068/01 do BACEN, os Diretores declaram terem a intenção de que o Banco Digimais mantenha até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", no montante de R$ 381 mil (R$ 366 mil no mesmo período do ano anterior), apresentados na nota explicativa nº 7. Declaram, também, que a Instituição possui capacidade financeira de manter tais títulos até seus respectivos vencimentos. **Demonstrações Financeiras:** Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, autorizando sua emissão em 31 de março de 2022. **Ouvidoria Institucional:** A estrutura de Ouvidoria do Banco Digimais está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.860/2020, onde disponibiliza aos seus clientes os canais de acesso à Ouvidoria e os divulga por meio de seus correspondentes bancários, internet e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e, em estrita observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco Digimais não contratou nem teve serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes que afetem ou possam afetar a independência necessária à execução do trabalho de auditoria externa das demonstrações financeiras. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. **Agradecimentos:** Para finalizar, agradecemos aos clientes e acionistas pela confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação e, reiteramos o nosso compromisso permanente de promover uma administração focada em resultados, sem renunciar ao tripé: segurança, liquidez e rentabilidade, que caracterizou nossa trajetória ao longo desses mais de 35 anos.

Balanços Patrimoniais Individuais e Consolidados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Disponibilidades	5	8.124	7.986	8.126	7.992
Instrumentos financeiros		4.369.802	3.182.673	4.369.812	3.182.683
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	1.204.775	1.574.807	1.204.785	1.574.817
Títulos e valores mobiliários	7	665.055	366	665.055	366
Pagamentos e recebimentos a liquidar	8	2.570	2.188	2.570	2.188
Carteira de crédito		2.497.402	1.605.312	2.497.402	1.605.312
Operações de crédito	9	2.618.458	1.680.074	2.618.458	1.680.074
Outros créditos com características de concessão de crédito	9	25.514	18.305	25.514	18.305
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(146.570)	(93.067)	(146.570)	(93.067)
Ativos fiscais		103.346	91.431	103.416	91.504
Ativos fiscais correntes	11a	3.296	675	3.366	748
Ativos fiscais diferidos	11b	100.050	90.756	100.050	90.756
Investimentos		7.329	4.997	–	–
Participações em controladas	14	7.329	4.997	–	–
Imobilizado de uso	15	20.028	23.523	20.028	23.523
Imobilizado de uso		32.643	33.418	32.643	33.418
(Depreciação acumulada)		(12.615)	(9.895)	(12.615)	(9.895)
Intangível	16	27.068	13.120	29.166	15.503
Ativos intangíveis		34.912	17.074	38.340	20.152
(Amortização acumulada)		(7.844)	(3.954)	(9.174)	(4.649)
Outros ativos	12	113.836	51.589	114.154	52.168
Total do Ativo		4.649.533	3.375.319	4.644.702	3.373.373

Passivo	Nota	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Passivos financeiros	17	4.169.356	2.992.880	4.163.692	2.990.799
Depósitos à vista		27.007	32.872	26.436	32.034
Depósitos a prazo		4.142.349	2.960.008	4.137.256	2.958.765
Passivos fiscais		20.917	24.822	20.938	24.873
Passivos fiscais correntes	19a	20.271	24.330	20.292	24.381
Passivos fiscais diferidos	19b	646	492	646	492
Outros passivos	18	85.459	92.919	86.271	92.996
Provisões para contingências	23b	28.400	25.064	28.400	25.064
Total do passivo		4.304.132	3.135.685	4.299.301	3.133.732
Patrimônio líquido	21	345.401	239.634	345.401	239.641
Capital social		240.000	169.780	240.000	169.780
Reservas de lucros		103.070	69.854	103.070	69.861
Dividendos adicionais propostos		2.331	–	2.331	–
Total do passivo e patrimônio líquido		4.649.533	3.375.319	4.644.702	3.373.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Individuais e Consolidados dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestres findos em 31 de dezembro de 2021 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)*

	Nota	Individual 2º semestre /2021	Individual Exercício/2021	Individual Exercício/2020	Consolidado 2º semestre /2021	Consolidado Exercício/2021	Consolidado Exercício/2020
Receitas da intermediação financeira		**333.335**	**549.802**	**359.608**	**333.335**	**549.802**	**359.672**
Operações de crédito	9e	281.697	475.028	338.447	281.697	475.028	338.447
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b e 7c	51.638	74.774	21.161	51.638	74.774	21.225
Despesas da intermediação financeira		**(153.346)**	**(236.403)**	**(128.520)**	**(153.202)**	**(236.210)**	**(128.479)**
Operações de captação no mercado	17d	(152.713)	(233.674)	(118.413)	(152.569)	(233.481)	(118.372)
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros		(633)	(2.729)	(10.107)	(633)	(2.729)	(10.107)
Resultado bruto da intermediação financeira		**179.989**	**313.399**	**231.088**	**180.133**	**313.592**	**231.193**
Resultado de provisão para perdas		**(93.685)**	**(153.210)**	**(114.138)**	**(93.685)**	**(153.210)**	**(114.138)**
(Provisão)/Reversão de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	10c	(93.685)	(153.210)	(114.138)	(93.685)	(153.210)	(114.138)
Receitas (Despesas) operacionais		**(45.985)**	**(87.644)**	**(75.316)**	**(46.136)**	**(87.837)**	**(75.416)**
Rendas de tarifas bancárias	24	71.278	127.460	68.589	72.745	129.672	69.176
Despesas de pessoal		(17.373)	(33.742)	(31.358)	(17.373)	(33.742)	(31.361)
Outras despesas administrativas	25	(80.112)	(143.322)	(88.107)	(81.188)	(146.646)	(92.268)
Despesas tributárias	26	(14.475)	(24.474)	(16.678)	(14.655)	(24.747)	(16.829)
Resultado de participações em controladas	27	373	(1.175)	(3.233)	–	–	–
Outras receitas operacionais	28a	2.710	3.363	1.625	2.720	3.386	2.044
Outras despesas operacionais	28b	(8.386)	(15.754)	(6.154)	(8.385)	(15.760)	(6.178)
Resultado operacional		**40.319**	**72.545**	**41.634**	**40.312**	**72.545**	**41.639**
Outras receitas e despesas		**27**	**(217)**	**(428)**	**27**	**(217)**	**(428)**
Outras Despesas		27	(217)	(428)	27	(217)	(428)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e das participações		**40.346**	**72.328**	**41.206**	**40.339**	**72.328**	**41.211**
Imposto de renda e contribuição social	22	**(12.854)**	**(17.380)**	**(4.957)**	**(12.854)**	**(17.380)**	**(4.957)**
Provisão para imposto de renda		10.603	(13.318)	(21.469)	10.603	(13.318)	(21.469)
Provisão para contribuição social		7.805	(13.201)	(17.205)	7.805	(13.201)	(17.205)
Ativo fiscal diferido		(31.262)	9.139	33.717	(31.262)	9.139	33.717
Participação nos lucros e resultados		**(4.389)**	**(5.889)**	**(4.374)**	**(4.389)**	**(5.889)**	**(4.374)**
Lucro líquido do exercício		**23.103**	**49.059**	**31.875**	**23.096**	**49.059**	**31.880**
Lucro líquido por mil ações - R$		13,00	25,47	17,93	12,99	25,47	17,94

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Individuais e Consolidados dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Individual 2º semestre/ 2021	Individual Exercício/2021	Individual Exercício/2020	Consolidado 2º semestre/2021	Consolidado Exercício/2021	Consolidado Exercício/2020
Lucro líquido do período	23.103	49.059	31.875	23.096	49.059	31.880
Resultado abrangente do período	23.103	49.059	31.875	23.096	49.059	31.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

–☆ continuação

Banco Digimais S.A.

Demonstrações Individuais e Consolidados dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Individual			Consolidado		
	2º semestre/2021	Exercício /2021	Exercício /2020	2º semestre /2021	Exercício /2021	Exercício/ 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido ajustado	144.254	246.569	162.635	145.950	246.724	159.612
Lucro líquido	23.096	49.059	31.875	23.096	49.059	31.880
Ajustes ao lucro líquido do exercício	121.158	197.510	130.760	122.854	197.665	127.732
Imposto de renda e contribuição social	12.716	17.242	4.957	12.716	17.242	4.597
Depreciação e amortização	17.728	20.459	4.643	19.058	21.789	5.208
Resultado de participações em controladas	(373)	1.168	3.233	–	–	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	88.249	153.210	114.138	88.242	153.203	114.138
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.838	5.431	3.789	2.838	5.431	3.789
Variação de ativos e passivos	(228.618)	(640.768)	943.610	(228.957)	(643.382)	942.995
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(614.345)	(664.690)	(20)	(614.344)	(664.689)	(20)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	1.311	(382)	(1.903)	1.312	(382)	(1.904)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(634.442)	(1.038.121)	(344.303)	(634.435)	(1.038.114)	(344.303)
(Aumento) Redução em outros ativos	55.549	(83.811)	(15.871)	55.527	(83.693)	(16.041)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	2.123	2.471	(8.362)	2.171	2.616	(8.285)
(Aumento) Redução em depósitos	1.042.952	1.176.476	1.388.109	1.041.842	1.172.893	1.387.627
(Aumento) Redução em outros passivos	(100.415)	(45.023)	(64.228)	(99.679)	(44.325)	(64.267)
Imposto de renda e contribuição social pagos	18.649	12.312	(9.812)	18.649	12.312	(9.812)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(84.364)	(394.199)	1.106.245	(83.007)	(396.658)	1.102.607
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Aumento de capital Digimais Cartões	–	(3.500)	(4.000)	–	–	–
	–			–		
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(26.301)	(30.912)	(21.501)	(27.658)	(31.957)	(21.853)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(26.301)	(34.412)	(25.501)	(27.658)	(31.957)	(21.853)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(11.503)	(11.503)	(10.813)	(11.503)	(11.503)	(10.813)
Aporte de capital	134	70.220	1.813	134	70.220	1.813
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(11.369)	58.717	(9.000)	(11.369)	58.717	(9.000)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(122.034)	(369.894)	1.071.744	(122.034)	(369.898)	1.071.754
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	557.386	1.582.793	511.049	557.386	1.582.809	511.055
Disponibilidades	12.186	8.124	7.986	12.186	8.126	7.992
Aplicações interfinanceiras de liquidez	423.166	1.204.775	1.574.807	423.166	1.204.785	1.574.817
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	435.352	1.212.899	1.582.793	435.352	1.212.911	1.582.809

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Individuais e Consolidados das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestres findos em 31 de dezembro de 2021 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de Lucros: Reserva legal	Reserva de Lucros: Reserva especial de lucros	Reserva de Lucros: Outras reservas	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	167.967	9.625	–	37.354	–	214.946
Aumento do capital social	1.813	–	–	–	–	1.813
Lucro líquido do período	–	–	–	–	31.875	31.875
Destinações:						
Reserva legal	–	1.593	–	–	(1.593)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(9.000)	(9.000)
Outras reservas	–	–	–	21.282	(21.282)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	169.780	11.218	–	58.636	–	239.634
Mutações do Período	1.813	1.593	–	21.282	–	24.688
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	169.780	11.218	–	58.636	–	239.634
Aumento do capital social	70.220	–	–	(134)	–	70.086
Lucro líquido do período	–	–	–	–	49.066	49.066
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	–	(7)	(7)
Destinações:						
Reserva legal	–	2.454	–	–	(2.454)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(11.502)	(11.502)
Dividendos	–	–	–	–	(4.207)	(4.207)
Dividendos adicionais propostos	–	–	2.331	–	–	2.331
Outras reservas	–	–	–	30.896	(30.896)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	240.000	13.672	2.331	89.398	–	345.401
Mutações do Período	70.220	2.454	2.331	30.762	–	105.767
Saldos em 30 de Junho de 2021	240.000	12.516	–	58.502	24.665	335.683
Aumento do capital social	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do período	–	–	–	–	23.103	23.103
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	–	(7)	(7)
Destinações:						
Reserva legal	–	1.156	–	–	(1.156)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(11.502)	(11.502)
Dividendos	–	–	–	–	(4.207)	(4.207)
Dividendos adicionais propostos	–	–	2.331	–	–	2.331
Outras reservas	–	–	–	30.896	(30.896)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	240.000	13.672	2.331	89.398	–	345.401
Mutações do Período	–	1.156	2.331	30.896	(24.665)	9.718

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Digimais S.A. ("Banco" ou "Digimais") é uma sociedade por ações de capital fechado cujo controle é exercido pela Digimais Participações S.A. e sua sede social está localizada na Rua Elvira Ferraz, nº 250 - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco está autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a atuar sob a forma de banco múltiplo operando as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimentos. A Digimais Participações S.A. é uma holding de capital fechado, cujo controle acionário pertence à B.A. Empreendimentos e Participações Ltda., holding de participação do grupo RECORD. O foco de atuação do Banco é o financiamento de veículos usados, atuando nos seguintes estados: RS, SC, PR, SP, MG, BA, PE e CE, os quais representam atualmente cerca de 94,51% das operações, atuando em parceria com lojistas/revendedores de veículos na origem das operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC). A Instituição também atua em operações de crédito de capital de giro, desconto de títulos, crédito consignado privado, entre outros, frutos da sociedade com o grupo RECORD. A principal fonte de recursos são os depósitos a prazo captados via emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Recibos de Depósitos Bancários (RDB). Também são utilizados eventualmente, a título de solução reguladora do limite de liquidez, as operações de cessão de recebíveis que compõem a carteira de crédito para outras instituições financeiras com as quais o Banco mantém parceria para a disponibilização de linhas específicas a esta finalidade. A Digimais Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("Digimais Cartões"), sociedade limitada, conforme a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) foi constituída em 31 de julho de 2013 e tem como principal atividade operacional gestão e administração de cartões de crédito, débito e pré-pago e, a gestão e administração de meios de pagamento. A sua sede social está localizada na Rua Elvira Ferraz, nº 250 - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Em função da pandemia da COVID-19, o Banco revisitou suas relações com funcionários, prestadores de serviços e clientes, visando garantir a saúde e segurança, bem como manter a qualidade do serviço prestado. Em suas instalações físicas foram adotados protocolo de desinfecção, comunicação sobre melhores práticas e os cuidados com distanciamento social.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observâncias as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu algumas normas e suas respectivas interpretações, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras apenas quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: • Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R1)); • Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 (R2)); • Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); • Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24); • Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 (R1)); • Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); • Resolução CMN nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)); • Resolução CMN nº 4.877/20 - Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1)); • Resolução CMN nº 4.524/16 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (CPC 02 (R2)); • Resolução CMN nº 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04 (R1)); • Resolução CMN nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27); • Resolução CMN nº 4.636/2018 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 (R1)); • Resolução CMN nº 3.959/2019 - Resultado por Ação (CPC 41); • Resolução CMN nº 4.748/19 - Mensuração do valor justo (CPC 46); Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC serão aprovados pelo BACEN. A preparação de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão divulgadas na nota nº 3. As demonstrações financeiras do Banco Digimais S.A. são apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.818/20 do CMN e da Resolução BCB nº 2/20. O principal objetivo dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras em consonância com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: **Balanço Patrimonial:** • Apresentação dos Ativos e Passivos por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas; • Adoção de nova nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros (incluindo a apresentação agrupada da carteira de crédito), passivos financeiros, ativos e passivos fiscais, provisão para contingências. **Demonstração do Resultado:** • Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes apresentado na linha "Resultado de provisão para perdas"; • Mudança da alocação do "Resultado de provisão para perdas" passando a ser apresentado logo após "Resultado bruto da intermediação financeira"; • Eliminação da nomenclatura de "Resultado não operacional", bem como Receitas e despesas não operacionais. Itens com essas caraterísticas passaram a ser denominados "Outras receitas" ou "Outras despesas". **Saldos Comparativos** • Para melhor apresentação e comparabilidade nestas demonstrações financeiras, os saldos comparativos refletem essas mudanças na apresentação das demonstrações financeiras. Em 31 de março de 2022 a diretoria do Banco autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações oriundas das seguintes entidades controladas:

Entidade	Atividade	% de Participação no Capital 31/12/2021	% de Participação no Capital 31/12/2020
Digimais Cartões	Gestão e Administração de Meios de Pagamento	99,99999%	99,99999%

Os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre as instituições foram eliminados.

3. ESTIMATIVAS, JULGAMENTOS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Banco faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social, estão contempladas a seguir: **(a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao seu nível de riscos, considerando ainda a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação a operação, aos devedores e garantidores, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/99 e legislação complementar. O montante constituído é suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos julgados de difícil liquidação. De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08 e alterações posteriores, o registro contábil da baixa do ativo financeiro está relacionado à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência, de acordo com as seguintes categorias: **i)** operações com transferência substancial dos riscos e benefícios; **ii)** operações com retenção substancial dos riscos e benefícios; e **iii)** operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios. As operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial dos riscos e benefícios permanecem no balanço da entidade que transferiu seus ativos. Os valores recebidos na operação são registrados pelo Banco no ativo em contrapartida no passivo referente à obrigação assumida. As receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação. De acordo com a Resolução CMN nº 4.803/20, excepcionalmente fica permitido a renegociação de operações no período de 01 de março a 30 de setembro de 2020, mantendo o nível de classificação do rating destas operações datadas de 29 de fevereiro daquele ano. **(b) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda corrente é registrada pelo regime de competência e é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o lucro excedente a R$ 240 mil ao ano. A provisão para contribuição social corrente é registrada pelo regime de competência à alíquota de 20%, calculada e contabilizada antes do imposto de renda. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e passivos fiscais diferidos do imposto de renda e da contribuição social são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. **(c) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários**: O Banco reconhece provisões com processos cuja perda, avaliada por seus assessores legais, é provável. Esse reconhecimento ocorre através da utilização de modelos e critérios que permitam uma melhor estimativa de desfecho, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente nas Demonstrações Financeiras, nas quais: **4.1. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações formalizadas com taxas pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata temporis*, e as operações com taxas pré-fixadas estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. **4.2. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, e aplicações financeiras de liquidez, com prazo de resgate até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos até a data de encerramento do balanço, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixos para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **4.3. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas quando aplicável. **4.4.Títulos e valores mobiliários:** • Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício. • Títulos disponíveis para venda - são aqueles que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários os quais serão reconhecidos no resultado do exercício quando da efetiva realização. • Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja a capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. O Banco detém títulos públicos federais, classificados como mantidos até o vencimento, os quais são atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do exercício, conforme demonstrado na nota nº 7. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve reclassificação de títulos entre as categorias. **4.5. Operações de crédito e depósitos:** As operações de crédito e depósitos a prazo pré-fixados estão atualizadas e demonstradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço, as operações de crédito, depósitos interfinanceiros e os depósitos a prazo, bem como as demais operações ativas e passivas pós-fixados, são atualizados *pro rata temporis*, pelo método exponencial. (a) Classificação das operações de crédito: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, na qual requer uma análise periódica da carteira e sua classificação em níveis, iniciando no AA (risco mínimo) e finalizando no H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixados contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H, são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Conforme Resolução CMN nº 2.682/1999, pode ocorrer a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver novos fatos que justificarem a mudança do nível de risco. **4.6. Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, reduzido por provisão para perdas, quando aplicável, a movimentação dos investimentos está demonstrada na nota nº 14. **4.7. Imobilizado:** Está registrado ao custo de aquisição e está sujeito a avaliação do valor recuperável periodicamente e/ou sempre que as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada do bem, sendo: 10% para móveis e utensílios e máquinas e equipamentos de uso e, 20% para veículos e sistema de processamento de dados.**4.8. Intangível:** Está registrado ao custo de aquisição e está sujeito à avaliação do valor recuperável periodicamente e/ou sempre que as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A amortização é calculada de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. **4.9. Provisão para imposto de renda:** A provisão para o imposto de renda corrente é registrada pelo regime de competência e calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o lucro excedente a R$240 mil ao ano. A provisão para contribuição social corrente é registrada pelo regime de competência à alíquota de 20%, calculada e contabilizada antes do imposto de renda. Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias e registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". **4.10. Contingências:** O Banco segue os critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/2009, tendo como base o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que determina o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (Nota nº 23). Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, somente quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, normalmente representado pelo trânsito em julgado da ação, somente assim são reconhecidos como ativo. A provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. **4.11. Lucro por ações:** Lucro por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço. **4.12. Resultados não recorrentes:** De acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, o resultado não recorrente é o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os efeitos desses eventos, considerados não recorrentes, encontram-se evidenciados na Nota Explicativa nº 31.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Disponibilidades	8.124	7.986	8.126	7.992
Disponibilidades em moeda nacional	8.124	7.986	8.126	7.992
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez[1]	1.204.775	1.574.807	1.204.785	1.574.817
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	1.204.775	1.524.334	1.204.785	1.524.344
Aplicações em depósitos interfinanceiros	–	50.473	–	50.473
Total	1.212.899	1.582.793	1.212.911	1.582.809

[1] Referem-se a operações com prazo igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As operações compromissadas (posição bancada - revendas a liquidar) são realizadas com acordos de livre movimentação e atualizadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). As aplicações interfinanceiras de liquidez estão compostas como segue: **a) Composição**

	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Aplicações em operações compromissadas				
Posição bancada	1.204.775	1.524.334	1.204.785	1.524.344
Letras financeiras do tesouro (LFT)	–	663.995	–	663.995
Letras do tesouro nacional (LTN)	476.659	260.339	476.669	260.349
Notas do tesouro nacional (NTN)	728.116	600.000	728.116	600.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros	–	50.473	–	50.473
Total	1.204.775	1.574.807	1.204.785	1.574.817
Ativo circulante	1.204.775	1.574.807	1.204.785	1.574.817
Ativo não circulante	–	–	–	–

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Individual 2º Semestre/2021	Individual Exercício/2021	Individual Exercício/2020	Consolidado 2º Semestre/2021	Consolidado Exercício/2021	Consolidado Exercício/2020
Rendas de aplicações em operações compromissadas	48.226	67.300	20.674	48.227	67.301	20.738
Posição bancada	48.226	67.300	20.674	48.227	67.301	20.738
Aplicações em depósitos interfinanceiros	–	33	473	–	33	473
Total	48.226	67.333	21.147	48.227	67.334	21.211

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição de títulos e valores mobiliários

	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Livres	664.674	–	664.674	–
Letras financeiras do tesouro (LFT)	664.674	–	664.674	–
Vinculados a prestação de garantias	381	366	381	366
Letras financeiras do tesouro (LFT)	381	366	381	366
Total	665.055	366	665.055	366

b) Classificação por categoria e vencimento

Individual e Consolidado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Títulos para negociação	–	51.968	–	–	612.706
Letras financeiras do tesouro (LFT)	–	51.968	–	–	612.706
Títulos mantidos até o vencimento	–	–	381	–	–
Letras financeiras do tesouro (LFT)	–	–	381	–	–
Total	–	51.968	381	–	612.706

continua –☆

—☆ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Banco Digimais S.A.** *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

c) Rendas de títulos e valores mobiliários

	Individual			Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Resultado de operações com títulos de renda fixa	**3.412**	**7.441**	**14**	**3.411**	**7.440**	**14**
Letras financeiras do tesouro (LFT)	3.412	7.441	14	3.411	7.440	14
Total	**3.412**	**7.441**	**14**	**3.411**	**7.440**	**14**

O Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R$ 381.

8. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				
Créditos vinculados - Pagamentos instantâneos	1.875	1.662	1.875	1.662
Depósitos no Banco Central - Outros	695	526	695	526
Total	**2.570**	**2.188**	**2.570**	**2.188**

9. CARTEIRA DE CRÉDITO

As informações da carteira de operações de crédito estão assim compostas: **(a) Carteira de crédito por modalidade**

Setor Privado	Individual e Consolidado 31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e títulos descontados	125.773	111.294
Financiamentos	2.492.685	1.531.741
Operações de créditos vinculados a cessão	–	37.039
Total operações de crédito	**2.618.458**	**1.680.074**
Outros créditos com características de operações de crédito	25.514	18.305
Total outros créditos	**25.514**	**18.305**
Total da carteira de crédito	**2.643.972**	**1.698.379**
Ativo circulante	1.247.259	829.233
Ativo não circulante	1.396.713	869.146

(b) Composição da carteira por segmento de mercado

	Individual e Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
Setor Privado	Valor	%	Valor	%
Indústria	5	–	–	–
Rural	91	–	6	–
Comércio	17.084	0,65	3.318	0,20
Serviços	51.168	1,94	99.512	5,86
Pessoas físicas	2.575.624	97,41	1.595.543	93,94
Total	**2.643.972**	**100,00**	**1.698.379**	**100,00**

(c) Composição da carteira por vencimento (por parcelas)

	Individual e Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
Descrição	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	120.995	4,58	65.208	3,84
A vencer até 3 meses	362.163	13,70	223.985	13,19
A vencer de 3 a 12 meses	764.101	28,90	540.103	31,80
A vencer de 1 a 3 anos	1.182.566	44,72	761.138	44,82
A vencer de 3 a 5 anos	214.147	8,10	107.945	6,35
Total	**2.643.972**	**100,00**	**1.698.379**	**100,00**

(d) Composição da carteira por nível de concentração (por clientes)

	Individual e Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
Descrição	Valor	%	Valor	%
10 maiores clientes	60.595	2,29	96.684	5,69
50 seguintes maiores clientes	8.654	0,33	7.315	0,43
100 seguintes maiores clientes	3.700	0,14	4.886	0,29
Demais clientes	2.571.023	97,24	1.589.494	93,59
Total	**2.643.972**	**100,00**	**1.698.379**	**100,00**

(e) Rendas de operações de crédito

	Individual e Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Empréstimos	19.082	35.658	29.982
Títulos descontados	161	273	258
Financiamentos	252.180	423.324	299.968
Outras	47	109	185
Renda bruta de operações de crédito	**271.470**	**459.364**	**330.393**
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	**10.227**	**15.664**	**8.054**
Total	**281.697**	**475.028**	**338.447**

(f) Cessão de créditos: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve cessão de créditos com retenção substancial de riscos, conforme as disposições contábeis previstas na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, vigente a partir de 01 de janeiro de 2012. O saldo em aberto a valor presente das operações cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 0.00 (R$ 37.038 em 31 de dezembro de 2020), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica "Outras obrigações - diversas - Obrigações por operações vinculadas a cessão" no montante de R$ 0.00 (R$ 50.526 em 31 de dezembro de 2020). **(g) Renegociação:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram renegociados créditos no montante de R$ 785.462 (R$ 142.314 em 31 de dezembro de 2020).

10. PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS A CARTEIRA DE CRÉDITO POR NÍVEIS DE RISCOS

(a) Composição:

		Individual e Consolidado			
		31/12/2021		31/12/2020	
Nível de Risco	% de Provisão	Total da Carteira	Provisão	Total da Carteira	Provisão
AA	–	9.097	–	39.464	–
A	0,50	1.391.386	6.957	1.240.521	6.203
B	1,00	397.236	3.972	136.939	1.369
C	3,00	542.440	16.273	122.868	3.686
D	10,00	135.163	13.516	56.878	5.688
E	30,00	65.483	19.645	23.565	7.070
F	50,00	25.619	12.810	15.729	7.865
G	70,00	13.838	9.687	4.230	2.961
H	100,00	63.710	63.710	58.185	58.225
Total		**2.643.972**	**146.570**	**1.698.379**	**93.067**
Ativo Circulante		1.247.259	83.346	829.233	61.974
Ativo não Circulante		1.396.713	63.224	869.146	31.093

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída na quantia considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos. Foram recuperados no exercício findo 31 de dezembro de 2021 créditos no montante de R$ 15.664 (R$ 8.054 em 31 de dezembro de 2020), registrados na rubrica de "recuperação de créditos baixados como prejuízo".

(b) Movimentação

Descrição	Individual e Consolidado 31/12/2021	31/12/2020
(=) Saldo inicial	(93.067)	(71.691)
(+) Constituição	(153.210)	(114.138)
(–) Créditos baixados para prejuízo	99.707	92.762
(=) Saldo final	**(146.570)**	**(93.067)**

(c) Resultado de provisão para perdas associadas a carteira de crédito

	Individual e Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Empréstimos e títulos descontados	(17.866)	(24.258)	(7.845)
Financiamentos	(75.752)	(128.922)	(106.206)
Outras	(67)	(30)	(87)
Total (Provisão)/reversão de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	**(93.685)**	**(153.210)**	**(114.138)**

11. ATIVOS FISCAIS

a) Ativos fiscais correntes

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Descrição	Total	Total	Total	Total
Ativos fiscais correntes				
Impostos e contribuições a compensar	3.296	675	3.366	748
Total	**3.296**	**675**	**3.366**	**748**
Ativo circulante	3.296	675	3.366	748
Ativo não circulante	–	–	–	–

b) Ativos fiscais diferidos: Foram constituídos créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis na base de cálculo para determinação do imposto de renda e contribuição social, conforme suas bases geradoras:

	Individual e Consolidado			
			31/12/2021	31/12/2020
Descrição	IRPJ	CSLL	Total	Total
Diferenças temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	36.641	29.313	65.954	79.873
Operações de crédito levados a perda temporariamente indedutível	12.063	9.650	21.713	10.575
Provisão para riscos cíveis	143	114	257	308
Provisão para riscos trabalhistas	6.737	5.389	12.126	–
Total	**55.584**	**44.466**	**100.050**	**90.756**
Ativo circulante			399	58.587
Ativo não circulante			99.651	32.169

Em 1º de março de 2021, através da MP nº 1.034, o governo fixou um aumento de 5% na alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a ser paga pelos bancos, levando-a de 20% para 25%, essa medida entrará em vigor efetivamente em julho de 2021 e se encerrará em 31 de dezembro de 2021, sendo assim, não gerando impactos relevantes na apuração da CSLL do banco. Em 13 de novembro de 2019 foi publicada a Emenda Constitucional nº 103/2019, conforme prevê o art. 32, a Contribuição Social sobre o Lucro disposta na Lei nº 7.689/1988 para os bancos de qualquer espécie, previsto no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105/2005, será de 20% (vinte por cento). E esta alíquota entrou em vigor a partir de 1º de março de 2020. Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, conforme a seguinte expectativa:

	Individual e Consolidado 31/12/2021	31/12/2020
2021	–	1.321
2022	399	57.266
2023	34.077	32.169
2024	65.574	–
Total	**100.050**	**90.756**

Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente do crédito tributário é de R$ 75.568 (R$ 83.663 em 31/12 2020) calculado com base na taxa média do DI no período. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

	Individual e Consolidado 31/12/2021	31/12/2020
(=) Saldo no início do exercício	90.756	56.700
(+) Constituições	100.990	35.923
(–) Baixas	(91.696)	(1.867)
(=) Total	**100.050**	**90.756**

Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 4.842, de 30 de julho de 2020 do CMN, eventual reversão, bem como a manutenção dos créditos tributários deverão ser avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

12. OUTROS ATIVOS

	Individual		Consolidado	
Descrição	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outros ativos				
Outros valores e bens (nota 13)	34.383	36.854	34.642	37.257
Devedores por depósitos em garantia de recursos (nota 25)	11.658	7.253	11.658	7.253
Devedores por depósitos em garantia diversos	2.798	2.606	2.798	2.606
Operações com cartões	4.940	–	4.940	–
Cobranças bancárias	702	557	755	617
Comissões	7.669	4.310	7.669	4.343
Lei do bem	1.645	–	1.645	–
Liquidações de títulos - CIP	28.465	–	28.465	–
Valores a receber sociedades ligadas	1.464	–	1.464	–
Valores a receber - convênios	13.925	–	13.925	–
Devedores diversos - no país	6.187	9	6.193	92
Total	**113.836**	**51.589**	**114.154**	**52.168**
Ativo circulante	53.870	4.867	53.923	4.960
Ativo não circulante	59.966	46.722	60.231	47.208

13. OUTROS VALORES E BENS

	Individual		Consolidado	
Descrição	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bens não de uso próprio	**430**	**589**	**689**	**847**
Veículos e afins	430	589	689	847
Despesas antecipadas	**33.953**	**36.265**	**33.953**	**36.410**
Prêmios de seguros	–	–	–	145
Despesas de pessoal antecipadas	114	219	114	219
Despesas com cartões	852	–	852	–
Patrocínio	8.861	14.380	8.861	14.380
Deságio na colocação de títulos	18.569	14.693	18.569	14.693
Publicidade	2.868	4.959	2.868	4.959
Despesas de processamento de dados	947	985	947	985
Despesas de serviços técnicos especializados	940	5	940	5
Outras despesas antecipadas	802	1.024	802	1.024
Total	**34.383**	**36.854**	**34.642**	**37.257**
Ativo circulante	7.658	4.831	7.657	4.884
Ativo não circulante	26.725	32.023	26.985	32.373

14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

O Banco detém investimentos na controlada Digimais Administradora de Cartões Crédito Ltda., a qual exerce atividades de gestão e administração de cartões de crédito e de débito. A participação do investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é demonstrada da seguinte forma:

	Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Dados do investimento	Digimais Cartões	Digimais Cartões
Capital social	18.000	14.500
Patrimônio líquido	7.329	4.997
Percentual de participação	99,999%	99,999%
Resultado do exercício	**(1.175)**	**(3.233)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos apresentaram as seguintes movimentações:

	Individual			
	31/12/2021		31/12/2020	
Dados do investimento	Digimais Cartões	Total	Digimais Cartões	Total
(=) Saldo inicial	**4.997**	**4.997**	**4.230**	**4.230**
Ajustes de exercícios anteriores	7	7	–	–
Equivalência patrimonial	(1.175)	(1.175)	(3.233)	(3.233)
Aumento de capital	3.500	3.500	4.000	4.000
(=) Saldo final	**7.329**	**7.329**	**4.997**	**4.997**

15. IMOBILIZADO DE USO

	Individual e Consolidado						
	Móveis, instalações e equip. de uso	Sistema de comunicações	Sistema de processamento de dados	Sistema segurança	Sistema de transporte	Imobilizado em curso	Total
Saldo inicial	1.477	85	7.854	12	14	5.038	14.480
Aquisições	746	–	1.880	–	–	9.677	12.303
Baixas	(547)	–	–	–	–	(8)	(555)
Depreciação	(195)	(16)	(2.479)	(3)	(12)	–	(2.705)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.481**	**69**	**7.255**	**9**	**2**	**14.707**	**23.523**
Custo	2.567	218	15.763	71	92	14.707	33.418
(–) Depreciação acumulada	(1.086)	(149)	(8.508)	(62)	(90)	–	(9.895)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.481**	**69**	**7.255**	**9**	**2**	**14.707**	**23.523**
Saldo inicial	1.481	69	7.255	9	2	14.707	23.523
Aquisições	50	–	255	–	–	3.807	4.112
Baixas	(238)	–	22	–	–	(4.465)	(4.683)
Transferências	–	–	14.049	–	–	(14.049)	–
Depreciação	(210)	(13)	(2.699)	(2)	(2)	–	(2.926)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.083**	**56**	**18.882**	**7**	**–**	**–**	**20.028**
Custo	2.355	218	29.907	71	92	–	32.643
(–) Depreciação acumulada	(1.272)	(162)	(11.025)	(64)	(92)	–	(12.615)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.083**	**56**	**18.882**	**7**	**–**	**–**	**20.028**

16. INTANGÍVEL

	Individual		Consolidado	
Ativos Intangíveis	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Intangíveis	34.912	17.074	38.340	20.152
(Amortização acumulada)	(7.844)	(3.954)	(9.174)	(4.649)
Total	**27.068**	**13.120**	**29.166**	**15.503**

a) Composição

		Individual		Consolidado	
Composição Ativos Intangíveis	Taxa média amortização	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Softwares adquiridos e desenvolvidos internamente	17%	21.414	13.120	23.512	15.503
Licenças de uso	7%	5.654	–	5.654	–
Total		**27.068**	**13.120**	**29.166**	**15.503**

b) Movimentação

	Individual e Consolidado				
Movimentação Ativos Intangíveis	31/12/2020				31/12/2021
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas e transferências	Amortização	Saldo contábil
Softwares adquiridos e desenvolvidos internamente	15.503	16.398	(325)	(4.232)	27.345
Licenças de uso	–	2.116	–	(295)	1.821
Total	**15.503**	**18.514**	**(325)**	**(4.527)**	**29.166**

17. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

(a) Composição por vencimento

	Individual			
			31/12/2021	31/12/2020
Vencimentos	À vista	A prazo	Total	Total
Sem vencimento	27.007	–	27.007	32.872
Até 3 meses	–	51.934	51.934	293.362
De 3 a 12 meses	–	703.957	703.957	1.174.333
De 1 a 3 anos	–	2.662.234	2.662.234	764.832
De 3 a 5 anos	–	722.292	722.292	723.954
Acima de 5 anos	–	1.932	1.932	3.527
Total	**27.007**	**4.142.349**	**4.169.356**	**2.992.880**
Passivo circulante	27.007	755.891	782.898	1.500.567
Passivo não circulante	–	3.386.458	3.386.458	1.492.313

	Consolidado			
			31/12/2021	31/12/2020
Vencimentos	À vista	A prazo	Total	Total
Sem vencimento	26.436	–	26.436	32.034
Até 3 meses	–	20.708	20.708	293.362
De 3 a 12 meses	–	722.292	722.292	1.173.089
De 1 a 3 anos	–	2.657.141	2.657.141	764.833
De 3 a 5 anos	–	735.183	735.183	723.954
Acima de 5 anos	–	1.932	1.932	3.527
Total	**26.436**	**4.137.256**	**4.163.692**	**2.990.799**
Passivo circulante	26.436	743.000	769.436	1.498.485
Passivo não circulante	–	3.394.256	3.394.256	1.492.314

continua—☆

—☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Banco Digimais S.A. *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

(b) Composição por segmento de mercado

Composição	Individual		31/12/2021	31/12/2020
	À vista	A prazo	Total	Total
Sociedades ligadas	1.428	91.405	92.833	164.105
Pessoas físicas	20.454	89.504	109.958	168.792
Pessoas jurídicas	5.125	3.961.440	3.966.565	2.659.983
Total	**27.007**	**4.142.349**	**4.169.356**	**2.992.880**

Composição	Consolidado		31/12/2021	31/12/2020
	À vista	A prazo	Total	Total
Sociedades ligadas	857	91.405	92.262	162.024
Pessoas físicas	20.454	89.504	109.958	168.792
Pessoas jurídicas	5.125	3.956.347	3.961.472	2.659.983
Total	**26.436**	**4.137.256**	**4.163.692**	**2.990.799**

(c) Concentração por depositantes

Concentração	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
10 maiores clientes	3.606.712	2.470.281	3.606.712	2.470.281
50 seguintes maiores clientes	439.852	336.643	434.188	336.643
100 seguintes maiores clientes	65.916	74.923	65.916	74.923
Demais clientes	56.876	111.033	56.876	108.952
Total	**4.169.356**	**2.992.880**	**4.163.692**	**2.990.799**

Os depósitos a prazo captados através de CDB apresentam taxas pré-fixadas que variam de 3,01% a.a. a 16,39% a.a. e taxas pós-fixadas entre 85% e 155% da variação do CDI. As captações com taxas pré-fixadas representam 39,67% do total das captações a prazo e as com taxas pós-fixadas representam 60,33%.

(d) Despesas com operações de captação no mercado

	Individual			Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Despesas de captações com o mercado	**(149.750)**	**(228.695)**	**(113.668)**	**(149.606)**	**(228.502)**	**(113.627)**
Depósitos a prazo	(149.750)	(228.695)	(113.668)	(149.606)	(228.502)	(113.627)
Despesas de captações com depósitos	**(29)**	**(29)**	–	**(29)**	**(29)**	–
Carteira de terceiros	(29)	(29)	–	(29)	(29)	–
Despesas de captações com depósitos	–	–	**(2.087)**	–	–	**(2.087)**
Letras financeiras	–	–	(2.087)	–	–	(2.087)
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito - FGC	**(2.934)**	**(4.950)**	**(2.658)**	**(2.934)**	**(4.950)**	**(2.658)**
Contribuição ordinária	(2.736)	(4.549)	(2.380)	(2.736)	(4.549)	(2.380)
Contribuição especial	(198)	(401)	(278)	(198)	(401)	(278)
Total	**(152.713)**	**(233.674)**	**(118.413)**	**(152.569)**	**(233.481)**	**(118.372)**

18. OUTROS PASSIVOS

Composição

Descrição	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Outros passivos financeiros	**42.799**	**72.430**	**43.053**	**72.504**
Obrigações por operações vinculadas a cessão [1]	–	50.526	–	50.526
Obrigações por aquisição de bens e direitos	8.830	3.140	9.084	3.214
Operações com cartões	33.969	18.764	33.969	18.764
Outros passivos	**42.660**	**20.489**	**43.218**	**20.492**
Provisão para perdas com garantias financeiras prestadas	6	6	6	6
Participações no resultado de administradores e colaboradores	6.078	4.455	6.078	4.455
Juros sobre capital próprio e dividendos	1.876	7.650	1.876	7.650
Provisão para pagamentos a efetuar	2.931	2.157	2.931	2.157
Credores diversos - país	31.769	6.221	32.327	6.224
Total	**85.459**	**92.919**	**86.271**	**92.996**
Passivo circulante	58.258	68.255	59.044	68.255
Passivo não circulante	27.201	24.664	27.227	24.741

[1] Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios (nota 9f).

19. PASSIVOS FISCAIS

a) Passivos fiscais correntes

Descrição	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Impostos e contribuições sobre o lucro	13.766	17.802	13.766	17.801
Impostos e contribuições a recolher	6.505	6.528	6.526	6.580
Total	**20.271**	**24.330**	**20.292**	**24.381**
Ativo circulante	20.271	24.330	20.292	24.381
Ativo não circulante	–	–	–	–

b) Passivos fiscais diferidos

Descrição	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Leasing	50	50	50	50
Variação cambial	596	442	596	442
Total	**646**	**492**	**646**	**492**
Imposto de renda	359	273	359	273
Contribuição social	287	219	287	218
Ativo circulante	646	492	646	492
Ativo não circulante	–	–	–	–

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Ativo circulante				
Passivo circulante e exigível a longo prazo				
Depósitos à vista:	**1.272**	**1.667**	**1.272**	**1.667**
Pessoas físicas	**84**	**185**	**84**	**185**
Administradores	51	87	51	87
Outras	33	98	33	98
Pessoas jurídicas	**1.188**	**1.482**	**1.188**	**1.482**
Controlada	575	871	575	871
Controladores diretos e indiretos	91	281	91	281
Outras	522	330	522	330
Depósitos a prazo:	**23.911**	**158.915**	**23.911**	**158.915**
Pessoas físicas	–	**2.410**	–	**2.410**
Administradores	–	597	–	597
Outras	–	1.813	–	1.813
Pessoas jurídicas	**23.911**	**156.505**	**23.911**	**156.505**
Controladora direta	276	1.578	276	1.578
Controladores indiretos	15.087	148.025	15.087	148.025
Controladas	5.092	1.244	5.092	1.244
Outras[1]	3.456	5.658	3.456	5.658

Despesas	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Despesas de captação	3.781	5.246	10.007	3.744	5.209	9.967

[1] Refere-se aos depósitos a prazo mantidos por pessoas jurídicas relacionadas aos controladores.

Remuneração dos administradores: A remuneração dos administradores totalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 R$ 2.732 (R$ 2.658 em 31/12/2020).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R$ 240.000 (R$ 169.780 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 2.294.676 (1.777.476 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante a legislação em vigor. Em 15 de outubro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a distribuição e o pagamento de juros sobre capital próprio (JCP) intercalar no valor bruto de R$ 11.502. Em 08 de abril de 2021, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social no montante de R$49.998, mediante a emissão de 368.200 novas ações ordinárias, a serem subscritas pelo preço de emissão de R$ 135,79. Em 29 de abril de 2021, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social no montante de R$ 134, mediante capitalização de parte da reserva de capital de giro. Em 04 de fevereiro de 2021, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social no montante de R$20.088, mediante a emissão de 149.000 novas ações ordinárias, a serem subscritas pelo preço de emissão de R$ 134,82. Em 30 de abril de 2020, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social no montante de R$1.813, e parte do crédito equivalente ao saldo do pagamento dos dividendos, sem emissão de novas ações ordinárias nominativas. A homologação do aumento de capital pelo BACEN ocorreu em 02 de julho de 2020. **b) Reservas de Lucros:** Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de reservas de R$ 103.077 no Individual e no Consolidado (R$ 69.854 no Individual e R$ 69.803 no Consolidado em 31/12/2020) correspondia a reserva legal e outras reservas. Conforme disposição estatutária, o saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinado à constituição de reserva estatutária denominada de reserva de capital de giro, até o limite de 80% do capital social. A respectiva reserva tem por finalidade reforçar o capital de giro do banco. **c) Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Banco deliberou juros sobre o capital próprio no montante de R$ 11.502 (R$ 9.000 no exercício findo em 31/12/2020, obedecendo a limites definidos pela legislação fiscal, calculados como segue:

	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
(=) Lucro líquido do exercício	49.059	31.875	49.059	31.880
(–) Reserva legal	(2.454)	(1.593)	(2.454)	(1.594)
(=) Base de cálculo dos dividendos	46.605	30.282	46.605	30.286
(*) Alíquota dos dividendos mínimos obrigatórios	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
(**) Alíquota dos dividendos excedentes propostos	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	11.651	7.571	11.651	7.572
(=) Dividendos excedentes propostos	2.330	–	2.330	–
Juros sobre o capital próprio	11.502	9.000	11.502	9.000
Juros sobre o capital próprio - líquido do IRRF	9.777	7.650	9.777	7.650
Total	**13.982**	**7.571**	**13.982**	**7.572**

(*) Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, tanto sob a forma de dividendos quanto de juros sobre capital próprio, correspondente a 25% do Lucro líquido do período, deduzido da Reserva legal (Lucro líquido ajustado). (**) Dividendos propostos pela administração excedente ao mínimo obrigatório. O valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social, e o benefício tributário oriundo dessa dedução é de aproximadamente R$ 5.176 (R$ 4.050 em 31 de dezembro de 2020).

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do período considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

	Individual			Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Resultado antes do IR e CSLL, menos participações	35.957	66.439	36.837	35.819	66.439	36.837
Imposto de renda à alíquota de 15%	(5.394)	(9.966)	(5.526)	(5.373)	(9.966)	(5.526)
Adicional de Imposto de renda à alíquota de 10%	(3.596)	(6.644)	(3.684)	(3.582)	(6.644)	(3.684)
Contribuição social à alíquota de 20%[1]	(7.191)	(13.288)	(5.142)	(7.164)	(13.288)	(5.142)
Contribuição social à alíquota de 5%	(3.322)	(3.322)	(1.670)	(3.315)	(3.322)	(1.670)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	**(19.503)**	**(33.220)**	**(16.022)**	**(19.434)**	**(33.220)**	**(16.022)**
Efeito sobre a equivalência patrimonial	187	(588)	–	187	(586)	–
Efeito sobre Lei do Bem	–	10.539	–	–	10.539	–
Efeitos sobre os JCP	5.751	5.751	4.050	5.751	5.751	4.050
Outros	712	138	7.015	712	136	7.015
Total	**(12.853)**	**(17.380)**	**(4.957)**	**(12.784)**	**(17.380)**	**(4.957)**

[1] Em 15 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.183 de 2021 e, conforme prevê o seu art. 3º, a Contribuição Social sobre o Lucro disposta na Lei nº 7.689/1988 para os bancos de qualquer espécie, previsto no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105/2005, será de 25% (vinte e cinco por cento). E esta alíquota entrará em vigor a partir de 1º de julho de 2021.

23. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existiam processos classificados pela Administração como prováveis de realização. **b) Passivos contingentes classificados como perda provável:** O Banco é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 3.c. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas eventuais decorrentes dos respectivos processos.

Descrição	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Passivos trabalhistas[2]	26.948	23.501	26.948	23.501
Passivos de ações indenizatórias	572	685	572	685
Outros passivos contingentes[3]	880	878	880	878
Total	**28.400**	**25.064**	**28.400**	**25.064**

(2) Durante o curso normal de seus negócios, o Banco está exposto a alguns riscos envolvendo questões trabalhistas e cíveis, em discussão nas instâncias administrativas e judiciais. Os riscos trabalhistas são relacionados a processos movidos por ex-funcionários pleiteando direitos trabalhistas que estes entendem como devidos. Os riscos cíveis são pleitos relacionados a indenizações por dano moral e patrimonial, na maioria referente ao registro de informações sobre os devedores no cadastro de restrições de crédito e de liberações de gravames de veículos no Sistema Nacional de Gravames (SNG), sendo que a maioria destes pleitos envolve o Juizado Especial Cível (JEC), no qual os pedidos estão limitados a 40 salários mínimos e não constituem riscos capazes de causar impacto material no resultado econômico e financeiro da Instituição. O Banco possui ainda, ações revisionais de taxas de juros, que estão cobertas pela provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99. A provisão para as perdas destes riscos é estabelecida com base nas avaliações dos assessores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável. Adicionalmente, o curso processual regular destas ações, requer em certas situações que o Banco realize depósitos judiciais. Assim, em 31 de dezembro de 2021, o saldo destes depósitos é de R$ 10.650 (R$ 6.248 em 31 de dezembro de 2020), conforme nota 23d. (3) Compreendem "Outros passivos contingentes", sobre as quais foram realizados depósitos judiciais no valor de R$ 241, e ações com característica de não incidência de INSS de determinadas verbas salariais no montante de R$ 637. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a movimentação da provisão para riscos no balanço patrimonial e o seu correspondente efeito no resultado do período são assim demonstradas:

	Individual e Consolidado 31/12/2021	Individual e Consolidado 31/12/2020
(=) Saldo inicial	24.186	23.998
(+) Constituições	7.542	4.668
(–) Baixas	(4.208)	(4.480)
(=) Saldo final	**27.520**	**24.186**

c) Passivos contingentes classificados como perda possível: O Banco possui ações de natureza cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

Descrição	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Processos cíveis	686	194	686	194
Processos trabalhistas	11.974	8.665	11.974	8.665
Total	**12.660**	**8.859**	**12.660**	**8.859**

d) Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências:

Descrição	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Para interposição de recursos tributários	1.008	1.005	1.008	1.005
Para interposição de recursos trabalhistas	10.650	6.248	10.650	6.248
Total	**11.658**	**7.253**	**11.658**	**7.253**
Ativo circulante	11.658	7.253	11.658	7.253
Ativo não circulante	–	–	–	–

24. RECEITAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

As receitas de tarifas bancárias têm a seguinte composição:

	Individual			Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Tarifa de confecção de cadastro	37.556	65.366	32.720	37.556	65.366	32.720
Tarifa de avaliação de bens	13.384	24.951	14.060	13.384	24.951	14.060
Tarifa de comissionamento	17.767	31.700	16.365	17.767	31.700	16.365
Outras receitas de tarifas bancárias	2.571	5.443	5.444	4.038	7.655	6.031
Total	**71.278**	**127.460**	**68.589**	**72.745**	**129.672**	**69.176**

25. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Individual			Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Comissões com terceiros[1]	(33.812)	(59.839)	(31.549)	(33.812)	(59.839)	(31.549)
Serviços de terceiros	(16.167)	(27.138)	(19.842)	(16.421)	(27.620)	(20.432)
Processamento de dados	(12.019)	(23.071)	(14.321)	(12.473)	(25.247)	(16.577)
Serviços técnicos	(830)	(1.896)	(1.766)	(830)	(1.896)	(1.766)
Transportes e viagens	(333)	(699)	(639)	(333)	(699)	(639)
Sistema financeiro	(2.446)	(4.100)	(2.920)	(2.446)	(4.101)	(2.920)
Comunicação, propaganda e publicidade	(3.604)	(7.886)	(3.423)	(3.654)	(7.936)	(3.467)
Indenizações cíveis	(5.262)	(5.430)	(3.788)	(5.264)	(5.432)	(3.788)
Despesas judiciais	(1.043)	(1.448)	(1.243)	(1.043)	(1.448)	(1.243)
Aluguéis e condomínios	(2.046)	(3.515)	(2.568)	(2.046)	(3.515)	(2.624)
Outras	(2.550)	(8.300)	(6.048)	(2.866)	(8.913)	(7.263)
Total	**(80.112)**	**(143.322)**	**(88.107)**	**(81.188)**	**(146.646)**	**(92.268)**

[1] Referem-se, principalmente, às comissões sobre operações originadas pelos lojistas.

26. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Individual			Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
PIS	(1.410)	(2.508)	(1.853)	(1.435)	(2.546)	(1.870)
COFINS	(8.696)	(15.454)	(11.404)	(8.814)	(15.632)	(11.485)
ISS	(4.369)	(6.511)	(3.385)	(4.406)	(6.568)	(3.418)
Outras	–	(1)	(36)	–	(1)	(56)
Total	**(14.475)**	**(24.474)**	**(16.678)**	**(14.655)**	**(24.747)**	**(16.829)**

27. RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

	Individual			Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Digimais Cartões - Equivalência Patrimonial	373	(1.175)	(3.233)	–	–	–
Total	**373**	**(1.175)**	**(3.233)**	–	–	–

28. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais

	Individual			Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Benefícios da Lei do Bem	1.645	1.645	–	1.645	1.645	–
Varição cambial	418	1.066	1.399	418	1.066	1.399
Variação monetária	273	278	120	296	301	539
Outras	374	374	106	361	374	106
Total	**2.710**	**3.363**	**1.625**	**2.720**	**3.386**	**2.044**

b) Outras despesas operacionais

	Individual			Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Perdas operacionais	(3.693)	(5.202)	(4.372)	(3.693)	(5.202)	(4.372)
Patrocínio	(3.025)	(5.519)	(931)	(3.025)	(5.519)	(931)
Doações	(1.000)	(1.500)	–	(1.000)	(1.500)	–
Atualização monetária	(616)	(788)	(229)	(617)	(795)	(252)
Variação cambial	(45)	(723)	(617)	(45)	(723)	(617)
Outras	(7)	(2.022)	(5)	(5)	(2.021)	(6)
Total	**(8.386)**	**(15.754)**	**(6.154)**	**(8.385)**	**(15.760)**	**(6.178)**

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A gestão dos instrumentos financeiros é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme regulamentação do BACEN e boas práticas internacionais e, são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, se a finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. A gestão do risco de mercado concentra-se na medição, monitoramento e no controle da exposição do risco das operações não classificadas na carteira de negociação, sendo adotado como metodologia para mensurar os riscos de mercado da carteira de não negociação, o EVE (*Economic Value of Equity*) - parcela Rban - e os testes de estresse que determinam a sensibilidade do capital frente aos impactos de movimentos extremos de mercado.

30. GESTÃO DE RISCOS

O Banco Digimais adota medidas de gestão integrada como mecanismo de geração de valor para a instituição. As análises feitas visam a mitigação de riscos e a adoção de ações para tornar a Instituição cada dia mais saudável. **(a) Risco operacional**: Define-se risco operacional com possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Inclui-se como risco operacional o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. O Banco detém uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, com o propósito de identificar, registrar, controlar, monitorar e reportar os limites de risco, bem como avaliar a efetividade dos controles, através do acompanhamento de reportes de riscos e registro em bases que são monitoradas com objetivo de mitigar os riscos. Para apuração do capital requerido para o risco operacional é utilizada a abordagem padronizada básica. **Risco de mercado:** Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. O risco de mercado para o Banco Digimais

continua —☆

–☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Banco Digimais S.A. *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

concentra-se na variação da taxa de juros. Para mensurar o risco é utilizado a metodologia EVE (*Economic Value of Equity*), que avalia a mudança no valor de mercado de uma carteira resultante de choque nas taxas de juros. A diferença entre os fluxos de caixa projetados do Banco Digimais (utilizando taxas de mercado) e os mesmos fluxos utilizando taxas estressadas, estima o risco de perda da carteira. **(b) Risco de liquidez**: O risco de liquidez consiste na possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O Banco Digimais adota como metodologia para mensurar o risco de liquidez, fluxos de caixa real e projetado, elaboração de orçamentos, testes de aderência e realiza mensalmente reuniões de Comitê de Caixa. **(c) Risco de crédito:** O risco de crédito pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou; custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. O monitoramento do risco acontece através do acompanhamento da qualidade da carteira de crédito e elaboração de políticas, normas, testes de estresse, análise de níveis de concentração e inadimplência para adequada apropriação da provisão para crédito de liquidação duvidosa. **(d) Gerenciamento de capital**: O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação da necessidade de capital a fim de fazer face aos riscos envolvidos nas operações da instituição. Essa estrutura contém políticas e estratégias para o gerenciamento de capital claramente documentados, sistemas, rotinas e procedimentos para o seu gerenciamento. O Departamento de Riscos é responsável pela apuração e reporte dos limites definidos pela alta administração e pelos limites operacionais regulamentares determinados pelo BACEN em relação ao capital. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os índices estão assim apresentados:

	Individual e Consolidado	
Índice de Basileia	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Patrimônio de referência (PR)	**316.235**	**224.138**
Capital principal (nível I)	316.235	224.138
Capital social	240.000	169.780
Reservas de lucros	105.401	69.861
Sobra ou lucros acumulados	–	–
Ajustes prudenciais de ativos intangíveis	(29.166)	(15.503)
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	**2.700.213**	**1.930.364**
Risco de crédito (RWACPAD)	2.147.953	1.446.721
Risco de mercado (RWAMPAD)	10.639	18.332
Risco operacional (RWAOPAD)	545.468	468.977

	Individual e Consolidado	
Índice de Basileia	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Risco de taxa de câmbio (RWACAM)	3.847	3.666
Carteira *banking* (RBAN)	17.847	28.086
Adicional de conservação capital principal	54.086	27.865
Margem sobre PR considerando o RBAN	45.807	17.937
Índice de Basileia	**11,71%**	**11,61%**
Índice de imobilização	**6,34%**	**10,49%**

Em 31 de dezembro de 2021, a maior exposição em determinado cliente corresponde a 5,00% do Patrimônio de Referência (PR), isto é R$ 15.812 milhões em operações de crédito. Esta exposição está de acordo com os limites internos estabelecidos pelo Banco. As demais operações do Banco estão pulverizadas.

31. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

Não foram identificados resultados não recorrentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

32. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSO

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco apresenta avais e fianças prestados a clientes no montante de R$ 1.196 (R$ 1.217 em 31 de dezembro de 2020) sujeitos a encargos financeiros e com garantia dos beneficiários. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve pagamentos que o Banco teve que honrar oriundos dessas garantias.

João Luiz Urbaneja – Diretor Presidente
Thiago Rodrigues Urbaneja – Diretor
Eduardo Gonçalves de Oliveira Guedes – Diretor
Fernanda de Sousa Grecco Alves – Diretora
Cristiano Duarte Fraga – Diretor
Fernando Marcial Roncal Pajares – Diretor
Eduardo Cristian Aderne dos Santos – Contador - CRC 1SP290045/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do **Banco Digimais S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Digimais S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Digimais S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Digimais S.A. e suas controladas, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Fomos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração do Banco e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Thiago Kurt de Almeida da Costa Brehmer
CT CRC 1SP-260.164/O-4

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ÓPTICO FOTOGRÁFICO E CINEMATOGRÁFICO NO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

62.660.436/0001-64

O Presidente da Entidade supra, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 15 do Estatuto da Entidade, convoca os associados efetivos quites com a tesouraria para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 19 de abril de 2022, às 14h30, na sede do Sindicato à Avenida 9 de Julho, 40 11º andar cjs. 11d/f – Centro – São Paulo, (por meio eletrônico), cujo link de acesso será encaminhado aos associados, a fim de deliberar nos termos estatutários sobre as seguintes ordens do dia:

1. Exame, discussão e votação do Relatório de atividades, balanço e contas da Diretoria do exercício de 2021 e respectivo parecer do Conselho Fiscal.

Não havendo no horário indicado número legal de associados presentes, para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia será realizada uma hora após, ou seja, 15h30, em segunda convocação com qualquer número de associados presentes.

São Paulo, 31 de março de 2022

Luiz Paulo Rodrigues Leite
Presidente

HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 49.263.189/0001-02
NIRE 35.300.340.337 | Código CVM nº 20877

Helbor #sintaseemcasa

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022

A Helbor Empreendimentos S.A. ("Helbor" ou "Companhia") convoca os seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a ser realizada, em primeira convocação, às 15 horas do dia 29 de abril de 2022, de modo **exclusivamente digital**, por meio de videoconferência na plataforma *Zoom*, nos termos do artigo 124, parágrafo 2º-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e dos artigos 4º e 21-C da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 481"), a fim de: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; (ii) Deliberar acerca da proposta de destinação do resultado da Companhia auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e (iii) Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2022. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia para incluir previsão de comitê de auditoria estatutário nos termos da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, e sua posterior consolidação. **Instruções gerais:** Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei das S.A., incluindo o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, o Manual de Participação em Assembleia e a Proposta da Administração, bem como todas as demais informações e documentos exigidos pelos artigos 9º, 10 e 12 da Instrução CVM 481, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos websites de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.helbor.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (http://www.b3.com.br). Conforme autorizado pelo §2º-A do artigo 124 da Lei das S.A., a AGOE será realizada de forma **exclusivamente digital**. Dessa forma, os acionistas poderão participar da AGO **(i)** virtualmente, por meio de sistema eletrônico, nos termos do artigo 21-C, parágrafos 2º e 3º da Instrução CVM 481; ou **(ii)** pelo preenchimento e envio de boletim de voto a distância, a ser disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia, da CVM e da B3, que poderá ser enviado diretamente à Companhia ou por meio de seus respectivos agentes de custódia ou do escriturador. Plataforma Zoom: Os dados e as instruções para participar da AGOE por meio da plataforma Zoom serão encaminhados aos acionistas que enviarem solicitação válida à Companhia por e-mail endereçado ao e-mail ri@helbor.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para realização da AGOE, ou seja, até 27 de abril de 2022 (inclusive), a qual deverá ser devidamente acompanhada da seguinte documentação do acionistas para a participação na AGOE: (i) no caso de pessoa física, cópia do documento de identidade com foto, e, no caso de pessoa jurídica ou fundo de investimento, cópia dos atos societários e demais documentos que comprovem a representação legal do acionista, e documento de identidade com foto do respectivo representante; e (ii) extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, expedido com no máximo 2 (dois) dias de antecedência da AGOE. As instruções para participação na AGCE por meio da plataforma Zoom estão detalhadas no Manual de Participação na AGOE. Boletim de voto a distância: Os acionistas que optarem por participar da AGOE por meio do exercício do direito de voto via boletim de voto a distância deverão: **(i)** enviar as instruções de preenchimento do boletim para (a) seus respectivos custodiantes; ou, conforme o caso (b) o Agente Escriturador da Companhia; ou, ainda **(ii)** enviar o boletim preenchido, assinado e rubricado, diretamente ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, acompanhado da documentação indicada acima, neste caso preferencialmente por correio eletrônico a ser encaminhado para ri@helbor.com.br. As instruções detalhadas para participação na AGOE por meio do exercício do direito de voto via boletim de voto a distância estão detalhadas no Manual de Participação da AGO e no próprio Boletim de Voto a Distância.

Mogi das Cruzes, 29 de março de 2022

Henrique Borenstein
Presidente do Conselho de Administração

www.helbor.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 12/04/2022, às 09h30. O Edital está disponível no site www.sertaozinho.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br. INFORMAÇÕES: TEL. (16) 2105-3044 ou 2105-3052. Secretaria de Administração; Departamento de Políticas de Suprimentos, 30 de março de 2022. Ricardo Alexandre de Cirqueira - Diretor do Departamento de Políticas de Suprimentos.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONVITE PARA APRESENTAR MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Manifestação de Interesse nº 02/2022 - PROFISCO II/SEFAZ - MA
Instituição: Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão
País: Brasil
Projeto: Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão-PROFISCO II - MA
Setor: Unidade de Coordenação do Projeto-UCP/Secretaria de Estado da Fazenda/SEFAZ - MA

Resumo: O Estado do Maranhão recebeu um financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e se propõe à utilizar parte destes fundos para efetuar pagamentos de despesas elegíveis em virtude do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão – PROFISCO II para "contratação de Consultor Individual para elaboração de Termos de Referência para especificação de equipamentos de vídeo monitoramento de Postos Fiscais e volantes".

A Secretaria de Estado da Fazenda convida Consultores elegíveis a manifestar o interesse em prestar os serviços solicitados. Os consultores interessados deverão proporcionar informação que indique que estão qualificados para prestar os serviços (descrição de serviços semelhantes executados, experiência em condições idênticas, contratos etc.,) devendo atender os seguintes requisitos mínimos:

REQUISITOS MÍNIMOS	
Consultor individual em Sistemas de Videomonitoramento	• Profissional com formação superior completo em qualquer das seguintes áreas de tecnologia: Engenharia Elétrica, Tecnologia da Informação, Ciência da Computação, Engenharia de Software, Engenharia da Computação, Engenharia de Telecomunicações, Sistema de Telecomunicações, Sistemas de Informação, Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações, Engenharia de Controle e Automação. • Experiência comprovada como Consultor de Projeto de videomonitoramento por meio de: registro em Carteira de Trabalho; Contratos executados pelo contratado; ou atestado de capacidade técnica (declaração ou certidão), em papel timbrado e com identificação do emitente, em original ou cópia autenticada, emitido por empresa pública ou privada, comprovando o perfeito cumprimento das obrigações relativas à experiência exigida.

Os consultores serão selecionados de acordo com os procedimentos indicados nas Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento GN 2350-9, e poderão participar todos de países de origem que forem elegíveis, segundo o estabelecido nessas políticas.

Contrato de Empréstimo nº 4458/OC-BR. (BR-L1500)
Processo nº: 0058759/2022-SEFAZ-MA
Valor estimado: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
Prazo de execução: 3 meses
Data limite para publicação:1 abril de 2022
Os serviços de Consultoria compreendem:

Produto	Prazo
• Plano de trabalho consolidado e cronograma de execução	6 dias
• Documentos de análise com levantamento das informações necessárias a respeito dos locais objetos de videomonitoramento e demais peculiaridades do setor junto à equipe da CEGAF/Trânsito; • Vistorias nos Postos Fiscais e viaturas para levantamento de informações; • Análise das implicações relacionadas ao LGPD e outras legislações; • Análise quanto aos benefícios que se obtêm pela implantação de sistema de videomonitoramento.	9 dias
• Diagnóstico Situacional baseado nas análises de cada local: sede da CEGAF/Trânsito, Postos	15 dias
• Termo de Referência, incluindo a pesquisa de preços	15 dias
• Acompanhamento do processo Licitatório do Termo de Referência	45 dias

As Manifestações de interesse deverão ser entregues no endereço indicado (pessoalmente, por correio, ou por correio eletrônico/e-mail) até às 18h do dia 22 de abril 2022.

Os consultores interessados podem obter maiores informações no endereço abaixo durante o horário de expediente das 13h às 18h.

Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, S/N, Jaracati
CEP: 65.076-820
At: Michelangelo Sousa da Silva
e-mail: michelangelo.silva@sefaz.ma.gov.br
At: Gabriel Selvatici Marchesi
e-mail: gabriel.marchesi@sefaz.ma.gov.br
At: Thailane Souza Santos
e-mail: thailane.santos@sefaz.ma.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Processo: 181.722/2021 - Modalidade: **Pregão Eletrônico** SMS nº **575/2021 - AMPLA PARTICIPAÇÃO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por Lote - **Objeto:** ***contratação de empresa para prestação de serviço de limpeza com fornecimento de materiais e profissionais***. A Data do Recebimento das Propostas **será até dia 13/04/2022 às 9h** - A abertura da Sessão dar-se-á no dia **13/04/2022 às 9h**. - Pregoeira: Evelyn Prado Rineri. O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 – Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br ou www.bec.sp.gov.br **OC 820900801002022OC00139**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados. Divisão de Compras, 30/03/2022 - compras_saude@bauru.sp.gov.br

Fernando César Leandro - Diretor da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

Even Construtora e Incorporadora S.A.

Companhia Aberta – CNPJ nº 43.470.988/0001-65 – NIRE 35.300.329.520

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Even Construtora e Incorporadora S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 28 de abril de 2022, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.400, 2º andar, Conjunto 22, CEP 01.455-000, **com possibilidade de participação remota**, através da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração e Relatório dos Auditores Independentes; (ii) Deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos, ratificando os pagamentos já realizados por deliberação do Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária; e (iii) Deliberar sobre a fixação do limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022. **Informações Relevantes: 1.** A Proposta da Administração com as informações relativas às matérias constantes da Ordem do Dia e ao exercício do direito de voto na AGO ("Proposta da Administração") foi disponibilizada no dia 28.03.2022, na forma prevista na ICVM 481/09, e pode ser acessada através dos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da Companhia (www.even.com.br/ri). **2.** Nos termos do Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos, conforme descrito detalhadamente na Proposta da Administração: (i) documento de identidade, CPF e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (iii) instrumento de mandato, acompanhado do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes do procurador, conforme o caso. **3.** Os acionistas que optarem por participar presencialmente da AGO devem comparecer à sede da Companhia no local e horário indicados. Antes da instalação da AGO, os acionistas assinarão o Livro de Presença. Recomenda-se aos interessados em participar da AGO que se apresentem no local com antecedência de 1 (uma) hora em relação ao horário indicado. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, todos os documentos mencionados acima poderão, a critério do acionista, ser depositados na sede da Companhia ou enviados para o e-mail ri@even.com.br. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, a Companhia solicita que os referidos sejam enviados preferencialmente com 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para a realização da AGO. **4.** Os acionistas que desejarem participar remotamente da AGO, através da Plataforma Digital, devem enviar a documentação indicada acima para o e-mail ri@even.com.br, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores até as 10h (horário de Brasília) do dia 26 de abril de 2022 e solicitar o acesso ao sistema. Os acionistas que não apresentarem os documentos obrigatórios para sua participação na assembleia até a referida data não poderão participar remotamente da assembleia. **5.** Adicionalmente, a Companhia adotará o procedimento de voto a distância na AGO, nos termos do artigo 121, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM 481/09. Neste sentido, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de preenchimento para seus respectivos custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central, hipótese na qual deverão ser observados os procedimentos adotados por cada custodiante; (ii) transmitir as instruções de preenchimento ao agente escriturador da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) preencher e enviar o boletim de voto a distância diretamente à sede social da Companhia, aos cuidados da área de Relações com Investidores.

São Paulo, 28 de março de 2022.

Rodrigo Geraldi Arruy

Presidente do Conselho de Administração

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: RDC PRESENCIAL **Nº. 028/2022.**

ORIGEM: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – INFRAESTRUTURA **(FMS-I)**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA **EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA DO CENTRO CIRÚRGICO DO HOSPITAL DISTRITAL EDMILSON BARROS DE OLIVEIRA (FROTINHA MESSEJANA)** NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA – CE.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO.

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 12/05/2022 às 09h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 12/05/2022 às 09h15min.

INÍCIO DA DISPUTA: 12/05/2022 às 09h30min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (informando o nº da licitação): Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas.

E-mail:cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br

Telefone: (085)3452-3483

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o **horário local (Fortaleza –CE).**

ENDEREÇO PARA ENTREGA (PROTOCOLO) DE DOCUMENTOS: Central de Licitações da Prefeitura deFortaleza - CLFOR – Avenida Heráclito Graça, nº 750, Centro, Fortaleza - CE, CEP. 60.140-060.

HOME PAGE: compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br

A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 12.462, de 04 de Agosto de 2011, pelo Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011 e pelos Decretos Municipais nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e nº15.126, de 28 de setembro de 2021 e pela Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, Fortaleza - CE – Fortaleza- CE, no e-compras:**https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp**, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: **https://licitacoes.tce.ce.gov.br/**.

Fortaleza – CE, 30 de março de 2022.

OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: RDC PRESENCIAL **Nº. 029/2022.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA - **SEINF**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA **EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO INTERMODAL DO CENTRO DE FORTALEZA-CE**, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO.

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 13/05/2022 às 09h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13/05/2022 às 09h15min.

INÍCIO DA DISPUTA: 13/05/2022 às 09h30min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (informando o nº da licitação): Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas.

E-mail:cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br

fone: (085)3452-3483

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o **horário local (Fortaleza –CE).**

ENDEREÇO PARA ENTREGA (PROTOCOLO) DE DOCUMENTOS: Central de Licitações da Prefeitura deFortaleza - CLFOR – Avenida Heráclito Graça, nº 750, Centro, Fortaleza - CE, CEP. 60.140-060.

HOME PAGE: compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br

A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 12.462, de 04 de Agosto de 2011, pelo Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011 e pelos Decretos Municipais nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e nº 15.126, de 28 de setembro de 2021e pela Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, Fortaleza - CE – Fortaleza- CE, no e-compras:**https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp**, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: **https://licitacoes.tce.ce.gov.br/**.

Fortaleza – CE, 30 de março de 2022.

OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) comunica a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2022

Objeto: Aquisição de elevador móvel para piscina (acessibilidade) e plataformas modulares.

Retirada do edital: a partir de 31 de março de 2022, através do portal www.sesisp.org.br (opção LICITAÇÕES).

Sessão de disputa de preços (lances): 12 de abril de 2022 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: CHAMADA PÚBLICA **Nº. 004/2022**.

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**

OBJETO: CONSTITUI O OBJETO DESTE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA O CREDENCIAMENTO COM PESSOAS JURÍDICAS NA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE MÉDICO ANESTESIOLOGISTA PARA AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

O Presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA – CE | CPL**, torna público o **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA O CREDENCIAMENTO COM PESSOAS JURÍDICAS NA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE MÉDICO ANESTESIOLOGISTA PARA AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**, pelos preceitos do direito público e em conformidade os artigos 197 e 199 da Constituição Federal de 1988, com os artigos 17, 18, inciso III, 24, inciso I, da Lei nº 8.080/1990, e artigo 2º da Portaria nº 1.034/2010 do Ministério da Saúde, Lei Federal nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD), aplicando subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. Os interessados deverão entregar os envelopes no período de **01 de abril de 2022 a 18 de abril de 2022, das 8h às 12h e das 13h às 17h e no dia 19 de abril de 2022, de 8h às 14h00min.**, no setor de Protocolo da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, situada na Avenida Heráclito Graça, nº 750, Centro, Fortaleza – CE, CEP. 60.140-060. Os envelopes serão abertos, impreterivelmente, em sessão pública, às **14h00min.** do dia **19 de abril de 2022.** O Edital está disponível gratuitamente no sítio compras.fortaleza.ce.gov.br e no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Ceará - http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/.

Fortaleza – CE, 30 de março de 2022.

OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO DE RESULTADO FINAL

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS **Nº. 005/2022.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA - **SEINF.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EXECUÇÃO DAS **OBRAS DE REFORMA DA ESTRUTURA METÁLICA DO GINÁSIO POLIESPORTIVO DA PARANGABA E PARA A CONSTRUÇÃO DA COBERTA METÁLICA DA QUADRA EXTERNA DO GINÁSIO PAULO SARASATE**, NOS BAIRROS PARANGABA E ALDEOTA, RESPECTIVAMENTE, NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA – CE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

DO TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

O Presidente da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE - CEL,** torna público, para conhecimento dos licitantes e demais interessados, **RESULTADO FINAL** da TP 005/2022 – SEINF, divulgado em Sessão de Prosseguimento ocorrida no dia 30/03/2022, conforme segue: **LOTE 01 – VENCEDORA: MEDEIROS & ALENCAR PROJETOS E CONSTRUÇÕES DE EDIFICIOS EIRELI**, com uma proposta de preço no valor de **R$ 847.442,24 (oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e vinte e quatro centavos)**; **2º LUGAR: EDCON COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA**, com uma proposta de preço no valor de R$ 929.885,76 (novecentos e vinte nove mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos), **3º LUGAR: IGC EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, com uma proposta de preço no valor de R$ 935.824,52 (novecentos e trinta e cinco mil,oitocentos e vinte quatro reais e cinquenta e dois centavos); **LOTE 02 – VENCEDORA: R.MEIRA ENGENHARIA EIRELI**, com uma proposta de preço no valor de R$ 524.518,18 (quinhentos e vinte e quatro mil, quinhentos e dezoito reais e dezoito centavos), **2º LUGAR: IGC EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, com uma proposta de preço no valor de R$ 577.018,89 (quinhentos e setenta e sete mil, dezoito reais e oitenta e nove centavos). **DESCLASSIFICADAS: MEDEIROS & ALENCAR PROJETOS E CONSTRUÇÕES DE EDIFICIOS EIRELI e EDCON COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA**, ambas em razão da inobservância do item 6.6, alínea "a" do Edital – Apresentação de valor unitário acima do valor estimado no Edital. Registra-se que o prazo para interposição de recurso é de 05 (cinco) dias úteis após a publicação do Resultado Final do certame, iniciando-se, em seguida, o prazo de contrarrazões, com fulcro no art. 109, I, "b" da Lei nº 8.666/93 e no item 7.1, "b" do Edital. A ata da Sessão de Prosseguimento se encontra disponível no site compras, link de acesso (https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/detalhe-licitacao.asp?id=816&fonte=Novo). Maiores informações encontram-se à disposição na Avenida Heráclito Graça, nº 750, Centro, CEP: 60.140-060, Fortaleza, Ceará ou através do e-mail: licita.cel@clfor.fortaleza.ce.gov.br.

Fortaleza – CE, 30 de março de 2022.

HAMER SOARES RIOS

PRESIDENTE DA CEL

Construtora Tenda S.A.

CNPJ/ME nº 71.476.527/0001-35 - NIRE 35.300.348.206 - Companhia Aberta

Edital de Convocação da Assembleia Geral ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Construtora Tenda S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, havendo quórum, no dia 28 de abril de 2022, às 14:00 horas, a ser realizada **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica "Zoom", conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e disciplinada na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada, ("Instrução CVM 481"), tendo sido considerada como realizada na sede da Companhia, nos termos do artigo 4º, §3º, da Instrução CVM 481, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i) Em Assembleia Geral Ordinária:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; b) Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; c) Deliberar sobre o número de membros do Conselho Fiscal da Companhia e elegê-los, nos termos dos artigos 38 e 39 do Estatuto Social da Companhia; d) Deliberar sobre a proposta da Administração para a remuneração global anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022. **(ii) Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Deliberar sobre a aprovação do 2º Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia. **1. Documentos a Disposição dos Acionistas:** Permanece a disposição dos acionistas, na sede da Companhia e nas páginas na internet da Companhia (ri.tenda.com); da CVM (www.cvm.gov.br); e da B3 (www.b3.com.br) toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada. **2. Legitimação e Representação:** Nos termos do artigo 5º, §3º, da Instrução CVM 481, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia digital deverão enviar correio eletrônico para o e-mail ri@tenda.com até 2 (dois) dias antes da Assembleia (*i.e.* até o dia 26 de abril de 2022), solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação a distância e enviando os seguintes documentos: **(i)** extrato atualizado da conta de depósito das ações escriturais fornecido pela instituição financeira depositária emitido, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da Assembleia; e **(ii)** no caso de pessoa física, documento oficial, com foto, que comprove sua identidade; ou no caso de pessoa jurídica, estatuto social/contrato social e os demais documentos societários que comprovem a sua representação legal. Para os fundos de investimento, é necessária a apresentação do último regulamento consolidado, estatuto social/contrato social do administrador ou gestor do fundo e os demais documentos societários que comprovem os poderes de representação. Na hipótese de representação por procuração, a via original do instrumento de mandato devidamente formalizado e assinado pelo acionista outorgante (outorgado há menos de um ano, nos termos do art. 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações e das decisões do colegiado da CVM), conforme instruções constantes da Proposta da Administração referente à Assembleia ora convocada. A Companhia ressalta que, de maneira estritamente excepcional, aceitará que os referidos documentos sejam apresentados sem reconhecimento de firma ou cópia autenticada, ficando cada acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados. Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pelo órgão competente datado de até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da Assembleia. A Assembleia ora convocada será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM 481. Nesse sentido, as instruções gerais para participação na Assembleia ora convocada, inclusive aquelas relativas à participação por meio do sistema eletrônico contratado pela Companhia, encontram-se dispostas detalhadamente na Proposta da Administração, divulgada pela Companhia juntamente com o presente Edital de Convocação nas páginas na internet da Companhia (ri.tenda.com); da CVM (www.cvm.gov.br); e da B3 (www.b3.com.br). Adicionalmente, a Companhia adotará o sistema de votação a distância nos termos da Instrução CVM 481, permitindo que seus acionistas participem da Assembleia ora convocada a distância, por meio do preenchimento e envio de boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes do Formulário de Referência da Companhia, da Proposta da Administração relativa a Assembleia ora convocada, bem como do próprio Boletim de Voto a Distância disponibilizado nesta data. São Paulo, 28 de março de 2022. **Claudio José Carvalho de Andrade** - Presidente do Conselho de Administração

BMW FINANCEIRA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.
CNPJ nº 04.452.473/0001-80.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da BMW Financeira S.A. - CFI submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Ativos Totais:** Os ativos totais atingiram, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$ 2.417.941 mil (R$ 2.326.088 mil em 31 de dezembro de 2020). **Operações de Crédito:** A BMW Financeira S.A. - CFI desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito de forma a garantir que as provisões sejam estabelecidas de forma adequada ao grau de risco dos clientes. Além disso, monitora de forma recorrente, os valores de garantias contratuais e o comportamento dos contratos em carteira. A carteira de Operações de Crédito atingiu o montante de R$ 2.159.526 mil em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.988.431 mil em 31 de dezembro de 2020). A Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito atingiu o montante de R$ 35.499 mil 31 de dezembro de 2021 (R$ 40.867 mil em 31 de dezembro de 2020). **Patrimônio Líquido e Resultado:** O Patrimônio Líquido total atingiu, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$ 431.856 mil (R$ 398.278 mil em 31 de dezembro de 2020). A BMW Financeira S.A. - CFI encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2021 com um lucro líquido de R$ 84.011 mil (R$ 38.425 mil em 31 de dezembro de 2020). **Remuneração dos Acionistas:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela BMW Financeira S.A. - CFI.

A Administração

Balanço Patrimonial em 31/12/2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2021	2020
Circulante		1.320.337	1.314.290
Disponibilidades	4	138.821	89.404
Ativos financeiros		51.184	172.351
Instrumentos financeiros derivativos	5	51.184	172.351
Operações de crédito		1.076.076	1.011.018
Financiamentos - setor privado	6	1.076.076	1.011.018
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	1.095.123	1.031.995
		(19.047)	(20.977)
Outros créditos		54.256	41.517
Diversos	14 - H	54.256	41.517
Realizável a longo prazo		1.096.133	1.010.986
Ativos financeiros		12.289	29.083
Instrumentos financeiros derivativos	5	12.289	29.083
Operações de crédito		1.047.951	936.546
Financiamentos - setor privado	6	1.064.403	956.436
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(16.452)	(19.890)
Outros créditos		35.893	45.357
Crédito tributário	11	35.147	44.613
Diversos	14 - H	746	744
Permanente		1.471	812
Imobilizado de uso		512	554
Outras imobilizações de uso	3 - G	2.506	2.371
Depreciações acumuladas	3 - G	(1.994)	(1.817)
Intangível		959	258
Ativos intangíveis	3 - G	959	258
Total do ativo		2.417.941	2.326.088

Passivo	Notas	2021	2020
Circulante		1.259.206	1.301.758
Depósitos		158.235	148.093
Depósitos interfinanceiros	7	108.583	122.423
Depósitos a prazo	7	49.652	25.670
Obrigações por empréstimos		1.035.220	1.084.983
Empréstimos no exterior	8	1.035.220	1.084.983
Instrumentos financeiros derivativos		12.272	9.323
Instrumentos financeiros derivativos	5	12.272	9.323
Outras obrigações		53.480	59.360
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	14 - I	1.202	-
Sociais e estatutárias	14 - I	798	365
Fiscais e previdenciárias	14 - I	35.693	33.747
Diversas	14 - I	15.787	25.248
Exigível a longo prazo		716.251	618.078
Depósitos		-	61.369
Depósitos interfinanceiros	7	-	53.281
Depósitos a prazo	7	-	8.088
Obrigações por empréstimos		678.200	543.470
Empréstimos no exterior	8	678.200	543.470
Instrumentos financeiros derivativos		13.182	4.689
Instrumentos financeiros derivativos	5	13.182	4.689
Outras obrigações		24.869	8.550
Obrigações fiscais diferidas	14 - I	16.652	-
Provisão para passivos contingentes	12	8.003	8.550
Diversas	14 - I	214	-
Resultados de exercícios futuros		10.627	7.973
Resultados de exercícios futuros	9	10.627	7.973
Patrimônio líquido		431.856	398.278
Capital social		204.296	204.296
De domiciliados no exterior	10	204.296	204.296
Reserva de lucros		227.560	193.982
Reserva legal	10	15.262	11.061
Reservas especiais de lucros	10	212.298	182.921
Total do passivo e patrimônio líquido		2.417.941	2.326.088

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado - Semestre e Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Receitas da intermediação financeira		231.374	254.860	681.677
Operações de crédito	6 - E	145.825	266.203	244.785
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		3.733	4.775	1.763
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5 - C	81.816	(16.118)	435.129
Despesas da intermediação financeira		(113.427)	(25.491)	(537.312)
Operações de captação no mercado	7 - D	(6.470)	(11.843)	(16.519)
Operações de empréstimos e repasses	8	(104.483)	(5.721)	(500.567)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6 - C	(2.474)	(7.927)	(20.226)
Resultado bruto da intermediação financeira		117.947	229.369	144.365
Receitas/despesas operacionais		(45.984)	(85.011)	(79.467)
Rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias	14 - J	4.800	8.883	9.894
Despesas de pessoal		(8.762)	(18.684)	(18.696)
Outras despesas administrativas	14 - K	(14.289)	(24.321)	(24.858)
Despesas tributárias	14 - L	(3.241)	(6.052)	(5.303)
Outras receitas operacionais	14 - M	2.613	3.565	4.152
Outras despesas operacionais	14 - N	(27.105)	(48.402)	(44.656)
Resultado operacional		71.963	144.358	64.898
Resultado não operacional		-	(2)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		71.963	144.356	64.898
Imposto de renda e contribuicao social		(30.918)	(60.345)	(26.473)
Provisão para imposto de renda	11	(9.467)	(20.245)	(20.066)
Provisão para contribuição social	11	(7.631)	(13.982)	(12.141)
Ativo/passivo fiscal diferido	11	(13.820)	(26.118)	5.734
Lucro líquido do semestre/exercício		41.045	84.011	38.425
Lucro do semestre/exercício por ação - em R$		0,2761	0,5652	0,2585

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente - Semestre e Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Notas	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício		41.045	84.011	38.425
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Resultado abrangente		41.045	84.011	38.425

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Semestre e Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício/semestre	41.045	84.011	38.425
Ajustes ao lucro líquido	120.202	39.477	517.239
Amortizações e depreciações	134	258	205
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.474	7.927	20.226
Variação cambial de empréstimos no exterior	104.482	5.721	500.567
Provisão para passivos contingentes	(708)	(547)	1.975
Impostos diferidos	13.820	26.118	(5.734)
Variações patrimoniais	(116.945)	(23.155)	(542.938)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(64.093)	149.403	(217.368)
(Aumento) redução em operações de créditos	(17.539)	(184.391)	(127.214)
(Aumento) redução em outros créditos	(19.041)	(28.239)	8.588
(Aumento) redução em outros valores e bens	579	-	-
Aumento (redução) em depósitos	(126.146)	(51.227)	73.212
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses	99.880	79.246	(271.874)
Aumento (redução) em outras obrigações	9.350	9.398	1.912
Aumento (redução) em resultado de exercícios futuros	65	2.655	(10.194)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	44.302	100.333	12.726
Atividades de investimento			
Imobilizado de uso	(139)	(136)	(235)
Intangível	(777)	(780)	(108)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimentos	(916)	(916)	(343)
Atividades de financiamento			
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de financiamentos	(50.000)	(50.000)	-
Dividendos pagos	(50.000)	(50.000)	-
Aumento/(redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	(6.614)	49.417	12.383
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/semestre	145.435	89.404	77.021
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/semestre	138.821	138.821	89.404
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	(6.614)	49.417	12.383

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Semestre e Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de Lucros: Reserva legal	Reservas de Lucros: Reservas especiais de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2019	204.296	9.139	146.435	-	359.870
Lucro líquido do exercício	-	-	-	38.425	38.425
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	1.922	-	(1.922)	-
Dividendos	-	-	-	(365)	**(365)**
Reservas especiais de lucros	-	-	36.138	(36.138)	-
Reversão de dividendos provisionados (nota 10 b)	-	-	348	-	348
Saldos em 31/12/2020	204.296	11.061	182.921	-	398.278
Mutações do exercício	-	1.922	36.486	-	38.408
Saldos em 31/12/2020	204.296	11.061	182.921	-	398.278
Lucro líquido do exercício	-	-	-	84.011	84.011
Dividendos pagos	-	-	(50.000)	-	**(50.000)**
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	4.201	-	(4.201)	-
Dividendos	-	-	-	(798)	**(798)**
Reservas especiais de lucros	-	-	79.012	(79.012)	-
Reversão de dividendos provisionados (nota 10 b)	-	-	365	-	365
Saldos em 31/12/2021	204.296	15.262	212.298	-	431.856
Mutações do exercício	-	4.201	29.377	-	33.578
Saldos em 30/06/2021	204.296	13.210	182.921	40.817	441.244
Lucro líquido do exercício	-	-	-	41.045	41.045
Dividendos pagos	-	-	(50.000)	-	**(50.000)**
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	2.052	-	(2.052)	-
Dividendos	-	-	-	(798)	**(798)**
Reservas especiais de lucros	-	-	79.012	(79.012)	-
Reversão de dividendos provisionados (nota 10 b)	-	-	365	-	365
Saldos em 31/12/2021	204.296	15.262	212.298	-	431.856
Mutações do semestre	-	2.052	29.377	(40.817)	(9.388)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição") pertence ao Grupo BMW. A Instituição foi criada em 21/12/2000 e teve sua constituição homologada pelo Banco Central do Brasil em 24/04/2001, iniciando suas operações em 2/07/2001. A Instituição tem por objetivo principal atender aos clientes na realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, nas modalidades de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e "Floorplan". "Floorplan" é um produto financeiro de curto prazo que tem como objetivo o financiamento de estoque de veículos da rede de concessionárias BMW fornecido pela BMW do Brasil Ltda. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo BMW, inclusive a BMW do Brasil Ltda e BMW Manufactoring Indústria de Motos da Amazonia Ltda, as quais atuam de forma integrada no mercado. As demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Entre 2008 e 2021, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a Instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN): a) CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; b) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; c) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16; d) CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16; f) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; g) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; h) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; i) CPC 24 - Eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; j) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; l) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15. m) CPC 41 - Resultado por Ação - homologado pela Circular CMN nº 3.959/19; n) CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19. o) CPC 47- Receita de Contrato com Cliente - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21, com vigor a partir de 01/01/2022. A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor em 1º/01/2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (Nota - 3 K). Em 25/11/2021 foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966/2021 que dispões sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos que entrará em vigor a partir de 01/01/2022. As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela diretoria em 31 de março de 2022. **3. Principais políticas contábeis: a) Apuração dos resultados:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. **b) Disponibilidades:** Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor e prazo inferior a 90 dias. **c) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável. **d) Instrumentos financeiros derivativos:** A Instituição somente realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao risco de mercado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção ("hedge") e são classificados de acordo com a sua natureza em: **i. Hedge de risco de mercado** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de "hedge", tem seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e **ii. Hedge de fluxo de caixa** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria têm seus ajustes a valor de mercado registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período. **e) Hedge:** No momento da designação inicial do hedge, a Instituição formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge, considerando métodos de cálculo convencionais. A Instituição faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto e hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80% a 125%. O item objeto de hedge também é ajustado a mercado produzindo efeitos em despesas com empréstimos e repasses, quando o ajuste for negativo ou, outras receitas operacionais em caso de inversão de saldo. **f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A reclassificação de operações para categoria de menor risco é admitida quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança de nível de risco. Para os créditos com atraso igual ou superior a 60 (sessenta) dias, é vedado o reconhecimento no resultado do período de receitas e encargos de qualquer natureza assim como disposto na Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 9º. Conforme disposto na Resolução nº4.803 de 9/04/2020, que entrou em vigor a partir de sua data de publicação, permite que as operações renegociadas no período de 1º de março a 30 de setembro de 2020 sejam reclassificadas para o nível em que estavam classificadas no dia 29/02/2020, exceto para operações que em 29/02/2020 apresentavam atraso igual ou superior a quinze dias no pagamento de parcela de principal ou encargos e operações que apresentem evidências de que não serão honradas nas novas condições. **g) Imobilizado de uso e intangível:** Até dezembro de 2016, o imobilizado foi registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema de processamento de dados. A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24/11/2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Instituição espera utilizar o ativo. **h) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** São demonstrados por valores captados, conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos. **i) Resultado de exercícios futuros:** Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependendo apenas da fluência do prazo. **j) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240, ou seja, R$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 15%, considerando para fins de apuração das bases de cálculo a legislação vigente pertinente a cada encargo. Os valores registrados no ativo, na rubrica "Outros créditos - créditos tributários", foram constituídos sobre diferenças temporárias (Vide nota explicativa nº 11). Os ativos e passivos fiscais diferidos foram constituídos à alíquota de 25% e 15% para provisão para devedores duvidosos, marcação a mercado em operações com derivativos (SWAP) e outras provisões operacionais, estando registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/02, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/06. Em 01/03/2021 foi editada a Medida Provisória (MP) nº 1.034 aumentando a alíquota da Contribuição Social das Instituições Financeiras e outras entidades de 15% para 20%. Em 14/07/2021 a referida MP foi convertida na Lei 14.183 passando a produzir seus efeitos até 31/12/2021, devendo a partir de 01/01/2022 a alíquota retornar a 15%. **k) Contingências:** Para a constituição de provisão para passivos contingentes, adota-se critério de classificação das contingências em remotas, possíveis e prováveis, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A possibilidade de ocorrência de perda é calculada por avaliação jurídica e a constituição se dá pelo valor das contingências classificadas como prováveis e/ou obrigações legais, dispensando o aprovisionamento das contingências classificadas como possíveis e remotas. As contingências classificadas como possíveis são apresentadas em nota explicativa, sem registro de provisão, conforme requisitado pela norma. **l) Lucro por ação:** É calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços. **m) Mensuração ao valor justo:** O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19 entrou em vigor em 01/01/2020. Não foram identificados impactos financeiros significativos dada a sua adoção. **I. Hierarquia de valor justo:** O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia: Nível 1: Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. Neste nível estão derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo. Nível 2: Instrumentos financeiros em que o valor justo é calculado com o uso de modelos reconhecidos que utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, utilizando-se técnicas de avaliação em que as variáveis utilizadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo índices e moedas. Nível 3: Instrumentos financeiros em que o valor justo é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação, que utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis e/ou não observáveis. **n) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, assim como sua efetiva realização, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões e a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas. **o) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes:** A Resolução BCB nº 2, de 27/11/2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A instituição estabelece através de política interna os critérios considerados na determinação do resultado não recorrente como sendo a receita ou despesa que não tem relação direta com o resultado das operações da Instituição e que não tendem a se repetir no futuro e receitas ou despesas inesperadas e que não ocorreram em exercícios anteriores ou que não se espera que ocorram nos próximos exercícios. Para os semestres e exercícios findos em 31/12/2021 e 2020, não foram identificados itens classificados como itens não recorrentes. **p) Efeitos da Pandemia (COVID-19):** Os efeitos da pandemia têm sido constantemente monitorados pela Instituição, e isso propiciou ações rápidas em respostas ao enfrentamento da crise pela Instituição, seja para a segurança de seus colaboradores, seja atendendo aos interesses de seus clientes e manutenção dos resultados. Para manutenção das atividades operacionais, a instituição atende às recomendações dos órgãos de saúde de forma responsável. Passou a adotar de forma integral o trabalho remoto, acompanhamento por profissionais de saúde para seus colaboradores, monitoramento dos casos com sintomas de Covid-19 e comunicação sobre as medidas de prevenção. Para seus clientes, concessionárias e finais, foram concedidos através de renegociações, extensão de prazos das operações de crédito, que não impactaram em deterioração da carteira, considerando as medidas adotadas pelo CMN e BACEN. Houve uma capacidade de adaptação rápida pela instituição, face ao cenário de crise, com isso foi possível identificar oportunidades neste período, priorizando clientes e rentabilidade. Assim é possível verificar através das demonstrações financeiras e notas explicativas, um aumento na carteira de operações de crédito, consequente aumento em rendas e provisão. Há ainda impactos futuros relacionados à pandemia, os quais devido ao grau de incerteza quanto à sua extensão, não podem ser mensurados com precisão neste momento e, portanto, continuarão a ser monitorados pela Administração. **4. Disponibilidades:** Em 31/12/2021 e 2020, as disponibilidades estão compostas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades - Caixa	25.199	24.550
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i) - Não ligadas	113.622	64.854
Total	138.821	89.404

(i) Operações aplicadas no método "overnight". **5. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos passivos próprios encontram-se registrados em contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações de instrumentos similares e/ou dos parâmetros de índices e moedas obtidos divulgadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. A estratégia de hedge da Instituição visa proteger o risco da moeda estrangeira dos empréstimos no exterior, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, bem como os testes de efetividade, estão documentados e confirmam que os derivativos são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior. Em 31 de dezembro de 2021, a Instituição tinha apenas operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira. Tais operações foram designadas como hedge contábil de risco de mercado e foram realizadas no mercado de balcão, com instituições financeiras não ligadas e estão classificados no nível 2 da hierarquia do valor justo. **a) Avaliação a valor de mercado:** Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Swap, designadas instrumentos de hedge, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02.

31/12/2021 — Diferencial a receber/(pagar)

	Valor nominal	Custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado	Receita (Despesa)
Ativo					
EUR X PRÉ	998.260	1.021.312	1.050.776	63.473	389.602
Total do ativo	998.260	1.021.312	1.050.776	63.473	389.602
Passivo					
EUR X PRÉ	677.688	695.720	662.643	(25.454)	(405.720)
Total do passivo	677.688	695.720	662.643	(25.454)	(405.720)
TOTAL	1.675.948	1.717.032	1.713.419	38.019	(16.118)

31/12/2020 — Diferencial a receber/(pagar)

	Valor nominal	Custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado	Receita (Despesa)
Ativo					
EUR X PRÉ	958.466	976.148	1.188.231	201.434	589.628
Total do ativo	958.466	976.148	1.188.231	201.434	589.628
Passivo					
EUR X PRÉ	447.817	450.911	440.222	(14.012)	(154.499)
Total do passivo	447.187	450.911	440.222	(14.012)	(154.499)
TOTAL	1.406.283	1.427.059	1.628.453	187.422	435.129

b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento:

31/12/2021

Faixa de vencimento	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Total
Até 03 meses	18.165	(5.999)	12.166
De 03 a 12 meses	33.019	(6.273)	26.746
De 01 a 03 anos	12.289	(13.182)	(893)
Total	63.473	(25.454)	38.019

31/12/2020

Faixa de vencimento	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Total
Até 03 meses	55.977	(1.781)	54.196
De 03 a 12 meses	116.374	(7.542)	108.832
De 01 a 03 anos	29.083	(4.689)	24.394
Total	201.434	(14.012)	187.422

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	2º semestre 2021	2021	2020
Rendas com operações de SWAP	228.265	389.602	589.628
Despesas com operações de SWAP	(146.449)	(405.720)	(154.499)
Total	81.816	(16.118)	435.129

6. Operações de crédito: A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu critérios de classificação das operações de crédito e arrendamento mercantil, e regras para constituição de provisão de créditos de liquidação duvidosa (provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito). A classificação das operações deve ser amparada na análise periódica do cliente e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração, pontualidade e atrasos nos pagamentos. **a) Composição da carteira de crédito por segmento econômico e nível de risco:**

31 de dezembro 2021

Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total	% Provisão	Provisão
AA	6.620	1.573	22.057	29.074	59.324	0,00%	-
A	80.474	71.838	191.042	685.987	1.029.341	0,50%	5.147
B	61.839	178.552	105.285	442.797	788.473	1,00%	7.885
C	10.333	68.224	29.363	136.262	244.182	3,00%	7.324
D	386	-	995	6.257	7.638	10,00%	764
E	1.124	189	4.006	15.802	21.121	30,00%	6.336
F	25	-	437	1.512	1.974	50,00%	987
G	-	-	627	764	1.391	70,00%	974
H	694	43	699	4.646	6.082	100,00%	6.082
Total	161.495	320.419	354.511	1.323.101	2.159.526		35.499

continua

continuação

Nível de risco	31/12/2020 Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total	% Provisão	Provisão
AA	44	123	896	17.937	19.000	0,00%	-
A	57.604	57.984	166.746	645.111	927.445	0,50%	4.637
B	37.919	231.225	107.480	341.569	718.193	1,00%	7.182
C	5.560	55.088	17.402	179.283	257.333	3,00%	7.720
D	816	27.564	2.600	7.603	38.583	10,00%	3.858
E	912	372	2.044	8.342	11.670	30,00%	3.501
F	619	70	634	2.041	3.364	50,00%	1.682
G	47	-	589	1.216	1.852	70,00%	1.296
H	1.378	-	1.631	7.982	10.991	100,00%	10.991
Total	104.899	372.426	300.022	1.211.084	1.988.431		40.867

b) Composição da carteira de crédito por vencimento:

31/12/2021	CDC	Floor Plan	Total
Parcelas em curso normal:			
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	169.628	76.900	246.528
De 91 até 360 dias	633.131	210.579	843.710
Acima de 360 dias	1.064.403	-	1.064.403
Subtotal	1.867.162	287.479	2.154.641
Parcelas vencidas:			
De 15 até 180 dias	4.089	-	4.089
De 180 até 360 dias	796	-	796
Subtotal	4.885	-	4.885
Total	1.872.047	287.479	2.159.526

31/12/2020	CDC	Floor Plan	Total
Parcelas em curso normal:			
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	165.978	93.381	259.359
De 91 até 360 dias	508.099	256.728	764.827
Acima de 360 dias	956.436	-	956.436
Subtotal	1.630.513	350.109	1.980.622
Parcelas vencidas:			
De 15 até 180 dias	5.235	-	5.235
De 180 até 360 dias	2.574	-	2.574
Subtotal	7.809	-	7.809
Total	1.638.322	350.109	1.988.431

c) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	CDC	Floor Plan	Total
Saldo em 31/12/2019	24.427	10.635	35.062
Constituições	27.788	2.476	30.264
Reversões	(3.728)	(6.310)	(10.038)
Baixas	(14.421)	-	(14.421)
Saldo em 31/12/2020	34.066	6.801	40.867
Saldo em 31/12/2020	34.066	6.801	40.867
Constituições	14.798	2.667	17.465
Reversões	(3.942)	(5.596)	(9.538)
Baixas	(13.295)	-	(13.295)
Saldo em 31/12/2021	31.628	3.871	35.499
Saldo em 30/06/2021	31.858	6.689	38.547
Constituições	6.023	326	6.349
Reversões	(732)	(3.143)	(3.875)
Baixas	(5.522)	-	(5.522)
Saldo em 31/12/2021	31.628	3.871	35.499

	2º semestre de 2021	2021	2020
Renegociações CDC	28.750	54.544	202.069
Recuperações	3.691	7.604	5.529

d) Concentração dos maiores devedores:

	31/12/2021		31/12/2020	
10 maiores clientes	174.349	8%	214.593	11%
50 seguintes maiores clientes	147.865	7%	169.375	9%
100 seguintes maiores clientes	73.025	3%	59.261	3%
Demais clientes	1.764.287	82%	1.545.202	78%
Total	2.159.526	100%	1.988.431	100%

e) Resultado de operações de crédito:	2º semestre de 2021	2021	2020
Rendas com operação de "CDC"	120.475	221.831	191.843
Rendas com operação de "Floorplan"	21.659	36.768	47.413
Recuperações de crédito	3.691	7.604	5.529
Total	145.825	266.203	244.785

7. Depósitos: a) Interfinanceiros: Referem-se às captações de recursos com a BMW Leasing do Brasil S.A e instituições financeiras, com vencimento até dezembro/2022, a taxas pré-fixadas que variam entre 8,28% a 11,60% ao ano (1,88% a 8,62% ao ano com vencimento até março/2022 em 31/12/2020). **b) A prazo:** Referem-se às captações de recursos com concessionárias BMW, com a BMW do Brasil e com a BMW Manufacturing Indústria de Motos da Amazônia Ltda., com vencimento até fevereiro/2022, a taxas pós-fixadas de 97% CDI (97% do CDI com vencimento até fevereiro/2022 em 31/12/2020). **c) Composição da carteira de depósitos por vencimento:**

Depósitos Interfinanceiros:	31/12/2021	31/12/2020
Até 90 dias	70.711	36.523
De 91 até 360 dias	37.872	85.900
Acima de 360 dias	-	53.281
Total	108.583	175.704
Depósitos a prazo:	31/12/2021	31/12/2020
Até 90 dias	49.652	25.670
De 91 até 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	-	8.088
Total	49.652	33.758

d) Despesas com captação no mercado:	2º semestre de 2021	2021	2020
Despesas de depósitos interfinanceiros	(3.980)	(8.489)	(14.888)
Despesas de depósitos a prazo	(2.490)	(3.354)	(1.631)
Total	(6.470)	(11.843)	(16.519)

8. Obrigações por empréstimos e repasses: Referem-se às captações no exterior provenientes das entidades na Holanda - BMW Holding B.V., no total de R$ 1.713.420 em 31/12/2021 (R$ 1.628.453 em 31/12/2020), vide nota 13. As captações têm como último vencimento abril/2024, com indexadores em Euro e com taxas pré-fixadas que variam entre -0,15% a 0,47% ao ano (último vencimento em novembro/2023 e taxas pré-fixadas que variam entre -0,05% a 0,62% ao ano em 31/12/2020). As taxas praticadas estão de acordo com a política do Grupo BMW, que utiliza ferramentas próprias de precificação com base no mercando internacional, e respeitam os preceitos exigidos para fins locais. No semestre findo em 31/12/2021, o total do resultado com obrigações por empréstimo e repasses foi de R$ (104.483) (R$ (600.678) no semestre findo em 31/12/2020). No exercício findo em 31/12/2021, o total do resultado com obrigações por empréstimos e repasses foi de R$ (5.721) (R$ (500.567)) em 31/12/2020). **9. Resultado de exercícios futuros:** É constituído pela equalização (subsídio) de taxas nas modalidades de Crédito Direto ao Consumidor - CDC, recebidas da BMW do Brasil, BMW Manufacturing e suas revendas, apropriado pelo prazo e taxa de cada contrato. **10. Patrimônio líquido: a) Capital social:** O capital social é representado por 148.636.517 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 14/04/2021, foi efetuada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que tratou de (a) aprovar, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (b) consignar que não haverá distribuição de dividendos aos acionistas; (c) reeleger a Diretoria para o presente exercício social, mantendo-se a mesma remuneração do exercício anterior, além de deliberações extraordinárias relacionadas ao departamento de ouvidoria. A documentação foi apresentada ao Banco Central do Brasil na mesma data da realização da Assembleia e homologada em 18/06/2021. Em 10/11/2021, foi efetuada a Assembleia Geral Extraordinária, que tratou de declarar a distribuição de dividendos no montante total de R$ 50.000, conforme reservas dos lucros apurados nos exercícios anteriores a 2020. Os dividendos declarados foram pagos em 20/12/2021. **b) Dividendos:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, conforme Estatuto Social. A assembleia de acionistas pode, se não houver oposição de nenhum acionista presente, deliberar distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro, nos ter nos termos do art. 202, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76. Nesse contexto, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 14/04/2021 foi deliberado que não haverá distribuição de dividendos aos acionistas referente ao exercício findo em 31/12/2020. A reversão dos dividendos será realizada após a homologação da Ata da Assembleia Geral Ordinária pelo Banco Central do Brasil. **c) Reservas:** **Reserva legal:** Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. **Reservas especiais de lucros:** Referem-se aos lucros que deixaram de ser distribuídos aos acionistas. De acordo com a legislação em vigor, o saldo em Reservas de Lucros, exceto para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o Capital Social. Atingido esse limite, à Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos. **11. Imposto de renda e contribuição social: a) Imposto de renda e contribuição social - valores correntes e diferidos:**

31/12/2021	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	144.356	144.356
Adições/(-) Exclusões permanentes:	(2.062)	(2.600)
Adições/(-) Exclusões temporárias:		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.927	7.927
Recuperação de créditos	(11.789)	(11.789)
Marcação a mercado - Swap e Empréstimos	(55.604)	(55.604)
Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	(547)	(547)
Provisões operacionais	(1.250)	(1.250)
Base de cálculo	81.031	80.493
Alíquota (IR 15%)	(12.155)	-
Adicional (IR 10%)	(8.079)	-
Alíquota (CS 15%)	-	(6.351)
Alíquota (CS 20%)	-	(7.631)
Benefício PAT	131	-
Exercícios anteriores	(142)	-
Ativo/passivo fiscal diferido	(16.324)	(9.794)
Efeito do IR e CS no resultado	(36.569)	(23.776)

31/12/2020	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	64.898	64.898
Adições/(-) Exclusões permanentes:	1.333	708
Adições/(-) Exclusões temporárias:		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	20.228	20.228
Recuperação de créditos	(8.905)	(8.905)
Marcação a mercado - Swap e Empréstimos	2.325	2.325
Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	1.976	1.976
Provisões operacionais	(287)	(287)
Base de cálculo	81.568	80.943
Alíquota (IR 15%)	(12.235)	-
Adicional (IR 10%)	(8.133)	-
Alíquota (CS 15%)	-	(12.141)
Benefício PAT	302	-
Ativo fiscal diferido	3.584	2.150
Efeito do IR e CS no resultado	(16.482)	(9.991)

b) Movimentação do ativo fiscal diferido:	Saldo em 31/12/2020	Adição	(-) Baixa	Saldo em 31/12/2021
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	32.426	1.128	(4.285)	29.269
Outras (contingências, provisões operacionais, MTM e empréstimos)	12.187	1.365	(7.674)	5.878
Total	44.613	2.493	(11.959)	35.147

	Saldo em 31/12/2019	Adição	(-) Baixa	Saldo em 31/12/2020
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	28.297	6.102	(1.973)	32.426
Outras (contingências, provisões operacionais, MTM e empréstimos)	10.582	7.225	(5.620)	12.187
Total	38.879	8.842	(7.593)	44.613

c) Movimentação do passivo fiscal diferido:	Saldo em 31/12/2020	Adição	(-) Baixa/ Adição	Saldo em 31/12/2021
MtM Swap e Empréstimos	-	(16.652)	-	(16.652)
Total	-	(16.652)	-	(16.652)

	Saldo em 31/12/2019	Adição	(-) Baixa/ Adição	Saldo em 31/12/2020
MtM Swap e Empréstimos	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

A Administração da Instituição referendou o estudo técnico da realização dos créditos tributários, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.059/02 e a Resolução CMN nº 3.355/06. Os créditos tributários foram constituídos sobre diferenças temporárias e, com base no estudo supracitado, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários. O valor presente dos créditos tributários, constituído na data do balanço, calculado com base na taxa Euribor (taxa utilizada para captações em moeda estrangeira) projetada é de R$ 32.644 (R$ 42.762 em 31/12/2020). O valor presente dos passivos diferidos, constituído na data do balanço, calculado com base na taxa Euribor projetada é de R$ 15.025 (R$ 0 em 31/12/2020). Em 31/12/2021, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

31 de dezembr0 de 2021	Crédito Tributário e Passivo Diferido Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2022	10.305	9.284	(9.278)	(8.359)
Em 2023	8.551	7.731	(7.568)	(6.842)
Em 2024	4.045	3.660	194	176
Em 2025	2.877	2.601	-	-
Em 2026	9.369	9.369	-	-
Total	35.147	32.644	(16.652)	(15.025)

12. Passivos contingentes: Os passivos contingentes são registrados nos livros contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, forem considerados riscos de perda de uma ação judicial ou administrativa, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **a) Contingências cíveis:** São ações judiciais de caráter indenizatório, medidas cautelares, ações de obrigação de fazer, declaratórias ou revisional de cláusulas contratuais, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão. **b) Contingências trabalhistas**: São ações judiciais que visam o pagamento de verbas pleiteadas por colaboradores da instituição - empregados ou não - em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão. **c) Contingências passivas:** Os passivos contingentes mencionados nos itens anteriores tratam-se das ações movidas contra a instituição e/ou que possuem algum tipo de pleito contrário à mesma. Os passivos classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados.

Provisão para passivos contingentes	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2020	(413)	(2.485)	(5.652)	(8.550)
(-) Constituições	(479)	(238)	(943)	(1.660)
Reversões	264	-	1.943	2.207
Saldo em 31/12/2021	(482)	(2.666)	(5.564)	(8.003)
Saldo em 31/12/2019	(533)	-	(6.042)	(6.575)
(-) Constituições	(433)	(2.485)	(1.590)	(4.508)
Reversões	553	-	1.980	2.533
Saldo em 31/12/2020	(413)	(2.485)	(5.652)	(8.550)

d) Resumo de passivos contingentes, causas classificadas como possíveis:

	31/12/2021 Qtde Processos	Montante R$	31/12/2020 Qtde Processos	Montante R$
Cíveis	85	4.429	67	4.096
Trabalhistas	2	258	1	50
Total	87	4.687	68	4.146

As causas classificadas como possíveis referem-se a ações judiciais nas quais ainda não se pode precisar a probabilidade de perda, em razão da fase processual em que se encontram, bem como de divergência jurisprudencial sobre os temas discutidos. As causas classificadas como remotas referem-se a ações judiciais nas quais a probabilidade de perda é considerada inexistente, de baixa probabilidade, ou onde seja impossível, no momento da avaliação, mensurar o risco, por falta de elementos de fato ou valorativos. **13. Partes relacionadas:** As operações da Instituição são conduzidas levando em consideração a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, sendo estas divulgadas de acordo com o CPC 05 homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09. O controlador da BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é BMW España Finance, S.L. **a) Transações com partes relacionadas:** Os principais saldos mantidos com partes relacionadas em 31/12/2021 e 2020 podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Ativo (Passivo) 2021	2020	Receitas (Despesas) 2021	2020
BMW do Brasil Ltda.				
Outros créditos - diversos	240	2.027	-	-
Equalizações a receber	3.581	2.274	33.681	50.839
Depósitos a prazo	-	-	(1.761)	(1.199)
Outras obrigações - diversas	(1.221)	(882)	(2.616)	(4.798)
BMW Manufacturing Indústria de Motos da Amazônia Ltda.				
Outros créditos - diversos	401	916	-	-
Equalizações a receber	565	1.517	11.397	6.6767
Depósitos a prazo	(9.243)	(4.043)	(304)	(14)
BMW Leasing do Brasil S.A.				
Depósitos a prazo	(50.716)	(49.587)	(2.273)	(2.219)
Valores a pagar - ligadas	(35)	(1)	-	-
BMW AG				
Outras obrigações - diversas	-	(454)	(4.016)	(3.191)
BMW Finance N.V.				
Empréstimos em moeda estrangeira	(1.717.655)	(1.635.916)	(114.321)	(501.163)
BMW North America				
Outras obrigações - diversas	-	-	(761)	(579)

b) Remuneração do pessoal-chave da administração: Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pela direção e controle das atividades da Instituição e é composto pelos membros estatutários.

Salários e honorários da Administração	2º semestre de 2021	2021	2020
Remuneração da administração	1.536	3.249	4.067

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração. **14. Outras informações: a) Resumo da Descrição da Estrutura Integrada de Gerenciamento de Riscos:** Com o objetivo de atender as disposições da Resolução CMN Nº 4.557/17 e suas alterações, o Departamento de Riscos das empresas BMW Financeira S.A. - CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto BMW Serviços Financeiros, é o responsável pelo gerenciamento dos riscos da instituição, sendo eles: - Risco de Crédito; - Risco Operacional; - Risco de Mercado e IRRBB (variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária); e - Risco de Liquidez; - Risco Cibernético; e - Risco Socioambiental. Adicionalmente, o Departamento de Riscos também é responsável pela gestão dos seguintes riscos de segurança cibernética, conforme Resolução CMN nº 4.893/21: - Risco de Segurança Cibernética. O Departamento de Riscos junto à instituição adota uma política conservadora em termos de exposição a riscos, emitindo diretrizes e fixando os limites definidos pela Alta Administração, em linha com as normas estabelecidas pelo Grupo BMW, conforme descrito nos materiais disponibilizados no sítio da Instituição. Em suas atividades, a BMW Serviços Financeiros gerencia os riscos sob o qual está exposta de forma integrada, respeitando o seu Apetite a Risco, visando alcançar os objetivos estratégicos definidos pela mesma, para tal, o Departamento de Riscos possui processos para identificar, mensurar, avaliar, reportar, controlar e mitigar os riscos sob os quais a instituição está sujeita. **b) Risco de crédito:** Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Visando realizar uma efetiva gestão e gerenciamento do risco de crédito, a Instituição estabelece provisões de risco de crédito adequadas ao grau de risco. Não obstante, monitora os valores das garantias contratuais e o comportamento da carteira. **c) Risco operacional:** Os Riscos Operacionais são definidos como aqueles capazes de causar perdas, financeiras ou não, em função das falhas nas atividades executadas por pessoa, sistemas, inadequação de processos, além daquelas causadas por eventos externos. Como parte do processo de Gerenciamento de Riscos Operacionais, existe um ciclo de atividades desenvolvidas durante cada exercício, no sentido de rever e identificar novos cenários de Risco Operacional, bem como Planos de Ação para mitigar os mesmos. Também faz parte deste ciclo, o treinamento dos colaboradores da instituição. **d) Risco de Mercado, Liquidez e Variação de Taxas de Juros (IRBB):** Risco de Mercado: Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, da variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities"). Risco de Liquidez: Definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - ocasionando em "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. IRRBB: Define-se o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/2017, a BMW Serviços Financeiros definiu uma política de gerenciamento do risco de mercado e liquidez, aprovada pela Diretoria. Não obstante, o controle das exposições de Risco de Mercado/Liquidez, é realizado dentro do comitê de riscos e com a matriz da BMW no exterior. **e) Demais riscos: Risco Segurança Cibernética:** Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.893/2021, a BMW Serviços Financeiros definiu uma Política de Segurança Cibernética e Plano de Ação e Respostas a Incidentes, aprovada pela Diretoria, contemplando dentre outros aspectos, diretrizes que busquem assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados. **Risco Socioambiental:** Conforme os princípios da Resolução CMN nº 4.327/2014, a BMW Serviços Financeiros estabelece processos para mitigar a exposição ao risco socioambiental. **f) Patrimônio líquido exigido:** Em 31/12/2021 e 31/12/2020, a BMW Serviços Financeiros, encontra-se enquadrada no limite mínimo de patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 2.099/94 e legislações complementares. O índice da Basileia, apurado de forma consolidada para o Conglomerado Prudencial da BMW Serviços Financeiros, conforme as Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, em 31/12/2021 é de 21,50% (21,56% em 31/12/2020). Conforme apresentado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	483.292	449.667
PR Mínimo para RWA	179.860	166.833
Margem para o Limite de Basileia - sem o RBAN	303.432	282.834
IB - Índice da Basileia	21,50%	21,56%
Valor Correspondente ao RBAN	94.760	78.800
Margem para o Limite de Basileia - com o RBAN	208.672	204.034

g) Gestão de Capital: Em cumprimento às disposições da Resolução nº 4.557/2017 e suas alterações, relatamos as informações sobre o gerenciamento de Risco de Capital das empresas BMW Financeira S.A. - CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto "BMW Serviços Financeiros". A BMW Serviços Financeiros desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Capital com o apoio de sua área de negócios, visando manter o capital em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada em conjunto com a matriz. Para tanto, são utilizadas informações oriundas de metodologias oficiais de planejamento do Grupo BMW, garantindo o processo e a produção das informações de suporte ao gerenciamento de capital.

h) Outros créditos:	31/12/2021	31/12/2020
Créditos tributários (Nota 11 - B)	35.147	44.613
Impostos a compensar	3.196	3.236
Créditos - Disponibilização bancária	13.580	-
Valores a receber - Partes relacionadas (Nota 13 - A)	4.787	6.734
Fiscais e previdenciárias	31.773	30.616
Depósitos judiciais	746	745
Diversos	920	930
Total	90.149	86.874
Circulante	54.256	41.517
Longo Prazo	35.893	45.357
Total	90.149	86.874

i) Outras obrigações:	31/12/2021	31/12/2020
Provisões para pagamentos a efetuar	(12.278)	(13.570)
Provisões para passivos contingentes (Nota 12 - C)	(8.003)	(8.550)
Provisões folha de pagamento	(1.306)	(1.267)
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	(1.202)	-
Sociais e estatutárias	(798)	(365)
Fiscais e previdenciárias	(52.345)	(33.747)
Valores a pagar - Ligadas	(35)	(1)
Diversas	(2.382)	(10.410)
Total	(78.349)	(67.910)
Circulante	(53.480)	(59.360)
Longo Prazo	(24.869)	(8.550)
Total	(78.349)	(67.910)

j) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias:	2º semestre de 2021	2021	2020
Receita com taxa de cadastro	4.728	8.724	9.777
Receita de prestação de serviços diferenciados	72	159	117
Total	4.800	8.883	9.894

k) Outras despesas administrativas:	2º semestre de 2021	2021	2020
Despesa com processamento de dados	(6.341)	(9.910)	(8.471)
Despesa com serviços de terceiros	(2.120)	(4.086)	(4.937)
Despesa com serviços técnicos especializados	(2.147)	(3.773)	(3.811)
Despesas com marketing	(1.224)	(1.722)	(2.772)
Despesa com aluguel	(682)	(1.344)	(1.277)
Despesas com cobrança	(514)	(1.208)	(1.325)
Despesas bancárias	(511)	(942)	(730)
Diversos	(750)	(1.336)	(1.535)
Total	(14.289)	(24.321)	(24.858)

l) Despesas tributárias:	2º semestre de 2021	2021	2020
PIS/COFINS	(1.643)	(4.009)	(2.966)
Impostos sobre importação (serviços)	(1.288)	(1.501)	(1.765)
ISS	(253)	(469)	(513)
Outros tributos	(57)	(73)	(59)
Total	(3.241)	(6.052)	(5.303)

m) Outras receitas operacionais:	2º semestre de 2021	2021	2020
Reversão de provisão para contingências	709	709	427
Outras reversões de provisão	368	368	1.669
Receitas de acordos operacionais	1.492	2.438	2.040
Outras receitas operacionais	44	50	16
Total	2.613	3.565	4.152

n) Outras despesas operacionais:	2º semestre de 2021	2021	2020
Despesas com comissões e premiações	(17.637)	(30.791)	(27.634)
Despesas com provisão para contingências	-	(162)	(2.402)
Despesas com indenizações	(936)	(1.142)	(886)
Outras despesas com provisão	-	(668)	(754)
Despesas com liquidações antecipadas	(7.617)	(13.555)	(10.489)
Despesas com subsidiárias Grupo BMW	(163)	(384)	(1.223)
Outras despesas operacionais	(752)	(1.700)	(1.268)
Total	(27.105)	(48.402)	(44.656)

Diretoria

Mario Andreas Janssen - Diretor Presidente
Holger Manfred Spiegel - Diretor
Marianne Resmond Cruz Losito - Diretora

Thais Andrade Costa - Contadora - CRC 1SP269365/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022

pwc **PricewaterhouseCoopers**
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

GLOBAL E PRIVATE COMO VOCÊ
ANDBANK Private Bankers / 90 Anos

Banco Andbank (Brasil) S.A.

CNPJ nº 48.795.256/0001-69

Demonstrações Financeiras - Para os exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020 e para o semestre findo em 31/12/2021 (Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31/12/2021. **Desempenho nos Negócios: • Resultados:** O Banco apresentou prejuízo no exercício findo em 31/12/2021 de R$ 19.159 (prejuízo de R$ 11.058 em 2020). Apesar do resultado adverso, o Banco vem expandindo consideravelmente sua carteira sob gestão através da prospecção de novos agentes autônomos e de novas parcerias. Desta forma, o Banco vem se consolidando no segmento Private no Brasil gerando facilidades para concentrar investimentos e gerenciamento de fluxo de caixa de pessoas físicas e jurídicas. Assim, a atuação do Andbank Brasil tem características de inovação, flexibilidade e complementariedade para clientes de alta renda e patrimônio elevado. **• Agência de Rating:** É com muito orgulho que compartilhamos mais uma vez que a avaliação nacional realizada pela ***Fitch Ratings*** concedeu em 21/09/2021 a nota **AAA(bra)** com perspectiva estável para o Andbank Brasil, a mais alta na escala de avaliação da agência. O aumento rápido do número de clientes e do volume dos nossos negócios no Brasil por meio dos investimentos realizados ao longo dos últimos anos, a alta capacidade de suporte do grupo Andbank e os novos aportes que são esperados para que o Andbank Brasil possa desenvolver sua operação localmente, são alguns dos diferenciais relatados pela Fitch. O fato de sermos uma filial de um grupo que possui presença em diversos mercados e que conta com um modelo de negócio especializado na gestão de patrimônio, principalmente em private banking, resulta em uma capacidade única de boas oportunidades de originação de negócios, direcionadas especialmente para nossos clientes. Esta conquista destaca, entre muitos outros pontos, a importância estratégica do Brasil para a expansão internacional do grupo Andbank, que considera o país um dos mercados com maior potencial de crescimento a longo prazo. Entendemos que a nota máxima emitida pela agência confirma a solidez do nosso banco, o comprometimento da matriz com a operação brasileira e o excelente trabalho que toda uma equipe vem realizando. **BACEN - Circular nº 3.068/01:** Declaramos ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R$ 67.812, em 31/12/2021. **Estrutura de gerenciamento de riscos: • Índice da Basileia:** Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01/03/2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR e de Capital Principal Nível I), demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado nos encerramentos trimestrais de 2020 e de 2021:

		Patrimônio de Referencia	PR Exigido (RWA)	Índice Basileia
2020				
Março		89.457	21.425	33,40%
Junho		82.522	22.385	29,50%
Setembro		65.319	18.788	27,80%
Dezembro *(antes do aumento capital)*	(a)	4.058	18.049	1,00%
Dezembro *(após aumento capital)*	(a)	37.560	18.691	16,10%
2021				
Março		33.863	28.035	9,66%
Junho		101.794	38.699	21,04%
Setembro		97.470	30.205	25,81%
Dezembro		92.690	16.877	43,93%

(a) Em 03/07/2019, o Banco assinou um acordo operacional com a Capital Serviços de Agente Autônomos Ltda. ("Capital"), o qual teve vigência a partir do dia 01/08/2019, este acordo proporcionou um crescimento expressivo nos ativos sobre distribuição do Banco, incrementando as receitas com intermediação e de serviços. Em dezembro de 2020, foi realizada a apuração do valor total desta combinação de negócios através do estudo de alocação de preços ("*Purchase Price Allocation*") que precificou a operação em R$ 56.296. Este montante, foi registrado como ativo intangível no balanço patrimonial da entidade, reduzindo seu patrimônio de referência para R$ 4.058 e, por consequência, o índice de Basiléia reduziu para 1,00%. Entretanto, em 18/12/2020, foi deliberado o aumento de capital do Banco no valor de R$ 30.155, o qual foi aprovado pelo Banco Central em 20/01/2021. Com esse aumento o patrimônio de referência e índice de Basiléia, passa para os valores de R$ 37.560 e 16,07%, respectivamente. Ressaltamos que o Banco Andbank Brasil conta com o compromisso e a capacidade de seu controlador em realizar aportes quando necessário. **• Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo":** O Banco conta com instrumentos de controle e acompanhamento das operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais. A política "conheça seu cliente", o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a análise por especialistas, os casos são submetidos para deliberação da alta administração quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. A área de Compliance é responsável, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração. **Ouvidoria:** Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria no dia 30/09/2007. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e a melhoria dos produtos, serviços e do atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15 e posteriores alterações. **COVID-19:** A Administração tem monitorado constantemente os impactos ocasionados referente aos acontecimentos oriundos do COVID-19 e respectiva volatilidade apresentada no mercado financeiro. Apesar do impacto imediato apresentado no início da pandemia, mais especificamente entre os meses de março e maio de 2020, ocasionado principalmente pela desvalorização do real e pela redução dos ativos sobre administração, o 2º semestre de 2020 e o exercício de 2021 foram de recuperação e retomada dos ingressos de ativos. Desta forma, a Administração julga que com a situação atual da pandemia e à luz das informações disponíveis até este momento, não há indicativos que teremos impactos relevantes que possam trazer efeitos representativos às projeções de caixa e tomada de decisão. O Andbank tomou todas as providências e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia, adaptando sua forma de relacionamento com os clientes e parceiros, priorizando o atendimento remoto e a formalização dos contratos de forma digitalizada, direcionando e acelerando seus esforços estratégicos em avanços tecnológicos, culturais e comportamentais. Referente aos colaboradores do Andbank, o Banco realizou testes de Covid sempre que necessário e reforçou seu compromisso com a transformação, mantendo sua estrutura no modelo de home office nos períodos mais críticos da pandemia e adotando o modelo híbrido nos meses subsequentes.

São Paulo, 28/03/2022.

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Circulante		83.333	179.788
Disponibilidades	3	236	311
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3	13.698	49.303
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		22.286	71.016
Carteira própria	4 a.	19.162	35.337
Vinculados a prestação de garantias	4 a.	3.124	32.346
Instrumento financeiro derivativo	4 c.	-	3.333
Relações interfinanceiras	5	1.031	889
Créditos vinculados		1.031	889
Operações de crédito		29.922	29.927
Setor privado	6	30.074	29.929
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(152)	(2)
Outros créditos		13.328	23.537
Rendas a receber	8 a.	3.118	4.102
Ativo fiscal corrente		1.232	-
Diversos	8 b.	8.978	19.435
Outros valores e bens	10	2.831	4.805
Outros valores e bens		306	2.795
Despesas antecipadas		2.553	2.010
(Provisão para outros valores e bens)		(28)	-
Não circulante		187.228	108.392
Títulos e valores mobiliários		130.817	35.723
Carteira própria	4 a.	100.164	13.983
Vinculados a prestação de garantias	4 a.	30.653	21.740
Operações de crédito		11.221	24.932
Setor privado	6	11.274	25.075
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(53)	(143)
Outros créditos		37.574	43.346
Rendas a receber	8 a.	2.357	-
Ativo fiscal corrente		-	8.239
Ativo fiscal diferido	9	33.441	33.413
Diversos	8 b.	1.776	1.694
Outros valores e bens	10	7.617	4.391
Outros valores e bens		-	306
Despesas antecipadas		7.617	4.113
(Provisão para outros valores e bens)		-	(28)
Permanente		133.975	135.864
Investimentos		673	235
Participações em controladas	23	673	235
Imobilizado de uso	11 a.	4.360	3.912
Outras imobilizações de uso		9.980	8.633
(Depreciações acumuladas)		(5.620)	(4.721)
Intangível	11 b.	128.942	131.717
Ativos intangíveis		79.078	65.135
Ágio na combinação de negócios		80.327	80.327
Ágio na aquisição de investimentos		673	673
(Amortizações acumuladas)		(31.136)	(14.418)
Total do ativo		404.536	424.044

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Circulante		121.437	158.831
Depósitos	12	86.571	119.967
Depósitos à vista		21.677	50.654
Depósitos a prazo		64.894	69.313
Outras obrigações		34.866	38.864
Negociação e intermediação de valores	13 c.	5.401	12.795
Obrigações fiscais correntes	13 a.	2.303	1.698
Diversas	13.b	27.162	24.371
Não circulante		39.758	66.510
Depósitos	12	2.877	21.169
Depósitos a prazo		2.877	21.169
Outras obrigações		36.881	45.341
Diversas	13 b.	31.186	43.020
Provisões	14	5.695	2.321
Patrimônio líquido	16	243.341	198.703
Capital		317.106	251.871
De domiciliados no exterior	16.a	317.106	251.871
Reserva de capital	16.b	2.569	2.743
Outros resultados abrangentes	16.d	(1.543)	(105)
Prejuízos acumulados		(74.791)	(55.806)
Total do passivo e do patrimônio líquido		404.536	424.044

Demonstração do resultado

	Nota	2º Semestre 2021	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		**27.747**	**46.614**	**40.921**
Operações de crédito		1.865	4.463	2.775
Resultado com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e.	25.087	41.438	36.012
Resultado de Operações de Câmbio		795	713	2.134
Despesas da intermediação financeira		**(2.864)**	**(4.740)**	**(894)**
Operações de captação no mercado		(2.896)	(4.680)	(914)
Constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	32	(60)	20
Resultado bruto da intermediação financeira		**24.883**	**41.874**	**40.027**
Outras receitas/despesas operacionais		**(35.613)**	**(63.186)**	**(54.879)**
Receitas de prestação de serviços	17	17.863	37.539	45.978
Despesas de pessoal	18	(17.550)	(33.301)	(29.873)
Outras despesas administrativas	19	(20.579)	(46.295)	(60.652)
Despesas tributárias		(2.849)	(5.415)	(6.122)
Resultado de investimentos em controladas	23	(85)	(219)	(359)
Outras receitas operacionais	20	3.443	11.383	26.751
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	21	(3.432)	(3.812)	(1.044)
Outras despesas operacionais	21	(12.424)	(23.066)	(29.558)
Resultado operacional		**(10.730)**	**(21.312)**	**(14.852)**
Resultado não operacional	27	(4)	3.302	(5)
Resultado antes da tributação sobre o resultado		**(10.734)**	**(18.010)**	**(14.857)**
Imposto de renda e contribuição social		**(283)**	**(1.149)**	**3.799**
Imposto diferido	22	(283)	(1.149)	3.799
Prejuízo do semestre e exercício		**(11.017)**	**(19.159)**	**(11.058)**
Quantidade de ações ordinárias		590.939.513	590.939.513	442.268.960
Prejuízo por ação - R$		(0,01864)	(0,03242)	(0,02500)

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

	Nota	2º Semestre 2021	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do semestre e exercício		(11.017)	(19.159)	(11.058)
Depreciação e amortização	21	5.186	9.139	5.599
Resultado de investimentos em controladas	23	85	219	359
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	(32)	60	(20)
Provisão para riscos	14	3.003	3.374	1.044
Amortização do ágio	21	4.421	8.899	5.409
Perda na alineação de imobilizado		8	8	-
Atualização de depósito judicial	20	(53)	(86)	(345)
Impostos diferidos	22	283	1.149	(3.799)
Lucro ajustado		**1.884**	**3.603**	**(2.811)**
Variação de ativos e passivos		**(11.969)**	**(88.099)**	**69.884**
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		50.584	(47.759)	(19.478)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras		32	(142)	(517)
(Aumento) Redução em operações de crédito		18.182	13.656	(47.027)
Redução em outros créditos e outros valores e bens		12.096	13.666	4.874
Aumento (Redução) em depósitos		(83.479)	(51.688)	111.293
Aumento (Redução) em outras obrigações		(9.384)	(15.831)	21.033
(Redução) em resultado de exercícios futuros		-	-	(294)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais		**(10.085)**	**(84.496)**	**67.073**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de intangível		(11.950)	(13.943)	(63.897)
Aquisição de imobilizado		(1.641)	(1.777)	-
Aumento de capital em controlada		-	(700)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(13.591)**	**(16.420)**	**(63.897)**
Fluxos de caixa das atividades de Financiamento				
Aumento de Capital Social	16	-	65.235	30.155
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**-**	**65.235**	**30.155**
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(23.676)**	**(35.680)**	**33.331**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/ exercício	3	37.610	49.614	16.283
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/ exercício	3	13.934	13.934	49.614

Demonstração dos resultados abrangentes

	2º semestre 2021	2021	2020
Prejuízo líquido do semestre e exercício	(11.017)	(19.159)	(11.058)
Ajuste a valor de mercados dos ativos financeiros disponíveis para venda líquido dos efeitos fiscais -controlada	(45)	(43)	-
Ajuste a valor de mercados dos ativos financeiros disponíveis para venda líquido dos efeitos fiscais	(1.242)	(1.395)	(141)
Reserva de reavaliação de ativos incorporados	87	174	174
Resultado abrangente total	**(12.127)**	**(20.423)**	**(11.025)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 01/01/2020		221.716	2.917	36	(44.923)	179.746
Aumento do capital social (aprovado pelo Banco Central em 20/01/2021)		30.155	-	-	-	30.155
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(141)	-	(141)
Reserva de reavaliação de ativos incorporados		-	(174)	-	174	-
Resultado do exercício		-	-	-	(11.058)	(11.058)
Saldo em 31/12/2020		251.871	2.743	(105)	(55.806)	198.703
Saldo em 01/01/2021		251.871	2.743	(105)	(55.806)	198.703
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(1.395)	-	(1.395)
Ajuste de avaliação patrimonial - controlada				(43)		(43)
Aumento do capital social (aprovado pelo Banco Central em 17/05/2021)	16.a	65.235	-	-	-	65.235
Reserva de reavaliação de ativos incorporados		-	(174)	-	174	-
Resultado do exercício		-	-	-	(19.159)	(19.159)
Saldo em 31/12/2021		317.106	2.569	(1.543)	(74.791)	243.341
Saldo em 01/07/2021		317.106	2.656	(256)	(63.861)	255.645
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(1.242)	-	(1.242)
Ajuste de avaliação patrimonial - controlada				(45)		(45)
Reserva de reavaliação de ativos incorporados		-	(87)	-	87	-
Resultado do semestre		-	-	-	(11.017)	(11.017)
Saldo em 31/12/2021		317.106	2.569	(1.543)	(74.791)	243.341

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: Em 08/01/2015 foi realizada, após aprovação do Banco Central, a aquisição do controle acionário do Banco Bracce S.A. por Andorra Banc Agrícol Reig S.A. "Andbank", mudando assim sua denominação de Banco Bracce S.A. para Banco Andbank (Brasil) S.A. O Andbank adquiriu 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A. "Banco" com o objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro. O grupo Andbank possui presença global, vasta experiência em mercados emergentes e investe constantemente em inovação tecnológica para disponibilizar aos seus clientes as melhores e mais rápidas soluções, com isso o Banco Andbank entende que existe uma oportunidade no mercado de Private Bank a ser explorada e pretende investir nesse segmento no curto e longo prazo. O Banco está atuando na distribuição de fundos de investimento por conta e ordem, realização de operações estruturadas e de mercado de capitais, operações de carteira proprietária e prestação de serviços de registro de operações, custódia, entre outros. O Banco continua em processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação são BackOffice e Front Office, com a criação de um novo portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirão ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, consequentemente, a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário ativado conforme nota explicativa nº 9, não obstante, ao compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados. O Andbank Brasil tem aumentado significativamente os recursos sob distribuição com o modelo de acordos operacionais. Em 23/03/2018, foi assinado o acordo operacional com o Grupo Triar Agentes Autônomos ("Triar") e em 03/07/2019, foi assinado acordo semelhante com o Grupo Capital Serviços de Agente Autônomo de Investimento Ltda ("Capital"). As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional no curso normal dos negócios do Banco, que está suportado por um plano de negócios focado na consolidação da entidade no segmento Private no Brasil, incluindo a realização de acordos operacionais. Nesse contexto, considerando o compromisso do Controlador com o plano de negócio, e em suportar o Grupo no Brasil com eventuais aportes de capital, além dos resultados apresentados, não há fatores relevantes que tragam incerteza quanto à continuidade do Banco. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: 2.1. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que contemplam a legislação societária, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) já aprovados pelo CMN, quando conflitantes às normas, prevalecerão as do BACEN. Conforme Resolução CMN n.º 4.818/2020 e seus normativos complementares, a partir de 01/01/2020 foram alterados os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes. Conforme disposto no artigo 34, da Resolução BCB nº 2/2020, apresentamos os efeitos líquidos de impostos dos eventos não recorrentes do Banco (nota 27). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que representa a moeda funcional do Banco e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28/03/2022. **2.2. Principais práticas contábeis:** ***2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa:*** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e/ou aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. ***2.2.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez:*** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data base das demonstrações financeiras. ***2.2.3. Títulos e valores mobiliários:*** Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado; **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01. Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento. A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.748/19. ***2.2.4. Instrumentos financeiros derivativos:*** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "resultado com instrumentos derivativos". As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização no resultado. A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 4c. destas demonstrações financeiras. ***2.2.5. Operações de crédito:*** As operações de crédito são registradas ao custo corrigido, calculadas "pro rata" com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso. A partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art.9º da Resolução CMN nº 2.682/99. ***2.2.6. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito:*** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A receita com registro de operações e operações cedidas sem coobrigação são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas. ***2.2.7. Imobilizado de uso:*** São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança - 20% ao ano. ***2.2.8. Ativos intangíveis:*** São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade, bem como também é composto por registro de valores pagos na aquisição de direitos contratuais ou outros direitos legais de proteção, ou de outro tipo de controle, referentes ao relacionamento com os clientes. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. ***2.2.9. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):*** É reconhecida uma perda por "*impairment*" se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do exercício. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "*impairment*". Em 31/12/2020, a perda por "*impairment*" reconhecida pelo Banco foi de R$ 925, referente a antiga plataforma Andbank (front-end), substituída em junho de 2020, e de R$ 10.502, referente a projetos de tecnologia. Em 31/12/2021 não houve reconhecimento de perda por "impairment". ***2.2.10. Imposto de renda e contribuição social:*** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15%), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Em 13 de novembro de 2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103, que majorou novamente a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 15% para 20%, a partir/03/2020, aplicável apenas para Bancos. Em 01/03/2021 foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 que alterou a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL de 20% para 25%, a ser aplicada no período de 01 de julho a 31/12/2021, apenas para Bancos, retornando para a alíquota de 20% a partir/01/2022. Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, foram constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal (devido a mudança de controle acionário, cujo histórico de prejuízos seja decorrente de sua fase anterior) e base negativa, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, conforme mencionado pelo inciso II do artigo 4º da Resolução nº 4.842 de 30/07/2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a instituição financeira somente pode efetuar o registro contábil de créditos tributários caso haja expectativa de geração de lucro ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos. ***2.2.11. Estimativas contábeis:*** A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas para os seguintes itens:

Item	Nota
Valor justo dos instrumento financeiros	4
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7
Redução ao valor recuperável (impairment) do ágio	11
Provisões, contingências e obrigações legais	14
Imposto de renda e contribuição social diferido	22

O Banco revisa periodicamente suas estimativas e premissas. ***2.2.12. Despesas antecipadas:*** São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do exercício é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos. ***2.2.13. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais:*** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisões para riscos são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios: **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **Passivos contingentes** - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; **Provisões** - referem-se a valores reconhecidos quando há expectativa da obrigação presente e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação a ser liquidada; e **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente. ***2.2.14. Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo:*** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Banco, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo. ***2.2.15. Combinações de negócios:*** Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Banco utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Banco leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis. O ágio correspondente ao valor pago excedente ao valor contábil do investimento adquirido, decorrente da expectativa de rentabilidade futura, será amortizado linearmente com base em estudo técnico de alocação do preço pago (PPA - *"Purchase Price Allocation"*) e submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos. ***2.2.16. Investimentos:*** Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. ***2.2.17. Apuração do resultado:*** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas das demonstrações financeiras. ***2.2.18. Participações no resultado:*** As participações no resultado são constituídas pelo pagamento de benefício aos funcionários, calculada de acordo com a convenção coletiva e através de programa próprio de plano de participação homologado no Sindicato dos Bancários de São Paulo, e estão registradas na conta de despesas de pessoal, na demonstração de resultado. ***2.2.19. Lucro (prejuízo) líquido por ação:*** O lucro/prejuízo por ação básico é calculado com base na média ponderada de ações em circulação durante o ano do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor. ***2.2.20. Eventos subsequentes:*** Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por: **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. ***2.2.21. Alterações de normas contábeis: Convergência às normas internacionais de contabilidade:*** Em 28/12/2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*". Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam: **CPC 00** - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; **CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16; **CPC 03 (R2)** - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20; **CPC 04 (R1)** - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16; **CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20; **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; **CPC 23** - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; **CPC 24** - Divulgação de eventos subsequentes ao semestre a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20; **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; **CPC 27** - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; **CPC 33 (R1)** - Benefícios pagos a empregados - homologado pela Resolução 4.877/20; **CPC 41** - Resultado por ação - homologado pela Circular 3.959/19 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20. O Banco adotou a prerrogativa prevista no artigo 7º da referida circular, a qual confere a adesão opcional para instituições financeiras do segmento 4 (S4). Desta forma, o Banco não adotou este pronunciamento; **CPC 46** - Mensuração do Valor Justo - Tema consolidado pela Resolução 4.924/21. Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras do Banco. **Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros:**

Norma	Vigência
Resolução CMN nº 4.817/20 - Dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos por instituições financeiras. (i)	01/01/2022
CPC 47 - Receitas de contratos de clientes - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21. (i)	01/01/2022
CPC 06 (R2) - Arrendamentos - homologado pela Resolução CMN nº 4.975/21 (ii)	01/01/2025
Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge. (iii)	01/01/2025

(i) Inicialmente não há expectativa de impactos relevantes para o Banco. (ii) Os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor. (iii) O Banco Central ainda emitirá normas complementares. Os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor. **3. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Disponibilidades em moeda corrente	45	79
Disponibilidades em moeda estrangeira	191	232
Total disponibilidades	**236**	**311**
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	13.698	49.303
Total de caixa e equivalentes de caixa	**13.934**	**49.614**

(a) São operações compromissadas que possuem vencimento em D+1. **4. Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31/12/2021 e de 2020, os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros estavam assim compostos: **a. Diversificação por categoria e tipo dos títulos e valores mobiliários:**

	Dezembro 2021 Custo atualizado	Dezembro 2021 Valor contábil/ Mercado	Dezembro 2021 Valor Ajuste a mercado	Dezembro 2020 Custo atualizado	Dezembro 2020 Valor contábil/ Mercado	Dezembro 2020 Valor Ajuste a mercado
Títulos para negociação						
Carteira própria:						
Letras financeiras	-	-	-	5.722	5.832	110
Letra de crédito do agronegócio	-	-	-	117	119	2
	-	-	-	5.839	5.951	112

continua

"continuação"

	Dezembro 2021			Dezembro 2020		
	Custo atualizado	Valor contábil/ Mercado	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/ Mercado	Valor Ajuste a mercado
Vinculados à prestação de garantias (i):						
Cotas de fundos de investimentos (ii)	3.124	3.124	-	2.997	2.997	-
	3.124	3.124	-	2.997	2.997	-
Subtotal	3.124	3.124	-	8.836	8.948	112
Títulos disponível para venda						
Carteira própria:						
Letras do tesouro nacional	65.422	62.815	(2.607)	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	19.172	19.172	-	39.705	40.095	390
Debêntures	325	168	(157)	167	167	-
Certificados de depósitos bancários	12	12	-	12	12	-
Certificados de recebíveis agrícolas	-	-	-	95	98	3
	84.931	82.167	(2.764)	39.979	40.372	393
Vinculados ao Banco Central (iii):						
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	30.200	30.195	(5)
	-	-	-	30.200	30.195	(5)
Vinculados à prestação de garantias (i):						
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	24.239	23.891	(348)
	-	-	-	24.239	23.891	(348)
Subtotal	84.931	82.167	(2.764)	94.418	94.458	40
Títulos mantidos até o vencimento						
Carteira própria:						
Letras do tesouro nacional	37.159	37.159	-	-	-	-
	37.159	37.159	-	-	-	-
Vinculados à prestação de garantias (i):						
Letras do tesouro nacional	30.653	30.653	-	-	-	-
	30.653	30.653	-	-	-	-
Subtotal	67.812	67.812	-	-	-	-
Total	155.867	153.103	(2.764)	103.254	103.406	152

i) Os títulos vinculados à prestação de garantias são: Títulos Públicos para garantir operações de contratos futuros na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão e as cotas do fundo de investimento caucionados em Instituição Financeira, para garantir contratos próprios de aluguel. ii) As cotas de fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil das datas de balanço. iii) Representam títulos vinculados ao aumento de capital. Em 31/12/2021 e de 2020 não houve reclassificações entre categorias dos títulos e valores mobiliários. Títulos para negociação e títulos disponíveis para venda foram classificados de acordo com os seguintes níveis em 31/12/2021 e 31/12/2020: • Nível 1: títulos e valores mobiliários com preços líquidos disponíveis em um mercado ativo. • Nível 2: títulos e valores mobiliários que não tem informações de preço disponíveis e são precificados por modelos convencionais ou internos, considerando inputs observáveis. • Nível 3: títulos e valores mobiliários para os quais os insumos para precificação são gerados por modelos estatísticos e matemáticos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2021			2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos para negociação	**3.124**	**-**	**3.124**	**8.948**	**-**	**8.948**
Cotas de fundos de investimentos	3.124	-	3.124	2.997	-	2.997
Letras financeiras	-	-	-	5.832	-	5.832
Letra de crédito do agronegócio	-	-	-	119	-	119
Títulos disponíveis para venda	**81.999**	**168**	**82.167**	**94.291**	**167**	**94.458**
Letras do tesouro nacional	62.815	-	62.815	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	19.172	-	19.172	94.181	-	94.181
Debêntures	-	168	168	-	167	167
Certificados de depósitos bancários	12	-	12	12	-	12
Certificados de recebíveis agrícolas	-	-	-	98	-	98

b. Diversificação por prazo dos títulos e valores mobiliários:

	Dezembro 2021 (i)	Dezembro 2020 (i)
Sem vencimento (ii)	3.124	2.997
A vencer até 360 dias	19.162	58.854
A vencer acima de 360 dias	130.817	41.555
Total	153.103	103.406

i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. ii) Cotas de fundos são classificados como sem vencimento, independentemente da sua classificação contábil. **c. Instrumentos financeiros derivativos - Negociação:** O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação. A instituição utiliza derivativos com uma perspectiva de baixo risco. Os derivativos são utilizados dentro de um conceito de cobertura local de risco de mercado dos investimentos do grupo no Brasil, não configurando posições especulativas e principalmente seguindo a estratégia global do Grupo Andbank estabelecidas pelo Comitê de Ativos e Passivos e pelo seu economista-chefe. Os riscos de mercado e crédito associados a esses produtos, bem como riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independente da metodologia de apreçamento adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Em 31/12/2021 e 2020, a composição dos instrumentos financeiros derivativos, estava assim apresentada:

		Dezembro 2021				Dezembro 2020
	Contraparte	Valor Referencial	Valor Patrimonial	Ajuste ao valor justo	Valor justo	Valor justo (i)
Termo de moedas (NDF)						
Dólar (PTAX) x REAL	Inst. Financeira	-	-	-	-	3.333

Contratos de futuro		Posição	Valor Referencial	Ajuste de posição	Ajuste de posição
Dólar (PTAX)	Bolsa	Comprada	-	-	(350)

(i) Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados como Nível 2. Os contratos de Futuros são registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão e os contratos de NDF são registrados na CETIP. A operação de NDF e seu hedge (Futuro de Dólar) possuem riscos associados ao descasamento de fluxos, enquanto a operação de futuro possui ajuste diário, o NDF possui apenas o fluxo no vencimento. Adicionalmente, para os contratos futuros, a câmara de liquidação exige o aporte de colaterais para manter as posições abertas. Assim, a área de riscos do Banco projeta em seu acompanhamento diário, o fluxo de caixa dos próximos 90 dias, com o objetivo de identificar eventuais necessidades de liquidez. Para o cumprimento da garantia são alocados títulos públicos da própria carteira do Banco que apesar de diminuir a liquidez, o impacto é baixo dado o acompanhamento dos riscos e a solvência da unidade Brasil ser elevada. Os ajustes a receber das operações do mercado futuro são registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores", e a pagar registrados na conta "Outras obrigações - Negociação ou intermediação de valores" (vide nota 13c). O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R$ 30.653 (R$ 23.891 em 2020). Os valores referenciais estão registrados em contas de compensação. **d. Diversificação por prazo dos instrumentos financeiros derivativos:**

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Ativo		
NDF		
De 3 meses a 6 meses	-	3.333
Total	-	**3.333**
Passivo		
Futuros Dólar		
Até 3 meses	-	(350)
Total	-	**(350)**

e. Resultados reconhecidos com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez:

	2º Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Resultado de aplicação interfinanceira de liquidez	669	1.335	1.037
Resultado sobre títulos e valores mobiliários	12.290	22.933	21.876
Resultado sobre instrumento financeiro derivativo - NDF (a)	(7.380)	6.096	8.215
Resultado sobre contrato de futuro	19.508	11.074	4.884
Total	25.087	41.438	36.012

(a) O total de ajuste de marcação a mercado, registrado no resultado foi de R$ 66 (R$ 622 em 2020). O valor de ajuste de marcação a mercado negativo, referente aos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, em 31/12/2021 é de R$ 1.500 (R$ 105 em 2020) e estão registrados na rubrica ajustes de avaliação patrimonial no Balanço Patrimonial, líquido dos efeitos tributários. **5. Relações interfinanceiras:** Os créditos vinculados são representados, basicamente, por valores requeridos pelo BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos a prazo, microfinanças e crédito rural. **6. Operações de crédito:** As informações da carteira de operações de crédito, em 31/12/2021 e de 2020, são assim sumarizadas: **a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação:**

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Cédula de crédito bancário (CCB)	40.724	50.712
Adiantamento a depositantes	624	4.292
Subtotal operações de crédito	**41.348**	**55.004**
Total	**41.348**	**55.004**
Ativo circulante	30.074	29.929
Ativo não circulante	11.274	25.075

b. Diversificação da carteira por vencimento:

	Dezembro 2021				Dezembro 2020	
	A vencer		Vencidos		Total	
	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
Vencidos:						
De 1 a 14 dias	-	-	624	100,00	4.257	7,74
De 15 a 30 dias	-	-	-	-	7	0,01
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	28	0,05
A vencer:						
Até 90 dias	12.587	30,91	-	-	3.743	6,81
De 91 a 180 dias	4.140	10,16	-	-	9.058	16,47
De 181 a 360 dias	12.723	31,24	-	-	12.836	23,34
Acima 360 dias	11.274	27,69	-	-	25.075	45,58
Total	40.724	100,00	624	100,00	55.004	100,00

c. Diversificação da carteira por segmento de mercado:

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Saldo	%	Saldo	%
Setor privado:				
Serviços	16.347	39,53	3.028	5,51
Pessoas físicas	25.001	60,47	51.976	94,49
Total	41.348	100,00	55.004	100,00

d. Diversificação da carteira por nível de concentração:

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Saldo	%	Saldo	%
Maior devedor	12.843	31,06	7.297	13,27
Dez maiores seguintes	20.857	50,44	30.630	55,69
Demais devedores	7.648	18,5	17.077	31,05
Total	41.348	100,00	55.004	100,00

e. Composição da carteira por nível de risco:

		Dezembro 2021				Dezembro 2020	
		Curso		Total da		Total da	
Nível de risco	% provisão	normal	Vencidas	carteira	Provisão	carteira	Provisão
AA	-	6.430	-	6.430	-	28.516	-
A	0,5	28.253	624	28.877	(145)	25.550	(128)
B	1,0	6.041	-	6.041	(60)	910	(9)
E	30,0	-	-	-	-	28	(8)
Total		40.724	624	41.348	(205)	55.004	(145)

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020, não foram registradas baixas de crédito para prejuízo, bem como não houve recuperações de valores baixados para prejuízo. Em 2021 foram renegociadas operações de crédito no montante de R$ 14.156 (R$ 6.957 em 2020). **7. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito:** A movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito encontra-se apresentada no quadro a seguir:

	2º Semestre 2021	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Saldo Inicial	237	145	165
Constituição de provisão líquida de reversões	(32)	60	(20)
Total	**205**	**205**	**145**

8. Outros créditos: a. Rendas a receber:

	2021	2020
Comissões e corretagens a receber (a)	2.235	4.102
Contas a receber venda de bem (b)	3.240	-
Total	**5.475**	**4.102**
Ativo circulante	3.118	4.102
Ativo não circulante	2.357	-

(a) Referem-se a comissões e corretagens a receber de colocações de títulos e rebate de fundos. (b) Refere-se a contas a receber pela venda de bem imóvel recebido em garantia o qual estava registrado em Outros Valores e Bens.

b. Diversos:

	2021	2020
Devedores por depósito em garantia (nota 14)	1.776	1.694
Partes relacionadas - valores a receber empresas do grupo (nota 15)	5.768	10.877
Operações a liquidar com bolsa	2.257	8.032
Devedores diversos	698	323
Outros	255	203
Total	**10.754**	**21.129**
Ativo circulante	8.978	19.435
Ativo não circulante	1.776	1.694

9. Ativos fiscais diferidos: Em consonância com a resolução 4.842/20, emanada pelo CMN, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem efetuar registro contábil dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e aquele fruto de diferenças temporárias, desde que, para este caso sejam atendidas as seguintes condições: I. Apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; II. Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos. O Banco está em fase de conclusão do processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação são Back Office e Front Office, com a criação de um portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirão ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, consequentemente, a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário, não obstante, ao compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados. Abaixo quadro com os créditos tributários ativados pelo Banco, líquidos do passivo fiscal diferido, e as seguintes movimentações:

	Saldo 31/12/2020	Constituição (Reversão)	Realização	Saldo 31/12/2021
Diferenças temporárias líquidas				
Provisão contingência trabalhista	383	-	(35)	348
Provisão devedores duvidosos	78	-	(13)	65
Processos cíveis	344	13	-	357
Processos fiscais	318	2	-	320
Bônus	2.667	768	(2.667)	768
Provisão com comissões	1.992	928	(1.992)	928
Outras provisões para pagamento	117	-	-	117
Ajuste valor de mercado (TVM) (i)	35	1.430	-	1.465
Ajuste valor de mercado (NDF)	29	-	(29)	-
Total referente a diferenças temporárias	**5.963**	**3.141**	**(4.736)**	**4.368**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	27.450	1.623	-	29.073
Total (ii)	**33.413**	**4.764**	**(4.736)**	**33.441**

(i) A movimentação de R$ 1.430 representa os valores de R$ 1.176 e R$ 254, registrados respectivamente no patrimônio líquido e resultado. (ii) Os ativos fiscais diferidos são classificados em sua totalidade como não circulante.
A previsão para realização dos créditos tributários é estimada em 7,2% em 2022, 7,0% em 2023, 7,9% em 2024, 13,9% em 2025, 23,8% em 2026, 20,0% em 2027, 16,1% em 2028 e 4,1% em 2029. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários foi utilizada a taxa Selic, o valor presente é de R$ 18.453 em 31/12/2021 (R$ 31.171 em 2020). Em 31/12/2021, o Banco possui o montante de R$ 33.441 ativados referente a créditos tributários (R$ 33.413 em 31/12/2020). Em 31/12/2021, o Banco possuía R$ 4.783 de créditos tributários não ativados (R$ 25 em 2020). **10. Outros valores e bens:**

	2021	2020
Despesas antecipadas (a)	10.170	6.123
Outros valores e bens (b)	306	3.101
Total	**10.476**	**9.224**
Provisão outros valores e bens	(28)	(28)
Total	**10.448**	**9.196**
Ativo circulante	2.831	4.805
Ativo não circulante	7.617	4.391

(a) Em 2021 foram registrados novos sign bônus no montante de R$ 7.646, saldo em aberto na data-base de R$ 6.650. (b) Em 2021, venda de bem imóvel com garantia de alienação fiduciária registrado em 31/12/2020 pelo montante de R$ 2.795. **11. Permanente: a. Imobilizado de uso:**

				2021	2020
	Taxa de depreciação	Imobilizado	Dep. acumulada	Total	Total
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	6.861	(2.787)	4.074	3.300
Equipamentos de informática/comunicação	10%	3.018	(2.747)	271	577
Equipamentos de segurança	20%	101	(86)	15	35
Total		**9.980**	**(5.620)**	**4.360**	**3.912**

b. Ativos intangíveis:

				2021	2020
	Taxa de amortização	Intangível	Amortização acumulada	Total	Total
Ativos intangíveis (i)	(a)	79.078	(15.983)	63.095	56.971
Ágio na combinação de negócios	(b)	80.327	(14.480)	65.847	74.690
Ágio na aquisição de investimentos (c)	20%	673	(673)	-	56
Total		**160.078**	**(31.136)**	**128.942**	**131.717**

(i) Em 2021, adicionado o montante de R$ 8.678 relacionado a direitos contratuais referentes a relacionamento com clientes e R$ 5.265 referente a desenvolvimento de software. (a) Em 2020, representa substancialmente os intangíveis relacionados a combinação de negócios, sendo: (i) R$ 17.947 refere-se ao valor da combinação de negócios com o grupo Triar, atribuído ao ativo intangível de acordo com o estudo definitivo de alocação do preço (*"PPA" - Purchase Price Allocation*) (R$ 33.060 em 2019 com base em um estudo preliminar), segregados em: R$ 13.649 alocados à relacionamentos com clientes e R$ 4.298 alocados à condições de não competição; (ii) R$ 17.801 refere-se ao valor da combinação de negócios com o grupo Capital, atribuído ao ativo intangível de acordo com o estudo definitivo de alocação do preço (*"PPA" - Purchase Price Allocation*), segregados em: R$ 7.392 alocados à relacionamentos com clientes e R$ 10.409 alocados à condições de não competição. A taxa de amortização média é de 11%. (b) Refere-se ao ágio pago na combinação de negócio com os grupos Triar e Capital, no valor de R$ 41.832 e R$ 38.495, respectivamente. A taxa média de amortização é de 11%. (c) Em 06/06/2016, o Banco adquiriu 100% do controle acionário da Andbank Financeira Ltda. que detém 99,99% do controle acionário da Andbank DTVM Ltda. Por ocasião desta aquisição e com base na apuração do preço de compra x valor contábil e no estudo de alocação de preço de compra ("PPA"), foi apurado ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura. Em 23/03/2018, o Banco assinou um acordo operacional com a Triar Agentes Autônomos ("Triar"), o qual teve vigência a partir do dia 1º de abril de 2018. Em outubro de 2019, foi apurado o valor total do acordo, no montante de R$ 59.779, dos quais R$ 30.939 foram pagos e o residual, R$ 17.028 será pago em 02 parcelas anuais (vide a e b acima). O saldo em aberto é atualizado com base no índice CDI. Em 03/07/2019, o Banco assinou um novo acordo operacional com a Capital Serviços de Agente Autônomos Ltda. ("Capital"), o qual teve vigência a partir do dia 01/08/2019. Em dezembro de 2020, foi apurado o valor total do acordo, no montante de R$ 56.296, dos quais R$ 27.921 foram pagos e o residual, R$ 28.375 será pago em 03 parcelas anuais e consecutivas e uma parcela adicional três anos posterior a data da penúltima parcela (vide a e b acima e nota 13 b). O saldo em aberto é atualizado com base no índice IPCA. **12. Depósitos: a. Composição por vencimento:**

	À vista		A prazo		2021	2020
Vencimentos	não ligadas	ligadas	não ligadas	ligadas	Total	Total
Sem vencimento	21.532	145	-	-	21.677	50.654
Até 30 dias	-	-	2.624	-	2.624	1.167
De 31 a 60 dias	-	-	3.978	-	3.978	20
De 61 a 90 dias	-	-	435	-	435	
De 91 a 180 dias	-	-	20.245	-	20.245	205
De 181 a 360 dias	-	-	36.132	1.480	37.612	67.921
Acima de 360 dias	-	-	2.877	-	2.877	21.169
Total	**21.532**	**145**	**66.291**	**1.480**	**89.448**	**141.136**
Passivo circulante					86.571	119.967
Passivo não circulante					2.877	21.169

b. Composição por segmento de mercado:

			2021	2020
Composição	À vista	A prazo	Total	Total
Ligadas	145	1.480	1.625	3.263
Governo	558	-	558	558
Pessoas físicas	17.076	31.618	48.694	109.575
Pessoas jurídicas	3.898	34.673	38.571	27.740
Total	**21.677**	**67.771**	**89.448**	**141.136**

c. Concentração por depositantes:

			2021	2020
Composição	À vista	A prazo	Total	Total
10 maiores	5.665	39.350	45.015	42.075
50 seguintes	8.994	21.966	30.960	47.246
Demais	7.018	6.455	13.473	51.815
Total	**21.677**	**67.771**	**89.448**	**141.136**

13. Outras obrigações:
a. Obrigações fiscais correntes:

	2021	2020
IOF a recolher	584	22
Impostos e contribuições a recolher	1.719	1.676
Total	**2.303**	**1.698**
Passivo circulante	2.303	1.698

b. Diversas:

	2021	2020
Despesas de pessoal	7.904	7.963
Fornecedores	3.384	1.455
Despesas previdenciárias	1.009	442
Valores a pagar à partes relacionadas (nota 15)	131	141
Credores diversos (a)	45.596	57.389
Outros	324	1
Total	**58.348**	**67.391**
Passivo circulante	27.162	24.371
Passivo não circulante	31.186	43.020

(a) R$ 17.028 (R$ 25.465 em 2020) referem-se às parcelas anuais a pagar ao Grupo Triar referente ao acordo operacional e R$ 28.375 (R$ 31.019 em 2020) referem-se às parcelas anuais a pagar ao Grupo Capital (vide nota 11 b).
c. Negociação e intermediação de valores:

	2021	2020
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	2.257	8.381
Comissões e corretagens a pagar	3.144	4.414
Total	**5.401**	**12.795**
Passivo circulante	5.401	12.795

14. Provisões e passivos contingentes: Movimentação dos processos: O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, às quais vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições, bem como vem respondendo a diversos processos na esfera fiscal, trabalhista e cível como segue:

	Fiscais (i)	Cíveis (ii)	Trabalhistas (iii)	Total
Saldo inicial 01/01/2021	706	765	850	2.321
Movimentação do exercício refletida no resultado	30	3.386	257	3.673
Atualização / encargos	30	193	54	277
Constituição	-	3.192	300	3.492
Pagamento	-	-	(300)	(300)
Reversão	-	-	(95)	(95)
Saldo Final 31/12/2021	736	4.150	809	5.695
Depósito em garantia de recursos em 31/12/2021 (nota 8 b.)				**1.776**

(i) Referem-se substancialmente a uma obrigação legal decorrente do questionamento da base de cálculo de INSS, no montante de R$ 55 (R$ 53 em 2020), e de base de ISS no montante de R$ 681 (R$ 653 em 2020). Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável. (ii) Refere-se substancialmente à ação de resolução da cessão de Cédula de Crédito Bancário (CCB) emitida pela empresa ELETRODIRETO - Central de Distribuição de Produtos S/A ("ELETRODIRETO") e cedida pelo ANDBANK à CAPAF, sendo o valor provisionado em 31/12/2021 de R$ 3.298. Adicionalmente, existem também ações cíveis indenizatórias, relacionadas especialmente com a atuação de arrecadação de contas via correspondente bancário praticada pelo antigo Banco Bracce. (iii) Refere-se a acordos e reclamações trabalhistas propostas contra o Banco com pedidos de verbas e direitos trabalhistas previstos em convenção coletiva dos bancários. A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior referente aos valores reivindicados constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, considerando remotas as possibilidades de que eventuais pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados. Processos relacionados a Correspondente Bancário: no contrato de Correspondente Bancário está prevista a responsabilidade por ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa correspondente em face do Banco, assim como eventuais ações decorrentes da prestação de serviço executada pelo Correspondente. Desta forma, se o Banco for demandado judicialmente em ação que seja de responsabilidade do Correspondente e no caso desta ser uma empresa ativa, isto é, com capacidade financeira de pagamento e comprovada disposição histórica para suportá-los, o risco financeiro da contingência para o Banco é remoto. Cumpre ressaltar que a situação do Correspondente será monitorada e em caso de alteração substancial em sua situação econômico-financeira ou disposição voluntária para pagamento, o provisionamento será reavaliado. **Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível:** O Banco e sua controlada possuem outras contingências avaliadas individualmente por nossos assessores jurídicos como perda possível, conforme quadro:

	2021	2020
Cíveis (a)	51.489	51.433
Trabalhistas	1.224	638
Fiscais (b)	7.305	7.011
Total	**60.018**	**59.082**

(a) Refere-se a ação indenizatória cível no valor de R$ 25.903, distribuída no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em 2017, no qual o antecessor do Banco (Banco Lemon) aparece indiretamente no polo passivo do processo. O Banco somente figura nessa ação pois a autora incluiu no polo passivo as partes que de alguma forma figuraram na relação entre autora e ré. O valor contempla também uma ação de reintegração de posse de bens móveis no valor de R$ 20.000, distribuída no Tribunal de Justiça de Goiás. (b) Trata-se principalmente de ação de execução proposta pelo Município de São Paulo, referente a auto de infração sobre a cobrança de ISS. Os referidos autos de infração encontram-se em discussão em ação anulatória fiscal, com decisão que deferiu antecipação de tutela para suspenção da cobrança, aguardando julgamento. **15. Partes relacionadas:** O Banco possui como controladora direta a Andorra Banc Agricol Reig S.A. Adicionalmente os acionistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas do Banco por possuírem controle em conjunto, sendo elas: Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.; Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.; Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.; APW Consultores Financeiros Ltda. São consideradas pessoas chaves do Banco sua diretoria executiva, no exercício de 2021 essa remuneração foi de R$ 844 (R$ 1.659 em 2020). Não há outros benefícios de longo prazo. As demais entidades que não possuem controle em conjunto e que pertencem ao grupo econômico são: AndPrivate Wealth S.A. (Suiça), Andbank Advisory LLC (Miami), Andbank Luxemburgo e APW Uruguay S.A. O Banco manteve no exercício saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as partes relacionadas acima referidas, conforme apresentado no quadro a seguir:

	2021		2020	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber (i)	9	92	50	215
Valores a pagar (i)	-	-	-	(40)
Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber (i)	29	351	220	674
Depósito a vista	(1)	-	(932)	-
Depósito a prazo	(1.480)	(2)	-	-
Valores a pagar (i)	(121)	(1.817)	(121)	(1.018)
Andorra Banc Agricol Reig S.A.				
Deposito em moeda estrangeira	191	(60)	232	623
Instrumento Financeiro Derivativo	-	6.096	3.333	8.215
Valores a receber (ii)	2.563	7.168	8.242	4.327
Andbank DTVM Ltda.				
Valores a receber (i)	-	5	9	24
Valores a pagar (i)	(9)	(91)	(20)	(128)
Andbank Luxemburgo				
Valores a receber (ii)	1.467	1.475	1.314	632
Andbank Advisory LLC				
Valores a receber (ii)	1.664	2.062	1.043	98
APW Uruguay S.A.				
Valores a receber (ii)	36	36	-	-
APW Consultores Financeiros				
Depósito à vista (i)	-	-	(42)	-
Pessoas físicas				
Depósito à vista	(144)	-	(317)	-
Depósito à prazo	-	-	(2.014)	-
Total Instrumento Financeiro Derivativo	**-**	**6.096**	**3.333**	**8.215**
Total Deposito em moeda estrangeira	**191**	**(60)**	**232**	**623**
Total a receber - Outros Créditos Diversos	**5.768**	**11.188**	**10.878**	**5.970**
Total a pagar - Outras Obrigações Diversas	**(131)**	**(1.909)**	**(141)**	**(1.186)**
Total Depósito à Vista	**(145)**	**-**	**(1.291)**	**-**
Total Depósito à Prazo	**(1.480)**	**(2)**	**(2.014)**	**-**

(i) Referem-se a valores a receber e a pagar relacionados a rateio de despesas. (ii) Referem-se a valores a receber relacionados a prestação de serviços e reembolsos de despesas. Em 31/12/2021, o Banco possui R$ 2.486 (R$ 82 em 2020) em empréstimo concedido à Diretor da instituição e de resultado R$ 11. Este empréstimo segue as diretrizes da Resolução 4.693/18 do Conselho Monetário Nacional. **16. Patrimônio líquido: a. Capital Social:** O capital subscrito e integralizado em 31/12/2021 esta composto por 590.939.513 ações ordinárias (442.268.980 em 2020), sem valor nominal. Em 3 de maio de 2021, foi deliberado o aumento de capital do Banco Andbank através da emissão de 148.670.533 novas ações ordinárias nominativas, totalizando um aumento de R$ 65.235. Com o aumento, o capital social passou de R$ 251.871 para R$ 317.106. O processo de aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central em 17 de maio de 2021. Em 18/12/2020, foi deliberado o aumento de capital do Banco Andbank através da emissão de 66.955.610 novas ações ordinárias nominativas, totalizando um aumento de R$ 30.155. Com o aumento, o capital social passou de R$ 221.716 para R$ 251.871. O processo de aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 20/01/2021. Conforme previsto no estatuto social, o dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração julgar incompatível com a situação financeira do Banco, podendo o Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária, que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo. **b. Reservas de capital:** A reserva de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada. Em decorrência da incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda. (vide nota 1 e 16 a.), foi constituída reserva de reavaliação no valor de R$ 3.411, representado pelo ativos intangível identificáveis na incorporação. Essa reserva é amortizada contra lucros e prejuízos acumulados simultaneamente a amortização do ativo que a originou. **c. Reservas de lucros:** O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no semestre em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. **d. Ajuste de avaliação patrimonial:** Os valores líquidos dos efeitos tributários dos ajustes de avaliação patrimonial dos títulos classificados na categoria de disponíveis para venda em 31/12/2021 foi de R$ 1.500 de desvalorização e de R$ 105 em 31/12/2020 de valorização. **17. Receitas de prestação de serviços:**

	2º Semestre de 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Rendas de intermediação (a)	15.342	32.998	40.195
Remuneração operação estruturada (b)	1.438	2.764	3.785
Rendas de serviços de custódia	331	704	1.105
Rendas de corretagem de câmbio	752	1.073	840
Rendas de garantias prestadas	-	-	53
Total	**17.863**	**37.539**	**45.978**

(a) Refere-se principalmente a rebate na comissão sobre taxa de administração e performance de fundos distribuídos por conta e ordem. (b) Refere-se basicamente a prestação de serviços em registro e estruturação de operações de crédito. **18. Despesas de pessoal:**

	2º Semestre de 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Proventos	(11.821)	(20.322)	(18.814)
Encargos Sociais	(2.711)	(7.041)	(5.468)
Benefícios	(2.527)	(4.708)	(3.520)
Pro labore	(275)	(845)	(1.659)
Remuneração de estagiários	(182)	(329)	(345)
Treinamento	(34)	(56)	(67)
Total	**(17.550)**	**(33.301)**	**(29.873)**

19. Outras despesas administrativas:

	2º Semestre de 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Serviços do sistema financeiro (a)	(10.704)	(25.827)	(28.753)
Processamento de dados (b)	(4.153)	(9.288)	(21.702)
Serviços técnicos especializados (c)	(1.688)	(3.561)	(2.972)
Aluguéis	(1.408)	(2.795)	(2.512)
Serviços de terceiros	(293)	(537)	(395)
Comunicações	(494)	(1.023)	(868)
Publicação	(39)	(72)	(74)
Viagens	(93)	(150)	(97)
Transporte	(193)	(340)	(126)
Outras	(1.513)	(2.702)	(3.153)
Total	**(20.578)**	**(46.295)**	**(60.652)**

(a) Composto substancialmente por repasse de valores relacionados à gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias. (b) Representam gastos com consultorias de sistemas e processos. (c) Refere-se basicamente a serviços prestados por assessoria jurídica e financeira. **20. Outras receitas operacionais:**

	2º Semestre de 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Prestação de serviços exportação (a)	1.937	6.179	4.648
Recuperação de despesas (b)	249	3.716	6.788
Reversão de provisões operacionais	188	347	14.945
Variações monetárias ativas	53	86	345
Interbancária	4	10	11
Outras receitas operacionais (c)	1.012	1.045	14
Total	**3.443**	**11.383**	**26.751**

(a) Refere-se a contrato firmado com partes relacionadas sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria. (b) Representado principalmente por ressarcimento de custos incorridos no desenvolvimento e implantação de processos e softwares gerado internamente no montante de R$ 1.998, de despesas com consultoria no montante de R$ 799, despesas com marketing R$ 208 e de despesas com expatriados no montante de R$ 181. (c) Refere-se a reversão parcial de acordo operacional em R$ 997.
21. Outras despesas operacionais:

	2º Semestre de 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Amortizações e depreciações (a)	(9.607)	(18.038)	(11.008)
Atualização de provisão fiscal, cível e trabalhista (nota 14)	(3.432)	(3.812)	(1.044)
Variação monetária passiva	-	-	(506)
Interbancária	(4)	(9)	(11)
Reversão de depósitos judiciais	-	-	(230)
Liquidação de ação cível	-	-	(13.927)
Outras (b)	(2.813)	(5.019)	(3.876)
Total	**(15.856)**	**(26.878)**	**(30.602)**

(a) Variação deve-se principalmente pela despesa de amortização dos ativos identificáveis e do ágio relacionados à aquisição da Capital que deu início no 2º semestre de 2020. (b) Inclui R$ 3.033 referente às despesas financeiras com o acordo operacional da Capital. **22. Imposto de renda e contribuição social:**

Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	2º Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(10.730)**	**(18.010)**	**(14.857)**
Encargos (IR e CS) às alíquotas vigentes (nota 2.2.10)	4.829	8.105	6.686
(Inclusões) Exclusões Permanentes	**(2.241)**	**(4.495)**	**(2.862)**
Amortização de ágio	(1.990)	(4.005)	(2.434)
Participações em controladas	(40)	(99)	(162)
Reserva de reavaliação	(39)	(78)	(78)
Outras despesas não dedutíveis	(172)	(313)	(188)
(Inclusões) Exclusões Temporárias (a)	**(1.637)**	**(3.522)**	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição fiscal (a)	**(1.236)**	**(1.236)**	**(25)**
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**(283)**	**(1.149)**	**3.799**
Imposto corrente	-	-	-
Imposto diferido	(283)	(1.149)	3.799

continua

continuação

(a) Crédito tributário não ativado. **23. Participações em Controladas:**

Empresa	Capital Social	Resultado exercício	Reflexa (b)	Aumento de Capital Social (c)	Patrimônio Líquido	Quantidade de cotas possuídas	Participação no capital social	Valor do Investimento 2021	Valor do Investimento 2020	Resultado equivalência 2021	Resultado equivalência 2020
Andbank DTVM (a)	1.795	(219)	(43)	700	673	728.659.580	99,98%	673	235	(219)	(359)

(a) Em 15/02/2019, a Andbank DTVM incorporou sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., Em decorrência da incorporação, a composição do capital social passou a ser: 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricol Reig S.A. (b) A reflexa refere-se ao MTM de Títulos Disponíveis para Venda registrado em Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido da investida. (c) Aumento de capital social deliberado em 23/06/2021. Em 06/07/2021 o Banco Central do Brasil (BACEN) aprovou o aumento de capital social de R$ 700 na investida Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário Ltda. **24. Outras informações: a.** O Banco e sua controlada encontram-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN) que versa sobre o Acordo de Basiléia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basiléia III) através das Resoluções nº 4.192, 4.193 e 4.194, ambas de 1/03/2013, e circulares publicadas em 31/10/2013, que instituíram nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). Em 08/01/2015 o Andbank adquiriu 100% das ações do Banco. Com isso a Andbank DTVM Ltda. e o Banco passaram a fazer parte de um conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Sendo assim, a partir 02/2015 para atender a resolução 4.278/13, o Banco passa a informar as posições consolidadas. Em 31/12/2021, o índice de Basiléia do Banco (Prudencial) é de 43,93% (16,1% em 31/12/2020).

	2021	2020
Capital Principal antes das deduções	319.675	254.613
(-) Deduções do Capital Principal incluindo ajustes prudenciais	(226.985)	(217.053)
Patrimônio de Referência (PR)	92.690	37.560
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	(75.813)	(18.869)
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	16.877	18.691

b. O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, em 31/12/2021 estão registrados em contas de compensação R$ 677.873 (R$ 204.559 em 31/12/2020). **c.** A Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) publicada em 22 de maio de 2015, foi convertida na Lei 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até dezembro de 2018 e 15% a partir de janeiro de 2019. Em 13 de novembro de 2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103, que majora novamente a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 15% para 20%, a partir de março de 2020, aplicável apenas para Bancos. Em 01 de março de 2021 foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 que altera a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL de 20% para 25%, a ser aplicada no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021, apenas para Bancos, retomando para alíquota de 20% a partir de janeiro de 2022. **d.** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para revisão das demonstrações financeiras e auditoria para o exercício findo em 31/12/2021, não prestaram outros serviços ao Banco que não o de auditoria independente. **e.** A Administração avaliou os impactos ocasionados referente a situação atual da pandemia do COVID 19 e respectiva volatilidade apresentada no mercado financeiro. E julga que com a situação atual da pandemia e à luz das informações disponíveis até este momento, não há indicativos que teremos impactos relevantes que possam trazer efeitos representativos às projeções de caixa e tomadas de decisão. **25. Estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos:** A estrutura de gerenciamento de riscos do Andbank Brasil considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Organização, alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte ao gerenciamento por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital. • **Gerenciamento do risco operacional:** É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17. Para alocação de capital para o risco operacional o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional, independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos onde houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos. • **Gerenciamento do risco de mercado:** Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de: • Operações sujeitas à variação cambial; • Taxas de juros; • Preços de ações; • Preços de mercado ("commodities"). O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comitê de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas. Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado. • **Gerenciamento do risco de crédito:** O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito. A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável. O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e reportado mensalmente no Comitê de Riscos pra conhecimento da Diretoria do Banco. • **Gerenciamento do risco de liquidez:** É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamento" entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 4.557, de 23/02/2017. A estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovada O risco de liquidez é monitorado diariamente pelo acúmulo de ativos líquidos e de alta qualidade através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. O Colchão de liquidez do banco é composto basicamente, por títulos de livre movimentação e posições em caixa. O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos -COAP, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado. • **Gestão de Capital:** O processo de gerenciamento de Capital do Banco leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do conglomerado. Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil. O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos - COAP assim como pelo Comitê de Riscos, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado. • **Divulgação das informações relativas a gestão de riscos:** As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do banco na internet (https://www.andbank.com/brasil/governanca/). São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos: a) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito, do risco de liquidez, do risco de mercado e do risco operacional; b) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do capital c) Relatório de gerenciamento de riscos - Pilar 3; d) Formulário de referência; e e) Notas explicativas às demonstrações financeiras. **26. Benefícios Pós Emprego:** Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria. **27. Resultados não recorrentes:** Conforme artigo 34 da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, apresentamos abaixo o resultado não recorrente:

		31/12/2021	31/12/2020
Resultado		**(19.159)**	**(11.058)**
Resultados não recorrentes			
Reembolso de despesas	(a)	3.467	5.920
Venda de ativos não operacionais	(b)	3.306	-
Acordo operacional		997	-
Contingência cível	(c)	(3.192)	-
Ressarcimento a clientes		(1.919)	-
Serviços de terceiros		(710)	-
Contingência trabalhista		(300)	-
Impairment projetos de tecnologia	(d)	-	(10.502)
Impairment plataforma fornt-end		-	(925)
Resultados recorrentes		**(20.808)**	**(5.551)**

(a) Reembolso de despesa - Vide nota 20. (b) Venda de ativos não operacionais - Refere-se substancialmente ao ganho de R$ 3.219 na venda de bem imóvel recebido em garantia o qual estava registrado em Outros Valores e Bens. (c) Provisão de contingência cível - Vide nota 14. (d) Vide nota explicativa 19 - Processamento de dados. **28. Eventos subsequentes:** Não houve eventos subsequentes que requeira, ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2021.

Diretoria/Administração

Carlos Ramalho Foz Luis F. Jimenez Aragon José Carlos J. Campos Jr.
Leonardo M. Hojaij Tarcisio B. Castro Jr.

Contador

Tainá Harumi Barros - CRC GO 019166-O

Diretor Responsável

Claudemir do N. R. Machado - CRC 1SP217346/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas do **Banco Andbank (Brasil) S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Andbank (Brasil) S.A. em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30/03/2022

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Luana Melo De Souza
Contadora
CRC nº 1 SP 292386/O-2

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977- Companhia Aberta

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores acionistas da **Positivo Tecnologia S.A.** ("Positivo Tecnologia" ou "Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada no **dia 29 de abril de 2022, às 15h00, de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico Ten Meetings, cujo acesso se dará através do link** https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal_/#/?id=E2EF66607BBF, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iii)** Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** Fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2022; e **(v)** Instalar o Conselho Fiscal, eleger os respectivos membros e fixar a sua remuneração. **Informações Gerais:** a) Em conformidade com o parágrafo 6º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, os documentos objeto das deliberações da Assembleia ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas: (i) na sede da Companhia; na rede mundial de computadores no (ii) *website* de relações com investidores da Companhia (https://ri.positivotecnologia.com.br/); (ii) *website* da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE; e (iv) *website* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). b) Os acionistas, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, que pretenderem participar da Assembleia, nos termos do artigo 5º, §3º, Instrução CVM nº 481/09, deverão realizar o seu pré-cadastro, por meio do link: https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal_/#/?id=E2EF66607BBF, impreterivelmente até o dia **26 de abril de 2022 (inclusive)**, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados no Manual para Participação de Acionistas - Proposta da Administração. Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro do prazo supra não poderão participar da Assembleia por meio da plataforma digital. Após o credenciamento pela Companhia, os Acionistas receberão os seus dados de acesso, assim como orientações gerais, relacionadas ao sistema eletrônico de participação e votação a distância. c) Para participação do acionista na Assembleia, independentemente do meio escolhido, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

Documentação a ser encaminhada/apresentada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, emitido nos últimos 5 (cinco) dias.	X	X	X
Documento de identidade com foto do Acionista ou de seu representante legal (Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida, todos dentro do prazo de validade).	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do Acionista (para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto).	–	X	X
Instrumento de mandato, quando aplicável.	X	X	X
Regulamento consolidado do fundo.	–	–	X

d) A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Instrução CVM nº 481/2009. Para tanto, o Acionista poderá exercer o seu direito de voto por meio de envio, até 7 (sete) dias de antecedência da realização da Assembleia, de Boletim de Voto a Distância: (i) diretamente à Companhia; (ii) ao seu respectivo agente de custódia; e/ou (iii) instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia; conforme as orientações constantes no Manual para Participação de Acionistas - Proposta da Administração. e) Em atendimento ao artigo 4º da Instrução CVM nº 481 e de acordo com a Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, informamos que é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia para o exercício de tal faculdade, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 141 da Lei 6.404/1976. Adicionalmente, a Companhia destaca a importância de que os pedidos de voto múltiplo sejam realizados com o máximo de antecedência possível, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas. f) O detalhamento das deliberações propostas, das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar a distância na Assembleia (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação a distância pelos acionistas, bem como instruções gerais para preenchimento e envio do Boletim de Voto a Distância) encontram-se no Manual para Participação de Acionistas - Proposta da Administração divulgado nesta data pela Companhia. Curitiba, 29 de março de 2022. **Alexandre Dias -** Presidente do Conselho de Administração.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação - 2ª Convocação

Ficam convocados os Senhores acionistas da **Positivo Tecnologia S.A.** ("Positivo Tecnologia" ou "Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), em segunda convocação, a ser realizada no **dia 08 de abril de 2022, às 11h00, de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico informado no presente Edital**, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: ***(i)* alteração** do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de adequá-lo às previsões constante no vigente **Regulamento do Novo Mercado** da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, *por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: artigo 1º, parágrafo único; artigo 8º (novo artigo 12), inciso (xii) e parágrafo único; artigo 9º (novo artigo 13) parágrafo primeiro; artigo 10 (novo artigo 14), caput e parágrafos primeiro e segundo; artigo 14 (novo artigo 18), exclusão da alínea (xv), inclusão das novas alíneas (xv), (xvi), (xvii) e alteração da redação da alínea (xx) - nova alínea (xix); artigo 26 (novo artigo 27), parágrafo primeiro; artigo 31 (novo artigo 33); exclusão dos artigos 32 à 41; e artigo 44 (novo artigo 35).* ***(ii)* alteração** do Estatuto Social da Companhia para **melhoria de governança** e com o objetivo de refletir as práticas, estruturas e atividades desempenhadas pela Companhia, bem como prever de forma mais assertiva as disposições legais, regulamentares e de governança previstas na Lei nº 6.404/76 e Instruções CVM, por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: *artigo 1º, caput; artigo 2º; artigo 3º; artigo 5º, parágrafo terceiro (novo artigo 6º e seus parágrafos); artigo 5º, parágrafo quinto (novo artigo 8º); artigo 7º (novo artigo 11) e seus parágrafos; artigo 8º (novo artigo 12), incisos (ii) à (xi); artigo 9º (novo artigo 13) caput e parágrafos segundo e terceiro; artigo 11 (novo artigo 15); artigo 12 (novo artigo 16), caput e seus parágrafos; artigo 14 (novo artigo 18), todas as alíneas, exceto quanto as alíneas do mesmo artigo já listadas no item (i) deste Edital; artigo 15 (novo artigo 19) caput e seus parágrafos; artigo 16 (novo artigo 20); artigo 17 (novo artigo 21); artigo 18 (novo artigo 22); exclusão dos artigos 19, 20 e 21; artigo 22 (novo artigo 23), caput e suas alíneas; artigo 24 (novo artigo 25) caput e suas alíneas; artigo 25 (novo artigo 26) caput e seus parágrafos; artigo 26 (novo artigo 27), caput e parágrafo quarto; artigo 42 (novo artigo 34), parágrafos primeiro à décimo quarto; exclusão do artigo 43; e inclusão dos novos artigos 37, 38 e 39.* ***(iii)* alteração** da redação do *caput* do artigo 42 (novo artigo 34) e exclusão do parágrafo décimo quinto do artigo 42 do Estatuto Social; e ***(iv)* consolidação** do Estatuto Social de forma a refletir as alterações propostas nos itens (i) a (iii) da ordem do dia, inclusive por meio da renumeração, quando necessária, de artigos e parágrafos para a correta estruturação do Estatuto Social. **Informações Gerais:** a) Em conformidade com o parágrafo 6º do artigo 124 e com o parágrafo 3º do artigo 135 da Lei nº 6.404/76, os documentos objeto das deliberações da Assembleia ora convocada, em especial os referidos no artigo 11 da Instrução CVM nº 481/09, encontram-se à disposição dos acionistas: (i) na sede da Companhia; na rede mundial de computadores no (ii) *website* de relações com investidores da Companhia (**https://ri.positivotecnologia.com.br/**); (iii) *website* da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (**www.cvm.gov.br**) por meio do sistema IPE; e (iv) *website* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (**www.b3.com.br**). b) A Companhia informa que os Boletins de Voto a Distância recebidos para a primeira convocação da Assembleia serão considerados para esta segunda convocação, bem como os acionistas que realizaram o cadastro na plataforma eletrônica para participação na Assembleia em primeira convocação serão considerados automaticamente cadastrados para, se assim desejarem, participar da Assembleia em segunda convocação. c) Adicionalmente, os acionistas, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, que não se cadastraram para participação em primeira convocação e que desejarem participar da Assembleia, nos termos do artigo 5º, §3º, Instrução CVM nº 481/09, deverão realizar o seu pré-cadastro, por meio do link: **https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=E4BB97C9D9F8**, impreterivelmente até o dia **05 de abril de 2022 (inclusive)**, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados no Manual para Participação de Acionistas. Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro do prazo supra não poderão participar da Assembleia por meio da plataforma digital. Após o credenciamento pela Companhia, os Acionistas receberão os seus dados de acesso, assim como orientações gerais, relacionadas ao sistema eletrônico de participação e votação a distância. d) A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Instrução CVM nº 481/2009. Para tanto, o Acionista poderá exercer o seu direito de voto por meio de envio, até 7 (sete) dias de antecedência da realização da Assembleia, de Boletim de Voto a Distância: (i) diretamente à Companhia; (ii) ao seu respectivo agente de custódia; e/ou (iii) instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia; conforme as orientações constantes no Manual para Participação de Acionistas - Proposta da Administração. e) Para participação do acionista na Assembleia, independentemente do meio escolhido, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

Documentação a ser encaminhada/apresentada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, emitido nos últimos 5 (cinco) dias.	X	X	X
Documento de identidade com foto do Acionista ou de seu representante legal (Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida, todos dentro do prazo de validade.)	X	X	X
Estatuto Social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do Acionista (para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.)	-	X	X
Instrumento de mandato, quando aplicável.	X	X	X
Regulamento consolidado do fundo.	-	-	X

f) O detalhamento das deliberações propostas, das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar a distância na Assembleia (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação a distância pelos acionistas, bem como instruções gerais para preenchimento e envio do Boletim de Voto a Distância) encontram-se no Manual para Participação de Acionistas - Proposta da Administração divulgado nesta data pela Companhia. Curitiba, 28 de março de 2022. **Alexandre Dias -** Presidente do Conselho de Administração.

Fênix Empreendimentos S.A.

CNPJ - 51.319.358/0001-12 - NIRE - 35.300.006.194

Edital de Convocação Resumido - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas de **Fênix Empreendimentos S.A.**, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **18 de abril de 2022, às 9h00**, em sua sede social, a fim de deliberar sobre as matérias descritas no Edital disponibilizado na íntegra nos endereços eletrônicos abaixo indicados. **Aviso**: O presente Edital é feito na forma resumida. As informações completas para a participação dos acionistas na AGO estão disponíveis no endereço eletrônico do Jornal "O Estado de São Paulo" (Estadão) (https://www.estadao.com.br).

Santa Bárbara d'Oeste, 29 de março de 2022

Romeu Romi - Presidente do Conselho de Administração

SECRETARIA DE SAUDE

Av. de Credenciamento - Proc. Nº146/2021–INEX. Nº008/2021 – OBJ.: CREDENCIAMENTO pessoas jurídicas, prestadoras de Serviços de Saúde, no âmbito do Estado de Pernambuco, que possuam as condições necessárias para a implantação de 40 (quarenta) leitos clínicos com suporte de hemodiálise, como retaguarda à Rede de Atenção as Urgências e Emergências na I macrorregião de saúde do Estado de Pernambuco, pela Portaria SES/PE nº 035 de 11 de fevereiro de 2020, que institui incentivo Estadual para Leitos de Retaguarda (Enfermaria), objetivando atender às necessidades da população do Estado de Pernambuco de forma complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS/PE. | VALOR EST.: R$ 7.769.633,88. Edital do processo disponível através do site: www.licitacoes.pe.gov.br. Recife, 30/03/2022. **Maria Eugênia Araújo de Sá – Presidente/Pregoeira CPL-I/SES.**

Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ 67.600.379/0001-41

Demonstrações Financeiras - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

Balanço patrimonial	Nota	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Ativo			
Ativo circulante		107	187
Disponibilidades	4	96	32
Títulos e valores mobiliários	5	-	133
Carteira própria		-	133
Outros créditos	6	11	22
Diversos		11	22
Não circulante		758	133
Títulos e valores mobiliários	5	687	-
Carteira própria		687	-
Outros créditos	6	71	133
Ativos fiscais correntes		71	133
Permanente		12	33
Imobilizado de uso		1	7
Imobilizações de uso		56	84
(-) Depreciação acumulada		(55)	(77)
Intangível		11	26
Ativos intangíveis		141	142
(-) Amortização acumulada		(130)	(116)
Total do ativo		877	353

Passivo	Nota	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Passivo circulante		199	102
Outras obrigações		199	102
Obrigações fiscais	8 a.	1	5
Diversos	8 b.	198	97
Não circulante		5	16
Outras obrigações		5	16
Provisões	9	5	16
Patrimônio líquido		673	235
Capital social	11	1.795	1.095
Outros resultados abrangentes		(43)	-
Prejuízos acumulados		(1.079)	(860)
Total do passivo		877	353

Demonstração do resultado	Nota	2º Semestre 2021	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		29	30	5
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	29	30	5
Resultado da intermediação financeira		29	30	5
Outras receitas (despesas) operacionais		(114)	(245)	(94)
Receitas de prestação de serviços	12	-	2	262
Despesas de pessoal		-	(1)	-
Despesas administrativas	13	(73)	(167)	(234)
Despesas tributárias		(41)	(79)	(104)
Outras receitas operacionais		-	11	43
Outras despesas operacionais		-	(11)	(61)
Resultado operacional		(85)	(215)	(89)
Resultado não operacional		-	(4)	(1)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(85)	(219)	(90)
Imposto de renda / Contribuição social	10	-	-	(5)
(Prejuízo) líquido do semestre/exercício		(85)	(219)	(95)
Quantidade de quotas		728.659.580	728.659.580	109.493.002
Prejuízo por quota - R$		(0,0001)	(0,0003)	(0,0009)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Nota	Capital Social	Outros resultados abrangentes	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01/01/2020		1.095	-	(765)	330
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(95)	(95)
Saldos em 31/12/2020		1.095	-	(860)	235
Saldos em 01/01/2021		1.095	-	(860)	235
Ajuste de avaliação patrimonial	5	-	(43)	-	(43)
Aumento de Capital	11	700	-	-	700
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(219)	(219)
Saldos em 31/12/2021		1.795	(43)	(1.079)	673
Saldos em 01/07/2021		1.795	3	(994)	804
Outros resultados abrangentes		-	(46)	-	(46)
Prejuízo líquido do semestre		-	-	(85)	(85)
Saldos em 31/12/2021		1.795	(43)	(1.079)	673

Demonstrações do resultado abrangente	2º Semestre 2021	2021	2020
(Prejuízo) líquido do semestre/ exercício	(85)	(219)	(95)
Ajuste a valor de mercados dos ativos financeiros disponíveis para venda	(46)	(43)	-
Resultado abrangente do semestre/exercício	(131)	(262)	(95)
Atribuível aos sócios cotistas da Empresa	(131)	(262)	(95)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	Nota	2º Semestre 2021	2021	2020
(Prejuízo) líquido semestre/ exercício		(85)	(219)	(95)
Ajustes para conciliar o resultado líquido do semestre/exercício				
Depreciações e amortizações		7	15	19
Provisão de risco		-	-	16
Outros		-	4	-
(Prejuízo)/lucro líquido ajustado		(78)	(200)	(60)
Variações de Ativos e Passivos				
(Aumento) Redução em outros créditos		80	74	67
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários		(29)	(596)	-
Aumento (Redução) em outras obrigações		-	86	(178)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(27)	(636)	(171)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	11	-	700	-
Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamento		-	700	-
Aumento / (Redução) de caixas e equivalentes de caixa		(27)	64	(171)
Caixa e equivalente de caixa no início do período/ exercício		123	32	336
Caixa e equivalente de caixa no fim do período/ exercício		96	96	165
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(27)	64	(171)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., anteriormente denominada L.L.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., ("Distribuidora"), tem como principal cotista o Banco Andbank Brasil S.A., e foi constituída em 03/06/1991 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 31/01/1992. A Distribuidora é uma sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.179, 8º andar. Concentra suas operações na distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, na administração de carteiras, e opera no mercado acionário, comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários por conta de terceiros. Possui como objeto social a prática de operações inerentes às distribuidoras de títulos e valores mobiliários, incluindo a compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a prática de operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e a prestação de serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais. Durante o terceiro trimestre de 2013, foi iniciada a atividade de intermediação de renda fixa via custódia própria. Em 16/12/2014, o Andorra Banc Agricol Reig adquiriu 100% das ações do Banco Andbank Brasil S.A. ("Banco") com objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro. Com isso a Distribuidora passou a fazer parte do conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Em 06/06/2016 o Banco adquiriu 99,99% das ações Andbank Financeira Ltda. (antiga controladora da Distribuidora). Face à reorganização societária, em 15/02/2019, a Distribuidora incorporou sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., Em decorrência da incorporação, a composição do capital social passou a ser: 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricol Reig S.A. A seguir demonstramos os valores de incorporação referentes à data base de 30/06/2018 e de variações patrimoniais até a data de aprovação da incorporação em 15/02/2019:

	30.06.2018	15.02.2019
Disponibilidade	-	152
Títulos e Valores Mobiliários	156	(156)
Outros Créditos	-	3
Total do Ativo	156	(1)
Outras Obrigações	1	(1)
Patrimônio Líquido	155	-
Total do Passivo	156	(1)

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional no curso normal dos negócios da Distribuidora, que está suportado por um plano de negócios formalizado que considerou a migração de suas atividades operacionais para o seu atual controlador, o Banco Andbank Brasil S.A. Esse plano de negócios está em vigor desde 2018, com a transferência dos serviços de intermediação e custódia para o Banco Andbank Brasil S.A. Pós findada a migração da carteira, a Distribuidora ficará sem atividades até nova definição da administração. Nesse contexto e, considerando o compromisso do Controlador com o plano de negócio aprovado e, em suportar o Grupo no Brasil com eventuais aportes de capital, além dos resultados apresentados, não há fatores relevantes que tragam incerteza quanto à continuidade da Distribuidora. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e homologadas pelo Banco Central do Brasil, as normas aprovadas pelo CMN - Conselho Monetário Nacional e as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Distribuidora. Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação a valores de mercado de títulos e valores mobiliários e depreciação do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Distribuidora revisa essas estimativas e premissas pelo menos semestralmente. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que representa a moeda funcional e foram aprovadas pela Diretoria em 28/03/2022. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: ***3.1.1. Apuração do resultado:*** As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e computados sobre os ativos e passivos indexados. ***3.1.2. Caixa e equivalentes de caixa:*** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e/ou aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. ***3.1.3. Aplicações interfinanceiras de liquidez:*** As aplicações interfinanceira de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras. ***3.1.4. Títulos e valores mobiliários:*** Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com as seguintes categorias: • Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; • Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários quando aplicável; e • Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01. Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento. A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.748/19. ***3.2. Imobilizado de uso:*** São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança ***3.3. Imobilizado e intangível:*** O imobilizado está contabilizado ao custo da aquisição e a depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, sendo 20% ao ano para Sistema de Processamento de Dados e 10% ao ano para as demais contas. O intangível é representado por aquisição de sistemas informatizados, sendo amortizado à alíquota de 20% ao ano. ***3.4. Impostos:*** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15%), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observado que a Distribuidora possui créditos tributários não ativados de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Em 01/03/2021 foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 (convertida em Lei nº 14.183 em 14/07/2021) que altera a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL de 15% para 20%, a ser aplicada no período de 01/07 a 31/12/2021, retornando para a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2022. ***3.5. Estimativas contábeis:*** A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos semestres e exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Distribuidora revisa periodicamente suas estimativas e premissas. ***3.6. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):*** É reconhecida uma perda por "*impairment*" se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "*impairment*" são reconhecidas no resultado do exercício. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "*impairment*". Não foi identificado qualquer evento na Distribuidora que justificasse provisão de perdas por *impairment* para os ativos não financeiros. ***3.7. Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais:*** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente. ***3.8. Eventos subsequentes:*** Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por: • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. ***3.9. Alterações de normas contábeis:*** Em 28/12/2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*". Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam: • **CPC 00** - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; • **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; • **CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16; • **CPC 03 (R2)** - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20; • **CPC 04 (R1)** - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16; • **CPC 05 (R1)** - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20; • **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; • **CPC 23** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; • **CPC 24** - Eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20; • **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; • **CPC 27** - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; • **CPC 33 (R1)** - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução 4.424/15. • **CPC 41** - Resultado por ação - homologado pela Circular 3.959/19 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20. A Dtvm adotou a prerrogativa prevista no artigo 7º da referida circular, a qual confere a adesão opcional para instituições financeiras do segmento 4 (S4). Desta forma, a Dtvm não adotou este pronunciamento. • **CPC 46** - Mensuração do valor justo - Tema consolidado pela Resolução 4.924/21. Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras da Distribuidora. **4. Disponibilidades:** As disponibilidades estão compostas da seguinte forma:

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Disponibilidades	96	32
Total	96	32

5. Títulos e valores mobiliários: Em 31/12/2021 e 31/12/2020, os títulos e valores mobiliários estavam assim compostos:

	Dezembro 2021 Custo Atualizado	Dezembro 2021 Valor contábil/ Mercado	Dezembro 2021 Ajuste a Mercado	Dezembro 2020 Custo Atualizado	Dezembro 2020 Valor contábil/ Mercado	Dezembro 2020 Ajuste a mercado
Títulos para negociação						
Carteira própria:						
Certificado de depósito bancário	-	-	-	133	133	-
Subtotal	-	-	-	133	133	-
Títulos disponível para venda						
Carteira própria:						
Letras do tesouro nacional	730	687	(43)	-	-	-
Subtotal	730	687	(43)	-	-	-
Total	730	687	(43)	133	133	-

Em 31/12/2021 e de 2020 não houve reclassificações entre categorias dos títulos e valores mobiliários. Títulos para negociação e títulos disponíveis para venda foram classificados de acordo com os seguintes níveis em 31/12/2021 e de 2020: • Nível 1: títulos e valores mobiliários com preços líquidos disponíveis em um mercado ativo. • Nível 2: títulos e valores mobiliários que não tem informações de preço disponíveis e são precificados por modelos convencionais ou internos, considerando inputs. • Nível 3: títulos e valores mobiliários para os quais os insumos para precificação são gerados por modelos estatísticos e matemáticos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Títulos para negociação	-	-	133	133
Certificado de depósito bancário	-	-	133	133
Títulos disponíveis para venda	687	687	-	-
Letras do tesouro nacional	687	687	-	-

Em 31/12/2021 o resultado com títulos e valores mobiliários é de R$ 1 no 2º semestre e de R$ 30 no exercício (R$ 5 em 2020).

6. Outros créditos:

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Partes relacionadas - valores a receber de empresas do grupo (Nota 7)	11	22
Ativos fiscais correntes	71	133
Total	82	155
Ativo circulante	11	22
Ativo não circulante	71	133

7. Partes relacionadas: A Distribuidora possui como controladora direta o Banco Andbank Brasil S.A. e o Andorra Banc Agricol Reig S.A. Adicionalmente os cotistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas da Distribuidora por possuírem controle em conjunto sendo elas: - Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda. - Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda. São consideradas pessoas chave da Distribuidora sua diretoria executiva. A estrutura administrativa das empresas do grupo Andbank é compartilhada, dessa forma, esses administradores recebem uma remuneração global paga e registrada no Banco Andbank Brasil S.A., onde substancialmente suas atividades são dedicadas. No exercício de 2021 essa remuneração foi de R$ 844 (R$ 1.659 em 2020). A Distribuidora manteve no período saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, relativas a contratos de prestação de compartilhamento de custos administrativos, conforme apresentado no quadro a seguir: **Sociedades ligadas:**

	Dezembro 2021 Ativo (Passivo)	Dezembro 2021 Receita (Despesa) (i)	Dezembro 2020 Ativo (Passivo)	Dezembro 2020 Receita (Despesa) (i)
ANDBANK Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber	1	7	-	12
ANDBANK Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber	1	24	2	42
Valores a pagar	-	-	-	(2)
Banco Andbank Brasil S.A				
Valores a receber	9	91	20	128
Valores a pagar	-	(5)	(9)	(24)
Total a receber - Outros créditos - Diversos	11	122	22	182
Total a pagar - Outras obrigações - Diversas	-	(5)	(9)	(26)

(i) As receitas e despesas com partes relacionadas estão apresentadas líquidas na rubrica Despesas Administrativas e representam o rateio dos custos administrativos do Grupo Andbank. **8. Outras obrigações:**

a. Obrigações fiscais:

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Impostos e contribuições sobre serviço	-	1
PIS e COFINS a pagar	1	4
Total	1	5

b. Diversos:

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Serviços técnicos especializados (a)	192	77
Fornecedores	6	11
Provisão para riscos fiscais (Nota 9)	5	16
Partes relacionadas - valores a pagar de empresas do grupo (Nota 7)	-	9
Total	203	113
Passivo circulante	198	97
Passivo não circulante	5	16

(a) Refere-se substancialmente a valores a pagar por serviços de auditoria e publicações. **9. Provisões, passivos contingentes e obrigações legais:** A Distribuidora é parte em um processo administrativo perante ao órgão governamental, à qual contesta administrativamente a exigência de pagamentos de valores de contribuições ao PIS, referentes ao período de janeiro a dezembro de 1998, com valores atualizados em 31/12/2021 de R$ 5 (R$ 16 em 2020). No exercício de 2021 houve reversão parcial por pagamento de R$ 11. **Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível:** A Distribuidora possui contingência cível avaliada por nossos assessores jurídicos como perda possível, no valor de R$ 1 em 31/12/2021 (R$ 1 em 2020). **10. Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social:**

	2º Semestre 2021	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Resultado Antes do IR e CS	(85)	(219)	(90)
Encargos (IR e CS) às alíquotas vigentes (nota 3.4)	34	88	36
(Inclusões) Exclusões Permanentes	-	(4)	(9)
Adições permanentes	-	(4)	(9)
(Inclusões) Exclusões Temporárias	(26)	(42)	(37)
Provisões para pagamentos	(26)	(46)	(37)
Reversão de provisão para contingência fiscal	-	4	-
Efeito do diferido sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa não constituído	(8)	(42)	-
IR e CS do período	-	-	(5)
Imposto corrente	-	-	(5)
Imposto diferido	-	-	-

A Distribuidora possui créditos tributários não ativados em 31/12/2021 no valor de R$ 506 (R$ 422 em dezembro de 2020), em razão da incerteza quanto à sua realização. **11. Patrimônio líquido:** Em 31/12/2021 o Capital Social está representado por 728.659.580 (setecentos e vinte e oito milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e oitenta) quotas de R$ 0,01 cada uma (109.493.002 em 2020), totalmente subscritas e integralizadas. A composição do capital social está distribuída por 99,9969% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0031% Andorra Banc Agricola Reig S.A. Em 23/06/2021, foi deliberado o aumento de capital do Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda através da emissão de 619.166.578 novas quotas, totalizando um aumento de R$ 700. Com o aumento, o capital social passou de R$ 1.095 para R$ 1.795. O processo de aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central em 5/07/2021.

12. Receitas de prestação de serviços:

	2º Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Rendas de Comissões e Colocações de Títulos	-	2	28
Rendas de Comissões de Operações em Bolsa	-	-	234
Total	-	2	262

13. Despesas administrativas:

	2º Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Serviços técnicos especializados	(49)	(98)	(58)
Despesas de publicações	(16)	(49)	(42)
Despesa de depreciação e amortização	(7)	(15)	(19)
Despesas de processamento de dados	(1)	(3)	(19)
Despesas de aluguéis	-	(1)	(3)
Despesas de serviços do sistema financeiro (a)	-	-	(35)
Atualização de provisão fiscal	-	-	(16)
Despesas de comunicações	-	-	(1)
Despesas de serviços de terceiros	-	-	(1)
Outras	-	(1)	(40)
Total	(73)	(167)	(234)

(a) Composto substancialmente por despesas relacionados à gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias. **14. Outras informações:** Em 08/01/2015 a Andbank Distribuidora passou a fazer parte do conglomerado econômico onde o Banco Andbank Brasil S.A. **é o líder** e por decisão do Banco Central do Brasil, com base em atos estatu**tários**, a Distribuidora foi dispensada de enviar as informações de limites operacionais, sendo de responsabilidade do Banco **líder** do conglomerado informar as posições consolidadas. Em 31/12/2021, o índice de Basiléia do Banco (Prudencial) é de 43,93% (16,1% em 31/12/2020).

	2021	2020
Capital Social e Reservas	319.675	254.613
(-) Deduções do Capital Social incluindo ajustes prudenciais	(226.985)	(217.053)
Patrimônio de Referência (PR)	92.690	37.560
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	(75.813)	(18.869)
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	16.877	18.691

15. Estrutura de gerenciamento Contínuo e Integrado de riscos: A estrutura de gerenciamento de riscos da Distribuidora considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Organização, alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte ao gerenciamento por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital. • **Gerenciamento do risco operacional:** É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas da Distribuidora aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17. Para alocação de capital para o risco operacional a Distribuidora optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional, independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos onde houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos. • **Gerenciamento do risco de mercado:** Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Distribuidora. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de: • Operações sujeitas à variação cambial; • Taxas de juros; • Preços de ações; • Preços de mercado ("commodities"). O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comitê de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas. Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado. • **Gerenciamento do risco de crédito:** O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito. A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável. O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e reportado mensalmente no Comitê de Riscos pra conhecimento da Diretoria da Distribuidora. • **Gerenciamento do risco de liquidez:** É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamento" entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento da Distribuidora, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 4.557, de 23/02/2017. A estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovada. O risco de liquidez é monitorado diariamente pelo acúmulo de ativos líquidos e de alta qualidade através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. O Colchão de liquidez do banco é composto basicamente, por títulos de livre movimentação e posições em caixa. O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos -COAP, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado. • **Gestão de Capital:** O processo de gerenciamento de Capital da Distribuidora leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do conglomerado. Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil. O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos - COAP assim como pelo Comitê de Riscos, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado. • **Divulgação das informações relativas à gestão de riscos:** As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do banco na internet (https://www.andbank.com/brasil/governanca/). São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos: a) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito, do risco de liquidez, do risco de mercado e do risco operacional; b) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do capital; c) Relatório de gerenciamento de riscos - Pilar 3; d) Formulário de referência; e e) Notas explicativas às demonstrações financeiras. **16. Ouvidoria:** O componente organizacional encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN 4.433 de 23/07/2015. **17. Benefícios Pós Emprego:** Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria. **18. Eventos subsequentes:** Não houve eventos subsequentes que requeira ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2021.

Diretoria/Administração

Carlos Ramalho Foz - Luis F. Jimenez Aragon - José Carlos J. Campos Jr. - Leonardo M. Hojaij - Tarcísio B. Castro Jr.

Contador

Tainá Harumi Barros - CRC GO 019166-O

Diretor Responsável

Claudemir do N. R. Machado - CRC 1SP217346/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Cotistas da **Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30/03/2022.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Luana Melo de Souza
Contadora
CRC nº 1 SP 292386/O-2

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.

CNPJ/ME nº 36.062.772/0001-03 - NIRE 35.300.547.829

Demonstrações Financeiras 2021

AVISO: As demonstrações financeiras a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes; b) https://ri.eixosp.com.br/; c) https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto prejuízo/lucro por ação)

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota explicativa	Controladora 31/12/21	Controladora 31/12/20	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	83	-	284.644	58.541
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	8.270	-
Contas a receber	5	-	-	46.060	24.083
Estoques	6	-	-	3.005	1.461
Adiantamento a Fornecedores		14	-	1.959	918
Despesas Antecipadas	7	-	-	2.546	9.333
Impostos a recuperar		2	-	2.913	24
Partes relacionadas	19	-	-	200	260
Outros Ativos		-	-	345	2
Total do ativo circulante		99	-	349.942	94.622
Não Circulante					
Dividendo a receber		492	282	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	15.286	-
Impostos diferidos	8	-	-	23.291	432
Depósitos judiciais		-	-	140	-
Investimento	9	1.021.199	506.790	-	-
Imobilizado	10	-	-	34.779	11.568
Intangível	11	-	-	2.279.080	1.545.941
Direito de uso	12	-	-	12.400	15.993
Total do ativo não circulante		1.021.691	507.072	2.366.426	1.573.934
Total do Ativo		1.021.790	507.072	2.716.368	1.668.556

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora 31/12/21	Controladora 31/12/20	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20
Circulante					
Fornecedores	13	6	-	54.282	90.989
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	1.658	1.032.744
Debêntures	15	-	-	869	-
Credor pela concessão	16	-	-	13.190	382
Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	17	-	-	13.041	7.980
Impostos, taxas e contribuições	18	-	-	13.771	12.139
Adiantamento de clientes		-	-	2.019	33
Seguros e garantias		-	-	149	119
Passivo de arrendamento	20	-	-	7.361	6.543
Partes relacionadas	19	-	-	2.345	413
Provisão para manutenção	21	-	-	1.111	-
Outras contas a pagar		-	-	369	311
Total do passivo circulante		6	-	110.165	1.151.653
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	628.673	-
Debêntures	15	517.827	-	1.407.070	-
Passivo de arrendamento	20	-	-	5.456	9.802
Provisão para contingência	22	-	-	1.254	29
Provisão para manutenção	21	-	-	58.343	-
Dividendos	23.b	282	282	282	282
Total do passivo não circulante		518.109	282	2.101.078	10.113
Patrimônio Líquido					
Capital social integralizado	23.a	478.507	477.357	478.507	477.357
Reserva Legal	23.c	1.486	1.486	1.486	1.486
Reserva de Lucros	23.d	23.682	27.947	23.682	27.947
Total do patrimônio líquido		503.675	506.790	503.675	506.790
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.021.790	507.072	2.716.368	1.668.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Capital Social Subscrito	Capital Social A integralizar	Lucros acumulados	Reservas Legal	Reservas Lucros	Total
Saldos em 20/01/2020		-	-	-	-	-	-
Capital Social	23.a	1.400.000	(922.643)	-	-	-	477.357
Lucro do período		-	-	29.715	-	-	29.715
Reservas	23.c / 23.d	-	-	(29.433)	1.486	27.947	-
Dividendos obrigatório (R$0,006 por ação)	23.d	-	-	(282)	-	-	(282)
Saldo em 31/12/2020		1.400.000	(922.643)	-	1.486	27.947	506.790
Capital Social	23.a	-	1.150	-	-	-	1.150
Prejuízo do exercício		-	-	(4.265)	-	-	(4.265)
Reservas	23.c / 23.d	-	-	4.265	-	(4.265)	-
Saldo em 31/12/2021		1.400.000	(921.493)	-	1.486	23.682	503.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	Nota explicativa	Controladora 31/12/21	Controladora 31/12/20	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20
Receita Líquida	24	-	-	1.291.785	596.286
Custos dos Serviços Prestados	25	-	-	(1.145.823)	(476.061)
Lucro Bruto		-	-	145.962	120.225
Despesas Operacionais					
Despesas operacionais	25	(143)	-	(41.115)	(35.114)
Resultado de equivalência patrimonial	9	22.119	29.715	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas		-	-	554	127
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro		21.976	29.715	105.401	85.238
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	26	4	-	14.670	5.970
Despesas financeiras	26	(26.245)	-	(136.301)	(46.473)
		(26.241)	-	(121.631)	(40.503)
Resultado do Período antes do IRPJ e da CSLL		(4.265)	29.715	(16.230)	44.735
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	-	-	(10.894)	(15.452)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-	22.859	432
Resultado Do Exercício / Período		(4.265)	29.715	(4.265)	29.715
Lucro por ação - básico e diluído	27	(0,009)	0,06	(0,009)	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora 31/12/21	Controladora 31/12/20	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20
Resultado do Exercício / Período	(4.265)	29.715	(4.265)	29.715
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício / Período	(4.265)	29.715	(4.265)	29.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Nota explicativa	Controladora 31/12/21	Controladora 31/12/20	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Resultado do exercício/ período		(4.265)	29.715	(4.265)	29.715
Ajustes:					
Depreciação e amortização	25	-	-	95.873	32.564
Baixa do intangível	11	-	-	629	-
Juros sobre contratos de arrendamentos	26	-	-	878	616
Impostos diferidos	8.b	-	-	(22.859)	(432)
Provisão para contingência	22	-	-	1.225	29
Provisão para manutenção	21	-	-	59.454	-
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	26	-	-	73.814	38.111
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	26	26.245	-	48.147	-
Resultado equivalência patrimonial	9	(22.119)	(29.715)	-	-
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(21.977)	(24.083)
Estoques		-	-	(1.544)	(1.461)
Impostos a recuperar		(2)	-	(2.889)	(24)
Adiantamento a fornecedores		(14)	-	(1.041)	(918)
Despesas antecipadas		-	-	6.787	(9.333)
Outros ativos		-	-	(483)	(2)
Fornecedores		6	-	(81.644)	90.989
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		-	-	5.061	7.980
Credor pela concessão - Ônus de Fiscalização		-	-	12.808	382
Impostos, taxas e contribuições		-	-	11.735	12.139
Contas a pagar com partes relacionadas		-	-	1.992	153
Outras contas a pagar		-	-	2.075	425
IRPJ e CSLL pagos no período		-	-	(10.103)	-
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	20	-	-	(878)	(616)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de operacionais		(149)	-	172.795	176.234
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aquisição de Imobilizado	31	-	-	(25.459)	(12.844)
Aquisições de intangível	31	-	-	(728.040)	(1.573.796)
Investimento	9	(492.500)	(477.357)	-	-
Dividendo a receber	9	-	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	(23.556)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(492.500)	(477.357)	(777.055)	(1.586.640)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Empréstimos e Financiamentos	14	-	-	594.595	994.633
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	-	-	(1.077.088)	-
Captação de debêntures	15	491.582	-	1.320.252	-
Amortização de debêntures	15	-	-	(7.794)	-
Recursos provenientes de alienação de intangível	10	-	-	5.655	-
Pagamento de principal de contrato de arrendamento	20	-	-	(6.407)	(3.043)
Integralização de Capital	23.a	1.150	477.357	1.150	477.357
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		492.732	477.357	830.363	1.468.947
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		83	-	226.103	58.541
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-	-	58.541	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	3	83	-	284.644	58.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. ("Companhia"), constituída em 20 de janeiro de 2020, localizada na Rodovia Washington Luís, s/n, Km 216,800 - Pista Sul - Itirapina - SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A., que por sua vez tem como controladores indiretos o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GIC Group"). 1.1 Efeitos da pandemia da COVID-19: Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia. Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de despesas. A despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus e, desta forma, a administração da Companhia ainda não consegue precisar quando retornará aos níveis de normalidade nas operações. Entretanto, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia. Enquanto isso, a Companhia manterá os canais de comunicação com stakeholders e com o mercado em geral, mesmo que distante. a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo: A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19. O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia traçando ações para mitigar os impactos e avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os seus colaboradores, e familiares bem como para os usuários dos seus ativos. O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração. b) Plano de continuidade das operações e principais ações:: A Companhia iniciou as suas atividades no pico da pandemia e desde então tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando home office para os colaboradores onde esta modalidade for possível, proteção recomendada pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, comunicação regular e transparente com todos os colaboradores e veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos e mensagens nos canais digitais da Companhia. Continuamos mantendo o mercado em geral informados sobre os impactos do Coronavírus nos negócios, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais e estruturando conversas juntos ao Poder Concedente para reequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão. Revisando a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios, a Companhia faz avaliação do caixa com a necessidade de liquidez nos curto e médio prazos visando a equalização da dívida e a busca por maior eficiência e consequente redução de custos. Como a Companhia começou a operar durante a pandemia, o plano de negócios já levou em consideração os seus efeitos e mesmo assim o acompanhamento é realizado periodicamente. i) Medidas e ações de curto prazo que trazem alívio imediato para o caixa, dentre as quais: • Revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos: Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para o próximo com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios. ii) Pedido de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão.: • Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Até o presente momento a Companhia está discutindo com a ARTESP - Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia. 2.2. Bases de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. 2.3 Base de Consolidação: As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data e quem o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir. As demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial. a) Descrição dos principais procedimentos de consolidação:: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de sua controlada mencionada na nota explicativa nº 9. Os principais procedimentos de consolidação são os seguintes:
• Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
• Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados da investida. • Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação.
• Eliminação dos tributos sobre a parcela de lucro não realizado. • Ganhos não realizados, oriundos de transações com investida, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida. 2.4 Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. 2.5 Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento. A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve ajuste a valor presente das transações dos serviços prestados, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras. 2.6 Estoque: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. 2.7 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias. 2.7.1 Impostos correntes: O imposto corrente se baseia no lucro real do período, tendo a sua apuração anual. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. 2.7.2 Impostos diferidos: O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório. 2.8 Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros. ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. 2.9 Investimentos: O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial e os resultados da investida são reconhecidos como aumento ou redução do investimento em contrapartida no resultado como resultado da equivalência patrimonial. 2.10 Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada "impairment". O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada período, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.11 "Impairment" (perda por valor recuperável): A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor. Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no período findo em 31 de dezembro de 2021. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.12 Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras: Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Receita de contratos com clientes (a) Receita de Pedágio e Receitas Acessórias: É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de Construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção. Momento de reconhecimento dos ativos intan-

continua...

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.

CNPJ/ME nº 36.062.772/0001-03 - NIRE 35.300.547.829

Demonstrações Financeiras **2021**

gíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Custo de empréstimos: Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos. 2.13 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1): A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do período de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros. 2.14 Fornecedores e outras contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 2.16 Credor pela concessão: Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais. 2.17 Provisões: Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. 2.18 Provisão para manutenção: Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. 2.19 Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Derivativo embutido: Derivativo embutido é um componente de contrato híbrido que inclui também um componente principal não derivativo, com o efeito de que parte dos fluxos de caixa do instrumento combinado varia de forma similar ao derivativo individual. O valor da opção de conversão de Debêntures em ações deve ser incluído no componente do passivo e valorizado pelo valor justo quando estes se referem a quantidade de ações variáveis. A soma dos montantes atribuídos aos componentes do passivo avaliado a custo amortizado e valor justo no reconhecimento inicial é sempre igual ao valor justo que seria atribuído ao instrumento como um todo. Nenhum ganho ou perda deve decorrer do reconhecimento inicial dos componentes do instrumento separadamente. 2.20 Lucro básico e diluído por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. 2.21 Reconhecimento de receita: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. A receita é calculada de acordo com os valores estipulados pelo Poder Concedente, sendo o valor da Tarifa de Pedágio cobrado do usuário das rodovias de cada uma das praças de pedágio, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e as Receitas Acessórias de acordo com o serviço acessório que foi contratado. 2.22 Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. 2.23 Reapresentação: A Administração efetuou a reclassificação do montante de R$10.816 referente a sinalização e dispositivos de segurança do estoque para o ativo intangível, pois se trata-se de equipamentos que serão utilizados nas rodovias e fazem parte do ativo intangível da concessão. As demonstrações financeiras anteriormente apresentadas foram reapresentadas em conformidade com o CPC 23 / IAS 8 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e erro. A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras:

Balanço

Ativo	Consolidado 31/12/2020 (Original)	Ajuste	31/12/2020 (Reapresentado)
Estoque	12.277	(10.816)	1.461
Circulante	105.438	(10.816)	94.622
Intangível	1.535.125	10.816	1.545.941
Não circulante	1.563.118	10.816	1.573.934
Total	1.668.556	-	1.668.556

DFC	Consolidado 31/12/2020 (Original)	Ajuste	31/12/2020 (Reapresentado)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (*)	165.418	10.816	176.234
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.575.824)	(10.816)	(1.586.640)

(*) Em 31 de dezembro de 2020 o total do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentado foi de R$ 64.815, o qual compreendia o somatório das variações dos ativos e passivos operacionais, sendo este ora retificado para correção de erro de somatório e inclusão das variações dos ativos e passivos operacionais, lucro líquido do exercício e ajustes ao lucro no somatório e total do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, o qual totaliza o montante de R$ 165.418. 2.24 Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente. Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras. (i) Impacto da aplicação inicial da Alteração ao CPC 06 (R2) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19. No exercício anterior, a Companhia adotou a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações ao CPC 06 ((R1) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, ao introduzir um expediente prático para o CPC 06 (R2). Esse expediente prático estava disponível para concessões de aluguel para as quais qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afetava os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021. Em março de 2021, o CFC emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (Alterações ao CPC 06 (R1)) que estende o expediente prático para aplicação a esses pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022. O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2022 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2022); e c) Não há nenhuma mudança substantiva de outros termos e condições do contrato de arrendamento. No exercício social corrente, a Companhia aplicou as alterações ao CPC 06 (R2) a partir da sua data de vigência e não teve impactos relevantes. 2.25 CPCs novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis: Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou aos CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:

CPC 50 (IFRS 17)	Contratos de Seguros
CPC 36 (R3) (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (IAS 28 alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture,
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
CPC 15 (R1) (Alterações à IFRS 3)	Referência à Estrutura Conceitual
CPC 27 (Alterações à IAS 16)	Imobilizado-Recursos Antes do Uso Pretendido
CPC 5 (Alterações à IAS 37)	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de CPCs (IFRS) 2018-2020	CPC 37 (R1) (Alterações à IFRS 1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros e CPC 06 (IFRS 16) - Arrendamentos
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1 e IFRS - Declaração da Prática)	Divulgação de Políticas Contábeis
CPC 23 (Alterações à IAS 8)	Definição de Estimativas Contábeis
CPC 32 (Alterações à IAS 12)	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros

A DIRETORIA

CONTADOR: Daniel Rodrigo Lavorini - Controller - CRC 1SP241985/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da **INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase** - *Reapresentação dos valores correspondentes:* Chamamos atenção à nota explicativa n.º 2.23 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, cujo valores correspondentes, apresentados para fins de comparação, foram ajustados para correção de erro e estão sendo retificados como previsto na CPC 23 / IAS 8 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador - CRC nº 1 PR 045179/O-9

Deloitte.

ASSOCIAÇÃO BRASIL

CNPJ Nº 76.559.830/0001-15

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL

ORDINÁRIA

Ficam convidados os Srs. Associados da ASSOCIAÇÃO BRASIL, nos termos do Estatuto Social em vigor, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2022, com instalação às 09:00h em primeira convocação, ou às 09:30h em segunda convocação, no Clube de Campo de Curitiba, localizado na BR 116, km 25.600 - Tatuquara, Curitiba/PR, para apreciação das contas e balanços referentes aos exercícios de 2018, 2019, 2020 e 2021, à vista de pareceres exarados pelos respectivos Conselhos de Administração e pelo Conselhos Fiscal.

Curitiba, 22 de março de 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASIL
Osvaldo Luiz Patrão

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 46/2022

Objeto: Registro de preços para aquisição de medicamentos oncológicos. Data e hora limite para credenciamento no sitio da Caixa até: 18/04/2022 às 08h30 Data e hora limite para recebimento das propostas até: 18/04/2022 às 09h Início da disputa da etapa de lances: 18/04/2022 às 10h30 Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou www.licitacoes.caixa.gov.br. Paulínia, 30 de março de 2022.

Ednilson Cazellato
Prefeito Municipal

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE MARIA ELITA DA ANUNCIAÇÃO, REQUERIDO POR ADJANE ANUNCIAÇÃO SANTANA - PROCESSO Nº1004511-68.2021.8.26.0008. A MMª. Juíza de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dra. Marília Carvalho Ferreira de Castro, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 28/10/2021, foi decretada a INTERDIÇÃO de MARIA ELITA DA ANUNCIAÇÃO, CPF 69243409891, declarando-a incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza negocial e patrimonial de modo geral e nomeada como CURADORA, em caráter DEFINITIVO, a Sra. Adjane Anunciação Santana. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de fevereiro de 2022.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22/03/2022

1. Data, Hora e Local: No dia 22/03/2022, às 16:30h, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams. **2. Presentes:** Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Giem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Hélio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rodrigo Cesar Formighieri,Samuel Ferrari Lago e Rafael Moia Vargas. **3. Mesa:** A reunião teve como Presidente da Mesa o **Sr. Alexandre Silveira Dias** e como Secretário o **Sr. Anderson Henrique Prehs**. **4. Deliberações:** Aberta a reunião, o Conselho de Administração, de forma unânime: a) Autorizou a lavratura da ata em forma de sumário. b) **Alteração de condições do Programa de Recompra de Ações 2021/2023 ("Programa 2021"):** Em vista as condições originalmente aprovadas pelo Conselho para o Programa 2021, em reunião de 10/12/2021 e diante da necessidade de se alterar determinadas condições para possibilitar alternativas de aquisição de ações de emissão da Companhia no contexto do Programa 2021, foram reafirmados pelos membros do Conselho de Administração: (i) a compatibilidade financeira da Companhia para liquidação da aquisição de eventuais ações no Programa 2021, sem afetar obrigações já assumidas com credores, nem pagamento de dividendos obrigatórios, conforme artº 7º, §5º, da ICVM 567/2015; e (ii) a existência de recursos disponíveis, com base nas informações do último Formulário de Demonstrações Financeiras relativo ao período encerrado em 31/12/2021, não havendo fatos previsíveis capazes de ensejar alterações significativas no montante de tais recursos ao longo deste exercício social, nos termos do art. 7º, §5º, II, da ICVM 567/2015. Diante do referido cenário, nos termos do art. 14, (xiv) do Estatuto Social e da ICVM 567/2015, foi aprovada a alteração do Programa 2021, nos termos descritos no ***Anexo I*** desta ata de reunião. **5. Encerramento:** Lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Curitiba, 22/03/2022. Anderson Prehs - Secretário - JUCEPAR: Certifico o Registro em 24/03/2022 sob o nº 20221632620, protocolo 221632620 de 24/03/2022. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. A íntegra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (https://ri.positivotecnologia.com.br/); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE.

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA/DESERTA

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 447/2021.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE **INSUMOS E REAGENTES NOS SEGUIMENTOS COAGULAÇÃO, HEMATOLOGIA, GASOMETRIA, HORMÔNIOS, CONGÊNITOS E IMUNOHEMATOLOGIA** COM A DISPONIBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS ANALISADORES EM REGIME DE COMODATO, QUANDO NECESSÁRIO, INCLUINDO AS MANUTENÇÕES PREVENTIVA E CORRETIVA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA (24 HORAS/DIA) E ASSESSORIA CIENTÍFICA NOS LOCAIS DOS EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.

(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o(a) **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 447/2021 - SMS,** foi declarada **FRACASSADA PARA O ITEM 7 (CANCELADO NO JULGAMENTO),** bem como **DESERTA PARA O ITEM 8**. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br.

Fortaleza – CE, 30 de março de 2022.

ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

KPE Performance em Engenharia S.A.

CNPJ/ME nº 38.316.316/0001-60

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A KPE Performance em Engenharia S.A. submete a V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.602	6.001	7.267	6.001
Contas a receber de clientes	6	58.506	–	58.506	–
Estoques	7	11.149	–	11.149	–
Impostos a recuperar		552	–	552	–
Adiantamento a terceiros		8.601	12	8.601	12
Despesas antecipadas		4.212	–	4.212	–
Outros ativos		1.305	–	1.306	–
Total do ativo circulante		90.927	6.013	91.593	6.013
Ativo não circulante					
Aplicação financeira	5	40.000	–	40.000	–
Títulos a receber	19	10.110	–	10.110	–
Despesas antecipadas		825	–	825	–
Depósitos judiciais		942	–	942	–
Tributos diferidos	23	5.515	–	5.515	–
Partes relacionadas	8	3.823	50.000	3.157	50.000
Outros ativos		106	–	106	–
Imobilizado	9	25.192	–	25.192	–
Total do ativo não circulante		86.513	50.000	85.847	50.000
Total do ativo		177.440	56.013	177.440	56.013

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante					
Fornecedores	10	47.847	154	47.847	154
Salários, provisões e contribuições sociais		8.090	–	8.090	–
Tributos e contribuições a recolher	11	5.085	108	5.085	108
Empréstimos e financiamentos	12	6.169	–	6.169	–
Debêntures	13	3.045	–	3.045	–
Partes relacionadas	8	–	507	–	507
Valores faturados e recebidos antecipadamente	14	446	–	446	–
Arrendamentos por direito de uso	15	441	–	441	–
Retenções contratuais		652	–	652	–
Outros passivos		4.274	–	4.274	–
Total do passivo circulante		76.049	769	76.049	769
Passivo não circulante					
Valores faturados e recebidos antecipadamente	14	11.171	–	11.171	–
Adiantamento de terceiros	16	10.400	–	10.400	–
Arrendamentos por direito de uso	15	707	–	707	–
Conta corrente com consórcios	17	18.076	–	18.076	–
Tributos e contribuições a recolher	11	1.660	–	1.660	–
Provisão para riscos processuais	18	177	–	177	–
Outros passivos		1.059	–	1.059	–
Total do passivo não circulante		43.250	–	43.250	–
Patrimônio líquido					
Capital social		70.131	56.521	70.131	56.521
Prejuízos acumulados		(11.990)	(1.277)	(11.990)	(1.277)
Total do patrimônio líquido	19	58.141	55.244	58.141	55.244
Total do passivo e do patrimônio líquido		177.440	56.013	177.440	56.013

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 18 de agosto a 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social		Prejuízos	
	Subscrito	A integralizar	acumulados	Total
Integralização de capital em 18/08/2020	1			1
Aumento de capital	58.500	(58.500)	–	–
Integralização de capital	–	56.520	–	56.520
Prejuízo do exercício	–	–	(1.277)	(1.277)
Saldo em 31/12/2020	58.501	(1.980)	(1.277)	55.244
Integralização de capital	11.630	1.980	–	13.610
Prejuízo do exercício	–	–	(10.713)	(10.713)
Saldo em 31/12/2021	70.131	–	(11.990)	58.141

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A KPE Performance em Engenharia S.A. ("Companhia" ou "KPE"), constituída em 18 de agosto de 2020, é uma Companhia domiciliada no Brasil com sede localizada na Rua Pais Leme, número 524 conjunto 123, 12º andar - Pinheiros/SP. A Companhia tem por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e pesada, inclusive gerenciamento e execução de projetos e obras, importação e exportação em geral, compra e venda de materiais, máquinas e equipamentos, compra e venda de imóveis próprios, locação de bens móveis, aproveitamento e exploração de jazidas minerais, serviços de dragagem e transporte, navegação marítima, fluvial e lacustre, manutenção e montagem industrial, instalações e montagens elétricas, eletrônicas, eletromecânicas e mecânicas, sempre que do interesse social, podendo inclusive, constituir e participar em consórcio de empresas e participar como sócia ou acionista de outras Companhias no Brasil e Exterior. Em 02 de dezembro de 2020, as controladoras OAS S.A. - Em Recuperação Judicial ("Metha - Em Recuperação Judicial" ou "Metha", atual denominação da OAS S.A. - Em Recuperação Judicial) e a Construtora COESA S.A. - Em Recuperação Judicial ("Construtora COESA", atual denominação da Construtora OAS S.A. - Em Recuperação Judicial) aportaram na Companhia o montante de R$ 50.000 em créditos com partes relacionadas, acervo técnico, projetos executivos e certificações, baseados em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada e datado de 31 de outubro de 2020. Na mesma data foram admitidos novos acionistas na Companhia. Em 25 de março de 2021, foram aportados R$ 1.500 e novos acervos técnicos, projetos executivos e certificações, baseados em laudos de avaliação, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19. Desta forma, a Companhia já possui atestados que comprovam sua capacidade técnica e operacional para a execução das mais complexas obras e projetos necessários na construção civil pesada para a execução de obras como rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, mobilidade urbana, metrôs, saneamento, gasodutos, energia (hidrelétricas, barragens etc.) petróleo e gás, indústrias petroquímicas, mineração, papel e celulose e edificações, com a possibilidade de transformar e desenvolver as regiões por onde atua. Em 08 de março de 2021, a Companhia firmou o primeiro contrato de prestação de serviço de engenharia, no montante de R$ 2.470, para execução de serviço de macrodrenagem e implantação de redes de esgotamento sanitária. A obra foi concluída em junho de 2021. Em 26 de março de 2021, a Companhia constituiu um consórcio com a COESA Engenharia Ltda. ("COESA"), sendo líder na participação, com o objetivo de desenvolver em conjunto obras de engenharia relacionadas ao contrato de construção no montante de R$ 511.739 e prazo de construção de 30 meses. O contrato prevê a execução de obras civis e implantação de acabamento, paisagismo, comunicação visual, instalações hidráulicas e demais melhorias relacionadas ao empreendimento de linha de Metrô. A cessão do contrato para o consórcio ocorreu em 30 de julho de 2021. Em 16 de abril de 2021, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19, a Metha adquiriu a participação da Construtora COESA, da COESA e da COESA Construção e Montagens S.A. ("COESA Construção", atual denominação da OAS Engenharia e Construção S.A.) na KPE a valor de mercado. Em 01 de maio de 2021, a COESA Construção cedeu a Companhia os direitos e obrigações previstos no contrato de prestação de serviço de engenharia firmado em 13 de janeiro de 2021 no montante de R$ 28.258, para construção de um armazém, incluindo obras civis e instalações prediais. A obra foi concluída no terceiro trimestre de 2021. Em 5 de maio de 2021, foi constituída a Desbrava Equipamentos Ltda. ("Desbrava"), controlada integral da Companhia, com o objetivo de locação de bens móveis, equipamentos e aluguel de outras máquinas voltadas para construção civil pesada. Em maio de 2021, a controladora Metha S.A., com o objetivo de adequar seu planejamento estratégico, restringiu sua participação em determinados negócios relacionados a área de engenharia e em determinados ativos de infraestrutura. O processo de reestruturação societária incluiu a transferência das ações de determinadas controladas para um Fundo de Investimentos que assumiu os direitos e obrigações dessas empresas. Essa reestruturação não alterou o controle ou as operações da Companhia. Em 17 de junho de 2021, a Companhia firmou contrato de prestação de serviço de engenharia, no montante de R$ 1.180, em complemento ao contrato firmado em 8 de março de 2021, para execução de serviço de microdrenagem pluvial e implantação de coletor de esgotamento sanitário. A obra foi concluída em setembro de 2021. Em 16 de julho de 2021, a COESA Construção, com a anuência do cliente, cedeu a Companhia sua participação de 51% no consórcio responsável pela execução de obras de engenharia em sistema de transposição de águas cujo valor de contrato proporcional à Companhia é de R$ 186.727 e prazo de execução de 27 meses. Em 15 e 25 de setembro de 2021, a COESA Construção cedeu a Companhia sua participação de 50% em dois consórcios responsáveis pela execução de obras de engenharia para implantação de barragens no estado de São Paulo, cujo valor de contrato proporcional à Companhia é de R$ 180.081 e R$ 138.951 e previsão de término no primeiro semestre de 2023. A anuência do cliente para referida cessão ocorreu em 8 de outubro de 2021. Em 08 de outubro de 2021, a COESA Construção, com a anuência do cliente, cedeu a Companhia sua participação de 93% no consórcio responsável pela execução de obras de engenharia e infraestrutura em área urbana cujo valor de contrato proporcional à Companhia é de R$ 46.577 e previsão de término até o primeiro trimestre de 2022. Em 30 de dezembro de 2021, conforme Nota Explicativa nº 19 e deliberado na AGE, os acionistas integralizaram o montante de R$ 10.130. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de contratos projetado para os próximos três anos, considerando o percentual de participação da Companhia, é de R$ 904.550. Coronavírus (COVID-19): A Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da COVID-19 nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro onde atua. Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, até a presente data, não houve quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como as operações da Companhia. A administração da Companhia, tomou as seguintes atitudes quanto aos impactos advindos da pandemia da COVID-19: orientações aos colaboradores sobre ações de prevenção e exposição aos riscos, adoção de regime de trabalho remoto em atividades administrativas, suspensão de viagens corporativas e de reuniões presenciais, intensificação dos protocolos de limpeza dos escritórios e canteiros de obras, utilização de EPI's, além de atender rigorosamente a todas as medidas de acordo com as Autoridades Governamentais e Ministério da Saúde. A administração da Companhia continua monitorando a situação e entende que não há necessidade de reconhecimento de quaisquer perdas em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **2. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela administração da Companhia em 09 de março de 2022. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de Reais, sendo sua moeda funcional o real (R$), com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos, que estão mensurados pelo valor justo. A preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. **2.3. Base de consolidação:** (i) As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e da entidade controlada pela Companhia (sua controlada) elaboradas até 31 de dezembro de 2021. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida; • Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. Nas demonstrações contábeis individuais, as participações em controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações contábeis cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.5. Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados conforme abaixo: 1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. 2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim do recebimento dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contenham pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. 3. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio outros resultados abrangentes. No reconhecimento inicial a Companhia irá avaliar individualmente cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da administração. Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando: 1. A instituição não tiver expectativa razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele. 2. A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. Passivos financeiros: Um passivo financeiro é reconhecido quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo. Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. **2.6. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. **2.7. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no período em que o ativo for baixado. **2.8. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.9. Tributação:** Imposto de renda corrente: A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Companhia adotou o regime de tributação pelo lucro real, com alíquotas de 25% e 9%, para Imposto de Renda e

Demonstração do resultado - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 18 de agosto a 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado
	Notas	Acumulado do atual exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Acumulado do exercício anterior 18/08/2020 à 31/12/2020	Acumulado do atual exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
Receita líquida	20	88.273	–	88.273
Custos dos serviços prestados	21	(85.899)	–	(85.899)
Resultado operacional		2.374	–	2.374
Despesas gerais e administrativas	21	(18.441)	(1.276)	(18.442)
Despesas gerais e administrativas		(15.124)	(1.276)	(15.125)
Remuneração do pessoal-chave da administração		(1.910)	–	(1.910)
Depreciações e amortizações		(1.407)	–	(1.407)
Participações de empregados				
Outras receitas (despesas) - líquidas		1.069	–	1.069
Despesas operacionais		(17.372)	(1.276)	(17.373)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(14.998)	(1.276)	(14.999)
Provisão para perda em investimentos		(2)	–	–
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(15.000)	(1.276)	(14.999)
Receitas financeiras		124	–	124
Despesas financeiras		(1.352)	(1)	(1.353)
Resultado financeiro, líquido	22	(1.228)	(1)	(1.229)
Prejuízo antes dos impostos		(16.228)	(1.277)	(16.228)
IR e contribuição social	23			
Diferidos		5.515	–	5.515
Prejuízo do exercício		(10.713)	(1.277)	(10.713)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 18 de agosto a 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado
	Acumulado do atual exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Acumulado do exercício anterior 18/08/2020 à 31/12/2020	Acumulado do atual exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
Prejuízo do exercício	(10.713)	(1.277)	(10.713)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:			
Total do resultado abrangente do exercício	(10.713)	(1.277)	(10.713)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 18 de agosto a 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado
	Notas	Acumulado do atual exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Acumulado do exercício anterior 18/08/2020 à 31/12/2020	Acumulado do atual exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício		(10.713)	(1.277)	(10.713)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Provisão para perda em investimentos		(2)	–	–
Variação monetária e encargos		326	–	326
Ajuste a valor presente		123	–	123
Depreciações e amortizações	9/21	1.433	–	1.433
Tributos diferidos	23	(5.515)	–	(5.515)
Provisão para riscos processuais	18	177	–	177
Provisão de custos de projetos		178	–	178
Redução nos ativos operacionais			–	–
Contas a receber		(62.178)	–	(62.178)
Estoques		(11.149)	–	(11.149)
Impostos a recuperar		(552)	–	(552)
Depósitos e valores vinculados		(1.045)	–	(1.045)
Despesas antecipadas		(5.037)	–	(5.037)
Adiantamento a terceiros		(8.588)	(12)	(8.588)
Títulos a receber		(1.307)	–	(1.307)
Aumento nos passivos operacionais			–	
Fornecedores		47.693	154	47.693
Conta corrente com consórcios		18.076	–	18.076
Salários, provisões e contribuições sociais		8.090	–	8.090
Tributos e contribuições a recolher		6.636	108	6.636
Adiantamentos de clientes		10.846	–	10.846
Valores faturados e recebidos antecipadamente		11.171	–	11.171
Outros passivos		4.834	–	4.831
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		3.497	(1.027)	3.496
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	9	(22.086)	–	(22.086)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(22.086)	–	(22.086)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos tomados de terceiros	12	6.000	507	6.000
Debêntures	13	3.000	–	3.000
Pagamento de debêntures	13	(113)	–	(113)
Recursos recebidos de partes relacionadas	8	50.000	–	50.000
Recursos enviados a partes relacionadas		(43.197)	–	(42.531)
Integralização de capital	19	3.500	6.521	3.500
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		19.190	7.028	19.856
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		601	6.001	1.266
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	4	6.001		6.001
No final do exercício	4	6.602	6.001	7.267
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		601	6.001	1.266

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações do valor adicionado - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 18 de agosto a 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado
	Notas	Acumulado do atual exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Acumulado do exercício anterior 18/08/2020 à 31/12/2020	Acumulado do atual exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
Receitas				
Receita de prestação de serviços	20	94.445	–	94.445
Outros		66	–	66
Total		94.511	–	94.511
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados		(59.042)	–	(59.042)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(10.275)	(1.254)	(10.276)
Total		(69.317)	(1.254)	(69.318)
Valor adicionado bruto		25.194	(1.254)	25.193
Depreciações e amortizações	21	(1.433)	–	(1.433)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		23.761	(1.254)	23.760
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	22	124	–	124
Provisão para perda em investimentos		(2)	–	–
Valor Adicionado Total a Distribuir		23.883	(1.254)	23.884
Distribuição do Valor Adicionado		(23.883)	1.254	(23.884)
Pessoal:				
Remuneração		(22.296)	(20)	(22.296)
Benefícios		(2.563)	–	(2.563)
FGTS		(1.049)	–	(1.049)
Impostos, taxas e contribuições		(9.826)	(2)	(9.826)
Tributos diferidos	23	5.515	–	5.515
Remuneração de capitais de terceiros:				
Despesas financeiras	22	(1.352)	(1)	(1.353)
Aluguéis		(3.025)	–	(3.025)
Prejuízo do exercício		10.713	1.277	10.713

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

continua →☆

continuação **Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 da KPE Performance em Engenharia S.A.** (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Contribuição social, respectivamente. Imposto de renda diferido: O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **2.10. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **2.11. Provisões:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.12. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes:** A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia adota o prazo de 12 meses como ciclo operacional. **2.13. Reconhecimento da receita: Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **2.14. Participação nos resultados:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa referentes à provisão de participação nos resultados do período. A administração utiliza como base de cálculo dessa provisão o resultado associado a uma métrica de atingimento de metas e objetivos específicos, os quais são estabelecidos e aprovados no início de cada período. **2.15. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). **2.16. Novas normas, alterações e interpretações já adotadas no exercício corrente:** Apesar de o IASB encorajar a adoção antecipada de novas normas emitidas, tal prática não é permitida no Brasil pelo CPC, portanto a Companhia as aplicará apenas na data de sua adoção inicial. Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS: O CPC 00 - Estrutura conceitual teve sua 3ª revisão vigente a partir de 1º de janeiro de 2020. A revisão da Estrutura Conceitual ("Conceptual Framework") traz as seguintes novidades: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Outras normas alteradas e interpretações: As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia: • Definição de um negócio (alterações ao CPC 15 - IFRS 3); • Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 - IAS 1 e CPC 23 - IAS 8). A administração da Companhia não estima efeito relevante quando da adoção inicial da referida norma. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A KPE pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; • Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. **3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas: 3.1. Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas do CPC, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, provisões, custo orçado dos empreendimentos e contratos de construção, garantias e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	6.602	6.001	7.267	6.001
	6.602	6.001	7.267	6.001

5. Aplicações financeiras:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
	40.000	–
Aplicação financeira em debêntures	40.000	–

Em 28 de dezembro de 2021, a Companhia adquiriu debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, no valor de R$ 40.000. As debêntures foram objeto de colocação privada e o vencimento se dará em 2026, com pagamento semestral da remuneração a partir de dezembro de 2022 e encargos 4% a.a. + IPCA. A forma de subscrição foi mediante a conversão de valores anteriormente disponibilizados e contabilizados como conta corrente entre as partes, conforme Nota Explicativa nº 8.

6. Contas a receber de clientes:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Privado	3.257	–
Público	55.249	–
	58.506	–

Os valores a receber são decorrentes dos contratos de construção.

7. Estoques:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Materiais para aplicação	5.718	–
Materiais em trânsito	5.001	–
Outros	430	–
	11.149	–

8. Partes relacionadas: Abaixo estão demonstradas as operações de partes relacionadas entre a Companhia e as demais empresas do grupo:

	Controladora		Consolidado	
Ativo não circulante	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Metha S.A.	3.157	–	3.157	–
COESA Construção e Montagens S.A. (a)	–	50.000	–	50.000
Desbrava Equipamentos Ltda.	666	–	–	–
Total	3.823	50.000	3.157	50.000
Passivo circulante				
Metha S.A.	–	507	–	507
	–	507	–	507

Refere-se a saldo de conta corrente entre as partes sem incidência de encargos financeiros. A movimentação ocorrida no exercício de 2021 é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial, líquido	49.493	49.493
(–) Recebimentos (a)	(50.000)	(50.000)
(+) Envio de recursos	43.197	42.531
(+) Adições sem efeito caixa	1.133	1.133
(–) Aquisição de debêntures (b)	(40.000)	(40.000)
Saldo final	3.823	3.157

(a) Em 2020, os créditos de conta corrente no montante de R$ 50.000 foram aportados pela Metha e pela Construtora COESA, conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada, e utilizados para integralização de capital, conforme Notas Explicativas nº 1 e 19. Em março de 2021 os créditos foram liquidados em moeda corrente. (b) Refere-se a aquisição de debêntures emitidas pela Metha S.A., conforme Nota Explicativa nº 5. Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração anual do pessoal-chave da administração é fixada através de Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração proceder a sua distribuição entre os seus membros e os membros da Diretoria. Em 2021, foi aprovada a remuneração global no montante de R$ 5.574 até 30 de abril de 2022. Não houve pagamento de remuneração em 2020.

9. Imobilizado:

Controladora e Consolidado

	Máquinas e equipamentos (i)	Veículos (i)	Equipamentos de informática	Móveis e Utensílios	Adiantamento (i)	Direito de uso (IFRS 16) (ii)	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Instalações	Total
Saldos em 31/12/2020									
Adições	23.882	477	90	96	176	1.077	731	204	26.733
Depreciações e amortizações	(1.296)	(50)	(18)	(10)		(103)	(56)	(8)	(1.541)
Saldos em 31/12/2021	22.586	427	72	86	176	974	675	196	25.192
Taxa média anual de depreciação e amortização	10%	20%	20%	10%	–	20%	20%	20%	–
Saldos em 31/12/2021									
Custo	23.882	477	90	96	176	1.077	731	204	26.733
Depreciação acumulada	(1.296)	(50)	(18)	(10)		(103)	(56)	(8)	(1.541)
	22.586	427	72	86	176	974	675	196	25.192

A seguir estão apresentadas as movimentações no exercício:	2021
Saldo inicial	–
(+) Adições (efeito caixa)	22.086
(+) Adições (sem efeito caixa)	4.647
(–) Saldo inicial de depreciação de obras cedidas	(108)
(–) Depreciação do exercício	(1.330)
(–) Amortização IFRS 16	(103)
Saldo final	25.192

(i) Em 2021, a Companhia adquiriu máquinas, equipamentos e veículos no montante de R$ 23.800 que serão utilizados na execução de obras e projetos. As transações foram praticadas em condições normais de mercado utilizando como referência laudo de avaliação emitido por empresa especializada. (ii) Saldos relacionados às operações de arrendamento decorrentes de locação de imóveis para suas unidades administrativas, cujos pagamentos são mensais e prazo de 60 meses.

10. Fornecedores:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Insumos e serviços	47.847	154
	47.847	154

O saldo apresentado como fornecedores refere-se às obrigações decorrentes da compra de insumos, serviços das obras e gastos corporativos de consultoria, assessoria jurídica e financeira.

11. Tributos e contribuições a recolher:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
INSS	1.781	21
ISS	1.497	5
COFINS	2.230	–
PIS/COFINS/CSLL	132	–
IRRF	622	82
PIS	483	–
	6.745	108
Circulante	5.085	108
Não circulante	1.660	–
Total	6.745	108

12. Empréstimos e financiamentos:

				Controladora e Consolidado	
Modalidade	Encargos financeiros	Garantias	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Capital de giro	1,6% a.m.	Recebíveis	03/01/2022	6.169	–
				6.169	–

Refere-se a operação de capital de giro (CCB) junto ao Banco BS2 S.A. Tal operação foi liquidada no vencimento. A movimentação no exercício é a seguinte:

	2021
Saldo inicial	–
(+) Adição	6.000
(+) Custos de captação	146
(+) Provisão de encargos financeiros	23
Saldo final	6.169

13. Debêntures:

			Controladora e Consolidado	
Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures simples	1% a.m. + IPCA	07/04/2022	3.045	–
			3.045	–

Em 07 de outubro de 2021, foi aprovada a 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R$ 3.000. As debêntures foram objeto de colocação privada com pagamento mensal da remuneração a partir de dezembro de 2021. A movimentação no exercício é a seguinte:

	2021
Saldo inicial	–
(+) Adição	3.000
(+) Provisão de encargos financeiros	158
(–) Pagamento de juros	(113)
Saldo final	3.045

14. Valores faturados e recebidos antecipadamente:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de clientes (i)	446	–
Receita diferida (ii)	11.171	–
	11.617	–
Circulante	446	–
Não circulante	11.171	–

(i) Os valores recebidos pelos clientes de forma antecipada e que serão abatidos do faturamento das obras. (ii) A receita diferida refere-se ao faturamento antecipado de contratos de construção em curso, sendo liquidado mediante o progresso dos projetos, mensurado na proporção dos custos incorridos em relação aos custos orçados. **15. Arrendamento por direito de uso:** Refere-se aos compromissos assumidos em contratos de locação para as instalações administrativas da Companhia. A título de garantia contratual foram pagos antecipadamente o valor equivalente a três meses de aluguéis.

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	
(+) Adições	1.077
(+) Ajuste a valor presente (i)	123
(–) Pagamentos	(52)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.148
Circulante	441
Não circulante	707

(i) O ajuste a valor presente relacionado aos contratos de arrendamento por direito de uso é calculado individualmente por contrato e aplicado durante sua vigência, considerando o prazo de vencimento. Os aluguéis variáveis, de contratos de curto prazo ou de baixo valor são registrados no resultado do exercício. **16. Adiantamento de terceiros:** Refere-se a adiantamento recebido que pode ser utilizado na compra de equipamentos da Companhia.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de terceiros	10.400	–
	10.400	–

17. Conta corrente com consórcios: Refere-se aos compromissos com assumidos pela Companhia com os consórcios nos quais possui participação.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Consórcio Serra das Araras Rio	4.685	
Consórcio Monotrilho Ouro	12.231	–
Consórcios BP e BDP	1.012	–
Consórcio Trincheira	148	–
	18.076	–

18. Provisão para riscos processuais: A Companhia possui contingências de natureza cível e trabalhista e com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão no montante de R$ 177, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Processos trabalhistas	162	–
Processos cíveis	15	–
	177	–

Demandas judiciais com possibilidade de perda possível: A Companhia tem conhecimento de outros processos de natureza cível e trabalhista e com base na avaliação de seus assessores jurídicos estima uma possibilidade de perda como possível no montante de R$ 3.021. Adicionalmente, por sucessão, não está descartada a possibilidade da Companhia vir a responder subsidiariamente por eventuais contingências trabalhistas e tributárias de suas controladoras. Na esfera tributária, com base na opinião de seus assessores jurídicos, existem sólidos argumentos de defesa que mitigam a materialização do risco para a Companhia. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação. Se vierem a se consumar, poderão impactar a situação financeira e os resultados da Companhia. **19. Patrimônio líquido:** Capital social: Em 18 de agosto de 2020, foi constituída a Companhia com capital social subscrito e integralizado no valor de R$ 1 dividido em 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizado pela única acionista Metha S.A.. Em 02 de dezembro de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") aprovou o aumento de capital social da Companhia em R$ 58.500 passando para R$ 58.501, mediante a emissão de 58.500.000 (cinquenta e oito milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas àquelas já existentes, ao preço de emissão de R$ 1,00 (hum real) por ação, as quais foram subscritas pelos novos acionistas. Em 25 de março de 2021, a AGE aprovou o aumento de capital social da Companhia em R$ 1.500 passando para R$ 60.001, mediante a emissão de 1.500.000 (hum milhão e quinhentas mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas àquelas já existentes, ao preço de emissão de R$ 1,00 (hum real) por ação, as quais foram subscritas pelos acionistas. Em 16 de abril de 2021, a Metha adquiriu a participação da Construtora COESA, da COESA e da COESA Construção na KPE a valor de mercado. Em decorrência da referida transação a Metha passou a deter 51.501.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 85,84 % do capital social da Companhia. Em 06 de julho de 2021, conforme deliberado na AGE de 2 de dezembro de 2020, os acionistas integralizaram o montante de R$ 1.980. Em 30 de dezembro de 2021, a AGE aprovou o aumento de capital social da Companhia em R$ 10.130, sendo R$ 20 mil através da conversão do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital e R$ 10.110 em créditos detidos pelas Alpha 3 Participações S.A. e G.O. Participações S.A., passando para R$ 70.131, mediante a emissão de 10.130.000 (dez milhões cento e trinta mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas àquelas já existentes, ao preço de emissão de R$ 1,00 (hum real) por ação, as quais foram subscritas pelos acionistas. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito é detido pelas seguintes acionistas:

Acionistas	Quantidade de ações	Participação no capital
METHAS.A.	51.501.000	73,44%
Alpha 3 Participações S.A.	9.315.000	13,28%
G.O. Participações S.A.	9.315.000	13,28%
Total	70.131.000	100,00%

Destinação dos lucros: O estatuto social da Companhia prevê a seguinte destinação dos lucros apurados no final de cada período, após deduzidos os prejuízo acumulados, se houver, e provisão sobre os tributos sobre a renda e as participações no resultado: (a) 5% para a reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) formação de reservas para contingências, caso haja necessidade; (c) constituição de reservas de lucros a realizar, se for o caso, na forma prevista pela legislação; (d) pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo, 25% sobre o lucro líquido do período, ajustado na forma da lei de acordo com as deduções previstas "a", "b", "c" anteriores; e (e) a Assembleia Geral resolverá sobre o destino do saldo remanescente do lucro líquido do período. A Companhia não auferiu lucro em 2020 e 2021.

20. Receita líquida:

	Controladora e Consolidado	
Receita bruta:	01/01/2021 à 31/12/2021	18/08/2020 à 31/12/2020
Receita de construção	92.680	–
Receita de locação	1.765	–
	94.445	–
Impostos incidentes sobre a receita	(6.172)	–
	88.273	–

21. Custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2021 à 31/12/2021	18/08/2020 à 31/12/2020	01/01/2021 à 31/12/2021	18/08/2020 à 31/12/2020
Serviços de terceiros (a)	(45.135)	(1.254)	(45.135)	(1.254)
Despesas com pessoal	(28.318)	(20)	(28.318)	(20)
Materiais de consumo e aplicação	(17.023)	–	(17.023)	–
Despesas gerais	(6.334)	–	(6.335)	–
Aluguéis	(3.025)	–	(3.025)	–
Remuneração do pessoal-chave da administração	(1.910)	–	(1.910)	–
Depreciação e amortização	(1.433)	–	(1.433)	–
Viagens e representações	(461)	–	(461)	–
Utilidades e serviços	(378)	–	(378)	–
Provisão para riscos processuais	(177)	–	(177)	–
Custo de mercadorias vendidas	(146)	–	(146)	–
Outros	1.069	(2)	1.069	(2)
	(103.271)	(1.276)	(103.272)	(1.276)
Custos dos serviços prestados	(85.899)	–	(85.899)	–
Despesas gerais e administrativas	(18.441)	(1.276)	(18.442)	(1.276)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.069	–	1.069	–
	(103.271)	(1.276)	(103.272)	(1.276)

(a) Refere-se basicamente a serviços contratados nas obras, consultoria, assessoria jurídica e financeira e auditoria.

22. Resultado financeiro, líquido:

	Controladora e Consolidado		Consolidado
Receitas financeiras	01/01/2021 à 31/12/2021	18/08/2020 à 31/12/2020	01/01/2021 à 31/12/2021
Descontos obtidos	77	–	77
Rendimentos sobre aplicações financeiras	47	–	47
	124	–	124
Despesas financeiras			
Juros pagos ou provisionados:			
Sobre operações financeiras	(180)	–	(180)
Sobre fornecedores	(326)	–	(326)
Ajuste a valor presente	(123)	–	(123)
Descontos concedidos	(346)	–	(346)
IOF	(57)	–	(57)
Outras despesas financeiras	(320)	(1)	(321)
	(1.352)	(1)	(1.353)
	(1.228)	(1)	(1.229)

23. Imposto de renda: Os valores de impostos de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Controladora e Consolidado	
	01/01/2021 à 31/12/2021	18/08/2020 à 31/12/2020
Resultado contábil antes do IR e CS	(16.228)	(1.277)
Alíquota combinada do IR e CS	34%	34%
IR e CS às alíquotas da legislação	5.518	434
Ajustes no prejuízo que afetam o resultado do exercício:		
Adições permanentes		
Despesas não dedutíveis	(3)	–
IR e CS no resultado	5.515	434
IR e CS diferidos	5.515	–
IR e CS no resultado	5.515	–

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela administração quanto à geração de lucros tributáveis futuros que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis. **24. Gestão de riscos financeiros:** No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como taxas de juros. Esses riscos são monitorados pela administração utilizando-se de instrumentos de gestão e políticas internas. A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021. Gestão de risco de capital: A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. A administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, o Comitê considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. Principais políticas contábeis: Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Gerenciamento do risco financeiro: Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma continua

continuação **Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 da KPE Performance em Engenharia S.A.** (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Gerenciamento do risco de liquidez: A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Risco de taxa de juros: Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. Os impactos relacionados no resultado com a variação das taxas de juros foram considerados imateriais para mensuração. Gestão do capital social: O objetivo da gestão do capital social da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajuste e adequação às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos quotistas, captação de novos empréstimos, emitir debêntures, entre outros. **25. Seguros:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía diversas coberturas de seguro cobrindo diversos riscos, dentre eles riscos de property (incêndio), riscos de engenharia e responsabilidade civil e trabalhistas. O seguro contra riscos de engenharia visa cobrir danos materiais à própria obra e o seguro de responsabilidade civil visa cobrir danos que o processo de execução das obras ocasione involuntariamente a terceiros. **26. Transações não envolvendo caixa:** Durante o exercício de 2021, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa:

		Controladora e Consolidado	
	Notas	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Acumulado do Exercício anterior 18/08/2020 à 31/12/2020
Aquisição de debêntures com créditos de partes relacionadas	5	(40.000)	–
Integralização de capital com títulos a receber	19	10.110	–
Aquisição de imobilizado (crédito de partes relacionadas e direito de uso)	9	4.647	–
Transferência de adiantamento de cliente com créditos de partes relacionadas		(3.672)	–

27. Eventos subsequentes: Não foram identificados eventos subsequentes até a data de emissão das demonstrações contábeis.

A Administração

Contadora: Juliana Gomes Wanderley Gouveia - CRC-BA 028755/O-9

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **KPE Performance em Engenharia S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **KPE Performance em Engenharia S.A. ("Companhia" ou "KPE")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **KPE Performance em Engenharia S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião. **Ênfases: Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui transações com a sua controladora direta Metha S.A. - Em Recuperação Judicial (anteriormente denominada "OAS S.A. - Em Recuperação Judicial"), efetuadas de acordo com as condições estabelecidas entre elas. Consequentemente, os resultados das operações da KPE poderiam ser diferentes daqueles apresentados caso as condições normais de mercado fossem consideradas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Riscos de sucessão:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia apresenta riscos futuros de sucessão. A KPE poderá responder subsidiariamente por eventuais contingências trabalhistas e tributárias de suas controladoras. Até o presente momento, a Companhia já foi mencionada, no polo passivo, em processos judiciais envolvendo as suas controladoras que montam a R$ 13.285, com prognóstico de perda classificado como remoto pelos assessores jurídicos da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstração individual e consolidada do Valor Adicionado:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas incluem demonstração individual e consolidada do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de norma internacional IAS 34. A demonstração individual e consolidada do valor adicionado foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa opinião, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, de maneira consistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de março de 2022

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1
Manuel Perez Martinez Júnior
Contador - CRC BA 025458/O-0 - S - SP

Casa da Cultura Francesa – Aliança Francesa

CNPJ 61.340.865/0001-91

Edital de convocação – Assembleia Geral Ordinária

São convocados os Senhores Membros a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** que será realizada no dia 19 de abril de 2022, terça-feira, às 17h30 em primeira convocação, na rua General Jardim 182, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia :

1- Aprovação do Relatório de atividades e da Prestação de Contas auditadas do exercício de 2021, apresentados pela Diretoria, com pareceres do Conselho Deliberativo

2- Apreciação do Orçamento e Ações 2022

3- Assuntos gerais

No caso de não haver presença de um quarto dos membros, a Assembleia será instalada com qualquer número, às 18h00, em conformidade com o artigo 17 dos estatutos.

São Paulo, 01 de abril de 2022

Presidente do Conselho Deliberativo – Renato Janine Ribeiro

SOCIEDADE BENEFICENTE ALEMÃ

CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Prezado(a) Associado(a),

Tem a presente, a finalidade de convocá-los para a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária da **SOCIEDADE BENEFICENTE ALEMÃ**, a realizar-se no dia 19 de abril de 2022, terça-feira, de forma virtual, através da plataforma ZOOM utilizando o link https://us06web.zoom.us/j/87289277074?pwd=Q2EvWEtHbVEyZVhDN2syV3dieE11UT09 às 18:30 horas em primeira convocação e às 19:00 horas em segunda convocação, considerando a autorização expressa da Lei nº 14.309/2022, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Ordem do Dia Assembleia Geral Extraordinária

1. Abertura e verificação do quórum;
2. Alteração Estatutária.

Ordem do Dia Assembleia Geral Ordinária

1. Leitura da Ata da AGO de 29 de abril de 2021;
2. Relatório Anual de Diretoria;
3. Balanço/2021;
4. Relatório do Conselho Fiscal;
5. Aprovação do Balanço/2021 e dos relatórios;
6. Eleição da nova Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo para o Biênio 2022/2024;
7. Valor da anuidade pessoa física e pessoa jurídica para 2022
8. Diversos

Considerando a autorização expressa da Lei nº 14.309/2022 para a realização de reuniões e deliberações virtuais pelas organizações da sociedade civil, a SOCIEDADE BENEFICENTE ALEMÃ adotou todas as medidas necessárias para viabilizar a possibilidade de seus associados participarem e acompanharem a sua Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária remotamente.

De acordo com o Estatuto Social da SOCIEDADE BENEFICENTE ALEMÃ, lembramos que somente poderão votar e ser votados os associados que estiverem adimplentes com as suas anuidades para a instituição, podendo ser representado(a) por procurador(a), que também deverá ser associado(a) e não estar impedido(a) de votar. Para o esclarecimento de eventuais dúvidas, entrar em contato com o Sr. Thomas Polisaitis pelo telefone +55 (11) 3724-9773 ou pelo e-mail tpolisaitis@sbaresidencial.org.br.

Cordialmente,

Júlio Muñoz Kampff - Diretor Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2022

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"**, através do seu Presidente Sr. Rodrigo Falsetti - Prefeito Municipal de Mogi Guaçu, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, TORNA PÚBLICO aos candidatos do Processo Seletivo Edital Nº 002/2022 e resolve o que segue:

INCLUIR:

DETERMINAR, após julgamento dos recursos impetrados pelos candidatos, referente à Prova de Aptidão Física:

1 - RECURSOS IMPROCEDENTES – Quanto aos recursos indeferidos:

- Candidata Ana Maria Pompeu para o cargo de Servente Geral - 12x36.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Mogi Mirim, 31 de março de 2022.

RODRIGO FALSETTI

Presidente do Consorcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril"

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 153/2022.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS - **SEFIN**.

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A **SELEÇÃO PARA O REGISTRO DE PREÇO, QUE VISA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E APOIO OPERACIONAL NA COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS – SEFIN COM OS CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE MENSAGENS INSTANTÂNEAS VIA APLICATIVO WHATSAPP, INCLUINDO PLATAFORMA ON-LINE COM OPÇÃO DE ATENDIMENTO HUMANO**, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia **31 de março de 2022** a **12 de abril de 2022 até às 10h00min. (Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços e Documentos de Habilitação** referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia **12 de abril de 2022**, às **10h00min. (Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das **10h00min.** do dia **12 de abril de 2022**. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no e-compras: **https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp**, no **www.compras.gov.br,** assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: **https://licitacoes.tce.ce.gov.br/**. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2022.

JOÃO MATHEUS CARNEIRO BEZERRA

Pregoeiro(a) da CLFOR

CERVEJARIA ZX S.A. - CNPJ nº 01.131.570/0001-83

Relatório da Administração

A Administração da Sociedade apresenta a V.Sas., as demonstrações contábeis dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Jaguariúna, 31 de março de 2022

Balanço Patrimonial (em milhares de reais)

	2021	2020
Ativo circulante	40.238	82.562
Ativo não circulante	228.945	256.398
Total do ativo	**269.183**	**338.960**

	2021	2020
Passivo circulante	64.732	54.337
Passivo não circulante	55.910	62.012
Patrimônio líquido	148.541	222.611
Total do passivo e patrimônio líquido	**269.183**	**338.960**

Demonstrações dos Resultados (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Receita líquida	71.248	66.441
Custo dos produtos vendidos	(72.534)	(63.179)
Lucro bruto	**(1.286)**	**3.262**
Despesas e receitas, líquidas	(41.548)	(36.642)
Lucro operacional	**(42.834)**	**(33.380)**
Resultado financeiro, líquido	**490**	**(9.724)**
Resultados de coligadas	(2.804)	(1.201)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**(45.148)**	**(44.305)**
IR e CS	(28.922)	14.888
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	**(74.070)**	**(29.417)**
Resultado por ação (R$)	**(0,01)**	**(0,00)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(74.070)	(29.417)
Ajustes do lucro líquido do exercício	57.830	11.181
Atividades operacionais	**(7.737)**	**(25.866)**
Atividades de investimento	**(29.610)**	**(28.718)**
Atividades financeiras	**(164)**	**104.477**
Movimento líquido no caixa	**(37.510)**	**49.893**
Caixa no início do exercício	**55.628**	**5.735**
Caixa no final do exercício	**18.118**	**55.628**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	**256.723**	**3.870**	**15.324**	**(102.079)**	**(26.810)**	**147.028**
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	–	–	–	–	(29.417)	(29.417)
Outros movimentos	105.000	–	–	–	–	105.000
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**361.723**	**3.870**	**15.324**	**(102.079)**	**(56.227)**	**222.611**
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	–	–	–	–	(74.070)	(74.070)
Outros movimentos	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**361.723**	**3.870**	**15.324**	**(102.079)**	**(130.297)**	**148.541**

As demonstrações contábeis completas estão disponíveis aos acionistas da administração da Companhia.

Diretoria

Jean Jereissati Neto - Diretor

Lucas Machado Lira - Diretor

Ricardo Morais Pereira de Melo - Diretor

Felipe Ghiotto - Diretor

Contador

Flavio de Souza Trindade

CRC 1SP312713/O-1

BICICLETAS MONARK S/A

CNPJ/MF 56.992.423/0001-90 - NIRE 35.300.021.93-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os Srs. Acionistas de Bicicletas Monark S/A ("Companhia") a se reunirem no dia 29/04/2022, às 12:00 horas, na sede social da Companhia, à Rua Francisco Lanzi Tancler, nº 130, Indaiatuba/SP, em Assembleia Geral Ordinária, para deliberarem a respeito da seguinte Ordem do Dia: 1 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos Pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 2 - Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 3 - Eleger os membros do Conselho de Administração; e 4 - Deliberar sobre a remuneração anual e global para os administradores no exercício social de 2022. Atendendo à instrução CVM nº 165/91, informamos que é de 5% o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração. A participação do acionista poderá ser presencial, pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida, em especial os documentos hábeis a comprovar a identidade do acionista ou os seus respectivos poderes de representação, no caso de pessoas jurídicas e fundos de investimento, constam na Proposta de Administração, disponível nos websites da CVM (sistemas.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.B3.com.br) e da Companhia (www.monark.com.br). Comunicamos aos Srs. Acionistas que os documentos de que trata o artigo nº 133 da Lei nº 6404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2021, encontram-se a disposição dos acionistas na sede social da Companhia e serão publicados, de forma resumida, no jornal O Estado de São Paulo, no dia 29/03/2022, podendo ser acessado na íntegra nos websites acima mencionados, bem como no website do jornal (https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/).

São Paulo, 29 de março de 2022. **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 101/2022 - CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10.808/2022 - EMSERH

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA UNIDADE DE SAÚDE HOSPITAL REGIONAL DE CARUTAPERA, ADMINISTRADOS PELA EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EMSERH.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

DATA DA ABERTURA: dia **26/04/2022**, às **8h30**, horário de Brasília/DF.

MOTIVO: Regularização da não publicação do Aviso de Licitação no DOU, Jornal Local e Jornal Nacional.

ID nº [928881].

Local de Realização: Sistema Licitações-e: **www.licitacoes-e.com.br.**

Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH **(www.emserh.ma.gov.br).**

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br** e/ou **amaral.neto@emserh.ma.gov.br**, ou pelo **telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 28 de março de 2022

Francisco Assis do Amaral Neto

Agente de Licitação da EMSERH

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 044/2022 – CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 229.941/2021 – EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde de Classificação A, B e E, com fornecimento de bombonas, em regime de comodato, para atender a demanda da **Policlínica de Imperatriz**, unidade de saúde a ser administrada pela EMSERH.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

DATA DA SESSÃO: Anteriormente Adiada até ulterior deliberação, fica **REMARCADA** para o dia 26/04/2022, às 9h, horário de Brasília, conforme ERRATA 001.

Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br).

Edital e demais informações estão disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.**

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br e/ou vinicius.licitacao.emserh@gmail.com**, ou pelo **telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 28 de março de 2022

Vinicius Boueres Diogo Fontes

Agente de Licitação da CSL/EMSERH

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 045/2022 – CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 227.443/2021 – EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde de Classificação A, B e E, com fornecimento de bombonas, em regime de comodato, para atender a demanda do **Hospital de Barra do Corda**, unidade de saúde a ser administrada pela EMSERH.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

DATA DA SESSÃO: Anteriormente Adiada até ulterior deliberação, fica **REMARCADA** para o dia 26/04/2022, às 15h, horário de Brasília.

Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br).

Edital e demais informações estão disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.**

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br e/ou vinicius.licitacao.emserh@gmail.com**, ou pelo **telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 28 de março de 2022

Vinicius Boueres Diogo Fontes

Agente de Licitação da CSL/EMSERH

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 143/2022.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE **MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR (ATADURAS, SALTOS ORTOPÉDICOS E OUTROS)**, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia **31 de março de 2022** a **12 de abril de 2022 até às 10h00min. (Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços e Documentos de Habilitação** referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia **12 de abril de 2022**, às **10h00min. (Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das **10h00min.** do dia **12 de abril de 2022**. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no e-compras: **https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp,** no **www.compras.gov.br**, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: **https://licitacoes.tce.ce.gov.br/**. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2022.

CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA

Pregoeiro(a) da CLFOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 45/2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESCUPINIZAÇÃO E DESFORMIGAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO Data e hora limite para credenciamento no sítio da Caixa até: 13/04/2022 às 08h30 Data e hora limite para recebimento das propostas até: 13/04/2022 às 09h Início da disputa da etapa de lances: 13/04/2022 às 10h30 Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou www.licitacoes.caixa.gov.br. Paulínia, 30 de março de 2022.

Ednilson Cazellato
Prefeito Municipal

AVISO DE ADIAMENTO DA SESSÃO DE ABERTURA

PROCESSO: CHAMADA PÚBLICA **Nº. 003/2022.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**

OBJETO: CONSTITUI O OBJETO DESTE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA O CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DE NATUREZA PRIVADA COM OU SEM FINS LUCRATIVOS, E/OU FILANTRÓPICAS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DE FORMA COMPLEMENTAR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE EM CONFORMIDADE COM SEUS PRINCÍPIOS E CONCEITOS E DEMAIS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS À ESPÉCIE, NA ÁREA DA OFTALMOLOGIA E PROCEDIMENTOS RELACIONADOS, NAS MODALIDADES AMBULATORIAL E HOSPITALAR, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E ANEXOS QUE O COMPÕEM, PARA EVENTUAL CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS E/OU CONVÊNIOS.

O Presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA | CPL** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que a Sessão de Abertura do certame fica **ADIADA para o dia 11 de abril de 2022, às 14h** na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750 - Centro – Fortaleza-CE. Maiores informações através do e-mail cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone (85) 3452-3477.

Fortaleza – CE, 30 de março de 2022.

OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO DE PROSSEGUIMENTO

PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA **Nº. 011/2019.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA - **SEINF.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA **EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E REQUALIFICAÇÃO DE 04 (QUATRO) ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER COM CAMPO DE FUTEBOL – PROJETO ARENINHAS**, EM DIVERSOS BAIRROS, NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA – CE, CONFORME ESPECIFICADO NOS ANEXOS DESTE EDITAL.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

O Presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE | CPL**, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que no dia **05 de abril de 2022 às 14h (horário local)** terá **CONTINUIDADE** o procedimento licitatório CONVOCANDO as empresas remanescentes classificadas no LOTE 04 referente ao processo em epígrafe em sua sede situada na Avenida Heráclito Graça, 750, Centro - Fortaleza (CE). Maiores informações ligar para o telefone: (85) 3452-3483 | CPL.

Fortaleza-CE, 30 de março de 2022.

OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações – CPL

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 145/2022.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE **SANEANTES II**, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia **31 de março de 2022** a **12 de abril de 2022 até às 10h00min. (Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços e Documentos de Habilitação** referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia **12 de abril de 2022**, às **10h00min. (Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das **10h00min.** do dia **12 de abril de 2022**. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no e-compras: **https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp,** no **www.compras.gov.br**, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: **https://licitacoes.tce.ce.gov.br/**. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2022.

JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR

Pregoeiro(a) da CLFOR

COOPERATIVA SICOOB UNIMAIS METROPOLITANA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DIGITAL

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa Sicoob UniMais Metropolitana – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão, CNPJ 00.259.231/0001-14, NIRE 35400024992, convoca os associados, que nesta data são em número de 22.265 (vinte e dois mil duzentos e sessenta e cinco) em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se nos dias 13 e 14 de abril de 2022, de forma DIGITAL, por meio do aplicativo e site Sicoob Moob, obedecendo os seguintes horários e quórum para a sua instalação, sempre de forma virtual, cumprindo o que determina o Estatuto Social: 01) em primeira convocação às 7h00, com a presença de 2/3 dos associados; 02) em segunda convocação às 8h00, com a presença da metade e mais um dos associados; 03) em terceira e última convocação às 9h00, com a presença mínima de 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária: 1.**Eleição dos membros do Conselho de Administração (Gestão 2022-2026); **2.**Eleição dos membros do Conselho Fiscal (Gestão 2022-2024); **3.**Prestação das contas do Conselho de Administração, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: relatório da gestão, balanço dos dois semestres do exercício social findo, demonstrativo sobre as sobras apuradas no exercício 2021; **4.**Destinação das sobras apuradas, deduzindo-se as parcelas para os fundos estatutários e sua fórmula de cálculo; **5.**Fixação dos Honorários e Cédula de Presença dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. **6.**Demais diligências que se fizerem necessárias para a implementação do quanto deliberado nos itens anteriores. **Extraordinária: 1.**Atualização da Política Institucional e Plano de Sucessão de Administradores do Sicoob; **2.**Reforma parcial do Estatuto Social, compreendendo: **a.**Destinação ao Fundo de Reserva: alteração do inciso I do artigo 37; **b.**Correção na redação do artigo 66; **c.**Outorga de mandato: alteração do artigo 88; **d.**Composição da Diretoria Executiva: alteração dos artigos 78, 80, 84, 86 e 87, exclusão do artigo 85 e renumeração dos demais artigos. **3.**Demais diligências que se fizerem necessárias para a implementação do quanto deliberado nos itens anteriores. **Notas: 1.**A Assembleia Geral ocorrerá de forma **DIGITAL**, por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play e no site **www.sicoob.com.br/moobweb. 2.**A Assembleia Geral será transmitida digitalmente, a partir do horário da primeira convocação até as 17h00 do dia 14 de abril de 2022, no aplicativo e site **Sicoob Moob. 3.**O processo de votação terá início após formação do quórum exigido no dia 13 de abril e encerrar-se-á às 16h00 do dia 14 de abril de 2022. **4.**Todas as informações, documentos e orientações para participação podem ser obtidos detalhadamente no aplicativo e site **Sicoob Moob. 5.**Para participar da Assembleia Geral digital, o associado deve confirmar sua inscrição no aplicativo e site **Sicoob Moob.**

Santos, 31 de março de 2022.

Antônio Fernandes Ventura,
Presidente do Conselho de Administração.

Banco Voiter S.A.

CNPJ 61.024.352/0001-71 - Companhia de Capital Fechado

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2021

Mensagem da Administração: Nos últimos anos, a Companhia tem trilhado uma nova fase em sua trajetória. Em 2019, iniciamos uma ampla transformação do Banco, com a mudança do grupo de controle, a eleição de nova Diretoria e a redefinição da estratégia de crescimento. Em 2020, anunciamos a reorganização societária do Grupo e nossa nova marca, **Voiter**. Em 2021, avançamos na execução da reorganização societária anunciada e seguimos com a execução da estratégia de negócios. **Principais fatos societários e administrativos ocorridos até a data de apresentação das demonstrações financeiras:** No final de 2020, o Banco passou a ser uma companhia de capital fechado e, em fevereiro de 2021, a CVM comunicou o deferimento do cancelamento de registro do **Voiter** como emissor de valores mobiliários na categoria A. Em junho de 2021, a alteração da razão social da Companhia de "Banco Indusval S.A." para "**Banco Voiter S.A.**" foi homologada pelo Banco Central do Brasil. Em julho de 2021, em linha com a reorganização societária, foi homologada pelo Banco Central do Brasil a restituição do **Banco Letsbank** (nova denominação do Banco SmartBank S.A.) à acionista majoritária do **Voiter**, a **Holding NK 031**. Dessa forma, desde o começo do segundo semestre de 2021, o **Letsbank** deixou de ser uma subsidiária do **Voiter** e passou a ser uma subsidiária da **Holding NK 031**. Com isso, os resultados consolidados do **Voiter** incluiram os resultados do **Letsbank** apenas até o primeiro semestre de 2021. Para fins de capital, não houve impactos no Consolidado Prudencial. Atualmente, a estrutura societária do Grupo apresenta, de forma resumida, a estrutura abaixo:

Holding NK 031
100% voiter | 100% letsbank | 100% RT 099

Visão Estratégica e Desempenho: Ao longo do ano, trabalhamos na execução da estratégia traçada para o **Voiter**, reforçando os investimentos em pessoas e em tecnologia, iniciando uma fase de revisão de fluxos e processos para aumentarmos o nível de eficiência operacional da Companhia e permitirmos, assim, um crescimento sustentável do Banco para os próximos anos. Do ponto de vista estratégico, o **Voiter** mantém seu foco em três verticais de negócios principais: 1. Banco de Atacado: atuando como banco consultivo de negócios, trabalha junto aos seus clientes para identificar oportunidades que gerem valor a eles, entregando suas soluções através de um time de profissionais altamente qualificados e de uma eficiente plataforma de produtos, com destaque para mercado de capitais, derivativos e câmbio, além de utilizar a robustez de seu balanço para viabilizar soluções que demandem algum tipo de crédito. 2. Agronegócios: o **Voiter** possui uma tradicional e reconhecida plataforma de negócios para atender clientes do agronegócio, com destaque para os produtores de café, onde estamos entre os maiores operadores deste mercado. Através de compras de café a termo, de CDA-WAs e CPRs, o **Voiter** hoje é amplamente reconhecido por seus clientes como um dos melhores e mais atuantes bancos neste segmento. 3. Originação de Créditos para Mercado de Capitais: o **Voiter** tem atuado na originação de ativos de crédito de modo a construir uma carteira de ativos que possa atender à crescente indústria de fundos de investimento do Brasil. Atuando nos segmentos de créditos corporativos, consignados públicos federais, FGTS, energia, entre outros, o Banco atua de maneira bastante próxima aos seus clientes (empresas e investidores), desenvolvendo parcerias de longo prazo que gerem valor para toda a cadeia. Adicionalmente, já em 2020, o **Voiter** montou um time de profissionais dedicado para gerenciar os ativos originados pelo Banco antes de 2019, internamente denominado "Legado", com o objetivo de segregação gerencial desses ativos antigos dos novos ativos e atividades originados pela nova Administração a partir de 2019. Este time gerencia ativos antigos específicos, tais como créditos vencidos e baixados para prejuízo, assim como imóveis (BNDU) recuperados judicialmente de empréstimos vencidos e não pagos, de modo a recuperar o maior valor possível e no menor prazo de execução. Ainda sob os efeitos da pandemia mundial de Covid-19, crescemos nossos ativos totais em 33,5% no ano, de R$ 4,6 bilhões ao final de 2020[1] para R$ 6,1 bilhões ao final de 2021. O crescimento do volume dos negócios do Banco fez com que a **Carteira Voiter**, constituída de créditos alinhados à nova estratégia, atingisse o montante de R$ 2,3 bilhões em dezembro de 2021, 53,3% superior ao R$ 1,5 bilhão alcançado em dezembro de 2020. O volume de Captação atingiu R$ 4,9 bilhões em dezembro de 2021 (R$ 3,6 bilhões em dezembro de 2020[1]), o que demonstra a credibilidade da marca e a confiança de nossos clientes aplicadores. Encerramos o ano com Índice de Basileia de 10,4% e resultado líquido consolidado de -R$ 56,7 milhões, ante -R$ 231,1 milhões em 2020 (excluindo-se o resultado líquido do Letsbank do resultado consolidado do **Voiter** para fins de comparação, o resultado líquido do **Voiter** somou -R$ 30,4 milhões em 2021 ante -R$ 161,1 milhões em 2020). Tal evolução é reflexo de uma estratégia cuidadosamente planejada para um crescimento consistente e prudente da Companhia. Para 2022, nosso objetivo é estabelecer parcerias que ampliem ainda mais nossa base de clientes e consolidem o reconhecimento da marca **Voiter** no mercado como um banco consultivo que realiza negócios e constrói soluções que gerem valor para seus clientes e parceiros através do investimento intenso em tecnologia e pessoas.

[1]Para fins de comparação, excluiram-se os efeitos da consolidação de Letsbank

Impactos da Pandemia do Coronavírus nos Negócios do Voiter: Diante da pandemia da Covid-19, o **Voiter** tem adotado medidas para minimizar os impactos que possam surgir aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e à sua operação. As ações tomadas estão alinhadas às normas sanitárias da Organização Mundial de Saúde (OMS), dos governos do Estado e das Prefeituras das localidades onde atuamos. Desde o final de março de 2020, os colaboradores passaram a trabalhar em regime de *home office* e as instalações das unidades físicas do Banco têm seguido todas as orientações oficiais de higiene e saúde. No final de 2020, iniciou-se o retorno dos funcionários aos escritórios, com adesão voluntária e dentro de protocolos definidos pelas autoridades de saúde. Em 2021, o **Voiter** passou a adotar um sistema híbrido de trabalho, em que nossos colaboradores alternam dias de trabalho no escritório, seguindo todos os protocolos definidos, e dias em *home office*. **Destaques[1]:** √ A alteração da razão social da Companhia de "Banco Indusval S.A." para "**Banco Voiter S.A.**" foi homologada, em junho de 2021, pelo Banco Central do Brasil. √ A **Carteira Voiter**, constituída de créditos alinhados à nossa estratégia, cresceu 53,3% em doze meses, atingindo o montante de R$ 2,3 bilhões em dezembro de 2021 (R$ 1,5 bilhão em dezembro de 2020). A **Carteira de Crédito Expandida[2]**, agora composta pela carteira do **Voiter** e Legado, somou R$ 2,4 bilhões, com crescimento de 35,9% em doze meses. √ O crescimento do volume de créditos continua focado em **clientes de boa qualidade**, sendo que os créditos classificados entre os ratings AA, A e B somaram 96% da carteira de crédito expandida em dezembro de 2021 (94% em dezembro de 2020). O índice de cobertura dos créditos em atraso há mais de 90 dias (NPL 90) encerrou o ano em 22,5 vezes (9,1 vezes em dezembro de 2020), excluindo-se os FIDCs de consignado e de créditos pulverizados. √ O volume de **Captações** somou R$ 4,9 bilhões, com crescimento de 34,5% em doze meses. O crescimento expressivo é resultado do esforço contínuo do **Voiter** na diversificação de fontes de captação, em especial no produto CDE, que cresceu 53,8% em doze meses. √ A **Despesa de PDD gerencial** foi positiva em R$ 89,0 milhões em 2021[1], ante -R$ 11 mil em 2020[1], em especial, devido à cessão sem coobrigação das cotas de um FIDC da carteira do Legado, gerando a reversão de R$ 73,1 milhões do saldo de provisão. √ Além disso, o trabalho de saneamento dos **ativos do Legado** em 2021 gerou recuperações no montante de R$ 40,2 milhões, provenientes de créditos provisionados e/ou baixados para prejuízo, e uma redução de R$ 41,7 milhões na carteira de imóveis, resultado da venda de BNDU. √ O **Resultado Líquido** do ano, excluindo os efeitos da consolidação do Letsbank no 1S21, somou -R$ 30,4 milhões (-R$ 161,1 milhões em 2020), resultado dos investimentos realizados em pessoas, tecnologia e inovação para viabilizar a estratégia de negócios do **Voiter.**

[1] Excluindo-se o Letsbank dos períodos de comparação e os efeitos da parcela contabilizada como Despesa de PDD referentes aos FIDCs consolidados no balanço da Companhia.
[2] Considera toda a carteira de crédito expandida, que, além da carteira classificada pela Resolução CMN nº 2.682/99, é composta também por fianças, títulos agrícolas (CPR e CDA/WA), títulos de crédito privado (notas promissórias e debêntures), operações de antecipação de recebíveis de cartão de crédito e cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Ambiente Macroeconômico: O ano de 2021 para a economia brasileira teve alguns pontos importantes que merecem ser vistos com bons olhos e certo destaque. Foi um ano em que boa parte do mundo ainda se via obrigado a lidar com as agruras causadas pela pandemia da Covid-19, mas, mesmo assim, alguns setores, como indústria e serviços, evoluíram muito bem. Em 2021, a atividade do setor de serviços subiu 4,7% e da indústria, 4,5%. Os dois setores, juntos, representaram cerca de 90% do PIB do país. O Brasil, assim como a maior parte das principais economias mundiais, após retração acentuada no segundo trimestre, apresentou retomada da atividade econômica, ainda que desigual entre os setores, com recuperação no consumo de bens não acompanhada no mesmo ritmo pelo setor de serviços. Em 2021 o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 4,6%, superando as perdas provocadas em 2020 pelos efeitos da Covid-19. Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e afirmam que o crescimento do ano passado foi puxado tanto pela indústria como pelos serviços. Já a agropecuária registrou uma variação negativa de 0,2%, muito afetada negativamente pelas adversas condições climáticas como estiagem e geada e restrições de compra pela China, devido a casos isolados de Encefalopatia Espongiforme Bovina. Entretanto, mesmo diante de todos esses problemas, o setor mostrou-se resiliente e terminou o quarto trimestre com saldo positivo de 4,7% em relação ao terceiro trimestre. No cenário macroeconômico, observou-se moderação na volatilidade dos ativos financeiros, o que, conjuntamente à recuperação da atividade, resultou em ambiente relativamente mais favorável para as economias emergentes. Contudo, havia bastante incerteza sobre a evolução desse cenário, frente a uma possível redução dos estímulos governamentais e à própria evolução da pandemia da Covid-19. O conjunto de indicadores de atividade econômica divulgados desde o Relatório de Inflação de junho de 2020 mostra-nos que a recuperação da atividade econômica após a fase mais aguda da pandemia ocorre mais rapidamente do que o antecipado. E é importante se atentar ao setor de serviços, porque ele reflete diretamente a movimentação do consumo das famílias, que é o setor que mais responde pelo crescimento econômico pelo lado da demanda no país. Segundo o IBGE, o setor de serviços cresceu 10,9% em 2021, após uma queda de 7,8% em 2020. Com esse desempenho, o setor de serviços ampliou o distanciamento com relação ao nível pré-pandemia e ficou 6,6% acima do registrado em fevereiro de 2020. Diante de tudo isso, é previsto que o ano de 2022, apesar da melhora no desempenho em 2021, continue sendo desafiador, pois deixou-nos expectativas de taxas de juros mais altas no país e no exterior, principalmente devido a novos choques de oferta como a guerra entre Rússia e Ucrânia, que certamente afetará os preços de energia e alimentos. **Desempenho Operacional e Financeiro:** O conjunto das atividades consolidadas do **Voiter** ao final de dezembro de 2021 totalizou R$ 6,1 bilhões em ativos, crescimento de 33,1% em relação a dezembro de 2020, desconsiderando-se os efeitos da consolidação do Letsbank no balanço do **Voiter** em 2020.

Principais Dados de Balanço (R$ milhão)	Dez 21	Dez 20[1]	Dez 21/Dez 20
Caixa Livre	909,2	1.035,1	-12,2%
Carteira de Crédito Expandida [2]	2.435,6	1.791,9	35,9%
Ativo Total	6.128,8	4.589,9	33,5%

[1] Para fins de comparação, excluiram-se os efeitos da consolidação do Letsbank em dezembro de 2020.
[2] Inclui Garantias emitidas (fianças, avais, L/C), que são off *balance sheet items*, Títulos de Crédito Privado (Debêntures e Notas Promissórias), Títulos Agrícolas (CDA/WA e CPR), Operações de Antecipação de Recebíveis de Cartão e cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Principais Dados de Balanço (R$ milhão)	Dez 21	Dez 20[1]	Dez 21/Dez 20
Captação Total	4.897,1	3.639,8	34,5%
Passivo Total	5.707,4	4.165,2	37,0%
Patrimônio Líquido	421,3	424,8	-0,8%
atribuível a controladores	383,5	170,0	125,6%
atribuível a não controladores (minoritários FIDCs)	37,8	254,8	-85,2%

[1] Para fins de comparação, excluiram-se os efeitos da consolidação do Letsbank em dezembro de 2020.

Caixa Livre: O caixa livre encerrou o ano de 2021 somando R$ 909,2 milhões, equivalente a 19% dos depósitos totais e 2,4 vezes o patrimônio líquido. Para o cálculo consideram-se as disponibilidades, aplicações financeiras de liquidez e títulos e valores mobiliários (TVM), deduzindo-se as captações no mercado aberto, os títulos de crédito classificados em TVM (CPR, CDA/WA, Debêntures, Notas Promissórias e FIDC) e os títulos classificados em TVM não livres em função de prestação de garantias. **Operações de Crédito**: A Carteira de Crédito Expandida totalizou R$ 2,4 bilhões em dezembro de 2021, com crescimento de 35,9% em doze meses. O incremento expressivo observado no ano é resultado da atuação do **Voiter** em seus mercados, novos relacionamentos com clientes e consequente originação de ativos, com destaque para a forte originação de créditos da carteira de títulos agrícolas, de operações de empréstimos e financiamentos, e de créditos oriundos de operações de cessão de recebíveis.

Carteira de Crédito Expandida (R$ milhão)	Dez 21	Dez 20	Dez 21/Dez 20
Empréstimos e Financiamentos em Reais	602,2	273,3	120,4%
Cessão de Recebíveis com Clientes [1]	397,7	223,5	77,9%
Trade Finance (ACC/ACE/FINIMP)	66,4	33,2	100,2%
Outros [2]	43,9	37,2	18,3%
Carteira de Crédito	**1.110,3**	**567,1**	**95,8%**
Garantias emitidas (Fianças e L/Cs)	47,7	43,7	9,1%
Títulos Agrícolas (CPR e CDA/WA) [3]	1.107,0	764,7	44,8%
Títulos de Crédito Privado (NP e Debêntures)	3,2	30,0	-89,2%
Antecipação de Recebíveis de Cartão 1	34,6	42,9	-19,3%
FIDCs	132,8	343,4	-61,3%
Carteira de Crédito Expandida	**2.435,6**	**1.791,9**	**35,9%**

[1] Para fins de comparação, excluiram-se os efeitos da consolidação do Letsbank em dezembro de 2020.
[2] Outros correspondem a operações de Financiamento de BNDU.
[3] No 2S21, o Voiter realizou a cessão sem coobrigação das cotas de um FIDC de CPRs que compunha a Carteira de Títulos Agrícolas, restando nessa carteira apenas CPR e CDA/WA ao final de 2021.

Destacamos ainda a qualidade da carteira de crédito expandida: 96% dos créditos estavam classificados entre os ratings AA, A e B (94% em dezembro de 2020). O índice de cobertura da carteira de crédito expandida classificada entre os ratings D-H era de 1,3 vez ao final de 2021 (2,5 vezes ao final de 2020). Destaca-se que este indicador exclui os FIDCs do nosso segmento de Gestoras, que inclui os FIDCs de crédito consignado. O saldo de créditos com atraso superior a 90 dias (NPL 90) totalizou R$ 2,7 milhões em dezembro de 2021 (R$ 13,9 milhões em dezembro de 2020), excluindo-se as operações em atraso dos FIDCs de créditos pulverizados. O índice de cobertura do NPL 90 da carteira, sem as operações dos FIDCs, encerrou o ano em 22,5 vezes (9,1 vezes em dezembro de 2020).

[1] Para fins de comparação, excluiram-se os efeitos da consolidação do Letsbank em dezembro de 2020.

O saldo de provisão para devedores duvidosos (PDD) alcançou R$ 60,1 milhões em dezembro de 2021 (R$ 126,0 milhões em dezembro de 2020), sem contar com o saldo de PDD provisionada para os FIDCs, que somou R$ 3,7 milhões ao final de 2021 (considerando apenas a participação proporcional do Banco no saldo de PDD desses FIDCs).
Ao longo do ano de 2021, foram baixados para prejuízo R$ 13,6 milhões em operações de crédito que já haviam sido provisionados nos anos anteriores, ante R$ 15,9 milhões em 2020. As recuperações de crédito totalizaram R$ 40,2 milhões em 2021, ante R$ 36,3 milhões em 2020, demostrando o esforço do time do Legado. **Captações**: A carteira de captação do **Voiter** somou R$ 4,9 bilhões em dezembro de 2021, com crescimento de 34,5% em relação a dezembro de 2020, desconsiderando-se, para fins de comparação, o saldo de captação do Letsbank ao final de 2020. Ao final de 2021, os depósitos a prazo via emissão de CDB foram os mais representativos, respondendo por 80% do estoque de captação, seguidos pelas letras de crédito do agronegócio (LCA), responsáveis por 12%. O Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais (NDPGE) foi responsável por 6% do saldo de captação e os Depósitos à Vista e Interfinanceiros foram responsáveis por 1% do saldo de captação. Por fim, os empréstimos para repasse no país representam 0,1% do saldo de recursos captados. **Resultados**: Apresentamos abaixo a Demonstração de Resultado (DRE) consolidada gerencial, que é fundamentada em reclassificações da DRE consolidada contábil e tem por finalidade auxiliar a análise. Para fins de comparação, excluiram-se os efeitos da consolidação do Letsbank em 2020 e no 1S21 já que, desde julho de 2021, o Letsbank deixou de ser uma subsidiária do **Voiter**.

DRE Consolidada Gerencial (R$ milhão)	2021	2020	2021/2020
Receitas da Intermediação Financeira e Serviços	381,3	254,4	49,9%
Despesas da Intermediação Financeira	(279,3)	(114,6)	143,7%
Resultado de Interm. Financeira e Serviços antes da Provisão	**102,0**	**139,8**	**-27,0%**
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	89,0	–	n.c.
Resultado de Intermediação Financeira e Serviços	**191,0**	**140,5**	**36,0%**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(136,3)	(119,4)	14,2%
Resultado Operacional	**54,7**	**21,1**	**159,7%**
Resultado Não Operacional	(3,5)	(1,6)	116,6%
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**51,3**	**19,5**	**163,2%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(81,7)	(180,6)	-54,8%
Lucro/Prejuízo Líquido Contábil	**(30,4)**	**(161,1)**	**-81,1%**
Lucro/Prejuízo Líquido - Controladores	**(26,1)**	**(164,7)**	**-84,2%**
Lucro/Prejuízo Líquido - Minoritários FIDCs	**(4,3)**	**3,6**	**-222,1%**

n.c. = não comparável (percentual acima de 300% ou abaixo de -300%, ou número dividido por zero).

O resultado líquido do ano, excluindo-se gerencialmente o Letsbank, somou -R$ 30,4 milhões (-R$ 161,1 milhões em 2020), resultado da execução do plano estratégico do **Voiter** baseada nos investimentos sendo realizados em pessoas, tecnologia e inovação para viabilizar a estratégia de negócios da Companhia. A seguir, apresentamos a conciliação entre os resultados contábeis e gerenciais em 2021.

ANO 2021 Conciliação entre os Resultados Contábeis e Gerenciais (R$ milhão)	Contábil	Reclassificações Gerenciais [1]	Efeito da Desconsolidação do Letsbank [2]	Efeitos Fiscais do MtM Hedge[3]	Gerencial
Receitas da Intermediação Financeira e Serviços	229,7	41,7	(3,6)	113,5	381,3
Despesas da Intermediação Financeira	(276,2)	(6,9)	3,8	–	(279,3)
Result. Interm. Fin. e Serviços antes Provisão	**(46,4)**	**34,7**	**0,2**	**113,5**	**102,0**
Provisão para Perdas Esp. Assoc. Risco de Crédito	81,9	7,1	–	–	89,0
Resultado de Interm. Financeira e Serviços	**35,5**	**41,8**	**0,2**	**113,5**	**191,0**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(121,0)	(37,5)	22,2	–	(136,3)
Resultado Operacional	**(85,6)**	**4,3**	**22,4**	**113,5**	**54,7**
Resultado Não Operacional	(3,5)	–	0,1)	–	(3,5)
Resultado antes da Tributação sobre Lucro	**(89,1)**	**4,3**	**22,5**	**113,5**	**51,3**
Imposto de Renda e Contribuição Social	32,4	–	(0,5)	(113,5)	(81,7)
Lucro/Prejuízo Líquido Contábil	**(56,7)**	**4,3**	**22,0**	**–**	**(30,4)**
Lucro/Prejuízo Líquido - Controladores	**(52,4)**	**–**	**–**	**–**	**(26,1)**
Lucro/Prejuízo Líquido - Minoritários FIDCs	**(4,3)**	**–**	**–**	**–**	**(4,3)**

[1] Reclassificação (i) do Resultado do Voiter Cereais e da variação cambial gerada pela agência de Cayman da rubrica contábil 'Outras Receitas/Despesas Operacionais' para a linha 'Receitas de Intermediação Financeira e Serviços' da tabela; (ii) do efeito do *hedge* das captações prefixadas e indexadas a IPCA da rubrica contábil "Receitas de Intermediação Financeira" para a linha 'Despesas de Intermediação Financeira' da tabela; (iii) das Despesas Administrativas vinculadas à operação da rubrica contábil "Despesas Administrativas" para a linha 'Receitas de Intermediação Financeira' da tabela; e (iv) da Despesa com Comissão Distribuidores da rubrica contábil "Despesas Administrativas" para a linha 'Despesas de Intermediação Financeira' da tabela.
[2] Excluindo os resultados do Letsbank, uma vez, em julho de 2021, o Letsbank deixou de ser uma subsidiária do Voiter e passou a ser uma subsidiária da Holding NK 031. Com isso, os resultados Letsbank foram consolidados nos resultados do Voiter até o 1S21.
[3] Reclassificação do efeito fiscal do efeito de marcação a mercado (MtM) dos títulos e valores mobiliários e derivativos utilizados para fins de *hedge*, da rubrica contábil 'Imposto de Renda e Contribuição Social' para a linha 'Receita de Intermediação Financeira' da tabela.
n.c. = não comparável (percentual acima de 300% ou abaixo de -300%, ou número dividido por zero)

ANO 2020 Conciliação entre os Resultados Contábeis e Gerenciais (R$ milhão)	Contábil	Reclassificações Gerenciais [1]	Efeito da Desconsolidação do Letsbank [2]	Efeitos Fiscais do MtM Hedge [3]	Gerencial
Receitas da Intermediação Financeira e Serviços	265,7	(50,9)	(18,6)	58,2	254,4
Despesas da Intermediação Financeira	(173,2)	43,9	14,7	–	(114,6)
Result. Interm. Fin. e Serviços antes Provisão	**92,4**	**(6,9)**	**(3,9)**	**58,2**	**139,8**
Provisão para Perdas Esp. Assoc. Risco de Crédito	(0,7)	0,7	–	–	–
Resultado de Interm. Financeira e Serviços	**91,7**	**(5,5)**	**(3,9)**	**58,2**	**140,5**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(161,1)	3,2	38,4	–	(119,4)
Resultado Operacional	**(69,3)**	**(2,3)**	**34,6**	**58,2**	**21,1**
Resultado Não Operacional	(1,6)	–	–	–	(1,6)
Resultado antes da Tributação sobre Lucro	**(70,9)**	**(2,3)**	**34,6**	**58,2**	**19,5**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(160,2)	0,7	37,1	(58,2)	(180,6)
Lucro/Prejuízo Líquido Contábil	**(231,1)**	**(1,7)**	**71,6**	**–**	**(161,1)**
Lucro/Prejuízo Líquido - Controladores	**(234,7)**	**–**	**–**	**–**	**(164,7)**
Lucro/Prejuízo Líquido - Minoritários FIDCs	**3,6**	**–**	**–**	**–**	**3,6**

Índice de Basileia: Em 10 de maio de 2021, a assembleia geral de acionistas aprovou redução de capital do **Banco Voiter** referente a seu investimento no Banco Letsbank, restituindo-o à Holding NK 031, acionista majoritária do **Voiter**. Essa redução de capital foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 8 de julho de 2021 e, portanto, desde então, o Letsbank deixou de ser uma subsidiária do **Voiter** e passou a ser uma subsidiária da Holding NK 031, como proposto na reorganização societária anunciada em 2020. Como evolução da forma de atuação mais independente do Letsbank, foi efetuada uma etapa adicional da reorganização, criando-se um conglomerado prudencial próprio para o Letsbank, com administração sem qualquer interferência do **Voiter**, em linha com a Resolução CMN nº 4.950/21. Deste modo, a partir de 24 de março de 2022, data da aprovação pelo Banco Central para a nova estrutura do conglomerado prudencial do **Voiter**, o Letsbank passa a reportar seu conglomerado prudencial de maneira independente já a partir de seus demonstrativos de março de 2022. O conglomerado prudencial **Voiter** terá como Instituição Líder o **Banco Voiter**, composto pelas seguintes Instituições Participantes: Distribuidora Intercap de Títulos e Valores Mobiliários S.A, Iron Capital - Siape Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, e Danúbio - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Para fins de capital, a desconsolidação do Letsbank não gerou quaisquer efeitos retroativos sobre o conglomerado prudencial do **Voiter** de 31 de dezembro de 2021. Ao final de 2021, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial **Voiter** foi de 10,4%. No primeiro trimestre de 2022, entretanto, o conglomerado prudencial do **Voiter** apresentou índice de Basiléia inferior ao mínimo requerido pelo Banco Central. Neste contexto, o acionista controlador comprometeu-se a realizar um aporte de capital, conforme o plano de estudo para o reenquadramento do Índice Basiléia. **Títulos Mantidos até o Vencimento - Resolução BACEN nº 3.068:** Atendendo a Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Banco declara ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento". **Gestão de Riscos:** A gestão dos riscos é essencial para a perenidade de qualquer instituição financeira. A gestão integrada de riscos abrange a avaliação e quantificação dos riscos, a continuidade dos negócios, a estrita observação das normas, a prevenção à lavagem de dinheiro, a segurança da informação e o controle e mitigação de riscos de mercado e liquidez, além do risco de crédito. O constante aprimoramento desta gestão é fundamental para gerar estabilidade nos resultados financeiros e aperfeiçoar a alocação de capital. O Conglomerado dispõe de ferramentas para identificar e mapear os riscos a que está exposto, mensurar esta exposição, adotar medidas de mitigação e gerir permanentemente eventuais variantes e cenários que possam interferir em seus negócios e resultados. A Companhia adota ainda posições coerentes com as diretrizes e limites definidos pela Administração em suas Políticas de Gerenciamento de Riscos e conta com comitês específicos, que oferecem suporte à Administração na discussão dos processos evolutivos, tanto nas políticas e normas internas quanto para o monitoramento e mitigação desses riscos. Maiores detalhes sobre a gestão de riscos estão disponíveis em nosso website (https://ri.voiter.com/ri). **Governança Corporativa:** O Conselho de Administração do Banco, presidido pelo Sr. Roberto de Rezende Barbosa, conta com quatro conselheiros de alta qualificação. A auditoria interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração. A Diretoria Executiva, eleita para o biênio 2021/2023, conta com experientes profissionais de mercado, participa e conta com o apoio de comitês para discussão e deliberação sobre questões fundamentais, como o Comitê de Auditoria, Comitê de Caixa, Comitê de Crédito e Reestruturação, Comitê de Distribuição, Comitê de Ética, Comitê de Riscos, Comitê de Riscos Operacionais, Compliance e PLD, e Comitê de Produtos. **Gente e Gestão:** O **Voiter** encerrou 2021 com 253 funcionários, sendo 41 novas posições criadas em relação ao final de 2020. Continuamos fortalecendo as lideranças com contratações estratégicas, como para área de Tecnologia e Transformação Digital, além da criação da área de Planejamento Estratégico e Inteligência de Mercado. Adicionalmente, trouxemos reforços importantes para o time de Operações Estruturadas, Mercado de Capitais e Produtos, de modo que possamos continuar suportando cada vez melhor nossos clientes e, assim, possamos conduzir nossos negócios na direção da nossa vocação e propósito. Trabalhamos cada vez mais nossa exposição como marca empregadora, principalmente através do nosso programa de estágio, no qual trouxemos 22 novos talentos, focando em diversidade regional, de gênero, raça, social e orientação sexual. Terminamos o ano com 23% dos cargos de liderança ocupados por mulheres. Atualmente, a demografia de gênero é representada por 38% de mulheres no **Voiter** e enquadramo-nos na média de mercado. O foco para o próximo ciclo é crescer os indicadores de diversidade. Focaremos também no fortalecimento da cultura e valores, já que temos valores de tração importantes, como Responsabilidade por Resultados e Excelência na Execução, buscando o engajamento dos times afim de entregarmos nossos resultados em 2022. **Marketing & Inspiração:** A área de Marketing e Inspiração concentrou seus esforços em ações internas, com o objetivo de disseminar a cultura, a estratégia e fomentar a aplicação dos valores e comportamentos **Voiter**. Para isso, foram desenvolvidas diversas comunicações internas e *Offsite* Comercial. Quanto à comunicação externa digital, foi lançado o novo site institucional, bem como o *rebranding* do Internet Banking, além de *posts* quinzenais no LinkedIn, visando aumentar o *awareness* da marca, promover negócios e atrair talentos. Além disso, participamos também como patrocinadores da Expert 2021, evento da XP. **Relacionamento com Auditores Independentes:** Informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não realizou e não está contratada para a prestação de outros serviços ao Banco e suas controladas e coligadas que não sejam aqueles relacionados à auditoria externa. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria Executiva do Banco Voiter S.A. declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, aqui divulgadas, e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes. **Agradecimentos:** Agradecemos a confiança e o apoio de nossos acionistas, clientes e parceiros de negócios e, em especial, de nossos funcionários e colaboradores, nosso ativo mais valioso e que, sempre alinhados aos nossos valores, nos ajudam a construir, sob uma base sólida, um banco mais forte, dinâmico e inovador.

São Paulo, 30 de março de 2022

A Administração
Banco Voiter S.A.

continua →☆

continuação

Banco Voiter CNPJ 61.024.352/0001-71 - Companhia de Capital Fechado

BALANÇO PATRIMONIAL Em milhares de reais

Ativo	Nota	Voiter 2021	Voiter 2020	Voiter Consolidado 2021	Voiter Consolidado 2020
Disponibilidades		60.046	44.266	60.070	44.963
Instrumentos financeiros		5.120.992	3.518.146	5.323.738	4.048.763
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6(b)	550.574	683.684	551.908	685.915
Títulos e valores mobiliários	7(a); (b)	2.977.517	2.156.255	2.942.416	1.875.297
Instrumentos financeiros derivativos	7(c)	315.719	18.834	475.762	170.279
Operações de crédito	8	597.128	262.224	688.171	854.328
Outros ativos financeiros	9 e 8(a)	680.054	397.149	665.481	462.944
Provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito	8(a); (b)	(60.095)	(125.499)	(64.356)	(164.872)
Operações de crédito		(30.587)	(102.989)	(34.955)	(142.360)
Outros ativos financeiros		(29.508)	(22.510)	(29.401)	(22.512)
Ativos não financeiros mantidos para venda, líquidos de desvalorizações	10	186.014	225.398	186.014	225.398
Ativos fiscais		298.794	322.057	321.338	337.419
A compensar		5.231	4.856	7.174	9.306
Créditos tributários diferidos	13	293.563	317.201	314.164	328.113
Outros ativos	11	247.228	135.683	277.615	225.331
Participações societárias	22 (a)	152.049	115.300		
Imobilizado de uso	22 (b)	17.114	16.402	17.170	18.891
Intangível	22 (c)	18.355	14.524	18.413	16.894
Depreciação e amortização acumuladas	22(b);(c)	(27.140)	(25.330)	(27.146)	(26.358)
Total do ativo		6.013.357	4.240.947	6.112.856	4.726.429

Passivo	Nota	Voiter 2021	Voiter 2020	Voiter Consolidado 2021	Voiter Consolidado 2020
Instrumentos financeiros		5.560.658	3.969.348	5.577.850	4.141.060
Depósitos	12(a)	4.305.210	3.017.325	4.237.280	3.235.760
Captações no mercado aberto	12(b)	401.408	277.716	401.408	83.711
Recursos de aceites e emissão de títulos	12(a)	595.146	647.596	595.146	647.596
Empréstimos e repasses	12(a)	4.009	4.702	4.009	4.702
Instrumentos financeiros derivativos	7(c)	219.074	12.323	320.109	159.605
Outros passivos financeiros	12(c)	35.811	9.686	19.898	9.686
Provisões	14	28.850	31.990	28.892	63.581
Passivos fiscais		1.546	82	22.417	3.494
Correntes			39	133	2.582
Obrigações fiscais diferidas	14(b)	1.546	43	22.284	912
Outros passivos	16	38.797	36.334	62.361	60.301
Patrimônio líquido	17	383.506	203.193	421.336	457.993
Atribuído à participação dos controladores		383.506	203.193	383.506	203.193
Capital	17(a)	1.387.173	1.156.335	1.387.173	1.156.335
Reservas de capital		35.960	35.960	35.960	35.960
Prejuízos acumulados	17(c)	(1.033.992)	(981.622)	(1.033.992)	(981.622)
Outros resultados abrangentes	17(b)	1.890	45	1.890	45
Ações em tesouraria	17(a),ii	(7.525)	(7.525)	(7.525)	(7.525)
Atribuído à participação dos não-controladores				37.830	254.800
FIDC Angá Sabemi					192.559
FIDC IC CF					62.241
Danúbio FIDC				26.242	
FIDC SIAPE				11.588	
Total do passivo e patrimônio líquido		6.013.357	4.240.947	6.112.856	4.726.429

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Em milhares de reais

	Nota	Voiter 2º Semestre 2021	Voiter Exercícios findos em 31 de dezembro 2021	Voiter Exercícios findos em 31 de dezembro 2020	Voiter Consolidado 2º Semestre 2021	Voiter Consolidado Exercícios findos em 31 de dezembro 2021	Voiter Consolidado Exercícios findos em 31 de dezembro 2020
Receitas da Intermediação Financeira		181.106	279.351	244.203	109.329	229.726	265.654
Receitas de operações de crédito	18(a)	42.893	63.602	73.599	51.199	86.516	138.658
Resultado com títulos e valores mobiliários	18(a)	473.070	712.105	194.672	467.548	706.328	156.140
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	18(a)	(352.354)	(510.744)	(37.170)	(426.915)	(577.504)	(42.291)
Resultado de câmbio	18(a)	17.497	14.388	13.102	17.497	14.386	13.147
Despesas da Intermediação Financeira		(174.518)	(275.358)	(169.495)	(173.772)	(276.155)	(173.220)
Despesas de captação no mercado	18(b)	(173.188)	(273.779)	(164.957)	(172.653)	(274.787)	(168.682)
Despesas de empréstimos e repasses		(1.330)	(1.579)	(4.538)	(1.119)	(1.368)	(4.538)
Resul. da Inter. Financ. Antes Prov. perdas esp. assoc. ao risco de crédito		6.588	3.993	74.708	(64.443)	(46.429)	92.434
Prov. perdas esp. assoc. ao risco de crédito		83.366	91.193	(1.390)	80.416	81.879	(706)
Reversão/(perdas) esperadas associadas ao risco de crédito	8(b)	83.366	91.193	(1.390)	80.416	81.879	(706)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		89.954	95.186	73.318	15.973	35.450	91.728
Outras receitas/(despesas) operacionais		(82.490)	(176.795)	(191.221)	(10.433)	(121.008)	(161.060)
Receitas de serviços		2.963	5.808	5.158	2.963	7.224	6.825
Receitas de tarifas bancárias		570	1.382	548	570	1.402	553
Despesas de pessoal	18(e)	(37.976)	(71.044)	(68.467)	(38.798)	(85.423)	(91.649)
Despesas administrativas	18(f)	(41.060)	(73.757)	(55.421)	(55.494)	(109.451)	(87.068)
Despesas tributárias		(6.681)	(14.230)	(9.530)	(7.835)	(16.095)	(10.399)
Reversão/(despesas) de provisões		(5.377)	(11.233)	(10.053)	(5.376)	(11.244)	(10.714)
Fiscais		(495)	(848)	(3.422)	(495)	(1.010)	(3.843)
Trabalhistas		(4.799)	(10.434)	(6.573)	(4.798)	(10.446)	(6.824)
Cíveis		(83)	49	(58)	(83)	212	(47)
Resultado de equivalência patrimonial	22(a)	(1.534)	(21.000)	(65.332)			
Outras receitas operacionais	18(c)	7.222	10.241	12.816	403.260	768.206	333.037
Outras despesas operacionais	18(d)	(617)	(2.962)	(940)	(309.723)	(675.627)	(301.645)
Resultado operacional		7.464	(81.609)	(117.803)	5.540	(85.558)	(69.332)
Resultado não operacional		(1.330)	(3.468)	4.262	(1.330)	(3.519)	(1.601)
Resultado antes dos tributos e antes participações		6.134	(85.077)	(113.541)	4.210	(89.077)	(70.933)
Impostos sobre a renda	13(a)	(2.181)	32.704	(121.121)	(1.497)	32.361	(160.172)
Lucro Líquido (Prejuízo)		3.953	(52.373)	(234.661)	2.713	(56.716)	(231.105)
Atribuível a participação controladora					3.953	(52.373)	(234.661)
Atribuível a participação não-controladora					(1.240)	(4.343)	3.556
Prejuízo por ação	19						
Ações ordinárias (R$/UN)			(0,0003)	(2,2834)			
Ações preferenciais (R$ /UN)			(0,0003)	(2,2834)			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Em milhares de reais

	Voiter 2º Semestre 2021	Voiter Exercícios findos em 31 de dezembro 2021	Voiter Exercícios findos em 31 de dezembro 2020	Voiter Consolidado 2º Semestre 2021	Voiter Consolidado Exercícios findos em 31 de dezembro 2021	Voiter Consolidado Exercícios findos em 31 de dezembro 2020
Lucro Líquido (Prejuízo)	3.953	(52.373)	(234.661)	2.713	(56.716)	(231.105)
Outros resultados abrangentes (Nota 16(b))	1.830	1.845	584	1.830	1.845	584
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos efeito tributários	1.830	1.845	584	1.830	1.845	584
Títulos e valores mobiliários (disponíveis para venda) Próprios	1.830	1.845	584	1.830	1.845	584
Resultado abrangente total	5.783	(50.528)	(234.077)	4.543	(54.871)	(230.521)
Atribuível a participação controladora				5.783	(50.528)	(234.077)
Atribuível a participação não-controladora				(1.240)	(4.343)	3.556

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Em milhares de reais

	Voiter 2º Semestre 2021	Voiter Exercícios findos em 31 de dezembro 2021	Voiter Exercícios findos em 31 de dezembro 2020	Voiter Consolidado 2º Semestre 2021	Voiter Consolidado Exercícios findos em 31 de dezembro 2021	Voiter Consolidado Exercícios findos em 31 de dezembro 2020
Prejuízo ajustado	(70.935)	(141.461)	438.229	(71.441)	(156.689)	(57.695)
Lucro Líquido (Prejuízo) do semestre/exercício	3.953	(52.373)	234.661	2.713	(56.716)	(231.105)
Imposto de renda e contribuição social	2.181	(32.704)	121.121	1.497	(32.361)	160.172
Provisão/(Reversão) para perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(83.366)	(91.193)	1.390	(80.416)	(81.879)	706
Desvalorização/(Reversão) de ativos não financeiros mantidos para venda	(2.665)	(2.299)	2.955	(2.665)	(2.299)	(2.955)
Despesa/(Reversão) em provisões	5.377	11.233	10.053	5.376	11.244	10.714
Depreciação e amortização	722	1.774	1.366	725	2.170	3.423
Resultado de equivalência patrimonial	1.534	21.000	65.332			
Resultado na alienação de bens tangíveis	1.329	3.101	1.351	1.329	3.152	1.350
Variação de ativos e passivos	(138.269)	(131.094)	37.661	(159.362)	(159.890)	229.240
(Aumento)/redução de aplicações interfinanceiras	(44.246)	13.359	(50.474)	(180.645)	(180.645)	142.947
(Aumento)/redução de TVM e Derivativos	(666.051)	(909.551)	(1.114.111)	(964.151)	(1.210.253)	(1.023.670)
(Aumento)/redução em operações de crédito	(199.960)	(309.115)	(18.588)	270.127	147.520	(231.390)
(Aumento)/redução em outros ativos financeiros	(133.127)	(282.905)	(251.358)	(127.571)	(218.450)	(199.486)
(Aumento)/redução em ativos não financeiros mantidos para venda	32.272	38.583	(70.495)	32.272	38.531	(43.779)
(Aumento)/redução em ativos fiscais	56.035	55.967	33.184	61.634	48.442	28.810
(Aumento)/redução em outros ativos	(105.856)	(111.545)	(24.358)	(67.528)	(52.284)	(48.816)
(Redução)/aumento de depósitos	963.577	1.287.885	1.167.119	780.376	1.001.520	1.418.863
(Redução)/aumento de captações no mercado aberto	111.444	123.692	75.058	247.844	317.697	(103.945)
(Redução)/aumento de recursos de aceites e emissão de títulos	(109.934)	(52.450)	359.986	(109.934)	(52.450)	359.986
(Redução)/aumento de empréstimos e repasses	(340)	(693)	(723)	(340)	(693)	(723)
(Redução)/aumento de letras financeiras subordinadas			(56.327)			(56.327)
(Redução)/aumento de outros passivos financeiros	(45.483)	26.125	3.720	(45.535)	26.125	3.115
(Redução)/aumento de provisões	(7.439)	(12.909)	(29.411)	(35.940)	(27.010)	(30.392)
(Redução)/aumento de outros passivos	10.839	2.463	14.439	(19.971)	2.060	14.047
Atividades operacionais - caixa líquido (aplicado)	15.989	(62.254)	1.441	(279)	(809)	(2.996)
Alienação de bens tangíveis	299	296		2.649	2.780	485
Aquisição de bens tangíveis	(741)	(1.010)	(957)	(1.468)	(1.921)	(3.779)
Aquisição de bens intangíveis	(3.807)	(3.886)		(3.830)	(4.038)	(2.346)
Alienação de bens intangíveis	71	75		2.370	2.370	
Alienação de investimentos			54			
Aquisição de investimentos			(300)			
Aumento de capital em investida	20.167	(57.729)				
Recebimento/(Reversão) de dividendos			2.644			2.644
Atividades de investimentos - caixa líquido (aplicado)	(193.215)	(334.809)	477.331	(231.082)	(317.388)	168.549
Aumento de capital	77.008	282.008	56.080	77.008	282.008	56.080
Redução de capital	(51.170)	(51.170)		(51.170)	(51.170)	
Aumento/(redução) de part. de acionistas não controladores				(129.392)	(212.995)	130.233
Aquisição de ações em tesouraria			(3.242)			(3.242)
Atividades de financiamentos - caixa líquido proveniente	25.838	230.838	52.838	(103.554)	17.843	183.071
Aumento/(Redução) em caixa e equivalentes de caixa	(167.377)	(103.971)	530.169	(334.636)	(299.545)	351.620
Caixa e equivalentes no início do período (Nota 6(a))	597.351	533.945	473.098	765.969	730.878	379.258
Caixa e equivalentes no final do período (Nota 6(a))	429.974	429.974	533.945	431.333	431.333	730.878
Aumento/(Redução) em caixa e equivalentes de caixa	(167.377)	(103.971)	60.847	(334.636)	(299.545)	351.620

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em milhares de reais

	Nota	Capital	Reserva de Capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Ações em Tesouraria	Total da participação dos Controladores	Participação dos não Controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.100.255	35.960	(539)	(746.961)	(4.283)	384.432	123.622	508.052
Ajustes de avaliação patrimonial				584			584		584
Aumento/(redução) de participação de acionistas não controladores								127.622	127.622
Aumento de capital	17(a)	56.080				(3.242)	52.838		52.838
Lucro Líquido (Prejuízo)					(234.661)		(234.661)	3.556	(231.106)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.156.335	35.960	45	(981.619)	(7.525)	203.193	254.800	457.993
Mutações do período		56.080		584	(234.658)	(3.242)	(181.239)	131.178	(50.059)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		1.156.335	35.960	45	(981.619)	(7.525)	203.196	254.800	457.996
Ajustes de avaliação patrimonial				1.845			1.845		1.845
Aumento/(redução) de participação de acionistas não controladores								(212.627)	(212.627)
Aumento de capital	17(a)	282.008					282.008		282.008
Redução de capital	17(a)	(51.170)					(51.170)		(51.170)
Lucro Líquido (Prejuízo) do período					(52.373)		(52.373)	(4.343)	(56.716)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.387.173	35.960	1.890	(1.033.992)	(7.525)	383.506	37.830	421.336
Mutações do período		230.838		1.845	(52.373)		180.310	(216.970)	(36.660)
Saldos em 30 de junho de 2021		1.361.335	35.960	60	(1.037.945)	(7.525)	351.885	168.094	519.979
Ajustes de avaliação patrimonial				1.830			1.830		1.830
Aumento/(redução) de participação de acionistas não controladores								(129.024)	(129.024)
Aumento de capital	17(a)	77.008					77.008		77.008
Redução de capital	17(a)	(51.170)					(51.170)		(51.170)
Lucro Líquido (Prejuízo)					3.953		3.953	(1.240)	2.713
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.387.173	35.960	1.890	(1.033.992)	(7.525)	383.506	37.830	421.336
Mutações do período		25.838		1.830	3.953		31.621	(130.264)	(98.643)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício findo em 2021 e 2020 - Em milhares de reais

1. Contexto operacional: O Banco Voiter S.A. ("Banco", "Instituição", "Companhia", "Banco Voiter" ou "Voiter"), sociedade anônima de capital fechado (conforme evidenciado na nota 2(b)) com as características e prerrogativas de banco múltiplo, e suas controladas ("Voiter Consolidado") têm como principais atividades bancárias operar com carteiras comercial, de investimento, de câmbio e em outras operações pertinentes à distribuidora de títulos e valores mobiliários. O Banco Voiter S.A., anteriormente denominado Banco Indusval S.A., tem sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 50 - 4º, 5º e 6º andares, São Paulo/SP, Brasil, e possui 6 dependências, sendo 5 localizadas em grandes centros comerciais brasileiros e 1 nas Ilhas Cayman ("Branch"). As demonstrações financeiras individuais do Banco Voiter S.A. e suas controladas (Voiter Consolidado) foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2022. **(a) Eventos Societários:** Em junho de 2020, a Administração anunciou ao mercado a Reorganização Societária pretendida para os negócios do Voiter. A Reorganização faz parte do planejamento da Companhia de segregar suas atividades de características e modelos distintos em sociedades diferentes, permitindo que cada negócio possua seu próprio posicionamento estratégico, maior autonomia, agilidade, foco exclusivo dos respectivos gestores e orçamento independente, além de propiciar maior visibilidade e o desenvolvimento de relacionamentos em seus respectivos mercados de atuação. A Companhia acredita que tal estratégia facilita o entendimento do mercado de cada nicho de sua atuação de forma segregada, considerando os diferentes portfólios de ativos e serviços, riscos e retornos e eventuais necessidades futuras de capital. Em 30 de dezembro de 2020, após o horário de pregão na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), houve a migração da base acionária da Companhia para uma nova companhia fechada - a NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. ("NK 031"), através da incorporação da totalidade das ações da Companhia pela NK 031 ("Incorporação de Ações"), mantendo-se inalterados todos os direitos e percentuais de participação dos que eram acionistas da Companhia naquela data. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia deixou, portanto, de ser listada na B3 e, desde então, o Voiter passou a ser uma companhia de capital fechado. Em 10 de fevereiro de 2021, a CVM comunicou o deferimento do cancelamento de registro do Voiter como emissor de valores mobiliários na categoria A, em vista do cumprimento de todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Em 7 de maio de 2021, a assembleia geral aprovou a alteração da razão social da Companhia de "Banco Indusval S.A." para "Banco Voiter S.A.", que foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 24 de junho de 2021. **(b) Reorganização do conglomerado prudencial:** Em 10 de maio de 2021, a assembleia geral de acionistas aprovou redução de capital do Banco Voiter referente a seu investimento no Banco Letsbank, restituindo-o à Holding NK 031, acionista majoritária do Voiter. Essa redução de capital foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 8 de julho de 2021 e, portanto, desde então, o Letsbank deixou de ser uma subsidiária do Voiter e passou a ser uma subsidiária da Holding NK 031, como proposto na reorganização societária anunciada em 2020. Com a reorganização societária acima, o Letsbank ganhou autonomia em seus negócios, atuando de forma independente, com uma plataforma transacional digital desenvolvida para parcerias estratégicas com instituições que possuam carteiras de clientes PME (pequenas e médias empresas). Adicionalmente, o Letsbank passou a definir suas próprias prioridades e estratégias de atuação, atuando com maior independência. Como evolução desta forma de atuação mais independente do Letsbank, foi efetuada uma etapa adicional da reorganização, criando-se um conglomerado prudencial próprio para o Letsbank, com administração sem qualquer interferência do Voiter, em linha com a Resolução nº 4.950/21, do Conselho Monetário Nacional. Deste modo, a partir de 24 de março de 2022, data da aprovação pelo Banco Central para a nova estrutura do conglomerado prudencial do Voiter, o Letsbank passa a reportar seu conglomerado prudencial de maneira independente, já a partir de seus demonstrativos de março de 2022. O conglomerado prudencial Voiter terá como Instituição Líder o Banco Voiter, composto pelas seguintes Instituições Participantes: Distribuidora Intercap de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Iron Capital - Siape Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, e Danúbio - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Para fins de capital, a desconsolidação do Letsbank não gerou quaisquer efeitos retroativos sobre o conglomerado prudencial do Voiter de 31 de dezembro de 2021. Nos primeiros meses de 2022, entretanto, o conglomerado prudencial do Voiter apresentou índice de Basileia inferior ao mínimo requerido pelo Banco Central. Neste contexto, o acionista controlador compromete-se a realizar um aporte de capital na Instituição para o reenquadramento do Índice de Basileia conforme os níveis requeridos pelo Banco Central. Nesse contexto, o acionista controlador compromete-se a realizar um aporte de capital, conforme o plano de estudo para o reenquadramento do Índice de Basileia. **(c) Distrato do Acordo de Acionistas:** Conforme Fato Relevante divulgado em 15 de setembro de 2020, no dia anterior foi celebrado distrato dos Acordos de Acionistas da Instituição datados de 07 de novembro de 2011 e 26 de agosto de 2019. **(d) Renúncia de membros do Conselho de Administração e saída de acionista relevante:** Em Reunião realizada em 28 de agosto de 2020, os membros do Conselho de Administração tomaram ciência da renúncia do Sr. Jair Ribeiro da Silva Neto do cargo de Conselheiro. Conforme Fato Relevante divulgado em 15 de setembro de 2020, no dia anterior foram recebidas, pela Companhia, cartas enviadas pelos Srs. Luiz Masagão Ribeiro e Manoel Felix Cintra Neto, nas quais eles, de forma irrevogável e irretratável, (a) renunciaram aos seus cargos como membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como (b) comprometeram-se a permanecer como acionistas da Companhia até a implementação da Incorporação de Ações aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14 de agosto de 2020 ("Incorporação de Ações"), de forma que não exercerão seu direito de recesso decorrente da Incorporação de Ações nem aderirão à oferta pública de aquisição de ações para

continua

continuação

Banco Voiter CNPJ 61.024.352/0001-71 - Companhia de Capital Fechado

fins de saída da Companhia do segmento de listagem Nível 2 da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, noticiada nos Fatos Relevantes divulgados em 27.12.2019, 09.06.2020, 13.08.2020 e 27.08.2020. Além disso, como divulgado no Fato Relevante de 15 de setembro de 2020, foram celebrados acordos com o Sr. Jair Ribeiro da Silva Neto, pelos quais ele se comprometeu a (a) exercer somente parcialmente seu direito de recesso decorrente da Incorporação de Ações, de forma que 1.067.616 ações de emissão da Companhia de sua titularidade sejam reembolsadas em razão do exercício do direito de recesso, (b) não alienar ações de emissão da Companhia de sua titularidade no contexto da OPA de saída do Nível 2, e (c) alienar à NK 031 Empreendimentos e Participações S.A., sociedade que incorporará a totalidade de ações da Companhia, a totalidade das ações que ele receber em razão da Incorporação de Ações, recebendo, como pagamento por essa alienação, o direito a uma parcela dos valores de créditos vencidos e não pagos de titularidade da Companhia que ele eventualmente venha conseguir recuperar junto aos respectivos devedores. O valor total que o Sr. Jair Ribeiro da Silva Neto poderá receber no arranjo descrito no item (c) acima estará limitado ao valor que ele receberia caso alienasse o restante de suas ações no contexto da OPA de saída do Nível 2. **(e) Aquisições da Guide Investimentos S.A. e suas empresas controladas:** Em 1 de abril de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre o Sr. Roberto de Rezende Barbosa (acionista controlador da Holding NK 031), na qualidade de vendedor, e o Banco Voiter S.A., na qualidade de comprador, por meio do qual o Sr. Roberto de Rezende Barbosa alienou 101.386 ações preferenciais, equivalentes a 19,9% de participação residual que detinha no capital social da Guide Investimentos S.A., pelo preço total de R$ 124.290. **2. Apresentação das Demonstrações financeiras: (i) Base de apresentação:** As demonstrações financeiras do Banco e as demonstrações financeiras consolidadas do Voiter Consolidado foram elaboradas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme regulamentações do Conselho Monetário Nacional (CMN), com observância às disposições da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/2020, que estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Estas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **(ii) Consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Banco Voiter S.A., sua agência no exterior, e as empresas financeiras e não financeiras e fundos controlados: Distribuidora Intercap de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Intercap DTVM), Voiter Comércio de Cereais Ltda. (Voiter Cereais), BI&P Assessoria e Participações Ltda. (BI&P Assessoria), Cripton Comercializadora de Energia Ltda., Danúbio - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e FIDC Siápe Iron Capital. Os investimentos do Banco nas empresas controladas, bem como os ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados de transações entre as instituições foram eliminados para efeito de consolidação. A agência de Cayman foi autorizada a operar pelo BACEN em 5 de março de 2008 e está representada em 31 de dezembro de 2021 por total de ativos de R$ 39.141 (R$ 34.765 em 31 de dezembro 2020), patrimônio líquido de R$ 35.940 (R$ 36.054 em 31 de dezembro de 2020) e resultado de R$ (469) no exercício de 2021 (R$ 7.399 no exercício de 2020). Abaixo, as empresas que o Banco Voiter S.A. apresentam participações societárias diretas no período compreendido por essas demonstrações financeiras:

Empresa	Tipo	Atividades	Participação total (em %) 31/12/2021	31/12/2020
Voiter Comércio de Cereais Ltda. [1]	Controlada	Títulos e operações agrícolas	100	100
BI&P Assessoria e Participações Ltda.	Controlada	Assessoria financeira e finanças corporativas	100	100
Distribuidora Intercap de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Controlada	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100	100
Cripton Comercializadora de Energia Ltda. [2]	Ativo	Comercializadora de Energia	100	100
Danúbio - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios [4]	Risco e Benefício	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	61	50
Banco Letsbank S.A. [5]	Controlada	Instituição financeira		100
FIDC Siápe Iron Capital [3]	Risco e Benefício	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	90	62

[1] Em 09 de março de 2021, foi aprovada pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, a alteração do nome de BI&P Comércio de Cereais Ltda. para Voiter Comércio de Cereais Ltda.
[2] Em 1 de julho de 2021, o Banco efetivou a aquisição da Cripton Comercializadora de Energia Ltda., a qual passou a ser consolidada a partir de julho de 2021.
[3] O Banco detém 45.000 cotas de classe sênior, que equivalem a 90,00% do capital social do Fundo Iron Capital - Siape Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. No balanço patrimonial do Banco Voiter S.A..
[4] O Banco adquiriu 190.181,37 cotas de classe única, que equivalem a 61,34% do capital social do Danúbio - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.
[5] Em 10 de maio de 2021, a assembleia geral aprovou a redução do capital do Banco Voiter S.A. referente ao investimento no Letsbank, restituindo-o à acionista majoritária, a Holding NK 031. O Letsbank, assim, já não é mais uma subsidiária do Voiter e sim da Holding NK 031.

Em 8 de julho de 2021, foi homologado pelo Banco Central do Brasil a redução do capital do Banco Voiter S.A. ("Voiter") referente ao investimento no Letsbank, restituindo-o à acionista majoritária, a Holding NK 031. O Letsbank, assim, já não é mais uma subsidiária do Voiter e sim da Holding NK 031, como proposto na reorganização societária. Para fins de capital, não há impactos no Consolidado Prudencial. Abaixo, o balanço consolidado do Banco Voiter S.A. em 31 de dezembro de 2020, sem os efeitos do Banco Lets bank S.A. para fins de comparabilidade:

	Voiter Consolidado Sem LB 2020	Com LB 2020
Ativo		
Disponibilidade	44.298	44.963
Instrumentos financeiros	3.979.277	4.048.763
Provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito	(164.870)	(164.872)
Bens não de uso próprios, líquidos de desvalorizações	229.932	225.398
Ativos fiscais	327.988	337.419
Outros ativos	167.725	225.331
Imobilizado de uso	16.409	18.891
Intangível	14.524	16.894
Depreciação e amortização acumuladas	(25.333)	(26.358)
Total do ativo	**4.589.950**	**4.726.429**
Passivos	**2020**	**2020**
Instrumentos financeiros	4.086.642	4.141.060
Provisões	32.026	63.581
Passivos fiscais	3.494	3.494
Outros passivos	43.026	60.301
Patrimônio líquido	424.762	457.993
Atribuído à participação dos controladores	169.962	203.193
Atribuído à participação dos não controladores	254.800	254.800
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.589.950**	**4.726.429**

Abaixo, a demonstração do resultado do Banco Voiter S.A. em 31 de dezembro de 2020, sem os efeitos do Banco Letsbank S.A. a partir de julho de 2020 para fins de comparabilidade:

	Voiter Consolidado Sem LB 2020	Com LB 2020
Receitas da Intermediação Financeira	**263.049**	**265.654**
Despesas da Intermediação Financeira	**(171.382)**	**(173.220)**
Resul. da Inter. Financ. Antes Prov. perdas esp. assoc. ao risco de crédito	**91.667**	**92.434**
Prov. perdas esp. assoc. ao risco de crédito	**(15.926)**	**(706)**
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**75.741**	**91.728**
Outras receitas/(despesas) operacionais	**(141.352)**	**(161.060)**
Despesas de pessoal	(90.640)	(91.649)
Despesas administrativas	(78.668)	(87.068)
Despesas tributárias		(10.399)
Resultado operacional	**(83.400)**	**(69.332)**
Resultado não operacional	**31.707**	**(1.601)**
Resultado antes dos tributos e antes participações	**(51.693)**	**(70.933)**
Impostos sobre a renda	**(161.484)**	**(160.172)**
Prejuízo	**(213.177)**	**(231.105)**
Atribuível a participação controladora	(216.733)	(234.661)
Atribuível a participação não-controladora	3.556	3.556

3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos: Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as políticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, e contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **(i) Avaliação do valor de mercado de alguns instrumentos financeiros sem mercado ativo:** O Voiter Consolidado detém em seu ativo cédulas do produto rural (CPRs), *warrants* (CDA/WAs), debêntures, notas promissórias e cotas de fundos de investimentos contabilizados na rubrica Instrumentos Financeiros (subtítulo: Títulos e Valores Mobiliários) que não são cotados em mercado ativo. O valor de mercado de instrumentos financeiros sem mercado ativo ou cujos preços não estão disponíveis é calculado através de técnicas de precificação. Nestes casos, os valores justos são estimados através de dados observados em instrumentos similares ou através de modelos. Quando dados observáveis de mercado não estão disponíveis, eles são estimados baseados em premissas apropriadas. Quando são utilizadas técnicas de precificação, estas são validadas e revisadas periodicamente, a fim de manter sua confiabilidade. **(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** O Voiter Consolidado classifica alguns ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo na rubrica Instrumentos Financeiros (subtítulo: Títulos e Valores Mobiliários) como ativos financeiros "mantidos até o vencimento". Esta classificação requer significativo julgamento, levando em conta a intenção e capacidade de manter estes investimentos até o vencimento. **(iii) *Impairment* de ativos não financeiros:** De acordo com o CPC 01, os ativos não financeiros (imobilizados e intangíveis) também devem ser testados anualmente para *impairment* em algumas situações. Para o cálculo do valor recuperável (valor em uso), o Voiter Consolidado faz uso de estimativas de fluxos de caixa (montante e prazos), bem como das taxas de desconto apropriadas. O valor total de ativos não financeiros sujeitos ao teste de recuperabilidade. Não foram apuradas perdas em tais ativos no período compreendido por estas Demonstrações financeiras. **(iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Créditos tributários são reconhecidos em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a Instituição e o Voiter Consolidado irão gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário da Instituição e do Voiter Consolidado é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos. **(v) Provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito:** A provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas em operações de crédito e outros créditos, considerando as normas e instruções do CMN e do BACEN associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito. Os valores das provisões são definidos, essencialmente, levando-se em consideração a faixa de atraso e o risco de crédito das respectivas operações de crédito. Esses valores podem ser diferentes do valor presente dos recebimentos estimados, bem como dos valores a serem de fato recebidos. **(vi) Provisões, ativos e passivos contingentes (fiscais, trabalhistas e cíveis):** As empresas do Voiter Consolidado no curso normal dos negócios são autoras ou rés em diversos processos na justiça. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes decorrentes desses processos são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e na Circular nº 3.429/10 do BACEN. Os valores contabilizados ou divulgados em notas explicativas são baseados nas melhores estimativas, inclusive na probabilidade de ocorrência do tema em questão. As contingências classificadas como perdas prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões. **4. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **(a) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco Voiter. **(b) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto (exceto posição financiada) e aplicações em depósitos interfinanceiros (exceto CDI rural), cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **(d) Instrumentos Financeiros (Ativo):** Instrumentos financeiros são representados por qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra. Os instrumentos financeiros ativos são: **(i) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **(ii) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • Títulos disponíveis para venda - que não se enquadrem como negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários; • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Conforme determina a Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de sua data de vencimento. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo):** Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, swap e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02. Os instrumentos financeiros derivativos com finalidade de "*hedge*" são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. De acordo com a Circular BACEN n.º 3.082/02, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a *hedge* ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria ou que não atendam aos critérios de *hedge* contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como: I. *hedge* de risco de mercado; e II. *hedge* de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, a parcela inefetiva é registrada no resultado. O Voiter não possui operações de *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operações no exterior. **(iv) Operações de créditos e outros ativos financeiros:** As operações de crédito, nas suas diversas modalidades, estão registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando pós-fixados, e líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando prefixadas. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receita de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas no nível em que estavam classificadas, exceto quando da ocorrência de amortização importante, hipótese que poderá resultar em melhora do rating atribuído. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes de renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações, efetuada pela administração, caso a caso, para concluir quanto ao valor necessário para créditos de liquidação duvidosa, e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. As classificações de risco de clientes ("ratings") são atribuídas por modelo de "*credit score*", e podem ser revisadas pelo comitê de crédito, resultando em alteração da classificação atribuída inicialmente. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, o Banco Voiter S.A. optou pela contagem em dobro dos períodos vencidos, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99, para determinar o nível de risco da operação. Através da Resolução nº 3.533/08, o Conselho Monetário Nacional determina a divulgação em nota explicativa de informações relativas a cada categoria de classificação de venda de ativos financeiros (nota 8 (g)). As referidas categorias são: • Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o ativo deve ser baixado e o resultado reconhecido no momento da transferência; • Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o ativo não deve ser baixado, mas sim, deve ser reconhecido um passivo. O resultado é apurado conforme o prazo da cessão; e • Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios: deve ser avaliado a qual instituição pertence o controle do ativo. **(e) Ativos não financeiros mantidos para venda:** Compostos, basicamente, por ativos não financeiros mantidos para venda. Os ativos não financeiros mantidos para venda, correspondem a bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso (BNDU) e bens de uso próprio que serão realizados pela sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base no valor de mercado obtido em laudo fornecido por perito ou empresa independente. **(f) Outros ativos:** São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. Composto basicamente por despesa antecipada, depósitos em garantia, prêmio em operação de crédito, crédito presumido: (a) despesa antecipada: consideram as aplicações de recursos cujos benefícios ocorrerão em períodos seguintes; (b) depósitos em garantia: depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantirem prestação de serviço de qualquer natureza; (c) prêmio em operação: considera-se o prêmio ou o desconto em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que foram baixados, integral ou proporcionalmente, pela instituição vendedora ou cedente, correspondente à diferença positiva ou negativa entre o valor efetivamente pago e o valor original contratado atualizado, que deve ser apropriado à adequada conta de resultado em função do prazo remanescente da operação; (d) crédito presumido: são ativos a receber da receita federal do Brasil, apurados de acordo com o disposto no art. 2º da Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013. **(g) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são demonstrados ao custo. **(h) Imobilizado e Intangível:** O ativo imobilizado está registrado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. Os ativos intangíveis do Banco são compostos por intangível na aquisição de participação de entidades (ágio) e por outros ativos intangíveis. Os ágios são amortizados em decorrência da expectativa de geração de resultados das investidas. **(i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - "*Impairment*":** O Banco Voiter S.A. e suas controladas, baseando-se nos dispositivos do CPC 01, analisa uma vez por ano os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*, que é reconhecida no resultado do período se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Saldos de ágio originados da aquisição de empresa e ativos intangíveis com vida útil indefinida tem sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, independentemente da existência de alguma indicação de perda por *impairment*. Já os ativos imobilizados, investimentos em controladas, coligadas e demais intangíveis são testados apenas se houver evidência objetiva de perda. **(j) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):** O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros créditos - diversos", no ativo e/ou "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias", no passivo. Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 20% (elevação da alíquota de 15% para 20%, com base na Emenda Constitucional 103, de 13 de novembro de 2020). Até outubro de 2020, a contribuição social era calculada à alíquota de 15%. **(k) Instrumentos Financeiros (Passivo)**: Correspondem aos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die. Os instrumentos financeiros passivos são: **(i) Depósitos interfinanceiros, a prazo, captações no mercado aberto e recursos de letras financeiras, agrícolas e imobiliárias:** Os depósitos interfinanceiros, a prazo, as captações no mercado aberto e os recursos de letras financeiras, agrícolas e imobiliárias estão registrados pelos seus respectivos valores contratuais, acrescidos dos encargos contratados, proporcionais ao período decorrido da contratação da operação. **(ii) Empréstimos e repasses:** As obrigações por empréstimos e repasses estão registradas a valor presente, incorporando os encargos incorridos até a data do balanço e atualizadas às taxas cabíveis, vigentes nas datas dos balanços. **(l) Provisões e Passivos fiscais:** São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Carta Circular nº 3.429/10, na Deliberação CVM nº 594/09 e referendadas pela Resolução nº 3.823/09 do BACEN (CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). **(m) Ativos e passivos contingentes:** Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. • Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. • Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. **(n) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão. **(o) Outros passivos: (i) Resultado de exercícios futuros:** Referem-se às comissões de operações de fianças e resultados não realizados: (i) as comissões de operações de fiança emitidas que foram recebidas à vista e que serão apropriadas linearmente ao resultado até os seus vencimentos, na situação do devedor especificado cumprir as obrigações normais do contrato (não apresentar *default*). Em caso de *default* do devedor, o banco reconhece imediatamente o saldo acumulado em resultado de exercícios futuros ao resultado do período. (ii) os lucros não realizados, oriundos das vendas de carteira de créditos consignados, entre os fundos de investimentos em direito creditórios controlados pelo Voiter, serão reconhecidos à medida que os ativos forem vendidos para terceiros, ou forem depreciados, ou através de *impairment* ou baixas por qualquer outro motivo. Para fins de consolidação, os lucros não realizados entre suas controladas, diretas e indiretas, foram eliminados em contas apropriadas de acordo com a natureza da operação. **(p) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes:** A Resolução nº 2, de 27 de novembro de 2021 do Banco Central do Brasil, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. **(q) Método de cálculo e divulgação do resultado por ação:** Na divulgação do resultado líquido por ação, deve-se observar o Pronunciamento CPC 41 - Resultado por Ação, inclusive no que se refere à evidenciação em notas explicativas, desconsiderando o Apêndice A2, bem como as menções de reconhecimento de algumas ações preferenciais como passivos. Além disso, os demais pronunciamentos citados no CPC 41, enquanto não recepcionados pelo BACEN ou CMN, não podem ser aplicados. Segundo o CPC 41, o resultado por ação (básico) é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia (ON e PN) pela média ponderada da quantidade de ações em circulação, enquanto a prática anterior dividia o lucro ou prejuízo do final do período pela quantidade de ações em circulação no final do período. **(r) Apresentação da demonstração do resultado abrangente:** A demonstração do resultado abrangente engloba o resultado do período e os outros resultados abrangentes do período, separados em itens que serão ou não reclassificados para o resultado em períodos posteriores. Outros resultados abrangentes são itens de receitas e despesas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. **(s) Participação dos Acionistas Minoritários:** A participação dos acionistas não controladores (minoritários) é registrada em conta destacada de patrimônio da entidade controladora nas demonstrações financeiras consolidadas. **(t) Eventos subsequentes:** Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de Administração. São divididos em: (a) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e (b) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. **5. Impactos da pandemia do coronavírus nos negócios do Voiter Consolidado:** Diante da pandemia da Covid-19, o Voiter tem adotado medidas para minimizar os impactos que possam surgir aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e à sua operação. As ações tomadas estão alinhadas às normas sanitárias da Organização Mundial de Saúde (OMS), dos governos do Estado e das Prefeituras das localidades onde atuamos. Desde o final de março de 2020, os colaboradores passaram a trabalhar em regime de home office e as instalações das unidades físicas do Banco têm seguido todas as orientações oficiais de higiene e saúde. No final de 2020, iniciou-se o retorno dos funcionários aos escritórios, com adesão voluntária e dentro de protocolos definidos pelas autoridades de saúde. Em 2021, o Voiter passou a adotar um sistema híbrido de trabalho, em que nossos colaboradores alternam dias de trabalho no escritório, seguindo todos os protocolos definidos, e dias em *home office*.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez:

(a) Caixa e equivalentes de caixa:

	Voiter 31/12/2021	Voiter 31/12/2020	Voiter Consolidado 31/12/2021	Voiter Consolidado 31/12/2020
Disponibilidade	60.046	44.266	60.070	44.963
Aplicações interfinanceiras de liquidez consideradas equivalentes de caixa	369.928	489.679	371.263	685.915
Caixa e equivalentes de caixa	**429.974**	**533.945**	**431.333**	**730.878**

continua

continuação **Banco Voiter** CNPJ 61.024.352/0001-71 - Companhia de Capital Fechado

(b) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

	Voiter Consolidado 31/12/2021	31/12/2020
Posição bancada	**368.333**	**684.226**
Tesouro Selic	16.999	302.226
Tesouro Prefixado	351.334	382.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**183.575**	**1.689**
Aplicações em depósitos	180.646	
Aplicações em moeda estrangeira	2.929	1.689

	Voiter Consolidado 31/12/2021	31/12/2020
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	551.908	685.915
Ativo Circulante	551.908	685.915

7. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: (a) Avaliação, classificação e gerenciamentos de riscos: As avaliações das posições de títulos de renda fixa e dos instrumentos financeiros derivativos são obtidas através dos mercados em que possuam maior liquidez ou, caso não haja essa disponibilidade, em mercados correlacionados, inclusive por interpolações e extrapolações de prazos. A estrutura de gerenciamento de riscos, bem como a metodologia adotada para o cálculo de capital, pode ser encontrada na Internet na página da Instituição (https://www.bip.b.br/ri), no menu Informações Financeiras, submenu Fatores de Risco.

(b) Títulos e valores mobiliários:

	Valor de custo	Ajuste a mercado	Valor de mercado	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180	De 181 a 360	De 361 a 1080	De 1081 a 1800 (31/12/2021)	Voiter 31/12/2020 Valor de mercado
Títulos para negociação	**2.209.935**	**25.358**	**2.235.293**	**168.039**	**958.069**	**165.341**	**113.198**	**705.495**	**125.151**	**1.557.915**
Tesouro Selic	960.346	(88)	960.258		78.296		51.316	705.495	125.151	442.606
Cédulas de Produto Rural	110.200	9.719	119.919		41.331	16.706	61.882			43.153
Warrants	962.563	24.514	987.077		838.442	148.635				591.231
Títulos de renda variável	9.226	(8.787)	439	439						449
Cotas de fundos de investimento	**167.600**		**167.600**	**167.600**						**480.476**
FIDC Agronegócio Funding I (2)										130.287
FIDC Angá Sabemi Consignados VII										194.088
Budapeste FIDC										52.520
FIDC IC CF										100.268
FIDC Capital BR										2.793
Danubio - FIDC	46.235		46.235	46.235						
FIDC Siápe Iron Capital	20.561		20.561	20.561						
FIC FIDC SAV	26.695		26.695	26.695						
FIDC SOFÁCIL	10.320		10.320	10.320						
FIDC SOFÁCIL II	25.499		25.499	25.499						
FIDC CONTAI	10.006		10.006	10.006						
Parallax Ventures FIP Multiestratégia	26.072		26.072	26.072						
Mindset Ventures III LP	2.212		2.212	2.212						520
Títulos disponíveis para venda	**133.368**	**9.426**	**142.794**	**133.865**				**8.929**		**30.043**
Debêntures	8.928	1	8.929					8.929		5.023
Títulos de renda variável	124.440	9.425	133.865	133.865						
Nota Promissória										25.020
Títulos mantidos até o vencimento (1)	**599.430**		**599.430**		**199.964**		**48.816**	**271.516**	**79.134**	**568.297**
Tesouro IPCA	79.134		79.134						79.134	73.838
Tesouro Prefixado	520.296		520.296		199.964		48.816	271.516		494.459
Total de TVM - 31/12/2021	**2.942.733**	**34.784**	**2.977.517**	**301.904**	**1.158.033**	**165.341**	**162.014**	**985.940**	**204.285**	**2.156.255**
Total de TVM - 31/12/2020	**2.092.360**	**63.895**	**2.156.255**	**480.925**	**87.107**	**75.170**	**66.811**	**288.245**	**184.128**	

(1) Atendendo a Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo amortizado. Caso fossem avaliados a valor de mercado, apresentariam, em 31 de dezembro de 2021, ajuste a mercado negativo de R$31.336. (2) Em 30 dezembro de 2021, foi feita a cessão sem coobrigação das cotas do FIDC Agronegócio Funding I para a RT 099, empresa controlada da Holding NK 031.

	Valor de custo	Ajuste a mercado	Valor de mercado	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180	De 181 a 360	De 361 a 1080	De 1081 a 1800	Acima de 1800 (Voiter Consolidado 31/12/2021)	Voiter Consolidado 31/12/2020 Valor de mercado
Títulos para negociação	**2.174.684**	**25.508**	**2.200.192**	**104.875**	**958.226**	**165.341**	**113.198**	**720.200**	**125.352**	**13.000**	**1.276.957**
Tesouro Selic	975.259	62	975.321		78.453		51.316	720.200	125.352		469.098
Certificado de Depósitos Bancários	13.000		13.000							13.000	28.486
Cédulas de Produto Rural - CPR	110.200	9.719	119.919		41.331	16.706	61.882				43.153
Warrants	962.563	24.514	987.077		838.442	148.635					591.231
Títulos de renda variável	9.226	(8.787)	439	439							450
Cotas de fundos de investimento (1)	104.436		104.436	104.436							144.539
Títulos disponíveis para venda	**133.368**	**9.426**	**142.794**	**133.865**				**8.929**			**30.043**
Debêntures	8.928	1	8.929					8.929			5.023
Títulos de renda variável	124.440	9.425	133.865	133.865							
Nota Promissória											25.020
Títulos mantidos até o vencimento (2)	**599.430**		**599.430**		**199.964**		**48.816**	**271.516**	**79.134**		**568.297**
Tesouro IPCA	79.134		79.134						79.134		**73.838**
Tesouro Prefixado	520.296		520.296		199.964		48.816	271.516			494.459
Total de TVM - 31/12/2021	**2.907.482**	**34.934**	**2.942.416**	**238.740**	**1.158.190**	**165.341**	**162.014**	**1.000.645**	**204.486**	**13.000**	**1.875.297**
Total de TVM - 31/12/2020	**1.811.404**	**63.893**	**1.875.297**	**144.989**	**169.882**	**312.091**	**460.463**	**427.553**	**360.319**		

(1) Atendendo a Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo amortizado. Caso fossem avaliados a valor de mercado, apresentariam, em 31 de dezembro de 2021, ajuste a mercado negativo de R$31.336. (2) AS cotas de fundos de investimento não contemplam os fundos: Danúbio - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e FIDC Siápe Iron Capital os mesmos são consolidados o efeito da consolidação está na linha de crédito vide Nota 8(a). Além dos casos citados para a composição de saldo adicionamos o montante de R$ 3.632 compostos por contas de fundo de renda fixa, oriundos do FIDC Danúbio efeito da consolidação do Balanço. **(c) Instrumentos financeiros derivativos:** O Voiter Consolidado opera com instrumentos financeiros derivativos, de acordo com sua política de gestão de riscos, com o objetivo de proteção (*hedge*) contra riscos de mercado, mitigando exposições decorrentes principalmente de flutuações das taxas de juros e cambial. Os instrumentos derivativos utilizados destinam-se a administrar a sua exposição global e a atender às necessidades de seus clientes para a proteção de suas exposições. As operações de derivativos utilizadas são: *swaps* de taxas de juros, de moeda, produtos e índices, de fluxo de caixa, operações em mercados futuros, termos e opções. Os instrumentos financeiros derivativos são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor de mercado, geralmente, baseando-se em cotações de preços ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características similares. Não estando disponíveis, os valores de mercado baseiam-se em modelos de precificação, fluxo de caixa descontado e cotações de operadores de mercado. Os contratos de derivativos negociados são registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. A apuração destas operações é feita através de informações disponíveis e divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou por provedores externos (corretoras, bancos e outros). A área de Gestão de Risco trata da precificação de todos os instrumentos financeiros derivativos, tanto utilizando parâmetros de mercado MtM (*Mark to Market*) como parâmetros da operação (valor na curva). Os parâmetros de mercado são atualizados diariamente no processo de precificação dos instrumentos a mercado, como as estruturas a termo de taxa de juros para todos os indexadores brasileiros. Os modelos de marcação a mercado (MtM) avaliam os valores dos instrumentos derivativos de acordo com as atuais condições de mercado para todos os indexadores, como também para os títulos de dívida soberana e títulos de emissão privada, e *duration* (prazo médio) da carteira.

(i) Posição por indexador:

	Ativos 2021	Ativos 2020	Passivos 2021	Passivos 2020	Voiter Consolidado – Valor de registros dos contratos 2021	2020
Swap	**253**		**4.579**		**102.739**	
Pré x DI			4.579		90.000	
DI x Pré	216				3.283	
US$ x DI	37				9.456	
Termo	**475.509**	**170.279**	**315.530**	**159.605**	**936.598**	**319.739**
Moedas	3.458	567	11.823	383	146.293	42.237
Total do ativo	472.051	169.712	303.707	159.222	790.305	277.502
Futuros					**105.165**	**3.738.848**
Taxa de juros					1.387	1.947.980
Moedas					103.778	1.493.914
Ativos financeiros e mercadorias						296.954
	475.762	**170.279**	**320.109**	**159.605**	**1.144.502**	**4.058.587**

(ii) Posição por prazo:

Ativo	Até 90 dias	De 91 a 180	De 181 a 360	De 361 a 1080	De 1081 a 1800	Acima de 1800	Voiter Consolidado 2021 Total	2020 Total
Valor referencial		**1.716.023**	**5.203.985**	**889.454**	**276.091**		**8.085.553**	**4.058.587**
Swap			8.295		94.444		102.739	–
Termo		477.797	560.464	3.502			1.041.763	319.739
Futuros		1.238.226	4.635.226	885.952	181.647		6.941.051	3.738.848
Ativo		**1.821**	**460.296**	**9.937**	**9**	**3.719**	**475.782**	**170.279**

Ativo	Até 90 dias	De 91 a 180	De 181 a 360	De 361 a 1080	De 1081 a 1800	Acima de 1800	Voiter Consolidado 2021 Total	2020 Total
Swap			244		9		253	
Termo		1.821	460.052	9.937		3.719	475.529	170.279
Passivo		**77.718**	**233.976**	**8.106**		**309**	**320.109**	**159.605**
Swap			4.579				4.579	
Termo		77.718	229.397	8.106		309	315.530	159.605
Valor Referencial - 31/12/2020		**51.967**	**1.236.332**	**2.423.503**	**312.649**	**34.136**		**4.058.587**
Total do ativo		**11.095**		**159.184**				**170.279**
Passivo - 31/12/2020			**9.230**	**150.375**				**159.605**

(iii) Hedge de Risco de Mercado: A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. As estratégias de *hedge* de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos. A metodologia de gestão do *hedge* de risco de mercado adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex. risco de taxa de juros prefixada em Reais). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos. O Banco aplica o *hedge* de risco de mercado como segue: • O Banco possui uma carteira de Certificados de Depósito Bancário indexados à taxa prefixada no montante de R$4.297.986, sendo que o Banco designou R$2.134.413, para hedge de risco de mercado. As captações do Banco Voiter, realizadas através dos CDBs, fornecem recursos financeiros para a expansão de seus negócios ao serem adquiridos por investidores, sendo remunerados por uma taxa prefixada no montante R$719.976 e taxa de inflação no montante de R$1.414.437 determinada no momento da emissão de referidos títulos e não tem liquidez diária, portanto, principal e juros são devolvidos no vencimento final das operações. A estratégia do *hedge* de risco de mercado (ou de valor justo) passa por evitar oscilações temporais de resultado oriundos de variações no mercado de juros em reais. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de DI e de DAP na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *hedge accounting*.

Estratégia	Objeto de Hedge – Valor Contábil Passivos	Valor Justo Passivos	Variação no valor Reconhecida no Resultado	Instrumento de Hedge – Valor Nominal	Variação no valor utilizada para calcular a ineficácia do Hedge (Voiter Consolidado 31/12/2021)
Risco de Taxa de Juros					
Hedge de Captações	1.157.398	1.120.681	36.717	1.100.306	(33.209)
Risco de Taxa de Inflação					
Hedge de Captações	943.166	919.177	23.989	880.726	(21.673)
Total	**2.100.564**	**2.039.858**	**60.706**	**1.981.032**	**(54.882)**

(iv) Garantias:

	Clearing de derivativos (31/12/2021)	Outros	Total	Voiter Consolidado 31/12/2020 Total
Títulos e valores mobiliários	509.954	198.537	708.491	474.304
Total	**509.954**	**198.537**	**708.491**	**474.304**
Total - 31/12/2020	**280.570**	**193.734**	**474.304**	

(d) Custódia dos títulos da carteira:
Os títulos privados integrantes da carteira do Voiter Consolidado estão registrados em cartório e na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob responsabilidade do Banco Voiter S.A. e os títulos de renda variável e derivativos estão registrados e custodiados em conta própria do Banco na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC do Banco Central do Brasil.

8. Operações de crédito: (a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

Operações	Balanço	Carteira	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Voiter Consolidado 2021 Total	2020 Total
Empréstimos, descontos e financiamentos (i)	Op. de Crédito	Classif.	92.665	333.315	111.204	19.444		17.275	4.189		18.635	596.727	260.690
BNDES/FINAME (i)	Op. de Crédito	Classif.	401									401	1.534
Adiantamento de contratos de câmbio (Nota (9(a)) (i)	Outros At. Fin.	Classif.	15.193	24.582	16.432	10.167						66.374	33.157
Aquisição de recebíveis (Nota 9(b)) (i)	Outros At. Fin.	Classif.	273.360	42.157	58.340	21.441	159	45	376	177	1.664	397.719	223.717
Outros títulos e créditos a receber (Nota 9(b)) (i)	Outros At. Fin.	Classif.		4.851							255	5.106	11.045
Financiamento de venda de bens não de uso (Nota 9(c)) (i)	Outros At. Fin.	Classif.	11.643	18.498	10.180	4					3.637	43.962	37.176
Crédito Pessoal Consignado - Danubio - FIDC	Op. de Crédito	Outros										75.578	129.480
Crédito Pessoal Consignado - FIDC Siápe Iron Capital	Op. de Crédito	Outros										15.465	412.277
Crédito Pessoal Consignado - FIDC Budapeste (3)	Op. de Crédito	Outros											50.347
Antecipação de recebíveis de cartão (Nota 9(c))	Outros At. Fin.	Outros										34.636	108.372
Outros títulos e sem característica créditos (Nota 9(b))	Outros At. Fin.	Outros										25.660	24.341
Garantias prestadas	Off Balance	Outros										48.190	43.723
Total da carteira			**393.262**	**423.403**	**196.156**	**51.056**	**159**	**17.320**	**4.565**	**177**	**24.191**	**1.309.818**	**1.335.859**
Provisões para perdas esp. assoc. ao risco de crédito													
Total do ativo	Op. Crédito/Outros At. Fin.	Classif.		2.117	1.959	1.532	16	5.196	2.282	124	24.179	37.405	34.978
Provisão complementar (1)	Op. Crédito/Outros At. Fin.	Classif.										3.455	70.837
Consignado - FIDC Sabemi	Op. Crédito/Outros At. Fin.	Outros											38.944
Consignado - FIDC IC CF	Op. Crédito/Outros At. Fin.	Outros											174
Consignado - FIDC Budapeste	Op. Crédito/Outros At. Fin.	Outros											252
Consignado - FIDC Danúbio (2)	Op. Crédito/Outros At. Fin.	Outros										3.787	
Consignado - FIDC Siape (3)	Op. Crédito/Outros At. Fin.	Outros										22	
Tits. e cred. a receber sem caract. de concessão	Op. Crédito/Outros At. Fin.	Outros										19.687	19.687
Garantias financeiras prestadas	Op. Crédito/Outros At. Fin.	Outros										1.597	510
Total das provisões				**2.117**	**1.959**	**1.532**	**16**	**5.196**	**2.282**	**124**	**24.179**	**65.953**	**165.382**

(1) Provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 do CMN, de 21/12/1999, que foi constituída com base, principalmente, na expectativa de realização da carteira de crédito. (2) O Banco detém 190.181,37 cotas de classe única que equivalem a 61,34% do capital social do Danúbio - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. (3) O Banco detém 45.000 cotas de classe sênior que equivalem a 90,00% do capital social do Fundo Iron Capital - Siape Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

continua

continuação

Banco Voiter CNPJ 61.024.352/0001-71 - Companhia de Capital Fechado

(b) Movimentação à conta de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	Voiter Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Total do passivo e patrimônio líquido	**165.382**	**150.546**
Constituições líquidas de reversões	**(81.879)**	**706**
Requerida pela resolução nº 2.682/99	17.718	3.505
Requerida pela resolução nº 4.512/16	1.026	300
Reversões (1)	(110.678)	1.103
Outros ativos financeiros	(31)	
Pdd Complementar FIDCs	711	
Complementar	9.375	(4.202)
PDD FIDCs (Reversão)/Constituição	(4.021)	30.057
Créditos baixados como prejuízo	(13.573)	(15.927)
Saldo Final	**65.909**	**165.382**
Recuperação de Crédito baixado como prejuízo	40.167	36.330

(1) A composição da reversão de provisão no montante de R$110.678 milhões, refere-se basicamente, à cessão sem coobrigação das cotas de um FIDC Agronegócio Funding I no montante de R$73.000 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da carteira de créditos renegociados era de R$ 32.772 (R$ 57.999 em 31 de dezembro de 2020). Esses créditos possuíam provisão de R$ 14.629 (R$ 17.577 em 31 de dezembro 2020).

(c) Crédito por setor de atividade:

	Voiter Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Intermediários Financeiros	4.299	
Indústria	303.032	336.894
Comércio	170.936	134.840
Outros serviços	141.897	78.757
Pessoas físicas	490.125	16.828
	1.110.289	567.319

(d) Crédito por vencimento das parcelas:

	Voiter Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Vencidas		
De 15 a 60 dias	65	194
De 61 a 180 dias	431	11.565
Acima de 180 dias	226	1.576
	722	**13.335**
A vencer		
Até 90 dias	456.280	209.982
De 91 a 180 dias	149.853	73.355
De 181 a 360 dias	328.982	114.793
Acima de 360 dias	174.452	155.854
	1.109.567	553.984
	1.110.289	567.319

(e) Concentração de crédito:

	Voiter Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
Clientes	Valor	%	% acumulado	Valor	%	% acumulado
10 maiores clientes	345.493	31,12	31,12	243.831	42,98	42,98
11 a 60 maiores clientes	473.054	42,61	73,73	304.583	53,69	96,67
61 a 160 maiores clientes	101.614	9,15	82,88	17.950	3,16	99,83
Demais	190.128	17,12	100,00	955	0,17	100,00
	1.110.289			567.319		

(f) Composição dos créditos com classificação de risco de "C até H": Do total de operações com classificação de risco de C até H, detalhadas no quadro a seguir, apenas uma parte apresenta atraso de pagamento igual ou superior a 60 dias e, portanto, está classificada como créditos não performados. O restante das operações segue curso normal de pagamentos, entretanto, permanecem classificadas nestas categorias devido aos critérios de análise de crédito.

							Voiter Consolidado	
							31/12/2021	31/12/2020
Nível	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Em curso normal	50.992	78	17.275	4.189		22.271	94.805	56.149
Créditos não performados	64	81	45	376	177	1.920	2.663	15.022
Total	**51.056**	**159**	**17.320**	**4.565**	**177**	**24.191**	**97.468**	**71.171**
Créditos não performados - 31/12/2020	121	1.141	14		736	13.010	15.022	
Total - 31/12/2020	20.428	14.047	4.658	4.042	778	27.218	71.171	

(g) Operações ativas vinculadas: Apresentamos abaixo informações relativas a operações ativas vinculadas, realizadas na forma prevista na Resolução nº 2.921, de 17/01/2002, do CMN.

	Voiter Consolidado						
	31/12/2021						
	Até 90	De 91 a 180	De 181 a 360	De 361 a 1080	De 1081 a 1800	Acima de 1800	Total
Operações de crédito					36.202		36.202
Operações Ativas Vinculadas					**36.202**		**36.202**
Obrigações por depósito a prazo					36.113		36.113
Obrigações por Operações Ativas Vinculadas					**36.113**		**36.113**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havia operações Inadimplentes.

9. Outros ativos financeiros: (a) Carteira de Câmbio:

	Voiter Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	66.505	34.957
Direitos sobre vendas de câmbio	8.958	544
Adiantamentos em moeda nacional	(2.233)	(350)
Rendas a receber de adiantamentos (1)	1.836	1.235
	75.066	**36.386**
Circulante	64.272	34.607
Não circulante	10.794	1.779
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar (Nota 11(c))	8.868	542
Obrigações por Compra de Câmbio (Nota 11 (c))	64.686	33.067
Adiantamento sobre contratos de câmbio (1)	(64.538)	(31.922)
	9.016	**1.687**
Circulante	9.016	1.687

(1) Os valores de rendas a receber de adiantamentos concedidos no montante de R$1.836 (R$ 1.235 em 31 de dezembro de 2020) e de adiantamento sobre contrato de câmbio de R$ 64.538 (R$ 31.922 em 31 de dezembro de 2020), compõe o saldo de R$ 64.686 (R$ 33.157 em 31 dezembro de 2020) divulgado na nota 8(a).

(b) Títulos de créditos a receber

a) Títulos e créditos a receber:

	Voiter Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Com características de concessão de crédito		
Aquisição de Recebíveis (Nota 8(a))	4.853	11.045
Títulos e créditos a receber (Nota 8(a))	387.111	223.717
	391.964	**234.762**
Sem características de concessão de crédito		
Títulos e créditos sem característica de concessão de crédito (Nota 8(a))	**25.660**	**24.341**
	417.624	**259.103**
Ativo Circulante	387.111	223.717
Ativo não Circulante	30.513	35.386

(c) Relações interfinanceiras e outros:

	Voiter Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Antecipação de recebíveis de cartão (Nota 8(a))	34.636	108.372
Outros sistemas de liquidação	9.701	5.095
	44.337	**113.467**
Devedores por compra e valores de bens (Nota 8(a))	43.950	37.176
Negociação e intermediação de valores	70.772	15.231
Rendas a receber	13.732	1.581
	128.454	**53.988**
	172.791	**167.455**
Circulante	128.841	130.279
Não circulante	43.950	37.176

10. Ativos não financeiros mantidos para venda:

	Voiter e Voiter Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Bens não de uso próprio	**207.853**	**249.536**
Imóveis	204.605	246.288
Veículos	3.198	3.198
Máquinas e equipamentos	50	50
Provisão para desvalorização	**(21.839)**	**(24.138)**
	186.014	**225.398**
Ativo Não Circulante	186.014	225.398

11. Outros ativos:

	Voiter Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos em garantia (Nota 13 (a),(b) e Nota 14 (c))	63.181	100.582
Adiantamentos efetuados	3.876	14.748
Mercadorias e materiais em estoque	26.443	10.241
Despesas antecipadas	33.023	19.978
Crédito Presumido - Lei nº 12.838/13 (1)	77.396	21.054
Premio em Operações de Crédito	19.369	
Devedores diversos - País e outros (2)	54.327	58.728
	277.615	**225.331**
Circulante	63.342	44.967
Não circulante	214.273	180.364

(1) Adoção do crédito presumido seguindo os critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13, originou a ativo a receber da receita federal do Brasil no montante de R$ 77.396.
(2) Referente a ativos a receber pela alienação de participação em coligadas e bonus de subscrição pela a alienação de controlada.

12. Instrumentos financeiros (passivos)
(a) Abertura dos depósitos, captações e repasses por vencimento

Depósitos, letras de crédito, letras financeiras e repasses	Sem vencimento	Até 90	De 91 a 180	De 181 a 360	De 361 a 1080	De 1081 a 1800	Acima de 1800	Voiter Consolidado 31/12/2021 Total	31/12/2020 Total
À vista	43.407							43.407	128.758
Interfinanceiros				21.297				21.297	20.241
A prazo (1)		428.503	604.799	1.371.712	1.739.546	88.722		4.233.282	3.086.761
Total de depósitos (2)	**43.407**	**428.503**	**604.799**	**1.393.009**	**1.739.546**	**88.722**		**4.297.986**	**3.235.760**
Letra de Crédito Imobiliário									17
Letra de Crédito do Agronegócio		411.505	136.944	40.514	6.083			595.146	628.352
Letra Financeira Garantida									19.227
Total de recursos de aceite e emissão de títulos		**411.505**	**136.944**	**40.514**	**6.083**			**595.146**	**647.596**
Repasses no país		227	97	66	3.619			4.009	4.702
Total - 31/12/2021	**43.407**	**840.235**	**741.840**	**1.433.589**	**1.749.248**	**88.722**		**4.897.141**	**3.888.058**
Total - 31/12/2020	**128.758**	**337.796**	**459.348**	**848.505**	**1.665.366**	**446.878**	**1.307**		**3.888.058**

(1) Do total de depósitos a prazo em 31 de dezembro de 2021, R$ 292.865 são depósitos em garantia especial (DPGE)(R$276.750) em 31 de dezembro de 2020). (2) Para o cruzamento com Balanço Patrimonial é necessário considerar o montante de (R$60.706) do resultado do hedge de risco de mercado das captações.

(b) Captações no mercado aberto:

	Voiter Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Carteira própria	**401.408**	**83.711**
Tesouro Selic	395.708	83.711
Debêntures	5.700	
	401.408	**83.711**
Passivo circulante	401.408	83.711

(c) Outros passivos financeiros:

	Voiter e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Carteira de câmbio		
Câmbio vendido a liquidar (Nota 8(a))	8.868	544
Obrigações por compras de câmbio (Nota 8(a))	64.686	33.067
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8(a))	(64.538)	(31.922)
Relações interdependências	9.984	5.663
Negociação e intermediação de valores	898	2.334
	19.898	**9.686**
Passivo Circulante	19.898	9.686

13. Imposto de renda e contribuição social: (a) Demonstração do cálculo:

	Voiter	
	2021	2020
Resultado antes dos impostos e após participações	**(85.077)**	**(113.541)**
Efeito das diferenças permanentes	**12.401**	**70.444**
Participações em controladoras e coligadas	21.000	65.332
Participação no exterior (Branch)	(1.926)	(7.399)
Gratificação Eventual	(9.500)	12.000
Outros - CSLL e IRPJ	2.827	483
Outros - IRPJ (exclusivo)		28
Efeitos das diferenças temporárias	**45.218**	**43.379**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(65.807)	(14.050)
Provisões	(2.509)	11.735
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e derivativos	113.534	58.163
Outros		(12.469)
Base antes do aproveitamento do prejuízo fiscal - CSLL	**(27.458)**	**256**
Base antes do aproveitamento do prejuízo fiscal - IRPJ	**(27.458)**	**284**
Aproveitamento de prejuízo fiscal		**162**
CSLL (30%)		77
IRPJ (30%)		85
Base fiscal após aproveitamento de prejuízo fiscal - CSLL	**(27.458)**	**179**
Base fiscal após aproveitamento de prejuízo fiscal - IRPJ	**(27.458)**	**199**
Impostos correntes		**(44)**
CSLL		(27)
IRPJ e IRPJ adicional		(17)
Realização de créditos fiscais	**12.356**	**(37)**
CSLL	5.492	(16)
IRPJ e IRPJ adicional	6.865	(21)
Impostos diferidos constituídos sob diferenças temporárias	**20.348**	**19.521**
(=) Imposto de renda e contribuição social do período	**32.704**	**19.439**
Perdas técnicas reconhecidas em 2020(1)		**(140.560)**
(=) Imposto de renda e contribuição social total reconhecida no exterior	**32.704**	**(121.121)**

(1) Baixa parcial de crédito tributário de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL em decorrência das importantes alterações recentes observadas no ambiente de negócios e econômico. Excepcionalmente durante o primeiro semestre de 2020, o Voiter revisou as premissas do estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários, elaborado nos termos do Art. 6º da Resolução CMN nº 3.059/02.

(b) Composição dos créditos tributários e obrigações fiscais diferidas por natureza:

	Voiter Consolidado							
	2021				2020			
	Créditos tributários		Obrigações fiscais diferidas	Total	Créditos tributários		Obrigações fiscais diferidas	Total
	Oriundos de diferenças temporárias	Oriundos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL			Oriundos de diferenças temporárias	Oriundos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL		
Voiter	233.052	60.511	(1.546)	292.017	269.053	48.148	(43)	317.158
Letsbank (1)					9.032			9.032
Intercap DTVM	17	83		100	14	145		159
Voiter Cereais	20.501		(18.731)	1.770		1.721	(869)	852
Cripton			(2.007)	(2.007)				
Total	**253.570**	**60.594**	**(22.284)**	**291.880**	**278.099**	**50.014**	**(912)**	**327.201**

(1) Em decorrência das importantes alterações recentes, observadas no ambiente de negócios e econômico durante o primeiro semestre de 2020, a administração do Banco Letsbank revisou as premissas do estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários, elaborado nos termos do Art. 6º da Resolução CMN nº 3.059/02, e, em 30 de junho de 2020, efetuou baixa de crédito tributário de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no montante de R$43.696.

(c) Previsão de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

	Voiter					
	2021			2020		
	Crédito tributário	Obrigações fiscais diferidas	Total	Crédito tributário	Obrigações fiscais diferidas	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro	317.201	(43)	317.158	476.259	(16.923)	459.336
Movimentação						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(85.926)		(85.926)	(24.339)		(24.339)
Provisão para contingências	56		56	1.540		1.540
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	51.118		51.118	9.251		9.251
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	12.364		12.364	(143.729)		(143.729)
Obrigações fiscais diferidas		(1.503)	(1.503)		16.880	16.880
Outros	(1.250)		(1.250)	(1.781)		(1.781)
Saldo Final	**293.563**	**(1.546)**	**292.017**	**317.201**	**(43)**	**317.158**
Percentual sobre o patrimônio líquido			**73,53%**			**146,58%**

(d) Movimentação do crédito tributário e obrigações fiscais diferidas:

	Voiter							
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total 2021	Total 2020
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.622)	1.659	8.034	19.846	21.710	100.508	147.135	233.061
Prejuízos fiscais (IRPJ e CSLL)	371	3.083	5.449	3.923	4.892	42.794	60.511	48.148
Contingências e outros	(5.107)	(1.277)	1.800	3.971	1.085	85.446	85.917	35.993
Total - 31/12/2021	**(9.358)**	**3.465**	**15.283**	**27.740**	**27.688**	**228.747**	**293.563**	**317.202**
Total - 31/12/2020	**3.802**	**3.545**	**3.197**	**6.171**	**3.427**	**28.005**	**48.148**	

O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários, aprovado pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2022, foi elaborado com base nos cenários atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e a realização de ativos. O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou ainda quando os prejuízos fiscais forem compensados. As premissas do estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários, foram elaboradas nos termos do Art. 6º da Resolução CMN nº 3.059/02. Em decorrência do não atendimento do inciso II do Artigo 1.º da Resolução do BCB nº3.059/02, o Banco não contabilizou o valor de R$ 256.177 e o Voiter Consolidado R$256.177, relativos aos ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízo fiscal durante o exercício de 2021. **(e) Valor presente dos créditos tributários:** O Banco Voiter S.A. fundamenta o estudo técnico, aprovado pelo Conselho de Administração, com premissas de expectativa de rentabilidade e de geração de obrigações tributárias futuras. Estima-se a realização dos créditos tributários em um prazo máximo de dez anos. O valor presente do crédito tributário, utilizando a taxa média de captação da Instituição, seria de R$ 119.335 (R$ 220.229 em 31 de dezembro de 2020). **14. Provisões: (a) Trabalhistas e cíveis:** As provisões trabalhistas e cíveis referem-se a contingências classificadas com risco provável. A movimentação destas no período pode ser assim resumida:

			Voiter Consolidado	
			2021	2020
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo inicial em 31/12/2020	**28.653**	**2.094**	**30.747**	**46.191**
Constituição Provisão	11.609	302	11.911	(4.287)
Reversão Provisão	(15.532)	(514)	(16.046)	
Efeito de desconsolidação	(135)	(34)	(169)	
Pagamento	(14.369)		(14.369)	(11.157)
Saldo final em 31/12/2021	**10.226**	**1.848**	**12.074**	
Saldo final em 31/12/2020	**28.653**	**2.094**		**30.747**
Depósitos em garantia de recursos em 31/12/2021	5.289	41.046	46.335	
Depósitos em garantia de recursos em 31/12/2020	5.500	38.812	44.312	

(b) Fiscais:

	Voiter Consolidado	
	2021	2020
Contestação judicial de tributos	8.987	39.503
Outras contingências fiscais	7.831	7.702
	16.818	**47.205**

continua

continuação

Banco Voiter CNPJ 61.024.352/0001-71 - Companhia de Capital Fechado

Passivo Não Circulante	16.818	47.205

A movimentação no período pode ser assim resumida:

	Voiter Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial em 1º de janeiro	**15.970**	**44.426**
Constituição/(reversão)	310	243
Atualização/encargos	700	1.452
Efeito de desconsolidação	(162)	
Saldo no final do período	**16.818**	**46.121**
Depósitos em garantia de recursos (Nota 14(c))	**16.846**	**51.293**

O saldo é composto principalmente por: • ISS - Lei Complementar nº 116/03 - R$ 5.153 (R$ 4.723 em 31 de dezembro de 2020): Questionamento sobre a incidência do referido imposto sobre meios, instrumentos e etapas de operações financeiras realizadas pelo Voiter Consolidado; • PIS - R$ 3.834 (R$ 3.768 em 31 de dezembro de 2020): Declaração de inexistência de relação jurídico-tributária entre as partes, no que concerne a aplicação da Emenda Constitucional nº 1/94 e da Medida Provisória nº 636/94 (e reedições), a fim de que o Voiter Consolidado possa proceder ao recolhimento da contribuição ao PIS nos termos da Lei Complementar nº 7/70; • INSS - SAT/FAP - R$ 7.831 (R$ 7.478 em 31 de dezembro de 2020): Questionamento sobre a majoração da alíquota do SAT (Seguro Acidente de Trabalho) e fator de correção do FAP (Fator Acidentário de Prevenção). **15. Ativos e passivos contingentes: (a) Ativos contingentes prováveis:** Não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos relevantes classificados como prováveis de realização. **(b) Passivos contingentes possíveis - trabalhistas e cíveis:** Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo Voiter Consolidado, e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos e, conforme legislação, não requerem a constituição de provisões. As empresas do Voiter Consolidado são parte dos seguintes processos com risco de perda possível: • Processos trabalhistas: os processos trabalhistas classificados com chance de perda possível totalizam R$ 12.960 (R$ 23.274 em 31 de dezembro de 2020); • Processos cíveis: Os processos, em sua maioria, referem-se a indenizações por danos morais, questões sobre protesto de duplicatas endossadas ao Banco e suas controladas por terceiros, legitimidade de contrato e revisão contratual. Foram levados em conta apenas os valores dados às causas, que para os processos classificados como possíveis equivalem ao montante de R$ 7.431 (R$ 22.135 em 31 de dezembro de 2020). **(c) Passivos contingentes possíveis - fiscais:** As contingências fiscais de perda possível e não reconhecidas totalizam aproximadamente R$ 44.571 (R$ 120.222 em 31 de dezembro de 2020) e as principais ações estão descritas a seguir: • Questionamento relativo à incidência previdenciária sobre valores pagos a títulos de PLR - Participação nos Lucros e Resultados e PLA - Participação nos Lucros de Administradores, no período de 2009 a 2011, totalizando R$ 17.174 (R$ 16.163 em 31 de dezembro de 2020); • O Banco Voiter S.A., em decorrência do acordo celebrado pela venda da Guide Investimentos S.A (Nota 2(c)), efetuou depósitos judiciais no montante R$ 27.397 de para fazer face às contingências fiscais possíveis relativas à desmutualização da B3 S.A - Brasil, Bolsa e Balcão, em que o polo passivo da ação é a Guide Investimentos S.A.

16. Outros passivos:

	Voiter Consolidado	
	2021	2020
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	633	50
Sociais e estatutárias	8.327	18.268
Impostos e contribuições a recolher	5.989	4.282
Pagamentos a efetuar	32.932	20.872
Provisão para perdas em garantias financeiras	1.597	510
Receitas diferidas em garantias prestadas	2.237	1.709
Diversos	10.646	14.610
	62.361	**60.301**
Circulante	56.372	56.019
Não circulante	5.989	4.282

17. Patrimônio líquido: (a) Capital social: (i) Capital subscrito e integralizado: O capital social encontra-se totalmente subscrito e integralizado e é representado por 259.334.591 ações, sendo 249.877.935 ordinárias e 9.456.656 preferenciais sem valor nominal (102.821.933 ações, sendo 99.072.523 ordinárias e 3.749.410 preferenciais sem valor nominal em 31 de dezembro de 2020). **(ii) Aumento de capital:** Em 03 de janeiro de 2020, o Conselho da Administração aprovou a conversão de 184 letras financeiras subordinadas em 16.023.098 novas ações ordinárias de titularidade do Sr. Roberto de Rezende Barbosa, que resultou em aumento do capital do Banco Voiter S.A. no montante de R$ 56.080. Em 31 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital no valor de R$ 93.000 milhões, realizado pela NK 031, acionista controladora do Voiter. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 04 de fevereiro de 2021 e, com isso, houve a emissão privada de 44.285.715 ações, sendo 42.670.833 ações ordinárias e 1.614.882 ações preferenciais. Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovaram o aumento de capital no valor de R$ 112.000 milhões, realizado pela NK 031, acionista controladora do Voiter. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 17 de maio de 2021 e, com isso, houve a emissão privada de 65.116.279 ações, sendo 62.741.809 ações ordinárias e 2.374.470 preferenciais. Em 8 de julho de 2021, foi homologado pelo Banco Central do Brasil a redução do capital do Banco Voiter S.A. referente ao investimento no Letsbank, no montante de R$ 51.170 milhões, sem cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, restituindo-o à acionista majoritária, a Holding NK 031. O Letsbank, assim, já não é mais uma subsidiária do Voiter e sim da Holding NK 031, como proposto na reorganização societária. Para fins de capital, não há impactos no Consolidado Prudencial. Em 12 julho de 2021, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital no valor de R$70.000 milhões, realizado pela holding NK 031, acionista controladora. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 27 de julho de 2021 e, com isso, houve a emissão privada de 42.168.675 ações, 40.630.991 ações ordinárias e 1.537.684 preferenciais. Em 25 novembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital no valor de R$7 milhões, realizado pela holding NK 031, acionista controladora. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 20 de dezembro de 2021 e, com isso, houve a emissão privada de 4.941.9891 ações, sendo 4.761.779 ações ordinárias e 180.210 preferenciais. **(iii) Ações em tesouraria:** Em 31 dezembro de 2021, havia 1.208.142 ações em tesouraria, sendo 1.128.616 ordinárias e 79.526 preferenciais. **(iv) Conversão de Letras Financeiras (dívida subordinada) em ações ordinárias:** Conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de julho de 2020 e divulgado aos acionistas na mesma data, as Letras Financeiras seriam mandatoriamente convertidas em ações ordinárias da Companhia caso o Índice de Capital Nível I da Companhia, apurado na forma estabelecida pela Resolução BACEN nº 4.193/13, fosse inferior a 9% em qualquer mês. Esta hipótese de conversão foi verificada com a apuração do Índice de Capital Nível I da Companhia referente ao mês de novembro de 2020 e informada ao Banco Central em 2 de janeiro de 2021. **(b) Outros resultados abrangentes:** Em 31 de dezembro de 2021, o Voiter e o Voiter Consolidado detinham títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda no valor de R$ 8.929 (R$ 30.043 em 31 de dezembro 2020), cujo ajuste a mercado, no valor de R$ 1.890 (R$ 45 em 31 de dezembro de 2020), líquido de efeitos tributários. **(c) Reservas de lucros e prejuízos acumulados:** O Estatuto Social do Banco Voiter S.A. prevê a destinação do lucro líquido anual para as seguintes reservas: (a) Reserva para Equalização de Dividendos com a finalidade de garantir recursos para pagamento de remuneração ao acionista; e (b) Reserva para Reforço do Capital de Giro para garantir meios financeiros para a operação do Banco Voiter S.A. **(d) Dividendos e remuneração do capital próprio:** O Estatuto Social do Banco Voiter S.A. prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. Nos exercícios de 2021 e 2020, não foram distribuídos dividendos e juros sobre o capital próprio.

18. Detalhamento das contas de resultado: (a) Receitas da intermediação financeira:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2021		2020	
	Voiter	Voiter Consolidado	Voiter	Voiter Consolidado
Receitas de operações de crédito	**63.602**	**86.516**	**73.599**	**138.658**
Empréstimos	51.617	92.145	28.230	102.486
Descontos concedidos (–)		(17.614)		(9.541)
Direitos creditórios descontados	581	581	444	444
Financiamentos	11.404	11.404	8.923	8.923
Recuperação de créditos			35.986	36.330
Adiantamento a depositantes			16	16
Resultado de títulos e valores mobiliários	**712.105**	**706.328**	**194.672**	**156.140**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	45.396	45.858	18.660	11.839
Títulos de renda fixa	634.494	634.379	85.662	85.309
Títulos de renda variável	(2.252)	(2.252)		
Ajuste ao valor de mercado - TVM	(30.209)	(30.204)	45.711	13.285
Aplicações no exterior	214	214		
Fundos de investimentos	64.462	58.333	44.639	45.707
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	**(510.744)**	**(577.504)**	**(37.170)**	**(42.291)**
Swap	(3.043)	(3.044)	(1.388)	(1.388)
Futuros	(554.210)	(672.798)	(34.255)	(43.618)
Termo	46.509	98.338	(1.527)	2.715
Resultado de câmbio	**14.388**	**14.386**	**13.102**	**13.147**
Exportação	4.186	4.187	2.595	2.596
Financeiro	(1.461)	(1.464)	(874)	(1.092)
Variação de taxas	3.425	3.425	6.151	6.108
Disponibilidades em moeda estrangeira	8.238	8.238	5.230	5.535
	279.351	**229.726**	**244.203**	**265.654**

(b) Despesas de captação no mercado aberto:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2021		2020	
	Voiter	Voiter Consolidado	Voiter	Voiter Consolidado
Depósitos interfinanceiros	(1.844)	(1.056)	(821)	(241)
Depósitos a prazo	(222.404)	(226.201)	(146.404)	(154.206)
Operações compromissadas	(14.280)	(12.280)	(7.585)	(4.089)
Letras de crédito agrícola	(35.067)	(35.067)	(9.565)	(9.565)
Letras financeiras	(184)	(183)	(348)	(347)
Letras de crédito imobiliário			(234)	(234)
	(273.779)	**(274.787)**	**(164.957)**	**(168.682)**

(c) Outras receitas operacionais:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2021		2020	
	Voiter	Voiter Consolidado	Voiter	Voiter Consolidado
Reversão provisão BNDU	2.530	2.532		
Recuperação de encargos e despesas	461	461	3.864	4.200
Rendas Seg. Garantia - PSH	99	99	65	65
Rendas de devedores de bens	1.243	1.243	951	952
Renda de aquisição de créditos	2	2		
Venda de mercadorias - Voiter Cereais (1)		978.941		299.055
Descontos obtidos - Voiter Cereais		645		619
Variação do preço do café - Voiter Cereais		(225.900)		21.789
Variação preço do milho - cereais		362		
Juros s/capital próprio auferido			2.644	(291)
Variação monetária	1.497	1.696	1.192	1.719
Variação cambial (Cayman)	2.335	2.387	2.201	2.403
Outros	2.074	5.738	1.899	2.526
	10.241	**768.206**	**12.816**	**333.037**

(1) Refere-se à receita de vendas de mercadorias da Voiter Comércio de Cereais (empresa controlada).

(d) Outras despesas operacionais:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2021		2020	
	Voiter	Voiter Consolidado	Voiter	Voiter Consolidado
IRRF sobre remuneração indireta			(1)	(1)
Provisão para contingências	(58)			
Amortização de ágio - Guide Life	(15)	(15)		
Variação do preço ativa		28.114		(19.777)
Variação do preço do café - Voiter Cereais		(93.882)		
Custo das mercadorias e serviços - Voiter Cereais (1)		(594.554)		(275.484)
Diversos	(3.027)	(15.299)	(850)	(6.299)
Variação cambial de depósitos em garantia no exterior	138	9	(89)	(84)
	(2.962)	**(675.627)**	**(940)**	**(301.645)**

(1) Refere-se ao custo das mercadorias vendidas pela Voiter Comércio de Cereais (empresa controlada).

(e) Despesas de pessoal:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2021		2020	
	Voiter	Voiter Consolidado	Voiter	Voiter Consolidado
Proventos	(42.974)	(51.048)	(48.231)	(59.606)
Honorários	(4.526)	(5.163)	(3.012)	(3.798)
Benefícios	(8.578)	(10.910)	(6.255)	(10.337)
Encargos sociais	(13.703)	(17.016)	(10.383)	(16.810)
Treinamentos	(555)	(578)	2	(492)
Estagiários	(709)	(709)	(588)	(606)
	(71.044)	**(85.423)**	**(68.467)**	**(91.649)**

(f) Outras despesas administrativas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2021		2020	
	Voiter	Voiter Consolidado	Voiter	Voiter Consolidado
Água, energia e gás	(168)	(195)	(283)	(335)
Aluguéis	(4.078)	(5.088)	(3.818)	(4.835)
Comunicações	(737)	(1.225)	(472)	(1.323)
Responsabilidade social	(300)	(300)	(200)	(200)
Manutenção e conservação de bens	(98)	(142)	(130)	(198)
Material	(46)	(53)	(55)	(67)
Processamento de dados	(10.025)	(13.987)	(4.292)	(10.645)
Promoções e relações públicas	(475)	(506)	(260)	(287)
Propaganda e publicidade	(32)	(242)	(216)	(410)
Publicações	(313)	(460)	(400)	(574)
Seguros	(475)	(568)	(528)	(1.702)
Serviços do sistema financeiro	(6.595)	(10.760)	(4.758)	(8.124)
Serviços de terceiros	(29.659)	(43.567)	(16.200)	(28.201)
Vigilância e segurança	(451)	(451)	(335)	(337)
Serviços técnicos especializados	(15.520)	(17.866)	(18.347)	(20.396)
Transportes	(186)	(4.836)	(130)	(3.011)
Viagens	(388)	(388)	(113)	(125)
Outras	(4.210)	(8.815)	(4.884)	(6.298)
	(73.757)	**(109.451)**	**(55.421)**	**(87.068)**

19. Resultado por ação:

	Voiter	
	2021	2020
Prejuízo atribuível à controladora	(52.372)	(234.661)
Quantidade média de ações em circulação (mil unidades)		
Ações ordinárias	201.124.451	99.073
Ações preferenciais	7.611.576	3.695
Quantidade média em circulação (mil unidades)		
Prejuízo atribuível à controladora para ações ordinárias	(50.463)	(226.225)
Prejuízo atribuível à controladora para ações preferenciais	(1.910)	(8.436)
Prejuízo por ação básico - Reais		
Ações ordinárias	(0,0003)	(2,2834)
Ações preferenciais	(0,0003)	(2,2834)

20. Gestão de riscos e de capital: As atividades do Voiter Consolidado envolvem assumir riscos de forma orientada e gerenciá-los profissionalmente para que sejam parte integrante das decisões estratégicas da instituição. O Conselho de Administração é o órgão máximo no que diz respeito as diretrizes da gestão de risco e definição do apetite a risco. A instituição ainda conta com comitês formados pela alta direção com o objetivo de acompanhar e avaliar a adequação da gestão de risco as diretrizes e limites estabelecidos e, também um CRO (*Chief Risk Officer*) aprovado pelo Conselho de Administração responsável pela estrutura de gerenciamento de riscos. Um dos pilares da estrutura da gestão de risco no Voiter Consolidado é a sua independência em relação as áreas de negócio, garantindo que não haja conflito de interesse em suas atividades. As suas funções fundamentais são garantir que as diretrizes e limites de risco sejam respeitadas monitorando e reportando a aderência aos mesmos, atuar na disseminação da cultura de riscos e assessorar os órgãos e alçadas competentes da instituição na gestão do risco. As políticas de gerenciamento integrado de riscos garantem uma estrutura de controle compatível com as operações, produtos e serviços, além de ser capaz de mensurar a exposição aos riscos e garantir que estes sejam gerenciados, identificados, analisados, controlados e reportados de maneira eficiente e eficaz. Ademais, a Auditoria Interna é responsável pela revisão independente de gestão de riscos e do ambiente de controle. **(a) Risco de crédito:** Em sua ampla definição, o risco de crédito é tratado como a probabilidade de ocorrerem perdas associadas ao descumprimento das obrigações pactuadas, mediante contratado entre as partes envolvidas, seja pelo tomador ou contraparte, considerando, também, a desvalorização do contrato assumido devido à maior exposição ao risco pelo tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A definição de risco de crédito compreende, entre outros: • O Risco da contraparte: Possibilidade de não cumprimento das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros; • O Risco País: Possibilidade de perdas decorridas de tomadores localizados fora do país, em razão de ações realizadas pelo governo do país em que reside o mesmo; • A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante; • A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou convenente de operações de crédito. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito possibilita o Voiter Consolidado: identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos, além de definir procedimentos e rotinas que possibilitem a gestão integral do risco de crédito envolvido em todas as fases do negócio. Para melhor elucidar as fases do negócio, este foi divido em quatro etapas que definem o ciclo de crédito: a) Análise de crédito: a análise de crédito possui critérios e procedimentos claramente definidos a todos os envolvidos no processo de concessão, tanto no que se refere a classificação de risco dos clientes/operações quanto as análises de propostas e renovação de limites. O principal objetivo na análise de crédito é fornecer embasamento técnico ao Comitê de Crédito através de análises econômico-financeira dos clientes, subsidiando, assim, a tomada de decisão. b) Concessão de crédito: A concessão de crédito tem como principal objetivo analisar e decidir sobre a concessão de limites e operações de crédito propostos pela área comercial, levando em consideração as informações levantadas pela própria área comercial e pela análise realizada pelo Departamento de Crédito. c) Gestão de crédito: Assim que o crédito é concedido, a gestão do crédito se torna responsável por: (i) formalizar as operações e as respectivas garantias envolvidas, garantindo a aderência de forma e conteúdo aos seus instrumentos constitutivos de aprovação, contratação e de garantias associadas; (ii) acompanhar as operações de crédito, identificando pontos críticos, visando garantir a qualidade da operação, bem como o efetivo recebimento dos valores emprestados à contraparte; (iii) analisar e acompanhar as garantias envolvidas na operação, verificando sua suficiência e liquidez além da detecção de indícios e prevenção da deterioração da qualidade de operações, com base no risco de crédito. d) Recuperação de crédito: quando uma operação de crédito entra em atraso, são tomadas medidas administrativas, repactuação ou adoção de medidas judiciais. Todas essas medidas citadas têm como objetivo fazer a recuperação do crédito em atraso com o menor custo e prazo possíveis. O principal foco da área de risco de crédito é, de forma independente, identificar e mensurar a exposição ao risco de crédito, subsidiando a alta administração com estudos relativos à carteira de crédito do Voiter Consolidado, suportando assim os processos de tomada de decisão para que os riscos envolvidos nas operações sejam passíveis de controle e mitigação. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito está sujeita à efetiva e abrangente verificação da Auditoria Interna, cuja atuação é segregada da área de risco de crédito. Cabe a ela verificar se as práticas de gestão do risco de crédito estão sendo conduzidas conforme a Política e normas vigentes. **(b) Risco de mercado:** O Voiter Consolidado está exposto a riscos de mercado, que correspondem ao risco de perdas decorrentes de mudanças nas taxas e preços de mercado. Estes riscos surgem de posições em taxas de juros, moedas, commodities e ações. A exposição a risco de mercado é segregada em carteira trading e carteira banking. A carteira trading inclui as posições de transações market-making, em que o Voiter Consolidado atua como o agente principal com clientes ou com o mercado. A carteira banking corresponde às transações das operações comerciais do Voiter Consolidado. As principais ferramentas e medidas para gerenciamento do risco de mercado são: • VaR (Value at Risk): medida estatística que estima a perda potencial máxima em condições normais de mercado dentro de um determinado horizonte de tempo; • Teste de Estresse: cálculo do comportamento da carteira de ativos, passivos e derivativos em condições extremas de mercado (tanto positivas quanto negativas); e • Análise de Sensibilidade. Abaixo análise de sensibilidade:

		Voiter Consolidado	
Ativo	Risco	Cenário I	Cenário II
Carteira *"Trading"*			
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	187	(187)
Cupons cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	2.712	(2.712)
Moedas estrangeiras	Variação cambial	153	(153)
Renda variável	Preço de ações	46	(46)
Commodities	Variação do preço das Commodities	371	(371)
Carteira *"Trading"* e *"Banking"*			
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(982)	982
Cupons cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	2.648	(2.648)
Moedas estrangeiras	Variação cambial	153	(153)
Índice de preços	Taxas de cupons de índices de preços	27	(27)
TR	Taxa do cupom de TR	134	(134)
Renda variável	Preço de ações	46	(46)
Commodities	Variação do preço das Commodities	371	(371)

Seguindo os critérios de classificação das operações conjecturados na Resolução nº 4.557/17 e na Circular nº 3.354/07, ambas do Banco Central, e no Acordo Basileia III, os instrumentos financeiros do Voiter Consolidado são segregados em Carteira *Trading* (Negociação) e Carteira *Banking* (Estrutural). Para a análise de sensibilidade foram considerados cenários de estresse dos fatores de risco que compõem todas as operações do Voiter Consolidado. Os cenários de alta das curvas de referência geralmente são utilizados quando o Voiter Consolidado tem exposição líquida devedora em determinado fator de risco. Em contrapartida, os cenários de baixa nas curvas de referência são usados quando existe exposição líquida credora em cada fator de risco considerado para esta análise. O cenário I considera as variações esperadas pelo Voiter Consolidado em relação às curvas de referência de mercado, utilizadas para efetuar a marcação desses produtos. A alta administração atribuiu ao Cenário I as variações esperadas para cada fator de risco independentemente, acima ou abaixo dos fatores de referência. Os cenários II e III são definidos de acordo com a Instrução nº 475 da CVM, que determina que os cenários de alta devem contemplar variações de +25% e +50% e os cenários de baixa variações de -25% e -50%. Sendo assim, os cenários II são definidos pela variação de +/- 25% em relação ao valor de mercado dos produtos que compõe cada fator de risco e os cenários III pela variação de +/- 50% em relação ao valor de mercado dos produtos de cada fator de risco. Ressaltamos que as variações nos cenários apresentam perspectiva de liquidação imediata de todos os ativos e passivos do Voiter Consolidado, o que não representa necessariamente perda ou ganho por se tratar de situação hipotética. **(c) Risco de liquidez:** Entende-se por risco de liquidez, conforme a Resolução BACEN nº 4.557/17, a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O Voiter Consolidado possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração e revisada anualmente, que estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades adotados na gestão do risco de liquidez do Voiter Consolidado, em conformidade às práticas de controle do risco de liquidez de que trata a Resolução BACEN nº 4.557/17. Estes critérios e procedimentos determinam uma reserva de liquidez, que deve ser alocada em títulos de alta liquidez, suficiente para manter as operações e obrigações da Instituição em um cenário de *Stress* de Fluxo de Caixa. A área de Gerenciamento de Riscos fica responsável pelo monitoramento de forma independente da liquidez da instituição, incluindo o monitoramento do fluxo de caixa, o teste de stress e o perfil de liquidez. **(d) Risco operacional:** Em atendimento aos requisitos legais e alinhado às melhores práticas de mercado, o Voiter Consolidado implementou uma estrutura para gerenciamento do risco operacional, composta por um conjunto de políticas, procedimentos e ações permeadas pela filosofia de melhoria contínua. Conforme definido na Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, risco operacional relaciona-se à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, sistemas, pessoas e/ou eventos externos ao Voiter Consolidado. O Voiter Consolidado adotou o método ASA 2 - Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, para cálculo de alocação de capital da parcela de risco operacional em alinhamento com a Circular BACEN nº 3.640/13. **(e) Gestão de capital:** O gerenciamento de capital é uma das atividades mais importantes do Voiter Consolidado e o constante aprimoramento da gestão e controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional são fundamentais para gerar estabilidade nos resultados financeiros e aperfeiçoar a alocação de capital. De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do BACEN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: • Monitoramento e controle de capital disponível; • Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Voiter Consolidado está sujeito; • Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. O processo de gestão eficiente do capital contempla a otimização do uso de capital e o alinhamento com a estratégia de negócio do Voiter Consolidado e ao seu apetite de risco. A Estrutura de Gestão de Capital deverá auxiliar a Diretoria e Conselho de Administração quanto à gestão do Voiter Consolidado por meio de informações adequadas e consistentes. Os relatórios gerenciais devem fornecer uma visão detalhada do perfil de risco do Voiter Consolidado em comparação aos requisitos de capital para cada tipo de risco, demonstrar um acompanhamento do Plano de Capital planejado versus realizado, apresentar planos de ações para mitigar desvios e notificar sobre novas regulamentações competentes ao assunto. As políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, em conformidade com a legislação vigente, serão revisadas no mínimo anualmente pela Diretoria e pelo

continua

★ continuaç

Banco Voiter CNPJ 61.024.352/0001-71 - Companhia de Capital Fechado

Conselho de Administração do Voiter Consolidado, visando revisar o conteúdo e se adequar ao planejamento estratégico do Voiter Consolidado e às condições de mercado. Nos termos da Resolução do CMN nº 4.192/13, o Patrimônio de Referência é composto basicamente pelo somatório do capital de nível I e do capital de nível II. O cálculo de necessidade de capital regulatório para a cobertura de risco baseia-se na Resolução do CMN nº 4.192/13, que dispõe sobre a formação do Patrimônio de Referência, e na Resolução nº 4.193/13 do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I, de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Os ativos ponderados pelo risco (RWA) são compostos pelas parcelas de risco de crédito, risco operacional e risco de mercado - composto pelos riscos das exposições em ouro, moeda estrangeira, operações sujeitas à variação cambial, operações sujeitas à variação das taxas de juros e das operações sujeitas à variação do preço de commodities. O cumprimento dos limites acerca do capital regulatório é observado e monitorado diariamente pela área de Riscos. O Voiter, em 31 de dezembro de 2021, atingiu o índice de 10,4% (5,1% em 31 de dezembro de 2020), calculado a partir das demonstrações do conglomerado prudencial. A estrutura de gerenciamento de riscos é responsável pela apuração e monitoramento da adequação da relação patrimônio de referência versus exposição ao risco (RWA). Os cálculos são realizados a partir das demonstrações do conglomerado prudencial. Em 31 de dezembro de 2021, o índice atingiu 10,4% (5,1% em 31 de dezembro de 2020).

	Voiter Consolidado	
	2021	2020
Patrimônio de referência - PR	**358.997**	**122.691**
Patrimônio de referência - Nível I	**358.997**	**127.007**
Capital principal	358.997	127.007
Patrimônio líquido	466.911	203.194
Ajustes prudenciais	107.914	76.187
Patrimônio de referêcia - Nível II		**4.316**
RWA - Ativos ponderados pelo risco	**3.460.317**	**2.419.616**
RWA risco de crédito (RWA cpad)	2.672.638	1.681.687
RWA risco de mercado (RWA mpad)	708.729	628.891
RWA risco operacional (RWA opad)	78.950	109.038
Índice de Capital Principal - %	**10,4%**	**5,1%**
Índice de Nível I - %	**10,4%**	**5,1%**
Índice de Basileia - %	**10,4%**	**5,1%**

Em 31 de dezembro de 2021, o conglomerado prudencial do Voiter cumpriu os requisitos mínimos de capital, previstos na regulamentação em vigor. Conforme mencionado na nota explicativa 1(b), devido à reorganização do conglomerado prudencial, nos primeiros meses de 2022 o conglomerado prudencial do Voiter apresentou índice de Basileia inferior ao mínimo requerido pelo Banco Central. Neste contexto, o acionista controlador compromete-se a realizar um aporte de capital na Instituição para o reenquadramento do Índice de Basileia conforme os níveis requeridos pelo Banco Central. Nesse contexto, o acionista controlador compromete-se a realizar um aporte de capital, conforme o plano de estudo para o reenquadramento do Índice de Basileia. **(f) Valor de mercado de instrumentos financeiros:** De acordo com a Resolução do CMN nº 4.277/13, o Voiter Consolidado passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no apreçamento dos instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, verificando critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Os instrumentos financeiros que trata a resolução são: • Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular nº 3.068/01 do BACEN; • Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular nº 3.082/02 do BACEN; e • Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução nº 3.464/07.

	Voiter Consolidado			
	2021		2020	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos				
Aplicações em moeda estrangeira	2.929	2.929		
Títulos e valores mobiliários	2.942.416	2.920.775	1.875.297	1.884.789
Títulos para negociação	2.334.057	2.334.057	1.276.957	1.276.957
Títulos disponível para venda	8.929	8.929	30.043	30.043
Títulos mantidos até o vencimento	599.430	577.789	568.297	577.789
Operações de crédito	**1.235.956**	**1.335.943**	**1.267.983**	**1.284.878**
Créditos originados	289.078	304.711	270.124	270.490
Trade finance	234.554	240.436	73.666	79.503
Créditos adquiridos	586.644	664.662	223.717	233.884
Crédito Consignado	91.044	91.044	592.104	592.104
Antecipação de recebíveis de cartão	34.636	35.090	108.372	108.897
Derivativos				
Swaps	276	276		
Termo	475.529	475.529	170.279	170.279
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	21.297	21.727	20.241	20.241
Depósitos a prazo	3.940.663	3.886.234	3.086.762	3.165.916
Recursos de letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	595.146	593.537	647.596	647.672
Obrigações por repasses	4.009	4.009	4.702	4.702
Derivativos				
Swaps	48	48		
Termo	(315.530)	(315.530)	159.605	159.605

21. Partes relacionadas: (a) Empresas controladas e controladas em conjunto: As transações entre controladora e empresas controladas e controladas em conjunto foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade e estão representadas por:

		2021		2020	
Vínculo com a Instituição	**Objeto e caracterísitcas do contrato**	**Ativo (passivo)**	**Receita (despesa)**	**Ativo (passivo)**	**Receita (despesa)**
Banco Indusval S.A.	Depósitos à vista	45.957		4.421	
(Voiter) e suas controladas	Dep. interfinanceiros: 100% do CDI no vcto.	21.727	522	23.851	210
	Dep. à prazo: 100% do CDI após carência	246	14	4.795	38
	Op. compromissadas: Tesouro Selic pré 4,4% a.a.			194.005	2.853
	Empréstimo	10.861	3.630		16
	Outros valores a receber/pagar	1.860		295	
	Derivativos: NDF - Café X US$	(9.991)	(89.824)	17.407	41.566
	Juros Sobre Capital Próprio	116		221	2.644
	Resultado Não Realizado			4.099	4.099

(b) Outras operações com partes relacionadas:

Ativo	Objeto e caracterísitcas do contrato	2021	2020
	Depósitos à vista	62	24
Administradores e Diretores Executivos	Depósitos a prazo de 105% a 115% do CDI após carência		15.772
	LCA de 100% a 118% do CDI no vencimento	325	309
	Depósitos à vista	282	224
Empresas ligadas aos administradores	Empréstimos: Pré 10,8% a 14,4% a.a		3.505
	Depósitos à vista	21.972	566
Pessoas vinculadas aos administradores	Depósitos a prazo de 100% a 121% do CDI após carência		9.638

(c) Remuneração de pessoas-chave da administração:

	Voiter	
	2021	2020
Benefícios de curto prazo	5.078	11.078
Contribuição ao INSS	950	648
	6.027	**11.726**

De acordo com a Resolução nº 3.921/10 do CMN, as instituições financeiras que atuem sob a forma de companhias abertas ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria devem instituir um comitê de remuneração, que tem como função elaborar e verificar os atendimentos da respectiva resolução na confecção das políticas de remuneração de seus administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração). Este comitê deve elaborar anualmente o Relatório do Comitê de Remuneração do Voiter, com uma série de informações acerca da remuneração dos administradores da Instituição.

22. Investimentos: (a) Participações em controladas

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Participação no Capital Social	Resultado 2021	Investimentos 2021	Investimentos 2020	Resultado de Equivalência 2021	Resultado de Equivalência 2020
Voiter Comércio de Cereais	129.368	127.163	100%	(2.205)	127.163	60.368	(2.205)	3.203
BI&P Assessoria	76	68	100%	(9)	68	76	(9)	(23)
LetsBank (1)						33.231	(21.980)	(68.909)
Intercap DTVM	21.414	21.575	100%	238	21.575	21.339	238	412
Cripton	286	3.243	100%	2.956	3.243	286	2.956	(15)
					152.049	**115.300**	**(21.000)**	**(65.332)**

(1) Em 10 de maio de 2021, a assembleia geral aprovou a redução do capital do Banco Voiter S.A. referente ao investimento no Letsbank, restituindo-o à acionista majoritária, a Holding NK 031. O Letsbank, assim, já não é mais uma subsidiária do Voiter e sim da Holding NK 031.

(i) Voiter Comércio de Cereais: Em 09 de março de 2021, foi aprovada pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais a alteração do nome de BI&P Comércio de Cereais Ltda. para Voiter Comércio de Cereais Ltda. **(ii) Cripton Comercializadora de Energia:** Conforme Comunicado ao Mercado emitido em 14 de janeiro de 2021, o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) aprovou a operação para aquisição da empresa Cripton Comercializadora de Energia Ltda. Em 30 de março de 2021, o Banco Central do Brasil aprovou a operação para aquisição da empresa Cripton Comercializadora de Energia Ltda e a efetiva aquisição e liquidação financeira ocorreu em 1º de julho de 2021, após a obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

(b) Imobilizado:

	Voiter Consolidado						
	31/12/2020	Aquisições	Transferências	Despesa de depreciação	Baixas	Efeito Desconsolidação	31/12/2021
Equipamentos e instalações	6.096	1.059		(910)	(310)	(1.608)	4.327
Custo	18.891	1.059			(310)	(2.470)	17.170
Depreciação acumulada	(12.795)			(910)		862	(12.843)
Total imobilizado de uso	6.096	1.059		(910)	(310)	(1.608)	4.327

(c) Outros ativos intangíveis

	Voiter Consolidado			
	31/12/2020	Aquisições	Despesa de amortização	31/12/2021
Negócios com cereais	**327**		**(327)**	
Custo	13.100			13.100
Amortização acumulada	(12.773)		(327)	(13.100)
Projeto Cedro	**514**		**(229)**	**285**
Custo	1.140			1.140
Amortização acumulada	(626)		(229)	(855)
Softwares		**58**		**58**
Custo		58		58
Amortização acumulada				
Projeto Transformação digital		**3.748**	**(313)**	**3.435**
Custo		3.748		3.748
Amortização acumulada			(313)	(313)
Cripton	**284**			**264**
Custo	299			299
Amortização acumulada	(15)		(20)	(35)
Outros		**68**		**68**
Custo		68		68
Amortização acumulada				
Total	**841**	**3.806**	**(889)**	**4.110**
Custo	14.539	3.806		18.413
Amortização acumulada	(13.414)		(889)	(14.303)

23. Informações complementares: (a) Contratos de serviços: A política de atuação do Voiter Consolidado e suas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos, que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Durante os exercícios de 2021 e 2020, não foram prestados, pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa. **(b) Contratos de seguros:** O Voiter Consolidado mantém contratos de seguros para cobertura de riscos dos bens do imobilizado e de imóveis. A administração considera o valor suficiente para atender às eventuais perdas com sinistros. **(c) Demonstração do Resultado Recorrente e Não Recorrente:** Conforme disposto na Resolução BCB nº2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Abaixo o resultado recorrente e não recorrente de 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Voiter Consolidado					
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Resultado Contábil	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Resultado Contábil
			2021			2020
Receitas da Intermediação Financeira	229.726		229.726	265.654		265.654
Despesas da Intermediação Financeira	(276.155)		(276.155)	(173.220)		(173.220)
Prov. perdas esp. assoc. ao risco de crédito	81.879		81.879	(706)		(706)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**35.450**		**35.450**	**91.728**		**91.728**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(121.008)		(121.008)	(161.060)		(161.060)
Resultado Operacional	**(85.558)**		**(85.558)**	**(69.332)**		**(69.332)**
Resultado Não Operacional	(3.519)		(3.519)	(1.601)		(1.601)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	**(89.077)**		**(89.077)**	**(70.933)**		**(70.933)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	32.361		32.361	24.084	(184.256)	(160.172)
Prejuízo	**(56.716)**		**(56.716)**	**(46.849)**	**(184.256)**	**(231.105)**

O CONSELHO

A DIRETORIA

CONTADOR - LUIZ CARLOS ZAVATA - CRC 1SP 247155/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Voiter S.A. (anteriormente denominado Banco Indusval S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Voiter S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Voiter S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Voiter S.A. e do Banco Voiter S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na Nota 13, em 31 de dezembro de 2021 os créditos tributários registrados no ativo totalizam R$ 292 milhões no Banco Voiter S.A. e empresas controladas, e estão reconhecidos com base em estudo de realização que considera a projeção de resultados futuros tributáveis. Este estudo de realização dos créditos tributários foi revisado pela administração do Banco com base no cenário atual e futuro e aprovado pelo Conselho de Administração. A realização destes créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Limite operacional e capitalização

Conforme descrito na nota explicativa 20(e), no período subsequente à data-base dessas demonstrações financeiras, o Banco Voiter S.A. passou a apresentar Índice de Basileia inferior ao limite mínimo estabelecido pela Resolução nº 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Neste contexto, conforme descrito na mesma nota explicativa, o Banco Voiter S.A. implementou um plano de ação para o reenquadramento ao limite mínimo acima mencionado. Nossa conclusão não está ressalvada em função desde assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora - CRC 1SP192785/O-4

CRBS S.A - CNPJ nº 56.228.356/0001-31

Relatório da Administração

A Administração da apresenta à V.Sas., as demonstrações contábeis dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Jaguariúna, 31 de março de 2022

Balanço Patrimonial (em milhares de reais)

	2021	2020
Ativo circulante	2.882.103	2.989.389
Ativo não circulante	4.348.336	3.597.291
Total do ativo	**7.230.439**	**6.586.680**

	2021	2020
Passivo circulante	2.725.442	2.916.840
Passivo não circulante	2.131.929	2.096.954
Patrimônio líquido	2.373.068	1.572.886
Total do passivo e patrimônio líquido	**7.230.439**	**6.586.680**

Demonstrações dos Resultados (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Receita líquida	13.319.814	11.621.481
Custo dos produtos vendidos	(10.465.660)	(9.819.903)
Lucro bruto	**2.854.154**	**1.801.578**
Despesas e receitas, líquidas	(1.813.295)	(2.052.729)
Lucro operacional	**1.040.859**	**(251.151)**
Resultado financeiro, líquido	(111.576)	(304.688)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**929.283**	**(555.839)**
IR e CS	(161.907)	311.050
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	**767.376**	**(244.789)**
Lucro/(prejuízo) por ação (R$)	**80.750,92**	**(25.759,13)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	**2.044.888**	**13.871**	**333.228**	**(587)**	**(658.561)**	**1.732.839**
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	–	–	–	–	(244.789)	(244.789)
Outros movimentos	–	–	–	81.997	2.839	84.836
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.044.888**	**13.871**	**333.228**	**81.410**	**(900.511)**	**1.572.886**
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	–	–	–	–	767.376	767.376
Outros movimentos	–	–	–	32.806	–	32.806
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.044.888**	**13.871**	**333.228**	**114.216**	**(133.135)**	**2.373.068**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	767.376	(244.789)
Ajustes do lucro líquido/(prejuízo) do exercício	476.195	(15.421)
Atividades operacionais	**58.713**	**574.034**
Atividades de investimento	**(87.769)**	**(28.876)**
Atividades financeiras	**(189.592)**	**(142.941)**
Movimento líquido no caixa	**(218.648)**	**402.217**
Caixa no início do exercício	**1.182.671**	**780.454**
Caixa no final do exercício	**962.002**	**1.182.671**

Diretoria

Jean Jereissati Neto - Diretor Geral
Lucas Machado Lira - Diretor
Ricardo Morais Pereira de Melo - Diretor
Daniel Cocenzo - Diretor

Contador

Flavio de Souza Trindade - CRC 1SP312713/O-1

As demonstrações financeiras completas com a abertura de todas as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes estão disponíveis aos acionistas na sede da administração da Companhia.

Tegra Incorporadora S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 30.213.493/0001-09 - NIRE 35300550676

Aviso aos Acionistas

Em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, a Administração da Companhia comunica que os documentos a que se refere o supracitado artigo, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021, estarão à disposição dos acionistas após o fechamento do mercado no Site da CVM: www.gov.br/cvm, no site da Companhia: https://ri.tegraincorporadora.com.br e na sede da Companhia: à Avenida das Nações Unidas, 14.261 - ala B, 14º e 15º andares - Vila Gertrudes, São Paulo. São Paulo, 31 de março de 2022. **Tegra Incorporadora S.A.** - Carlos Eduardo Moraes Calheiros - Diretor de Relação com Investidores.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE PENALIDADE

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, a pedido do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, em conformidade com o disposto na Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, tendo em vista a decisão prolatada nos autos do Processo Ético-Profissional CRM/MG nº 2543/2015, julgado pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, torna pública a aplicação da penalidade de **Censura Pública em Publicação Oficial**, prevista na alínea "c" do Art. 22 da mencionada Lei, por infração aos artigos 11, 40, 68 e 112 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 11, 40, 68 e 112 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), ao **Dr. José Eduardo Passarelli**, inscrito no CRM/MG sob o nº 59.772 e neste Conselho sob o nº 32.269.

São Paulo, 31 de março de 2022

Dr. Rodrigo Lancelote Alberto - Conselheiro Corregedor
Dra. Irene Abramovich - Presidente

LPS BRASIL - Consultoria de Imóveis S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME 08.078.847/0001-09 - NIRE 35.300.331.494

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022

Ficam os Senhores Acionistas da LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A. ("Companhia") convocados, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e dos artigos 3º e 5º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481"), conforme alterada, a reunirem-se em assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia ("AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, em 29 de abril de 2022, às 11h00, de forma exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e Comitê de Auditoria referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) proposta da administração sobre a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) fixar o número de assentos do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato; (iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato; (v) a qualidade de independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, da conselheira Luciana de Oliveira Cezar Coelho; (vi) a qualidade de independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, do conselheiro Mario Spinola e Castro e (vii) fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores e membros do Comitê de Auditoria da Companhia para o exercício de 2022. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) alterar o Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo ao Regulamento do Novo Mercado e outros aperfeiçoamentos; e (ii) consolidar o Estatuto Social. Informações Gerais: Nos termos do artigo 126, da Lei das S.A., para participar da AGOE, os acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar à Companhia: (a) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral - RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da administração pública, desde que contenham foto de seu titular e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, quando for o caso; (b) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia; (c) cópia do instrumento de outorga de poderes de representação com firma reconhecida em cartório; e/ou (d) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição competente. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar os seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGOE como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGOE caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º, da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou, alternativamente, com assinatura digital. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGOE por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por tabelião público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. A Companhia solicita o envio dos documentos necessários para participação na AGOE com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência, para o e-mail ri@lopes.com.br. A Companhia admite procurações outorgadas por Acionistas, por meio eletrônico, desde que seja assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"), ou assinatura eletrônica certificada por outros meios que comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Participação via Plataforma Digital: Para participação na Assembleia, os acionistas ou seus representantes legais ou procuradores deverão enviar e-mail para o endereço eletrônico ri@lopes.com.br, até o dia 27 de abril de 2022, solicitando a participação e acompanhado da documentação necessária para a participação virtual. Aqueles que não enviarem a solicitação e a documentação necessária para a participação virtual no prazo estipulado não poderão participar da Assembleia. A solicitação de participação deverá vir acompanhada da identificação do acionista ou representante legal ou procurador constituído, além do telefone de contato e e-mail do participante da Assembleia para o qual a Companhia deverá enviar o link de acesso à Assembleia, acompanhada da documentação descrita no campo "Informações Gerais" deste Edital de Convocação. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, no prazo e nas condições apresentadas acima, a Companhia enviará ao endereço de e-mail indicado no pedido de solicitação de participação à Assembleia, o link de acesso à plataforma eletrônica em que será realizada a Assembleia aos acionistas ou seus representantes legais ou procuradores. O link a ser enviado pela Companhia será pessoal e intransferível, não podendo ser compartilhado. Caso o acionista não receba o link de acesso, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@lopes.com.br, com até, no máximo, duas horas de antecedência do horário de início da Assembleia. A Companhia não se responsabilizará por qualquer problema operacional ou de conexão que o participante venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia. Participação por Boletim de Voto a Distância: Nos termos da ICVM 481, os acionistas poderão exercer o direito de voto por meio do preenchimento e envio do boletim de voto a distância por seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, sendo que, no segundo caso, o boletim preenchido deverá ser recebido pela Companhia até 7 (sete) dias antes da data da AGOE, ou seja, até 22 de abril de 2022 (inclusive). Os boletins de voto a distância foram disponibilizados pela Companhia na página da CVM e da B3, contendo as instruções para o preenchimento e a documentação exigida. Adicionalmente, deverão ser observadas as instruções detalhadas para participação no Manual e Proposta da Administração da AGOE. Nos termos do art. 141 da Lei das S.A. e do art. 3º da Instrução CVM nº 165/1991, é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção de voto múltiplo. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estão à disposição dos acionistas no site da Companhia (http://ri.lopes.com.br), e foram enviados à CVM (www.cvm.gov.br) e à B3 (www.b3.com.br). Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio (i) dos telefones +55 (11) 3067-0520, +55 (11) 3067-0691 +55 (11) 3067-0324 ou (ii) do e-mail ri@lopes.com.br. São Paulo, 30 de março de 2022. **Conselho de Administração.**

SINPROQUIM - Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais e da Petroquímica no Estado de São Paulo - CNPJ: 62.652.318/0001-04 - **Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação** - De conformidade com o Estatuto Social, O SINPROQUIM - Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais e da Petroquímica no Estado de São Paulo, convoca os representantes legais das empresas associadas para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia **06 de abril de 2022**, em primeira convocação às 09h15, com a presença da maioria absoluta dos representantes legais das empresas associadas, e às 09h45, em segunda convocação, com a presença de qualquer quantidade dos representantes legais das empresas associadas, **por meio do endereço virtual/eletrônico, a ser disponibilizado pelo SINPROQUIM, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:** 1º - Em cumprimento aos termos do artigo 10º, § 2º, do Estatuto Social, para realizar a eleição de 01 (um) membro da diretoria, em razão da vacância de 01 (um) dos membros dos cargos de direção do SINPROQUIM. São Paulo, 31 de março de 2022. **Nelson Pereira dos Reis** - Presidente

Companhia de Engenharia de Tráfego - CET

CNPJ 47.902.648/0001-17 - NIRE 3530004507-6

AVISO DE ABERTURA

EXPEDIENTE Nº 0441/21
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2021
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE APARELHOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL, COM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, BEM COMO SOFTWARE PARA GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS APARELHOS.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO TOTAL

Encontra-se aberto o **PREGÃO** acima mencionado, podendo os interessados obter o Edital e seus Anexos via Internet nos sites do **COMPRASNET**: www.gov.br/compras/pt-br, da **PMSP:** http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br e da **CET:** http://www.cetsp.com.br. A proposta comercial das empresas interessadas deverá ser inserida a partir da disponibilização do sistema até às **10h29** do **dia 27/04/2022** no site www.gov.br/compras/pt-br. A abertura da Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ocorrerá às **10h30** do **dia 27/04/2022** , no site www.gov.br/compras/pt-br São Paulo, 30 de março de 2022.

Diretor Administrativo e Financeiro

AVISO DE RETOMADA PARA OS GRUPOS 01 E 02

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 332/2021.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – **SDHDS**.

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - PADARIA**, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: II - quando for conveniente **a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

O(A) Pregoeiro(a)da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que, conforme o TERMO DE REVOGAÇÃO, a empresa DISTRIBUIDORA FAÇANHA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, adjudicatária dos GRUPOS 1 e 2 na licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico nº 332/2021, Edital n.º. 7615, objetivando a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - PADARIA, negou-se a ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, desta forma no dia **01 de abril de 2022 às 10h00min. (Horário de Brasília)** haverá a **RETOMADA PARA OS GRUPOS 01 E 02**, no Endereço Eletrônico **www.comprasnet.gov.br**. Maiores pelo email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br.

Fortaleza – CE, 30 de março de 2022.
JOÃO MATHEUS CARNEIRO BEZERRA
Pregoeiro(a) da CLFOR

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A.

CNPJ nº 23.511.655/0001-20

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S^{as} as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A., acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que inclui as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil e são consubstanciadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. Durante o exercício de 2021 a Instituição continuou a apresentar desenvolvimento sólido em seu modelo de negócios, ilustrado através do aumento e diversificação significativos na carteira de arrendamento e início de operação de novos produtos, como foi o caso dos financiamentos operacionalizados pelo instrumento Cédula de Crédito Bancário a partir do segundo semestre de 2020. A carteira apresentou montante de R$ 373 milhões com 859 contratos ativos, ante R$ 337 milhões e 735 contratos ativos no mesmo período de 2020. Principais indicadores para a data-base 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em reais mil):

	2021	2020
Ativos Totais	441.652	412.277
Carteira de Crédito	373.455	336.989
Resultado do Exercício	579	5.159
Patrimônio Líquido	77.427	76.848
Índice de Basileia II	18,30%	19,87%

Remuneração de acionistas: Consoante estatuto social, caso sejam apurados lucros em cada exercício, a Instituição deverá distribuir 25% dos resultados, após efetuadas as deduções legais e a constituição das reservas legais, podendo ainda os dividendos não serem distribuídos, mas sim convertidos em eventual aumento de capital.

São Paulo, 30 de março de 2022

A Diretoria Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A.

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais, exceto o valor do lucro por ação)*

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	2021	2020
Disponibilidades	4	**11.377**	**22.847**
Instrumentos financeiros - ativos		**376.529**	**338.045**
Carteira de crédito		**365.698**	**333.759**
Operações de arrendamento mercantil	6a	297.209	327.820
Operações de crédito	6a	76.246	9.169
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(7.757)	(3.230)
Outros ativos financeiros	8	**10.831**	**4.286**
Ativos fiscais	16a	**53.283**	**49.971**
Ativos tributários correntes		4.391	1.028
Créditos tributários		48.892	48.943
Imobilizado de uso	9	**168**	**308**
Bens de uso próprio		696	1.611
Depreciações acumuladas		(528)	(1.303)
Outros ativos	10	**295**	**1.106**
Total do ativo		**441.652**	**412.277**

Passivo	Nota	2021	2020
Instrumentos financeiros - passivos		**300.978**	**277.137**
Depósitos interfinanceiros	11	49.121	19.303
Obrigações por empréstimos	12	235.489	249.441
Instrumentos financeiros derivativos	5	254	–
Outros passivos financeiros	13	16.114	8.393
Passivos fiscais	16b	**60.688**	**56.207**
Passivos tributários correntes		10.294	833
Obrigações fiscais diferidas		50.394	55.374
Outros passivos	14	**2.559**	**2.085**
Patrimônio líquido	15	**77.427**	**76.848**
Capital social		64.247	64.247
Reservas de lucros		13.180	12.601
Total do passivo e Patrimônio líquido		**441.652**	**412.277**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados

	Nota	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Receitas da intermediação financeira		**24.495**	**35.729**	**63.564**
Resultado de crédito e arrendamento mercantil	18a	24.497	35.694	63.527
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	18b	(2)	35	37
Despesas de intermediação financeira		**(13.863)**	**(16.305)**	**(47.455)**
Despesa de Captação	18c	(13.609)	(16.051)	(47.455)
Despesa com instrumentos financeiros derivativos	18d	(254)	(254)	–
Resultado bruto da intermediação financeira		**10.632**	**19.424**	**16.109**
Provisões		**1.460**	**(5.260)**	**(1.187)**
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7	1.460	(5.260)	(1.187)
Outras receitas (despesas) operacionais		**(6.224)**	**(11.810)**	**(4.283)**
Receita de prestação de serviços	18e	2.002	3.438	5.230
Despesa com pessoal	18f	(4.699)	(9.443)	(6.776)
Outras despesas administrativas	18g	(2.651)	(4.695)	(4.873)
Despesas tributárias	18h	(3.063)	(5.936)	(2.939)
Outras despesas operacionais		(99)	(288)	(303)
Outras receitas operacionais	18i	2.286	5.114	5.378
Resultado operacional		**5.868**	**2.354**	**10.639**
Outras receitas		–	–	951
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**5.868**	**2.354**	**11.590**
Tributos sobre o lucro		**(3.336)**	**(1.775)**	**(6.431)**
Imposto de renda	16c	(1.366)	(3.340)	–
Contribuição social	16c	(1.775)	(3.364)	–
Imposto de renda passivo diferido	16c	1.374	4.980	(47.136)
Ativo fiscal diferido	16c	(1.569)	(51)	40.705
Lucro líquido do semestre/exercícios		**2.532**	**579**	**5.159**
Número de ações	15	64.246.986	64.246.986	64.246.986
Lucro líquido por ação		**0,03941**	**0,00901**	**0,08030**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital	Reservas de lucros - Reserva legal	Reservas de lucros - Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro 2019	**52.071**	**372**	**7.070**	**–**	**59.513**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	5.159	5.159
Aumento de capital	12.176	–	–	–	12.176
Destinação do lucro:					
Reserva legal	–	258	–	(258)	–
Reserva de lucros	–	–	4.901	(4.901)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**64.247**	**630**	**11.971**	**–**	**76.848**
Saldos em 31 de dezembro 2020	**64.247**	**630**	**11.971**	**–**	**76.848**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	579	579
Destinação do lucro:					
Reserva legal	–	29	–	(29)	–
Reserva de lucros	–	–	550	(550)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**64.247**	**659**	**12.521**	**–**	**77.427**
Saldos em 30 de junho de 2021	**64.247**	**630**	**10.018**	**–**	**74.895**
Lucro líquido do semestre	–	–	–	2.532	2.532
Destinação do lucro:					
Reserva legal	–	29	–	(29)	–
Reserva de lucros	–	–	2.503	(2.503)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**64.247**	**659**	**12.521**	**–**	**77.427**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020
Resultado líquido do exercício	**2.532**	**579**	**5.159**
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:	–	–	–
Resultado abrangente	**2.532**	**579**	**5.159**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	2021 2ºSemestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercícios	**2.532**	**579**	**5.159**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre/exercícios com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	(1.460)	5.260	1.187
Depreciação	30	93	293
Marcação à mercado de derivativos e *hedge accounting*	324	324	–
Provisão despesas administrativas e outros	–	–	–
Impostos diferidos passivos	(1.374)	(4.980)	47.136
Créditos tributários	1.569	51	(40.705)
Lucro ajustado	**1.621**	**1.327**	**13.070**
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	**(30.003)**	**(46.296)**	**(43.522)**
Operações de crédito e arrendamento mercantil	(21.468)	(37.199)	(57.586)
Outros créditos com característica de concessão de crédito	–	–	27
Outros ativos financeiros	(5.617)	(6.545)	14.296
Outros ativos	445	811	(189)
Ativos tributários correntes	(3.363)	(3.363)	(70)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	**13.401**	**17.664**	**(6.074)**
Instrumentos financeiros derivativos	8	8	–
Outros passivos financeiros	8.616	7.721	(6.796)
Outros passivos	165	474	427
Passivos tributarios correntes	4.612	9.461	295
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**(14.981)**	**(27.305)**	**(36.526)**
Atividades de investimento			
Aquisição de bens de uso	–	(76)	–
Alienação de bens de uso	–	123	–
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**–**	**47**	**–**
Atividades de financiamento			
Depósitos Interfinanceiros	7.388	29.818	19.303
Empréstimos	10.879	(14.030)	16.013
Aumento de capital	–	–	12.176
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento	**18.267**	**15.788**	**47.492**
Aumento/(redução) líquido das disponibilidades	**3.286**	**(11.470)**	**10.966**
Disponibilidades			
No início do semestre/exercícios	8.091	22.847	11.881
No fim do semestre/exercícios	11.377	11.377	22.847
Aumento/(redução) líquido das disponibilidades	**3.286**	**(11.470)**	**10.966**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A. ("Banco" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 24 de julho de 2015 e autorizada pelo BACEN em 06 de outubro de 2015 como uma Sociedade de Arrendamento Mercantil. Com o objetivo de ampliar o leque de produtos oferecidos a clientes e parceiros, a Instituição solicitou autorização para operar como banco múltiplo (carteiras de investimento e arrendamento mercantil), a qual foi concedida em 07 de maio de 2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN que incluem as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e são consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SFN e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o pressuposto da continuidade, onde foi avaliada a capacidade operacional no futuro previsível por meio de plano de negócios, orçamentos, fluxos de caixa, entre outros aspectos. Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram aprovadas pela administração em 30 de março de 2022.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, de acordo com as condições previstas em contrato, observando-se o critério *pró-rata* dia para aquelas de natureza financeira e incluindo efeitos de variações monetárias e cambias sobre ativos e passivos indexados. Não são apropriadas as receitas de arrendamento e de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos. As referidas receitas serão reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. **b. Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos, e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "*pro rata die*" e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o preço de realização dos ativos ao seu valor de mercado ou de realização. **c. Apresentação das demonstrações do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas pelo CPC 03, aprovadas pela resolução CMN 3.604/08. **d. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros:** É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. **e. Disponibilidades:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **f. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos integrantes da carteira do Banco são utilizados para "*hedge*" (proteção) e seguem as orientações da Circular nº 3.082/02 do BACEN. Esses instrumentos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais. Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção ("hedge") e são classificados de acordo com a sua natureza em: **Hedge de risco de mercado** - Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de "hedge", têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; **Hedge de fluxo de caixa** - Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nesta categoria, bem como o item objeto de "hedge", têm seus ajustes a valor de mercado da parcela efetiva do "hedge" registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributário, e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, no resultado do período. **g. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços. **h. Operações de arrendamento mercantil:** Muito embora a apresentação das operações de arrendamento mercantil tenham sido alteradas pela adoção da Resolução BCB nº 2/2020, conforme descrito na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis permaneceram as mesmas. As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores. A carteira de arrendamento mercantil é constituída exclusivamente por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, e compreende os seguintes itens: • **Arrendamentos a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. • **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de arrendamentos a receber e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN. • **Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento é demonstrado por seu custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas para Máquinas e Equipamentos e Veículos variam entre 10% e 20% ao ano. Esta metodologia passou a ser aplicada a partir do segundo semestre de 2020, e não resultou em nenhum efeito financeiro no resultado do período em relação ao método anterior. Anteriormente a Instituição utilizava para cálculo do valor a depreciar o critério de custo de aquisição deduzido do valor residual garantido para as operações de arrendamento financeiro, que era apropriado pelo método linear no prazo da operação contratada. • **Superveniência e insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente. Consequentemente, a Instituição reconheceu no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 uma insuficiência de depreciação líquida no valor de R$ 10.760 (Superveniência de depreciação de R$ 90.101 em 2020), registrada como resultado de crédito e arrendamento mercantil. O saldo acumulado de superveniência de depreciação em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 111.986 (R$ 123.054 em 31/12/2020). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento. • **Provisão para perdas associadas ao risco de crédito:** A provisão para perdas associadas ao risco de crédito foi calculada em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo). A entidade adota metodologia interna para a atribuição do *ratings* iniciais dos clientes. As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações de contrato em atraso igual ou superior a 60 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. O Banco adota o registro de sua carteira de arrendamento mercantil conforme o acima determinado, entretanto, com o advento da Res. CMN nº 4.720/2019 e Resolução BCB nº 2/2020, decidiu apresentar todo o grupo de contas de forma agrupada numa única rubrica da carteira de crédito do grupo de instrumentos financeiros ativos em conjunto com a carteira de operações de crédito. **i. Imobilizado de uso:** O Banco, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, reconhece os novos imobilizados valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A. espera utilizar o ativo. **j. Obrigações por empréstimos e depósitos interfinanceiros:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro-rata*" dia. As captações que são objeto de *hedge* de Risco de Mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. **k. Imposto de renda e contribuição social:** A Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do CMN, determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: • Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. • Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. • A Instituição constitui crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre os prejuízos fiscais originados pela diferença temporária relativa ao saldo de superveniência de depreciação apresentado no final do período. • A partir do primeiro semestre de 2020 a Instituição passou a constituir, quando aplicável, crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias, assim como os impostos diferidos sobre a exclusão do ajuste entre depreciação fiscal e contábil. • O Banco aplica as alíquotas de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social. Em conformidade com o que determina a Lei 14.183, serão aplicadas as alíquotas de 25% para imposto de renda e 25% para contribuição social até 31/12/2021. **l. Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido as imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras. **m. Resultado recorrente e não recorrente** O Banco classifica seus resultados como recorrentes ou não recorrentes através de políticas internas que determinam que são resultados recorrentes aqueles que estejam de acordo com o objeto social determinado em seu Estatuto Social que é "a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas de investimento e arrendamento mercantil, além de quaisquer outras operações que venham a ser permitidas às sociedades da espécie, de acordo com as disposições legais regulamentares". Para que um resultado seja considerado não recorrente ele precisa adicionalmente não ter previsibilidade de ocorrência nos próximos 3 exercícios seguintes. Considerando a política estabelecida, a administração considera que todo o seu resultado do exercício de 2021 e 2020 é oriundo de resultados recorrentes. **n. Apresentação de acordo com *International Financial Reporting Standards* (IFRS):** A partir de janeiro 2020 o Banco passou a incluir em suas Demonstrações Financeiras as alterações preconizadas na Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular nº 3.959/2019, consolidadas pela Resolução BCB nº 2/2020. Essa regulamentação tem como objetivo aproximar as normas de apresentação das demonstrações financeiras das instituições financeiras brasileiras com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

4. DISPONIBILIDADES:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades		
Bancos conta movimento	11.377	22.847
Saldo final	**11.377**	**22.847**

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS: a. Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos:

Indexador	Instrumento	Valor de referência	2021 Diferencial a pagar/Valor contábil - Posição líquida	2021 Valor de Mercado - Ativo	2021 Valor de Mercado - Passivo	2021 Valor de Mercado - Posição líquida	2020 Posição líquida
Euro x Pré	SWAP	6.432	(8)	–	(254)	(254)	–

b. *Hedge* de Risco de Mercado: Conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN as operações classificadas como "Hedge" são realizadas com instrumentos derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como "Hedge" de risco de mercado caso se destinem a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado. O "Hedge" é considerado efetivo quando compensam as variações no valor de mercado do objeto de "Hedge" num intervalo entre 80% à 125% de acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN. A efetividade das estruturas dos "Hedges" é medida mensalmente, e estão em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN. O Banco, para proteger parte das captações classificadas na rubrica "Obrigações por empréstimos e repasses", contratou instrumento derivativo (SWAP - Cross Currency Swap) destinado à cobertura de hedge de risco de mercado, conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Item objeto de *hedge*		
Valor atualizado pelas condições contratuais	6.322	–
Valor de mercado	6.400	–
Valor do ajuste a mercado na rubrica "Obrigações por empréstimos e repasses"	78	–
Instrumentos de *hedge*		
Valor de mercado	254	–

6. CARTEIRA DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL: a) Operações de crédito e arrendamento mercantil: i) Carteira por modalidade e prazo:

Modalidade	Parcelas Vencidas	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcela a Vencer entre 3 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamento Mercantil (vide nota 6b)	3.001	45.804	73.418	174.986	297.209	327.820
Operações de Crédito - CCB	299	10.109	13.388	52.450	76.246	9.169
Total	**3.300**	**55.913**	**86.806**	**227.436**	**373.455**	**336.989**

ii) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

Setor Privado	Parcelas Vencidas	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcela a Vencer entre 3 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	31/12/2021	31/12/2020
Indústria	867	27.553	54.039	147.018	229.477	198.803
Comércio	–	1.242	2.530	5.487	9.259	8.938
Serviços	2.433	27.118	30.237	74.931	134.719	129.248
Total	**3.300**	**55.913**	**86.806**	**227.436**	**373.455**	**336.989**

iii) Concentração de Crédito:

	31/12/2021 Valor	31/12/2021 % da Carteira	31/12/2020 Valor	31/12/2020 % da Carteira
10 Maiores Devedores	72.168	19%	71.312	21%
20 Maiores Seguintes	65.516	18%	73.027	22%
Demais Devedores	235.771	63%	192.650	57%
Total	**373.455**	**100%**	**336.989**	**100%**

iv) Composição da Carteira por moeda e indexador:

Descrição	31/12/2021 Valor	31/12/2021 % da Carteira	31/12/2020 Valor	31/12/2020 % da Carteira
Contratos em reais prefixados	304.652	82%	239.215	70%
Contratos em euros prefixados	65.770	17%	93.200	27%
Contratos em reais pós-fixados	3.033	1%	4.574	3%
Total	**373.455**	**100%**	**336.989**	**100%**

v) Operações renegociadas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo anterior	**18.528**	–
Contratações	9.214	62.323
Recebimentos e apropriação de juros	(772)	(2.911)
Operações retornadas à situação normal	(24.645)	(40.884)
Saldo final	**2.325**	**18.528**

O Banco considera em situação normal uma operação renegociada para a qual ocorreram pelo menos os pagamento em dia das três primeiras parcelas do acordo inicial. **b) Operações de arrendamento mercantil:** O saldo dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado pela taxa interna de retorno de cada contrato e acrescidos das contraprestações faturadas e não

continua →☆

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A. *(Em milhares de Reais)*

pagas. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil, são registrados em diversas contas patrimoniais e apresentadas na linha "Operações de arrendamento mercantil" conforme requerimento da Resolução BCB nº 2/2020. A seguir apresentamos o analítico das contas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamento Financeiro	**297.209**	**327.820**
Arrendamentos a Receber	277.976	385.430
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(276.445)	(384.295)
Valores Residuais a Realizar	70.525	107.707
Valores Residuais a Balancear	(70.525)	(107.707)
Imobilizado de Arrendamento - Bens Arrendados	615.200	572.270
Imobilizado de Arrendamento - Depreciação Acumulada	(208.313)	(154.102)
Superveniência de Depreciação	111.986	123.054
Credores por Antecipação de VRG	(223.195)	(214.537)
Amortização Acumulada - Perdas de Arrendamento	(1.130)	–
Perdas em Arrendamento a Amortizar	8.433	–
Insuficiência de Depreciações - Perdas de Arrendamento	(7.303)	–
Total da Carteira de Arrendamento	**297.209**	**327.820**

i) Composição do imobilizado de arrendamento por tipo de equipamento:

Descrição	31/12/2021 Custo de Aquisição	31/12/2021 Depreciação/ Amortização Acumulada	31/12/2021 Valor Contábil	31/12/2020 Custo de Aquisição	31/12/2020 Depreciação/ Amortização Acumulada	31/12/2020 Valor Contábil
Máquinas e Equipamentos	356.132	(92.678)	263.454	318.663	(64.981)	253.682
Veículos	250.635	(114.505)	136.130	253.607	(89.121)	164.486
Superveniência de Depreciação	–	–	123.763	–	–	123.054
Insuficiência de Depreciação em Perdas em Arrendamento Depreciação	–	–	(11.777)	–	–	–
Perdas em Arrendamento a Amortizar	8.433	(1.130)	7.303	–	–	–
Total	**615.200**	**(208.313)**	**518.873**	**572.270**	**(154.102)**	**541.222**

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens. **ii) Composição da Carteira por tipo de equipamento:**

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Máquinas e equipamentos	189.569	202.358
Veículos e afins	107.640	125.462
Total	**297.209**	**327.820**

7. PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO: O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e outros créditos e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, como requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99, estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	% Provisão Requerida	31/12/2021 Valor Presente da Carteira	31/12/2021 Valor da Provisão	31/12/2020 Valor Presente da Carteira	31/12/2020 Valor da Provisão
AA	0,0%	167.668	–	171.715	–
A	0,5%	160.081	800	125.529	628
B	1,0%	10.973	110	16.863	169
C	3,0%	3.269	98	8.412	252
D	10,0%	23.854	2.385	13.470	1.347
E	30,0%	3.185	956	162	48
F	50,0%	1.953	976	105	53
G	70,0%	132	92	–	–
H	100,0%	2.340	2.340	733	733
Total		**373.455**	**7.757**	**336.989**	**3.230**

Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial (31/12/2020 e 31/12/2019)	**3.230**	**2.070**
Constituição Líquida de provisão	5.260	1.187
Créditos baixados para prejuízo	(733)	(27)
Saldo Final	**7.757**	**3.230**

Não houve nenhuma recuperação de crédito baixado para prejuízo nos exercícios de 2021 e 2020.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos relacionados a contratos de arrendamento mercantil (a)	10.831	4.286
Total	**10.831**	**4.286**
Curto Prazo	**10.831**	**4.286**

(a) Adiantamentos a fornecedores por conta de contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.

9. IMOBILIZADO DE USO:

Descrição	31/12/2021 Custo de Aquisição	31/12/2021 Depreciação Acumulada	31/12/2021 Valor Contábil	31/12/2020 Custo de Aquisição	31/12/2020 Depreciação Acumulada	31/12/2020 Valor Contábil
Instalações	–	–	–	735	(711)	24
Móveis e Equipamentos	26	(14)	12	283	(140)	143
Equipamentos de Informática	381	(225)	156	304	(167)	137
Software	289	(289)	–	289	(285)	4
Total	**696**	**(528)**	**168**	**1.611**	**(1.303)**	**308**

10. OUTROS ATIVOS:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Deutsche Leasing Finance GmbH - Comissões a Receber	–	491
Locadora DL do Brasil - reembolso despesas compartilhadas	86	140
Antecipação de salários	–	118
Antecipação de férias	9	–
Deutsche Sparkassen Leasing Ag &Co KG - Serviços Prestados a Receber	127	87
Parcela de obrigações por empréstimos a Baixar	–	57
Diferença de ptax a receber	47	75
Taxa de abertura de crédito a receber - CCB	–	26
Despesas Antecipadas	–	4
Outros	26	108
Total	**295**	**1.106**
Curto Prazo	**295**	**1.106**

11. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS:

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2021 Total	31/12/2020 Total
Depósitos Interfinanceiros	5.555	16.665	26.901	49.121	19.303
Total	**5.555**	**16.665**	**26.901**	**49.121**	**19.303**

Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 9,60% a.a. (7,26% a.a. em 31/12/2020) e vencimento final em novembro 2025 (novembro de 2025 em 31/12/2020).

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS:

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2021 Total	31/12/2020 Total
Empréstimos - No País (a)	15.802	47.408	102.527	165.737	164.708
Empréstimos - No Exterior (b)	11.087	21.262	37.325	69.674	84.733
Marcação a Mercado Objeto de Hedge **(vide nota 5b)**	78	–	–	78	–
Total	**26.967**	**68.670**	**139.852**	**235.489**	**249.441**

(a) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 9,50% a.a. (9,69% a.a. em 31/12/2020) e vencimento final em dezembro de 2026 (julho de 2025 em 31/12/2020). As captações indexadas ao CDI são acrescidas de uma taxa de juros prefixada. Essa taxa foi em média 1,47% a.a. (1,47% a.a. em 31/12/2020), e as operações possuem vencimento final em abril de 2024 (abril de 2024 em 31/12/2020). (b) Empréstimos captados, no exterior, em Euros, junto à Deutsche Leasing Funding B.V. à taxa de juros prefixados acrescidos de variação cambial e com vencimento final em dezembro de 2026 (fevereiro de 2026 em 31/12/2020).

13. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de Arrendamento Mercantil	11.062	4.425
Adiantamento de Clientes de Contratos de Arrendamento Mercantil (a)	5.052	3.968
Total	**16.114**	**8.393**
Curto Prazo	**16.114**	**8.393**

(a) Valor recebido antecipadamente de clientes relacionados à contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.

14. OUTROS PASSIVOS:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesa com Pessoal	2.186	2.002
Serviços de terceiros	102	83
Pagamento a processar	271	–
Total	**2.559**	**2.085**
Curto Prazo	**2.559**	**2.085**

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a. Capital social: O Capital Social está representado por 64.246.986 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, como segue em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Acionista	Participação %	Nº ações	Valor integralizado
Deutsche Sparkassen Leasing Ag &Co Kg	95	61.034.636	61.035
Deutsche Objekt Leasing GmbH	5	3.212.350	3.212
Total	**100**	**64.246.986**	**64.247**

Em 15 de julho de 2020 ocorreu um aumento de capital realizado pelos acionistas (participação societária proporcional mantida), que foi aprovado pelo Bacen em 27 de julho de 2020 no montante de R$ 12.176. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O saldo das reservas estatutárias é oriundo de lucros após as destinações legais e será destinado preponderantemente para futuros aumentos de capital, ou ainda para compensação de prejuízos, consoante o que determina o parágrafo único do art. 189 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo das reservas de lucros era de R$ 13.180 (2020 - R$ 12.601). **c. Dividendos:** A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o art. 202 da Lei 6.404/76. Nos exercícios de 2021 e 2020 não houve distribuição de dividendos.

16. TRIBUTOS:

a) Ativos Fiscais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos a compensar	1.034	1.028
Antecipação de Imposto de Renda	1.467	–
Antecipação de Contribuição Social	1.890	–
Créditos Tributários (16c)	48.892	48.943
Total	**53.283**	**49.971**
Curto Prazo	**10.242**	**1.028**
Longo Prazo	**43.041**	**48.943**

b) Passivos fiscais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Imposto de Renda Diferido (16c)	50.394	55.374
Provisão para impostos correntes	6.704	–
Impostos e contribuições sobre salários	323	240
COFINS a Pagar	113	94
ISS a Pagar	3.101	484
Outros	53	15
Total	**60.688**	**56.207**
Curto Prazo	**12.452**	**833**
Longo Prazo	**48.236**	**55.374**

c) Imposto de renda e contribuição social: Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os impostos correntes e diferidos da Instituição têm as seguintes bases de cálculo e montantes provisionados:

Corrente	2021 Imposto de Renda	2021 Contribuição Social	2020 Imposto de Renda	2020 Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o Lucro	**2.354**	**2.354**	**11.590**	**11.590**
Exclusão da superveniência de depreciação	11.068	11.068	(90.101)	(90.101)
Ajuste da depreciação de bens arrendados	–	–	44.039	44.039
Variação cambial	–	–	(303)	(303)
Resultado não realizado de derivativos	324	324	–	–
Outras adições temporárias	143	143	311	311
Outras adições não temporárias	75	75	98	98
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	5.260	5.260	1.187	1.187
Base de cálculo (prejuízo fiscal)	**19.224**	**19.224**	**(33.179)**	**(33.179)**
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(5.767)	(5.767)	–	–
Base tributária	13.457	13.457	–	–
Imposto de Renda e Contribuição Social	**3.340**	**3.364**	–	–

A partir do primeiro semestre de 2021, a Instituição passou a gerar lucros tributários, razão pela qual apresenta provisão e despesas de impostos correntes. No exercício de 2020 não houve base tributária, e portanto a Instituição não foi afetada pela majoração da alíquota de contribuição social de 15% para 20% de 2019 para 2020. A partir do primeiro semestre de 2020, além do crédito tributário e imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, a Instituição passou também a constituir, quando aplicável, crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisões para perdas associadas ao risco de crédito e demais provisões passivas, assim como os impostos diferidos sobre os ajustes da depreciação de bens arrendados.

As movimentações podem ser observadas a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Reversão	Saldo em 30/06/2021	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2021
Créditos tributários							
Prejuízo fiscal originado pela superveniência	46.787	–	1.535	45.252	–	1.063	44.189
Provisões associadas ao risco de crédito	1.465	3.025	–	4.490	–	657	3.833
Provisões passivas	691	28		719	5	–	724
Marcação a mercado	–	–	–	–	146	–	146
Total	**48.943**	**3.053**	**1.535**	**50.461**	**151**	**1.720**	**48.892**
Obrigações fiscais diferidas							
Sobre superveniência	(55.374)	–	(3.606)	(51.768)	–	(1.374)	(50.394)
Total	**(55.374)**	**–**	**(3.606)**	**(51.768)**	**–**	**(1.374)**	**(50.394)**

A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado o custo médio de captação praticado pelo Banco, aplicado sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço. A expectativa de realização dos créditos tributários é suportada por um estudo técnico elaborado pela instituição e demonstrada a seguir:

Ano de realização	Valor nominal	Valor presente
2022	5.852	5.491
2023	19.430	16.059
2024	11.227	8.171
2025	4.077	2.613
2026	2.804	1.583
2027 a 2028	5.502	2.730
Total	48.892	36.647

17. PARTES RELACIONADAS: As partes relacionadas da Instituição podem ser assim consideradas: os administradores, a diretoria executiva e os membros do conselho de administração, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social da Instituição, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo controlador. **Transações com partes relacionadas:** As transações são sempre realizadas dentro de parâmetros de mercado e o resultado e o saldo de operações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 4.636/2018, e apresentam a seguinte composição :

Descrição	Ativos/(Passivos) 31/12/2021	Ativos/(Passivos) 31/12/2020	Receitas/(Despesas) 2º semestre 2021	Receitas/(Despesas) 31/12/2021	Receitas/(Despesas) 31/12/2020
Obrigações Por Empréstimo no Exterior:					
Deutsche Leasing Funding B.V. (nota 12)	(69.675)	(84.733)	(4.879)	(170)	(37.480)
Outros Ativos					
Locadora DL do Brasil (nota 10)	86	140	505	952	1.642
Deutsche Sparkassen Leasing Ag &Co Kg	127	87	787	1.779	622
Deutsche Leasing Finance GmbH	–	491	1.009	1.284	4.160

a. Remuneração dos empregados e administradores: De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Os gastos com remuneração dos administradores e gerência da Instituição totalizaram R$ 2.870 em 2021 (R$ 2.224 em 2020).

18. COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO: a. Resultado de crédito e operações de arrendamento mercantil:

Descrição	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamento financeiro e operações de crédito	24.546	35.844	63.649
Outras despesas de arrendamento	(49)	(150)	(122)
Total	**24.497**	**35.694**	**63.527**

A redução significativa dos montantes de resultado de arrendamento financeiro e operações de crédito se deu basicamente em função dos efeitos da variação cambial sobre a parte da carteira indexada à moeda estrangeira. **b. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez:**

Descrição	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas com aplicações interfinanceiras de liquidez	(2)	35	37
Total	**(2)**	**35**	**37**

c. Resultado de captação:

Descrição	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com obrigações por empréstimos	11.873	13.016	47.276
Despesas com depósitos interfinanceiros	1.736	3.035	179
Total	**13.609**	**16.051**	**47.455**

A redução significativa dos montantes de despesa com obrigações por empréstimos se deu basicamente em função dos efeitos da variação cambial sobre as captações em moeda estrangeira. **d. Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos:**

	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com Operações com Derivativos	(254)	(254)	–
Total	**(254)**	**(254)**	–

e. Receita de prestação de serviços:

Descrição	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Serviços prestadas a ligadas (a)	1.797	3.063	4.782
Taxa de abertura de crédito	205	375	423
Comissão por intermediação de negócios	–	–	25
Total	**2.002**	**3.438**	**5.230**

(a) Refere-se a serviços de captação, análise de crédito, processamento de operações de crédito e prestação de serviço de funcionários locais para outras empresas do grupo sediadas no exterior (nota 17). **f. Despesas com pessoal:**

Descrição	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Salários	1.772	3.249	2.553
Bônus	743	2.567	1.737
Encargos trabalhistas	933	1.557	1.086
Férias e 13.o salário	530	820	633
Assistência Médica e Odontológica	429	714	447
Seleção e treinamento	17	54	20
Outras despesas de pessoal	275	482	300
Total	**4.699**	**9.443**	**6.776**

g. Outras Despesas Administrativas:

Descrição	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Aluguéis e Condomínio	204	281	1.014
Manutenção e conservação predial	27	134	45
Processamento de dados	502	928	844
Serviços do sistema financeiro	152	307	305
Serviços de terceiros	192	346	280
Serviços técnicos especializados	829	1.549	1.383
Despesas de transportes	26	37	27
Despesas com publicações	8	55	57
Despesas com viagens	9	9	58
Despesas com telefonia	68	143	116
Manutenção e conservação de equipamentos	278	446	536
Contribuição entidade de classe	59	123	92
Outras despesas administrativas	297	337	116
Total	**2.651**	**4.695**	**4.873**

h. Despesas tributárias:

Descrição	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
ISS	2.442	4.822	1.946
PIS	87	156	139
COFINS	534	958	854
Total	**3.063**	**5.936**	**2.939**

i. Outras Receitas Operacionais:

Descrição	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Ressarcimento de despesas	523	1.109	1.674
Descontos obtidos	521	1.264	1.967
Reversão de provisão de Bônus	389	1.564	819
Reversão de provisão de auditoria	247	247	270
Receita de multas contratuais	219	393	249
Outras	387	537	399
Total	**2.286**	**5.114**	**5.378**

19 OUTRAS INFORMAÇÕES: a. Ativos e Passivos Contingentes - A Instituição não tem conhecimento de contingência assiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma não há provisão constituída para passivos contingentes no semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras. **b.** A Instituição está obrigada a manter requerimentos mínimos de capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, de maneira a manter a relação entre o patrimônio de referência (PR) e o montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) igual ou superior a 10% (2020 - 9,25%). O índice de Basileia calculado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de 18,28% para o índice básico e 17,16% para o índice amplo; em 31 de dezembro de 2020 os índices eram de 19,37% e 18,20% respectivamente. **c.** A administração de Instituição considera fundamental a avaliação dos riscos para a tomada de decisão, e para esse fim, conta com uma estrutura de gerenciamento de riscos constituída de acordo com sua natureza e grau de complexidade de seus negócios. As definições de limites e aprovações dos riscos assumidos são definidos em comitê com participação efetiva dos administradores. Outras práticas incluem a segregação de atividades entre as áreas de negócios e controles, bem como o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de novos produtos, e a independência de informações dessas áreas com o processo a operacionalizar. Os principais riscos gerenciados são: **c.1) Riscos Operacionais:** Conforme Resolução CMN 4.577/2017, a Instituição considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. A estrutura de controle de riscos operacionais visa identificar, avaliar, monitorar, testar e mitigar os riscos aos quais a Instituição possa estar exposta, através do comitê de riscos operacionais, atuando de forma corretiva e preventiva, evitando a ocorrência ou reincidência de falhas. **c.2) Riscos de Mercado:** Trata-se das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da Instituição. A gestão de riscos de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação e são monitorados pela Tesouraria, sendo revistos em bases anuais. **c.2.1) Análise de sensibilidade:** O banco, com o objetivo de verificar os efeitos em seu resultado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado, realiza um teste de sensibilidade que utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento de 50 ou 100 pontos base. Para as datas-base em questão os impactos seriam:

Fator de risco	31/12/2021 + 50 bps	31/12/2021 + 100 bps	31/12/2020 + 50 bps	31/12/2020 + 100 bps
Taxa de juros em reais	(528)	(1.056)	(370)	(739)
Cupons de moeda estrangeira	(50)	(101)	(89)	(180)

c.2.2) Teste de estresse: Para a apuração do risco de mercado de taxas de juros, o Banco deciciu por usar os modelos padronizados pelo Banco Central do Brasil, uma vez que somente possui a carteira banking, optando por seguir o modelo RBAN padrão, de acordo com as regras definidas pela circular nº 4.557/2017 para o teste de estresse, em especial o contido no Art. 2º, item II. Com base nessa análise, o resultado (RBAN) demonstra o impacto no resultado e na alocação de capital referente às situações de estresse histórica definidos acima e demonstrados a seguir:

Fator de risco	Capital alocável 31/12/2021	Capital alocável 31/12/2020
Taxas de juros em reais	1.172	533
Cupom de moeda estrangeira	985	1.462

c.2.3) Valor justo dos instrumentos financeiros: O Banco não transaciona seus instrumentos financeiros ativos e passivos em mercados ativos, tendo sua operação baseada em uma estrutura de banking. Dessa forma, considera o valor contábil como a aproximação equivalente ao valor justo de seus instrumentos financeiros ativos (Carteira de crédito e outros ativos financeiros) e passivos (Obrigações por empréstimos e outros passivos financeiros). **c.3) Riscos de Liquidez:** A Instituição monitora, controla e reporta possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que possam comprometer a solvência da Instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócios e para a administração, e suportam o planejamento de liquidez da Instituição. As principais variáveis utilizadas para a análise são: disponibilidade de caixa, níveis de caixa mínimo e projeção de fluxos de caixa. **c.4) Riscos de Crédito:** De acordo com a Resolução 4.557/2017, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade do cumprimento de obrigações contratuais dos parceiros comerciais da Instituição, geradas por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, ou variações nos indicadores e moedas associadas às flutuações de mercado e seus impactos nas operações associadas. A administração monitora e controla a exposição ao risco de crédito de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito de forma a antecipar as perdas projetadas para a carteira da Instituição. **d.** A Instituição não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações aos seus funcionários. **e.** O Banco, seus clientes e parceiros foram afetados indistintamente pela pandemia causada pela COVID-19 durante os anos de 2021 e 2020. O Banco conseguiu adaptar sua operação de forma a garantir a proteção de seus colaboradores e a continuidade dos negócios, operando basicamente de forma remota. Os impactos observados nos negócios foram as esperadas redução nos volumes de novos contratos e dificuldade por parte de alguns clientes em honrar os seus compromissos. Os reflexos dessa situação podem ser observados nas demonstrações financeiras através do aumento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e o surgimento de uma carteira de operações renegociadas (vide nota 6), sem que isso no entanto se refletisse em perdas relevantes graças à rápida atuação da administração junto aos clientes e parceiros, visando identificar alternativas que possibilitassem o enfrentamento das dificuldades momentâneas. **f.** Os eventos subsequentes correspondem à aqueles que ocorreram entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a sua emissão. Concluímos que não houve eventos subsquentes relevantes até a emissão das demonstrações financeiras.

Marcelo Festucia - Diretor Presidente
Ubiratan Dantas Felizatto - Contador - CRC 1SP143431/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

Aos Acionistas e Administradores da **Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas

continua

continua

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previsto no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração do Banco a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Sterlite Power

SE VINEYARDS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 28.008.733/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da **SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Vineyards")** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

Sociedade

A **SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.**, foi constituída em 26 de maio de 2017 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Conforme anuído pela ANEEL no despacho nº 1.343/2021 de 12 de maio de 2021 e consolidado no despacho nº 2.231/2021 de 23 de julho de 2021, a Companhia é controlada pela Vineyards Participações S.A. ("Controladora") cujo controle societário é da Sterlite Brazil Participações S.A., cujas acionistas são: Sterlite Power Transmission Limited. e pela Sterlite Grid 5 Limited., ambas sediadas na Índia.

Apresentamos abaixo o quadro de estrutura acionária.

Sterlite Power Transmission Limited — 84,04%
Sterlite Grid 5 Limited — 15,96%
Sterlite Brazil Participações S.A.
100%
Vineyards Participações S.A.
100%
SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.

Concessão

Em 24 de abril de 2017, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 10 do Leilão ANEEL nº 05/2016 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 31/2017 foi assinado em 11 de agosto de 2017, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida (RAP) atualizada de R$ 41.809.350 após entrada em operação comercial.

Em janeiro de 2020 o principal trecho do projeto foi energizado, sem pendências técnicas, as instalações de transmissão estão disponíveis no Sistema Interligado Nacional (SIN) e viabilizou à empresa solicitar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a emissão de seu Termo de Liberação Definitivo (TLD), que atesta a qualidade do projeto e permite à concessionária o recebimento proporcional de R$ 29.299.993 da RAP.

Em julho de 2021 o segundo trecho do projeto foi energizado sem pendências técnicas, as instalações de transmissão estão disponíveis no Sistema Interligado Nacional (SIN) e viabilizou à empresa solicitar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a emissão de seu Termo de Liberação Definitivo (TLD), que atesta a qualidade do projeto e permite à concessionária o recebimento proporcional de R$ 7.249.741 da RAP.

O terceiro e último trecho foi energizado e Janeiro de 2022 , as instalações de transmissão estão disponíveis no Sistema Interligado Nacional (SIN) e viabilizou à empresa solicitar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a emissão de seu Termo de Liberação Definitivo (TLD), que atesta a qualidade do projeto e permite à concessionária o recebimento proporcional de R$ 5.259.616 da RAP.

Perfil

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Rio Grande do Sul:

- Linha de Transmissão Lajeado 2 - Lajeado 3, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 16,4 km, com origem na Subestação Lajeado 2 e término na Subestação Lajeado 3;
- Linha de Transmissão Lajeado 3 - Garibaldi, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 47 km, com origem na Subestação Lajeado 3 e término na Subestação Garibaldi;
- Linha de Transmissão Candiota 2 - Bagé 2, circuito simples, com extensão aproximada de 49 km, com origem na Subestação Candiota 2 e término na Subestação Bagé 2, pela SE Lajeado 3 230/69-13,8 kV, 2 x 83 MVA;
- SE Vinhedos 230/69-13,8 kV, 2 x 165 MVA;
- Implementação de trecho de linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 2 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da linha de transmissão em 230 kV Monte Claro - Garibaldi e a subestação Vinhedos;
- Conexões de Unidades de Transformação, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos.

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros consumidores, de onde as distribuidoras a levam até a casa dos cidadãos. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela ANEEL, que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Cabe, ainda, à ANEEL, mediante delegação do MME, conceder o direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

As concessionárias outorgadas para prestação dos serviços públicos de transmissão de energia, são responsáveis pela conexão das geradoras aos grandes consumidores, ou às empresas distribuidoras ou a outras transmissoras que componham a complexa rede do SIN, estas últimas também reguladas pela ANEEL que lhes fixa uma RAP pela prestação de tais serviços. A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado e busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como cadeia de suprimentos, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 30 de março de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	60.796	80.007
Concessionárias e permissionárias	6	4.187	2.981
Ativo de concessão	7	46.982	38.016
Tributos e contribuições a compensar		2.092	1.448
Adiantamentos a fornecedores e funcionários		373	1
Prêmio de seguros		267	275
Total do ativo circulante		114.697	122.728
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	7	407.546	355.807
Adiantamento a fornecedores		–	1.439
Outros ativos		10	–
Prêmio de seguros		117	366
Total do ativo não circulante		407.673	357.612
Total do ativo		522.370	480.340

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	3.857	11.857
Salários e encargos sociais		9	1.429
Tributos e contribuições sociais		477	174
Imposto de renda e contribuição social		8	–
Encargos setoriais		152	129
Debêntures	9	15.446	–
Dividendos a pagar		572	507
PIS e COFINS diferidos	10	4.346	3.516
Partes Relacionadas	12	1.106	–
Outros passivos		8	–
Total do passivo circulante		25.981	17.612
Não circulante			
Debêntures	9	295.809	274.355
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	32.535	29.381
PIS e COFINS diferidos	10	37.622	35.359
Total do passivo não circulante		365.966	339.095
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	65.011	65.011
Reserva Legal	13.b	3.735	3.392
Reservas de lucros	13.b	61.677	55.230
Total do patrimônio líquido		130.423	123.633
Total do passivo e patrimônio líquido		522.370	480.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita de implementação da infraestrutura		20.345	45.675
Margem de implementação da infraestrutura		14.820	19.348
Remuneração do ativo de concessão		46.470	35.314
Receita de operação e manutenção		5.689	1.184
Receita operacional líquida	14	87.324	101.521
Custo de implementação de infraestrutura	15	(20.587)	(45.630)
Custo de operação e manutenção	16	(3.101)	(2.158)
Lucro bruto		63.636	53.733
Gerais e administrativas	17	(3.242)	(2.080)
Lucro antes do resultado financeiro		60.394	51.653
Receitas financeiras		2.598	2.500
Despesas financeiras		(52.983)	(30.639)
Resultado financeiro	18	(50.385)	(28.139)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		10.009	23.514
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(3.154)	(7.585)
Lucro líquido do período		6.855	15.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do período	6.855	15.929
Total de resultados abrangentes	6.855	15.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**65.011**	**2.595**	**40.249**	**–**	**–**	**107.855**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	15.929	15.929
Constituição de reserva legal	–	797	–	–	(797)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(151)	(151)
Constituição das reservas de retenção de lucros	–	–	14.981	–	(14.981)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**65.011**	**3.392**	**55.230**	**–**	**–**	**123.633**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	6.855	6.855
Constituição de reserva legal	–	343	–	–	(343)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(65)	(65)
Constituição da reserva de lucros a realizar	–	–	–	401	(401)	–
Constituição das reservas de retenção de lucros	–	–	6.046	–	(6.046)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**65.011**	**3.735**	**61.276**	**401**	**–**	**130.423**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2021	31/12/2020
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.009	23.514
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	8.656	10.139
Juros e variações monetárias de debêntures	44.305	24.896
Aumento (diminuição) nos ativos operacionais		
Ativo de concessão	(60.704)	(83.528)
Concessionárias e permissionárias	(1.206)	(2.981)
Adiantamentos a fornecedores e empregados	1.066	2.084
Impostos e contribuições a compensar	(644)	(585)
Prêmio de seguros	258	252
Outros ativos	(3)	–
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(8.000)	(7.652)
Tributos e contribuições sociais	(5.260)	(1.196)
Salários e encargos sociais	(1.420)	1.126
Encargos setoriais	23	129
Outros passivos	1.114	–
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(11.806)	(33.802)
Atividades de financiamento		
Pagamento de juros de debêntures	(7.405)	–
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(7.405)	–
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(19.211)	(33.802)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	80.007	113.809
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	60.796	80.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "SE Vineyards"), foi constituída em 26 de maio de 2017 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Em 26 de maio de 2021 a Companhia passou a ser subsidiária integral da Vineyards Participações S.A, após o processo de reorganização societária realizada pela controladora anterior e atual controladora indireta Sterlite Brazil Participações S.A. A Companhia tem sua sede na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.308 - 8º andar, na Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo e é controlada pela Vineyards Participações S.A. ("Controladora"), cuja acionista direta é a Sterlite Brazil Participações S.A., cujas as acionistas são Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL") e Sterlite Grid 5 Limited ("Grid 5") ambas sediadas na Índia. **1.2. Da concessão:** Em 24 de abril de 2017, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 05/2016 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 31/2017 foi assinado em 11 de agosto de 2017, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação comercial. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Rio Grande do Sul: (i) Transmissão Lajeado 2 - Lajeado 3, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 16,4 km, com origem na Subestação Lajeado 2 e término na Subestação Lajeado 3; (ii) Linha de Transmissão Lajeado 3 - Garibaldi, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 47 km, com origem na Subestação Lajeado 3 e término na Subestação Garibaldi; (iii) Linha de Transmissão Candiota 2 - Bagé 2, circuito simples, com extensão aproximada de 49 km, com origem na Subestação Candiota 2 e término na Subestação Bagé 2, pela SE Lajeado 3 230/69-13,8 kV, 2 x 83 MVA; (iv) SE Vinhedos 230/69-13,8 kV, 2 x 165 MVA; (v) Conexões de Unidades de Transformação, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos. A Companhia energizou em 12 de janeiro de 2020 o principal trecho do projeto localizado no Rio Grande do Sul (RS), integrando ao sistema elétrico do estado às linhas de 230 kV Lajeado 2 - Lajeado 3 e Lajeado 3 - Garibaldi, além da nova subestação de Lajeado 3 (230kV/69kV), com a energização deste trecho (elemento 1) acontecendo sem pendências técnicas e antecipando a entrada em operação comercial em 32 meses. A energia está disponível no Sistema Interligado Nacional (SIN) e viabilizou à companhia solicitar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a emissão de seu Termo de Liberação Definitivo (TLD), que atesta a qualidade do projeto e permite à concessionária o recebimento proporcional da Receita Anual Permitida (RAP), no montante de R$23.537. A linha de Transmissão Candiota 2 - Bagé 2, está concluída, no entanto a entrada em operação depende da SE Candiota 2 que tinha previsão de término no início de dezembro de 2021. Contudo, existe uma dependência da Transmissora Chimarrão para que seja efetivamente energizada. O elemento 2 foi energizado em 27 de junho de 2021. O elemento 3 foi concluído em 27 de janeiro de 2022 e dessa forma o projeto ficou pronto para sua entrada em operação. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.895 de 13/07/2021. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R$41.809 para o ciclo anual entre 1º de julho de 2021 e 30 de junho de 2022. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. Adicionalmente a Companhia apresenta a informações no quadro abaixo:

continua

Sterlite Power

SE VINEYARDS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 28.008.733/0001-91

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (contrato de concessão) anual	Índice de correção	Inflação	RAP (REH 2.895) Ciclo 21/22	Parcela de ajuste 21/22	Data da entrada em operação comercial Elemento 1, 2 e 3
031/2017	30	2047	34.532	IPCA	8,04%	41.809	(684)	13/01/2020 27/06/2021 27/01/2022

1.4. Encargos regulamentares: Conforme instituído pelo artigo 13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional liquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação especifica sobre a matéria. **1.5. Impactos da Covid-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia:** Em consonância com o Ofício Circular CVM nº 02/2020, de 10 de março de 2020, a Administração da Companhia vem acompanhando os impactos do novo coronavírus (COVID-19) no cenário macroeconômico e em seus negócios e avaliando constantemente os possíveis riscos de inadimplência, em função de uma possível ruptura de fluxo de caixa no sistema. Entretanto, entende que as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica foram eficientes para conter estes riscos. Adicionalmente, a Companhia segue diligente no acompanhamento dos prazos de obras em curso, mas considera que eventuais atrasos poderão ocorrer até a normalização das atividades do mercado como um todo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 houve uma interrupção nas obras do segundo trecho por aproximadamente 3 semanas em 2020, e os trabalhos foram retomados após este período, não impactando o cronograma final da obra, pois, o projeto está previsto para entrega antes do cronograma estabelecido pela ANEEL. Desta forma não há impacto possa afetar as receitas de infraestrutura constantes em suas estimativas para recuperabilidade do imposto de renda diferido. O negócio da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia implementou medidas de precaução para reduzir a exposição dos seus colaboradores ao risco do novo Coronavírus (COVID-19) e, dessa forma, garantir continuidade e qualidade de suas operações, tais como: rodízio de operadores em grupo fixo; sistemas de contingência; restrições de viagens; ampliação de trabalho remoto; limitação de trabalho presencial com obrigatoriedade de agendamento prévio da estação de trabalho por meio de aplicativo para maior controle por parte da Administração; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório; restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual e acompanhamento do quadro de saúde e bem-estar dos seus colaboradores. Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir: Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador. Atualmente, não há previsão de atraso nas construções em andamento que possa afetar as receitas de infraestrutura constantes em suas estimativas para recuperabilidade do Imposto de renda diferido consolidado. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis a Administração avaliou os efeitos da Covid-19 e seus impactos no (a): (i) uso do pressuposto de continuidade operacional; (ii) gestão de liquidez; (iii) exposição da Companhia aos impactos no setor elétrico e, concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas informações contábeis em decorrência deste assunto.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") bem como pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Standards Board* - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 30 de março de 2022. **2.2. Base de elaboração e apresentação:** Continuidade operacional: Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim, dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 10). • Contabilização de contratos de concessão. Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Momento de reconhecimento do ativo contratual: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo da concessão com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 12,34%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Determinação das receitas de implementação da infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão. **2.5. Demonstrações contábeis regulatórias:** Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias. Essas DCRs, conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: i) *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas. *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos, debêntures e fornecedores (nota 5, 8 e 9). ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2 Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3 Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7). O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (nota 7). O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4 Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5 Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7 Dividendos:** A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. **3.8 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.9 Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se às alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 12,34% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.10 Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11 Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A companhia não apresenta saldos de tributos correntes. Diferidos: Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. a) Impostos sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.12 Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basica-

continua

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

Sterlite Power

SE VINEYARDS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 28.008.733/0001-91

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

mente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021: A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. • Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. **4.2 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da STC, estão descritas a seguir. A STC pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	4.119	2.537
Aplicações financeiras (i)	56.677	77.470
	60.796	80.007

(i) As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, remuneradas pelo CDI, 99% a 103% em 2021 e 99% a 101% em 2020, cuja rentabilidade até 31 de dezembro de 2021 foi de R$2.710 (R$2.427 em 31 de dezembro de 2020).

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

	31/12/2021	31/12/2020
Concessionárias e permissionárias	4.187	2.981

7. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	393.823	310.295
Receita de implementação da infraestrutura	22.689	50.237
Margem de implementação da infraestrutura	16.305	30.174
Margem de implementação da infraestrutura - projeções de custos ajustada (i)	–	(8.888)
Remuneração do ativo de concessão	51.297	40.404
Remuneração do ativo de concessão - projeções de custos ajustada (ii)	–	(1.494)
(-) Faturamento	(29.586)	(26.905)
	454.528	393.823
Circulante	46.982	38.016
Não circulante	407.546	355.807

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a administração reavaliou as estimativas de gastos relacionados a implementação dos itens de infraestrutura descritos nas Notas 1.2 (i) e 1.2 (ii) acima, refletindo em aumento de R$11.552 no custo para conclusão da obra em junho e até dezembro de 2021, o que resultou em uma redução de R$10.382 no saldo do ativo contratual. A Companhia considerou perdas por parcelas variáveis em seu fluxo contratual em 2021 no montante de R$116 (R$239 em 31 de dezembro de 2020) devido a indisponibilidade de equipamentos.

8. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores relacionados à implementação da infraestrutura	462	6.497
Retenções contratuais	3.334	5.061
Materiais e serviços não faturados	61	299
	3.857	11.857

9. DEBÊNTURES

a) As debêntures são compostas da seguinte forma:

Credor	Encargos	Data final	31/12/2021	31/12/2020
2ª Emissão de debêntures	IPCA + 5,2381%	15/07/2042	311.255	274.355
			311.255	274.355
Circulante			15.446	–
Não circulante			295.809	274.355

b) Movimentação de debêntures

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	274.355	249.459
Pagamento de juros	(7.405)	–
Juros provisionados	28.851	13.826
Atualização monetária	15.454	11.070
Saldo final	311.255	274.355

A Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, em dezembro de 2019, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia real e garantia fidejussória adicional, com amortização do valor nominal unitário atualizado, em 42 (quarenta e duas) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 29 (vinte e nove) meses, contado a data de emissão, sendo a primeira parcela vincenda em janeiro de 2022 e a última em julho de 2042 remunerada pela taxa IPCA +5,2381% a.a. Em novembro de 2019 a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco, Banco Santander (Brasil) e Banco ABC Brasil. De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças são pagos ao fim de cada período trimestral totalizando o montante de R $8.556 em 31 de dezembro de 2021 (R$5.226 em 31 de dezembro de 2020) com base no saldo atualizado da debênture. O custo é de 2,5% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e *pro rata temporis*, até a conclusão do projeto. Após a conclusão do projeto, o custo é ajustado para 1,3% ao ano (base 360 dias). Em 31 de dezembro de 2021, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (*covenants*). Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
2022	8.071	7.296
2023	9.224	8.338
2024	9.608	8.686
2025	9.993	9.033
2025 a 2042	258.913	241.002
	295.809	274.355

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Impostos diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda diferido	23.923	21.609
Contribuição social diferida	8.612	7.772
	32.535	29.381
PIS diferido	7.487	6.935
COFINS diferida	34.481	31.940
	41.968	38.875
Total tributos passivos	74.503	68.256
Circulante	4.346	3.516
Não circulante	70.157	64.740

Os tributos são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido. (i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 9,25%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

b) Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do IR e da CS	10.009	23.514
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(3.403)	(7.995)
Outros	249	410
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(3.154)	(7.585)
Corrente	–	–
Diferido	(3.154)	(7.585)
Alíquota efetiva	32%	32%

A Companhia possui saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes principalmente das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excluídas em quotas fixas mensais no prazo de 5 (cinco) anos, a partir do início das operações. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos decorrem da contabilização da receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e será realizado na proporção das operações, considerando a receita e custos de operação bem como depreciação do ativo imobilizado da concessão deduzidos de imposto de renda e contribuição social.

	Impostos Diferidos		
	31/12/2021	Movimentação	31/12/2020
Ativo/Passivo			
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	6.779,46	4.897	1.883
Lucro diferido da construção	(53.765)	(12.847)	(40.917)
Diferencias temporários	14.450,55	4.797	9.654
Outras Provisões	–	–	–
Não Circulante	(32.535)	(3.154)	(29.381)

11. CONTINGÊNCIAS

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui 4 (quatro) processos contingentes trabalhistas avaliadas como probabilidade possível no montante total de R$114, portanto não foram provisionadas.

12. PARTES RELACIONADAS

Em conexão com o exame das nossas demonstrações financeiras do exercício findo 31 de dezembro de 2021, declaramos a seguir que temos operações de partes relacionadas (pessoas jurídicas) no valor de R$ 1.106 com a empresa Brasil Participações S.A.. Sendo R$ 70 referente a despesas Judiciais com processos vinculados com empresa ASB, R$ 1.036 referente a reembolso de despesas de comissão garantia.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: A Companhia foi constituída em 26 de maio de 2017 com capital social autorizado de R$1, divididas em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R$65.011, dividido em 65.010.641 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$1,00 cada. Em 26 de maio de 2021, a Companhia passou a ser subsidiária integral da Vineyards Participações S.A., após o processo de reorganização societária realizada pela controladora anterior e atual controladora indireta Sterlite Brazil Participações S.A..

b) Reservas de lucros:

Lucros a realizar (i)	401
Reserva legal	3.735
Reserva de retenção de lucro (ii)	61.276

(i) A Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária a proposta de destinação deste montante, que não foi realizado financeiramente, para a rubrica reserva de lucros a realizar. Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica deverão ser obrigatoriamente distribuídos como dividendos conforme deliberação dos Acionistas e após realização financeira dos saldos do ativo de contrato e, consequente geração de caixa pela Companhia. (ii) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (iii) Reserva de retenção de lucros corresponde à parcela de lucro líquido do exercício excedente à reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva.

c) Dividendos mínimos obrigatórios:

Dividendos mínimos obrigatórios	65

O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta		
Receita de implementação da infraestrutura	22.689	50.237
Margem de implementação da infraestrutura	16.305	21.286
Remuneração do ativo de concessão	51.297	38.910
Receita de operação e manutenção	6.300	1.804
Total da receita bruta	96.591	112.237
Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a implementação da infraestrutura	(418)	(822)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(861)	(641)
PIS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(265)	(346)
PIS sobre operação e manutenção	(30)	(41)
COFINS diferido sobre a receita de implementação da infraestrutura	(1.926)	(3.785)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(3.966)	(2.954)
COFINS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(1.220)	(1.592)
COFINS sobre operação e manutenção	(137)	(188)
Encargos setoriais	(444)	(347)
	(9.267)	(10.716)
Receita operacional líquida	87.324	101.521
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 15)	20.587	45.630
Custo de operação e manutenção (Nota 16)	3.101	2.158
Margem de implementação da infraestrutura	14.820	19.348
Margem de implementação de infraestrutura %	71,99%	42,40%
Margem de operação e manutenção	6.133	1.575
Margem de operação e manutenção %	29,79%	3,45%

15. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	972	4.718
Serviços de terceiros	10.335	12.066
Máquinas e equipamentos	3.205	19.143
Gastos ambientais	1.358	–
Servidão	436	343
Edificações	3.516	8.375
Outros	765	985
	20.587	45.630

16. CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	36	–
Serviços de terceiros	2.976	2.114
Material	–	3
Tributos	8	11
Outros	81	30
	3.101	2.158

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal e encargos	–	263
Serviços de terceiros	1.672	981
Material	–	3
Aluguéis	25	–
Tributos	851	35
Seguros	601	798
Outros	93	–
	3.242	2.080

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.598	2.427
Outras receitas financeiras	–	73
	2.598	2.500
Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	(44.305)	(24.896)
Comissões e taxas	(8.556)	(5.691)
Juros e multas	(1)	(10)
IOF	(3)	(2)
Outros	(118)	(40)
	(52.983)	(30.639)
	(50.385)	(28.139)

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. **19.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2021	31/12/2020
Bancos		4.119	2.537
Concessionárias e permissionárias		4.187	2.981
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	**Nível**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Aplicações financeiras	2	56.677	77.470
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nível**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Debêntures		311.255	274.355
Fornecedores		3.857	11.857

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

20. GESTÃO DE RISCO

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) Riscos de preço: As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) Riscos cambiais: A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Riscos de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

21. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

22. SEGUROS

A Companhia possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenizações, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R$224.675, com vigência de 2 de agosto de 2017 até 8 de maio de 2023 junto à Axa Seguros.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

O elemento 3 foi concluído em 27 de janeiro de 2022 permite à concessionária o recebimento proporcional de R$ 5.260 da RAP, finalizando dessa maneira a fase de construção total do projeto. A Companhia obteve autorização para operação comercial com pendências em 31/01/2022 e data de operação comercial definitiva em 11/02/2022, tendo seu TLD - Termo de Liberação Definitivo em 16/02/2022. O elemento em questão é composto por: • Linha de Transmissão em 230 kV com origem na SE Candiota 2 e destino a SE Bagé 2, a um CS, com aproximadamente 49 km de extensão; • 01 Módulo de Entrada de Linha - EL 230 kV (BD4) na SE Candiota 2; e • 01 Módulo de Entrada de Linha - EL 230 kV (BPT) na SE Bagé 2.

continua

Sterlite Power

SE VINEYARDS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 28.008.733/0001-91

continuação

DIRETORIA

Jell Lima Andrade - Diretor Presidente
Luciana Borges Araujo Amaral - Diretora Financeira
Ítalo Augusto Vasconcelos David - Diretor

CONTADORA

Luciana Borges Araujo Amaral - CRC RJ - 121211/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Adilvo França Junior
Contador - CRC 1BA021419/O-4-T-SP

MIZUHO

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 61.088.183/0001-33
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 - Torre E - 7º andar - CEP.: 04543-011 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 5504-9844 - https://www.mizuhogroup.com/americas/brazil
E-mail Ouvidoria: ouvidoria@mizuhogroup.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeira do Banco Mizuho do Brasil S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das devidas notas explicativas e do parecer dos auditores independentes. O Banco Mizuho do Brasil S.A. é uma subsidiária do Mizuho Financial Group, um dos maiores grupos financeiros do mundo, com sede no Japão, atuação global abrangendo todos os continentes, em mais de 38 países. Os ativos totais do Grupo superaram os 226 trilhões de ienes no ano fiscal 2020 (De Abril/2020 a Mar/2021). O Banco Mizuho do Brasil S.A. é um banco múltiplo com autorização para operar com carteiras comercial e de investimento; atua como banco de atacado no mercado local. Atende empresas de várias nacionalidades e setores e oferece uma gama diversificada de produtos e serviços, como depósitos, operações de financiamento ao comércio exterior, corporate banking, structured financing, project financing, entre outros. A estratégia para o Banco Mizuho do Brasil tem dois pilares principais: a) Prestar serviços financeiros locais aos seus clientes globais - especialmente empresas japonesas e outras corporações internacionais, auxiliando-os em suas operações comerciais no Brasil. Para esses clientes, o Banco oferece basicamente os seguintes produtos: empréstimos - capital de giro em reais e operações de financiamento ao comércio exterior (importação e exportação); fechamento de câmbio, carta de crédito e garantias; operações de derivativos - hedge de moedas (swap de moedas e opções) e swap de juros. b) Prestar diversos serviços financeiros aos seus clientes locais, disponibilizando a estrutura do grupo Mizuho para auxiliá-los em suas estratégias globais. Para esses clientes, o Banco oferece basicamente os seguintes produtos: empréstimos sindicalizados, financiamento com agências de crédito (ECA) e financiamento de projetos. O Banco mantém seus esforços na constante busca do aprimoramento de sua atuação, investindo na capacitação de seus recursos, focado em sua Visão e Valores institucionais, promovendo a integração profissional e cultural entre os profissionais do Brasil e de unidades do Grupo no exterior, consolidando e fortalecendo sua expertise, de forma a contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, de acordo com a filosofia corporativa do Grupo Mizuho. Destacamos que para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, a Administração tem a intenção de manter em carteira até o vencimento os títulos classificados nessa categoria conforme Nota 5 e que o Banco, baseado no seu fluxo de caixa projetado, possui capacidade financeira para tal manutenção.

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Disponibilidades	3b	64.623	13.321
Instrumentos financeiros		11.526.557	7.615.506
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	3.793.661	1.742.585
Carteira de câmbio	7	4.157.796	2.701.957
Títulos e valores mobiliários	5a/b	2.370.301	2.136.953
Instrumentos financeiros derivativos	17	90.233	161.849
Operações de crédito	6	1.114.566	872.162
Outros ativos		166.078	117.969
Relações interfinanceiras		1.436	1.211
Rendas a receber		492	458
Negociação e intermediação de valores		18.357	1.888
Diversos	8	144.719	113.424
Despesas antecipadas		1.074	988
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(3.134)	(3.540)
Ativo fiscal diferido	15	120.020	131.585
Investimento em participações em coligadas e controladas	9	18.511	121.176
Outros investimentos		148	148
Imobilizado de uso		4.689	5.333
Imobilizações de uso		12.765	13.428
Depreciação acumulada		(8.076)	(8.095)
Ativo Intangível		808	864
Ativos Intangíveis		10.040	9.795
Amortização acumulada		(9.232)	(8.931)
Total do ativo		11.898.300	8.002.362

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo e patrimônio líquido			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		10.661.178	6.966.624
Depósitos	10	1.030.820	1.582.566
Captações no mercado aberto	11	2.143.171	857.962
Recursos de aceites e emissão de títulos	12a	132.321	3.724
Obrigações por empréstimos	12b	3.880.292	1.893.382
Obrigações por repasses no exterior	12c	172.631	593.407
Instrumentos financeiros derivativos	17	211.557	220.557
Carteira de câmbio	7	3.090.386	1.815.026
Passivo fiscal diferido	15	15.290	32.633
Outras obrigações		407.643	234.227
Relações interdependências		75.235	11.266
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		647	784
Fiscais e previdenciárias	13a	25.491	5.770
Negociação e intermediação de valores		108.265	12.411
Diversas	13a/b	198.005	203.996
Resultado de exercícios futuros		525	967
Patrimônio líquido		813.664	767.911
Capital Social:			
De domiciliados no exterior	14a	632.590	628.869
Reservas de lucros		187.460	128.376
Outros resultados abrangentes	14c	(6.386)	10.666
Total do passivo		11.898.300	8.002.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

		Capital social		Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva especial	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		592.757	36.112	12.992	90.329	6.908	–	739.098
Integralização de capital		36.112		–	–	–	–	–
Ajuste ao valor de mercado - TVM		–	–	–	–	2.460	–	2.460
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior		–	–	–	–	12.142	–	12.142
Hedge de investimento no exterior		–	–	–	–	(10.844)	–	
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	25.055	25.055
Constituição da reserva de lucros		–	–	1.253	23.802	–	(25.055)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		628.869	–	14.245	114.131	10.666	–	767.911
Integralização de capital	14a	3.721		–	–	–	–	3.721
Ajuste ao valor de mercado - TVM		–	–	–	–	(14.179)	–	
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior		–	–	–	–	(40.411)	–	
Hedge de investimento no exterior		–	–	–	–	37.538	–	37.538
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	59.084	59.084
Constituição da reserva de lucros		–	–	2.954	56.130	–	(59.085)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		632.590	–	17.199	170.261	(6.386)	–	813.664
Saldos em 30 de junho de 2021		(628.869)	–	15.607	114.131	(1.639)	25.877	782.845
								–
Integralização de capital	14a	3.721		–	–	–	–	3.721
Ajuste ao valor de mercado - TVM		–	–	–	–	(4.530)	–	(4.530)
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior		–	–	–	–	1.198	–	1.198
Hedge de investimento no exterior		–	–	–	–	(1.415)	–	(1.415)
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	–	31.845	31.845
Constituição da reserva de lucros		–	–	1.592	56.130	–	(57.722)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		632.590	–	17.199	170.261	(6.386)	–	813.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre	31/12/2021	31/12/2020
Atividades operacionais:		31.845	59.084	25.055
Ajustes ao lucro líquido		(6.566)	(32.673)	(41.974)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Outros Créditos		–	–	(365)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Operações Créditos	6f	(1.601)	(406)	1.178
Provisão para perdas Garantias Financeiras		(85)	(113)	(82)
Provisão/reversão para contingências	13d	1.802	3.372	4.569
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	15a	(724)	(7.522)	31.833
Atualização monetária de depósitos judiciais		(1.101)	(1.722)	(1.300)
Resultado de participação em controlada	9	27	(570)	(3.483)
Resultado na alienação de valores e bens		–	(352)	15
Depreciações/Amortizações		628	1.327	1.537
Provisão para PLR		1.031	1.473	1.506
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários		(4.530)	(14.178)	(23.734)
Hedge de Investimento no Exterior		(598)	(51.520)	(27.156)
Variação Cambial Hedge Inv. Ext. (PL)		(1.415)	37.538	(26.492)
Variações em ativos e passivos:		1.136.912	1.891.594	504.201
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(34.379)	(66.583)	15.622
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		843.544	(161.733)	571.003
(Aumento) em operações de crédito		(104.287)	(242.404)	(567.488)
(Aumento)/Redução em outros créditos		(818.957)	(1.492.072)	(772.142)
(Aumento)/redução em outros valores e bens		(445)	(86)	(209)
(Aumento)Variação líquida em outra relações interfinanceiras e interdependências		42.238	63.744	4.542
Aumento/(redução) em depósitos		(2.465.779)	(551.746)	(371.368)
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses		1.316.930	1.566.134	836.709
Aumento/(redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		93.547	128.597	2.716
Aumento/(redução) Captações no mercado aberto		1.110.681	1.285.209	(19.272)
Aumento/(redução) em outras obrigações		1.131.466	1.371.976	635.093
Aumento/redução em instrumentos financeiros derivativos (passivo)		22.289	(9.000)	168.945
Aumento/(redução) em resultados de exercícios futuros		64	(442)	50
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais		1.162.191	1.918.005	487.282
Atividades de investimentos:				
Aquisição de imobilizado de uso		(235)	(508)	(1.091)
Alienação de imobilizado de uso		–	478	–
Caixa recebido na repatriação de dividendos de investida no exterior		–	114.344	120.551
Aquisição de intangível		(167)	(245)	–
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos		(402)	114.069	119.460
Atividades de financiamentos				
Aumento de Capital		3.721	3.721	–
Caixa líquido originado em atividades de financiamentos		3.721	3.721	–
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		1.165.510	2.035.795	606.742
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		2.616.104	1.745.819	1.139.077
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		3.781.614	3.781.614	1.745.819
Aumento (redução) em equivalentes de caixa		1.165.510	2.035.795	606.742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2º semestre	31/12/2021	31/12/2020
Receitas da intermediação financeira		465.971	460.398	631.244
Operações de crédito		49.253	61.660	26.100
Resultado de títulos e valores mobiliários		180.670	256.941	172.944
Receita com instrumentos financeiros derivativos	17g	128.748	138.551	51.147
Resultado de câmbio		107.300	3.246	381.053
Despesas da intermediação financeira		(379.932)	(310.870)	(522.769)
Operações de captações no mercado		(102.697)	(138.075)	(65.116)
Operações de empréstimos e repasses		(278.836)	(173.201)	(456.842)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	1.601	406	(811)
Resultado bruto da intermediação financeira		86.039	149.528	108.475
Outras receitas (despesas) operacionais		(27.396)	(49.212)	(72.373)
Receitas de prestação de serviços	20b	19.296	45.565	24.605
Despesas de pessoal		(22.012)	(47.088)	(52.166)
Outras despesas administrativas	20c	(19.259)	(36.886)	(36.931)
Despesas tributárias		(4.901)	(10.095)	(8.405)
Resultado de participação em controlada	9	(27)	570	3.483
Outras receitas operacionais	20d	1.993	2.794	1.740
Outras despesas operacionais	20e	(2.486)	(4.072)	(4.699)
Resultado operacional		58.643	100.316	36.102
Outras receitas e despesas		3	761	841
Resultado antes da tributação sobre o lucro		58.646	101.077	36.943
Imposto de renda e contribuição social	15a	(25.771)	(40.520)	(10.382)
Provisão para imposto de renda		(11.887)	(16.264)	(26.984)
Provisão para contribuição social		(14.608)	(16.734)	(15.231)
Ativo fiscal diferido		724	(7.522)	31.833
Participações dos empregados no lucro		(1.030)	(1.473)	(1.506)
Lucro líquido dos semestre/exercício		31.845	59.084	25.055
Lucro líquido por ação - R$		14,91	27,67	11,79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2º semestre	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do semestre/exercício	31.845	59.084	25.055
Outros resultados abrangentes a ser reclassificado para resultado do exercício em períodos subsequentes	(4.747)	(17.052)	3.759
Ativos financeiros disponíveis para venda	(4.528)	(14.169)	2.525
Ajuste ao valor de mercado	(8.634)	(27.017)	4.814
Efeito tributário	4.106	12.848	(2.289)
***Hedge* de Investimento no exterior**	(1.415)	37.538	(10.844)
Ajuste variação cambial	(2.964)	67.844	(17.811)
Efeito tributário	1.549	(30.306)	6.967
Outros resultados abrangentes de coligada por equivalência patrimonial	1.196	(40.421)	12.078
Ajuste variação cambial	1.198	(40.411)	12.142
Ajuste ao valor de mercado - títulos disponíveis para venda	(4)	(19)	(117)
Efeito tributário	2	9	52
Total do resultado abrangente	27.098	42.032	28.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Mizuho do Brasil ("Banco") é um banco múltiplo, sediado na Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 2041 em São Paulo capital, autorizado a operar com carteiras comercial e de investimento. É controlado diretamente pelo Mizuho Bank, Ltd., cujo controlador final é o Mizuho Financial Group, Inc., ambos sediados na Cidade de Tóquio no Japão. O Mizuho Financial Group está listado nas Bolsas de Valores de Tóquio e Nova Iorque. O Banco tem atuação no mercado de atacado e atende empresas de várias nacionalidades e setores, oferecendo uma gama diversificada de produtos e serviços, como depósitos, operações de financiamento ao comércio exterior, corporate banking, structured financing, project financing, entre outros. Realiza suas atividades focado nas diretrizes estabelecidas pelos acionistas, com estreita observância das normas e regulamentações locais. O Banco se utiliza das linhas de crédito aprovadas dentro do grupo, para maximizar a eficiência da gestão local de recursos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN). A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras. As principais alterações implementadas foram: facultada a apresentação das contas do Balanço Patrimonial apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; comparabilidade dos saldos do Balanço Patrimonial, apresentados com os saldos do final do exercício social imediatamente anterior, evidenciação, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 30 de março de 2022.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "*pro rata*" dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os valores estão apresentados abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	3.781.614	1.745.819
Disponibilidades	64.623	13.321
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4a)	3.716.991	1.732.498

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) Instrumentos Financeiros: De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos, e compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação ou para investimento. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. São avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuro e operações de "*swap*" são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: *Operações a termo* - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos contratos até a data do balanço; *Operações com opções* - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício; *Operações de futuro* - o valor dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa; *Operações de swap* - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "*pro rata*" até a data do balanço. Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor de mercado, exceto aqueles que tiverem sido contratados de forma associada às operações de captação ou aplicação, conforme definido pela Circular nº 3.150, do Banco Central do Brasil. As transações efetuadas para proteção ao risco das posições do Banco, qualificadas como *hedge* contábil, são distinguidas em três categorias: *hedge* de risco de mercado, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento no exterior. As operações classificadas como *hedge* de risco de mercado são destinadas a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa no resultado do período. Os respectivos itens objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, em contrapartida a respectiva conta de receita ou despesa relacionada ao item objeto de *hedge*. As operações de *hedge* de fluxo de caixa são destinadas a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização dos derivativos contratados para *hedge* de fluxo de caixa é contabilizada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido em conjunto com os efeitos da avaliação a mercado dos itens objeto de *hedge*, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período. *Hedge* de investimento no exterior: os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria têm como objetivo compensar os riscos decorrentes da exposição à variação cambial de investimentos no exterior cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional e devem ser registrados conforme procedimentos contábeis definidos para o *hedge* de fluxo de caixa. Através da Resolução nº 4.748/2019 do Conselho Monetário Nacional, as instituições financeiras devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46) a partir de 01 de janeiro de 2020. e) Operações de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco,

continua

—☆ continuação

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 61.088.183/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (sem risco) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação pelo prazo máximo de seis meses, contados a partir de sua classificação nesse nível de risco, sendo posteriormente baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. f) Investimentos: Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. g) Imobilizado e intangível: O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: móveis, utensílios e instalações - 10%; e sistema de processamento de dados e veículos - 20%. O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisição de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20%. h) Atualização monetária de direitos e obrigações: Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício. i) Depósitos e captações no mercado aberto: São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata"* dia. j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment): É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificados ativos não financeiros registrados com indicação de perda por *impairment*. k) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para o imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para o exercício e das deduções previstas em lei. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 20%. A alíquota da contribuição social foi elevada de 15% para 20% a partir de 01 de março de 2020, conforme promulgação da Emenda Constitucional 103 de 2019. Para o período de de 01 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a alíquota da contribuição social foi de 25%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre prejuízos fiscais e adições e exclusões temporárias, são registrados nas rubricas de "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias". O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo e estão suportados por estudo técnico, realizado semestralmente. l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo: *Contingências ativas* - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências determinantes de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos. *Contingências passivas* - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são sujeitos à divulgação em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. *Obrigações legais* - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. m) Lucro por ação: Foi calculado com base no número de ações em circulação na datas-base de 31 de dezembro de 2021 e 2020. n) Eventos subsequentes: De acordo com a Resolução nº 3.973/2011 (Resolução nº 4.818/2020, a paritr de 01 de janeiro de 2021) do CMN que dispõe sobre a contabilização e divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações financeiras, conforme estabelecido no pronunciamento técnico CPC 24. o) Garantias Financeiras Prestadas: A Resolução do CMN 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta Circular 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma. p) Resultado Recorrente e Não Recorrente: A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período. De acordo com os critérios internos de avaliação, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I-não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II-não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente, por sua vez, corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Aplicações em operações compromissadas:

	31/12/2021	31/12/2020
Posição bancada:		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	1.732.627
Rendas a apropriar	–	(129)
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.057.560	–
Rendas a apropriar	(1.062)	–
	3.056.498	1.732.498
Posição financiada:		
Notas do Tesouro Nacional - NTN	660.723	–
Rendas a apropriar	(230)	–
	660.493	–
Total posição bancada	3.056.498	1.732.498
Total posição financiada	660.493	–
Total de aplicações no mercado aberto	3.716.991	1.732.498

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 90 dias	38.214	–
De 91 a 365 dias	21.075	10.087
Acima de 365 dias	17.381	–
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	76.670	10.087

c) Aplicações em moeda estrangeira: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Banco não possuía aplicações em moedas estrangeiras realizadas com banqueiros no exterior .

5. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor de custo	Valor mercado/ contábil (1)	Valor de custo	Valor mercado/ contábil (1)
Títulos e valores mobiliários				
Carteira própria	147.247	146.699	765.767	769.035
Títulos disponíveis para venda	85.965	85.899	190.438	190.506
Debêntures	2.067	2.069	46.355	46.415
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	72.849	72.854	118.595	118.579
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.049	10.976	25.488	25.512
Mantidos até o vencimento	61.282	60.800	575.329	578.529
Debêntures	5.006	5.006	348.174	348.174
Letra Financeira	56.276	55.794	227.155	230.355
Vinculados a compromisso de recompra	1.396.933	1.397.011	726.621	726.673
Títulos disponíveis para venda	78.567	78.645	40.393	40.445
Debêntures	78.567	78.645	40.393	40.445
Mantidos até o vencimento	1.318.366	1.318.366	686.228	686.228
Debêntures	812.667	812.667	282.934	282.934
Letra Financeira	505.699	505.699	403.294	403.294
Vinculados à prestação de garantias	834.257	826.591	621.347	641.245
Títulos disponíveis para venda	834.257	826.591	621.347	641.245
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	501.156	501.466	–	–
Letras do Tesouro Nacional - LTN	306.234	298.258	595.671	615.569
Part.Fundo Garantia em Liquidação - FLCB	26.867	26.867	25.676	25.676
Total	2.378.437	2.370.301	2.113.735	2.136.953

(1) Os títulos classificados como Disponíveis para venda refletem o valor contábil após a marcação a mercado. Os títulos classificados como Mantidos até o vencimento refletem o valor de custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

b) Composição por prazo de vencimento:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Carteira própria:	80.995	65.704	146.699	255.802	513.233	769.035
Títulos disponíveis para venda	77.012	8.887	85.899	149.810	40.696	190.506
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	72.854	–	72.854	118.579	–	118.579
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.889	7.087	10.976	25.512	–	25.512
Debêntures	269	1.800	2.069	5.719	40.696	46.415
Mantidos até o vencimento	3.983	56.817	60.800	105.992	472.537	578.529
Debêntures	1.940	3.066	5.006	16.547	331.627	348.174
Letra Financeira	2.043	53.751	55.794	89.445	140.910	230.355
Vinculados a operações compromissadas	472.849	924.162	1.397.011	160.780	565.893	726.673
Títulos disponíveis para venda	10.262	68.383	78.645	4.984	35.461	40.445
Debêntures	10.262	68.383	78.645	4.984	35.461	40.445
Mantidos até o vencimento	462.587	855.779	1.318.366	155.796	530.432	686.228
Debêntures	107.004	705.663	812.667	5.561	277.373	282.934
Letra Financeira	355.583	150.116	505.699	150.235	253.059	403.294
Vinculados à prestação de garantias	320.672	505.919	826.591	302.084	339.161	641.245
Títulos disponíveis para venda	320.672	505.919	826.591	302.084	339.161	641.245
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	277.33	224.333	501.466	302.084	313.485	615.569
Letras do Tesouro Nacional - LTN	43.539	254.719	298.258	–	–	–
Part.Fundo Garantia em Liquidação - FLCB	–	26.867	26.867	–	25.676	25.676
	874.516	1.495.785	2.370.301	718.666	1.418.287	2.136.953

Em 31 de dezembro de 2021 os títulos classificados como "Disponíveis para venda" estão avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, no montante de R$ 3.806 (R$ 10.373 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021 os títulos classificados como "Mantidos até o vencimento" estão avaliados pelo custo amortizado, o valor a mercado dos referidos títulos é R$ 1.361.796 (R$ 1.280.286 em 31 de dezembro de 2020), representando um potencial ajuste negativo de R$ 17.370 (R$ 18.729 positivo em 31 de dezembro de 2020). Os parâmetros utilizados para o cálculo do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são os divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), que se utiliza de modelos internos de precificação. O valor de mercado das debêntures é apurado considerando o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis. Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e os títulos privados encontram-se custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa,- Balcão. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve reclassificação de categoria dos títulos.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

	31/12/2021	%	31/12/2020	%
Operações de crédito:				
Empréstimos e títulos descontados	853.793	38,00	596.880	34,00
Empréstimos e títulos descontados Vinculados a Operações Compromissadas	115.606	5,14	140.124	7,98
Repasse Interfinanceiro	145.167	6,46	135.158	7,70
Total	1.114.566	49,60	872.162	49,68
Outros créditos				
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e respectivas rendas a receber (Nota 7)	1.081.650	48,14	863.307	49,18
Notas de Crédito de Exportação (Nota 8)	50.745	2,26	20.070	1,14
Total de outros créditos	1.132.395	50,40	883.377	50,32
Total da carteira de crédito	2.246.961	100,00	1.755.539	100,00

b) Concentração do total da carteira de crédito por setor de atividade

31/12/2021					
Produto	Comércio	Indústria	Instituição Financeira	Outros Serviços	Total
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	–	632.256	–	449.394	1.081.650
Capital de Giro	15.082	502.157	204.703	247.457	969.399
Repasse Interfinanceiro	–	145.167	–	–	145.167
Notas de Crédito de Exportação	–	50.745	–	–	50.745
	15.082	1.330.325	204.703	696.851	2.246.961

31/12/2020					
Produto	Comércio	Indústria	Instituição Financeira	Outros Serviços	Total
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	413.603	337.835	–	111.869	863.307
Capital de Giro	3.146	412.552	150.193	171.113	737.004
Repasse Interfinanceiro	–	135.158	–	–	135.158
Nota de Crédito de Exportação	–	20.070	–	–	20.070
	416.749	905.615	150.193	282.982	1.755.539

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações

	31/12/2021		31/12/2020	
	R$	%	R$	%
De 1 a 90 dias	692.585	30,82	1.159.745	66,06
De 91 a 365 dias	781.290	34,77	595.795	33,94
Acima de 365 dias	773.086	34,41	–	–
Total da carteira de crédito	2.246.961	100	1.755.539	100

d) Concentração do risco da carteira de crédito

	31/12/2021		31/12/2020	
	R$	%	R$	%
Principal devedor	225.136	10,02	135.158	7,7
10 maiores devedores seguintes	1.253.917	55,81	1.220.786	69,54
Demais devedores	767.908	34,17	399.595	22,76
	2.246.961		1.755.539	

e) Concentração da carteira de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: A composição da carteira de crédito e correspondente provisão para devedores duvidosos nos prazos e níveis de risco estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Total das operações	Provisão constituída	%	Total das operações	Provisão constituída	%
Nível de risco:						
AA	2.246.961	3.134	0,14	1.706.822	2.512	0,15
A	–	–	–	48.717	1.028	2,11
Total da carteira de crédito	2.246.961	3.134	–	1.755.539	3.540	–

Conforme facultado pelo art. 6º da Resolução do BACEN nº 2.682/99, a Administração procedeu ao agravamento da provisão, para os níveis de risco AA e A, com base em estudo técnico de acompanhamento da carteira de crédito, resultando em um acréscimo de R$ 3.134 (R$ 2.512 em 31 de dezembro de 2020) para o nível de risco AA, sem valores para o nível A (R$ 1.028 em 31 de dezembro 2020), sendo em 31 de dezembro de 2020, R$ 244 referentes a aplicação mínima de 0,5% do nível A e R$ 784 adicional. f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º semestre	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	4.735	3.540	2.729
Constituição	328	1.722	2.233
Reversão	(1.929)	(2.128)	(1.422)
Saldo final	3.134	3.134	3.540

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco fez a renovação da data de vencimento de 29 (40 em 31 de dezembro de 2020) contratos de operações de crédito no montante total de R$ 240.166 (R$ 196.134 em 31 de dezembro de 2020), estendendo os vencimentos dos mesmos. A renovação foi efetuada para atender e facilitar o processo operacional e/ou de fluxo de caixa dos nossos clientes. Não houve prorrogações e nem houve renovações de contratos por atraso de pagamento ou deterioração financeira por parte dos nossos clientes.

7. Carteira de câmbio

	31/12/2021		31/12/2020	
	Outros créditos	Outras obrigações	Outros créditos	Outras obrigações
Ativo	4.157.796	–	2.701.957	–
Circulante	3.608.852	–	2.180.586	
Câmbio comprado a liquidar	2.623.386	–	1.426.508	–
Direitos sobre venda de câmbio	983.464	–	747.729	–
Adiantamentos em moeda nacional	(857)	–	(681)	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 6.a)	2.859	–	7.030	–
Realizável a longo prazo	548.944	–	521.371	–
Câmbio comprado a liquidar	465.041	–	276.638	–
Direitos sobre venda de câmbio	77.087	–	244.733	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 6.a)	6.816			
Passivo	–	3.090.386	–	1.815.026
Circulante	–	2.919.333	–	1.306.552
Câmbio vendido a liquidar	–	1.022.297	–	789.317
Obrigações por compra de câmbio	–	2.599.964	–	1.373.512
Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 6.a)	–	(702.928)	–	(856.277)
Exigível a longo prazo	–	171.053	–	508.474
Câmbio vendido a liquidar	–	93.966	–	263.741
Obrigações por compra de câmbio	–	446.134	–	244.733
Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 6.a)	–	(369.047)	–	–

8. Outros créditos - diversos

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Notas de Crédito à Exportação (NCEs) (Nota 6.a)	50.745	20.070
Desconto de Recebíveis	808	1.715
Outros	7.639	8.460
Total	59.192	30.245
Realizável a longo prazo		
Devedores por depósito em garantia	85.527	83.179
Total	85.527	83.179

9. Investimentos

A controlada Mizuho do Brasil Cayman Limited atua como subsidiária *offshore* do Banco Mizuho do Brasil S.A., e tem por objetivo ampliar a oferta de produtos para clientes, oferecendo auxílio às operações de depósitos, empréstimos e derivativos. Em 4 de dezembro de 2020, a Autoridade Monetária das Ilhas Cayman (CIMA) aceitou a devolução da licença bancária Categoria "B" da subsidiária do Banco Mizuho do Brasil S.A.

Em 26 de março de 2021, o capital social do Mizuho do Brasil Cayman Limited, foi diminuído em USD 20.000, passando de USD 22.920 para USD 2.920.

	2º semestre	31/12/2021	31/12/2020
Quantidade de ações ordinárias - em milhares	2.920	2.920	22.920
Percentual de participação - %	100%	100%	100%
Informações sobre a investida:			
Patrimônio líquido	13.079	18.511	121.176
Capital social	9.516	9.516	74.699
Reservas de lucros	1.795	1.795	–
Ajuste valor mercado de TVM	(4)	(103)	(85)
Variação cambial do investimento no exterior	1.920	7.276	44.767
Resultado líquido do semestre/exercício	(148)	27	1.795
Resultado de equivalência patrimonial	(147)	27	1.795
IRRF sobre rendimentos financeiros no exterior	120	543	1.688
Resultado de participação em controlada	(27)	570	3.483

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o montante total de variação cambial resultante da conversão do balancete de investida no exterior foi de R$ 7.290 (R$ 44.511 em 2020), sendo R$ 14 negativo (R$ 256 em 2020) referente a variação cambial do processo de conversão do resultado.

10. Depósitos

a) Diversificação de produtos e prazo

	31/12/2021					31/12/2020
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Depósitos à vista	134.422	–	–	–	134.422	42.901
Depósitos interfinanceiros	–	178.575	–	–	178.575	73.327
Depósitos a prazo	–	102.211	419.038	196.574	717.823	1.466.338
	134.422	280.786	419.038	196.574	1.030.820	1.582.566

b) Concentração

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores credores	677.361	65,71	1.087.085	68,69
50 maiores credores seguintes	339.406	32,93	488.145	30,85
Demais credores	14.053	1,36	7.336	0,46
Total da carteira	1.030.820	100	1.582.566	100

As operações de depósitos a prazo classificadas em "Acima de 365 dias" no montante de R$ 195.531 apresentam cláusula de liquidez diária. Em 2020 este valor era de R$ 434.659.

11. Captações no mercado aberto

	31/12/2021				31/12/2020
Carteira Própria	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Debêntures	9.506	–	868.822	878.328	323.061
Letras Financeiras	155.437	199.790	150.083	505.310	402.582
Compromissada CCB	90.020	9.020	–	99.040	132.319
Total da carteira própria	254.963	208.810	1.018.905	1.482.678	857.962
Carteira de terceiros	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	–	660.493	660.493	–
Total da carteira de terceiros	–	–	660.493	660.493	–
Total da carteira	254.963	208.810	1.679.398	2.143.171	857.962

12. Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

a) Os recursos de aceite e emissão de títulos, em 31 de dezembro de 2021 correspondem a emissão de letras financeiras no montante de R$39.244, com vencimento até julho de 2023 e emissão de letras de crédito do agronegócio no montante de R$ 93.077, com vencimento até março de 2022. Em 31 de dezembro de 2020, correspondiam a emissão de letras financeiras no montante de R$ 3.674 e letras de crédito do agronegócio no montante de R$ 50. b) As obrigações por empréstimos, em 31 de dezembro de 2021, correspondem à captação de recursos com entidades do grupo no exterior no valor de R$ 3.880.292 (R$ 1.893.382 em 31 de dezembro de 2020), com vencimentos até julho de 2024, apresentando taxas de 0,01% a 1,93% a.a. em dólar (2020 - vencimentos até julho de 2024, apresentando taxas de 0,01% a 1,93% a.a. em dólar). c) As obrigações por repasses do exterior, em 31 de dezembro de 2021, correspondem à captação de recursos com entidades do grupo no valor de R$ 172.631 (R$ 593.407 em 31 de dezembro de 2020), com vencimentos até fevereiro de 2024, apresentando taxas de 0,45% a 0,90% a.a. em dólar (2020 - vencimentos até dezembro de 2021, apresentando taxas de 0,52% a 0,77% a.a.).

13. Outras obrigações diversas e fiscais e previdenciárias (circulante e longo prazo)

a) Circulante - fiscais, previdenciárias e diversas: Compostas, substancialmente, por provisões para imposto de renda e contribuições a recolher de R$ 25.491 (R$ 5.770 em 2020), provisões administrativas de R$ 19.761 (R$ 27.919 em 31 de dezembro de 2020), provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas de R$ 227 (R$ 199 em 31 de dezembro de 2020) e credores diversos de R$ 47 (R$ 105 em 31 de dezembro de 2020). b) Longo prazo - diversas: Compostas por valor provável das obrigações oriundas de contingências decorrentes de processos trabalhistas no montante de R$ 8.822 (R$ 9.440 em 31 de dezembro de 2020), valor referente as parcelas de impostos e contribuições cuja exigibilidade está suspensa (composição no quadro abaixo) no montante de R$ 162.311 (R$ 160.316 em 31 de dezembro de 2020) e contingências decorrentes de processos de expurgos inflacionários no montante de R$ 6.837 (R$ 5.876 em 31 de dezembro de 2020) e provisões para perdas sobre garantias financeiras prestadas, que em 31 de dezembro de 2021 não há provisão (R$ 141 em 31 de dezembro de 2020). Existem depósitos judiciais de R$ 2.973 (R$ 2.222 em 31 de dezembro de 2020) para as causas trabalhistas. As provisões de impostos e contribuições cuja exigibilidade está suspensa, resultante de processos judiciais ingressados pelo Banco, estão constituídas pela parcela integral que poderá ser exigida pelo órgão arrecadador, acrescida dos encargos moratórios legais, sendo compostas como segue:

continua —☆

—☆ continuação

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 61.088.183/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	**140.478**	138.236
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	**9.811**	9.681
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	**3.495**	3.448
Programa de Integração Social (PIS)	**7.577**	7.435
Imposto Sobre Serviços (ISS)	–	561
Outros	**950**	955
Total das provisões	**162.311**	160.316
(–) Depósitos judiciais vinculados	**(82.535)**	(80.938)
Valor líquido	**79.776**	79.378

Os processos estão baseados nas seguintes questões: (1) COFINS - a provisão constituída em decorrência da suspensão do recolhimento em virtude de discussão judicial quanto à base de cálculo dessa contribuição. Em 31 de dezembro de 2021 existem depósitos judiciais no montante de R$ 40.911 (R$ 40.075 em 31 de dezembro de 2020). (2) IRPJ - a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de créditos da base de cálculo do IRPJ. Em 31 de dezembro de 2021 existem depósitos judiciais no montante de R$ 31.181 (R$ 30.586 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possuía ações judiciais que discutiam a dedutibilidade da despesa de CSLL dos anos de 1997, 1999 e 2000, da base de cálculo do Imposto de Renda. (3) CSLL - a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de créditos da base de cálculo da CSLL. Em 31 de dezembro de 2021 existem depósitos judiciais no montante de R$ 7.588 (R$ 7.470 em 31 de dezembro de 2020). (4) ISS - essas ações discutem a legalidade da cobrança desse imposto sobre determinadas receitas. Em 31 de dezembro de 2021 existem depósitos judiciais no montante de R$ 570 (R$ 560 em 31 de dezembro de 2020). (5) PIS - a provisão constituída em decorrência da suspensão do recolhimento dessa contribuição em virtude de discussão judicial quanto à sua base de cálculo e discussão na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2021 existem depósitos judiciais no montante de R$ 2.285 (R$ 2.247 em 31 de dezembro de 2020). c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos não requerem provisão. Em 31 de dezembro de 2021, estes processos referiam-se à gestão de fundos de investimentos no valor de R$ 27.936 (R$ 27.936 em 31 de dezembro de 2020).

d) Movimentação das contingências

	Saldo inicial 31/12/2020	Constituição	Reversão	Pagamentos	Saldo final 31/12/2021	Saldo final 31/12/2020
Provisão para riscos fiscais	**160.316**	**2.588**	**(570)**	**(23)**	**162.311**	**160.316**
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	9.681	130	–	–	**9.811**	**9.681**
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	3.448	47	–	–	**3.495**	**3.448**
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	138.236	2.242	–	–	**140.478**	**138.236**
Programa de Integração Social (PIS)	7.435	142	–	–	**7.577**	**7.435**
Outros	955	18	–	(23)	**950**	**955**
Imposto Sobre Serviços (ISS)	561	9	(570)	–	–	**561**
Provisão para passivos contingentes	**15.316**	**2.661**	**(1.307)**	**(1.011)**	**15.316**	**15.316**
Processos trabalhistas	9.440	1.700	(1.307)	(1.011)	**8.822**	**9.440**
Expurgos inflacionários	5.876	961	–	–	**6.837**	**5.876**

14. Patrimônio líquido

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R$ 632.590 (R$628.869 em 31 de dezembro de 2020), dividido em 2.135.229 (2.125.297 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Em 30 de novembro de 2021, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento de capital da instituição de R$ 628.869 para R$ 632.590, mediante aumento de capital de R$ 3.721 e emissão de 9.932 novas ações ordinárias e sem valor nominal, que foram integralizadas pelo acionista Mizuho Bank Ltd. A aprovação do Banco Central do Brasil ocorreu em 15 de dezembro de 2021. b) Dividendos: Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 17 da Lei nº 6.404/76 e atualizações. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Banco não efetuou o pagamento dos dividendos. c) Ajustes de avaliação patrimonial: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o valor relativo ao ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda é de R$ (3.749), vide nota explicativa 5b (R$ 10.419 em 31 de dezembro de 2020) e o valor referente aos títulos registrados em controlada, conforme a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil é de (R$ 57) ((R$ 46) em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021 o montante de variação cambial resultante da conversão do balancete de investida no exterior foi de 4.355 (R$ 44.767 em 31 de dezembro de 2020) e o montante de *hedge* de investimento no exterior foi de R$ 6.935 ((R$ 44.473) em 31 de dezembro de 2020). d) Reserva legal: O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital integralizado. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. e) Reserva Especial de Lucros: Em 31 de dezembro de 2021 o saldo acumulado da reserva especial de lucros é de R$ 170.261 (R$ 114.131 em 31 de dezembro de 2020).

15. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possuía o montante de R$ 120.020 (R$ 131.585 em 31 de dezembro de 2020) registrados em créditos tributários e o montante de R$ 15.290 (R$ 32.633 em 31 de dezembro de 2020) registrado em obrigações fiscais diferidas. O registro desses créditos foi efetuado integralmente e está suportado por estudo técnico efetuado, o qual indicou a capacidade de geração de resultados futuros para a sua utilização. a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	IRPJ e CSLL 31/12/2021	IRPJ e CSLL 31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**101.077**	36.943
Encargo total do imposto de renda e da contribuição social conforme alíquotas apresentadas na Nota 3.k	**(45.485)**	(16.624)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	**14.712**	12.012
Participação dos empregados no lucro	**663**	678
Provisão para perdas em operações de crédito	**233**	(329)
Ajustes de marcação a mercado	**(4.676)**	1.912
Outras adições e exclusões - temporárias	**12.889**	(33.282)
Rendimentos operações Lei 12.431 (sujeitos a CSLL)	**5.140**	3.071
Outras adições e exclusões	**463**	39.962
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes	**(32.998)**	(42.215)
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes PL	**(1.941)**	18.955
Imposto de renda e contribuição social - outras contas resultado	**4.166**	18.648
Imposto de renda e contribuição social - valores diferidos	**(7.522)**	**31.833**

Na composição dos valores correntes de imposto de renda e contribuição social, há o saldo de R$ (1.941) (R$ 18.955 em 31 de dezembro de 2020) referente à aplicação desses impostos sobre a variação cambial, líquida de Pis e Cofins, dos Repasses do exterior utilizados na estrutura de hedge contábil de investimento no exterior.

	31/12/2021	31/12/2020
Variação cambial repasses do exterior	**(1.954)**	(48.360)
Pis/Confins	**91**	2.249
Líquido de Pis/Cofins	**(1.863)**	(46.111)
Imposto de renda	**466**	11.528
Contribuição social	**514**	7.427
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes PL	**980**	18.955
Hedge de investimento no exterior	**(883)**	(27.156)
Variação Cambial investimento no exterior tributada	**5.841**	–
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes PL	**(2.921)**	–

b) Demonstração dos créditos tributários e obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social

	Saldo Inicial 31/12/2020	Constituição	Realização	Saldo Final 31/12/2021
Provisão para créditos liquidação duvidosa	1.747	–	(233)	**1.514**
Provisão para contingências judiciais	71.118	898	–	**72.016**
Provisão para contingências diversas	2.644	433	–	**3.077**
Outras provisões	9.722	2.223	(3.493)	**8.452**
Provisões para PLR e gratificações	6.102	4.524	(7.284)	**3.342**
Prejuízo fiscal e base negativa	40.252	–	(8.633)	**31.619**
Total dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa *	131.585	8.078	(19.643)	120.020
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - resultado	(4.924)	–	4.676	**(248)**
Atualização depósitos judiciais	(16.103)	(630)	–	**(16.733)**
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social - resultado	(21.027)	(630)	4.676	(16.981)
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - patrimônio líquido	(8.524)	–	11.591	**3.067**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários - Mizuho Cayman	38	–	9	**47**
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social - patrimônio líquido	(8.486)	–	11.600	3.114
PIS e COFINS sobre ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(1.457)	–	1.763	**306**
Obrigações fiscais diferidas de PIS e COFINS	(1.663)	(66)	–	**(1.729)**
Total das obrigações fiscais diferidas de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS	**(32.633)**	**(696)**	**18.039**	**(15.290)**

* A constituição de prejuízo fiscal e base negativa no exercício ocorreram, majoritariamente, em função do impacto, da depreciação do real perante ao dólar, nos empréstimos do exterior utilizados na estrutura de *hedge* contábil de investimento no exterior. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, foram constituídos às alíquotas vigentes sobre adições e exclusões temporárias, sendo considerada a probabilidade de realização por resultados gerados nos exercícios futuros. O valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas, descontados às taxas de mercado para juros em moeda nacional em 31 de dezembro de 2021 relativamente às datas previstas de sua realização, monta R$ 98.271 (R$ 98.952 em 31 de dezembro de 2020). Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, segundo as projeções da Administração, deverão ser realizados/exigidos nos seguintes períodos:

31/12/2021		31/12/2020	
2022	**19.124**	2021	(1.331)
2023	**11.595**	2022	6.456
2024	**5.733**	2023	9.130
2025	**50.969**	2024	44.648
2026	**2.332**	2025	11.383
2027 a 2031	**8.518**	2026 a 2030	28.666
Total	**98.271**	Total	98.952

16. Transações e saldos com partes relacionadas

a) Remuneração de Funcionários-Chaves e Administradores

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração e participação nos lucros	**31.523**	23.194
Previdência privada	**492**	504

A remuneração dos funcionários-chaves e administradores está consistente com a conjuntura econômica atual e o Banco não oferece benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. b) Transações com outras partes relacionadas: As transações realizadas com partes relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado no que se refere às taxas e prazos, e estão sumariadas como segue:

	2021 31/12/2021 Ativo (passivo)	2021 31/12/2021 Receitas (despesas)	2020 31/12/2020 Ativo (passivo)	2020 31/12/2020 Receitas (despesas)
Disponibilidades	**1.524**	–	**2.852**	–
Mizuho Bank, Ltd. - Japan	**252**	–	**1.304**	–
Mizuho Bank, Ltd. - Hong Kong	**9**	–	**22**	–
Mizuho Bank, Ltd. - London	**1.263**	–	**1.526**	–
Aplicações em moeda estrangeira	–	**61**	–	**17.409**
Mizuho Bank, Ltd. - New York	–	**61**	–	**17.409**
Outros créditos - carteira de câmbio	**981.289**	**(4.679)**	**862.714**	**272.770**
Mizuho Bank, Ltd. - New York	**177**	**(65)**	–	**7.912**
Mizuho do Brasil Cayman	**16.282**	**(949)**	**73.832**	**78.492**
Mizuho Bank, Ltd. - Japan	–	**1.370**	–	**65.312**
Mizuho Bank, Ltd. - London	**964.830**	**(5.035)**	**788.882**	**121.054**
Rendas com prestação de serviços no exterior	–	**39.414**	–	**20.462**
Mizuho Bank, Ltd. - New York	–	**39.414**	–	**20.462**
Obrigações por empréstimos do exterior	**(3.637.777)**	**(259.245)**	**(1.893.382)**	**(461.280)**
Mizuho Bank, Ltd. - New York	**(3.637.777)**	**(259.245)**	**(1.893.382)**	**(461.280)**
Obrigações por repasses do exterior	**(172.631)**	**(18.712)**	**(593.407)**	**(11.385)**
Mizuho Bank, Ltd. - New York	**(172.631)**	**(18.712)**	**(593.407)**	**(11.385)**
Outras obrigações - carteira de câmbio	**(1.016.671)**	**(58.255)**	**(827.907)**	**(208.257)**
Mizuho Bank, Ltd. - New York	**(177)**	**(610)**	–	**(6.484)**
Mizuho do Brasil Cayman	**(17.291)**	**(2.128)**	**(71.514)**	**(73.522)**
Mizuho Bank, Ltd. - Japan	–	**(1.701)**	–	**(59.606)**
Mizuho Bank, Ltd. - London	**(999.203)**	**(53.816)**	**(756.393)**	**(68.645)**

17. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Grupo Mizuho são devidamente aprovados dentro da política de utilização de produtos. Essa política determina que previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados dentro do banco, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional. O produto somente é disponibilizado após a aprovação de todas as áreas envolvidas localmente e pela área responsável por novos produtos na matriz. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteção aos riscos das posições próprias, para gestão do resultado e para soluções às necessidades de nossos clientes. Os principais instrumentos utilizados são operações de *swaps*, futuros, operações a termo e opções. Os componentes de risco de crédito e risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos são monitorados diariamente. A área de Gestão de Créditos define limites específicos para operações em derivativos, para os clientes e também para as câmaras de registro e liquidação. Esse limite é gerenciado através de sistema que consolida as exposições por contraparte. Eventuais irregularidades são prontamente apontadas e encaminhadas para solução imediata. O gerenciamento de risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuado dentro do processo global de gestão de riscos. A política de riscos em vigor estabelece que os riscos potenciais decorrentes de flutuações de preços nos mercados financeiros sejam centralizados na área de Tesouraria, sendo esta provedora de proteção para as demais áreas. A diretoria do Grupo Mizuho é responsável por estabelecer a política de risco a ser seguida por todas as unidades, definindo os limites de acordo com a receita projetada e nível aceitável de exposição. A responsabilidade por garantir o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela diretoria do Grupo é atribuída à área de Gestão de Riscos, que mantém relação de independência das áreas de negócios e de processamento das operações, reportando-se diretamente à Matriz. Política de hedge: A política de *hedge* é alinhada aos limites estabelecidos de exposição a riscos. Sempre que operações gerarem exposições que poderão resultar em flutuações relevantes no resultado contábil do Banco, o que poderia comprometer os limites operacionais, a cobertura do risco é efetuada por instrumentos financeiros derivativos, observadas as regras legais estabelecidas para a qualificação de *hedge* contábil, de acordo com a Circular nº 3.082, do Banco Central do Brasil. Conforme o padrão de *hedge* contábil de risco de mercado utilizado pelo Banco, os riscos de variação cambial e juros são transferidos para posições em taxas flutuantes (CDI). Preferencialmente, os instrumentos financeiros derivativos são contraídos na B3 S.A., - Brasil, Bolsa e Balcão (B3), garantindo a independência na manutenção da posição até o vencimento. Em se tratando de operações de *hedge* utilizando-se de contratos futuros, essas operações são negociadas através da conta Participante de Liquidação Direta (PLD) na B3, específica para movimentação de posição de *hedge*, de forma a evitar o "*netting*" ocasionado por contratos das mesmas séries, contraídos para outros fins. Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, variação cambial e juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de *hedge* são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco. Os custos acessórios que incidirão sobre os fluxos de caixa futuros, sempre que previstos, são parte integrante dos fluxos projetados para fins da cobertura ao risco. Caso as posições financeiras a serem protegidas apresentem pagamentos intermediários, sejam de juros ou parcelas de amortização de principal, os instrumentos derivativos também são contratados com os mesmos fluxos intermediários, quer apresentando fluxos previstos dentro da mesma operação, ou com a contratação de várias operações coincidentes com os fluxos do objeto de *hedge*. Nos casos em que o Banco contrata obrigações de prazos longos, para as quais o mercado não ofereça instrumentos líquidos para proteção, a estrutura de *hedge* é efetuada visando também neutralizar o risco pelo descasamento do prazo, agregando-se ao conjunto do *hedge* direitos de liquidação em prazos intermediários, ou outros instrumentos, conforme os componentes de risco e as condições de mercado. O monitoramento da efetividade do *hedge*, que mensura a neutralização pelos instrumentos financeiros derivativos dos efeitos das flutuações de mercado sobre os itens protegidos, é efetuado mensalmente. A efetividade apurada para cada unidade de *hedge* está dentro do intervalo estabelecido pela Circular nº 3.082, do Banco Central do Brasil. O resultado obtido com a utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem se apresentado dentro dos objetivos propostos. A gestão das carteiras de instrumentos financeiros derivativos utiliza-se de sistemas específicos de controle, sistema de gestão de riscos de contraparte e sistema geral de base de dados (*Data Warehouse*). Apuração do valor de mercado e posições em aberto: A apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada com base em preços divulgados, ou através de modelos matemáticos de precificação que utilizam parâmetros de mercado divulgados por provedores externos de dados. Esses dados são capturados por sistema informatizado diretamente dos provedores e disponibilizado em sistema específico, que constrói as curvas de juros através de processo de interpolação pelo método exponencial. Basicamente, os modelos matemáticos descontam os fluxos de caixa esperados de cada operação pelas respectivas taxas de juros de mercado. Os valores registrados nas contas patrimoniais relativos aos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, incluídos os ajustes ao valor de mercado, são demonstrados a seguir:

	31/12/2021 Ativo	31/12/2021 Passivo	31/12/2021 Líquido	31/12/2020 Ativo	31/12/2020 Passivo	31/12/2020 Líquido
Swap	**8.258**	**(161.493)**	**(153.235)**	90.490	(170.805)	(80.315)
Forward	**81.975**	**(50.064)**	**31.911**	71.359	(49.752)	21.607
	90.233	**(211.557)**	**(121.324)**	161.849	(220.557)	(58.708)

a) Operações de swap

31/12/2021

Categoria	Valor referencial	Valor de custo Ativo	Valor de custo Passivo	Valor de mercado Ativo	Valor de mercado Passivo	Valor de mercado Líquido
Não *hedge*"						
PREx USD	**789.322**	**797.573**	**(791.672)**	**727.765**	**(784.808)**	**(57.043)**
CDI x USD	**1.061.535**	**1.086.132**	**(1.118.136)**	**1.093.592**	**(1.111.089)**	**(17.497)**
PREx EUR	**411.947**	**421.293**	**(427.008)**	**411.252**	**(426.754)**	**(15.502)**
CDI x EUR	**45.423**	**48.787**	**(50.344)**	**49.840**	**(50.587)**	**(747)**
PRE x CDI	**50.000**	**50.038**	**(50.052)**	**50.053**	**(50.052)**	**1**
"Hedge"						
CDI x PCA	**292.823**	**305.936**	**(353.931)**	**305.932**	**(353.930)**	**(47.998)**
CDI xEUR	**33.352**	**33.376**	**(47.628)**	**33.478**	**(47.927)**	**(14.449)**
	2.684.402	**2.743.135**	**(2.838.771)**	**2.671.912**	**(2.825.147)**	**(153.235)**

31/12/2020

Categoria	Valor referencial	Valor de custo Ativo	Valor de custo Passivo	Valor de mercado Ativo	Valor de mercado Passivo	Valor de mercado Líquido
Não *"hedge"*						
PRE x USD	860.755	872.271	(815.701)	886.712	(814.516)	72.196
CDI x USD	434.651	435.865	(493.002)	439.765	(494.361)	(54.596)
PRE x EUR	547.371	552.360	(594.903)	557.092	(593.407)	(36.315)
USD x CDI	15.417	15.590	(15.419)	15.478	(15.357)	121
CDI x EUR	60.000	62.902	(80.648)	64.760	(80.840)	(16.080)
"Hedge"						
CDI x IPCA	295.727	301.833	(320.532)	301.828	(320.532)	(18.704)
CDI x EUR	60.008	60.018	(86.638)	60.334	(87.271)	(26.937)
	2.273.929	2.300.839	(2.406.843)	2.325.969	(2.406.284)	(80.315)

b) Operações de forward

31/12/2021

Categoria	Valor referencial	Valor de custo Ativo	Valor de custo Passivo	Valor de mercado Ativo	Valor de mercado Passivo	Valor de mercado Líquido
Não *"hedge"*						
USD x PRE	**2.231.115**	**2.220.644**	**(2.182.036)**	**2.214.516**	**(2.167.469)**	**47.047**
PRE x EUR	**672**	**670**	**(664)**	**668**	**(663)**	**5**
PRE X JPY	**117.500**	**117.255**	**(112.296)**	**117.294**	**(112.251)**	**5.043**
PRE X USD	**1.361.543**	**1.337.754**	**(1.351.149)**	**1.328.449**	**(1.348.633)**	**(20.184)**
	3.710.830	**3.676.323**	**(3.646.145)**	**3.660.927**	**(3.629.016)**	**31.911**

31/12/2020

Categoria	Valor referencial	Valor de custo Ativo	Valor de custo Passivo	Valor de mercado Ativo	Valor de mercado Passivo	Valor de mercado Líquido
Não *"hedge"*						
USD x PRE	1.308.895	1.284.644	(1.301.223)	1.275.936	(1.299.260)	(23.324)
EUR x PRE	16.112	16.708	(16.273)	16.613	(16.088)	525
PRE x IEN	60.156	58.509	(57.214)	58.807	(56.824)	1.983
PRE x USD	1.182.135	1.178.005	(1.140.931)	1.176.245	(1.133.821)	42.424
PRE x EUR	259	252	(261)	259	(260)	(1)
	2.567.557	2.538.118	(2.515.902)	2.527.860	(2.506.253)	21.607

c) Demais instrumentos financeiros derivativos não *hedge*: *Operações de futuros - B3*

Contratos	31/12/2021 Global	31/12/2021 Líquido	31/12/2020 Global	31/12/2020 Líquido
Moeda:				
Comprado	**2.253.754**		2.026.503	
Vendido	**(865.458)**	**1.388.296**	(256.141)	1.770.362
Taxa de juros:				
Comprado	**706.771**		405.903	
Vendido	**(815.048)**	**(108.277)**	(1.053.707)	(647.804)
		1.280.019		1.122.558

d) Demais instrumentos financeiros derivativos *hedge*: *Operações de futuros - B3*

Contratos	31/12/2021 Global	31/12/2021 Líquido	31/12/2020 Global	31/12/2020 Líquido
Moeda:				
Comprado	**2.953.184**		1.866.906	
Vendido	–	**2.953.184**	(526.493)	1.340.413
Taxa de juros:				
Comprado	–		15.697	
Vendido	**(1.009.272)**	**(1.009.272)**	(1.300.849)	(1.285.152)
		1.943.912		55.261

e) Objetos de *hedge*

	31/12/2021 Valor da curva	31/12/2021 Ajuste de MTM	31/12/2021 Valor de mercado
Risco de taxa de juros			
Capital de giro	90.336	(2.105)	88.231
CDI	64.611	(214)	64.397
CDB	(9.907)	6	(9.901)
Debêntures	359.957	–	359.957
Letras Financeiras	155.583	(482)	155.101
Total de risco de taxa de juros	**660.580**	**(2.795)**	**657.785**
Risco de moeda			
Repasses (USD)	(2.539.229)	(2.666)	(2.541.895)
Repasses (IEN)	(242.565)	(322)	(242.887)
Operações de Câmbio Futuro (EUR) Ativo	624.013	(1.049)	622.964
Operações de Câmbio Futuro (USD) Passivo	(648.954)	4.199	(644.755)
Total de risco cambial	**(2.806.735)**	**162**	**(2.806.573)**
Risco de indicador			
Letras do Tesouro Nacional - LTN	100.990	(506)	100.484
Total de risco indicador	**100.990**	**(506)**	**100.484**

continua —☆

—☆ continuação

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 61.088.183/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2020		
	Valor da curva	Ajuste de MTM	Valor de mercado
Risco de taxa de juros			
Capital de giro	30.009	99	30.108
CDI	10.026	61	10.087
CDB	12.553	11	12.564
Debêntures	320.569	–	320.569
Letras Financeiras	147.252	3.200	150.452
Total de risco de taxa de juros	520.409	3.371	523.780
Risco de moeda			
Repasses (USD)	(1.514.060)	(5.038)	(1.519.098)
Operações de Câmbio Futuro (EUR) Ativo	599.395	(1.516)	597.879
Operações de Câmbio Futuro (USD) Passivo	(575.779)	7.031	(568.748)
Total de risco cambial	(1.490.444)	477	(1.489.967)
Risco de indicador			
Letras do Tesouro Nacional - LTN	25.488	23	25.511
Total de risco indicador	25.488	23	25.511

f) Operações por vencimento em

	31/12/2021 – Ativo				
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Hedge					
Futuro - B3	964.292	492.641	718.402	777.849	2.953.184
Swap	–	–	–	–	–
Não "hedge"					
Swap	3.134	107	1.391	3.626	8.258
Forward	47.797	2	1.151	33.025	81.975
Futuro - B3	475.813	398.892	277.227	1.808.592	2.960.524
Total	1.491.036	891.642	998.171	2.623.092	6.003.941

	31/12/2021 – Passivo				
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Hedge					
Futuro - B3	(300.095)	(144.133)	(231.389)	(333.655)	(1.009.272)
Swap	–	(224)	(229)	(61.994)	(62.447)
Não "hedge"					
Swap	(188)	(8.616)	(3.007)	(87.235)	(99.046)
Forward	(32.106)	(167)	(61)	(17.730)	(50.064)
Futuro - B3	(354.870)	(348.827)	(195.609)	(781.199)	(1.680.505)
Total	**(687.259)**	**(501.967)**	**(430.295)**	**(1.281.813)**	**(2.901.334)**

	31/12/2020 – Ativo				
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Hedge					
Futuro - B3	724.599	206.144	219.592	732.268	1.882.603
Swap	–	–	–	(10)	(10)
Não "hedge"					
Swap	170	5.415	6.710	78.205	90.500
Forward	29.877	23.352	17.251	879	71.359
Futuro - B3	669.638	269.919	498.754	994.096	2.432.407
Total	1.424.284	504.830	742.307	1.805.438	4.476.859

	31/12/2020 – Passivo				
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Hedge					
Futuro - B3	(344.560)	(301.981)	(418.469)	(762.332)	(1.827.342)
Swap	–	(65)	(70)	(45.496)	(45.631)
Não "hedge"					
Swap	(63.245)	–	(43.769)	(18.160)	(125.174)
Forward	(26.143)	(15.934)	(5.666)	(2.009)	(49.752)
Futuro - B3	(212.326)	(126.177)	(242.490)	(728.855)	(1.309.848)
Total	(646.274)	(444.157)	(710.464)	(1.556.852)	(3.357.747)

g) Informações complementares: As operações de derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão classificadas da seguinte forma, quanto ao local de negociação:

	Valor referencial	
	31/12/2021	31/12/2020
Operações realizadas em bolsa - "B3"	**8.603.486**	7.452.199
Operações de balcão - B3	**6.395.232**	4.841.485
	14.998.718	12.293.684

As margens dadas em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão representadas por títulos públicos federais, conforme demonstrado abaixo:

	Valor de mercado	
	31/12/2021	31/12/2020
Títulos públicos federais:		
Part Fundo Garantia em Liquidação - FLCB	**26.867**	25.676
Letras do Tesouro Nacional - LTN	**298.258**	615.569
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	**501.466**	–
	826.591	**641.245**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de de 2021 e 2020, as operações com instrumentos financeiros derivativos resultaram em ganhos de R$ 6.071.051 (R$ 4.797.398 em 2020) e perdas de R$ 5.932.500 (R$ 4.746.251 em 2020), registrados na rubrica de "Resultado de instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas patrimoniais. No segundo semestre, as operações resultam em R$ 3.099.838 e R$ 2.971.090, respectivamente. O Banco não possui derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

18. Hedge de Variação cambial de Investimento no exterior

	31/12/2021				
	Valor em USD	Valor em R$	Variação cambial - PL	Efeito Tributário	Variação cambial Líquida
Objetos de Hedge					
Risco de moeda Investimento no Exterior - Cayman	3.315	18.497	8.331	(318)	8.013
Total de risco cambial	3.315	18.497	8.331	(318)	8.013
Instrumentos de Hedge					
Risco de moeda Empréstimos no exterior	(5.214)	(29.099)	(12.947)	4.920	(8.027)
Total de risco cambial	(5.214)	(29.099)	(12.947)	4.920	(8.027)

	31/12/2020				
	Valor em USD	Valor em R$	Variação cambial - PL	Efeito Tributário	Variação cambial Líquida
Objetos de Hedge					
Risco de moeda Investimento no Exterior - Cayman	22.920	119.108	45.811	–	45.811
Total de risco cambial	22.920	119.108	45.811	–	45.811
Instrumentos de Hedge					
Risco de moeda Empréstimos no exterior	(43.705)	(227.122)	(80.790)	35.365	(45.425)
Total de risco cambial	(43.705)	(227.122)	(80.790)	35.365	(45.425)

A partir de janeiro de 2018, além da implementação do "Hedge de investimento líquido no exterior", com o objetivo de uniformizar o processo de reconhecimento contábil da variação cambial do investimento no exterior, com o reconhecimento contábil da variação cambial dos instrumentos contratados para o hedge do referido investimento, o Banco decidiu pela efetivação do hedge integral, devido à divergência tributária entre o tratamento da variação cambial dos investimentos no exterior, a qual é isenta de tributação, e o resultado de variação cambial dos instrumentos de hedge, os quais são parte integrante da base fiscal. Em 2021 foi efetuada repratiação de uma parte do capital social de Cayman devido entrega da licença bancária.

19. Gestão de riscos

As informações detalhadas relativas ao processo de gestão de riscos e as exigências quanto ao Patrimônio de referência encontram-se disponíveis na Internet, através do endereço: www.mizuhobank.com/brazil/pt/financial/. a) Risco de mercado: O departamento de Gestão de Riscos monitora as exposições e respectivos limites definidos pela Matriz do Banco para as seguintes métricas: • FX Exposure: Exposição cambial em moedas estrangeiras. Os valores absolutos das exposições cambiais em cada moeda devem ser convertidos em valores equivalentes em dólares e somados. • Sensibilidade a movimentos nas taxas de juros de mercado: Métrica que mensura o impacto nos preços dos ativos devido a variação nas taxas de juros de mercado. É aplicável tanto para as operações em reais quanto para as operações em moedas estrangeiras. • Exposição de Vega para opções de dólar: Medida de risco de opções que representa o impacto nos prêmios das opções com relação a oscilação na volatilidade do ativo objeto. O processo de avaliação e controle dos riscos ocorre de forma independente às atividades de negócios do Banco. Valores indicativos das exposições a risco de mercado intradiário são calculados no mínimo três vezes durante o dia pelo departamento de Gestão de Riscos. No fechamento do dia, os métodos descritos são aplicados sobre a base das operações em aberto. O gerente da área de gestão de riscos analisa e aprova diariamente os números calculados. Os relatórios com os resultados apurados são disponibilizados para as pessoas autorizadas. Com o objetivo de mensurar os possíveis efeitos decorrentes de movimentos inesperados do mercado, o Mizuho utiliza-se de técnicas de análise de cenários para o Teste de Estresse. Os modelos contemplam análises de cenários projetados em um evento de crise financeira para as principais cotações de moedas e taxas de juros, cujo objetivo final é assegurar que o Banco se encontra em condições de reagir a situações extremas de mercado. b) Risco de liquidez: O departamento de Gestão de Riscos também monitora o risco referente a situações potenciais de diminuição de liquidez, que pode resultar em dificuldades para o Banco honrar suas obrigações futuras de pagamento ou obrigá-lo a incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. A Matriz do Banco em Tóquio definiu como principal medida de liquidez o Funding Gap em que consiste na projeção das necessidades de captação de recursos para os prazos de um dia, uma semana e um mês. O Funding Gap é calculado para todas as moedas negociadas pelo banco. Os limites do Funding Gap são propostos pelo Banco, aprovados pela Matriz e revisados semestralmente. Localmente, o risco de liquidez também é monitorado através de projeções diárias dos saldos de caixa, que consideram diversos cenários para os parâmetros utilizados nos seus cálculos. Os ativos líquidos (não vinculados a garantias) são marcados a mercado e adicionados ao caixa imediatamente disponível. Os demais ativos e derivativos sofrem ajustes no valor e no prazo de seus fluxos, de acordo com o grau dos respectivos riscos de crédito. Com relação aos passivos sem vencimento determinado, 20% da carteira é considerado como imediatamente exigido e sem renovação. A liquidez do Banco é monitorada diariamente pelo departamento de Gestão de Riscos e o acompanhamento é feito no Comitê de Ativos e Passivos do Banco, que reúne-se mensalmente. Além disso, o Banco conta com um plano de contingência aprovado pela Diretoria, contra eventuais crises de liquidez, para ser aplicado de acordo com a natureza e a severidade da crise. Em complementação à Política de Gestão de Liquidez do Banco foi estabelecida uma política de Gestão da Liquidez de Curto Prazo cujo enfoque é a capacidade para honrar obrigações financeiras cujos vencimentos ocorram no período compreendido entre 1, 7 e 15 dias úteis. Em conformidade com essa política, o Back-Office monitora diariamente a liquidez de curto prazo do Banco, assim como os lançamentos intra-dia efetuados na conta de reservas bancárias e os saldos individuais das contas junto aos bancos correspondentes do exterior. Ambas as políticas possuem limites referenciais estabelecidos pelo Comitê de Gestão e que levam em conta a disponibilidade de ativos face às exigências de caixa para os prazos analisados. Esses limites são valores de referência que devem ser considerados como parâmetros para a apropriada gestão da liquidez do Banco. c) Risco operacional: A estrutura de risco operacional, conforme definido pela Resolução nº 4.557, do Banco Central do Brasil, de 23 de fevereiro de 2017, está em linha com o ambiente de negócios do Banco e de acordo com as exposições geradas pelos seus produtos e serviços oferecidos. Essa estrutura possibilita a avaliação, o monitoramento, o controle e a mitigação do risco operacional, e está ligada diretamente à Diretoria de Riscos. A gestão de risco operacional utiliza ferramentas que permitem o registro de eventos de riscos operacionais; análise de cenários; indicadores-chave de risco e auto avaliação. Através desses instrumentos, medidas são discutidas, registradas e monitoradas. As políticas e procedimentos inerentes estão disponibilizadas para todos os níveis do Banco. Treinamentos específicos são periodicamente oferecidos, visando à disseminação e ao fortalecimento da cultura interna sobre risco operacional. d) Risco de crédito: O objetivo do Banco Mizuho do Brasil S.A. é garantir a solidez de seus ativos, estendendo limites de crédito em conformidade com os padrões rigorosos de avaliação de risco de sua Matriz. O risco de crédito é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas financeiras resultantes da contraparte não honrar os compromissos de crédito assumidos com o Banco. As áreas de análise de crédito e de monitoramento são áreas independentes uma da outra, sendo que a de monitoramento também é segregada da área comercial do Banco, com reporte direto ao Chief Risk Officer. Na análise de crédito da contraparte é levado em consideração o setor de atividade econômica, os principais concorrentes e fornecedores, considerações sobre a administração, estrutura societária e suporte do seu grupo, situação econômico-financeira atual e projetada, grau de alavancagem e perfil de endividamento, geração de fluxo de caixa, contingências, garantiais e colaterais incluídos na estrutura, entre outros. Estes fatores são subsídios importantes para determinar e classificar adequadamente o risco de crédito da contraparte, assegurando um nível de risco aceitável da carteira de crédito para o Banco, conforme exigido pelas políticas do grupo Mizuho pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil. A Resolução nº 4.677, que estabelece os limites máximos de exposição por cliente e limite máximo de exposições concentradas, é acompanhada pelo Banco em paralelo com parâmetros mais conservadores que os estabelecidos pelo órgão regulador. Os limites concedidos pelo Banco, bem como as operações desembolsadas são monitoradas durante todo o tempo de sua vigência, sendo de responsabilidade das áreas de Credit Analysis e Risk Management o contínuo acompanhamento da situação financeira da contraparte. A área de Risk Management também alimenta e monitora os sistemas de gerenciamento de risco, bem como é de sua responsabilidade de apontar eventuais excessos, irregularidades com relação a aprovação de crédito e/ ou quebra de covenants financeiros/ não financeiros às respectivas autoridades de risco de crédito, comercial, e a alta administração do Banco. e) Risco de tecnologia da Informação: O principal objetivo da segurança cibernética é garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e dos sistemas. O Banco entende que a mitigação de riscos de ataques cibernéticos dependem da rápida detecção de ameaças através de constantes monitoramentos, controles e treinamentos, além de política de segurança cibernética e procedimento de resposta a incidentes para obter uma rápida resolução pós identificação do ataque. O Banco possui sistemas para proteção em diversos níveis da infraestrutura e também executa os procedimentos para manter o ambiente controlado e seguro, compatíveis com o porte, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição, bem como adequados à natureza das operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos da instituição e a sensibilidade dos dados e das informações sob sua responsabilidade. Os riscos de tecnologia da informação, que inclui riscos cibernéticos, são identificados, controlados e monitorados e reportados adequadamente. f) Análise de Sensibilidade: - Riscos de mercado: Em cumprimento à Resolução BCB nº 02/2020, o Banco realizou análise de sensibilidade através da aplicação de suas metodologias de cálculos conforme definido em duas políticas de risco, aplicando os fatores a seguir em ativos e passivos, adotando cada um os cenários elencados abaixo: • **Cenário 1**: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco. • **Cenário 2**: choque de +100bps e -100bps nas curvas de juros e 5% para variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco. • **Cenário 3**: choque de +200bps e -200bps nas curvas de juros e 10% para variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

		Efeito Bruto no Resultado		
Fatores de Risco	**Exposições sujeitas à**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de Juros em Reais	Variação de Taxas de Juros Prefixadas	(412)	(4.128)	(8.257)
Cupom de Dólar	Vanação da Taxa de Cupom de Dólar	(4)	(39)	(79)
Cupom de Outras Moedas	Vanação das Taxas de Cupons de Moedas Estrangeiras	(1)	(10)	(20)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(8)	(40)	(80)

Os resultados apresentados referem-se sempre à pior perda apurada para cada um dos cenários. - Riscos de Crédito: Na data-base 31/12/2021 o Risco de Crédito do banco era composto por 83 clientes com exposição total de crédito de R$ 4.154,3 Milhões. Para efeitos de Risco de Crédito, foram considerados os empréstimos, os adiantamentos de câmbio, as debêntures, as operações interbancárias, Letras Financeiras e CDIs. O estudo foi elaborado estimando-se um crescimento da carteira para o final do ano e efeitos dos cenários econômicos nos ratings de crédito dos clientes. • **Cenário Base:** A variante Ômicron teve um efeito suave e temporário na economia global. A inflação permanece elevada ao redor do mundo. Os bancos Centrais em economias avançadas começam a subir as taxas para ancorar as expectativas de inflação e os governos iniciam um processo de consolidação fiscal. O Banco Central continua a antecipar os aumentos nas taxas de juros para prevenir os efeitos de segunda ordem dos recentes choques nos preços, ajudando a amortecer a moeda nacional da política monetária nos EUA e da incerteza política interna. A economia brasileira continua tendo dificuldades para ganhar impulso. Agências de rating mantém a nota do Brasil inalterada. • **Cenário Moderado:** A economia global desacelera mais que o esperado, e a economia brasileira enfrenta uma suave recessão. Em meio a pressão decorrente da eleição, o presidente Bolsonaro recorre a medidas populistas (aumentando gastos públicos), fazendo com que a moeda brasileira se deprecie, enquanto importantes reformas (fiscais e administrativas) continuam sendo adiadas pelo Congresso. O Bacen encontra certo espaço para começar a cortar as taxas esse ano, tentando reativar a economia. Duas agências de rating rebaixam a nota do Brasil em 1 nível. • **Cenário de Estresse:** Surge uma variante resistente à vacina e a economia global entra em recessão. A economia brasileira se contrai acentuadamente. A política torna-se disfuncional e o Congresso populista. A moeda brasileira se deprecia fortemente. O Bacen corta as taxas de juros, mas intervém no mercado de câmbio para sustentar uma moeda em queda. As três principais agências de rating rebaixam a classificação do Brasil em 2 níveis. Com base nos cenários acima descritos foram calculados os seguintes impactos nas carteiras e resultados:

Cenários	Descrição dos efeitos	Resultado da Perda Esperada (em milhões d* Reais)
Base	Neste cenário, a Carteira de Crédito do Banco apresenta crescimento de 33,9%, no entanto a Perda Esperada se mantém baixa, equivalente a 0,17% do total da Carteira, totalizando R$ 9,3 milhões (+27,4%); em linha com o crescimento da Carteira e cotações de câmbio projetadas.	(9,3)
Moderado	Baseado nas projeções de câmbio e crescimento projetado da Carteira, além do rebaixamento de rating definido para o cenário, a Perda Esperada sobe para R$ 15,8 milhões (+115,2%), equivalente a 0,28% da exposição total de Risco de Crédito.	(15,8)
Estresse	A Perda Esperada neste cenário mostra significativo aumento para R$ 72,9 milhões. Apesar do expressivo aumento, a Perda Esperada representa apenas 1,2% do total de exposição de crédito, evidenciando forte resiliência da Carteira de Crédito do Banco mesmo em um ambiente fortemente estressado.	(72,9)

20. Outras informações

(a) Garantias financeiras prestadas: As garantias financeiras prestadas montam a R$ 145.247 (R$ 278.974 em 31 de dezembro de 2020), as quais estão sujeitas a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários e estão contabilizadas em contas de compensação.

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada.

	31/12/2021		31/12/2020	
Tipo de Garantia Financeira	**Valores Garantidos**	**Provisão**	**Valores Garantidos**	**Provisão**
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	**16.090**	**7**	23.514	11
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	**626**	**1**	1.169	2
Aval ou Fiança em Processos Judiciais	**42.515**	**51**	40.620	45
Outras Fianças Bancárias	**22.077**	**61**	59.608	31
Outras Garantias Financeiras Prestadas	**63.939**	**107**	154.063	251
Total das Garantias	**145.247**	**227**	278.974	340

(b) Receitas de Prestação de Serviços

Receitas de Prestação de Serviços	**2º semestre**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Rendas de Tarifas Bancárias	10	16	9
Rendas de Outros Serviços	18.253	43.696	22.902
Rendas de Garantias Prestadas	1.033	1.853	1.694
Total	**19.296**	**45.565**	**24.605**

O valor de R$ 45.565 (R$ 24.605 em 2020) é composto substancialmente por valores a receber do Mizuho Bank, Ltd. - New York, conforme Nota 16b e está relacionado a acordo de alocação de despesas por serviços prestados. (c) Outras Despesas Administrativas

	2º semestre	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Despesas de Aluguéis	(1.090)	(2.667)	(4.186)
Despesas de Comunicações	(652)	(1.347)	(1.556)
Despesas de Manut. e Conservação de Bens	(99)	(279)	(286)
Despesas de Processamento de Dados	(10.219)	(19.074)	(18.437)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(131)	(227)	(257)
Despesas do Serviço do Sistema Financeiro	(2.347)	(4.250)	(3.764)
Despesas de Serviços de Terceiros	(761)	(1.350)	(1.472)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(2.284)	(3.890)	(2.824)
Despesas de Transporte	(60)	(250)	(216)
Despesas de Viagens ao Exterior	(116)	(390)	(354)
Despesas de Viagens no País	(28)	(45)	(113)
Outras Despesas Administrativas	(507)	(1.076)	(1.229)
Despesas de Depreciação	(504)	(1.026)	(1.137)
Despesas de Amortização	(124)	(301)	(400)
Outras	(337)	(714)	(700)
Total	**(19.259)**	**(36.886)**	**(36.931)**

(d) Outras receitas operacionais

	2º semestre	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Atualização de Depósitos Judiciais	1.101	1.722	1.300
Recuperação de Encargos e Despesas	38	50	–
Outras	854	1.022	440
Total	**1.993**	**2.794**	**1.740**

(e) Outras despesas operacionais

	2º semestre	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Atualização de Contigências	(2.455)	(4.026)	(4.546)
Garantias Financeiras Prestadas	(12)	(12)	(116)
Outras	(16)	(32)	(35)
Total	**(2.483)**	**(4.070)**	**(4.697)**

(f) Operações ativas vinculadas

O Banco possui operações vinculadas que foram realizadas de acordo com as regras preestabelecidas pela Resolução 2.921/02, não havendo nenhuma operação inadimplente ou com algum questionamento judicial sobre tais operações.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Operações ativas vinculadas				
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 6a)	**77.598**	**37**	–	–
Letra Financeira (nota 5a)	**36.228**	**1.715**	–	–
Obrigações por operações ativas vinculadas				
Obrigações por empréstimos no exterior (nota 12b)	**(77.593)**	**(32)**	–	–
Depósitos a prazo (nota 10a)	**(35.373)**	**(1.673)**	–	–
Resultado líquido das operações vinculadas		**47**	–	–

21. Índice de Basileia

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.193 de 1º de março de 2013, instituiu a forma de apuração do Patrimônio de Referência (PR), com efeito a partir de 1º de outubro de 2013. O Índice de Basileia (IB) para 31 de dezembro de 2021 é de 16,16% (16,51% em 2020), e a tabela abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência (PR):

Ativos Ponderados por Risco (RWA)	4.968.456
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada (RWAcpad)	4.556.603
RWA para Risco de Mercado por Abordagem Padronizada (RWAmpad)	117.210
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada (RWAopad)	294.643
Capital mínimo para cobertura do RWA	223.581
Capital mínimo requerido pelo Adicional de Capital Principal (ACP)	99.369
Capital para cobertura do risco de taxa de juros da carteira bancária	24.806
Total Patrimônio Referência requerido	422.282
Patrimônio de Referência	802.794
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	405.318
Índice de Capital Principal (ICP)	16,16%
Índice de PR Nível I (IN1)	16,16%
Índice de Basileia (IB)	16,16%
Índice de Basileia Amplo (IB Amplo)	15,21%

22. Estrutura de gerenciamento de capital

Em 23/02/2017 o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil (BACEN), tornou público a Resolução Nº 4.557. A Resolução dispõe sobre os requerimentos adicionais a serem aplicados à estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital, das instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. A regulamentação segmenta as instituições em cinco níveis (S1 a S5) que são classificadas conforme o seu porte e grau de importância sistêmica para o mercado financeiro brasileiro. O Banco Mizuho é classificado como "S4". O processo de gerenciamento de capital é conduzido pelo Comitê de Gestão (MC). As principais responsabilidades do MC nesse processo são: Definição da Estrutura de Gerenciamento de Capital; Definição do Plano de Capital para o período de três anos; Análise dos riscos correntes e potenciais associados

continua —☆

continuação

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 61.088.183/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

à atividade operacional que podem impactar o Capital do banco e Monitoramento constante do processo, atuando preventivamente para preservar e manter o capital do banco nos níveis ideais, conforme a estratégia definida e exigências regulatórias. Os relatórios gerenciais para apoio ao processo, bem como o monitoramento diário, são de responsabilidade da área de Contabilidade e Controle Financeiro. Esses relatórios indicam o nível de capitalização e seus respectivos indicadores e as projeções de consumo de capital em condições normais e em cenários estressados. O Plano de Capital é revisado anualmente ou em período menor caso o contexto sinalize alterações relevantes. O Planejamento de Resultados e a Estrutura Sistêmica de Apoio são partes integrantes da Estrutura de Gerenciamento de Capital. O relatório completo sobre a estrutura de gerenciamento de capital está disponível no nosso website: www.mizuhobank.com/brazil/pt/.

23. Outros assuntos

Em relação a situação em curso, causada pela COVID-19, o Banco Mizuho do Brasil implementou seu plano de contingência para situações de pandemia, que consiste em vários passos:

- Segregação de equipes de trabalho
- Teletrabalho

Em 27 de março de 2020 a maior parte do contingente estava em tele trabalho e o restante do quadro de funcionários trabalhando parcialmente no escritório principal e parcialmente no escritório secundário. O plano, de qualquer forma, considera um número mínimo de funcionários nas instalações do Banco, sempre que possível e se permitido pelas Autoridades.

Até a presente data, a demanda e operacionalização de negócios apresenta situação próxima da normalidade, estando o Banco atendendo aos seus clientes, sem problemas a reportar. O Banco não enfrentou nenhuma situação de estresse de liquidez e tem monitorado a situação permanentemente. O contexto tanto do ponto de vista de mercado, negócios, evolução da pandemia e seus reflexos, é avaliado e discutido em reuniões diárias, e medidas prudenciais adequações são tomadas tempestivamente.

Adicionalmente, não houve eventos relacionados ao conflitos e sanções relacionadas com o conflito entre Ucrânia, Rússia e/ou Belarus, após a data base de 31 de dezembro de 2021, que sejam necessários ajuste ou divulgação nas demonstrações financeiras e notas explicativas.

24. Resultado Recorrente e não Recorrente

Apresentação do resultado recorrente e não recorrente, líquidos dos efeitos fiscais, de acordo com as definições internas e seguindo os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 2/2020:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido	**59.084**	25.055
Ganho/(Perda) na Alienação de imobilizado	**352**	(15)
Ganho de variação cambial gerados pela conversão de transações em moeda estrangeira por investimentos no exterior transferidos do patrimônio líquido para o resultado do período por ocasião da baixa parcial do respectivo investimento	**406**	856
Recebimento de créditos baixados para prejuízo	**123**	–
Efeito fiscal sobre o resultado não recorrente	**(396)**	(378)
Lucro Líquido recorrente	**58.599**	24.592

A DIRETORIA

CONTADOR: Edilson Novaes Santos - CRC - 1SP206066/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e aos Administradores do
Banco Mizuho do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Mizuho do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mizuho do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-F
Kátia Sayuri Teraoka Kam
Contadora CRC-1SP272354/O-1

Infraestrutura **Privatização**

Em 1º leilão de portos, fundo de investimento leva a Codesa, do ES

Quadra Capital pagou R$ 106 milhões para explorar o terminal por 35 anos e bateu rivais como Vinci Partners; operação foi vista como 'treino' para privatização de Santos

RENÉE PEREIRA

Na primeira privatização do setor portuário do Brasil, o fundo de investimento Shelf 119 Multiestratégia, da gestora Quadra Capital, venceu ontem o leilão de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), por R$ 106 milhões. Além dessa outorga inicial, o vencedor tem o compromisso de adquirir as ações da Codesa por R$ 326 milhões e pagar outros R$ 186 milhões em 25 parcelas anuais.

Realizado na sede da B3, a Bolsa paulista, o leilão foi acirrado. Na abertura dos envelopes, o consórcio Beira Mar, formado por Vinci Partners e Serveng, saiu na frente com uma proposta de R$ 100 mil ante oferta de R$ 1 mil, da Shelf. Como previsto no edital, a disputa foi para o sistema viva voz e os papéis se inverteram. Depois de 21 rodadas e 41 lances, a Shelf foi a vencedora.

Estruturada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a modelagem incluiu, além da venda da Codesa, a concessão dos portos de Vitória e Barra do Riacho, por 35 anos. Os dois portos continuarão com os arrendatários atuais, mas seus contratos serão transferidos para o vencedor do leilão, que terá de investir R$ 855 milhões durante os 35 anos de concessão.

Nos últimos anos tem sido claro o descompasso entre a eficiência decorrente da modernização dos terminais privados, a partir da década de 1990, e a dificuldade das Companhias Docas e autoridades portuárias de investir na infraestrutura dos portos, como nos canais de acesso terrestre e marítimo.

Hoje, os portos organizados, como é o caso da Codesa, funcionam como um shopping center, em que a administração portuária é o síndico do shopping e as lojas, os terminais. Cabe ao síndico manter a infraestrutura para a lojas funcionarem bem.

INEFICIÊNCIAS. Atualmente, o País tem sete Companhias Docas (PA, CE, RN, BA, ES, RJ e SP) e outras autoridades portuárias, como a que administra Itajaí (SC). Elas são responsáveis pelo funcionamento do porto, seja na chegada do navio, do caminhão ou do trem. Por isso, precisam investir na infraestrutura de acesso, principalmente. "O objetivo (*da privatização*) é nos livrarmos da burocracia e das ineficiências comuns no setor portuário. Hoje temos terminais privados eficientes e competitivos, mas que esbarram na administração portuária pública. Vamos desatar esses nós", diz o secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni. "Esse (*leilão*) é só o primeiro."

Além da Codesa, outros portos devem ser privatizados, como é o caso de São Sebastião e Santos (SP) e Itajaí (SC). O leilão da Codesa é visto como um teste para a privatização do complexo santista, que administra o maior porto da América Latina, no fim de 2022. Neste caso, no entanto, não há consenso sobre a viabilidade da privatização. Isso porque a venda da participação acionária da Santos Port Authority (SPA) exigiria elevados investimentos, de R$ 16 bilhões.

CODESA

Concessão de portos de Vitória e Barra do Riacho é de 35 anos, com investimentos de R$ 855 milhões

Fila longa

7 **companhias Docas (Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e SP estão sob administração pública, além da autoridade portuária de Itajaí (SC), que também irá a leilão**

R$ 16 bi **é a estimativa de investimentos necessários para o Porto de Santos, que está na lista**

COMEMORAÇÃO. O ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, comemorou a privatização e disse que o Brasil está passando por uma grande transformação. "Quando esses projetos agora contratados se materializarem, em 2024, 2025, 2026, a sociedade vai perceber que a gente passa pela maior revolução de infraestrutura da nossa história", afirmou o ministro, em seu último leilão antes de deixar a pasta para disputar as eleições, possivelmente ao governo do Estado de São Paulo.

No discurso após o leilão, Freitas chorou e agradeceu os profissionais de sua equipe que ajudaram a fazer todas as licitações até agora. Segundo a secretária do PPI, Marta Sellier, nos três anos e três meses no ministério, Freitas fez 34 concessões aeroportuárias, 34 concessões de terminais portuários, 6 projetos ferroviários e 6 projetos rodoviários.

"Começamos hoje com a privatização da Codesa, amanhã será Itajaí, São Sebastião e Santos. Em Santos, a julgar pelos road shows no exterior, vai ser um espetáculo." ●

Outros três terminais portuários são concedidos

Depois da privatização da Codesa, o governo realizou ontem leilões de três terminais portuários. Em dois deles, não houve disputa e a licitação ocorreu com oferta única.

Foi o caso do terminal STS11, em Santos, voltado para a movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais, como açúcar, grãos de soja, milho e farelo de soja. Sem disputa, a Cofco Internacional Brasil arrematou a área com outorga de R$ 10 milhões e terá de investir R$ 765 milhões, em um contrato de 25 anos.

O mesmo ocorreu com o terminal SUA07, em Suape (PE). O Consórcio SUA Granéis venceu a área, voltada para movimentação de granéis minerais e carga geral. A outorga foi de R$ 15 mil e os investimentos serão de R$ 60 milhões.

O único terminal com disputa foi o PAR32, no Porto de Paranaguá (PR). A FTS Participações Societárias ganhou a área, para movimentação de carga geral. A outorga foi de R$ 30 milhões, após disputa pelo viva-voz entre a FTS e TEAPAR – Terminal Portuário de Paranaguá. ● AMANDA PUPO e JULIANA ESTIGARRÍBIA, DE BRASÍLIA E SÃO PAULO

CIRCE BONATELLI, DENISE LUNA, ALTAMIRO SILVA JUNIOR, KARLA SPOTORNO/CRISTIANE BARBIERI (edição)
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Aliansce Sonae insiste em fusão e prepara chapa para conselho da BRMalls

A Aliansce Sonae se mantém firme em torno da fusão com a BRMalls, mesmo após ter duas propostas recusadas pelo conselho de administração da rival. Segundo Rafael Sales, presidente da empresa, a ideia prevalece e a questão é como seguir adiante. A estratégia para emplacar a fusão passa pela continuidade do convencimento dos acionistas da BRMalls e pela articulação para a eleição de uma nova chapa ao conselho. Sales estima ter apoio de até 40% dos acionistas da BRMalls. Na conta, entra a fatia da própria Aliansce, que tem 8% da concorrente, o que lhe dá direito a chamar uma assembleia para deliberar a fusão. E indicar membros para o conselho – tópico controverso e alvo de acusação de conflito de interesses por parte da BRMalls.

Aliansce exercerá direito de acionista

Sales afirma que a Aliansce vai exercer o direito legal de indicar conselheiros e constituir uma chapa com intuito de "ajudar a BRMalls a atingir um nível mais alto de performance", bem como ser capaz de "avaliar movimentos estratégicos de forma isenta", como a propostas de fusão encaminhada pela empresa, exemplifica.

'Dirigentes querem manter status'

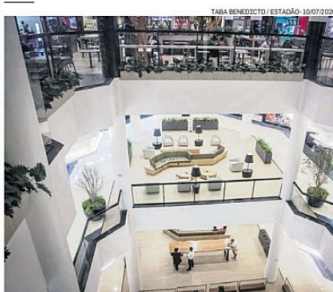
Sales disse ainda que a administração da BRMalls não tem um interesse legítimo em discutir a fusão, mas sim apenas se defender da proposta recebida para garantir o status dos seus dirigentes. A entrevista na íntegra pode ser lida na Coluna do Broadcast, na internet. Procurada, a BRMalls não se manifestou.

● **FUTURO.** O grupo Delta Energia acaba de adquirir a BestDeal Technologies, que desenvolve produtos para o mercado de telecomunicações, energia e indústria. Com o movimento, o grupo prepara-se para crescer quando o mercado livre for acessível a todos os consumidores, cenário previsto para daqui a, no máximo, cinco anos, segundo os dirigentes das duas empresas.

● **ABERTURA.** Apesar de a Delta se tornar sócia majoritária, a BestDeal permanecerá independente dentro do grupo e atenderá outras empresas. Para atender os novos consumidores, a Delta vai criar uma varejista, gestada já há algum tempo e que será cliente da BestDeal Technologies.

● **OPORTUNIDADE.** Com a Delta, a BestDeal pretende abrir novos leques e oferecer ao mercado serviços em software e hardware em grande escala. Deve também entrar em novos setores, como agronegócio e finanças.

NOVA TENTATIVA

TABA BENEDICTO / ESTADÃO- 10/07/2020

Plaza Sul, que faz parte do portfólio da Aliansce: fusão daria origem ao maior conglomerado de shoppings do País, com 69 unidades

● **EMERGÊNCIA.** O grupo japonês Sumitomo Mitsui Banking Corporation, com mais de US$ 2 trilhões em ativos, está preparando uma linha de financiamento de US$ 1 bilhão para o comércio exterior em mercados emergentes. Do total, pretende reservar 20% para operações envolvendo o clima.

● **APOIO.** A estrutura terá recursos da International Finance Corporation (IFC), o braço financeiro do Banco Mundial, que pode entrar com US$ 500 milhões. O objetivo é levar capital a mercados emergentes que enfrentam problemas de financiamento por causa da pandemia de covid. O grupo japonês e a IFC vão dividir os riscos em proporções iguais.

● **LOUSA.** A gestora Valora Investimentos e a fintech especializada em crédito e serviços para o segmento educacional FinEdu Tech lançaram um FIDC (fundo de investimento em direitos creditórios) inédito para financiar escolas de educação básica, na retomada após a pandemia. Estão aptas a participar, instituições privadas de todo País e que atendam mais de 500 alunos.

● **REMUNERAÇÃO.** As escolas que anteciparem seus recebíveis com o FIDC pagarão o CDI mais um spread sobre o valor financiado. Esse montante, que será negociado caso a caso, segundo Carlos Sartori, sócio da Valor, irá remunerar os cotistas do fundo e custear toda a operação. A Valora e a FinEdu entram como prestadores de serviço do fundo.

● **LABORATÓRIO.** O valor médio de financiamento será entre R$ 500 mil e R$ 2 milhões. O fundo já tem R$ 30 milhões e a expectativa é financiar de 20 a 30 escolas até o fim deste ano.

● **MATEMÁTICA.** Segundo Ricardo de Jesus, sócio da FinEdu, a ideia é conceder linhas rotativas que permitirão antecipar recursos das carteiras de recebíveis. Elas poderão ser usadas para investir em melhoria de instalações, equipamentos e ampliação da escola, sem depender de bancos, reciprocidades ou contratação de dívidas. A gestão dos meios de pagamento para recebimento das mensalidades é parte do produto, além de uma plataforma digital para administração dos contratos de ensino.

SOBE

Techs têm alta em movimento de ajuste

BANCO PAN

O Banco Pan liderou as altas do Ibovespa ontem, com ganho de 5,68%. Foi seguido pelas empresas de tecnologia, como a Méliuz, que fechou com alta de 2,65%. Locaweb subiu 1,99% e Totvs, 1,05%. Mais volátil, Inter caiu 0,51%. Para Charo Alves, da Valor Investimentos, os papéis estão baratos e o movimento é de ajuste, já que são empresas que entregam mais crescimento do que lucro nesta etapa.

DESCE

Varejistas recuam com peso dos juros

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO-21/12/2020

Um dia depois de registrarem valorização expressiva no Ibovespa, os ativos ligados ao setor varejista na bolsa voltaram a sentir o peso dos juros futuros, que fecharam novamente em alta ontem. Os papéis da Natura, GPA e Petz ficaram entre as maiores baixas do Ibovespa, perdendo 4,56%, 3,43% e 3,40%, respectivamente. Já o Magazine Luiza recuou 1,86%. Carrefour destoou isolado e teve valorização de 1,60%.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: **120.259,76 PTS.** | Dia **0,20%** | Mês **6,29%** | Ano **14,73%**

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
BANCO PAN PN N1	10,97	5,68	16.832
YDUQS PART ON NM	21,92	3,45	16.161
MINERVA ON NM	12,40	2,82	15.308

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

QUALICORP ON NM	15,86	-5,99	16.301
GRUPO NATURA ON NM	25,77	-4,56	29.839
AZUL PN N2	24,30	-4,26	16.885

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

27/3 A 27/4	0,0852	0,8559	0,5856	0,5000
28/3 A 28/4	0,1084	0,8993	0,6089	0,5000
29/3 A 29/4	0,1094	0,9003	0,6089	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK DJIA	35.228,81	-0,19	3,94	-3,05
FRANKFURT - DAX	14.606,05	-1,45	1,00	-8,05
LONDRES - FTSE	7.578,75	0,55	1,62	2,63
TÓQUIO - NIKKEI	28.027,25	-0,80	5,66	-2,66

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/8/2026	5,15	3.111,37
	15/5/2035	5,49	1.926,37
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	5,42	4.079,75
PREFIXADO	1º/1/2025	11,56	740,20
	1º/1/2029	11,60	477,76
SELIC	1º/3/2025	0,05	11.488,13

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Fevereiro	Março	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	1,00	-	1,68	10,80
IGPM (FGV)	1,83	1,74	5,49	14,77
IGP-DI (FGV)	1,50	-	3,55	15,35
IPC (FIPE)	0,90	-	1,65	10,33
IPCA (IBGE)	1,01	-	1,56	10,54
CUB (Sinduscon)	0,19	-	0,56	12,32
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,38	-	0,85	4,12

Índices de reajuste do aluguel (Abril)

IGP-M (FGV)	1,1477	IPCA (IBGE)	-
IGP-DI (FGV)	-	INPC (IBGE)	-
IPC-FIPE	-	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.212,00	7,5%
DE 1.212,01 ATÉ R$ 2.427,35	9%
DE R$ 2.427,36 ATÉ R$ 3.641,03	12%
DE R$ 3.641,04 ATÉ R$ 7.087,22	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.212,00 A 7.087,22	20%	DE 242,40 A 1.417,44

VENCIMENTO 7/4. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/30)	12,06	3,52	8,36	31,80
CDI	11,65	0,00	9,39	27,32

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/22	19,47	283.746	19,20	19,59	1,88
CAFÉ NY*	JUL/22	221,90	56.462	213,35	223,25	2,83
SOJA CBOT**	MAI/22	16,640	285.579	16,308	16,838	1,28
MILHO CBOT**	JUL/22	7,200	407.011	7,085	7,280	1,62

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

SOJA	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	183,40	1,33	0,00
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	347,35	1,68	10,94
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	92,70	92,70	-1,61
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.224,94	1,89	72,49

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	4,7872	0,62	-7,15	-14,14
DÓLAR TURISMO	4,9400	0,26	-7,02	-13,89
EURO	5,3390	1,17	-8,08	-15,44
OURO	293,500	1,03	-4,40	-11,06
WTI US$/BARRIL	107,4300	2,15	12,09	40,54
IBRENTUS$/BARRIL	112,5600	1,36	14,73	44,51

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERI	1,000	1,1159	1,3139	0,2091
EURO	0,896	1,0000	1,1773	0,1874
FRANCO SUÍÇO	0,923	1,0302	1,2127	0,1930
LIBRA ESTERLINA	0,761	0,8494	1,0000	0,1592
IENE	121,820	135,9305	160,0280	25,469

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IOC

SÃO PAULO

Vendem-se

APARTAMENTOS

ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

JABAQUARA
Kitnets, 6min. a pé Metrô. Excel. loc. p/ morar/investir. A partir R$148-mil. C/propr. ☎(11)98417-0198 (11)98100-8313/96699-3992

JARDINS
R$650.000 Novo. 35úteis, varandão, 1ds., mobiliado, gar + dep. e lazer total. Dir. PP. F:97632.0165

MOEMA
R$530.000 Alto,58util, 1ds, gar, cond. 500, F:2198.5555 cr8767

2 DORMITÓRIOS

CAMPO BELO
R$285.000 Frente Extra, 85ú,2ds gar. Vale R$450mil F:2198.5555

CAMPO BELO
R$390.000 (Ocasião) 2 dorms, reformado,1 gar. lazer, área total 134m. Venda rápida. Ac. imóvel carro parte pagto 96548-6023

MOEMA
R$750.000 Varanda,90ú,2ds.3° opc. gar, lazer 2198.5555 cr8767

MOEMA
R$635.000 S.novo,75u, 2ds, varanda, 2wc, lazer, 1vg. 2198.5555

VL CLEMENTINO
R$780.000 S.novo,75u, 2ds, varanda, 2wc, lazer, 1vg. 2198.5555

VL MARIANA
R$465.000 S.novo, 65 úteis, varanda, 2ds, gar. Lazer 2198.5555

VL OLÍMPIA
R$785.000 Novo/arms,75ú,2ds 1ste/closet,gar.Lazer.2198.5555

3 DORMITÓRIOS

BROOKLIN
R$795.000 S.novo,95u, varanda, 3ds(1ste), 2vgs, lazer 2198.5555

MOEMA
R$1.100.000 S.Novo,varanda, 3ds (1suite) 2grs,lazer. ☎2198.5555

MOEMA
R$850.000 Alto,varanda,100útil 3dts(1ste),2grs.Lazer. 2198.5555

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

MOEMA
R$1.600.000 Novo c/arms,170ú, varandão c/churr, liv.l. 3ambs. , 4ds. 3suítes, 3grs, lazer. ☎2198.5555

MOEMA
R$1.350.000 S.novo, 180 úteis, varanda, 4dts., 2 suítes, 2gars. Lazer. ☎11 2198.5555 creci 8767

MOEMA
R$2.200.000 Px.parque, 265út, 4 salas, varanda, 4 suítes, 4grs. + dep. Lazer. 11 2198.5555 cr8767

MORUMBI
R$1.100.000 Rua José Galante, 265ú, varanda/churr,4sts/arms, ar, piso,4vgs. Lazer c/pisc.cob/qda. tenis. Dir. PP. ☎11 97632.0165

ZONA OESTE

2 DORMITÓRIOS

PERDIZES
Ótimo Negocio!! 2 dorms, 2 vagas, lazer, área total 110m. Aceito carro, imóvel parte pagto Rua Raul Pompeia ☎ 96548-6023

ZONA NORTE

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

SANTANA
R$2.600.000 Cobertura,nova,4ds 3sts, 300ú, arms., varandão pisc., churr, 3vgs Dir. PP. F:97632.0165

CENTRO

1 DORMITÓRIO

REPÚBLICA
R$170.000 (Ocasião) 1 dormitório, reformado!!, 50m. aceito carro e financiamento ☎ (11) 96548-6023

REPÚBLICA
Ocasião!!!1 2 Kitinetes, reformadas, com terraços, R$270.000,00 as duas. Para morar ou investir ☎ (11) 96548-6023

STA CECÍLIA
Ocasião!! 1 dormitório, reformado, ótimo prédio Rua das Palmeiras Valor R$290.000,00 ☎ 3666-9387 ou 94038-4170

2 DORMITÓRIOS

CENTRO
(Sé) (ótimo negocio), 2 dormitorios, reformado, ótimo prédio, 70m total Valor 270.000,00 ☎ 3666-9387 ou 94038-4170

Vendem-se

CASAS

ZONA SUL

VL MARIANA
R$2.650.000 Nova, 350 Terr, 300 A.C., 3salas, quintal/ churr., 3dts. 1ste, 4gars. Dir. PP. F:97632.0165

ZONA OESTE

JAGUARÉ
R$725.000 Cond.fechado,170m² 3dts. (1ste), 2vagas. lazer c/ pisc. /churrq. Dir. PP. ☎97632.0165

Vendem-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

ITAIM
R$320.000 Conj. 45 úteis. Urgente, px. F. Lima, 2 wcs., gar. + rotativo. F: 11 2198.5555 creci 8767

MOEMA
R$2.100.000 Loja 200m2 gar. p/ 4 carros. 2198.5555 creci 8767

VILA OLIMPIA
Conjunto comercial. 60m². R. do Rocio. 1 sala, 60m², 2 vagas de gar, ar. Direto c/prop(11)99983-6422

Alugam-se

APARTAMENTOS

ZONA OESTE

2 DORMITÓRIOS

PINHEIROS
Apto 2 dorms c/armários, 1 suíte, coz.mobiliada, varanda gourmet, lazer,depósito, prédio novo, Rua dos Pinheiros, 801. Tratar José Carlos (11)98672-2110 - CRECI 06169-J

CENTRO

1 DORMITÓRIO

CENTRO
1d, coz,wc,á.serv. Todo reformado. Ver Largo General Osório, à 150m metrô Luz. R$520. Creci 92060 ☎(11)3106-3416/94088-3269

2 DORMITÓRIOS

CENTRO
2ds,sala,coz,wc,á.s.Todo reform, à 200m metrô Sé. R.Dr. Bittencourt Rodrigues. R$900. Creci 92060 ☎(11)3106-3416/94088-3269

CONSOLAÇÃO
Px.metrô,2dorms, coz.c/arms, pintura nova, ampla sl,1wc, á.serv, d.empr c/wc, R:Consolação, 2346, aptos 11 e 61. Chaves zelador (11)98672-2110 Creci 06169J

Alugam-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

AV PAULISTA
R$25.000 Alugo andar corporativo, 500m, 7 vgs. Próx.à Brigadeiro. Tratar direto c/ propriet. Sr. Pierre ☎(11)95758-9745

AV PAULISTA
Cj. coml. 331m² a 675m² á. priv. Exc., vgs. Alug. de ocasião! Menor taxa cond. da região. Dir. propr. (11)3241-3855 hc/94039-9863

CH STO ANTÔNIO
Av. Nações Unidas. Cjto. 540m² a Laje coml. 1080m². á. priv. Excel. local. Menor aluguel e cond. da região. vagas. Dir. propr. ☎(11)3241-3855/94039-9863

CH STO ANTÔNIO
Lojas, galpões e terr. comerciais ALUGO Z.Sul ☎ 5041-2121 Pires

SUL | AL | COM

PAULISTA
Cj coml c/125m²na Av.Paulista. Inf(11)97516-8140/3197-9873

ZONA OESTE

ALTO DA LAPA
Galp.Ind. R.Cerro Corá, 1000m² terr., 800m² á.c. em terr. 20x50m. Estac.em frente p/12carros. Propr. ☎(11)3086-1725/99638-3396

LAPA
Casa coml, 601m² á.c., 496m² terr., R:Guaipá, 8vgs. Prop. Gustavo (11)99983-6422/5182-2864

imóveis Serviço ao leitor
Dicas para fazer um bom negócio

✓Contatar a imobiliária responsável ou proprietário do imóvel para verificação da documentação de propriedade do bem antes de adiantar algum valor

✓Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida

✓Fornecer seus dados apenas pessoalmente

✓Evitar documentos encaminhados via fax, eles podem ser frios

✓Faça o negócio pessoalmente

CÂMARA DE VALORES IMOBILIÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
DESDE 1942
CRECI N° 9.819 - J CREA N° 19.858-5

APARTAMENTOS ALUGAM-SE

ACLIMAÇÃO - 2 DORMIS. - RUA NICOLAU DE SOUSA QUEIRÓS, 2 dormitórios, sala, cozinha, banheiro, dependências de empregada, salão de festas e churr. R$ 2.000,00.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652J - Tel.: (11) 3115.3399
www.silverimoveis.com.br

ALTO DA BOA VISTA - Rua IRINEU MARINHO, 128m², 3 stes (1 master), living c/ varanda gourmet, lvbo, ar cond., 2 vgs, lazer, etc. Px. Metrô. Aluguel R$ 4.700,00 + Encargos. Cód. AP0460.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83J - Tel.: (11) 3056.1882
www.imobiliariaharmonia.com.br

BELA VISTA - AV. NOVE DE JULHO, 1953. Apartamento com 1 dormitório, sala, banheiro, cozinha, próximo FGV e Masp, 37 m². Aluguel: R$ 1.200,00 + Cond. + IPTU.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434J - Tel.: (11) 3258.7544
francisco@azevedonegocios.com.br

BELA VISTA - AV. BRIG. LUIS ANTONIO próximo à PÇA. P. BYNGTON, 2 dormitórios, armários, sala, cozinha, banheiro, garagem, aluguel. R$ 1.500,00 + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388J - Tel.: (11) 3111.2011
antonio@predialruggiero.com.br

CAMPO BELO - RUA GIL EANES, 70m², reformado, 2 dts, sl c/ sacada, dep. e wc emp, 1 vg, lazer. Px. Metrô Campo Belo. Aluguel R$ 2.700,00 + Encargos. Cód. AP0551.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83J - Tel.: (11) 3056.1882
www.imobiliariaharmonia.com.br

CENTRO - KITCH - PRAÇA ROOSEVELT
Aluguel R$ 1.000,00 + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414J - Tel.: (11) 3088.1711
www.livimoveis.com.br

CONSOLAÇÃO - RUA BELA CINTRA, c/ sala, cozinha, banh., e área de serviço. Locação: R$ 850,00 + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 - Cel.: (11) 99998.0356
a.e.imoveis@uol.com.br

HIGIENÓPOLIS - ALAMEDA BARROS. Excelente apartamento, 3 suítes, 3 vagas. Aluguel R$ 4.500,00 + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414J - Tel.: (11) 3088.1711
www.livimoveis.com.br

ITAIM - RUA LUIS DIAS, 120m², 4 dormitórios, suíte, lavabo, 2 vagas. Prédio com piscina. Aluguel R$ 4.500,00 + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414J - Tel.: (11) 3088.1711
www.livimoveis.com.br

JARDINS - ALAMEDA TIETE, 2 dormitórios. Aluguel R$ 2.800,00 + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414J - Tel.: (11) 3088.1711
www.livimoveis.com.br

SÃO BERNARDO DO CAMPO - RUA SARMENTO DE BEIRES, 79, AP. 2, JD. PORTUGAL, c/ 2 dorms, sala, cozinha, banh., WC de empregada. Locação: R$ 800,00 + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 - Cel.: (11) 99998.0356
a.e.imoveis@uol.com.br

V. BUARQUE – 4 dormitórios - RUA DR. VILA NOVA, de frente, 4 dormitórios AE, sala para 3 ambientes e sacada, cozinha, 3 banheiros. Al. R$ 3.500,00.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652J - Tel.: (11) 3115.3399
www.silverimoveis.com.br

APARTAMENTOS VENDEM-SE

BELA VISTA - RUA CONDESSA DE SÃO JOAQUIM, contendo 2 dormitórios, (armários) 2 banheiros, sala ampla, garagem, academia, 80m². R$ 500 mil.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388J - Tel.: (11) 3111.2011
antonio@predialruggiero.com.br

BELA VISTA - RUA MARTINIANO DE CARVALHO PX. HOSPITALL BENEFICÊNCIA PORTUGUESA, 1 dormitório 50m² úteis, vaga demarcada, andar alto, face norte. R$ 550 mil.
NOSSA CASA
CRECI 4506J - Cel.: (11) 99912.7169
adalto@nc.adm.br

HIGIENÓPOLIS - RUA PARÁ 3 dts, sl ampla, coz, depends. de emp., 168 m² á.ú., vg de gar. boa, ensolarado, prédio c/ recuo, px. a ótimos restaurantes, R$ 1.850.000,00.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434J - Tel.: (11) 3258.7544
francisco@azevedonegocios.com.br

JARDIM AMÉRICA - 2 SUÍTES - RUA CRISTIANO VIANA, 4 dorms sendo 2 suítes, living com lareira e sacada, lavabo, coz planejada, 3 garagens. R$ 1.550.000,00.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652J - Tel.: (11) 3115.3399
www.silverimoveis.com.br

JARDIM PAULISTA - RUA FERNANDO CARDIM. 3 dorms, ste, 125m² úteis, vg, dependências empregada. R$ 1.100.000,00. Ac. permuta Cjto. Coml. na Paulista.
NOSSA CASA
CRECI 4506J - Cel.: (11) 99912.7169
adalto@nc.adm.br

JARDIM PAULISTA - RUA PAMPLONA, 1 dormitório, 50m² úteis, vaga live, sol da manhã, andar alto, ótima vista, lazer. R$ 580 mil.
NOSSA CASA
CRECI 4506J - Cel.: (11) 99912.7169
adalto@nc.adm.br

JARDIM PAULISTA - RUA PAMPLONA, próximo ao Shopping e Metrô, 80m² úteis, 2 dormitórios, vaga, dependência de empregada. R$ 685 mil.
NOSSA CASA
CRECI 4506J - Cel.: (11) 99912.7169
adalto@nc.adm.br

JARDIM PAULISTA - ALAMEDA CAMPINAS, 3 dormitórios, (suíte) sala 2 ambiente, demais dependências, armários, 2 vagas, área útil 130m². R$ 1.500.000,00.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388J - Tel.: (11) 3111.2011
antonio@predialruggiero.com.br

JARDIM PAULISTANO - RUA AGRÁRIO DE SOUZA, 111 m² úteis, 3 dts., amplo living, dem. dep., 1 vaga, próximo ao shopping Iguatemi. R$ 1.900.000,00. Ref: AP0466.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916J - Tel.: (11) 3846.0377
www.louvreimoveis.com.br

MOEMA - AL. JAUAPERI, 200 m² úteis, salas amplas, 4 dormitórios (3 suítes), terraço, lareira, demais dep., 4 vagas, prédio c/ lazer. R$ 2.500.000,00. Ref: AP0462.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916J - Tel.: (11) 3846.0377
www.louvreimoveis.com.br

MORUMBI - R. CAP. MACEDO 72m², 2 dts., sendo 1 ste, closed, dep.empr., sl, coz., banh., prédio c/churr, forno/pizza, pisc. aq, acad, sauna, s. festas, jgos. R$ 870mil.
A. SANTOS
CRECI 1675 - Tel.: (11) 3814.7301
adirson@terra.com.br

PARAÍSO - RUA OTÁVIO NÉBIAS, 92m², andar alto, 2 suítes c/ arms, living, dep. emp., 2 vagas, etc. Px. Metrô Brigadeiro. R$ 730 mil. Cód. AP0504.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83J - Tel.: (11) 3056.1882
www.imobiliariaharmonia.com.br

PERDIZES – 2 DORMITÓRIOS - RUA RAUL POMPÉIA andar alto 2 dorms, 3° opcional, sala p/ 2 ambientes e sacada, coz, área e banheiro de serviço 1 vaga. R$ 570mil.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652J - Tel.: (11) 3115.3399
www.silverimoveis.com.br

PERDIZES - RUA MINISTRO FERREIRA ALVES, duplex c/58 m², sala c/varanda, lavabo, 1 dorm, dem. dep., prédio c/lazer, 1 vaga. R$ 660 mil. Ref: AD0009.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916J - Tel.: (11) 3846.0377
www.louvreimoveis.com.br

PINHEIROS - RUA ALVES GUIMARÃES, próx. Metrô Oscar Freire, 2 dormitórios, dep. de empr., 100m² úteis, vaga, prédio sem elevador tipo Vila. R$ 700mil.
NOSSA CASA
CRECI 4506J - Cel.: (11) 99912.7169
adalto@nc.adm.br

SUMARÉ - RUA APINAJÉS, 3 dorms, (1 suíte) sala ampla, cozinha demais dependências, piscina, quadra, academia, área útil 120m², a.t. 184m². R$ 1.000.000,00.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388J - Tel.: (11) 3111.2011
antonio@predialruggiero.com.br

VILA OLÍMPIA - RUA DAS FIANDEIRAS, com 40,93 m², 2 dorms., sala, cozinha e banheiro, próx. Av Faria Lima. R$ 475 mil. Ref: AP0328.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916J - Tel.: (11) 3846.0377
www.louvreimoveis.com.br

CASAS ALUGAM-SE

JD. PAULISTA - Amplo sobr. todo reform, á.ú. 160m², a.t. 224m², sl piso madeira, coz. planej, lvbo, 1 ste, edícula c/salão e lavanderia. Al. R$ 17.000,00 + cond + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414J - Tel.: (11) 3088.1711
www.livimoveis.com.br

STO AMARO - CANCIONEIRO DE ÉVORA, 130m², térrea, recém reformada, 4 salas, 5 vgs, área externa. Px. Metrô Borba Gato. Aluguel R$ 5.700,00 + encargos. Cód. CA0007.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83J - Tel.: (11) 3056.1882
www.imobiliariaharmonia.com.br

VILA OLÍMPIA - RUA DR. ANDRADE PERTENCE, 120 m², living p/2 ambs., s.jantar, home-office, lavabo, 3 dts (suíte), 1 vaga, reformada. R$ 4.600,00. Ref: CA0153.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916J - Tel.: (11) 3846.0377
www.louvreimoveis.com.br

CASAS VENDEM-SE

JD. PAULISTA – Exc. Local! - RUA ESTADOS UNIDOS – Sobr 573 m² amplas salas, luz natural, ar cond., área aberta c/ jd, copa, despensa, banhs, vagas. R$ 8.000.000,00.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652J - Tel.: (11) 3115.3399
www.silverimoveis.com.br

VILA OLÍMPIA - RUA CABO VERDE, 189 m², vila fechada, 3 dts (ste), ampla sl de estar e jantar, lavabo, dem. dep., armários, 2 vagas. R$ 1.380.000,00. Ref: CA0158.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916J - Tel.: (11) 3846.0377
www.louvreimoveis.com.br

COMERCIAIS ALUGAM-SE

CASA VERDE - LOJA - AV. CASA VERDE, c/ 450,00 m² de área construída. Aluguel: R$ 5.500,00 + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 - Cel.: (11) 99998.0356
a.e.imoveis@uol.com.br

CONSOLAÇÃO - LOJA / ARMAZÉM na **RUA FERNANDO ALBUQUERQUE, 270**, com 240 m² área terreno e 200 m² área construída. Aluguel R$ 9.000,00.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434J - Tel.: (11) 3258.7544
francisco@azevedonegocios.com.br

MOEMA ÍNDIOS - LOJA com MEZANINO - Novo, 3 pavimentos c/ amplos salões, s/ colunas e subsolo p/ gar. A/T 800m² - A/C 1.239m². R$ 45.000,00. REF: AS50707.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280J - Tel.: (11) 5053.1790
www.adrianosilvaimoveis.com.br

MOEMA PÁSSAROS - CONJUNTO com TERRAÇO, 2 salas, 10 banheiros, 2 copas, 12 vagas, ar cond. central. Útil 689m². R$ 59.000,00. REF: AS51328.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280J - Tel.: (11) 5053.1790
www.adrianosilvaimoveis.com.br

RUA AUGUSTA – ÓTIMO PONTO - ENTRE ALAMEDAS TIETE E FRANCA. Três conjs de 127 m², pintado, c/ cascolac novo. Prédio pequeno só p/ fins comerciais, escritórios.
A. SANTOS
CRECI 1675 - Tel.: (11) 3814.7301
adirson@terra.com.br

VILA OLÍMPIA - RUA PROF. VAHIA DE ABREU, c/ 500m² de terreno e 440m² de construção. Locação: R$ 11.500,00 + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 - Cel.: (11) 99998.0356
a.e.imoveis@uol.com.br

BERRINE - AV. ENG. LUIZ CARLOS BERRINE, Ed. Bandeirantes, 234 m² á.ú, vão livre, constr. Bratke Collet, c/6 vgs/gar. Pacote R$ 9.000,00 incluindo aluguel, cond. e IPTU.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434J - Tel.: (11) 3258.7544
francisco@azevedonegocios.com.br

FARIA LIMA X REBOUÇAS - Sala c/30m², banh. privativo, ót. localização, cj. de fundos s/barulho de tráfego. Alug: R$ 1.100,00 + Cond: R$ 401,29 + IPTU: R$ 143,40.
A. SANTOS
CRECI 1675 - Tel.: (11) 3814.7301
adirson@terra.com.br

ITAIM - Entre Av. Juscelino Kubitschek e R. Joaquim Floriano. Ampla sala c/divisória, banh, ar condicionado e uma vaga na garagem. Aluguel R$ 2.000,00.
A. SANTOS
CRECI 1675 - Tel.: (11) 3814.7301
adirson@terra.com.br

JARDINS - AL. SANTOS, 80m², recepção, 2 salas, 2 wcs, copa, e 1 vaga, etc. Px. Metrô Trianon-Masp. Aluguel R$ 1.900,00 + encargos. Cód. CJ0247.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83J - Tel.: (11) 3056.1882
www.imobiliariaharmonia.com.br

PERDIZES - RUA CANDIDO ESPINHEIRA, conjuntos de 57m² e 110m², 2 e 4 banheiros, copa, 1 ou 2 vagas. Aluguel: R$ 1.800,00 e R$ 3.000,00 + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388J - Tel.: (11) 3111.2011
antonio@predialruggiero.com.br

V.OLÍMPIA - MOBILIADO - R. PEQUETITA, 119m² c/recepção, banh, s. diretoria, 1 s. executiva e 4 s. individuais, 2 banhs, copa, ar cond. em todos os ambs. 2 vgs. R$ 4.000,00.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652J - Tel.: (11) 3115.3399
www.silverimoveis.com.br

COMERCIAIS VENDEM-SE

MOEMA PÁSSAROS - Vende/aluga cjto, andar interior, 9 banhs, 18 vgs, ar cond. central. Ú 310m². VENDA: R$ 2.500.000,00. LOCAÇÃO: R$ 15.000,00. REF: AS49326.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280J - Tel.: (11) 5053.1790
www.adrianosilvaimoveis.com.br

MOEMA ÍNDIOS - CJTO, Cobertura Duplex com TERRAÇO, 4 salas, 4 banheiros, 3 vagas. Útil 210m². VENDA: R$ 2.200.000,00. LOCAÇÃO: R$ 12.000,00. REF: AS50814.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280J - Tel.: (11) 5053.1790
www.adrianosilvaimoveis.com.br

ESCRITÓRIOS ALUGAM-SE

AVENIDA PAULISTA - Sala com mais ou menos 12m². banheiro interno. Aluguel: R$ 1.000,00 + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 - Cel.: (11) 99998.0356
a.e.imoveis@uol.com.br

ESCRITÓRIO VENDE-SE

MOEMA ÍNDIOS - LOJA com 2 PAVIMENTOS, 2 amplos salões, 2 vagas no recuo. A/T: 250m² A/C 345m². R$ 3.300.000,00. REF: AS49946.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280J - Tel.: (11) 5053.1790
www.adrianosilvaimoveis.com.br

PRÉDIO VENDE-SE

LUZ - RUA DUTRA RODRIGUES, 162m² AT. e 740m² de AC., Loja e Sobreloja + 3 andares, etc. Px. Rua São Caetano e Metrô Luz. Venda R$ 1.750.000,00 Cód. PR0002.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83J - Tel.: (11) 3056.1882
www.imobiliariaharmonia.com.br

AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS Atuamos no mercado de avaliações, há 80 anos, proporcionando para nossos clientes serviço altamente técnico, possibilitando suporte às decisões estratégicas. Nosso Laudo de Avaliação é elaborado por Engenheiros e Arquitetos capacitados e qualificados para essa finalidade, respeitando as Normas técnicas da ABNT.
Definição do valor do imóvel para venda | Definição do valor do imóvel para locação
Reavaliação de Ativo | Revisional de Aluguéis | Partilha de Bens
Garantia para Financiamento Bancário | Garantia para Financiamento Imobiliário
(11) 3159.4488 | cvisp@terra.com.br
(11) 93470.2338 | www.cvisp.com.br
Rua Sete de Abril, 277 3° andar CJ. 3C CEP: 01043-000

ENCONTRE O IMÓVEL QUE VOCÊ PROCURA NOS SITES DOS NOSSOS ASSOCIADOS

WAGNER FANUELE NOGUEIRA CORRETOR DE IMÓVEIS (11) 99998-0356 a.e.imoveis.uol.com.br
AZEVEDO Negócios Imobiliários (11) 3258-7544 francisco@azevedonegocios.com.br
Silver Imóveis e Administração Ltda (11) 3115-3399 www.silverimoveis.com.br
Predial Ruggiero Ltda (11) 3111-2011 info@predialruggiero.com.br
Harmonia (11) 3056-1882 www.imobiliariaharmonia.com.br
NOSSA CASA Negócios Imobiliários CRECI 4506 (11) 99912-7169 adalto@nc.adm.br
A. SANTOS CRECI 1675 (11) 3814-7301 adirson@terra.com.br
LOUVRE IMÓVEIS (11) 3846-0377 www.louvreimoveis.com.br
Adriano Silva Imóveis (11) 5053-1790 www.adrianosilvaimoveis.com.br
LIV IMÓVEIS CRECI 13.414-J (11) 3088-1711 www.livimoveis.com.br

CENTRO

CENTRO
LOJA c/aproximadamente 130m², incluindo mezanino. R: Marquês de Itú, 140. Tratar ☎(11)98672-2110 José Carlos Creci 06169J

CONSOLAÇÃO
LOJA R: da Consolação n°2352, aprox. 300m², ar condic, acessibilidade. Chave zelador (11)98672-2110 José Carlos Creci 06169J

RUA 25 DE MARÇO
R$50.000 Alugo loja com 210m². Tratar ☎(11)3223-3123

GRANDE SÃO PAULO

Vendem-se e alugam-se

COMERCIAIS

BARUERI

COMERCIAL - PROJETO - INÍCIO DE CONSTRUÇÃO. Uso a definir: Supermercado Express - Call Center. Área total: 4.543m², Térreo 555m² 4 andares tipo 4 x 555=2.200m², 3 subsolos c/ 56 vagas garagem. 2 elevadores. imovel@mgdl.live
☎(11)98383-1769

GUARULHOS
R$6.400.000 Galpão 2.500 A.C 4.000 A.T. Ac. Imóvel. 2198.5555

GRANDE SP | COM

ITAQUAQUECETUBA
BREVE Lotes Industriais, Logísticos e Comerciais. De 4.000m² a 20.000m². Financiados em 24x. Antigo local da Marfinite. Informações e cadastro (11)97454 4053

TERRENOS

COTIA

R$190.000 Cond San Ressore. Terreno Excelente c/ 800m² playground, campo de futebol, área verde.Ót.p/morar11)95044-8846

FRANCO DA ROCHA
R$270.000 Ótimo negócio!! Projeto aprovado para 8 sobrados. Ótimo local. Rua Lanfranchi F: 93801-3136

LITORAL

Vendem-se

APARTAMENTOS

PRAIA GRANDE
Ocasião!! 1 dormitorio, 2 vagas, terraço, px. a praia. Ótimo prédio. Valor R$160.000,00 aceita carro parte pagto ☎ 93801-3136

RIVIERA
APTO.Oportunidade!!! Perto da praia e shopping, 3dorm(1s), 2vg. ☎(11)99546-8043 CR57479

LITORAL | VD | APTO

SANTOS
R$700.000 Local nobre, 50 mts da praia, varanda c/ churrasq., 97 úteis, 2dts. (1suite), 1gar. Lazer compl. Dir. PP. F:11 97632.0165

Vendem-se

CASAS

RIVIERA
CASA Maravilhosa!!! Perto do mar e shopping, 6(s), mobilia, linda área verde (11)99546-8043 CR57479

TERRENOS

GJÁ TIJUCOPAVA
2.050m² $1.200mil. Ac perm. apto SP/Gjá (-)Mr ☎(13)99712-5723

INTERIOR E OUTRAS LOCALIDADES

TERRENOS

RIO CLARO - SP
Alugo Galpão Indl 8.000m², pé dir. 6mts, 78.000m² A.Total.P/fábrica grande porte ☎(19)98372-1133

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

FAZENDA VENDO

Fazenda de 500 hectares no centro do Estado de SP, com total estrutura para criação de gado. Possui 10 casas para empregados, casa sede, poços artesiano, barracões para maquinário e insumos, baias para cavalos, fábrica de ração com 2 silos, trincheiras concretadas com capacidade de 1000 toneladas de silagem, piquetes concretados para confinamento de 400 cabeças de gado, diversas capineiras, com dois rios na propriedade. Poderá ser porteira fechada ou não. Aceita-se parte em imóveis em SP.

Contato pelo telefone:
(11) 99645-5031
em horário comercial.

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

PROPRIEDADES RURAIS

TERRAS E FAZENDAS

CAÇAPAVA

90km SP Próximo à Carvalho Pinto. Fazenda c/ 117 alqs., c/450 cabeças de Nelore, 11 piquetes, curral para 400 vacas, 9 galpões para leite, 2 casas de caseiro. R$12milhões. (12)98139-9222

FORMOSA DO RIO PRETO/BA
800alq, soja/algodão/milho R$25mil/alq (27)99973-1508

S.J.RIO PRETO E REGIÃO
Fazendas, cana, laranja, pasto, etc. (16) 99781-0989. Creci 66.929

VALE DO JEQUITINHONHA MG
360alq, p/agricultura e/ou gado R$24mil/alq (27)99973-1508

CHÁCARAS E SÍTIOS

ATIBAIA - ROD.D.PEDRO
Sitio 15alqs. 4nasc., lago, cs.sede 3ds(ste), pisc.,galpões, cs.caseiro. Whats (11)99985-8282 Gilberto

CAMPO LIMPO PAULISTA

Vendo lindo sitio, à 45min. capital A.T. 72,6 HA, A.C. 2 mil m². Linda sede colonial, 4 suítes, ampla sala star, sala jantar, varanda, dep. empreg., churr., capela, piscina aquec., sauna, plant. eucalipto, casa caseiro, futebol. Tratar ☎(11)3085-9014

CASTELO BRANCO KM 157
R$240.000 Mata, Natureza, 2 alqs ☎(15)99614-2850 Simone

VALINHOS - SP
Sitio 26.200m², c/área 7.200 de APA, APP, ribeirão nos fundos, pomar, 3 casas antigas, loc. tranquilo Oportunidade! (19)99385-4118

AUTOS

CAMINHÕES

CARRETA GRANELEIRA COM PINO LOC
2004/ 2005 Rodoviária Fachini, com 3 eixos. ☎(11)2618-1494

MERCEDES BENZ
2004 Trucado LS 1634. Bom estado e Baixa KM. Vendo. ☎(11)2618-1494

OPORTUNIDADES

LEILÕES

APTO EM LEILÃO JUDICIAL
Rua Joaquim de Almeida, no.17, Mirandópolis, Capital/SP. 66m², R$295 mil. Termina 08/04/22 às 11hs. Acesse: www.casareisleiloes.com.br ou ligue (11)3101-2345

CRL
Casa Reis Leilões • Desde 1953

FAZENDA 2.034HA EM CEREJEIRAS/RO
C/ benfs., Setor Santa Rosa. Inicial R$ 8.065.839,00.(parcelável) www.deonizialeiloes.com.br ☎0800-707-9339

MIGUEL SALLES ESCRITÓRIO DE ARTE
Leilão de Artes e Antiguidades. Exposição: 25/03 a 11/04, das 10h às 19h. Leilão dias 11,12,13 de Abril às 20h. Leiloeira Oficial Cristina Negreiros JUCESP N°1224. Site: www.miguelsalles.com.br

MIGUEL SALLES

ARTES E ANTIGUIDADES

ANTIGUIDADES - COMPRO E AVALIO
Pago o melhor preço! Esculturas, Quadros, Pratas, Móveis e Objetos de Artes. (11) 96332-7007 Noely

COMUNICADOS

EXTRAVIO
Usiram Serviços de Apoio Administrativo Eireli EPP, situado em SBC/SP, Alameda Dona Tereza Cristina,916 A- Bairro Nova Petropolis CNPJ 00906345/0001-09. Comunica o extravio de 1 Talão de Nota Fiscal Modelo 1 do n° AIDF 000001 a 000150, em branco.

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

CAFÉ & LANCHONETE JARDINS - OPORTUNIDADE !

R$70.000,00 Facilitado em 12x, R Augusta,2690 Galeria Ouro Fino Reformado e Equipado. Tr c/Valter
☎(11)99996-4081

CLÍNICA MÉDICA VENDO
Oport.única, Zona Sul. Consultórios equipados p/diversas especialidades, c/estac. Ótimo negócio. (11)99664-0372/ 98222-6456

CLÍNICA ODONTO - S.B. CAMPO PASSO O PONTO

Jd.do Mar, 30 anos. Linda. Dir Propr whats (11)99932-5710/4123-1915site spaodontologico.com.br

DUQUE DE CAXIAS - RJ
Alugo Sobreloja, 261m², 1° Locação, Duque de Caxias - RJ. Centro Empresarial, Próximo a Forum, Prefeitura, Cartórios, Bancos e Faculdades, R$ 18.000,00/mês +bs. Contrato de 5 anos. Condições a combinar. ☎ (21) 99919-3535

LOTEAMENTO
Negocio fase final aprovação, 564 lotes.Interior SP. Parceria/repasse Creci 061847F (15)99807-5844

PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO VENDO
Centro de São Paulo. Também aceito sócio. Tratar direto com proprietário. ☎(11)99209-8849

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

PROCURO PARCERIA MARKETING&INOVAÇÃO
Licenciamento totem diferenciado. P/ Lojas material esportivos, fabricantes ou emissoras de TV (propaganda dentro da programação esportiva). Expondo tênis, shorts e camisas. Preços proporcionais. E-mail:jc.aragonez@zenogara.com.br

MÁQUINAS E MOTORES

MÁQUINAS E PRENSAS USADAS (COMPRO)
☎ (11)2412-0564/99985-4311

OUTRAS OPORTUNIDADES

DECORAÇÃO COM LIVROS
2 p/ R$5. Livros, CD, DVD e disco, vários(Sebo) Pça João Mendes 140

RELAX / ACOMPANHANTES

MASS. TEC. ESPECIAL
(11) 3223-1227/ 98565-1075

RED WAY LINDAS GAROTAS
Machado Assis,449F:2532-4299

RELAX / CLÍNICAS

ALEXANDRE MASSAGEM
☎(11)99529-8914Whats/Saúde

EMPREGOS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
Preferencialmente com experiência em Empresas Comerciais. Enviar CV c/ pretensão salarial para e-mails: demague@terra.com.br axelimobiliaria@gmail.com.

AUXILIAR ADM
C/CNH, p/Z.Sul (11)96084-0905

AUXILIAR JURÍDICO
Para Z.Sul. (11)96084-0905

CASAL DE CASEIRO
Para a Região de Avaré. C/ exper. comprovada e referências. Tr (11) 98426-0517/(11)3503-2014

JORNALISTA
Contrata urgente!! Reg. São José dos Campos /SP Enviar C.V p/ darvasmarketing@hotmail.com

MOTORISTAS
E Motorista Atende+. CLT, 6x1, Z. Noroeste, CNH D ou E. Exercer ativ.remun., curso transp.colet. passag. Conhec.básicos da cidade (Z.Norte), Conhec.aplicativo, (google maps, waze). Comparecer R:Andresa, 101 - Jaraguá, às 9hs. Obs: (trazer documentos pessoais para preenchimento de ficha). rhg1@nortebuss.com.br

VENDEDOR (A) EXTERNO
Contr. CLT (fixo + comissão,VA,VR) Interessados enviar C.V p/ vendas@parquedosgirassois.com.br

---

MULTINACIONAL VENDE
DUAS (2) ÁREAS
LOCALIZAÇÃO KM 17,5 VIA ANCHIETA SBC/SP
Área (1)
34.616m² Área Total
18.781m² Área Construída
Área (2)
14.866m² Área Total
Mais informações no e-mail: reinaldo.marques@saargummi.com.br

---

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES:
www.FREITASLEILOEIRO.com.br
CENTRAL DE INFORMAÇÕES: (11) 3117.1000

VEÍCULOS
IMÓVEIS
MATERIAIS

YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL

LEILÃO DE VEÍCULOS

175 VEÍCULOS

DIA: 01.04.2022 - 6ª FEIRA - 10h00
AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP
VISITAÇÃO: 01.04.2022, a partir das 08h00 - verificar informações no site

PRESENCIAL E ON-LINE

• DIVERSOS MODELOS • CAMINHÕES • MOTOS • SEMI-NOVOS • SINISTRADOS • SUCATAS

KIA CERATO FF SX 2.0 | TORO VOLCANO AT | KIA UK2500 HD | MMC TRITON SPORT | MMX PAJERO SPORT

Condições de venda e pagamento: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316 | CENTRAL DE INFORMAÇÕES: 11 3117.1000 | www.FREITASLEILOEIRO.com.br

Azul Seguros · Santander · Votorantim · Banco Daycoval · Mitsui Sumitomo Seguros · ALFA · Itapeva · Porto Seguro · Allianz · omni · BV · bradesco · Itaú seguro auto residência · Banco PAN · Tokio Marine Seguradora

LEILÕES DE BENS DIVERSOS

Dia 07.04.2022 - 5ª feira - 09h00 - SOMENTE "ON-LINE"
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
MÁQUINAS & EQUIPAMENTOS

Dia 07.04.2022 - 5ª feira - 17h00 - SOMENTE "ON-LINE"
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
APARELHOS PLAYER AUTOMOTIVO
PEÇAS & ACESSÓRIOS P/ MINI MOTO 49cc

Dia 11.04.2022 - 2ª feira - 17h00 - SOMENTE "ON-LINE"
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
SMARTPHONE - IPHONE APPLE

LANCES, CONDIÇÕES DE VENDA E PAGAMENTO, FOTOS E OUTRAS INFORMAÇÕES, CONSULTE NOSSO SITE: www.FREITASLEILOEIRO.com.br

Bancos Intervenção antiga

Ao comprar o antigo Econômico, BTG pode ficar com 'mina de ouro'

Segundo fontes de mercado, carteira recuperável do banco é bilionária e muito superior ao valor das dívidas da instituição

CYNTHIA DECLOEDT

A aquisição do Banco Econômico (Besa), em liquidação extrajudicial, pelo BTG está sendo vista como um bom negócio no mercado, apurou o *Estadão/Broadcast*. No processo de intervenção de 1995, que culminou na liquidação extrajudicial, bens e ativos do banqueiro Calmon de Sá foram bloqueados para o ressarcimento das dívidas do banco. Esses ativos devem ser liberados assim que as dívidas do Besa forem pagas, quando encerrada a liquidação extrajudicial, e, havendo sobra, retornar aos acionistas: a família Calmon e o BTG, que será acionista.

Além disso, como aconteceu quando da aquisição do Banco Bamerindus, em 2014, o BTG poderá utilizar créditos tributários. Fontes afirmam que a carteira de crédito do Econômico inclui bilhões de reais em títulos devidos pelo Tesouro, envolvendo precatórios, Fundo de Compensações de Variações Salariais (FCVS) e ações contra o Banco Central. Em FCVS, a carteira somaria cerca de R$ 10 bilhões, sendo R$ 8 bilhões referentes a causas ainda não ganhas.

"Essa é uma liquidação superavitária pelos ativos que tem, muito superiores às dívidas, uma mina de ouro", comenta uma fonte que preferiu não aparecer na reportagem. Conforme informou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o BTG, por meio de sua área de Special Situations, se comprometeu a adquirir o controle acionário do Banco Econômico, bem como de suas subsidiárias. O valor do negócio não foi divulgado. Procurado, o BTG não comentou.

A conclusão da operação está, de acordo com o BTG, condicionada a determinadas condições, dentre elas a cessação do regime de liquidação extrajudicial do Besa e à obtenção de todas as aprovações regulatórias necessárias, inclusive do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O Banco Econômico informou que seus acionistas controladores pedirão ao liquidante a convocação de assembleia geral de acionistas para deliberar sobre uma proposta de aumento de capital da companhia. O objetivo é o de possibilitar o levantamento do regime de liquidação da instituição, decretado em 1996.

O ativo hoje é controlado pela IEP Itapiracem Empreendimentos e Participações, pela Vitória Empreendimentos e Serviços e pela Aratu Empreendimentos e Corretagem de Serviços. As três firmas baianas e relacionadas à família Calmon de Sá se comprometeram a vender suas participações ao BTG.

A aquisição das ações do banco vem como um desdobramento da operação realizada pelo BTG, em setembro do ano passado, que venceu leilão realizado pelo Banco Central e pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC) de uma carteira de crédito do banco.

O lance foi de R$ 937 milhões, valor mínimo do leilão. Conforme comunicado que acompanhou o leilão, o Econômico detinha mais de R$ 14 bilhões em dívidas, sendo R$ 12 bilhões de credores que têm direitos a receber do banco.

HISTÓRIA. O Banco Econômico, fundado em 1834, com sede em Salvador, foi um dos bancos que quebraram na esteira do Plano Real, em 1995. Com a adoção das políticas anti-inflacionárias, o banco passou a enfrentar dificuldades. Houve uma tentativa de Grupo Ultra, Odebrecht e Mariani de salvamento do banco.

Mas o Banco Central acabou intervindo na instituição, por conta de indícios de fraude e desvio de recursos para empresas para beneficiar campanhas de vários políticos brasileiros. O banqueiro Calmon de Sá teve seus bens e contas bloqueados. Na ocasião da intervenção, o Econômico tinha 900 mil clientes e 276 agências. ●

WERTHER SANTANA/ESTADÃO–3/10/2018

BTG Pactual assumirá o Banco Econômico e suas subsidiárias

26 anos de crise

● **Tradição**
Fundado em 1834, o Econômico era um dos mais antigos bancos privados do País

● **Calmon de Sá**
Ligado a políticos baianos, Ângelo Calmon de Sá entrou no banco e assumiu seu controle na década de 1970, intercalando a gestão com participações nos governos de Ernesto Geisel e Fernando Collor de Mello

● **Plano Real**
Os problemas do banco baiano vieram com o fim do período das aplicações especulativas da época de inflação descontrolada. Com o início do Plano Real, o banco deixou de apresentar lucro

● **Intervenção**
Com o banco sob intervenção do BC desde 1995, foram expostos ao público supostos desvios e fraudes, envolvendo desde retiradas de dinheiro pela direção até contribuições para políticos

Mercado financeiro Suspeita de 'insider trading'

CVM investigará Nelson Tanure por compra de ações da Alliar

ALTAMIRO SILVA JÚNIOR

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) investigará indícios de uso de informação privilegiada (*insider trading*) nas negociações de fundos ligados ao empresário Nelson Tanure com ações da Alliar, de diagnósticos.

A decisão consta em despacho da Gerência de Acompanhamento de Mercado da CVM, ao qual o *Estadão/Broadcast* teve acesso.

A suspeita se refere à negociação de Tanure para compra de ações do bloco de controle da Alliar, no fim de 2021. À época, Tanure detinha cerca de 26% de participação na Alliar e chegou a um acordo com o grupo formado por 50 pessoas, que detinham pouco mais de 50% das ações da empresa e era liderado pelos médicos fundadores Sérgio Tufik e Roberto Kalil.

Pelo acerto, Tanure pôde comprar as ações que lhe dariam posição dominante da empresa por R$ 20,50 – prêmio relevante, de 57%, pois o papel estava cotado na faixa de R$ 13.

Os acionistas minoritários reclamaram que o contrato os excluiu da transação. Pelas regras da CVM, quando uma empresa troca de dono, a oferta ao controlador precisa também ser feita aos demais acionistas. Em 18 de novembro, quando passou a circular a notícia de que as partes firmaram a transação a R$ 20,50, as ações da Alliar dispararam.

Na contramão, os fundos de Tanure passaram a vender papéis, realizando lucro. O que os minoritários não sabiam (e se tornou público só mais tarde) é que o contrato entre o empresário e o bloco de controle previa opção de venda futura de ações ("put"). Esse mecanismo descaracterizou a figura de um novo controlador e afastou a chamada imediata de OPA – algo que, após a revelação do caso, volta a colocar pressão sobre Tanure para que a oferta aconteça.

Procurada, a assessoria de Nelson Tanure não respondeu até a publicação. ●

Pagamentos adiados

Agência de classificação de risco Fitch vê risco de calote da dívida da Restoque, dona da Le Lis Blanc

Após dois adiamentos do pagamento de juros de uma emissão de debêntures, a Restoque, dona das marcas Le Lis Blanc, Dudalina e John John, teve sua nota de crédito rebaixada ontem pela Fitch para *Restricted Default* (calote restrito). A avaliação da agência de classificação de risco é de que a empresa deve ter geração de caixa insuficiente para honrar seus compromissos financeiros. Entre os credores, a WNT Gestora de Recursos, que detém 58% dos papéis de dívida, quer converter R$ 1,5 bilhão de passivos em ações da varejista. ● A.S.J.

Moda além das fronteiras

Grife carioca Farm acelera internacionalização e quer faturar até R$ 3 bi nos EUA e na Europa

GRUPO SOMA / FARM

A grife carioca Farm pretende acelerar seu processo de internacionalização nos próximos anos. O plano inclui abertura de lojas, entrada em novas categorias de produtos, aumento do tíquete médio e maior recorrência dos clientes. A meta é faturar até R$ 3 bilhões nos EUA e na Europa em 2026, ante vendas internacionais de R$ 271 milhões em 2021. A empresa informou que a expansão deve ser mais agressiva no mercado americano, onde já tem relacionamento com grandes redes. ● BRUNO VILLAS BÔAS

MOVIDA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS S.A.

CNPJ/MF Nº 07.976.147/0001-60 / NIRE 35.300.479.262

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2021

1) MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 marcou o **fim de uma fase de adaptação e desenvolvimento** em função da pandemia, onde **solidificamos ainda mais nossas bases** com **fundamentos perenes,** nos deixando prontos para um **novo ciclo de expansão.** Seguimos servindo intensamente ao **nosso propósito, aos nossos clientes e à nossa gente.** Somos um time **apaixonado pelo que fazemos** e pelo impacto que podemos gerar. Seguimos construindo as avenidas de nosso crescimento futuro, com **segurança e maturidade.**

Nossa **visão positiva** sobre as perspectivas e oportunidades não desvia o olhar do momento em que estamos. **O contexto é complexo,** com elevação de custos, pressão inflacionária e expectativas de um ano desafiador em função das incertezas da pandemia da Covid-19, do cenário político-econômico e das dificuldades de produção e oferta no setor automotivo. Sabemos desses aspectos e **temos um time de liderança 100% focado** em atravessar esse momento com segurança, precificar com inteligência, **conectar a empresa aos seus clientes e ser ainda mais eficiente** no giro e utilização de ativos.

Finalizamos o ano com 90.671 carros na frota e o destaque foi a **evolução de 30% na diária média,** que passou de R$75 em 2020 para R$96 em 2021, sendo R$119 no 4T21. Comparando o 4T21 ao 4T20, a expansão supera os 40%, indicando um patamar alto para o início de 2022. A taxa de ocupação superou a marca dos 80% no ano, evoluindo mais de 2 p.p. em relação a 2020, **atestando a nossa capacidade de gestão** e o fato de que a demanda seguiu aquecida, especialmente vinda de pessoas físicas para locações eventuais.

Começamos a **colher os frutos do que plantamos** ao longo de toda nossa história: o foco na experiência do cliente. Isso trouxe uma maior participação de pessoas físicas na composição da nossa receita de RAC, o que foi **essencial para nosso resultado** - combinada ao crescimento da frota de carros SUV's, da compra de versões mais completas e de precificação. Para seguir maximizando a experiência deste público investimos em produtos que otimizam o processo na loja, como o Web Check-In e a retirada e devolução via tablet. Nossa margem EBITDA atingiu no ano **51%,** sendo 24 p.p. maior que 2020 e, no 4T21, alcançamos a margem de 60%.

Nosso principal **compromisso é com nossa gente, nossos clientes, fornecedores e investidores,** levando nossos valores e uma cultura organizacional **inovadora e única.** Acreditamos que a transformação digital e tecnológica, o respeito à diversidade e uma atuação proativa quanto ao **bem-estar de nossos públicos de interesse** são formas de amadurecermos nosso negócio e fazermos jus à nossa capacidade de impacto.

Estamos confiantes no potencial do negócio de atravessar esse período desafiador de curto prazo com **crescimento e rentabilidade,** com os fundamentos do nosso setor fortes e robustos para o médio e longo prazos. Seguimos **estreitando nossas alianças** e investindo para superar nossas metas e compromissos. Agradecemos muito a vocês que estiveram conosco em 2021 e são **essenciais para sermos uma Companhia em constante evolução,** e temos certeza de que o melhor ainda está por vir!

Muito obrigado!
Forte abraço,

Renato Franklin
CEO

[1]Caixa disponível, exclui saldo da 4131.

2) MOVIDA: A VIDA É PARA SER MOVIDA

RAC - *Rent a Car*

Realiza a prestação de serviços de locação de veículos leves, diário e mensal para pessoas físicas e jurídicas. Terminou o ano de 2021 com 207 pontos de atendimento, situados em todas as unidades de federação do país e principais aeroportos. Na realização de suas operações preza pela valorização da prestação de serviço e oferece a todos os clientes diferenciais como: diária de 27 horas, quilometragem livre, Movida Connect, serviço de pedágio automático para reduzir o tempo dos clientes em filas - parceria com o Sem Parar e locação jovem para aqueles com mais de 19 anos. Tem renovado constantemente o Programa de Fidelidade "Movida Move Você" - que conta com regras baseadas nas melhores práticas dos mais modernos programas de fidelidade, além de ser a pioneira no pagamento via PIX do setor em 2021.

É pioneira em iniciativas sustentáveis, como o *Carbon Free* - Programa de neutralização de CO_2 relativo à locação, por meio de aquisição de carros híbridos e elétricos, iniciativa totalmente alinhada com os valores da Companhia. Em 2021 incluiu nas lojas pontos de recarga para carros elétricos para clientes que alugam carros da Movida e também a proprietários de carros híbridos e elétricos da Nissan

Um passo à frente nas tendências do mercado, a Movida desenvolveu há mais de três anos, o Carro por Assinatura (Mensal Flex), uma plataforma de locação totalmente digital e flexível, com melhor valor agregado e benefício econômico. Em 2020 expandiu a linha de produtos com o lançamento do Movida Cargo, onde passou a ocupar um espaço promissor no segmento de e-commerce e seguiu em 2021 com perspectiva de crescimento com parcerias com grandes empresas.

Em termos de comercialização de produtos e serviços, a Movida investe na digitalização e na otimização da experiência do cliente, com lançamentos como a retirada por *QR Code* **e o** *Web Check-in* que diminuem o tempo de atendimento nas lojas e possibilitam uma eficiência ainda maior. Também oferece aplicativo para celular nas principais plataformas sistêmicas, com crescente presença nas redes sociais e atendimento via *ChatBot*, utilizando ferramentas de última geração de inteligência artificial, para otimizar a experiência ao alugar um carro. Em 2021 as lojas RAC passaram a fazer abertura e fechamento dos contratos via tablet, iniciativa pioneira da Movida no setor, e trouxe agilidade no atendimento e menor utilização de papel impresso.

Visando um atendimento ainda mais prático e econômico para os clientes, a operação de aluguel de carros possui parcerias com grandes empresas do país, tais como: o Km de Vantagens - programa de fidelidade da rede Ipiranga, o Latam Pass - programa de fidelidade da Latam e o Vai de Visa - programa de relacionamento para usuários do cartão com a bandeira Visa. Além disso é a Companhia de locação de carros responsável por introduzir a categoria de carros Premium no mercado brasileiro de locação eventual, e que continuamente traz lançamentos de modelos e novas categorias para a sua base de clientes.

Preocupada em atender a necessidade de seus clientes, a Movida conta com a atuação da Gestão da Qualidade, uma área especializada em identificar oportunidades, melhorar as jornadas de atendimento e a experiência dos clientes com seus produtos e serviços. Disponibiliza um *call* center multifuncional, especializado e direcionado à excelência no atendimento, com funcionamento 24 horas por dia. Além disto, oferece atendimento aos clientes via WhatsApp, além de um website de simples navegação, pensado para a melhor experiência dos clientes no momento da compra.

3) EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LOJAS E PONTOS DE ATENDIMENTO RAC

A companhia conquistou presença nacional em todos os estados do país, e segue focando no crescimento via expansão de lojas e pontos de atendimento em municípios promissores.

Em 31 de dezembro de 2021 a Movida contava com 176 lojas e 207 pontos de atendimento RAC e 78 lojas de Seminovos. Abaixo o crescimento ilustrado da expansão nos segmentos RAC e Seminovos:

4) EVOLUÇÃO DA FROTA

A estratégia da Movida é pautada pelo compromisso de a cada dia melhorar a experiência de seus clientes e, para isso, preza pela renovação de sua frota para fornecer melhores experiências com veículos com baixa quilometragem e máximo de conforto. Além disso, demonstra crescimento constante para suportar a demanda aquecida em mercados subpenetrados.

5) RESULTADO

	2020 R$ milhões	2020 % receita líquida	2021 R$ milhões	2021 % receita líquida	Variação %
Locações, prestação de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços	3.849,5	100,0%	4.649,2	100,0%	20,8%
Custos Totais	(3.110,7)	-80,8%	(2.663,1)	-57,3%	-14,4%
Lucro Bruto	738,8	19,2%	1.986,1	42,7%	168,8%
Despesas Administrativas	(508,5)	-13,2%	(680,7)	-14,6%	33,9%
Resultado antes das Despesas Financeiras (EBIT)	230,3	6,0%	1.305,5	28,1%	466,9%
Despesas financeiras, líquidas	(74,6)	-1,9%	(222,3)	-4,8%	197,8%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	155,6	4,0%	1.083,2	23,3%	596,1%
Imposto de renda e contribuição social	(50,6)	-1,3%	(358,4)	-7,7%	608,3%
Lucro Líquido do Exercício	105,0	2,7%	724,8	15,6%	590,2%

Receita Líquida

A receita líquida totalizou R$4,6 bilhões em 2021, um aumento de 20,8% ou R$799,7 milhões em comparação com o ano de 2020, em função principalmente do crescimento da frota, combinada ao aumento do volume de diárias de 18,1% em comparação com 2020, e ao aumento da tarifa média decorrente do novo mix de carros e repasse de juros.

Custos

Os custos somaram R$2,7 bilhões em 2021, uma redução de 14,4% ou R$447,6 milhões em relação a 2020. Em relação à receita líquida total, os custos passaram de 80,8% em 2020 para 57,3% em 2021.

Despesas

Em 2021 as despesas totalizaram R$680,7 milhões, um crescimento de 33,9% ou R$172,1 milhões na comparação com o ano anterior, impactadas por despesas de pessoal e de terceiros, as quais incluem despesas com comissão de vendas e taxas de cartão de crédito.

Despesas financeiras, líquidas

Em 2021 o resultado financeiro totalizou uma despesa líquida de R$222,3 milhões, representando um aumento de R$147,6 milhões ou 197,8% em relação a 2020. A variação foi decorrente principalmente: i) do aumento da dívida líquida; e ii) dos aumentos sucessivos da taxa Selic ocorridos, passando de 4,50% no começo de 2020 para 9,25% no final de 2021.

Lucro líquido

O lucro líquido, em 2021, totalizou o montante de R$724,8 milhões, um aumento de R$619,8 milhões ou 590,2% em relação a 2020. O crescimento é decorrente, principalmente: i) da estratégia adotada pela Companhia durante a pandemia de expandir e renovar sua frota; ii) da expansão da tarifa média ao longo do ano; e iii) das melhorias operacionais.

6) BALANÇO PATRIMONIAL

	31/12/2020 R$ milhões	31/12/2020 % ativo total	31/12/2021 R$ milhões	31/12/2021 % ativo total	Variação %
ATIVO					
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	55,5	0,7%	98,8	0,8%	78,0%
Aplicações financeiras	827,3	11,1%	741,4	5,8%	-10,4%
Contas a receber	386,7	5,2%	681,0	5,3%	76,1%
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	134,4	1,8%	234,5	1,8%	74,5%
Outros ativos circulantes	63,3	0,8%	100,1	0,8%	58,0%
Total do Ativo Circulante	**1.467,2**	**19,7%**	**1.855,7**	**14,5%**	**26,5%**
Ativo Não Circulante					
Títulos e valores mobiliários	40,4	0,5%	-	0,0%	-100,0%
Instrumentos financeiros derivativos	44,1	0,6%	38,8	0,3%	-12,1%
Outros ativos não circulantes	31,4	0,4%	28,2	0,2%	-10,4%
Investimentos	1,2	0,0%	572,5	4,5%	46108,2%
Imobilizado	5.730,9	76,9%	10.141,2	79,3%	77,0%
Intangível	135,2	1,8%	152,9	1,2%	13,0%
Total do Ativo Não Circulante	**5.983,3**	**80,3%**	**10.933,5**	**85,5%**	**82,7%**
TOTAL DO ATIVO	**7.450,6**	**100,0%**	**12.789,3**	**100,0%**	**71,7%**

	31/12/2020 R$ milhões	31/12/2020 % passivo total	31/12/2021 R$ milhões	31/12/2021 % passivo total	Variação %
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo Circulante					
Fornecedores	1.155,0	15,5%	2.026,7	15,8%	75,5%
Obrigações sociais e trabalhistas	41,5	0,6%	54,7	0,4%	31,8%
Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida	561,1	7,5%	161,0	1,3%	-71,3%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	264,1	2,1%	n/a
Dividendos e juros sobre capital próprio	24,9	0,3%	-	0,0%	-100,0%
Outros passivos circulantes	264,8	3,6%	224,7	1,8%	-15,1%
Total do Passivo Circulante	**2.047,3**	**27,5%**	**2.731,2**	**21,4%**	**33,4%**
Passivo não circulante					
Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida	1.238,0	16,6%	5.103,1	39,9%	312,2%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	102,1	0,8%	n/a
Imposto de renda e contribuição social diferidos	231,0	3,1%	445,8	3,5%	93,0%
Outros passivos não circulantes	133,6	1,8%	280,2	2,2%	109,7%
Total do Passivo Não Circulante	**1.602,7**	**21,5%**	**5.931,2**	**46,4%**	**270,1%**
Patrimônio Líquido	**3.800,6**	**51,0%**	**4.126,8**	**32,3%**	**8,6%**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**7.450,6**	**100,0%**	**12.789,3**	**100,0%**	**71,7%**

Abaixo, as análises das principais variações nos ativos e passivos da Companhia:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Em 2021 o saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R$840,2 milhões, uma redução de R$83,0 milhões em comparação com o ano de 2020, em função principalmente da centralização do caixa e equivalentes na Movida Participações.

Outros ativos circulantes e não circulantes

Em 2021 a soma de outros ativos circulantes e não circulantes totalizou R$128,3 milhões, um aumento de R$33,6 milhões ou 35,4% em relação a 2020, em função principalmente i) do aumento em 99,1% ou R$15,9 milhões na linha tributos a recuperar; e ii) do aumento de R$6,6 milhões na linhas de outros créditos. Os aumentos foram parcialmente compensados por redução nas demais linhas de outros ativos circulantes e não circulantes.

Imobilizado

Em 2021 o saldo do imobilizado atingiu R$10,1 bilhões, representando um crescimento de R$4,4 bilhões ou 77,0% em relação a 2020, em decorrência, principalmente, de renovação e expansão da frota com mix de veículos de maior valor médio em relação aos anos anteriores.

Fornecedores

O saldo de fornecedores somou R$2,0 bilhões em 2021, com crescimento de R$871,8 milhões ou 75,5% na comparação com 2020, em função do aumento do saldo a pagar às montadoras, decorrente do maior volume de carros comprados em 2021 e do preço médio mais elevado.

Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida

O saldo de empréstimos, financiamentos e títulos de dívida somou, em 2021, R$5,3 bilhões, montante R$3,5 bilhões acima do saldo de 2020, em função de novas captações no mercado de capitais local (6ª e 7ª emissão de debêntures).

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 2021 a linha de imposto de renda e contribuição social diferidos atingiu R$445,8 milhões, com aumento de R$214,8 milhões em comparação com o ano anterior em função do aumento do lucro líquido apurado no exercício de 2021 em comparação com 2020 (R$724,8 milhões em 2021 *versus* R$105,0 milhões em 2020).

Patrimônio Líquido

O saldo do patrimônio líquido ao final do ano de 2021 era de R$4,1 bilhões.

7) EVENTOS SOCIETÁRIOS RELEVANTES

Em 31 de agosto de 2021 a Movida Locação aprovou a 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em 3 (três) séries, no valor de R$1.750.000.000,00 (um bilhão e setecentos e cinquenta milhões de reais).

Em 14 de setembro de 2021 a Companhia aprovou a distribuição de lucros no montante de R$510.000.000,00 (quinhentos e dez milhões de reais) à Movida Participações S.A. com pagamento em 30 de setembro de 2021.

Em 20 de outubro de 2021 a Companhia aprovou a distribuição de lucros no montante de R$170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais), com base nos lucros apurados até 30 de setembro de 2021. O pagamento ocorreu em 31 de dezembro de 2021.

Em 28 de dezembro de 2021, a assembleia de acionista da Companhia aprovou os termos condições do Protocolo e Justificação que teve por objeto consubstanciar as justificativas, termos, cláusulas e condições da operação de cisão parcial da CS Participações com a versão da Parcela Cindida representada por (i) participação societária correspondente a 557.587.450 ações de emissãoda CS Brasil Frotas S.A.; (ii) dívida representada pela 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única emitida pela CS Participações em 10 de dezembro de 2020 e avaliada em R$620.338.824,92; e (iii) demais saldos ativos e passivos descritos no Laudo de Avaliação.

8) ESTRUTURA SOCIETÁRIA

9) GOVERNANÇA CORPORATIVA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Governança Corporativa

A Movida é uma companhia de capital aberto com 362.302.086 ações, cujo controle acionário é da SIMPAR. Desde julho de 2021, quando foi aprovada a incorporação da CS Frotas pela Movida, a holding passou a deter 63,4% do capital social da companhia, e o restante opera em regime de *free float* na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), listada sob o código MOVI3.

O modelo de governança se pauta pelas diretrizes da SIMPAR, pelos requisitos do Novo Mercado da B3 e pelas boas práticas nacionais e internacionais, e participação ativa de minoritários nos processos de tomada de decisão. As principais medidas adotadas foram:

- Políticas para transações com partes relacionadas;
- Segregação de funções de liderança (presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente);
- Inclusão de membros independentes no Conselho de Administração (2 conselheiros independentes, seguindo os critérios do Novo Mercado);
- Comunicação tempestiva e multicanais com os investidores e provedores de capital;
- Programa de Conformidade estruturado, com canal de denúncia gerido externamente;
- Política de Sustentabilidade;
- Política de Gerenciamento de Riscos.

A estrutura de governança é composta da Assembleia Geral de Acionistas; do Conselho de Administração e seus cinco comitês de assessoramento; da Diretoria Executiva; e do Conselho Fiscal e das áreas dedicadas à Conformidade e ao Gerenciamento de Riscos (confira organograma). No nível de gestão, logo abaixo de nosso Diretor-Presidente, temos diretorias dedicadas às operações e atividades corporativas de suporte e planejamento.

continua...

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2021

Gerenciamento de Riscos

A Diretoria Corporativa de Controles Internos, Riscos e Conformidade do Grupo é responsável pelo monitoramento dos riscos e controles dos riscos e gerenciamento do Programa de Conformidade da Movida. Mantém sua necessária independência com o reporte direto ao Comitê de Auditoria, e tem apoio dos Comitês de Ética e Conformidade de Controles Internos e Riscos.

A atuação foi dividida em diferentes frentes de trabalho: (i) Conformidade (*"Compliance"*): tem por finalidade garantir eficácia e efetividade no Programa de Conformidade por meio dos seus pilares e do monitoramento dos riscos de conformidade; auxiliar na implementação de ações que mitigam e previnam riscos de conformidade; orientar os funcionários da empresa e os terceiros sobre as normas internas da Companhia e leis aplicáveis aos seus negócios; buscar um ambiente integro, ético e transparente para os negócios da Companhia; Investigar denúncias e/ ou indícios de fraudes ou descumprimentos das políticas internas da Companhia (ii) Controles Internos e Riscos: responsável por liderar os trabalhos de monitoramento de riscos e eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigar tais riscos.

10) CULTURA E VALORES

No que acreditamos: nossas crenças

Na importância de conhecer bem o cliente para melhor atendê-lo com serviços que superem suas expectativas.
No poder de nosso negócio para geração de impactos socioambientais positivos.
Na busca legítima dos resultados econômico-financeiros e na sua fundamental importância para o desenvolvimento sustentável dos negócios, das pessoas e da sociedade.
Na ética, pautando os relacionamentos na verdade, na justiça e na honestidade.
No capitalismo consciente como uma força para o bem e no protagonismo do setor privado.
Na força da tradição familiar como referência, e na ousadia da inovação para construir o futuro.
No trabalho para dar dignidade às pessoas, realizar sonhos e construir uma sociedade para o bem.
No cumprimento dos compromissos assumidos e na competência profissional para consolidar a imagem positiva.
Na sabedoria da simplicidade para ser e fazer as coisas.
Na capacidade transformadora de nossas pessoas, que assumem responsabilidade para a concretização dos resultados.

Nossos valores

Devoção por Servir - Atendimento diferenciado assegurando o contínuo relacionamento com o cliente.
Inovação - Ousadia e simplicidade, com qualidade, para proporcionar o novo ao cliente.
Gente - Faz a diferença em nosso negócio.
Paixão - Energia, comprometimento e alegria com naturalidade!
Lucro - Indispensável ao crescimento e perpetuação do negócio.
Sustentabilidade - Atitudes ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversas.

11) CAPITAL HUMANO

A Movida valoriza o crescimento de seus colaboradores, sendo fundamental o seu desenvolvimento, assim como estimular a criatividade de sua equipe para apresentação de soluções diferenciadas, que contribuam para a dinâmica da prestação de serviço. No final de 2021, a Movida contava com 4.553 (4.379 + 174 aprendizes e estagiários) profissionais em sua estrutura, onde 38% deste quadro referem-se a posições administrativas, 12% comerciais e 50% operacionais, dos quais 41% se declaram como sexo feminino e 59% como masculino. A Companha segue aderindo ao programa Empresa Cidadã, oferecendo a extensão da licença maternidade para 6 meses e de paternidade para 20 dias.

A Movida compartilha a cultura de estar a serviço do cliente com sua equipe, e sabe que quanto mais capacitados seus profissionais são, melhor será o atendimento ao cliente. Assim, a Companhia criou a Academia Movida, que oferece cursos EAD com uso de tecnologia e vídeos, de forma interativa e engajadora. Além de treinamentos gerais, há módulos específicos para cada atividade da Companhia, como atendimento ao cliente, desde a abertura do contrato até a devolução do veículo, preparação dos veículos para locação e liderança, além da integração institucional realizada com os colaboradores recém contratados. Nos treinamentos obrigatórios disponibilizados na Academia Movida houve um total de mais de 35 mil horas de atividade no ano.

Em 2021 foi lançado o Programa Fórmula Movida - Programa de Aceleração de Carreira. O programa, tem como objetivo potencializar o colaborador na função atual, preparando-os para o próximo passo de carreira e capacitou 14 Gerentes de Loja sêniores RAC, ampliando as possibilidades e oportunidades de movimentações, contribuindo também para a retenção de talentos. O programa será ampliado para outros níveis de cargos e negócios.

A energia, simpatia e dedicação dos colaboradores são a principal vantagem competitiva da Movida e essenciais para que os objetivos continuem sendo alcançados. Tendo isto como um dos principais focos, houve uma aprimoração do programa de estagiários com profissionais distribuídos em diversas áreas da Companhia, além da continuidade do Programa de Trainee com focos diferenciadas para Operações e Corporativo, além do primeiro programa de Supervisores de Loja Trainee, desenvolvendo novas lideranças que contribuirá com o crescimento e expansão de lojas.

A Companhia segue as diretrizes de direitos humanos e do trabalho com base no Código de Conduta e na política de relações humanas. A política estabelece o posicionamento contrário da Companhia no que se refere ao trabalho infantil, forçado, discriminação, e assegura a liberdade de associação e negociação coletiva. Desta forma, a Companhia reforça seu compromisso com a Declaração dos Direitos Humanos e com as normas Internacionais do Trabalho. Adicionalmente, a Movida utiliza o mecanismo de controle chamado Canal Alerta, ferramenta que auxilia a prevenção de potenciais abusos contra esses direitos, e reforça essas premissas continuamente através dos canais de comunicação e treinamento.

A Movida mantém de forma contínua o acompanhamento e atuação no clima organizacional, engajamento e performance para impulsionar os resultados da sua empresa. Em 2021 foi implantada a Ferramenta Pulses que proporciona uma visão contínua e aprofundada da empresa com *dashboards* e recomendações para ação. O modelo permite identificar entender os fatores que mais impactam o engajamento, NPS, eNPS ou propensão à saída de colaboradores da empresa, ou seja, tudo aquilo que afeta o colaborador e sua relação como o ambiente de trabalho e com a empresa em geral.

Com isso a comunicação direta entre líderes e colaboradores é incentivada através de feedbacks e canais de sugestões, bem como o empoderamento os líderes a criarem seus próprios planos de ação e monitorar se as metas estão sendo atingidas.

A Companhia possui em seu DNA a inovação para agilizar o processo de comunicação, tornando-o mais interativo e seguro e aproxima todos os colaboradores dos pontos de atendimento (RAC e Seminovos), melhorando a gestão e garantindo o alinhamento cultural. Desde 2019 divulga projetos institucionais da Companhia dentro da ferramenta, estendendo a capacidade de comunicação e engajamento.

A empresa aplica o processo de Avaliação de Desempenho e Potencial, que contempla todos os níveis da Companhia. A aderência foi garantida em 100% e em continuidade ao processo foram conduzidos comitês de calibragem com objetivo de garantir que as avaliações fossem justas e com pesos igualitários. A partir deste processo, foi possível identificar talentos e elaborar planos de desenvolvimento direcionado às necessidades estratégicas do negócio.

Em 2021, adotamos uma plataforma digital, um programa de gestão de indicadores e resultados, por onde, inicialmente, os funcionários elegíveis ao Programa de Bônus passaram acompanhar a evolução dos seus painéis. O programa trouxe maior visibilidade, alinhamento e padronização das informações gerenciais.

12) RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Companhia tem consciência de que a ambição de crescer e ampliar lucros deve ser exercida de maneira virtuosa, criando valor para todas as partes com a qual se relaciona.

A Movida entende que impacto positivo é ir além de apenas reduzir ou neutralizar os impactos negativos decorrentes diretamente de suas atividades, é o dever de impulsionar mudanças culturais e educacional, contribuindo para o fortalecimento de uma conduta em favor do bem comum.

Com o propósito de ser uma empresa "para" o mundo em vez de apenas uma empresa "no" mundo, a Movida se aproximou de iniciativas externas de desenvolvimento que buscam um modelo de atuação mais responsável, a favor de um novo modelo para o capitalismo, como por exemplo, o Instituto Capitalismo Consciente Brasil (ICCB), o qual reflete um movimento científico originado nos Estados Unidos e explana sobre como as empresas lucram a partir da paixão e do propósito.

Em 2019 passos importantes foram dados nessa trajetória rumo à consolidação de uma trajetória de geração de impacto positivo, aprofundada com a criação da área de sustentabilidade. A Movida, por mais um ano, segue como signatária do Pacto Global, iniciativa proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) que já mobiliza mais de 14 mil lideranças corporativas em 160 países.

Em adição, a Companhia impulsionou ainda mais seus esforços em relação aos dez princípios e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), na Rede Pacto Brasil, fortalecendo sua articulação em iniciativas empresariais importantes frente a esta agenda, como sua participação no movimento Equidade é Prioridade, que visa aumentar a quantidade de mulheres em cargos a partir de gerência-sênior. A Movida passou a integrar também, nesse sentido, a plataforma dos Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU Mulheres, que tem o intuito de orientar as empresas a empoderar as mulheres e promover a equidade de gênero em todas as instâncias do negócio. A Movida formalizou um compromisso de longo prazo para garantir que o quadro de colaboradores seja composto por 50% de mulheres na liderança até 2030.

O ano de 2021 foi o segundo ano da Companhia como Empresa B Certificada, seguindo como uma das duas empresas brasileiras de capital aberto e única do setor a deter essa certificação, cuja conquista depende de aprovação após longo processo de análise sobre aspectos abrangentes, relacionados aos impactos positivos e negativos de sua operação. O selo credencia, portanto, o potencial da companhia em contribuir com o progresso social, econômico e ambiental, com práticas concretas e um propósito orientado à geração de benefícios (por isso o "B", que faz referência a "benefícios") à humanidade e ao meio ambiente.

Pela terceira vez consecutiva e única do setor, integrou a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), compondo o ecossistema que reúne 46 ações de 46 companhias pertencentes a 27 setores, representado pelo valor de R$1,74 trilhão em valor de mercado, 38,26% do total do valor de mercado das companhias com ações negociadas na B3.

Além disso, se manteve pela 2ª vez no Índice de Carbono Eficiente (ICO2 B3), demonstrando transparência em relação ao reporte de suas emissões de gases de efeito estufa em relação a geração de receita.

No âmbito de sua atuação em mudanças climáticas, tema prioritário dentro de seu pilar ambiental, a companhia segue com seu modelo de gestão climática, orientando sua atuação pautada em 3 principais pilares: Mitigação (ações para redução de emissões), Neutralização (compensação das emissões que não puderam ser evitadas) e Adaptação (Gerenciamento de riscos e oportunidades relacionadas a um novo cenário climático), com o objetivo de contribuir para a limitação do aumento da temperatura da Terra em 1,5° Celsius (limite de temperatura informado pelos cientistas do IPCC para evitar desequilíbrios ambientais maiores em um futuro cenário climático). A estruturação de sua gestão climática foi importante para orientar sua atuação frente as metas globais anunciadas no âmbito do Acordo de Paris. Dessa forma, a Companhia se prepara para construir metas alinhadas com a iniciativa Science Based Targets (SBTi), colaboração entre o Carbon Disclosure Project (CDP), o Pacto Global da ONU, o World Resources Institute e o WWF e a iniciativa Business Ambition for 1,5°C.

Seguindo sua evolução no tema de governança em clima, reportou sua estratégia climática pela 2ª vez no programa Carbon Disclosure Project- CDP, obtendo nota B, e, pela segunda vez, participou do programa CDP Supply Chain, convidando seus fornecedores a reportarem suas emissões, riscos e oportunidades climáticas identificados frente ao relacionamento comercial perante a companhia.

Ainda na frente climática, a Companhia atualizou em 2021 o mapeamento de todos os riscos climáticos que possam impactar nossos negócios, com base na metodologia Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (Task Force on Climate-related Financial Disclosures - TCFD). O resultado do trabalho integrou o portfólio de riscos corporativos monitorados pela área de gerenciamento de riscos.

13) CENÁRIO E MERCADO

As expectativas sobre o desempenho macroeconômico do Brasil oscilaram de maneira significativa ao longo do ano de 2021 especialmente devido à evolução da pandemia provocada pelo COVID-19, iniciada em 2020. A aprovação das vacinas elevou as expectativas de recuperação da economia global. O relatório World Economic Outlook publicado em janeiro de 2021 projetou um crescimento de 5,5% no PIB mundial. O relatório Focus do Banco Central publicado em janeiro de 2021 colocava as projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 3,5% para o ano.

O mesmo relatório, desta vez publicado em junho, melhorou as estimativas e projetava um crescimento de 5,05%.. A melhora no panorama brasileiro está associada ao acesso a vacinas e ao menor impacto da pandemia devido a medidas menos restritivas. Alguns setores, assim como no ano de 2020, seguiram sendo considerados como essenciais, dentre eles o setor de locação de veículos, possibilitando a continuidade e retomada das operações da Movida. O comportamento do consumidor mudou, tornando a adaptação e a transformação digital essenciais para o negócio. As mudanças permitiram que as empresas de aluguel de carro ofertassem soluções 100% digitais, atuando como multiplicadoras do *mindset* de inovação.

A dinâmica competitiva permanece saudável, com alguns segmentos dentro do setor de locação sendo fundamentais para que o negócio continuasse em expansão, como as locações mensais e clientes pessoa física. Houve uma adaptação às restrições da pandemia possibilitando, por exemplo o prolongamento do tempo de locação em finais de semana devido à disseminação de práticas de *home office*. O ano de 2021 teve seu início afetado pela baixa capacidade de produção das montadoras, reflexo do ano anterior, com retomada relevante não linear, em linha com as expectativas da Movida para o ano. O novo patamar de tickets médios e de ocupação no setor de locação seguiram crescentes, elevando as margens tanto em aluguel de carros quanto em Seminovos.

Sobre o mercado de Gestão e Terceirização de Frotas, de acordo com a ABLA (Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis) apenas 20% das empresas privadas têm frotas terceirizadas, enquanto na Europa esse número fica próximo de 60%. O amplo e pulverizado mercado de GTF permite que o setor permaneça em plena expansão. A tendência também se aplica para o leasing, já amplamente difundido nos Estados Unidos e Europa, que ganhou maior atratividade neste ano, impulsionando o crescimento do Movida Zero Km. Este produto seguirá contribuindo para o crescimento da Companhia em 2022.

O mercado de Seminovos, de acordo com a FENAUTO (Federação Nacional das Associações dos Revendedores de Veículos Automotores), encerrou o ano de 2021 com 15.106.724 veículos usados comercializados, expandindo 17,8% *versus* 2020, explicada pela redução de produção de veículos novos. Essa escassez elevou o preço dos carros novos, em função dos custos elevados dos insumos e peças, pressionando como consequência os valores dos carros usados. De acordo com a FIPE no acumulado do ano de 2021 os usados subiram 19,4%.

Porém, esse crescimento deve ser temporário e, ainda de acordo com a FENAUTO, deve ocorrer um progressivo retorno à normalidade na medida em que a regularização das montadoras ocorra ao longo de 2022. A FENABRAVE (Federação Nacional dos Distribuidores de Veículos Automotores) registrou um aumento de venda de veículos de 10,5% em 2021 em comparação com 2020, e projeta um crescimento de 5,2% para 2022.

A Movida fez os movimentos estratégicos para seguir expandindo sua frota com rentabilidade em cenários desafiadores que a indústria e a conjuntura econômica viveram no ano de 2021, e seguirá mais forte para seguir sua rota de crescimento em 2022.

14) AUDITORIA INDEPENDENTE

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PricewaterhouseCoopers"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a PricewaterhouseCoopers prestou serviços relacionados a auditoria para emissão de relatórios de procedimentos previamente acordados, com honorários de R$1,2 milhão que representou 63,2% dos honorários dos serviços de auditoria externa. Entendemos que estes serviços não representam conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.

15) DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6.2	98.795	55.496
Títulos e valores mobiliários	7.2	741.404	827.321
Contas a receber	8.2	680.966	386.726
Tributos a recuperar	9.2	32.016	16.079
Imposto de renda e contribuição social antecipados	21.4	30.214	35.780
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	10.2	234.523	134.382
Dividendos a receber	-	1.364	-
Outros créditos	-	36.465	11.451
Total dos ativos circulantes		**1.855.747**	**1.467.235**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	7.2	-	40.375
Instrumentos financeiros derivativos	5.2	38.781	44.105
Contas a receber	8.2	1.737	949
Tributos a recuperar	9.2	18.745	28.841
Depósitos judiciais	20.2	1.098	1.640
Outros créditos		6.594	-
Total do ativo realizável a longo prazo	-	**66.955**	**115.910**
Investimentos	11.2	572.519	1.239
Imobilizado	12.2	10.141.150	5.730.940
Intangível	13.2	152.890	135.242
Total dos ativos não circulantes		**10.933.514**	**5.983.331**
Total do ativo		**12.789.261**	**7.450.566**

Passivo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	15.2	2.026.740	1.154.954
Risco sacado a pagar - montadoras	-	-	149.252
Empréstimos e financiamentos	16.2	81.383	447.815
Debêntures	17.2	79.664	113.260
Instrumentos financeiros derivativos	5.2	264.082	-
Arrendamento por direitos de uso	18.2	99.447	44.244
Obrigações trabalhistas e sociais	19.2	54.705	41.519
Tributos a recolher	-	11.277	7.981
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a recolher	21.4	1.602	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	22.3.2	-	24.942
Outras contas a pagar e adiantamentos	-	112.338	63.294
Total dos passivos circulantes		**2.731.238**	**2.047.261**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16.2	3.013.118	515.261
Debêntures	17.2	2.089.956	722.775
Instrumentos financeiros derivativos	5.2	102.146	-
Arrendamento por direito de uso	18.2	273.547	128.552
Provisões para demandas judiciais e administrativas	20.2	4.408	4.540
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	445.833	231.042
Outras contas a pagar e adiantamentos	-	2.196	508
Total dos passivos não circulantes		**5.931.204**	**1.602.678**
Patrimônio líquido			
Capital social	22.1	4.187.908	3.396.249
Reservas de lucros	22.2	162.812	404.785
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(223.901)	(407)
Total do patrimônio líquido		**4.126.819**	**3.800.627**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**12.789.261**	**7.450.566**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

					Reservas de lucros			
	Notas	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**2.751.124**	**448.825**		**22.183**	**302.525**	**-**	**3.524.657**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	105.019	105.019
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-	-	(407)	-	-	-	(407)
Total resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	**-**	**-**	**-**	**(407)**	**-**	**-**	**105.019**	**104.612**
Aumento de capital pela emissão inicial de ações	22.1	645.125	-	-	-		-	645.125
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(448.825)	-	-	-	-	(448.825)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	5.251	-	(5.251)	-
Dividendos de lucros - dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(24.942)	(24.942)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	74.826	(74.826)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**3.396.249**	**-**	**(407)**	**27.434**	**377.351**	**-**	**3.800.627**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	724.801	724.801
Resultado de instrumentos financeiros, líquidos de impostos	-	-	-	(198.703)	-	-	-	(198.703)
Total resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		**3.396.249**	**-**	**(199.110)**	**27.434**	**377.351**	**724.801**	**4.326.725**
Aumento de capital com emissão de novas ações	22.1	791.659	-	-	-	-	-	791.659
Resultado na variação de participação societária	11.3	-	-	(24.791)	-	-	-	(24.791)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	36.240	-	(36.240)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	22.4	-	-	-	-	-	(172.140)	(172.140)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	98.557	(98.557)	-
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	(376.770)	(417.864)	(794.634)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**4.187.908**	**-**	**(223.901)**	**63.674**	**99.138**	**-**	**4.126.819**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida das locações, prestação de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços	23.2	4.649.242	3.849.497
(-) Custo dos serviços prestados e da venda de ativos utilizados na prestação de serviços	24	(2.663.134)	(3.110.719)
(=) Lucro bruto		**1.986.108**	**738.778**
Despesas comerciais	24	(289.958)	(210.897)
Despesas administrativas	24	(271.248)	(176.633)
Provisão para perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber	24	(28.910)	(44.280)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.2	483	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(91.017)	(76.704)
Despesas operacionais, líquidas		**(680.650)**	**(508.514)**
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas e despesas financeiras		**1.305.458**	**230.264**
Receitas financeiras	25	87.224	85.854
Despesas financeiras	25	(309.476)	(160.497)
Resultado financeiro, líquido		**(222.252)**	**(74.643)**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**1.083.206**	**155.621**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21.3	(41.252)	(18.895)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	21.3	(317.153)	(31.707)
Imposto de renda e contribuição social, líquidos		**(358.405)**	**(50.602)**
Lucro líquido do exercício		**724.801**	**105.019**
Lucro líquido por ação básico e diluído - em R$	28	0,1964	0,0325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício		**724.801**	**105.019**
Resultado com *hedge* de fluxo de caixa	5.4	(301.065)	(617)
Imposto de renda e contribuição social sobre *hedge* de fluxo de caixa	21.2	102.362	210
Itens que serão subsequentemente reclassificados para o resultado do período		**(198.703)**	**(407)**
Total do resultado abrangente do exercício		**526.098**	**104.612**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receitas geradas			
Vendas e prestação de serviços	23.2	4.907.504	4.028.023
Perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber	24	(28.910)	(44.280)
Outras receitas operacionais	-	113.200	77.712
		4.991.794	**4.061.455**
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos das vendas e prestação de serviços	-	(2.366.939)	(2.637.487)
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	-	(509.275)	(266.315)
Perda na desvalorização de ativos - *(impairment)*	-	-	(145.249)
		(2.876.214)	**(3.049.051)**
Valor adicionado bruto		**2.115.580**	**1.012.404**
Retenções			
Depreciação e amortização	24	(374.168)	(410.650)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**1.741.412**	**601.754**
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	-	483	-
Receitas financeiras	25	87.224	86.460
		87.707	**86.460**
Valor adicionado total a distribuir		**1.829.119**	**688.214**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	-	214.353	166.698
Benefícios	-	28.974	25.025
FGTS	-	19.501	13.241
Outros	-	10.223	12.326
		273.051	**217.290**
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	-	394.292	77.729
Estaduais	-	96.122	84.733
Municipais	-	4.620	4.152
		495.034	**166.614**
Remuneração do capital de terceiros			
Juros e despesas financeiras	-	96.694	158.990
Juros sobre empréstimo	-	208.667	-
Aluguéis	-	30.872	40.301
		336.233	**199.291**
Remuneração do capital próprio			
Juros sobre o capital próprio	22.3.2	-	24.942
Distribuição de dividendos	-	688.561	-
Lucros retidos do exercício	-	36.240	80.077
		724.801	**105.019**
		1.829.119	**688.214**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Movida Locação de Veículos S.A. ("Companhia" ou "Movida"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída no território nacional, com sede na Rua Otávio Tarquínio de Souza, nº 23, Sala A, Campo Belo, cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia é controlada diretamente pela Movida Participações S.A ("Movida Participações"), a qual detém 99,99% de participação direta. Atua no segmento de locação de veículos leves *("rent a car")* e tem como objeto social principalmente a locação de veículos automotores, administração e licenciamento de marcas comerciais no ramo da locação de veículos sob o regime de franquia empresarial, assessoria de tecnologia aos franqueados, sistemas, treinamento, produto e materiais promocionais e intermediação da locação de veículos no Brasil. Também faz parte dos negócios da Movida, renovar constantemente sua frota, alienando veículos no final de suas vidas úteis econômicas para substituí-los por veículos novos. Em 31 de dezembro de 2021, a Movica contava com 285 lojas próprias, sendo 207 pontos de atendimento, e 78 lojas de venda de veículos seminovos (264 lojas próprias, sendo 194 lojas de locação de veículos e 70 lojas de venda de veículos seminovos em 31 de dezembro de 2020), distribuídas por 102 municípios no Brasil, instaladas em ruas e aeroportos, operando com uma frota de 150.998 veículos (118.825 veículos em 31 de dezembro de 2020 em 102 municípios no Brasil). **1.1. Reorganização societária de controladas: Movida Locações de Veículos S.A, CS Brasil Participações e Locações S.A. -** Em 28 de dezembro de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária da Movida Participações S.A aprovou a Cisão Parcial da CS Participações transferindo para a Movida Locações. Pertencentes ao mesmo grupo econômicos, entendem que a cisão parcial se insere no contexto da reorganização administrativa, financeira e jurídica dos negócios da CS Participações e será realizada tendo em vista a necessidade de segregação e redistribuição de determinados ativos e passivos da CS Participações em outra estrutura societária, visando otimizar sua estrutura e permitir que seus acionistas possam realocar tais ativos e passivos com maior eficiência. A Parcela cindida é composta (i) pelo investimento na CS Brasil Frotas S.A. ("CS Frotas"), sociedade operacional, correspondente a 557.587.450 ações de sua emissão, representativas de, aproximadamente, 40,45% de seu capital social total avaliadas, segundo o Laudo de Avaliação, em R$ 620.339; e (ii) pelo saldo passivo referente aos débitos da totalidade das 600.000 debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única realizada pela CS Participações em 10 de dezembro de 2020 e avaliado, segundo o Laudo de Avaliação, em R$ 620.339. **1.2. Situação da COVID-19 -** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. Diante desse cenário as lojas da Movida, *rent a car* e seminovos, foram fechadas para atencimento ao público por períodos variados, a depender da localidade. A reabertura veio gradativamente, principalmente quando a atividade de locação de carros foi considerada como atividade essencial por vários governos, em diferentes níveis, municipal, estadual e federal. Após um momento de forte retomada foram percebidos impactos, novamente, diante do surgimento de novas variantes do coronavírus e, com isso, alguns municípios adotaram medidas mais restritivas, impactando direta e indiretamente a atividade de locação de carros. Hoje, a realidade é de retomada, com a Movida tendo atingido em 2021 resultados em patamares de crescimento similares ao período pré-pandemia. A Administração da Movida realizou análises sobre os impactos relacionados ao Covid-19, conforme já mencionado na publicação do primeiro trimestre de 2021, estendendo, para esta demonstração financeira e avaliou que não há, no momento, indicadores de que seja necessária constituição de provisão para perdas de crédito esperadas no recebimento de clientes e ativos. As informações constantes nesta publicação contemplam todas as análises dos riscos realizadas pela Administração. **1.3. Sustentabilidade e meio ambiente -** A Movida entende seu papel com a manutenção e implementação de iniciativas que visem a sustentabilidade do meio ambiente, social e governamental, e busca avaliar os riscos relacionados a esses aspectos, que possam impactar a sociedade e em particular, impactar em suas operações e negócios. Por isso, foi instituído Comitê de Sustentabilidade ligado ao Conselho de Administração, para quem reportam trimestralmente as ações realizadas em busca das mitigações dos riscos identificados. Ele é liderado por um conselheiro e um membro independente, conta com executivos da sua controladora Grupo SIMPAR, que se reúnem bimestralmente, de forma a garantir que a sustentabilidade permeie a gestão e os processos decisórios. **Responsabilidade Socioambiental -** Entre os impactos decorrentes das operações de seu portfólio, a Movida entende que o desenvolvimento de suas atividades está ligado diretamente ao um crescimento sustentável, através de medidas de preservação do nosso ecossistema. Por isso, o tema consta da Política de Sustentabilidade, com foco em discussões estratégicas, promovidas mensalmente pelos comitês de sustentabilidade e trimestralmente apresentadas ao Conselho de Administração. Entre as principais frentes da Companhia, está o Programa de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). O objetivo da companhia é mensurar o real impacto ambiental de seus negócios, por meio de inventário de emissões com base na metodologia internacional do GHG Protocol. Portanto neste sentido a Companhia, realiza continuamente a conscientização do uso racional de combustíveis, renovação contínua da frota com foco em veículos eficientes visando a redução da emissão de gases de efeito estufa.ao IAS, **Gestão de riscos climáticos -** O setor automobilístico, em função do impacto ambiental gerado pelo consumo de combustíveis e decorrentes emissões atmosféricas tem interferência nas mudanças climáticas. Nesse sentido, foi implantado o plano estratégico para a descarbonização da Movida, que inclui as seguintes metas: • Potencial para aquisição de veículos elétricos; • Migração do consumo de combustível da gasolina para o etanol; • Implantação de mecanismos para incentivar e garantir o uso do etanol em substituição à gasolina; • Implantação da tecnologia de telemetria na maior parte da frota, promovendo melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível; • Ampliação da participação das fontes renováveis de energia na matriz energética, permitindo que as emissões sejam substancialmente reduzidas; • Otimização de operações, tornando-as mais eficientes, investindo em melhores tecnologias e manutenção. **Engajamento em mudanças climáticas -** A Movida considera imprescindível seu papel na disseminação e fomentação de boas práticas na sociedade. Buscando ser os propulsores de boas práticas em sustentabilidade, nesse contexto, a Companhia possui programas próprios que buscam auxiliar seus clientes no mapeamento de emissões e oferecer oportunidades de redução/neutralização de emissão de carbono. A administração avaliou todas as informações e não tem impacto nas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	1.083.206	155.621
Depreciação e amortização	24	374.170	410.650
Custo de venda de ativos utilizados na locação e prestação de serviços	24	1.848.895	2.189.396
Perda esperada de contas a receber - *(impairment)*	8.2 e 24	28.910	44.280
Perda na desvalorização de ativos - *(impairment)*	14.2 e 24	-	145.249
Perdas baixa de ativos e passivos -Perdas decorrentes das baixas por sinistro	12.2 e 13.2	199.675	139.903
Provisão (reversão de provisão) para demandas judiciais e administrativas	16.3	(132)	-
Resultado de equivalência patrimonial	11.2	(483)	-
Ganhos com valor justo de instrumentos financeiros derivativos	25	71.221	41.764
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento por direitos de uso e risco sacado a pagar - montadoras	25	226.816	147.278
		3.832.278	**3.274.141**
Decréscimo (acréscimo) em ativos e passivos operacionais			
Contas a receber	8.2	(323.938)	7.375
Fornecedores	15.2	34.308	(34.525)
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	19.2 e 20.2	40.735	(18.310)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	-	13.327	(1.209)
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes		**(235.568)**	**(46.669)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	21.4	(57.794)	(14.960)
Pagamento de juros, empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento por direito de uso e risco sacado - montadoras	16.2, 17.2 e 18.2	(171.217)	(99.532)
Compra de ativo imobilizado para locação, caixa desembolsado	11.2 e 25	(5.870.378)	(3.052.437)
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7.2	126.292	(568.303)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(2.376.387)**	**(507.760)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	11.2 e 12.2	(106.905)	(76.492)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(106.905)**	**(76.492)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	-	791.659	196.300
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	22.3.2	(991.714)	(43.126)
Resultado recebido de derivativos	-	(734)	-
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	16.2 e 17.2	3.905.528	1.155.953
Amortização de empréstimos e financiamentos, debêntures, risco sacado - montadoras e arrendamento por direito de uso	16.2, 17.2 e 18.2	(1.178.148)	(726.304)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**2.526.591**	**582.823**
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		**43.299**	**(1.429)**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	-	55.496	56.925
No final do exercício	-	98.795	55.496
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		**43.299**	**(1.429)**
Informações suplementares aos fluxos de caixa			
Aquisição de ativo imobilizado por linhas de financiamento:			
Por arrendamento de direitos de uso de imobilizado		(304.323)	(46.526)
Fornecedores em aberto		(837.478)	246.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e às normas internacionais de contabilidade *(International Financial Reporting Standards* - IFRS) - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 25 de março de 2022. **2.2. Demonstração do valor adicionado ("DVA") -** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo da análise do conjunto das informações demonstrações financeiras. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação -** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em R$ (Reais), que é a moeda funcional da Movida. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Transações em moeda estrangeira -** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para o Real, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados aos ativos e passivos financeiros como empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários indexados em moeda diferente do Real são contabilizados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.5. Mensuração ao valor justo -** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Movida tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Movida. Quando disponível, a Movida mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Movida utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Movida mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Movida determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Ver detalhes sobre a classificação e divulgação dos instrumentos financeiros da Movida na nota explicativa 5.2. **2.6. Uso de estimativas, julgamento e premissas contábeis críticas -** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.6.1. Julgamentos -** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras): a Movida classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não tem a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional da Companhia. **2.6.2. Estimativas e premissas contábeis críticas -** Com base em premissas, a Movida faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 21.2; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 12.2; c) Ativo imobilizado disponibilizado para venda - definição do valor residual - nota explicativa 10.2; d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis - nota explicativa 14.2; e) Perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 8.2; f) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 20.2; g) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos - nota explicativa 5.3.

3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **3.1. Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"** - Em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1° de janeiro de 2022. O grupo não espera impacto relevante. **3.2. Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" -** Em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1° de janeiro de 2022. O grupo não espera impacto relevante. **3.3. Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"**: - Emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1° de janeiro de 2022. O grupo não espera impacto relevante. **3.4. Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" -** Emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant)*. As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023. **3.5. Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* -** Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS *Practice Statement* 2 *Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023. **3.6. Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro -** A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023. **3.7. Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro -** A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (iii) para os quais hajam informações financeiras individualizadas disponíveis. Os segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelos principais tomadores de decisões. Assim, a Movida possui apenas um segmento de negócio operacional sujeito a divulgação de informações por segmento: Aluguéis de veículos (*"Rent a car"* ou RAC): divisão responsável pelo aluguel de carros em agências localizadas dentro e fora de aeroportos. Os aluguéis são contratados por pessoas físicas e jurídicas, havendo também locações para companhias de seguros, que oferecem carros reserva a seus clientes em caso de sinistros. Como parte do programa de renovação de frota, a Movida desmobiliza e vende os carros após um período que varia entre 15 e 18 meses de uso, sendo parte significativa vendida a consumidores finais através de pontos de vendas de seminovos espalhados pelo país. Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita bruta operacional para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021. O balanço patrimonial e a demonstração do resultado apresentados nesta Demonstração Financeira, reflete a operação por segmento da Companhia.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

5.1. Política contábil - 5.1.1. Ativos financeiros - Os instrumentos financeiros da Movida estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. i) Reconhecimento e mensuração: O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Movida se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. ii) Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR, (seja por meio de outros resultados abrangentes (ORA) ou por meio do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Movida mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Movida pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento: A Movida desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Movida transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios de titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Movida nem transfere nem mantem substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **5.1.1.1. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Classificação e mensuração -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento -** A Movida desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Movida também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **5.1.2. Compensação** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Movida tenha na data do balanço um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **5.2. Instrumentos financeiros por categoria -** Os instrumentos financeiros da Movida estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo de instrumentos de *hedge*	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Valor justo de instrumentos de *hedge*	Custo amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	98.795	98.795	54.314	-	1.182	55.496
Títulos e valores mobiliários	741.404	-	-	741.404	867.696	-	-	867.696
Contas a receber	-	-	682.703	682.703	-	-	387.675	387.675
Instrumentos financeiros derivativos	-	38.781	-	38.781	-	44.105	-	44.105
Dividendos a receber	-	-	1.364	1.376	-	-	-	-
Outros créditos	-	-	43.059	43.059	-	-	4.194	4.194
Total	**741.404**	**38.781**	**825.921**	**1.606.106**	**922.010**	**44.105**	**393.051**	**1.359.166**
Passivos, conforme balanço patrimonial								
Fornecedores	-	-	2.026.740	2.026.740	-	-	1.154.954	1.154.954
Risco sacado a pagar - montadoras	-	-	-	-	-	-	149.252	149.252
Empréstimos e financiamentos	-	-	3.094.501	3.094.501	-	-	963.076	963.076
Debêntures	-	-	2.169.620	2.169.620	-	-	836.035	836.035
Instrumentos financeiros derivativos	-	366.228	-	366.228	-	-	-	-
Arrendamento por direito de uso	-	-	372.994	372.994	-	-	172.796	172.796
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	24.942	24.942
Outras contas a pagar	-	-	114.534	114.534	-	-	20.778	20.778
Total	**-**	**366.228**	**7.778.389**	**8.144.617**	**-**	**-**	**3.321.833**	**3.321.833**

5.3. Valor justo dos ativos e passivos financeiros - A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Movida está demonstrada a seguir:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	98.795	98.795	55.496	55.496
Títulos e valores mobiliários	741.404	741.404	867.696	867.696
Contas a receber	682.703	682.703	387.675	387.675
Instrumentos financeiros derivativos	38.781	38.781	44.105	44.105
Dividendos a receber	1.364	1.364	-	-
Outros créditos	43.059	43.059	10.640	10.640
Total	**1.606.106**	**1.606.106**	**1.365.612**	**1.365.612**
Passivos financeiros				
Fornecedores	2.026.740	2.026.740	1.154.954	1.154.954
Risco sacado a pagar - montadoras	-	-	149.252	149.252
Empréstimos e financiamentos	3.094.501	3.478.551	963.076	970.448
Debêntures	2.169.620	1.083.072	836.035	834.867
Instrumentos financeiros derivativos	366.228	366.228	-	-
Arrendamento por direitos de uso	372.994	372.994	172.796	172.796
Dividendos a pagar	-	-	24.942	24.942
Outras contas a pagar	114.534	114.534	20.778	20.778
Total	**8.144.617**	**7.442.119**	**3.321.833**	**3.328.037**

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias a seguir: **Nível 1 -** Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos; e **Nível 2 -** Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis. A tabela abaixo apresenta a classificação de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao Valor Justo por meio do Resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificados de depósito bancário	-	94.043	94.043	-	43.818	43.818
Operações compromissadas	-	4.109	4.109	-	3.236	3.236
Letras financeiras	-	-	-	-	7.260	7.260
Subtotal	**-**	**98.152**	**98.152**	**-**	**54.314**	**54.314**
Títulos e valores mobiliários						
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	353.115	-	353.115	585.229	-	585.229
LTN - Letras do Tesouro Nacional	388.289	-	388.289	271.517	-	271.517
Cotas de fundos	-	-	-	10.950	-	10.950
Subtotal	**741.404**	**-**	**741.404**	**867.696**	**-**	**867.696**
Valor justo de instrumentos de *hedge*						
Instrumentos financeiros derivativos	-	38.781	38.781	-	44.105	44.105
Subtotal	**-**	**38.781**	**38.781**	**-**	**44.105**	**44.105**
Total	**741.404**	**136.933**	**878.337**	**867.696**	**44.105**	**966.115**
Valor justo dos ativos e passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	-	3.478.551	3.478.551	-	970.448	970.448
Debêntures	-	1.083.072	1.083.072	-	834.867	834.867
Arrendamento por direitos de uso	-	372.994	372.994	-	172.796	172.796
Instrumentos financeiros derivativos	-	366.228	366.228	-	-	-
Total	**-**	**5.300.845**	**5.300.845**	**-**	**1.978.111**	**1.978.111**

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e • A análise dos fluxos de caixa descontados. A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil

Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	9,2%	11,2%	11,8%	11,0%	10,6%	10,6%	10,7%

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2021

A Movida possui certas operações com derivativos ("swaps") que requerem margem em garantia para variações de marcações a mercado que ultrapassarem limites pré-estabelecidos em cada contrato. A margem de garantia total do consolidado depositada em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 22.702 (zero em 31 de dezembro de 2020). Os valores são calculados em base diária e podem ser liberados ou complementados dependendo da variação ocorrida no dia. **5.4. Gerenciamento de riscos financeiros -** A Movida usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A Movida possui empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, arrendamento por direitos de uso, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, outras contas a pagar e adiantamentos, outros créditos, contas a receber, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, instrumentos financeiros e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Movida está exposta aos seguintes riscos, resultantes de instrumentos financeiros: (a) risco de crédito, (b) risco de mercado e (c) risco de liquidez. A Administração da Movida supervisiona e conta com o suporte de um Comitê Financeiro na avaliação e gestão dos riscos financeiros, e recomenda ao Conselho de Administração que as atividades que resultem nesses riscos sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. O Comitê Financeiro da Movida monitora constantemente as operações financeiras para evitar aplicações de alto risco, constituídas de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção (*hedge*) dos riscos conhecidos. A Movida não possui operações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco especulativo. Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerado, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou de forma de realização. **(a) Risco de crédito -** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Movida está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras, instrumentos derivativos e outros instrumentos financeiros. **• Caixa, equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras -** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Movida de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As classificações decorrentes de escala local ("Br") e de escala global de exposição ao risco de crédito foram extraídas de agências de ratings e para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura, como segue abaixo:

Nomenclatura	Qualidade
Br AAA	Prime
Br AA+, Br AA, Br AA-	Grau de Investimento Elevado
Br A+, Br A, Br A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, Br BBB, Br BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br BB+, Br BB, Br BB-	Grau Especulativo
Br B+, Br B, Br B-	Grau Altamente Especulativo
Br CCC+	Grau Especulativo de Risco Substancial
Br CCC	Grau Extremamente Especulativo
Br CCC-, Br CC, Br C	Grau Especulativo de Moratória com Pequena Expectativa de Recuperação
Br DDD, Br DD, Br D	Grau Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Movida para caixa, equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras são como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa fundo fixo	527	1.016
Valores depositados em conta corrente		
Br AAA	87	149
Br AA	30	17
Subtotal	**117**	**166**
Total de disponibilidades	**644**	**1.182**

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos em aplicações financeiras		
Br AAA	97.601	39.472
Br AA	550	14.842
Total de aplicações financeiras	**98.151**	**54.314**
Total de caixa e equivalentes de caixa	**98.795**	**55.496**

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e valores imobiliários		
Br AAA	741.404	589.351
Br AA	-	278.345
Total de valores imobiliários	**741.404**	**867.696**

• Contas a receber - O risco de crédito do cliente é avaliado no ato da contratação, estando sujeito aos procedimentos, controles e prática estabelecida em relação a esse risco. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela Administração. A necessidade de uma provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber é analisada mensalmente em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda esperada é avaliada coletivamente. O cálculo é feito com base no histórico de perdas efetivas nos períodos mais recentes. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites e riscos de crédito individuais são determinados de acordo com classificações internas ou externas baseadas em *ranking* de empresas especializadas em avaliação de crédito de acordo com limites determinados pela Administração. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada. Todas as operações e clientes significativos estão localizados no Brasil, não havendo clientes que, individualmente, representem mais que 10% da receita bruta da Movida. A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Movida para os saldos de contas a receber são como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - clientes	429.852	283.809
(-) Perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber	(98.585)	(94.713)
Contas a receber - cartões de crédito		
AAA	351.436	198.579
Total do contas a receber	**682.703**	**387.675**

(b) Risco de mercado - O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros, índices de inflação e preços de ações - irão afetar os ganhos da Movida ou o valor de seus instrumentos financeiros e o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam quatro tipos de risco: risco de taxa de juros, risco da variação da inflação, risco cambial e risco de preço que pode ser de *"commodities"*, de ações, entre outros. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Movida se mantenha em níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações. Atualmente, a Movida está exposta ao risco de taxa de juros incidente, principalmente sobre aplicações financeiras, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos por direitos de uso e debêntures, bem como à variação cambial do Euro e do Dólar, decorrente da ponta passiva dos instrumentos financeiros derivativos, e, ainda à variação da inflação, incidente sobre a remuneração de debêntures. **• Risco de variação de taxa de juros -** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Movida está exposta substancialmente ao risco de taxa de juros sobre caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e arrendamentos por direito de uso. Como política, a Movida procura concentrar esse risco à variação do CDI, e utilizar derivativos para esse fim. Todas essas operações são conduzidas de acordo com orientações estabelecidas pelo comitê financeiro, e são aprovadas pelo Conselho de Administração. A Movida busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado e em suas exposições. A Companhia possui contratos de swap de taxas de juros indexadas ao IPCA mais spread pré fixado, para percentual do CDI. Esses instrumentos foram contratados para proteger os resultados da Companhia das volatilidades causadas pelas variações do IPCA, que nas datas de suas contratações, eram avaliadas pela Administração, com apoio do comitê financeiro, como maior risco. Todas as contratações foram aprovadas pelo Conselho de Administração. **• Risco de variação da inflação -** A Movida possui debêntures emitidas cuja remuneração tem como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Estes títulos têm perfil de longo prazo. Para mitigar esse de variação da inflação risco foram contratados instrumentos de *swaps* que trocam a variação do IPCA pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Na nota 4.5 demonstramos a análise de sensibilidade para estes instrumentos. **• Risco de variação de taxa de câmbio -** A Movida está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e sua moeda funcional. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações comerciais, principalmente em Reais. Mas, também há contratos em dólares norte-americanos ("dólares") e ("Euro"), que foram protegidos contra a variação de taxa de câmbio por instrumentos de swap, que troca a indexação cambial e taxa pré-fixada pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, limitando a exposição a eventuais perdas por variações cambiais. A análise de sensibilidade está demonstrada na nota explicativa 5.5. **• Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros -** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Movida usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Movida utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos. O valor justo dos *swaps* é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis. **• Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge* -** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende, nos casos de adoção da contabilidade de *hedge (hedge accounting)*, da natureza do item/objeto que está sendo protegido por hedge. A Movida adota a contabilidade de *hedge (hedge accounting)* e designa certos derivativos como *hedge* de fluxo de caixa. **• *Hedge* de fluxo de caixa -** A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Total de juros e encargos sobre dívidas, líquidos de *SWAP*". Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos. **• Inefetividade do *hedge* -** A inefetividade de *hedge* é determinada no surgimento da relação de *hedge* e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação quantitativa entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. A Movida contrata *swaps* com termos críticos que são similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. O item protegido pode ser identificado integralmente ou como uma proporção dos empréstimos em aberto relacionados ao valor de referência dos *swaps*. **• Instrumentos derivativos de hedge dos riscos de mercado -** Para gestão do risco de variação cambial, a Movida contratou instrumentos derivativos *"Swap"*, em que estes instrumentos trocam a variação cambial do Euro por CDI e do Dólar norte-americano por CDI, reduzindo a exposição da Movida a estas moedas. Atualmente a Movida possui dois empréstimos CCB/4131 expostos a variação cambial. A primeira contratação foi realizada em março de 2020, com a captação de 42.000 Euros, à taxa de 5,28 % a.a. com pagamentos de juros semestrais e com vencimento em 5 anos. Em janeiro de 2021, através Movida Europe subsidiária controlada pelo seu controlador Movida Participações S.A emitiu títulos de dívida no exterior, com taxa de 5.25% ao ano e com vencimento em 2031 ("Notes"), denominados em dólares norte-americanos no valor principal de USD 500.000. Em setembro de 2021 houve a captação via emissão de nova série deste título, no valor total de USD 300.000. Esta emissão foi fundida com a anterior, somando, um total de USD 800.000, mantendo o vencimento e a taxa da emissão anterior. Parte dos recursos dos Notes foi internalizado no Brasil por meio de um empréstimo externo, firmado pela Companhia, no valor de USD 425.000, por igual período da dívida original. Essa linha de crédito está garantida por uma aplicação financeira realizada pela Movida Europe com os recursos obtidos através dos Notes. A Companhia realizou a contratação de instrumentos de *swaps* para mitigar o risco cambial com *spread* de taxa de juros e valor nocional de USD 425.000. Adicionalmente para redução do risco de fluxo de caixa atrelado às debêntures emitidas em 15 de setembro de 2021, no montante principal de R$ 1.750 e prazo de 10 anos, atreladas à variação do indexador IPCA sobre a despesa financeira futura de certos passivos financeiros a Companhia contratou instrumentos derivativos *"Swap"*, convertendo-o a variação de IPCA + 7,64% para um percentual do CDI. A primeira contratação refere-se à 1ª e 2ª séries da 6ª emissão de debêntures no valor total de R$ 400.000 e R$300.000, e foram efetuadas por igual período da dívida original com a troca do percentual de IPCA+7,2% por percentual do CDI. A segunda contratação refere-se à 3ª série de sua 7ª emissão de debêntures, no valor total de R$ 350.000, efetuada por igual período da dívida original e troca do percentual de IPCA+7,6% para percentual do CDI. Essas operações de *"hedge"* de fluxo de caixa resultaram em variações efetivas em seu valor justo líquidas de impostos no montante de R$ 198.703 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R$ 407 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e foram registradas em "outros resultados abrangentes", conforme demonstrado no quadro abaixo. Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de *hedge* e não como investimentos especulativos e enquadram-se nos critérios de contabilidade de *hedge*.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A análise de sensibilidade está demonstrada na nota explicativa 5.5.

	Patrimônio líquido 31/12/2021	Variação	Patrimônio líquido 31/12/2020
Instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa:			
Contratos de *swap*	(301.682)	(301.065)	(617)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	102.572	102.362	210
Perdas (ganhos) líquidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	**(199.110)**	**(198.703)**	**(407)**

Nesse mesmo período não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva de "*hedge*". Os valores acumulados em "outros resultados abrangentes" são realizados na demonstração do resultado no período em que o item protegido por "*hedge*" afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de *hedge*). A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, bem como as políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Os testes de efetividade estão devidamente documentados confirmando assim a efetividade prospectiva da relação de *hedge* a partir da variação do valor de mercado dos itens objeto de "*hedge*", de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros e IFRS 9 - *Financial Instruments*. Os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

Instrumento	Tipo de instrumento financeiro derivativo	Operação	Data de vencimento	Ponta	Principal	Moeda	Taxa	Taxa indexador	Pelo custo amortizado	Pelo valor justo
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP EUR x CDI	17/03/2025	Ativa	42.000	EUR	1,7000%	100,00%	266.811	275.746
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP EUR x CDI	17/03/2025	Passiva	221.949	BRL	CDI + 2,07%	100,00%	(227.879)	(236.965)
									38.932	**38.781**
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP USD x CDI	06/02/2031	Ativa	50.000	USD	5,25%	100,0%	284.966	354.509
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP USD x CDI	06/02/2031	Ativa	25.000	USD	5,25%	100,0%	142.524	178.194
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP USD x CDI	06/02/2031	Ativa	100.000	USD	5,25%	100,0%	570.095	712.777
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP USD x CDI	06/02/2031	Ativa	50.000	USD	5,25%	100,0%	285.047	356.388
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP USD x CDI	06/02/2031	Ativa	100.000	USD	5,25%	100,0%	569.932	709.019
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP USD x CDI	06/02/2031	Ativa	425.000	USD	1,72%	100,0%	16.544	134.787
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP USD x CDI	06/02/2031	Ativa	50.000	USD	5,25%	100,0%	285.047	356.388
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP USD x CDI	06/02/2031	Ativa	50.000	USD	5,25%	100,0%	284.966	354.509
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP USD x CDI	06/02/2031	Passiva	288.210	BRL	0,00%	150,5%	(299.805)	(391.054)
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP USD x CDI	06/02/2031	Passiva	144.105	BRL	0,00%	147,0%	(149.763)	(192.142)
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP USD x CDI	06/02/2031	Passiva	576.420	BRL	0,00%	151,5%	(599.767)	(785.927)
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP USD x CDI	06/02/2031	Passiva	288.210	BRL	0,00%	150,0%	(299.765)	(390.100)
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP USD x CDI	06/02/2031	Passiva	576.420	BRL	0,00%	150,5%	(599.609)	(782.109)
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP USD x CDI	06/02/2031	Passiva	2.449.785	BRL	0,00%	11,3%	(7.261)	(170.362)
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP USD x CDI	06/02/2031	Passiva	288.210	BRL	0,00%	150,0%	(299.765)	(390.081)
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP USD x CDI	06/02/2031	Passiva	288.210	BRL	0,00%	150,5%	(299.805)	(391.054)
									(116.419)	**(336.258)**
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP IPCA x CDI	15/12/2025	Ativa	100.000	BRL	7,17%	100,0%	107.795	116.410
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP IPCA x CDI	15/12/2025	Ativa	200.000	BRL	7,24%	100,0%	215.877	233.129
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP IPCA x CDI	16/06/2028	Ativa	400.000	BRL	7,24%	100,0%	451.248	521.753
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP IPCA x CDI	15/12/2025	Passiva	100.000	BRL	0,00%	152,0%	(100.636)	(118.282)
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP IPCA x CDI	15/12/2025	Passiva	200.000	BRL	0,00%	151,4%	(201.266)	(236.111)
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP IPCA x CDI	16/06/2028	Passiva	400.000	BRL	0,00%	140,0%	(421.297)	(546.869)
									51.721	**(29.970)**
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP IPCA x CDI	15/09/2031	Ativa	350.000	BRL	7,64%	100,00%	370.575	429.184
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	SWAP IPCA x CDI	15/09/2031	Passiva	350.000	BRL	0,00%	135,94%	(359.661)	(435.977)
									10.914	**(6.793)**
								Ponta ativa	3.851.427	4.732.793
								Ponta Passiva	(3.866.279)	(5.067.033)
								Total líquido de *SWAP*	**(14.852)**	**(334.240)**

A tabela abaixo indica os períodos esperados que os fluxos de caixa associados com o contrato de *swap* impactam o resultado e o respectivo valor contábil desse instrumento.

		Fluxo de caixa esperado				
Swap	Valor curva (MTM)	1-6 Meses	7-12 Meses	Até 2 nos	Até 3 anos	Mais de 3 anos
Ponta ativa	4.732.793	108.254	94.577	273.477	268.102	3.988.383
Ponta passiva	(5.067.033)	(194.417)	(279.289)	(550.129)	(435.121)	(3.608.077)
Total	**(334.240)**	**(86.163)**	**(184.712)**	**(276.652)**	**(167.019)**	**380.306**

(c) Risco de liquidez - A Movida monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente. O objetivo da Movida é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de crédito para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo apropriação de juros:

Passivos financeiros	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos
Fornecedores	2.026.740	2.026.740	2.026.740	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.094.501	3.835.131	198.346	277.006	3.359.779
Debêntures	2.169.620	3.020.136	222.514	666.039	2.131.583
Instrumentos financeiros derivativos	366.228	366.228	-	366.228	-
Arrendamento por direitos de uso	372.994	372.994	99.447	273.547	-
Outras contas a pagar e adiantamentos	114.534	114.534	112.338	2.196	-
Total	**8.144.617**	**9.735.763**	**2.659.385**	**1.585.016**	**5.491.362**

5.5. Sensibilidade a taxas de juros e moeda - A Movida efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis. Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 11,79% a.a., com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), SELIC de 11,79% a.a. (fonte: Bacen - Banco Central do Brasil), taxa do Euro de R$ 7,04 (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão), taxa do Dólar de R$ 6,16 (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão), IPCA de 5,20% a.a. (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão) impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras. Sobre a TJLP, o cenário considerado provável em 31 de dezembro de 2021 é de 9,83% a.a. conforme BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Operação	Exposição	Risco	Ganho / (Perda) Potencial	Taxa provável	Cenário Provável - CDI/TJLP	Cenário I + deterioração de 25% - CDI/TJLP	Cenário I + deterioração de 50% - CDI/TJLP
Risco de taxa de juros							
Instrumentos financeiros							
Aplicações financeiras	R$98.795	CDI	Ganho	12,08%	11.934	14.918	17.902
Títulos e valores mobiliários	R$741.404	SELIC	Ganho	11,79%	87.412	109.264	131.117
Total do ativo					**99.346**	**124.182**	**149.019**
Empréstimos, financiamentos	R$359.037	CDI+2,6%	Perda	14,39%	(51.665)	(62.248)	(72.831)
Debentures (CDI)	R$1.409.381	CDI+2,97%	Perda	14,76%	(208.014)	(249.556)	(291.097)
Empréstimos, financiamentos (TJLP)	R$30.094	TJLP	Perda	5,32%	(1.601)	(2.001)	(2.402)
Total do passivo pós fixado					**(261.280)**	**(313.805)**	**(366.330)**
Derivativos designados como hedge accounting							
Debentures (IPCA)	R$760.239	IPCA+7,2%	Perda	12,40%	(94.272)	(104.155)	(114.038)
Swap ponta ativa - Debentures (IPCA)	R$760.239	IPCA+7,2%	Ganho	12,40%	94.272	104.155	114.038
Swap ponta passiva - Debentures (IPCA)	R$760.239	144,9% do CDI	Perda	17,08%	(129.876)	(162.344)	(194.813)
Efeito líquido da exposição					**(129.876)**	**(162.344)**	**(194.813)**
Exposição líquida e impacto no resultado financeiro - pós fixado					**(291.810)**	**(351.967)**	**(412.124)**
Total da exposição líquida e impacto no resultado financeiro de risco de taxa de juros					**(291.810)**	**(351.967)**	**(412.124)**
Risco de câmbio							
Derivativos designados como hedge accounting							
Operação em Euro							
Empréstimos, financiamentos (EUR)	R$266.811	EUR+1,7%	Perda	13,27%	(35.415)	(43.135)	(50.855)
Swap ponta ativa - Empréstimos, financiamentos (EUR)	R$266.811	EUR+1,7%	Ganho	13,27%	35.415	43.135	50.855
Swap ponta passiva - Empréstimos, financiamentos (EUR)	R$266.811	CDI+2,07%	Perda	13,86%	(36.980)	(44.844)	(52.708)
Efeito líquido da exposição operação em Euro					**(36.980)**	**(44.844)**	**(52.708)**
Operação em Dólar							
Empréstimos, financiamentos (USD)	R$2.438.559	USD+5,83%	Perda	16,27%	(396.787)	(460.435)	(524.082)
Swap ponta ativa - Empréstimos, financiamentos (USD)	R$2.438.559	USD+5,83%	Ganho	16,27%	396.787	460.435	524.082
Swap ponta passiva - Empréstimos, financiamentos (USD)	R$2.438.559	150,41% do CDI	Perda	17,73%	(432.431)	(540.539)	(648.647)
Efeito líquido da exposição operação em (USD)					**(432.431)**	**(540.539)**	**(648.647)**
Total da exposição líquida e impacto no resultado financeiro de risco de câmbio					**(469.411)**	**(585.383)**	**(701.355)**
Variação no resultado com relação ao cenário provável					**-**	**(176.129)**	**(352.258)**

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Movida, e consequente aumento ou redução das despesas financeiras líquidas.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1. Política contábil - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez realizados no curso normal de suas operações em até 90 dias, prontamente conversíveis em caixa, e com risco insignificante de mudança de valor. **6.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	527	1.016
Bancos	116	166
Total de disponibilidade	**643**	**1.182**
Letras financeiras	-	7.260
Compromissadas	4.109	3.236
CDB (certificado de depósitos bancários)	94.043	43.818
Total das aplicações financeiras	**98.152**	**54.314**
Total de caixa e equivalentes de caixa	**98.795**	**55.496**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o rendimento médio dos fundos locais nos quais estas operações estão alocadas foi de 4,55% a.a. atreladas 103% do CDI. (em 31 de dezembro de 2020 o rendimento médio foi de 2,59% a.a. atreladas 93,73% do CDI).

7. TÍTULOS, VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

7.1. Política contábil - As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, apenas no mercado secundário (balcão), e são mensuradas a valor justo por meio do resultado. **7.2. Composição de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras**

Operações	31/12/2021	31/12/2020
Títulos no país/fundos exclusivos		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	353.115	585.229
LTN - Letras do Tesouro Nacional	388.289	271.517
Cotas de fundos	-	10.950
Total	**741.404**	**867.696**
No ativo circulante	741.404	827.321
No ativo não circulante	-	40.375
Total	**741.404**	**867.696**

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos administrados pela controladora Simpar é definido por taxas pós-fixadas e pré-fixadas (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o rendimento médio foi de 3,48% a.a. (2,59% a.a. no período findo em 31 de dezembro de 2020). As informações sobre a mensuração ao valor justo, sobre a exposição da Movida a riscos de crédito e de mercado e sobre sensibilidade a taxas de juros e moeda estão incluídas nas notas explicativas 5.2., 5.3 e 5.4. A Movida possui certas operações com derivativos *("swaps")* que requerem margem em garantia para variações de marcações a mercado que ultrapassem limites pré-estabelecidos em cada contrato. A margem de garantia total em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 22.702 (zero em 31 de dezembro de 2020). Os valores são calculados em bases diária e podem ser liberados ou complementados dependendo da variação ocorrida no dia.

8. CONTAS A RECEBER

8.1. Política contábil - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo aluguel de veículos, prestação de serviços de frotas e pela venda de veículos desmobilizados para renovação de frotas no curso normal das atividades da Movida. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo na data em que foram originadas e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão estimada para perdas esperadas ("PECLD" ou *"impairment"*). Para contratos de aluguéis de veículos cuja locação, ou prestação de serviços está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, a receita é apurada por medidas conforme os respectivos dias incorridos e contabilizada como receita a faturar no contas a receber, até o momento em que os veículos são devolvidos e os contratos encerrados. A Movida utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo *"ad hoc"*. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

8.2. Composição das contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber de clientes	257.325	234.887
Valores a receber com cartões de crédito	351.436	200.132
Receita de locação a faturar	128.295	12.058
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 26.2)	44.232	35.311
(-) Perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber	(98.585)	(94.713)
Subtotal	**682.703**	**387.675**
No ativo circulante	680.966	386.726
No ativo não circulante	1.737	949
Total	**682.703**	**387.675**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Movida não possuía saldo de contas a receber dado em garantia de dívidas. As informações sobre a mensuração ao valor justo e sobre a exposição da Movida a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa 5.4.

8.3. A movimentação das perdas esperadas *(impairment)*

Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(50.849)**
(-) Adição	(52.808)
(+) Reversões	8.528
(+) Baixas para perdas[(i)]	416
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(94.713)**
(-) Adição	(35.537)
(+) Reversões	6.627
(-) Baixas para perdas(i)	25.038
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(98.585)**

(i) Refere-se a títulos baixados como perdas efetivas, que se encontravam vencidos há mais de 2 anos e estavam 100% provisionados, mas que, todavia, terão suas cobranças administrativas e judiciais mantidas. Não há impacto no saldo líquido de contas a receber e nos fluxos de caixa correspondentes.

8.4. Classificação por vencimentos e suas respectivas taxas de perdas esperadas

	31/12/2021				31/12/2020			
	Contas a receber	Perdas esperadas	%	Total líquido	Contas a receber	Perdas esperadas	%	Total líquido
Títulos a vencer	**645.343**	**(13.005)**	**-2,02%**	**632.338**	**371.967**	**(12.277)**	**-3,30%**	**359.690**
Vencidos em até 30 dias	24.483	(3.604)	**-14,72%**	20.879	12.057	(2.446)	**-20,29%**	9.611
Vencidos de 31 a 90 dias	22.610	(6.400)	**-28,31%**	16.210	14.371	(4.750)	**-33,05%**	9.621
Vencidos de 91 a 180 dias	15.923	(8.717)	**-54,74%**	7.206	17.158	(8.542)	**-49,78%**	8.616
Vencidos de 181 a 365 dias	21.446	(14.886)	**-69,41%**	6.560	15.919	(9.994)	**-62,78%**	5.925
Vencidos há mais de 365 dias	51.483	(51.973)	**-100,95%**	(490)	50.916	(56.704)	**-111,37%**	(5.788)
Total Vencidos	**135.945**	**(85.580)**	**-62,95%**	**50.365**	**110.421**	**(82.436)**	**-74,66%**	**27.985**
Total	**781.288**	**(98.585)**		**682.703**	**482.388**	**(94.713)**		**387.675**

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

9.1. Política contábil - Os saldos de tributos a recuperar correspondem a créditos fiscais obtidos sobre insumos utilizados nas prestações de serviços, depreciação e serviços essenciais. **9.2. Composição dos tributos a recuperar**

	31/12/2021	31/12/2020
PIS e COFINS a compensar [i]	38.738	31.490
INSS a compensar	11.961	13.368
ISS a compensar	62	62
Total	**50.761**	**44.920**
No ativo circulante	32.016	16.079
No ativo não circulante	18.745	28.841
Total	**50.761**	**44.920**

(i) Decorre do crédito tributário reconhecido no período oriundo da não incidência da contribuição previdenciária sobre verbas indenizatórias, que já se encontra pacificada junto aos Tribunais Superiores, no que se refere a algumas verbas trabalhistas.

10. ATIVO IMOBILIZADO DISPONIBILIZADO PARA VENDA

10.1. Política contábil - Nessa rubrica estão classificados bens que estavam contabilizados no ativo imobilizado e que, em decorrência da sua substituição, estão disponíveis para venda imediata. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante. Uma vez classificados como ativo imobilizado disponibilizados para venda, os ativos deixam de ser depreciados. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **10.2. Composição do ativo imobilizado disponibilizado para venda**

	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**262.626**	**(16.966)**	**245.660**
Bens baixados por venda[i]	(2.352.178)	162.782	(2.189.396)
Bens transferidos do imobilizado	2.336.252	(160.280)	2.175.972
(-) Perdas esperadas (*impairment*) [ii]	(97.854)	-	(97.854)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**148.846**	**(14.464)**	**134.382**
Bens baixados por venda[i]	(2.005.879)	156.984	(1.848.895)
Bens transferidos do imobilizado	2.104.420	(155.384)	1.949.036
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**247.387**	**(12.864)**	**234.523**

(i) Os valores de baixa por venda refletem a totalidade do custo de vendas de ativos utilizados na prestação de serviços; e (ii) Reconhecimento de perdas por recuperabilidade devido aos impactos da COVID-19 conforme nota explicativa 14. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Movida não tinha ativos mantidos para venda dados em garantia de dívidas.

11. INVESTIMENTOS

11.1. Política contábil - As informações financeiras de coligadas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial e em alguns casos pelo custo amortizado, quando o instrumento financeiro dá direito a conversão em ações. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

11.2. Composição dos investimentos

Investimentos	Patrimônio Líquido em 31/12/2021	Participação %	Resultado de Equivalência Patrimonial	31/12/2021
CS Brasil Frotas S. A [i]	1.873.476	30,50	483	571.328
E-Moving [ii]	-	-	-	1.192
Total de investimentos permanentes			**483**	**572.520**

(i) A Movida Locação de veículos S.A detém 30,5% de participação acionaria nos investimentos da CS Brasil Frotas S.A (Coligada). Conforme estrutura societária atual, a CS Brasil Participações **é a** Controladora da CS Brasil Frotas S.A., detendo 69,5% da participação da CS Brasil Frotas S.A. (ii) Contrato de aliança estratégia com a E-Moving, assinado em 09 de agosto de 2018. O contrato de R$1,0 milhão prevê apoio ao desenvolvimento do negócio e investimento para expansão com prazo de 5 anos. O contrato preve que, a Movida passa a ter uma opção de se tornar sócia ao final do período.

11.3. Movimentação dos investimentos

	CS Brasil Frotas S. A	E-Moving	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	**1.107**	**1.107**
Outros	-	132	**132**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	**1.239**	**1.239**
Aquisição de investimentos via organização societária	597.000	-	**597.000**
Resultado de equivalência patrimonial	483	-	**483**
Resultado na variação de participação acionaria [iii]	(24.791)	-	**(24.791)**
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.364)	-	**(1.364)**
Outros	-	(47)	**(47)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**571.328**	**1.192**	**572.520**

(iii) Impacto referente a captação de debêntures

12. IMOBILIZADO

12.1. Política contábil - i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. ii) Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Movida. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii) Baixas: Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil dos ativos) são incluídas na demonstração do resultado do exercício em que o ativo foi baixado. iv) Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. A Movida adota o procedimento de revisar pelo menos uma vez ao ano as estimativas do valor residual esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados através de analises de bases históricas do valor de mercado (tabela FIPE) de seus carros, bem como acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e, sempre que necessário, são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente e ajustados caso seja apropriado. Taxas médias anuais ponderadas de depreciação aplicada:

Taxa média de depreciação (%)

Itens do imobilizado	2021	2020
Veículos	5,00%	6,08%
Máquinas e equipamentos	9,97%	10,00%
Computadores e periféricos	19,12%	20,00%
Móveis e utensílios	10,01%	10,00%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	24,05%	33,13%
Direito de uso (veículos)	66,72%	23,26%
Direito de uso (imóveis)	22,27%	-

12.2. Composição do imobilizado - As movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão a seguir apresentadas:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Construções em Andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Direito de uso	Total
Custo ou avaliação:								
Em 31 de dezembro de 2019	**4.926.222**	**5.493**	**15.164**	**67.334**	**13.964**	**18.854**	**239.518**	**5.286.549**
Adições	3.400.320	48	22.595	1.929	5.125	7.558	46.526	3.484.101
Transferências para disponíveis para venda(i)	(2.336.252)	-	-	-	-	-	-	(2.336.252)
Baixas(ii)	(149.752)	(32)	(36)	(24.308)	(1.934)	(118)	(17.349)	(193.529)
Transferências	(2)	-	(23.596)	23.596	7	(5)	-	-
Perda na desvalorização de ativos - (*impairment*)	(45.340)	-	-	(2.055)	-	-	-	(47.395)
Em 31 de dezembro de 2020	**5.795.196**	**5.509**	**14.127**	**66.496**	**17.162**	**26.289**	**268.695**	**6.193.474**
Adições	6.557.714	-	49.534	2.053	7.046	10.145	304.323	6.930.815
Transferências para disponíveis para venda(i)	(2.104.420)	-	-	-	-	-	-	(2.104.420)
Baixas(ii)	(211.258)	(30)	-	(19.569)	(3.035)	(35)	(62.910)	(296.837)
Transferências	-	-	(37.074)	37.074	151	(151)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	**10.037.232**	**5.479**	**26.587**	**86.054**	**21.324**	**36.248**	**510.108**	**10.723.032**
Depreciação acumulada:								
Em 31 de dezembro de 2019	**(147.999)**	**(1.472)**	-	**(37.143)**	**(6.050)**	**(4.137)**	**(55.977)**	**(252.778)**
Depreciação do exercício	(325.945)	(547)	-	(17.051)	(2.927)	(2.314)	(58.450)	(407.234)
Transferências para disponíveis para venda(i)	160.280	-	-	-	-	-	-	160.280
Baixas(ii)	7.505	32	-	24.308	1.826	118	3.409	37.198
Em 31 de dezembro de 2020	**(306.159)**	**(1.987)**	-	**(29.886)**	**(7.151)**	**(6.333)**	**(111.018)**	**(462.534)**
Depreciação do exercício	(237.484)	(548)	-	(18.345)	(3.679)	(3.130)	(90.511)	(353.697)
Transferências para disponíveis para venda(i)	155.384	-	-	-	-	-	-	155.384
Baixas(ii)	11.903	56	-	19.331	2.962	6	44.707	78.965
Em 31 de dezembro de 2021	**(376.356)**	**(2.479)**	-	**(28.900)**	**(7.868)**	**(9.457)**	**(156.822)**	**(581.882)**
Valor residual líquido:								
Em 31 de dezembro de 2020	**5.489.037**	**3.522**	**14.127**	**36.610**	**10.011**	**19.956**	**157.677**	**5.730.940**
Em 31 de dezembro de 2021	**9.660.876**	**3.000**	**26.587**	**57.154**	**13.456**	**26.791**	**353.286**	**10.141.150**

(i) Refere-se à transferência do custo de aquisição e depreciação acumulada dos veículos que estão sendo desmobilizados para a conta ativo imobilizado disponível para venda. Ver nota explicativa 10; e (ii) Das baixas de ativos imobilizados R$ 199.355 (R$ 142.247 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a veículos sinistrados, avariados ou roubados. **12.2. Análise de *impairment* de ativo imobilizado -** Dado aos impactos trazidos e conhecidos até o momento pela crise causada pela pandemia da COVID-19, a Movida fez avaliação sobre os indicativos de existência ou não de perda dos valores recuperáveis *("impairment")* dos ativos imobilizados, principalmente quanto às frotas de veículos, máquinas e equipamentos. A análise de indicativos considerou as seguintes premissas: a. Comparação entre os saldos residuais dos ativos, individuais ou em conjunto por modelo, e os seus valores, estimados de venda, com base nos preços de mercado praticados e expectativas da Administração e especialistas quanto a precificações futuras; e b. Para itens cujos valores de mercado estavam inferiores aos saldos residuais respectivos, foi acrescentada a estimativa de geração de caixa por esses ativos, durante o prazo dos contratos que esses ativos prestam serviço, até o limite da expectativa de suas desmobilizações, não foram identificadas de perda.

13. INTANGÍVEL

13.1. Política contábil - O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura. O ágio é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Os testes de *impairment* são realizados anualmente e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não podem mais ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de *impairment* o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), conforme nota explicativa 14. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. **13.1.1. *Softwares* -** As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **13.1.2. Pontos comerciais -** Compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear. **13.1.3. Amortização -** A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida, quando se trata de vida útil definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. Os ativos sem prazo de vida útil definido não são amortizados, mas são testados anualmente para identificar eventual perda do respectivo valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. Taxas médias anual ponderadas de amortização aplicada:

Taxa média de amortização (%)

Itens do intangível	2021	2020
Software	13,75%	20,00%
Ponto comercial	2,33%	16,55%

13.2. Composição do intangível - As movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão a seguir apresentadas:

	Ágio(i)	*Softwares*	Ponto Comercial	Outros	Total
Custo ou avaliação:					
Em 31 de dezembro de 2019	**2.777**	**91.427**	**4.573**	**4.634**	**103.411**
Adições	-	39.005	100	-	39.105
Baixas	-	(893)	-	-	(893)
Em 31 de dezembro de 2020	**2.777**	**129.539**	**4.673**	**4.634**	**141.623**
Adições	-	38.121	6	-	38.127
Baixas	-	(913)	-	(6)	(919)
Em 31 de dezembro de 2021	**2.777**	**166.747**	**4.679**	**4.628**	**178.831**
Amortização:					
Em 31 de dezembro de 2019	-	**(3.244)**	-	**(112)**	**(3.356)**
Despesas de amortização	-	(3.315)	(99)	(2)	(3.417)
Baixas	-	392	-	-	392
Em 31 de dezembro de 2020	-	**(6.167)**	**(99)**	**(114)**	**(6.381)**
Adições	-	(20.366)	(108)	-	(20.473)
Baixas	-	913	-	-	913
Transferências	-	-	(84)	84	-
Em 31 de dezembro de 2021	-	**(25.620)**	**(291)**	**(30)**	**(25.941)**
Valor residual líquido:					
Em 31 de dezembro de 2020	**2.777**	**123.372**	**4.574**	**4.519**	**135.242**
Em 31 de dezembro de 2021	**2.777**	**141.127**	**4.389**	**4.597**	**152.890**

(i) Ágio originado na combinação de negócios de locação de veículos

14. ANÁLISE DE REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS *(IMPAIRMENT)*

O teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida é efetuado anualmente ou quando há indicadores de redução do valor recuperável de alguma das unidades geradoras de caixa ("UGC") em que estão alocados. Em 30 de março de 2020, diante do cenário de pandemia da COVID-19 e devido ao isolamento social, a Movida foi impactada pela redução de clientes com fechamento de lojas *"rent a car"* e de seminovos. Considerando esse cenário, a Movida realizou a revisão das projeções utilizadas nos testes de redução ao valor recuperável *(impairment)* de seus ativos. A revisão resultou no reconhecimento de provisão para esses ativos. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração atualizou seus estudos e os resultados estão detalhados abaixo. **14.1. Redução ao valor recuperável *("impairment")* de ativos financeiros -** A Movida reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Movida mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, utiliza-se uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo *"ad hoc"*.

A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios de que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de *"impairment"* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Movida não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Movida adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Movida não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Movida para a recuperação dos valores devidos. **14.2. Teste da redução ao valor recuperável *(impairment)* -** O valor recuperável de uma UGC foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada UGC atua. A Movida realizou o seu teste de *impairment* em quatro grupos do ativo: contas a receber, ativo disponível para venda, ativo imobilizado operacional e ativos fiscais diferidos. Abaixo estão classificados os grupos que foram testados e as metodologias adotadas.

Grupo	Metodologia utilizada
Contas a receber	Análise de risco de crédito avaliados de forma individual ou coletiva
Ativo disponível para venda	Ativo individual: valor justo deduzido das despesas de venda
Ativo imobilizado operacional	Ativo individual: valor justo e fluxo de caixa descontado por UGC
Intangível	Fluxo de caixa descontado por entidade jurídica

a) Contas a receber - Para o grupo de contas a receber a Movida analisou a situação de inadimplência por cliente do período anterior à pandemia e comparou com a inadimplência no período imediatamente posterior. Adicionalmente às informações de inadimplência, outro fator levado em consideração foram os pedidos de postergação de prazos para pagamentos e de descontos feitos pelos clientes. No final do 1° trimestre de 2020, o contas a receber sofreram uma provisão adicional de R$ 38.251 por conta da pandemia. Em 31 de dezembro de 2020, a Movida efetuou um novo estudo para recuperabilidade de seus ativos financeiros *("impairment")* e identificou a necessidade reversão de impairment no montante de R$ 15.340. Para o exercício de 2021 a Companhia atualizou os estudos de recuperabilidade e não identificou a necessidade de ajustes do montante provisionado. **b) Ativo imobilizado disponibilizado para venda -** Conforme mencionado na nota explicativa 1.2, baseado nas avaliações da Administração frente as condições de mercado atuais, dado o impacto da COVID-19 no setor de venda de veículos seminovos, a Movida registrou provisão para redução ao valor de realização de parte de seus veículos disponíveis para venda no valor de R$ 97.854 em 31 de março de 2020. O saldo líquido após as baixas efetuadas até 31 de dezembro de 2021 é de R$ 7.380. A Movida atualizou seus estudos para 31 de dezembro de 2021, onde foi observado ao longo do exercício um gradual aumento no preço de venda de veículos seminovos decorrente basicamente da redução da oferta de veículos novos pelas montadoras no mercado. Sendo assim, baseado na melhor estimativa da Administração não foi identificada a necessidade de novos ajustes no valor de realização para esse período especificamente decorrentes dos impactos da COVID-19. **c) Ativo imobilizado operacional -** Dado os impactos trazidos e conhecidos até o momento pelo surto da COVID-19, a Movida fez avaliação sobre a existência de indícios de perda dos valores recuperáveis *(impairment)* dos ativos imobilizados, principalmente quanto às frotas de veículos. A análise de indicativos observou não somente os impactos econômico-financeiros causados ou esperados pela crise instaurada, mas também os valores atuais e esperados de mercado desses ativos e a geração de caixa pelos mesmos. A perda é calculada entre o maior valor recuperável entre o valor em uso e o valor justo menos despesas para vender o ativo. Com base nessa análise, realizada em 31 de março de 2020, foram observados indicativos de perda e por isso foram aplicados testes detalhados com cálculos para a frota de veículos, que registrou provisão no montante de R$ 95.485. A Movida, com o apoio de especialistas contratados, reavaliou seus estudos de recuperabilidade do valor de realização dos seus veículos em operação, cujo resultado revelou que o valor em uso dos mesmos supera o seu valor contábil naquela data e concluiu pela reversão do saldo remanescente de R$ 25.145, após as baixas efetuadas por venda durante o período, ainda no exercício de 2020. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui perda esperadas sobre ativo imobilizado registrado no balanço. Em adição, a Movida decidiu pelo fechamento de 15 lojas (3 de venda de seminovos e 12 *Rent a car*), cuja recuperação de seu fluxo de caixa ficará comprometido até a data de sua efetiva devolução ao proprietário. Sendo assim, registrou uma provisão para baixa de seu valor recuperável (*impairment*) relativo aos ativos relacionados no valor de R$ 2.055 em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 a Movida efetuou a baixa efetiva de parte dessas lojas no montante de R$ 1.344, o saldo em 31 de dezembro de 2021 é R$ 711. A Administração atualizou seus estudos, baseados em sua melhor estimativa e concluiu não serem necessários novos ajustes para esse exercício. **d) Ativos intangíveis -** Conforme mencionado na nota explicativa 1.2, devido aos impactos econômico-financeiros causados até o momento pela crise da pandemia da COVID-19, a Movida reacessou seus testes de *impairment*, atualizando-os com as premissas e indicadores e expectativas mensuráveis atuais pós instauração da crise, e não identificou perdas sobre os valores contabilizados de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, ágio e fundo de comércio. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2021, seguem inalteradas e foram as que seguem:

Unidades Geradoras de Caixa	Movida
Taxas de desconto (WACC)	13,40%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,00%
Taxas de crescimento estimado para o LAJIDA (i) - média para os próximos 5 anos	5,60%

Sendo: • Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (*WACC*) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixa livres;

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

• Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 6 anos, de janeiro de 2022 a dezembro de 2027; • Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação; e • Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período *("mid period")*, assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano. Os valores recuperáveis estimados para as UGCs foram superiores aos seus valores contábeis. A Administração identificou a premissa principal para a qual alterações razoavelmente possíveis podem acarretar em *impairment*. De acordo com o estudo, para que valor recuperável dos ativos testados sejam iguais ao seu valor contábil na data-base desse relatório, a taxa *WACC* deveria sofrer uma variação na RAC de 0,97 p.p.

15. FORNECEDORES

15.1. Política contábil - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa efetiva de juros.

15.2. Composição de fornecedores

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Montadoras e concessionárias de veículos[i]	1.889.601	1.052.123
Fornecedores de serviços e peças automotivos	15.157	12.494
Fornecedores de serviços exceto automotivos	29.272	45.335
Partes relacionadas (nota 25.2)	693	3.853
Multas a pagar	50.766	31.761
Outros	41.251	9.388
Total	**2.026.740**	**1.154.954**

(i) A variação no saldo da rubrica de montadoras e concessionárias de veículos é decorrente da retomada das compras de veículos novos e renegociação com as montadoras. A informação sobre a exposição da Movida aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores encontra-se divulgada na nota explicativa 5.3.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

16.1. Política contábil - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

16.2. Composição de empréstimos e financiamentos

	Notas promissórias [i]	FNE [ii]	CCB [iii]	FINEP [iv]	Crédito internacional (4131) [v]	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**72.167**	**176.278**	**415.571**	**30.048**	**269.012**	**963.076**
Captação	-	-	-	-	2.799.275	2.799.275
Amortização	(70.000)	(175.448)	(414.690)	-	-	(660.138)
Juros capitalizados	-	-	-	1.481	-	1.481
Juros pagos	(4.005)	(4.087)	(5.900)	(1.436)	(58.238)	(73.666)
Juros apropriados	1.838	3.257	5.019	-	137.446	147.560
Despesas a apropriar	-	-	-	-	(3.135)	(3.135)
Variação Cambial	-	-	-	-	(79.952)	(79.952)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**-**	**-**	**30.093**	**3.064.408**	**3.094.501**
Circulante	-	-	-	1.910	79.473	81.383
Não circulante	-	-	-	28.183	2.984.935	3.013.118
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**-**	**-**	**30.093**	**3.064.408**	**3.094.501**

	Notas promissórias [i]	FNE [ii]	CCB [iii]	FINEP [iv]	Crédito internacional (4131) [v]	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	**134.272**	**116.224**	**30.024**	-	**280.520**
Captação	80.000	47.564	406.440	-	221.949	755.953
Amortização	(10.000)	(11.991)	(107.332)	-	-	(129.323)
Juros pagos	(630)	(2.937)	(12.953)	(1.483)	(1.908)	(19.911)
Juros apropriados	2.797	9.370	13.192	1.507	3.048	29.914
Variação Cambial	-	-	-	-	45.923	45.923
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**72.167**	**176.278**	**415.571**	**30.048**	**269.012**	**963.076**
Circulante	72.167	111.726	262.758	24	1.140	447.815
Não circulante	-	64.552	152.813	30.024	267.872	515.261
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**72.167**	**176.278**	**415.571**	**30.048**	**269.012**	**963.076**

Cronograma	Taxa média a.a. (%)	Estrutura de taxa média	Vencimento
FINEP	5,32%	TLP	Jul/30
Empréstimos 4131	6,85%	Eur+1,70% // USD+5,83 / 5,82 / 4,94 / 4,80 / 4,99 / 4,80 / 4,91/ 4,86 / 4,94 / 4,88 / 5,08	Fev/22 - Ago/22; Fev/23 - Ago/23; Fev/24 - Ago/24; Mar/25 - Ago/25 e Fev/26

(i) **Notas Promissórias ("NPs") -** Adquiridas junto a instituições financeiras destinadas ao reforço de liquidez e gestão do caixa para financiar a renovação e expansão da frota dos veículos na gestão ordinária de seus negócios. (ii) **Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE") -** Financiamento para alongamento da estrutura de capital de terceiros. (iii) **Cédulas de Crédito Bancário ("CCB") -** Adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro, além de financiar a compra de veículos, máquinas e equipamentos para as operações. (iv) **Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP") -** Refere-se a contratos de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas. Essa transação não possui cláusulas de compromissos. A amortização do principal será realizada no final do contrato. (v) **Crédito Internacional (4131) -** Refere-se à operação de empréstimo junto a instituições financeiras no exterior, com pagamentos de juros semestrais e amortizações de principal anual, sendo as parcelas a pagar em março dos anos de 2023, 2024 e 2025. Essa operação possui cláusulas de compromissos incluindo a manutenção de certos índices financeiros, atrelados ao percentual de dívida em relação ao lucro antes de resultado financeiro, impostos, depreciações e amortizações (*EBITDA*), medido anualmente com base no desempenho da Movida e suas controladas. Essa operação está 100% protegida, através de contratação de *swap*, conforme mencionado na nota explicativa 5.4 (b). Caso não sejam cumpridos, o saldo da dívida pode ter seu vencimento antecipado. **Para fins de leitura das referências acima, considera-se as seguintes definições:** a) "Dívida Financeira Líquida" significa saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial *(hedge)* e subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras; b) "EBITDA" significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos, custo líquido de veículos avariados e sinistrados e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses das sociedades incorporadas e/ou adquiridas pela Emissora; c) Despesas financeiras líquidas significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidos as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida líquida acima, calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses. Todos os compromissos de manutenção de índices financeiros estão cumpridos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

17. DEBÊNTURES

17.1. Política contábil - As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

17.2. Composição de debêntures

	1ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	6ª Emissão	7ª Emissão	8ª emissão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**188.041**	**40.200**	**207.201**	**200.690**	**199.903**	-	-	-	**836.035**
Amortização	(187.500)	(40.000)	-	(200.000)	-	-	-	-	(427.500)
Captação	-	-	-	-	-	700.000	400.000	603.253	1.703.253
Encargos a apropriar	-	-	-	-	-	(14.265)	(5.559)	(6.253)	(26.077)
Juros pagos	(4.412)	(755)	(8.442)	(4.799)	(12.499)	(16.871)	-	-	(47.778)
Juros apropriados	3.871	555	12.362	4.109	14.583	39.604	3.645	1.187	79.916
Variação monetária	-	-	-	-	-	51.771	-	-	51.771
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**-**	**211.121**	**-**	**201.987**	**760.239**	**398.086**	**598.187**	**2.169.620**
Circulante	-	-	51.399	-	2.316	20.545	2.495	2.909	79.664
Não circulante	-	-	159.722	-	199.671	739.694	395.591	595.278	2.089.956
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**-**	**211.121**	**-**	**201.987**	**760.239**	**398.086**	**598.187**	**2.169.620**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**253.280**	**80.912**	**206.283**	-	-	-	-	-	**540.475**
Amortização	(62.500)	(40.000)	-	-	-	-	-	-	(102.500)
Captação	-	-	-	200.000	200.000	-	-	-	400.000
Encargos a apropriar	-	-	-	(1.318)	(1.047)	-	-	-	(2.365)
Juros pagos	(15.510)	(4.246)	(8.130)	(6.495)	-	-	-	-	(34.381)
Juros apropriados	12.771	3.534	9.048	8.503	950	-	-	-	34.806
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**188.041**	**40.200**	**207.201**	**200.690**	**199.903**	-	-	-	**836.035**
Circulante	63.785	40.200	7.730	954	591	-	-	-	113.260
Não circulante	124.256	-	199.471	199.736	199.312	-	-	-	722.775
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**188.041**	**40.200**	**207.201**	**200.690**	**199.903**	-	-	-	**836.035**

As características das debêntures estão apresentadas na tabela a seguir:

Entidade emissora	**Movida Locação**							
Descrição	**1ª Emissão**	**2ª Emissão**	**3ª Emissão**	**4ª Emissão**	**5ª Emissão**	**6ª Emissão**	**7ª Emissão**	**8ª Emissão**
a. Identificação do processo por natureza								
Instituição financeira	*Bradesco*	*BOCOM BBM*	*BOCOM BBM*	*BB*	*Santander*	*XP*	*BRAD BBI*	*BTG PACTUAL*
Valor da 1ª Série	250.000	100.000	100.000	200.000	200.000	400	400.000	600.000
Valor da 2ª Série	-	-	-	-	-	300	-	-
Valor da 3ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituição financeira	-	-	BB	-	-	-	-	-
Valor da 1ª Série	-	-	100.000	-	-	-	-	-
Valor da 2ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor total	**250.000**	**100.000**	**200.000**	**200.000**	**200.000**	**700**	**400.000**	**600.000**
Emissão	13/04/2018	31/10/2018	27/06/2020	30/04/2020	24/11/2020	16/04/2021	30/11/2021	21/12/2020
Captação	13/04/2018	31/10/2018	27/06/2020	30/04/2020	24/11/2020	16/04/2021	30/11/2021	28/12/2021
Vencimento	29/03/2023	10/10/2021	24/01/2024	20/04/2022	18/11/2023	15/12/2025 15/06/2028	30/11/2026	10/12/2025
Espécie	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias	-	-
Identificação ativo na CETIP	MVL11	MVL12	MVL13	MVL14	MVL15	MVL26	MVLV17	CSBR11
b. Taxa de juros efetiva a.a. %								
1ª Série	CDI + 2,00%	CDI + 1,80%	CDI + 1,80%	CDI + 1,60%	CDI + 4,20%	IPCA +7,1702%	CDI + 2,90%	CDI + 3.70%
2ª Série	-	-	-	-	-	IPCA + 7,2413%	-	-
3ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-
c. Valor total da dívida	**-**	**-**	**211.121**	**-**	**201.987**	**760.239**	**398.086**	**598.187**

As debêntures emitidas, estão sujeitas a cláusulas de compromisso de manutenção de índices financeiros, atrelados ao percentual de dívida e de despesas financeiras em relação ao lucro antes dos impostos, depreciação, amortização, acrescido de custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses (EBITDA) da Movida. Caso não sejam cumpridos, o saldo da dívida pode ter seu vencimento antecipado. Essas debêntures não possuem garantias atreladas. A Companhia não está em desacordo com qualquer cláusula de vencimento antecipado.

18. ARRENDAMENTOS

18.1. Política contábil - No início de um contrato, a Movida avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Movida utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2) / IFRS 16. **(i) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Movida aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Movida optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Movida reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Movida alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Movida apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamento a pagar" no balanço patrimonial. Os ativos e passivos por direito de uso estão classificados por classe de ativos. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor:** A Companhia se isenta de reconhecimento e opta por não aplicar os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 para os itens abaixo: • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); • exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendador:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a Movida atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Movida faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Movida considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando a Movida é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Movida, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Movida aplicará o CPC 47 / IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato. A Movida aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 4.1.1.(ii) e 13.1). A Movida também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Movida reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Movida como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06 (R2) / IFRS 16. **a) Subarrendamento:** A Movida arrenda veículos à Controladora cujo prazo médio é de 3 anos, classificados como arrendamento operacional, uma vez que o fluxo contratual das operações considera a venda do ativo pelo valor de mercado após o período médio de 3 anos e que não há opção da alienação e transferência do ativo para o tomador do serviço prestado. Até 31 de dezembro de 2018, de acordo com a CPC 06 (R1) / IAS 17, a Controladora reconheceu os passivos e despesa de arrendamento de veículos em contas específicas de operações intercompanias, pelo valor mensal do arrendamento. A partir de 1° de janeiro de 2019, de acordo com a CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Controladora passou a reconhecer o ativo de direito de uso, o passivo de arrendamento, a amortização do direito de uso do ativo de forma linear ao prazo do contrato e os encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento como despesa financeira. Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do período a medida em que são incorridos. **18.2. Composição do arrendamento por direito de uso -** A Companhia arrenda seus veículos, os quais foram classificados como arrendamentos operacionais. A Companhia subarrendou veículos. De acordo com o CPC 06(R1) /IAS 17, os contratos de arrendamento e subarrendamento foram classificados como arrendamentos operacionais. A Companhia avaliou a classificação dos contratos de subarrendamento com referência ao ativo de direito de uso, e não ao ativo subjacente, e concluiu que eles são arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2) /IFRS 16. A Companhia aplicou o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não-arrendamento. A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia (*"spread"* de crédito). Os *"spreads"* foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12, §33. A Companhia atualiza as taxas médias trimestralmente e abaixo são apresentadas as informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos contratados	Taxa média anual do exercício findo em 31 de dezembro de 2021
1	10,78%
2	11,51%
3	11,82%
5	12,12%
10	12,52%
15	12,87%
20	13,21%

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Movida é o arrendatário são apresentadas abaixo.

	Veículos	Imóveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	**172.796**	**172.796**
Adição	17.055	287.268	304.323
Baixa	(43)	(18.160)	(18.203)
Pagamento de principal	(5.672)	(84.839)	(90.511)
Pagamento de juros	(333)	(21.709)	(22.042)
Provisão de Juros	506	26.125	26.631
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**11.513**	**361.481**	**372.994**
Circulante	11.513	87.934	99.447
Não circulante	-	273.547	273.547
Total	**11.513**	**361.481**	**372.994**

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Veículos	Imóveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	**196.146**	**196.146**
Adição	-	46.526	46.526
Baixa	-	(17.349)	(17.349)
Pagamento de principal	-	(50.133)	(50.133)
Pagamento de juros	-	(17.571)	(17.571)
Provisão de Juros	-	15.177	15.177
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	**172.796**	**172.796**
Circulante	-	44.244	44.244
Não circulante	-	128.552	128.552
Total	-	**172.796**	**172.796**

Cronograma de vencimentos dos arrendamentos:

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	**99.447**	**44.244**
Após 1º ano	84.310	36.044
Após 2º ano	69.772	33.685
Após 3º ano	51.544	24.426
Após 4º ano	23.524	12.344
Mais de 5 anos	44.396	22.053
Total do passivo não circulante	**273.546**	**128.552**
Total	**372.993**	**172.796**

A seguir é apresentado quadro do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arredamento, conforme previstos para pagamento. Saldos descontado e não descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Ajuste valor presente
Contraprestação do arrendamento	372.993
PIS / COFINS	34.502

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2021 foi reconhecido a título de crédito de PIS/COFINS o montante de R$ 34.502. Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº02/2019, que determina a apresentação dos saldos comparativos com aplicação da inflação projetada do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento de direito de uso, depreciação e despesa financeira. A Companhia estima uma taxa de 17,78% de inflação projetada, considerando esta taxa teríamos os seguintes impactos no exercício findo de 31 de dezembro de 2021:

	Valor contábil	Inflação projetada
Ativo de direito de uso, líquido	510.109	600.806
Passivo de arrendamento	372.993	439.311
Despesa de depreciação	90.510	106.603
Despesas Financeiras	26.631	31.366

18.2.1. Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis e de curto prazo - No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Movida reconheceu o montante de R$ 30.869 (R$ 40.301 em 31 de dezembro de 2020), referente a gastos relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis de imóveis e aluguéis de curto prazo. **18.2.2. Companhia como arrendadora -** Quando a Companhia atuou como arrendador, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Movida fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Movida considerou certos indicadores, como se o prazo do arrendamento se referia à maior parte da vida econômica do ativo. A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos pagamentos de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Locações a receber	28.573	54.211	64.457	8.682	124	35	156.082
Total	**28.573**	**54.211**	**64.457**	**8.682**	**124**	**35**	**156.082**

19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

19.1. Política contábil - i) Benefícios de curto prazo: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Movida tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ii) [illegible] A Movida reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após ajustes. **19.2. Composição de obrigações trabalhistas e sociais**

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões férias, 13º salários e bônus	32.373	29.899
Provisões de bônus	8.172	5.596
INSS	13.000	3.280
FGTS	887	560
Outros	273	2.184
Total	**54.705**	**41.519**

20. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

20.1. Política contábil - A Movida é parte em diversos processos judiciais e administrativos de caráter cível, trabalhista e tributário. Provisões são constituídas para todas as demandas decorrentes de processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja efetuada para suprir uma contingência e ou liquidar uma obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As naturezas das demandas judiciais são as seguintes: **Cíveis** - Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, por suposta falha na prestação de serviços (principalmente problemas de cobrança no cartão de crédito relacionado à locação em geral, avarias nos veículos e multas de trânsito), rescisão de contrato de compra e venda de ativos (veículos), bem como ações envolvendo acidentes de trânsito ajuizadas por terceiros e ações regressivas de seguradoras. **Tributárias** - Os processos de natureza tributária não envolvem valores relevantes e estão relacionados, principalmente, há autos de infração em que se discute cobrança indevida de débitos de ICMS e ISS, além de execução fiscal/embargos à execução oriundos de cobrança de IPVA, taxas de publicidade e outros. **Trabalhistas** - As reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas Controladas não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de horas extras, comissões, adicional de periculosidade, de insalubridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade subsidiária. **20.2. Depósitos judiciais e provisões para demandas judiciais e administrativas -** No quadro a seguir estão demonstrados a composição por natureza dos depósitos judiciais e das provisões em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis	516	4	2.323	2.531
Tributárias	4	501	-	-
Trabalhistas	578	1.135	2.085	2.009
Total	**1.098**	**1.640**	**4.408**	**4.540**

Os depósitos judiciais referem-se a: (i) conta bancária judicial ou bloqueio de saldos bancários, para garantia de eventuais execuções exigidas em juízo; ou (ii) depósitos em conta judicial em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidos judicialmente. **20.3. Movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas** - As movimentações das provisões para demandas judiciais e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020 são demonstradas abaixo:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**2.946**	**2.014**	**4.960**
Constituições	4.173	1.607	5.780
Reversões	(4.588)	(1.612)	(6.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.531**	**2.009**	**4.540**
Constituições	2.817	1.366	4.183
Reversões	(3.025)	(1.290)	(4.315)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.323**	**2.085**	**4.408**

20.4. Perdas possíveis não provisionadas no balanço - A Movida é parte em demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões. Os valores totais em discussão são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis	21.441	16.623
Trabalhistas	14.146	13.614
Tributárias	19.209	3.250
Total	**54.796**	**33.487**

As causas possíveis na esfera cível referem-se basicamente a reclamações de consumidores por suposta falha na prestação de serviços e de natureza indenizatória por lucros cessantes e danos materiais e morais por acidentes de trânsito envolvendo veículos de sua frota, não envolvendo valores relevantes de forma individual. Quanto às demandas trabalhistas, a Administração entende que não há nenhuma prática em particular que seja adotada e que dê ensejo aos pedidos reclamados, sendo que as reclamações ajuizadas contra a Movida não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de diferenças de horas extras e de comissões, adicional de periculosidade, de insalubridade e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas. Para as demandas tributárias, há autos de infração em que se discute cobrança indevida de débitos de ICMS e ISS, além de execução fiscal/embargos à execução oriundos de cobrança de IPVA e PIS/COFINS, taxas de publicidade e outros.

21. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

21.1. Política contábil - As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Movida nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Movida. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, a Movida faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Neste sentido, como a Movida incorporará a adquirida, haverá a dedutibilidade da amortização e depreciação dos ativos adquiridos. **21.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos -** Os créditos e débitos de IRPJ e CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. Suas origens estão apresentadas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos fiscais:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	45.792	64.725
Provisão para demandas judiciais e administrativas	1.499	10.448
Provisão para perdas esperadas (*impairment*)	33.518	21.144
Perda na desvalorização de ativos (*impairment*)	3.208	3.208
Reconhecidos em resultados abrangentes - *Swap*	102.362	-
Ajuste dos efeitos das alterações promovidas pelo IFRS 16 / CPC 06 (R2)	5.974	4.414
Outros	19.659	-
Total créditos fiscais	**212.012**	**103.939**
Débitos fiscais:		
Depreciação econômica vs. fiscal	(644.281)	(324.570)
Imobilização *leasing* financeiro	(10.621)	(10.621)
Reconhecidos em resultados abrangentes - *Swap*	(2.943)	210
Total débitos fiscais	**(657.845)**	**(334.981)**
Total líquido	**(445.833)**	**(231.042)**
Classificados como:		
IR e CSLL diferidos passivos - não circulante	(445.833)	(231.042)
Total débitos fiscais líquidos	**(445.833)**	**(231.042)**

MOVIMENTAÇÃO	
Saldo líquido de IR/CS Diferido em 31 de dezembro de 2019	**(199.545)**
IR/CS diferidos reconhecidos decorrentes do resultado	(31.707)
Reconhecidos em resultados abrangentes - *Swap*	210
Saldo líquido de IR/CS Diferido em 31 de dezembro de 2020	**(231.042)**
IR/CS diferidos reconhecidos decorrentes do resultado	(317.153)
Outras movimentações	102.362
Saldo líquido de IR/CS Diferido em 30 de dezembro de 2021	**(445.833)**

21.3. Conciliação da (despesa) crédito do imposto de renda e da contribuição social - As despesas correntes de IRPJ e CSLL são calculadas com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL acrescido ou diminuído das respectivas adições, exclusões e compensações permitidas e exigidas pela legislação vigente.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	**1.083.206**	**155.621**
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(368.290)	(52.911)
(Adições) exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	165	-
PAT	780	-
Despesas indedutíveis	(1.386)	(554)
Adicional 10%	24	24
Lei do Bem	10.310	2.839
Outras (adições) exclusões	(8)	-
IRPJ e CSLL apurados	**(358.405)**	**(50.602)**
Imposto de renda e contribuição social das operações continuadas		
Corrente	(41.252)	(18.895)
Diferido	(317.153)	(31.707)
IRPJ e CSLL no resultado	**(358.405)**	**(50.602)**
Alíquota efetiva	33,1%	32,5%

A declaração de imposto de renda da Movida está sujeita à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades, os quais seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

21.4. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro antecipado e a pagar

	IRPJ/CSLL antecipado	IRPJ/CSLL a pagar	Total líquido
Saldo de IRPJ e CSLL em 31 de dezembro de 2019	**39.071**	-	**39.071**
Provisão IRPJ/CSLL	-	(14.960)	(14.960)
Pagamento de IRPJ/CSLL	-	14.960	14.960
Antecipação de IRPJ/CSLL	(3.291)	-	(3.291)
Saldo de IRPJ e CSLL em 31 de dezembro de 2020	**35.780**	-	**35.780**
Provisão IRPJ/CSLL	-	(41.252)	(41.252)
Pagamento de IRPJ/CSLL	11.195	39.650	50.845
Antecipação de IRPJ/CSLL	6.949	-	6.949
Compensação com outros impostos federais e previdenciários	(23.711)	-	(23.711)
Saldo de IRPJ e CSLL em 31 de dezembro de 2021	**30.213**	**(1.602)**	**28.611**

21.5. Prazo estimado de realização - Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas. Os prejuízos fiscais não prescrevem e em 31 de dezembro de 2021 estão contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados. Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os exercícios seguintes.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1. Capital social - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 4.187.908 (R$ 3.396.249 em 31 de dezembro de 2020) dividido em 4.187.908.781 (3.396.249.655 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias, sem valor nominal. **22.2. Reservas de lucros -** Reservas de lucros são constituídas pela apropriação de lucros da Movida, como previsto § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/76. Conforme § 6º do art. 202 dessa Lei, adicionado pela Lei nº 10.303/01, caso ainda existam lucros remanescentes, após a segregação para pagamentos dos dividendos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de capital. As contas que compõem os saldos apresentados como reservas de lucros são: reserva legal, no montante de R$ 63.681 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 27.434 em 31 de dezembro de 2020); e reservas de lucros para expansão no montante de R$ 63.681 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 377.351 em 31 de dezembro de 2020). **22.3. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar - 22.3.1. Política contábil -** Em conformidade com o Estatuto Social da Movida, os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: • 5% destinados à constituição de reserva legal; e • Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida para contribuição de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos". O montante a ser efetivamente distribuído deve ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que aprova as contas dos administradores referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O Estatuto Social da Movida permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2021, não há saldo registrado na rubrica de "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar" (24.942 em 31 de dezembro de 2020) referente a dividendos e juros sobre capital próprio acumulado. **22.3.2. Composição de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar**

	Dividendos a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(43.126)**	**(43.126)**
Distribuição de lucros	24.942	24.942
Pagamento de dividendos intermediários - mínimos obrigatórios	(43.126)	(43.126)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**24.942**	**24.942**
Juros sobre o capital próprio a pagos	(991.714)	(991.712)
Dividendos intermediários	966.772	966.770
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-

22.3.3. Resultado na variação de participação societária - Em 28 de dezembro de 2021 foi realizada uma cisão de investimentos no qual a CS Participações repassa parte do investimento na CS Frotas no montante de 597.000.000 e uma dívida de debênture no mesmo montante para Movida Locações. Em 22 de dezembro de 2021, a Movida Participações S.A adquiriu uma debênture conversível em ações emitida pela CS Frotas no montante de R$ 350.000.000. Em função dessa operação, em 22 de dezembro de 2021, para fins de consolidação/equivalência, a Movida Participações passa a ter uma participação CS Frotas, conforme quadro abaixo:

CS Participações	Capital Social	1.378.222	79,75%
Movida Participações	Debêntures conversíveis em ações	350.000	20,25%
		1.728.222	**100,00%**

Esse movimento causa um efeito diluidor na CS Participações gerando uma perda de participação acionária e um ganho na Movida Participações, como segue abaixo:

Investimento em 30/11/2021	-
Aquisição de debêntures	350.000
AVP de debêntures	(36.354)
Resultado de variação de participação	65.530
Saldo em 31/12/2021	**379.176**

23. RECEITA LÍQUIDA DAS LOCAÇÕES, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDAS DE ATIVOS UTILIZADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

23.1. Política contábil - As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Movida tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste ao valor presente. As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Movida e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços. Os critérios específicos, a seguir, são satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: i) Receita de prestação de serviços (locação de veículos): A receita de locação de veículos é reconhecida em bases diárias de acordo com os contratos de aluguel com clientes. As receitas de administração de sinistros dos carros alugados, reconhecidas quando da prestação do serviço, assim como as receitas de intermediação da contratação de seguros junto à seguradora, por conta e opção dos clientes quando do aluguel dos carros, reconhecidas em bases mensais. ii) Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços: A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.
23.2. Composição da receita líquida das locações de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços - A tabela a seguir apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes das principais linhas de negócios e o momento do reconhecimento da receita. Inclui também a reconciliação da composição analítica da receita da Movida.

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de locação (i)	2.373.742	1.597.649
Receita com venda de ativos	2.533.762	2.430.375
Receita bruta	**4.907.504**	**4.028.024**
(-) Deduções da receita		
Impostos incidentes sobre as receitas (ii)	(223.167)	(176.632)
Devoluções e abatimentos	(10.732)	12.719
Descontos concedidos	(24.363)	(14.614)
	(258.262)	**(178.527)**
Receita líquida total	**4.649.242**	**3.849.497**
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	4.649.242	3.849.497
Total da Receita Líquida	**4.649.242**	**3.849.497**

(i) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos. (ii) Os impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%) e contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 1,65%) e COFINS (alíquota de 7,6%).

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. GASTOS POR NATUREZA

A demonstração do resultado da Movida é apresentada por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo de venda de ativos utilizados nas locações e prestação de serviços	(1.848.895)	(2.189.396)
Despesas com pessoal	(305.674)	(249.305)
Depreciações e amortizações	(374.168)	(410.650)
Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(28.910)	(44.280)
Perda na desvalorização de ativos - (*impairment*)	-	(145.249)
Comunicação e publicidade	(51.811)	(37.477)
Manutenção predial, água, energia e telefonia	(45.281)	(34.936)
Gastos e manutenções com veículos	(540.709)	(392.324)
Crédito de PIS/COFINS sobre insumos	239.189	151.137
Custos na venda de veículos avariados (i)	(74.735)	(67.683)
Serviços contratados de terceiros	(211.593)	(126.022)
Aluguel de imóveis	(30.869)	(40.301)
Outras receitas (despesas)	(70.811)	(32.747)
	(3.344.267)	**(3.619.233)**
(-) Custo dos serviços prestados e da venda de ativos utilizados na prestação de serviços	(2.663.134)	(3.110.719)
Despesas comerciais	(289.958)	(210.897)
Despesas administrativas	(271.248)	(176.633)
Provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(28.910)	(44.280)
Outras receitas (despesas) operacionais	(91.017)	(76.704)
	(3.344.267)	**(3.619.233)**

(i) Referem-se ao custo de veículos avariados e sinistrados baixados, líquidos do respectivo valor recuperado por venda, no montante de R$ 74.735 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 67.683 em 31 de dezembro de 2020).

25. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	73.488	18.315
Juros recebidos	5.885	4.339
Resultado nas operações de derivativos	-	41.764
Outras receitas financeiras	7.851	21.436
Receita financeira total	**87.224**	**85.854**
Total de juros e encargos, sobre empréstimos devidos		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(147.560)	(29.914)
Resultado nas operações de derivativos	(71.221)	-
Juros sobre debêntures	(131.688)	(34.806)
Juros de risco sacado - montadoras	(890)	(21.458)
Juros sobre arrendamento de direito de uso - IFRS 16	(26.631)	(15.177)
Variação cambial sobre empréstimos	79.952	(45.923)
Total de juros e encargos sobre dívidas, líquidos de SWAP	**(298.038)**	**(147.278)**
Outras despesas financeiras		
Despesas com taxas e impostos financeiros	(7.472)	(8.533)
Juros de outros passivos	(259)	(467)
Outras despesas financeiras	(3.707)	(4.219)
Total outras despesas financeiras	**(11.438)**	**(13.219)**
Despesas financeiras totais	**(309.476)**	**(160.497)**
Resultado financeiro líquido	**(222.252)**	**(74.643)**

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

26.1. Política contábil - A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1) / IAS 24. A Movida por meio de acordo comercial, poderá vender para o Grupo Simpar veículos utilizados em sua operação, limitando em 10% das vendas realizadas pela Movida nos últimos 12 meses, no entanto, o preço mínimo de venda pela Movida deverá corresponder ao preço médio de venda de veículos usados a grandes grupos (de acordo com a marca, modelo e quilometragem de cada veículo) praticado pela Movida nos 60 dias anteriores ao recebimento da intenção de venda. **26.2. Saldos ativos e passivos com partes relacionadas -** Os saldos com partes relacionadas são divulgados nas tabelas abaixo:

	Clientes		Outros créditos	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Transações com controladora				
Movida Participações (controladora direta)	15.199	26.745	39	30
SIMPAR S.A.	3	-	6	-
	15.202	**26.745**	**45**	**30**
Transações com partes relacionadas				
Movida Premium	132	2.680	11	1
Vox Frotas Locadoras S.A.	38	-	16	-
JSL S.A.	410	375	9	6
CS Brasil Transportes	23	124	26	6
CS Brasil Frotas	10	9	26	6
Ponto Veículos Ltda.	9.242	979	-	-
Avante Veículos Ltda.	-	403	1	-
Original Veículos Ltda.	18.733	3.882	1.153	-
Transrio Caminhões Ônibus	6	1	-	-
Vamos Máquinas e Equipamentos S.A.	147	1	-	-
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	103	-	-	-
Vamos Comércio de Máquinas LA Ltda.	4	-	-	-
Vamos Comércio de Máquinas Agrículas Ltda.	32	-	-	-
Vamos Locação	-	108	-	10
BBC Leasing	112	284	-	-
BBC Pagamentos	2	-	-	-
Fadel Transporte	27	-	-	-
Mogi Mob Transportes de Passageiros Ltda.	-	1	-	-
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	7	-	-	-
	29.028	**8.847**	**1.242**	**29**
Total	**44.230**	**35.592**	**1.287**	**59**

	Fornecedor		Outras contas a pagar		Dividendos a pagar	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo						
Transações com controladora						
Movida Participações (controladora direta)	10	-	3.296	842	-	-
SIMPAR S.A.	-	-	329	463	-	24.942
	10	**-**	**3.625**	**1.305**	**-**	**24.942**
Transações com partes relacionadas						
Movida Premium	-	-	6	9	-	-
JSL S.A.	-	928	2.430	146	-	-
CS Brasil Transportes	48	38	45	54	-	-
CS Brasil Frotas	1	-	1	-	-	-
Ponto Veículos Ltda.	372	1.206	-	-	-	-
Avante Veículos Ltda.	9	1	-	-	-	-
Original Veículos Ltda.	168	1.379	140	76	-	-
Original Distribuidora Ltda.	-	234	-	-	-	-
Original Locadora de Veículos	58	-	907	-	-	-
Vamos Maquinas e Equipamentos S.A.	-	-	3	-	-	-
Vamos Seminovos S/A.	18	-	4	-	-	-
BBC Leasing	9	2	-	-	-	-
Borgato Máquinas S.A.	-	-	-	-	-	24.942
Subtotal	**683**	**3.788**	**3.536**	**285**	**-**	**24.942**
Total	**693**	**3.788**	**7.161**	**1.590**	**-**	**49.884**

26.3. Transações com a empresa controladora

26.3.1. Ativo

Ativo	Transação	Especificação
SIMPAR S.A.	Clientes	Refere-se ao aluguel de carros em condições de mercado
	Outros créditos	Refere-se a ressarcimento de despesas e Centro de Atendimento Administrativo ("CSA" - nota 26.5)

26.3.2. Passivo

Ativo	Transação	Especificação
SIMPAR S.A.	Outras contas a pagar	Refere-se a ressarcimento de despesas e Centro de Atendimento Administrativo ("CSA" - nota 26.5)

26.4. Outros saldos com partes relacionadas - 26.4.1. Ativo

Ativo	Relação	Especificação
BBC Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
BBC Pagamentos	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Borgato Serviços Agrícolas S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Brasil Frotas	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Fadel Transporte	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro
Instituto Julio Simões	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
JSL S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Madre Corretora e Administradora de Seguros Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Mediogística Prestação de Serviços de Logística S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Mobi Transporte Urbano Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Original Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Vamos Locação de Caminhões, Máq. e Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Vamos MEaquinas e Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Vamos Comércio de Máquinas Agrículas Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Vox Frotas Locadora	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas

26.4.2. Passivo

Passivo	Relação	Especificação
Avante Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
BBC Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Borgato Serviços Agrícolas S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Brasil Frotas Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Instituto Julio Simões	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
JSL S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Madre Corretora e Administradora de Seguros Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Mediogística Prestação de Serviços de Logística S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Mobi Transporte Urbano Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Original Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Original Locadora de Veículos	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Vamos Locação de Caminhões, Máq. e Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Vamos Seminovos	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Vamos Maquinas e Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Vox Frotas Locadora	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas

26.5. Transações com partes relacionadas com efeitos na demonstração do resultado

	Receita de prestação de serviços		Custo da prestação de serviços		Receita de renovação de frota		Custo da renovação de frota	
Resultado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Transações com controladora								
Movida Participações (controladora direta)	228.916	269.366	(4.602)	(6.946)	210	38	(210)	(38)
SIMPAR S.A.	-	-	(9)	-	-	-	-	-
Subtotal	**228.916**	**269.366**	**(4.611)**	**(6.946)**	**210**	**38**	**(210)**	**(38)**
Transações com partes relacionadas								
Movida Premium	22.608	29.774	(60)	(79)	-	-	-	-
JSL S.A.	3.753	2.415	(12)	-	48	626	(29)	(626)
CS Brasil Transportes	662	419	(4)	-	-	-	-	-
CS Brasil Frotas	84	71	(51)	-	-	351	-	(351)
Ponto Veículos Ltda.	3.884	-	(3.337)	(8.401)	18.798	6.027	(15.593)	(6.027)
Avante Veículos Ltda.	1	2	(4)	(13)	-	2.736	-	(2.736)
Original Veículos Ltda.	54	42	(4.987)	(526)	75.257	29.963	(60.755)	(29.963)
Original Distribuidora Ltda.	-	6	-	-	-	-	-	-
Original Locadora de Veículos	-	-	(5.746)	-	-	-	-	-
Transrio Caminhões Ônibus	30	8	-	-	-	76	-	(76)
Vamos Comércio de Caminhões e Máquinas LA Ltda.	6	60	-	-	597	-	(439)	-
Vamos Máquinas e Equipamentos S.A.	-	323	-	-	-	-	-	-
Vamos Comércio de Máquinas Agricolas Ltda.	111	-	-	-	-	-	-	-
Vamos Locação	464	-	-	(19)	-	2.756	-	(2.756)
BBC Leasing	1.658	14	-	-	-	-	-	-
BBC Pagamentos	8	-	-	-	-	-	-	-
Borgato Máquinas S.A.	529	6	-	-	-	58	-	(58)
Madre Corretora e Administradora de Seguros	16	9	-	-	-	-	-	-
Mediogística Prestação de Serviços Logísticos	-	1	-	-	-	-	-	-
Vox Locadora	38	-	1	-	-	-	-	-
Subtotal	**33.906**	**33.150**	**(14.200)**	**(9.038)**	**94.700**	**42.593**	**(76.816)**	**(42.593)**
Total	**262.822**	**302.516**	**(18.811)**	**(15.984)**	**94.910**	**42.631**	**(77.026)**	**(42.631)**

26.6. Centro de serviços administrativos - O Grupo Simpar faz rateios, com base em critérios definidos em estudos técnicos adequados sobre gastos compartilhados dentro da mesma estrutura e "backoffice". O Centro de Serviços Administrativos (CSA) não cobra taxa de administração nem aplica margem de rentabilidade sobre os serviços prestados, repassando apenas os custos. As despesas de compartilhamento de infraestrutura e estrutura administrativa com a Simpar totalizaram R$ 33.823 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ou 0,64% da receita líquida da Movida (R$ 16.875 em 31 de dezembro de 2020, ou 0,41% da receita líquida da Movida). **26.7. Remuneração dos administradores -** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração paga ao pessoal chave da administração, incluindo encargos, foi de R$ 614 (R$ 1.493 em 31 de dezembro de 2020). A Administração não possui benefícios pós-emprego nem outros benefícios de longo prazo, exceto pelo plano de opções e ações restritas, conforme tabela abaixo:

Administradores	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração fixa	392	903
Remuneração variável	156	451
Benefícios	19	37
Remuneração Baseada em Ações	47	102
Total	**614**	**1.493**

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Movida possui seguros contratados considerados pela Administração suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou e propriedades de terceiros. Para a frota de veículos, na sua maior parte, faz a autogestão de risco de sinistros, tendo em vista o custo versus benefício do prêmio.

				Veículos / equipamentos		Importância		
Beneficiário	Garantia	Risco	Local	Quantidade	Tipo	Segurada	Vigência	Cobertura contratada
Movida Locação de Veículos S.A.	Locação de veículos, incluindo gestão com manutenção.	Seguro de responsabilidade civil.	Brasil	Total da frota (i)	Veículos	27.000	19/11/2021 à 17/02/2022	200
Movida Locação de Veículos S.A.	Danos em Imóvel, danos morais, roubo ou furto qualificado e cobertura aluguel.	Seguro global empresas: explosão, raio e incêndio.	Brasil	Imóvel	Residencial	294	31/12/2020 à 31/12/2021	16.503

i) A Movida Locação de Veículos S.A., para atendimento específico de terceiros, contrata seguros para frota locada

28. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Movida, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias recompradas pela Movida e mantidas em tesouraria. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado a seguir:

Lucro das operações	31/12/2021	31/12/2020
Numerador:		
Lucro líquido do período	724.801	105.019
Denominador:		
Média ponderada de ações em circulação	3.691.222.781	3.235.848.848
Lucro líquido básico e diluído por ação	**0,1964**	**0,0325**

29. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES AOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IAS 07 - *Statement of Cash Flows*.

29.1. Aquisição de ativo imobilizado

	31/12/2021	31/12/2020
Total das adições do imobilizado (nota 12.2)	6.930.815	3.484.102
Adições de direito de uso por arrendamento (nota 18.2)	(304.323)	(46.526)
Variação do saldo:		
Risco sacado - Montadoras	150.142	(594.488)
Fornecedores montadoras	(837.478)	246.605
Valor desembolsado em caixa pela aquisição	**5.939.156**	**3.089.693**
Caixa para compra de ativo imobilizado para operacional	5.870.378	3.052.438
Caixa para compra de ativo imobilizado para investimento	68.778	37.255
Total das adições no imobilizado	**5.939.156**	**3.089.693**

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29.2. Aquisição e formação de ativo intangível

	31/12/2021	31/12/2020
Total das adições do intangível (nota 13.2)	38.127	39.105
Total das aquisições de intangível que afetaram fluxo de caixa	**38.127**	**39.105**
Caixa para compra de ativo intangível para investimento	38.127	39.105
Total das adições no intangível	**38.127**	**39.105**

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Situação Ucrânia e Rússia - A Empresa tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que, considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países, os principais impactos econômicos estão relacionados com a alta de preços de commodities, em especial aquelas relacionadas a gás natural e petróleo, em função das altas nos preços de combustíveis no Brasil. A administração não identificou impactos nas presentes demonstrações financeiras e não espera efeitos relevantes no desempenho de suas atividades e em sua posição patrimonial decorrentes do cenário descrito.

DIRETORIA EXECUTIVA

Renato Horta Franklin
Diretor Presidente

Edmar Prado Lopes Neto
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

Flávio Sales
Diretor

Jamyl Jarrus Júnior
Diretor

João Paulo de Oliveira Lima
Contador
CRC SP259650/O-3

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS INFORMAÇÕES DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras Individuais da Movida Locação de Veículos S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, autorizando a emissão nesta data.

São Paulo, 28 de março de 2022.

Renato Horta Franklin
Diretor Presidente

Edmar Prado Lopes Neto
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

João Paulo de Oliveira Lima
Contador - CRC SP259650/O-3

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais da Movida Locação de Veículos S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitido nesta data.

São Paulo, 28 de março de 2022.

Renato Horta Franklin
Diretor Presidente

Edmar Prado Lopes Neto
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

João Paulo de Oliveira Lima
Contador - CRC SP259650/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Movida Locação de Veículos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Movida Locação de Veículos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Movida Locação de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Estimativa do valor residual e vida útil dos veículos destinados a locação (Notas 2.6, 12)

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, as premissas utilizadas para determinar a vida útil econômica estimada, o valor residual, e consequentemente, a taxa de depreciação da sua frota (veículos destinados à locação).

Essa estimativa foi considerada uma área de foco de auditoria porque a aplicação da mesma implica no uso de premissas que exigem julgamento e avaliação por parte da administração, principalmente a determinação do valor residual, quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar em ajustes a esses ativos, com impacto relevante no resultado do exercício, especialmente na despesa de depreciação e no resultado de sua alienação no futuro.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos critérios estabelecidos pela administração para a determinação do valor residual e da vida útil dos veículos destinados à locação.

Realizamos também teste, com base em amostragem, dos valores estimados de venda, considerando transações históricas da Companhia, e quando aplicável, o preço de venda de veículos similares divulgados no mercado, para validação do valor residual.

Testamos, com base em amostragem, a vida útil da frota, considerando a base histórica, determinada pelo tempo entre a data de aquisição e a data de venda.

Realizamos o recálculo da depreciação reconhecida no exercício considerando a taxa de depreciação, vida útil estimada e valor residual estimado sobre o total da frota da Companhia e sua coligada.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para determinação da taxa de depreciação dos veículos, bem como as divulgações feitas nas notas explicativas, são consistentes e alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria.

Contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa (Notas 5.4)

Com o objetivo de proteção às oscilações de moeda estrangeira e de taxa de juros advindas da operação de emissão de títulos de dívida no exterior ("notes") realizada em 2021, internalizados pelo empréstimo 4131, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos *"swaps"* de proteção e os designaram para a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, conforme estratégia de gestão de riscos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R$ 198.703 mil, líquido dos efeitos tributários, em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, referentes à contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa.

Devido à relevância dos instrumentos financeiros protegidos, à complexidade dos critérios requeridos para a adoção da contabilidade de *hedge* e às premissas e julgamentos adotados na mensuração do valor justo dos derivativos utilizados na proteção, consideramos essa área como foco de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo de gerenciamento de riscos da Companhia e da política de proteção e estrutura da contabilidade de hedge.

Avaliamos a aplicação da contabilidade de *hedge* pela Companhia vis-à-vis os requisitos estabelecidos pelo CPC 48/IFRS 9.

Analisamos a metodologia utilizada pela Companhia para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, e, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, recalculamos, em bases amostrais, a valorização do valor justo desses derivativos.

Inspecionamos a documentação-suporte da designação dos instrumentos financeiros e analisamos os testes de efetividade preparados pela administração da Companhia.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela administração na aplicação da contabilidade de hedge são consistentes com as divulgações efetuadas e estão alinhadas com os dados e informações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 1 março de 2021, sem ressalvas.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da coligada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2022

pwc **PricewaterhouseCoopers.**
Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP000160/O-5

Diogo Maros de Carvalho
Contador CRC 1SP248874/O-8

BBC DIGITAL

BANCO BRASILEIRO DE CRÉDITO S.A.

(atual denominação da BBC Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, conforme AGE de 19/08/2021, em processo de registro e aprovada pelo Banco Central do Brasil)

CNPJ/MF nº 01.852.137/0001-37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, do Banco Brasileiro de Crédito S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil financeiro, principalmente de caminhões, automóveis e veículos em geral, e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. E em conjunto com a cadeia de negócios da SIMPAR S/A, dá suporte aos canais de vendas do Grupo: CS Brasil, Movida, Original Concessionárias, Transrio e Vamos Seminovos.

Em 16 de dezembro de 2021, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança de objeto social da BBC Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil para Banco múltiplo, com carteira comercial e de arrendamento mercantil, alterando a denominação social para Banco Brasileiro de Crédito S.A..

Em 31 de dezembro de 2021, os Ativos totais da Companhia somaram R$ 298,1 milhões, crescimento de 14,5% em relação a 31 de dezembro de 2020, os destaques foram para o valor presente das Operações de Arrendamento Mercantil, que atingiu R$ 239,1 milhões, um crescimento de 30,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, R$ 4,0 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R$ 22,9 milhões em Títulos e Valores Mobiliários – Letras Financeiras do Tesouro (LFT), e demais ativos totalizaram 32,1 milhões.

A captação de recursos destinados à operação de arrendamento mercantil totalizava R$ 175,2 milhões, através de Letras de Arrendamento Mercantil (LAM), ante R$ 143,8 milhões, em 31 de dezembro de 2020, com crescimento de 21,8%.

O Patrimônio Líquido da Companhia foi de R$ 65,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, contempla um aumento de R$ 20 milhões em seu Capital Social em 2021.

O Lucro Líquido contábil alcançado no exercício foi de R$ 4,5 milhões, sendo destinado para pagamento de dividendos aos acionistas, de acordo com o Estatuto Social, o montante de R$ 43 mil. Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório, de 1% do lucro líquido anual ajustado.

De acordo com a Resolução nº 3198 do Banco Central do Brasil, o Banco Brasileiro de Crédito S.A. no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela Price WaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa. A política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 31 de março de 2022.

A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/21	31/12/20
Disponibilidades	4	4.521	20.331
Instrumentos Financeiros	5a	22.856	32.710
Títulos e Valores Mobiliários		22.856	32.710
Operações de Arrendamento Mercantil	6a	239.066	183.352
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6e	(10.469)	(11.741)
- Operações de Arrendamento Mercantil		(10.469)	(11.741)
Créditos Tributários	20b	34.658	28.044
Imobilizado de uso	7	151	151
Depreciações Acumuladas	7	(109)	(101)
Intangível	8	956	399
Amortizações Acumuladas	8	(299)	(242)
Outros Ativos	9	6.716	7.446
TOTAL DO ATIVO		298.047	260.349

PASSIVO	Nota	31/12/21	31/12/20
Depositos e Demais Instrumentos Financeiros		181.822	158.548
- Outros Depósitos	10a	6.604	14.781
- Letras de Arrendamento Mercantil	10b e c	175.218	143.767
Obrigações Fiscais Diferidas	20b	37.678	29.859
Outros Passivos	12	13.457	31.300
Patrimônio Líquido		65.090	40.642
Capital Social	13a	50.000	30.000
Reservas de Lucros	13b	15.090	10.642
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		298.047	260.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de Reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2º Semestre 2021	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2021	2020
Receitas da intermediação financeira		111.269	204.287	159.634
Operações de arrendamento mercantil	6h	110.304	202.978	158.322
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	965	1.309	1.312
Despesas da intermediação financeira		(91.253)	(167.566)	(130.415)
Operações de captação no mercado	10c	(6.074)	(10.626)	(10.884)
Operações de arrendamento mercantil	6h	(85.179)	(156.940)	(119.531)
Resultado da intermediação financeira		20.016	36.721	29.219
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(2.617)	(6.663)	(8.994)
Operações de arrendamento mercantil	6e	(2.617)	(6.663)	(8.994)
Outras receitas (despesas) operacionais		(11.837)	(21.383)	(14.622)
Receitas de prestação de serviços	14	260	2.068	10.350
Despesas de pessoal	15	(2.445)	(4.258)	(3.913)
Outras despesas administrativas	16	(7.696)	(15.151)	(16.734)
Despesas tributárias	17	(2.333)	(4.406)	(4.079)
Outras receitas operacionais	18	1.069	1.488	805
Outras despesas operacionais	19	(692)	(1.124)	(1.051)
Resultado operacional		5.562	8.675	5.603
Outras receitas e despesas		(101)	(85)	1.610
Resultado antes dos tributos e participações		5.461	8.590	7.213
Tributos e participações sobre o lucro		(2.372)	(4.099)	(3.032)
Imposto de renda e contribuição social	20a	(2.253)	(3.544)	(2.825)
Participação sobre o lucro	15	(119)	(555)	(207)
Lucro líquido		3.089	4.491	4.181
Lucro líquido por ação em circulação - em R$		0,06	0,09	0,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRES E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	2º Semestre 2021	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2021	2020
Lucro líquido do período	3.089	4.491	4.181
Outros resultados abrangentes do período	-	-	-
Resultado abrangente do período	3.089	4.491	4.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais - R$)

	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Lucros acumulados	Totais
Saldos em 30 de junho de 2021	30.000	608	11.423	-	42.031
Lucro líquido	-	-	-	3.089	3.089
Aumento de capital	20.000	-	-	-	20.000
Destinação					
Reservas	-	154	2.905	(3.059)	-
Dividendos	-	-	-	(30)	(30)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.000	762	14.328	-	65.090
Saldos em 31 de dezembro de 2020	30.000	538	10.104	-	40.642
Lucro líquido	-	-	-	4.491	4.491
Aumento de capital	20.000	-	-	-	20.000
Destinação					
Reservas	-	224	4.224	(4.448)	-
Dividendos	-	-	-	(43)	(43)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.000	762	14.328	-	65.090
Saldos em 31 de dezembro de 2019	20.000	328	6.172	-	26.500
Lucro líquido	-	-	-	4.181	4.181
Aumento de capital social	10.000	-	-	-	10.000
Destinação					
Reservas	-	210	3.932	(4.142)	-
Dividendos	-	-	-	(39)	(39)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	30.000	538	10.104	-	40.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais - R$)

	Nota	2º Semestre 2021	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2021	2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro		5.461	8.590	7.213
Ajustes ao Resultado		61.062	115.516	92.153
Depreciações amortização de bens arrendados		85.126	156.806	119.531
Amortizações		27	64	77
Superveniência de depreciação	6h	(32.777)	(58.621)	(47.189)
Ajuste de marcações a mercado de títulos e valores mobiliários		(4)	(21)	(27)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		2.617	6.663	8.994
Despesas de operações de captação no mercado	10c	6.074	10.625	10.884
Provisão (Reversão) para perdas BNDU		-	-	(117)
Variações de Ativos e Obrigações		(106.613)	(180.184)	(116.938)
Variação em títulos e valores mobiliários		(13.739)	9.875	(9.305)
Variação em operações de arrendamento mercantil		(95.402)	(189.458)	(134.810)
Variação de outras obrigações		6.342	14.779	36.047
Variação em depósitos		(956)	(8.177)	(1.178)
Variação em outros créditos		(2.608)	(6.716)	(9.886)
Variação em outros valores e bens		(250)	(488)	45
Contribuição Social pagas		-	-	2.149
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades Operacionais		(40.090)	(56.079)	(17.572)
Aquisição imobilizado de uso e intangível		(558)	(558)	(65)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos		(558)	(558)	(65)
Aumento de Capital Social		20.000	20.000	10.000
Captação por meio de recursos de emissão de títulos		152.901	214.324	80.054
Resgate parcial de captação por meio de recursos de emissão de títulos		(145.963)	(193.497)	(72.639)
Caixa liquido proveniente das atividades de financiamentos		26.938	40.827	17.415
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(13.710)	(15.810)	(222)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		18.231	20.331	20.553
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	4.521	4.521	20.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. (atual denominação social da BBC LEASING S.A. - Arrendamento Mercantil) "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional, principalmente de caminhões e veículos em geral e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. Em 16 de dezembro de 2021, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança de objeto social da BBC Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil para Banco múltiplo, com carteira comercial e de arrendamento mercantil, alterando a denominação social para Banco Brasileiro de Crédito S.A. As Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") quando aplicável, que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões. Em complemento com as alterações da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, que tem como objetivo principal trazer similaridade com as diretrizes das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS), nas demonstrações financeiras: as contas do Balanço Patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período que estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior; as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades - Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras no país e no exterior, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual, inferior a 90 dias ou que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Apuração do resultado -** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados e as operações prefixadas estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. No tocante as receitas de prestação de serviços de emissão de moeda eletrônica, na modalidade de cartões pré-pagos, as receitas são apropriadas ao resultado quando da efetiva prestação dos serviços contratados. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez.** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Instrumentos Financeiros - Títulos e Valores Mobiliários -** Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. São classificados nas seguintes categorias: • **Títulos para negociação** – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • **Títulos disponíveis para venda** – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e • **Títulos mantidos até o vencimento** – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A companhia não possui títulos classificado nesta categoria. **e) Operações de Arrendamento Mercantil -** A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada, contabilizada de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN (nota 6a). Os arrendamentos a receber são registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no Imobilizado de Arrendamento Mercantil (nota 6a); De acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (nota 6a). Para fins de apresentação das demonstrações financeiras e em atendimento a Resolução BCB nº 2, as operações de arrendamento mercantil estão sendo apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber dos contratos. No cálculo do valor presente é utilizada a taxa interna de retorno dos correspondentes contratos. As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 59 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para operações de arrendamento mercantil -** A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e não mais figurando no balanço patrimonial da entidade. A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, administração, fluxo de caixa, pontualidade nos pagamentos, contingências, setor de atividade e garantias envolvidas. As operações que se enquadram nos requisitos da Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN, alterada pela Resolução nº 4.855/20, poderão ser mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração da Companhia na determinação dos riscos de crédito. **g) Imobilizado de uso e de arrendamento - i) Imobilizado de uso -** Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. **ii) Imobilizado de arrendamento -** É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: caminhões, 25%; veículos e afins, 20%. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência/superveniência de depreciação (notas 6a, 6g). **iii) Perdas em arrendamento -** Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens (nota 6a). **h) Intangível -** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. **i) Outros Ativos -** Em outros ativos estão classificados os tributos a compensar referente a créditos de imposto de renda e contribuição social pagos antecipadamente e não compensadas no próprio exercício. Neste grupo também estão registradas as despesas antecipadas que representada pela aplicação de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrada no resultado de acordo com o regime de competência. Outros devedores diversos são custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, dos quais gerarão receitas em períodos futuros. E serão apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Companhia ou quando não forem mais esperados benefícios futuros. Os bens não de uso recebidos em dação de pagamento pelo custo e ajustado por provisão para perdas quando necessário. A composição dos outros ativos (nota 9). **j) Imposto de renda e contribuição social -** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Conforme Medida provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021 que elevou a alíquota-base da contribuição social de 15% a partir de julho de 2021 para 20% até 31 de dezembro de 2021. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. **k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros *(impairment)*:** A Companhia avalia os ativos não financeiros a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos não financeiros são avaliados, no mínimo, uma vez por ano ou quando ocorrer a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à valor presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando informado)

mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita em nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não houve ativos sujeitos ao ajuste por *impairment*. **l) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros - i) Outros depósitos -** São demonstrados pelos valores das exigibilidades, representados por saldos de cartões pré-pagos. **ii) Letras de Arrendamento Mercantil -** Representados por captações efetuadas por intermédio de LAM - Letras de Arrendamento Mercantil. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata"* dia. **m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias -** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes: **i - Ativos e Passivos Contingentes -** Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. • Ativos Contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; • Passivos Contingentes - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, a natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **ii - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias -** Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas provisões pelo valor integral em discussão, independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso do processo. Os exigíveis e os depósitos judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **n) Outros Ativos e Passivos -** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base *"pro rata"* dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base *"pro rata"* dia. **o) Resultado por ação -** O resultado por ação é calculado com base nas quantidades de ações nas datas das demonstrações financeiras. **p) Uso de estimativas.** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (v) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **q) Eventos subsequentes -** Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em: (i) Eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e (ii) Eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. **r) Resultado recorrente e não recorrente -** Resultado não recorrente refere-se ao resultado que esteja relacionado com as atividades da companhia e que não esteja previsto para ocorrer frequentemente nos exercícios futuros, resultado recorrente refere-se à atividade da companhia e tem a previsibilidade que ocorrerá com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão descritos na nota 23a.

4. DISPONIBILIDADES

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades em moeda nacional	**521**	**1.780**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**4.000**	**18.551**
- Aplicações em depósitos interfinanceiros (a) (b)	4.000	18.551
Total de caixa e equivalentes de caixa	**4.521**	**20.331**

(a) Remuneradas a uma taxa de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI; e (b) Operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam igual, ou inferior a 90 dias e que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) A carteira de títulos e valores mobiliários, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Carteira própria	**15.500**	**12.365**
Letras financeiras do tesouro – LFT (a)	15.500	12.365
Vinculados a prestação de garantias (b)	**7.356**	**20.345**
Letras financeiras do tesouro – LFT (c)	7.356	20.345
Total	**22.856**	**32.710**

(a) Vencimento do papel para 1º. de março de 2022, remuneradas a uma taxa de 100% da Selic; (b) Conforme Resolução BCB nº 80/2021, referem-se a recursos para garantia dos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos e valores recebidos pela instituição para crédito de cartões pré-pagos (vide nota 10a), todavia a Companhia, em 31 de dezembro de 2021, manteve valor superior ao mínimo exigido pelo BACEN; e (c) Vencimento do papel para 1º. de março de 2022, remunerada a uma taxa de 100% da Selic;

b) Marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários – Letras financeiras do tesouro - LFT:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Valor de custo	22.858	32.733
Ajuste a mercado refletido no resultado (1)	(2)	(23)
Valor Contábil	**22.856**	**32.710**

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades cos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA").

c) Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de aplicações em operações compromissadas (1)	243	411	664
Rendas de títulos de renda fixa	722	898	648
Total	**965**	**1.309**	**1.312**

(1) Vide nota 4.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem. Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

a) Composição da carteira de arrendamento mercantil

	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos a receber – setor privado	318.039	235.234
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(313.986)	(231.934)
Imobilizado de arrendamento (nota 6g)	516.336	407.483
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados	(97.428)	(78.123)
- Depreciações acumuladas (nota 6g)	(248.140)	(197.561)
- Superveniência de depreciação (nota 6g)	150.712	119.438
(-) Valor residual garantido antecipado	(185.169)	(149.610)
(+) Perdas em arrendamento (nota 6g)	1.274	302
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	**239.066**	**183.352**

(*) Valor presente das contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro, calculado conforme Circular BACEN nº 1429/1989.

b) Composição da carteira por nível de risco

	Saldo da carteira - R$ mil					
	Curso anormal					
Nível de Risco	**Vencidas**	**Vincendas**	**Total do curso anormal**	**Curso Normal**	**Total**	**%**
AA	-	-	-	-	-	-
A	-	-	-	139.302	139,302	58,3
B	343	3.253	3.596	41.016	44.612	18,7
C	1.064	9.406	10.470	20.284	30.754	12,9
Subtotal	**1.407**	**12.659**	**14.066**	**200.602**	**214.668**	**89,9**
D	1.172	10.667	11.839	1.741	13.580	5,7
E	336	1.965	2.301	624	2.925	1,1
F	427	2.008	2.435	330	2.765	1,1
G	243	815	1.058	81	1.139	0,5
H	1.321	2.613	3.934	54	3.988	1,7
Subtotal	**3.499**	**18.068**	**21.567**	**2.830**	**24.397**	**10,1**
Total Geral em 31/12/2021	**4.906**	**30.727**	**35.633**	**203.433**	**239.066**	**100,0**
%	2,1	12,9	14,9	85,1	100,0	
Total Geral em 31/12/2020	**4.361**	**23.966**	**28.327**	**155.025**	**183.352**	**100,0**
%	2,4	13,1	15,4	84,6	100,0	

		Provisão								
		Mínima requerida								
	% Mínimo de	Específica					Total		Total	
Nível de Risco	**Provisionamento requerido**	**Vencidas**	**Vincendas**	**Total específica**	**Genérica**	**Total**	**em 2021**	**%**	**em 2020**	**%**
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	-	-	-	697	697	697	6,7	459	3,9
B	1,0	3	33	36	410	446	446	4,3	306	2,6
C	3,0	32	282	314	608	922	922	8,8	1.100	9,4
Subtotal		**35**	**315**	**350**	**1.715**	**2.065**	**2.065**	**19,8**	**1.865**	**15,9**
D	10,0	117	1.067	1.184	174	1.358	1.358	13,0	1.157	9,9
E	30,0	101	589	690	187	877	877	8,4	1.087	9,3
F	50,0	214	1.004	1.218	165	1.383	1.383	13,2	1.104	9,4
G	70,0	170	571	741	57	798	798	7,6	889	7,6
H	100,0	1.321	2.613	3.934	54	3.988	3.988	38,0	5.639	47,9
Subtotal		**1.923**	**5.844**	**7.767**	**637**	**8.404**	**8.404**	**80,2**	**9.876**	**84,1**
Total Geral em 31/12/2021		**1.958**	**6.159**	**8.117**	**2.352**	**10.469**	**10.469**	**100,0**	**11.741**	**100,0**
%		18,7	58,8	77,5	22,5	100,0	100,0			
Total Geral em 31/12/2020		**1.995**	**6.426**	**8.421**	**3.320**	**11.741**	**11.741**	**100,0**		
%		17,0	54.7	71,7	28,3	100,0	100,0			

c) Composição da carteira de arrendamento por prazo

	31/12/2021	31/12/2020
Vencidos a mais de14 dias	3.757	3.401
A vencer até 60 dias	26.697	20.678
A vencer de 61 a 90 dias	11.733	9.034
A vencer de 91 a 360 dias	86.496	65.675
A vencer acima de 360 dias	110.383	84.564
Total	**239.066**	**183.352**

d) Composição da carteira por setor econômico:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	**%**	**Valor**	**%**
Setor privado	**239.066**	**100,0**	**183.352**	**100,0**
Serviços	**92.990**	**38,9**	**57.098**	**31,1**
Transportes terrestres	65.120	27,2	41.692	22,7
Alugueis não imobiliários	3.353	1,4	3.395	1,9
Serviços da construção	11.931	5,0	4.769	2,6
Armazenamento e atividades auxiliares	7.079	3,0	4.778	2,6
Demais serviços	5.507	2,3	2.464	1,3
Indústria	**11.719**	**4,9**	**6.706**	**3,7**
Fabricação de produtos alimentícios	2.688	1,1	757	0,4
Fabricação de produtos de metal	1.347	0,6	936	0,5
Fabricação de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	1.114	0,5	2.075	1,1
Fabricação de produtos de borrachas e de materiais plásticos	1.544	0,6	575	0,3
Fabricação de móveis	681	0,3	475	0,3
Extração de minerais não-metálicos	482	0,2	553	0,3
Demais Indústria	3.863	1,6	1.335	0,8
Comércio	**23.756**	**9,9**	**14.487**	**7,9**
Comércio atacadista	13.028	5,4	8.550	4,7
Comércio varejista	7.415	3,1	4.585	2,5
Comércio de veículos	3.313	1,4	1.352	0,7
Outros	**932**	**0,4**	**1.654**	**0,9**
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	932	0,4	1.654	0,9
Pessoa física	**109.669**	**45,9**	**103.407**	**56,4**
Total	**239.066**	**100,0**	**183.352**	**100,0**

e) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	**11.741**	**5.595**
Constituição da provisão	6.663	8.994
Baixa para prejuízo	(7.935)	(2.848)
Saldo no final do período	**10.469**	**11.741**

f) Recuperação e renegociação de créditos - No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve recuperação de crédito no montante de R$ 1.398 (31 de dezembro de 2020 - R$ 372). **g) Imobilizado de Arrendamento**

	31/12/2021	31/12/2020
Veículos e Afins	507.824	390.673
Máquinas e Equipamentos	8.512	16.810
Depreciação Acumulada	(248.140)	(197.561)
Superveniência de Depreciação	150.712	119.438
Perdas em Arrendamento	1.274	302
Total do imobilizado de arrendamento	**420.182**	**329.662**

h) Receitas e despesas de operações de arrendamento mercantil

	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Receitas			
Rendas de arrendamento mercantil	77.527	144.357	110.696
Rendas de arrendamento operacional	-	-	437
Superveniência de depreciação	32.777	58.621	47.189
Total da receita	**110.304**	**202.978**	**158.322**
Despesas			
Depreciação de bens arrendados	(85.179)	(156.940)	(119.214)
Depreciação de bens arrendados operacional	-	-	(317)
Total da despesa	**(85.179)**	**(156.940)**	**(119.531)**
Total	**25.125**	**46.038**	**38.791**

i) Movimentação do imobilizado de arrendamento

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	**329.662**	**267.976**
Entradas	258.452	170.790
Baixas	(69.614)	(36.762)
Depreciação no exercício (nota 6h)	(156.940)	(119.531)
Superveniência de Depreciação no exercício (nota 6h)	58.621	47.189
Saldo no final do período	**420.181**	**329.662**

7. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual
Móveis e equipamentos de uso	10%	65	26	39
Equipamentos de processamento de dados	20%	86	83	3
Total em 31/12/2021		**151**	**109**	**42**
Total em 31/12/2020		**151**	**101**	**50**

8. INTANGÍVEL

	Taxa anual	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização
Software	20%	956	299	657
Total em 31/12/2021		**956**	**299**	**657**
Total em 31/12/2020		**399**	**242**	**157**

9. OUTROS ATIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições a compensar	2.301	2.229
Devedores diversos	3.297	4.798
Outros valores e bens	907	341
Outros	211	78
Total	**6.716**	**7.446**

10. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) OUTROS DEPÓSITOS - Refere-se aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos pela emissão de cartões pré-pagos, na condição de emissor de moeda eletrônica.

	31/12/2021	31/12/2020
Outros depósitos		
Saldo de créditos – emissão de moeda eletrônica para portadores de cartões pré-pagos	6.604	14.781
Total	**6.604**	**14.781**

b) Letras de Arrendamento Mercantil - LAM

Vencimento	**Remuneração ao ano**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
01 a 30 dias	5,55% a 11,87%	18.612	13.399
31 a 180 dias	4,10% a 12,99%	42.273	27.746
181 a 360 dias	3,84% a 14,51%	31.147	28.930
Acima de 360 dias	3,84% a 12,27%	81.683	70.215
Subtotal		**173.715**	**140.290**

c) Letras de Arrendamento Mercantil – LAM (Vinculadas Resolução BACEN 2921/2002)

Vencimento	**Remuneração ao ano**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
31 a 180 dias	8,64% a 10,58%	384	1.636
181 a 360 dias	8,93% a 10,85%	350	469
Acima de 360 dias	9,22% a 10,18%	769	1.372
Subtotal		**1.503**	**3.477**
Total		**175.218**	**143.767**

As despesas com Letras de Arrendamento Mercantil – LAM, nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 montou a R$ 10.625 (31 de dezembro de 2020 – R$ 10.884). As informações relativas a operações ativas vinculadas realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02 estão demonstradas abaixo:

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando informado)

	Em 31 de dezembro			
Operações ativas vinculadas	**2021 Ativo (passivo)**	**2020 Ativo (passivo)**	**2021 Receitas (despesas)**	**2020 Receitas (despesas)**
Operações de arrendamento mercantil	2.133	3.746	1.405	4.900
Obrigações por conta das operações ativas				
Letras de arrendamento mercantil	(1.503)	(3.477)	(201)	(2.443)
Resultado Líquido das operações Vinculadas	630	269	1.204	2.457

11. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

• **Ativos contingentes** – Não existem ativos contingentes contabilizados pela Companhia. • **Passivos contingentes prováveis e possíveis e obrigações legais** – O desenvolvimento das atividades normais da Companhia pode acarretar contingências decorrentes de processos judiciais de natureza cível, trabalhistas e fiscal. Na constituição das provisões a administração leva em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, nos casos em que a perda for avaliada como provável. • **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** Não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos onde a Companhia figura como "ré". As ações cíveis referem-se principalmente, a pedidos de indenizações por danos morais e materiais, que totalizam em 31 de dezembro de 2021 (R$ 120), em 31 de dezembro de 2020 no montante total de R$ (104).

12. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Fiscais e previdenciárias	4.007	3.185
Provisão para pagamento a efetuar	1.429	9.069
Credores diversos	7.485	18.651
Outros	536	395
Total	**13.457**	**31.300**

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 R$ 50.000 e de 31 de dezembro de 2020 é de R$ 30.000, dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Reservas de Lucros**

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva Legal (1)	762	538
Reservas estatutárias (2)	14.328	10.104
Reservas de lucros	**15.090**	**10.642**

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo limitado a 95% do capital social integralizado. Estão assegurados e foi distribuído um dividendo mínimo obrigatório, de 1% do lucro líquido anual ajustado.

14. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas com cartões pré-pagos (1)	74	1.639	9.989
Operações de arrendamento mercantil	186	429	361
Total	**260**	**2.068**	**10.350**

(1) Rendas provenientes da emissão de moeda eletrônica - cartões pré-pagos.

15. DESPESAS DE PESSOAL

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Proventos	1.430	2.503	2.273
Encargos sociais	668	1.154	1.206
Benefícios	347	601	434
Participação no lucro	119	555	207
Total	**2.564**	**4.813**	**4.120**

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Serviços do sistema financeiro	212	1.481	5.266
Serviços de terceiros	3.146	6.546	5.194
Honorários da diretoria (21b)	1.639	2.304	2.554
Serviços técnicos especializados	679	1.180	534
Processamento de dados	808	1.591	1.434
Despesas com cobrança contratos	377	460	298
Despesas com reembolso partes relacionadas	330	642	253
Comunicações	65	164	224
Aluguéis	144	176	425
Publicações	39	93	61
Outras	257	514	491
Total	**7.696**	**15.151**	**16.734**

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
COFINS	853	1.612	1.673
PIS	139	262	272
ISS	1.341	2.532	2.134
Total	**2.333**	**4.406**	**4.079**

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Outras receitas financeiras	1.069	1.488	805
Total	**1.069**	**1.488**	**805**

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Associação de Classe	39	77	65
Desconto concedido	411	708	564
Despesas com Bens recuperados	66	125	142
Despesas com provisão trabalhistas	134	134	-
Depreciação e amortização (1)	27	65	77
Perdas com emissão de moeda eletrônica	-	-	79
Outras	15	15	124
Total	**692**	**1.124**	**1.051**

(1) Bens Intangíveis

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) A Companhia está sujeita ao regime de tributação pelo Lucro Real, cuja apuração a seguir é demonstrada:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**8.590**	**7.213**
Alíquota vigente (nota 3i)	45%	40%
Imposto de renda e Contribuição apurada / Expectativa de crédito	(3.866)	(2.885)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias nos períodos	322	60
Total de Imposto de Renda e Contribuição social	**(3.544)**	**(2.825)**

b) O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

	31/12/2020	Constituição	Realização/ Baixa	31/12/2021
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	**6.329**	2.796	(535)	**8.590**
Provisão Processos Trabalhistas	-	60	-	**60**
Provisão para publicação	**26**	32	(24)	**34**
Ajuste de Marcação a Mercado	**9**	2	(11)	-
Crédito tributário sobre diferenças temporárias	**6.364**	**2.890**	**(570)**	**8.684**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (2)	**21.680**	**4.294**	**-**	**25.974**
Total Crédito tributário	**28.044**	**7.184**	**(570)**	**34.658**
Obrigações fiscais diferidas (1)	**(29.859)**	**(7.819)**	**-**	**(37.678)**
Crédito tributário líquidos das obrigações fiscais diferidas	**(1.815)**	**(635)**	**(570)**	**(3.020)**

(1) obrigações fiscais diferidas referem-se ao imposto de renda sobre superveniência de depreciação.

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A projeção de realização do crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada a expectativa de lucros contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos tributários.

	Diferenças temporárias		
	Imposto de Renda	**Contribuição social**	**Total 31/12/2021**
2022	550	436	986
2023	1.850	1.480	3.330
2024	2.393	1.915	4.308
2025	-	-	-
2026	33	27	60
Total dos créditos tributários (2)	**4.826**	**3.858**	**8.684**

(2) Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, no montante de R$ 25.974 (31 de dezembro de 2020 – R$ 21.680), não foram contemplados em razão de sua realização ser apurada no fluxo de vencimento das operações de arrendamento mercantil contratadas. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dos créditos tributários, foi calculado de acordo com a taxa DI divulgada pela B3, no montante de R$ 6.814 (31 de dezembro de 2020 – R$ 5.471).

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
Operações ativas vinculadas	**2021 Ativo (passivo)**	**2020 Ativo (passivo)**	**2021 Receitas (despesas)**	**2020 Receitas (despesas)**
Comissões a Pagar				
JSL S/A.	-	-	-	(159)
Movida Locação de Veículos S.A.	(123)	(99)	(1.640)	(1.522)
Ponto Veículos Ltda.	(6)	(9)	(46)	(27)
Original Veículos Ltda.	(22)	(10)	(161)	(81)
Transrio Caminhões Ônibus Ltda.	(135)	(203)	(2.529)	(893)
Avante Veículos Ltda.	-	-	-	(10)
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais	(1)	-	-	-
Vamos Locação de Caminhões Máquinas	(29)	(34)	(362)	(143)
Antecipações para Reembolso de Crédito				
• JSL S/A. e Controladas	(48)	(7.856)	-	-
Valores a Pagar				
• JSL S/A. e Controladas	(4)	-	(4)	-
Receita de Prestação de Serviços				
• JSL S/A. e Controladas	-	-	838	5.646
Outras Despesas Administrativas				
• SIMPAR S/A. e Controladas	(52)	-	(415)	(446)
Outras Receitas				
• Controladas	-	-	23	306
Aplicação em Letras de Arrendamento Mercantil				
• BBC Holding Financeira Ltda.	(23.689)	(55.245)	-	(7.729)
• SIMPAR S.A.	(143.600)	(76.047)	-	(5.125)
• Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos	(7.112)	(6.206)	-	(246)
• SIMPAR S.A. (Vinculada a Resolução BACEN nº 2921/2002).	-	(3.477)	-	(2.443)

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração - De acordo com o Estatuto Social da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral a fixação do montante global da remuneração dos Administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve gastos com remuneração aos Administradores no montante de R$ 2.304 (31 de dezembro de 2020 – R$ 2.554). **c) Benefícios Pós Emprego** - Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Gerenciamento de Riscos - O gerenciamento de riscos é considerado um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a segurança necessária para a manutenção e continuidade dos negócios da Companhia. A Resolução Bacen nº 4.557/17, dispõe sobre a estrutura de Gerenciamento de Riscos e a estrutura de Gerenciamento de Capital, que devem adotar as instituições de forma contínua e de acordo com a compatibilidade do modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos desenvolvidos. O gerenciamento de riscos é o processo onde: • São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações; • São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gerenciamentos e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias; e • A carteira é administrada considerando as melhores relações de risco-retorno. A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação. O gerenciamento de riscos é considerado estratégico pela característica dos produtos e ativos das operações de arrendamento mercantil, impondo as condições de mercado constantes necessidades de aprimoramento e busca das melhores práticas. A Companhia exerce o controle dos riscos desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle para gerenciamento dos riscos. Os processos de gerenciamento de riscos permeiam toda a Companhia, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de riscos. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a Administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações aplicáveis pela autoridade monetária no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos, que estão também associados à Gestão e Continuidade dos negócios da Companhia. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas. Em relação ao Gerenciamento de Capital, destacamos que o Índice de Basileia faz parte dos indicadores que são avaliados nesse processo de Gerenciamento, e tem por finalidade medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos. Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular CMN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site **http://www.bbcleasing.com.br** Gerenciamento de Riscos – Estrutura de Gerenciamento de Riscos. **b) Gerenciamento de Risco de Crédito** - Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. As exposições ao risco de crédito devem ser monitoradas com eficácia, de forma a permitir, com base em pontos de controle e relatórios quantitativos e qualitativos, acompanhar e avaliar a composição, a concentração dos riscos de crédito e a sua distribuição de acordo com as políticas e os limites estabelecidos, bem como os níveis de classificação de risco e a sua evolução, os níveis de atraso, renegociações, recuperações e provisionamentos. Todos os limites estabelecidos devem ser devidamente comunicados às áreas envolvidas, tornando-as também parte desta estrutura, no que tange ao seu cumprimento. No sentido de atender as premissas da Companhia de maneira tempestiva, são utilizados instrumentos de controle, tais como: Limite Máximo de Exposição ao Risco de Crédito por Grupo Econômico, Índice de Inadimplência, Provisão para Devedores Duvidosos, Classificação e Revisão Periódica de Clientes, Monitoramento de Exposição ao Risco de Crédito Indireto, Exposições sobre Estimativa de Valor de Mercado do Bem (Risco de Valor Residual), Monitoramento de Renegociações, Perdas e Recuperações de Crédito e Plano de Contingência, além da avaliação do Risco Socioambiental nos termos da Resolução Bacen nº 4.327/14, relacionada às operações analisadas na Companhia. **c) Gerenciamento de Risco de Mercado e do IRRBB** - Define-se como Risco de Mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. À esta definição se inclui os riscos de variação de taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos de classificação na carteira de negociação; e os riscos da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. Define-se o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Deve-se prever, adicionalmente, para o risco de mercado e para o IRRBB, sistemas que considerem todas as fontes significativas de risco e utilizem dados confiáveis de mercado e de liquidez, tanto internos quanto externos, documentação adequada das reclassificações de instrumentos entre a carteira de negociação e a carteira bancária e das transferências internas de riscos, observados os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. O gerenciamento do Risco de Mercado envolve a classificação das posições detidas pela Companhia em Carteira de Negociação ou Não-Negociação, o controle do limite máximo de exposição, a criação de cenários de teste de estresse, e o estabelecimento de um plano de medidas contingenciais. A Companhia adota e monitora a possibilidade de perda financeira decorrente de oscilações de preços e taxas de instrumentos financeiros, visto que existe a possibilidade de descasamento de prazos, moedas e indexadores nas realizações de suas operações. A Análise de Sensibilidade efetuada pela Companhia, é um processo pelo qual são estimadas as oscilações que podem ocorrer quando aplicados choques predeterminados nos fatores de risco. Tal método tem como finalidade simular os efeitos no resultado da Companhia diante de eventuais cenários. Abaixo, demonstramos o impacto nas posições da Companhia para 31/12/2021 e 31/12/2020, sendo aplicado 3 cenários com a alta da taxa de juros.

Análise de sensibilidade

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
Taxa de Juros em Reais	**Cenário 1 0,25%**	**Cenário 2 0,50%**	**Cenário 3 1,00%**	**Cenário 1 0,25%**	**Cenário 2 0,50%**	**Cenário 3 1,00%**
Leasing Financeiro	(762)	(1.518)	(3.016)	(651)	(1.297)	(2.577)
Letra de Arrendamento Mercatil	432	860	1.709	432	862	1.712

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para os respectivos períodos, considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam nossas posições ativas e passivas. **d) Gerenciamento do Risco Operacional** - Define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se à esta definição o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno. As perdas operacionais devem ter seus valores identificáveis associados aos eventos de cada risco operacional. A estrutura estabelecida para o Gerenciamento de Risco Operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades no gerenciamento do risco operacional. O controle do Risco Operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas. **e) Gerenciamento do Risco de Liquidez** - Define-se o Risco de Liquidez como a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a Companhia não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A Companhia adota um conjunto de medidas de contingência para momentos de crise de liquidez e uma Política de Gerenciamento de Caixa, para manutenção de suas atividades, bem como, Fluxo de Caixa que permita verificar a movimentação de ativos e passivos. **f) Gerenciamento de Capital** - Define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital da Companhia, para adequar ao volume das operações e aos riscos a que a Companhia está sujeita. A estrutura de Gerenciamento de Capital é segregada das áreas de negócios e da auditoria interna e deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir e avaliar, monitorar e reportar a necessidade de capital, observando as seguintes diretrizes: • Estabelecer metas e necessidades de capital, considerando os riscos a que a Companhia está sujeita e os objetivos estratégicos estabelecidos; • Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições econômicas, regulamentares/legais e de mercado; • Manter um colchão de capital prudente, de forma a garantir a viabilidade econômica da Companhia e financiar as oportunidades de crescimento; • Observar, permanentemente, os normativos emitidos pelos reguladores; • Assegurar que os participantes tomem decisões estratégicas e operacionais, segundo as respectivas competências, devendo a Área de Controles e Riscos informar regularmente à Diretoria sobre a compatibilidade do capital frente aos riscos expostos e aos objetivos estratégicos; e • O Índice de Basileia apurado em dezembro de 2021 foi de 21,3% (31 de dezembro de 2020 – 17,0%), demonstrando a suficiência de capital da Companhia, que visa suportar o incremento na realização de novas operações de Arrendamento Mercantil Financeiro e Operacional, bem como, na emissão de moeda eletrônica de pagamento na modalidade pré-pago.

g) Apresentamos o balanço patrimonial por prazo

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeter-minado	Total
Ativo						
Caixa e Equivalente de Caixa	4.521	-	-	-	-	4.521
Instrumentos Financeiros	22.856	-	-	-	-	22.856
Títulos e Valores Mobiliários	22.856	-	-	-	-	22.856
Operações de Arrendamento Mercantil	17.356	56.171	55.156	110.383	-	239.066
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(760)	(2.460)	(2.415)	(4.834)	-	(10.469)
- Operações de Arrendamento Mercantil	(760)	(2.460)	(2.415)	(4.834)	-	(10.469)
Crédito Tributários	30	138	864	33.626	-	34.658
Imobilizado de uso	-	-	-	-	42	42
Intangível	-	-	-	-	657	657
Outros Ativos	5.492	907	317	-	-	6.716
Total em 31 de dezembro de 2021	49.495	54.756	53.922	139.175	699	298.047
Total em 31 de dezembro de 2020	72.419	41.962	38.953	106.788	207	260.349

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando informado)

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Passivo						
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	25.216	42.657	31.497	82.452	-	181.822
- Outros Depósitos	6.604	-	-	-	-	6.604
- Letras de Arrendamento Mercantil	18.612	42.657	31.497	82.452	-	172.218
Obrigações Fiscais Diferidas	-	-	-	**37.678**	-	**37.678**
Outros Passivos	**10.539**	**2.918**	-	-	-	**13.457**
Patrimônio Líquido	-	-	-	-	**65.090**	**65.090**
Capital Social	-	-	-	-	50.000	50.000
Reservas de Lucros	-	-	-	-	15.090	15.090
Total em 31 de dezembro de 2021	**35.755**	**45.575**	**31.497**	**120.130**	**65.090**	**298.047**
Total em 31 de dezembro de 2020	**59.103**	**29.759**	**29.400**	**101.445**	**40.642**	**260.349**

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultado recorrentes e não recorrentes - De acordo com a Resolução nº 2/2020 (art. 34) o resultado contábil de 2021 foi de R$ 4.491 e de 2020 no montante de R$ 4.181 ambos sendo resultados recorrentes. Nos exercícios não ocorreram resultados não recorrentes. **b)** Ativos intangíveis são representados por aquisição de licenças de *softwares*. **c)** No processo de convergência as Normas Internacional de Contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis-CPC, emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, aplicáveis as instituições financeiras. Até 30 de junho de 2021, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram: • Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01); • Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); • Resolução nº 3.973/11 – Eventos Subsequente (CPC 24); • Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 – R1); • Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) • Resolução nº 4.144/12 – Estrutura Conceitual Básica (R1); • Resolução nº 4.424/15 – Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1). • Resolução nº 4.636/18 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 – R1); • Resolução nº 4.720/19 – Demonstração do Fluxo de Caixa – (CPC 03 – R2); e • Resolução nº 4.748/19 – Mensuração do Valor Justo (CPC 46). **d)** Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

DIRETORIA

Paulo Rogerio Caffarelli
Diretor Presidente
(aprovado pelo Banco Central em 14/01/2022)

Paulo Francisco Pinho
Diretor

Alexandre Punko
Diretor

Heubner Lopes Bustamante
Diretor

CONTADOR

Carlos Roberto da Conceição - Contador - CRC 1SP 307638/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores
Banco Brasileiro de Crédito S.A. (atual denominação da BBC Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil)

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Brasileiro de Crédito S.A. (atual denominação da BBC Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil) ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Brasileiro de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria com data de 30 de março de 2021, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

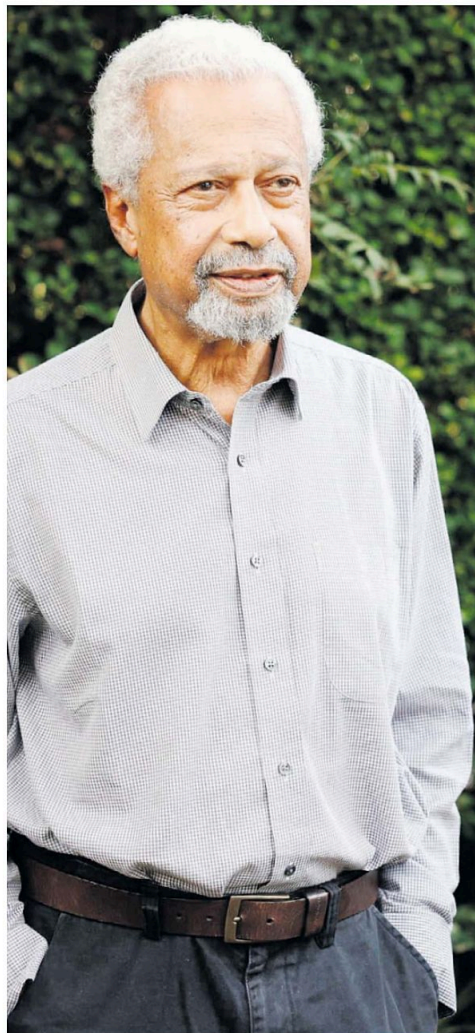
Edison Arisa Pereira
Contador
CRC 1SP127241/O-0

C5 **Cinema.** Começa o É Tudo Verdade. C8 **Teatro.** Peça 'Brilho Eterno' mostra o apagar de um amor

WILL OLIVER / EFE

C4 **Cinema.** Doença degenerativa obriga Bruce Willis a se aposentar

HENRY NICHOLLS / REUTERS

Escritor duvidou que fosse o novo ganhador do Nobel

C3 **Prêmio Nobel**

A África do escritor Gurnah

Autor tanzaniano trata dos efeitos do colonialismo

Direto da Fonte
Sonia Racy

Gabriel Manzano (interino)

BLOG

INSTAGRAM

MARCELA PAES
MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI
PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH
SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Lembrança

O diretório municipal do PSDB está organizando um evento em homenagem a **Bruno Covas** no dia 12, por conta do seu aniversário – ele faria 42 anos no dia 7. **Fernando Alfredo**, presidente do PSDB paulistano, planeja entregar uma carta com ideais de Covas na gestão pública ao prefeito da capital, **Ricardo Nunes**, como defesa da democracia e garantias de políticas para os pobres.

O evento acontece no Audio Club, na Barra Funda, e deve reunir prefeitos do interior e ex-prefeitos da cidade de São Paulo de diferentes partidos. **Tomás**, filho de Bruno, vem do exterior para a homenagem.

Elas em foco

Uma festa marca a entrega do prêmio "Mulheres Exponenciais" a estilista **Martha Medeiros**, a colecionadora de arte **Andrea Pereira**, a **Maria Claudia Bucchianeri**, ministra do TSE, a empresária **Lucilia Diniz**, entre outras, hoje, no Shopping JK Iguatemi.

A iniciativa é da Esfera Brasil, por conta do mês da mulher.

Em alta

A Pinacoteca de São Paulo voltou a receber mais de 7 mil pessoas no último final de semana. O número alcança o mesmo patamar dos registros de público antes da covid.

Um estímulo para o retorno é a individual da artista carioca **Adriana Varejão**, em cartaz até agosto.

O catálogo da mostra acompanha o sucesso e registrou 500 exemplares vendidos após a inauguração no sábado.

SIL VANA GARZARO

POLAROID

Sonia Diniz, que sempre aposta em novos designers, como já fez com os Irmãos Campana no começo de carreira, destaca o trabalho do jovem Lucas Recchia para o espaço da Firma Casa na SP-Arte. "O trabalho do Lucas tem como premissa a experimentação de novos materiais e técnicas que reflitam a sociedade contemporânea e seus anseios", explica a empresária.

NA FRENTE

● **Jamil Chade** aterrissa no Brasil, direto de Genebra, para lançar seu novo livro *Luto*. Hoje na PUC, no Rio e sexta na Livraria da Vila, em SP.

● A Biblioteca Mario de Andrade abre a mostra *3 X HILDA* – uma homenagem à escritora e artista **Hilda Hilst**, composta por obras de **Beatriz Abdalla, Egas Francisco, Olga Bilenky,** além de desenhos originais da própria Hilda, sob curadoria de **Maíra Endo.** Sábado, na República.

● O advogado **Guilherme Valente** lança o livro *Direito, Arte e Indústria – o problema da divisão da propriedade intelectual na economia criativa*. A obra é resultado da sua tese de doutorado. Hoje, no escritório Baptista Luz Advogados

FOTOS DENISE ANDRADE

1. Taís Araujo e Lázaro Ramos na pré-estreia do filme "Medida Provisória" – do qual Ramos é diretor. **2.** Xenia e Lucas Cirilo. **3.** Marina Person e Gustavo Rosa de Moura. **4.** Flavia e Ruben Feffer. **5.** Karina Barbieri e Seu Jorge. Segunda-feira, no Cinemark do Shopping Iguatemi.

Abdulrazak Gurnah

‘A literatura pode humanizar fatos históricos’

Ganhador do Prêmio Nobel de Literatura de 2021, tanzaniano trata dos efeitos do colonialismo

HENRY NICHOLLS/REUTERS

Gurnah retrata histórias sobre guerras que ouvia quando crescia

ENTREVISTA

Nascido em 1948, na Tanzânia, refugiou-se no Reino Unido nos anos 1960, por causa da perseguição a cidadãos árabes

UBIRATAN BRASIL

O escritor tanzaniano Abdulrazak Gurnah preparava-se para tomar seu chá no final da manhã do dia 7 de outubro quando passou por 10 emocionantes minutos ao receber um telefonema. Do outro lado da linha, um rapaz comunicava calmamente que ele acabara de ganhar o Prêmio Nobel de Literatura. Desconfiado de que era alvo de um trote, Gurnah estendeu a conversa até se certificar da veracidade da informação. Nisso, consumiu 8 minutos e os dois restantes foram para esperar o anúncio oficial feito pela Academia Sueca.

O mesmo rapaz que conversara com o escritor explicou que Gurnah fora escolhido por conta de sua obra “de penetração intransigente e compassiva dos efeitos do colonialismo e do destino do refugiado no abismo entre culturas e continentes”. Ele se tornou o primeiro laureado negro desde Toni Morrison, em 1993. A questão do colonialismo e dos refugiados é o principal tema de seus livros, como *Sobrevidas*, que acaba de ganhar edição nacional pela Companhia das Letras.

Ambientado no início do século passado, quando colonizadores avançam violentamente pela África, dizimando povos e impondo regras e costumes. Com uma escrita precisa, recheada de informações culturais locais, Gurnah revela a tentativa dos habitantes locais de manter uma ainda que frágil rotina, diante da ameaça constante de que novos combates arrasem a vida de todos mais uma vez. É uma história multigeracional, com muitos personagens vivendo sob as mesmas duras circunstâncias do colonialismo, guerra, perda e privação. No entanto, cada um é único, com diferentes perspectivas, ações e reações a essas circunstâncias.

Gurnah nasceu em 1948, na atual Zanzibar, na costa da Tanzânia. Em 1964, por causa da perseguição a cidadãos árabes durante a Revolução de Zanzibar, refugiou-se no Reino Unido, onde vive atualmente e foi professor na Universidade de Kent até sua aposentadoria. Foi da Inglaterra que ele conversou com o **Estadão** por Zoom, na manhã desta quarta-feira, 30.

Como foi alternar a descrição de momentos dramáticos com outros mais leves?

Acredito que assim é nossa vida, nossa rotina, marcada por altos e baixos. E meu interesse não era escrever especificamente sobre a guerra ou a tristeza do colonialismo, mas sobre o contexto em que a guerra e o colonialismo aconteceram. E, nesse caso, as pessoas e suas vivências têm prioridade, pois me interessa mostrar como aqueles que são feridos pela guerra e pela própria vida lidam com essas circunstâncias que, muitas vezes, permitem que as pessoas mostrem seu potencial de gentileza.

É difícil descrever os momentos difíceis?

São fatos com os quais convivo há muitos anos, histórias que ouvi quando crescia e que me permitiram entender a experiência da guerra. Sempre estive cercado por pessoas que passaram por esses momentos e que falavam sobre eles. Ouvi até lembranças sobre a Primeira Guerra Mundial. Minha tarefa foi a de organizar essas histórias, o que consegui com a tarefa acadêmica. Descobri que, embora esse período histórico em particular não esteja na imaginação popular, há muito trabalho de pesquisa sobre ele e ler esse trabalho também foi útil.

Como os fatos podem ser ou não ignorados, a ficção pode humanizar os eventos que descreve?

Uma das qualidades da ficção é permitir o preenchimento do que não é conhecido nos fatos, o que humaniza os eventos descritos. Fatos podem ser levados em conta ou ignorados. Mas você não pode ignorar a ficção porque, se funcionar, vai fundo. Veja um exemplo: as atrocidades cometidas durante uma guerra – muitas vezes os motivos que levam a isso são obscuros, mas, pela ficção, é possível oferecer possibilidades, pois nem sempre são provocadas por um simples desejo cruel, mas por uma necessidade de a pessoa testar a si mesma até onde consegue chegar.

Sobrevidas
Abdulrazak Gurnah
Companhia das Letras
336 págs., R$ 74,90
R$ 39,90 o e-book

Sobre o título do livro, *Sobrevidas* (*Afterlives*, em inglês), seria uma referência à maneira como as pessoas recuperam suas vidas após um trauma?

Sim, exatamente isso, é sobre como as pessoas que passam por inúmeras dificuldades ao longo de sua trajetória encontram novas formas de vida. Normalmente o título de um livro me aparece de repente – às vezes, a partir da união de duas palavras, por exemplo. Confesso que não é uma grande preocupação para mim.

Qual é a importância das narrativas históricas?

É uma das virtudes da literatura permitir ao escritor visitar qualquer lugar em qualquer tempo. É um caminho também para se humanizar determinados eventos históricos, aproximando a realidade das pessoas. Escrever sobre um momento histórico, às vezes, pode intensificar nossa compreensão de um episódio ou de uma época que conhecemos em linhas gerais ou como um simples relato factual. Para mim, o período em que uma história se passa realmente não é tão importante, pois, passado ou presente, o que interessa é a forma como é narrada.

Cenário

‘Sobrevidas’ é ambientado no início do século passado quando colonizadores avançaram sobre a África

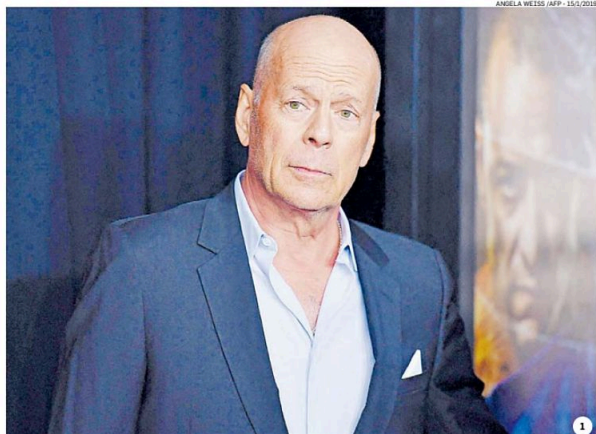
Como escritor, o senhor acredita que o ativismo é importante?

Sim, desde que o termo não seja levado ao pé da letra. Quando a narrativa é utilizada para se corrigir algo errado, algo injusto, não vejo problema. Mas, importante: escritor não é juiz, apenas um escritor. Busco sempre, ao escrever, atingir minha plenitude, mas não tenho intenção de dizer o que os outros devem fazer, mas mostrar o que estou vendo e, a partir daí, estimular as pessoas a tomarem suas atitudes.

Em recentes entrevistas, o senhor fez referência à “miséria” da cultura europeia em relação à recusa dos refugiados. O senhor nasceu na África e hoje vive na Inglaterra. De alguma forma, essa tensão se reflete em seus personagens?

Escrevo porque busco retratar, por meio da literatura, o que vivi e ouvi. Antigamente, as migrações saíam da Europa em busca de outras terras como Austrália, África, América. Hoje, a Europa é o local visado, algo que, em parte, se aproxima da minha experiência, pois milhões de pessoas hoje não vivem em sua terra natal. Ambos os lugares – o ausente e o atual – exibem uma vitalidade própria. Como literatura, é um assunto inspirador, mas há o lado trágico daqueles que se desprenderam de sua terra, de seus entes, de suas memórias, enfim. ●

Cinema *Despedida*

Após diagnóstico de afasia, ator Bruce Willis vai se aposentar

ANGELA WEISS /AFP - 15/1/2019

1. **Bruce Willis, na estreia de 'Vidro'**

2. **Em 'Duro de Matar 5'**

3. **Com Samuel L. Jackson, em 'Corpo Fechado'**

4. **Estrelando 'Sexto Sentido' com Haley Joel Osment**

Anúncio sobre a doença que afeta a capacidade de comunicação foi feito pela família do astro de 'Duro de Matar'

LUIZ CARLOS MERTEN
BÁRBARA CORREA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

A família de Bruce Willis, de 67 anos, anunciou, nesta quarta, 30, que o ator foi diagnosticado com afasia e, por isso, vai afastar-se de sua carreira. Trata-se de um distúrbio de linguagem ocorrido por lesão cerebral que afeta a comunicação e a capacidade de compreensão. Nas redes sociais, as filhas do artista, Rumer, Scout, Tallulah, Mabel e Evelyn, juntamente com sua atual mulher, Emma Heming, e a ex, Demi Moore, assinaram um texto comunicando os fãs sobre a situação de Bruce.

"Para os incríveis apoiadores de Bruce, como família, queríamos compartilhar que nosso amado Bruce está passando por alguns problemas de saúde e, recentemente, foi diagnosticado com afasia, o que está afetando suas habilidades cognitivas", iniciou.

"Como resultado disso e, com muita consideração, Bruce está se afastando da carreira que significou tanto para ele. Este é um momento realmente desafiador para nossa família e estamos muito gratos pelo amor, compaixão e apoio contínuos de vocês", escreveu a família do artista.

"Estamos passando por isso como uma unidade familiar forte e queríamos incluir seus fãs porque sabemos o quanto ele significa para vocês, assim como vocês significam para ele. Como Bruce sempre diz, 'viva' e juntos planejamos fazer exatamente isso", concluiu a mensagem.

DEVASTADO. Filho de um soldado norte-americano que permaneceu na Alemanha após a guerra – e de uma garçonete alemã –, Bruce Willis nasceu no país devastado. Como as condições eram difíceis, a família migrou para os EUA. Foram morar num distrito de New Jersey, Penns Grove. Criado em meio à comunidade italiana da cidade, Bruce logo descobriu sua vocação. Era um piadista nato. Queria ser ator, mas tinha um empecilho, era gago. Certa vez, ao subir no palco, a gagueira parou imediatamente. Ele descobriu que, com textos decorados, podia controlá-la. Bruce Willis virou astro, um dos mais bem pagos de Hollywood. Aos 67 anos, a família anunciou ontem que ele está encerrando a carreira.

Foi diagnosticado com afasia, um distúrbio de linguagem ocorrido por lesão cerebral e que afeta a comunicação. Um fim complicado para alguém, como ele, que soube construir sua persona irônica por meio justamente da linguagem que agora lhe falta. O próprio Bruce disse que aprendeu muito no set de *O Veredicto*, de Sidney Lumet, de 1982, observando a desenvoltura de Paul Newman diante das câmeras. Três anos mais tarde, teve a grande chance na série *Moonlighting/A Gata e o Rato*, contracenando com Cybill Shepherd. Os produtores queriam um nome masculino de peso para atuar com ela. Aos olhos da indústria, Bruce era ninguém, mas revelou-se divertido, charmoso, mais do que isso, espirituoso.

20TH CENTURY STUDIOS

TOUCHSTONE PICTURES

RON PHILLIPS/REUTERS

Um cínico – a modelo e o detetive permaneceram no ar por quatro anos. Brigavam no set como cão e gato – gata –, os roteiristas passaram a usar as desavenças de ambos para nutrir as tramas. A sorte terminou dando uma mãozinha. Em 1988, Cybill engravidou e abriu uma brecha nas gravações.

McCLANE. Bruce aproveitou para fazer um filme de ação para o qual fora chamado. O diretor John McTiernan queria um novo tipo de herói – o tira John McClane, o homem certo no lugar errado. Em *Duro de Matar*, McClane é o policial de Nova York que viaja a Los Angeles ao encontro da mulher, que trabalha numa empresa multinacional. Quando ele chega, o prédio – uma torre de cristal – foi ocupado por um bando de terroristas.

Contra todas as probabilidades – é o primeiro a duvidar de suas habilidades –, McClane dá conta do recado. O público adorou a mistura de ação e humor, surgiram *Duro de Matar* 2, 3, 4, 5 – *Um Bom Dia para Morrer*. Transformado em astro, Willis alavancou a carreira da mulher, a atriz Demi Moore. Foram, a seu tempo, o casal 20 da indústria, como Elizabeth Taylor e Richard Burton já haviam sido e Angelina Jolie e Brad Pitt seriam depois.

Bruce diversificou a carreira, fez filmes autorais com diretores de prestígio na indústria – Luc Besson, Quentin Tarantino, M. Night Shyamalan. Relembrando – *O Quinto Elemento*, *Pulp Fiction/Tempo de Violência*, *O Sexto Sentido*, *Corpo Fechado* e *Vidro*. Um de seus melhores papéis foi em um filme pequeno que talvez valha resgatar neste momento particular.

Em *Código para o Inferno*, de Harold Becker, de 1998, Bruce faz o agente do FBI que investiga o desaparecimento de garoto autista de 9 anos. O menino decifrou por acaso um código militar e, na sequência, seus pais foram assassinados pelo cruel diretor do bureau, interpretado por Alec Baldwin. Bruce fará de tudo para salvar o pequeno herói. Não se falam, nem a linguagem dos sinais. É um filme de olhares intensos e gestos viscerais. Privado da palavra, Bruce talvez nunca volte a atuar. Era uma metralhadora disparando piadas, mas, pelo menos uma vez, esse homem foi grande exercendo o poder do silêncio. ●

Cinema Festival

É Tudo Verdade inaugura mostra de clássicos

Evento com 77 documentários de 34 países é aberto com dois longas do irlandês Mark Cousins e terá obra de Orson Welles

MARIANE MORISAWA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Depois de dois anos tendo de se adequar à pandemia com edições online, o Festival É Tudo Verdade volta às salas de cinema – mas ainda com cautela. O evento, que vai desta quinta, 31, até 10 de abril, com exibição gratuita de 77 títulos de 34 países, terá uma versão online nas plataformas É Tudo Verdade, Itaú Cultural Play e Sesc Digital, e sessões presenciais em quatro salas de São Paulo e duas do Rio de Janeiro.

"A programação quase inteira do festival está em streaming porque a maior parte das pessoas não voltou ainda às salas. E nosso compromisso é atender o público", disse o diretor-fundador Amir Labaki, em entrevista ao **Estadão**, por videoconferência.

A edição passada teve um recorde de audiência, com 216 mil espectadores. "Para reafirmar nosso comprometimento com o cinema em sala grande, vamos fazer, quase de maneira simbólica, algumas sessões nos cinemas, cumprindo o ritual de um festival."

Assim, os longas brasileiros em competição, por exemplo, terão a chance de fazer suas estreias na tela grande, com presença dos realizadores sempre que possível, respeitando o distanciamento social – só 50% da ocupação –, uso de máscaras obrigatório e apresentação de certificado de vacinação.

Para a abertura, Labaki escolheu dois longas do cineasta irlandês Mark Cousins. Em São Paulo, *A História do Olhar* é exibido hoje, no Espaço Itaú de Cinema Augusta, às 20h. Uma hora depois, o filme fica disponível por 24 horas, para todo o País, na plataforma É Tudo Verdade, com limite de 1.500 acessos. O filme discute o olhar a partir da história da arte e também dos problemas de visão que o diretor enfrentou.

No Rio, A *História do Cinema: Uma Nova Geração* passa amanhã, às 20h, no Espaço Itaú de Cinema Botafogo. A obra, que traça um panorama das transformações no cinema nos últimos anos, também fica disponível uma hora depois, por 24 horas, na plataforma É Tudo Verdade, com 1.500 acessos. "O Mark conseguiu fazer dois ensaios muito pessoais e muito diferentes entre si discutindo o olhar", explicou Labaki. "Quando assisti, me pareceu que os dois me ofereciam a possibilidade de repensar minha relação com o olhar, saindo da pandemia, de maneira muito generosa e sofisticada."

O festival também tem uma novidade: a mostra *Clássicos do É Tudo Verdade*, que começa com três produções. *É Tudo Verdade*, versão de 1993, reconstitui a obra de Orson Welles rodada na América do Sul nos anos 1940 e jamais finalizada por ele. *Chico Antônio – O Herói com Caráter*, de Eduardo Escorel, é um trabalho de 1983 que resgata um personagem mencionado pelo escritor Mário de Andrade em seus trabalhos. Completa a programação *A História da Guerra Civil*, filme de Dziga Vertov de 1921 sobre a guerra civil na Rússia, dado como perdido e recuperado no ano passado. É a terceira exibição da obra na história. "Criamos a seção por causa da importância de defender o patrimônio mundial e brasileiro, ainda mais com a crise da Cinemateca", disse Labaki. "Me parece que um festival do cinema tem de chamar a atenção para o cinema clássico. Gosto de citar Peter Bogdanovich: 'Não existe filme velho, existe filme que você não viu'."

INQUIETAÇÕES DO MUNDO. Ao todo, a curadoria assistiu a cerca de 2 mil produções do mundo inteiro. Labaki não observa um vetor temático ou estilístico muito definido. "Mas algo tem sido bem forte nos últimos anos: as grandes inquietações do mundo estão muito rapidamente virando documentário", lembrou. Neste ano, além da pandemia, há diversos filmes sobre a crise das democracias, que já vinha forte, examinando o que acontece no Brasil, nos Estados Unidos, na Rússia, em países da Ásia. Também aparecem vários filmes sobre a crise democrática no passado recente, como a Europa do nazi-fascismo. "Porque subitamente ficou claro que isso foi ontem, não está tão longe na história", garantiu Labaki.

A emergência climática é outro tema recorrente. "Nem sempre a obra fala disso diretamente, mas há uma implicação porque faz parte da crise global." O longa de encerramento, *The Territory*, de Alex Pritz, trata da luta do povo indígena uru-eu-wau-wau, em Rondônia, contra a presença de grileiros e o desmatamento em sua terra. O festival ainda preparou um filme-surpresa, que tem exibição no sábado, 9, às 20h, em São Paulo e no Rio. ●

GONZALO FUENTES/REUTERS - 7/7/2021

Filmes de Mark Cousins abrem a mostra do Rio e de São Paulo, em programação online e presencial

Agenda

Documentários que você não pode perder

● **'Navalny', de Roher**
Thriller sobre líder opositor a Vladimir Putin.

● **'JFK Revisitado: Através do Espelho', de Oliver Stone**
O cineasta examina arquivos recentes do assassinato.

● **'Relações Próximas', de Vitaly Mansky**
Crise na Ucrânia pelas lentes do diretor em visitas a sua família entre 2014 e 2015.

● **'Diários de Mianmar', do Coletivo Cinematográfico de Mianmar**
Ativistas fazem um diário depois do golpe militar de 2021 no país.

Festival de cinema celebra o olhar documental de Mark Cousins

ANÁLISE

LUIZ ZANIN ORICCHIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

O documentarista e historiador do cinema irlandês Mark Cousins abre o É Tudo Verdade 2022. Em dose dupla. Em São Paulo, passa *A História do Olhar*. No Rio, *A História do Cinema: Uma Nova Geração*.

São filmes de inspirações diversas. O primeiro, com o mesmo título do livro lançado por Cousins, é muito pessoal. Uma reflexão livre sobre o olhar, inspirada em cirurgia de catarata à qual Cousins se submeteu.

VISÃO. O que é o olhar? A pergunta, que já fez a cabeça de filósofos como Merleau-Ponty, recebe de Cousins uma compreensível resposta cinematográfica. Abraçamos o mundo com nosso olhar, construímos esse mundo e ele tem muito a ver com a memória. O tempo entra na composição do olhar e, a cada estágio de vida, corresponde um tipo de visão sobre o cinema, sobre os outros, sobre nós mesmos. Para melhor explorar essa ideia, Cousins não hesita em lançar mão da ficção, imaginando-se anos depois e, já velho, contemplando em retrospectiva esse nosso louco mundo da segunda década do século 21. O Brasil entra de forma indireta nessa história com o vanguardista *Rien Que les Heures* (1926), filmado por Alberto Cavalcanti na Europa.

Em *A História do Cinema: Uma Nova Geração* retorna o Cousins pesquisador, rigoroso e de larga amplitude, já conhecido por sua série televisiva *A História do Cinema: Uma Odisseia* e *Women Make Film*. Reencontramos aqui a figura desse pesquisador de língua inglesa, porém de modo algum autocentrado. Pelo contrário. Ao trazer à cena o cinema do nosso tempo, Cousins vai buscá-lo em diversas latitudes e longitudes. Mistura gêneros – dramas, comédias, musicais, filmes de ação e terror – e percorre Ásia, África, Oceania e América do Sul. O Brasil surge num raro enlace com o passado através de *Limite*, de Mário Peixoto.

As escolhas são pessoais? Sim, inevitavelmente. O cinema há muito já dobrou o século de existência e se reproduz de maneira exponencial. Abordar esse oceano significa escolher. Cousins tem suas opções. Cabe reconhecer que, nesse inevitável subjetivismo, procura ser o mais inclusivo possível. Para benefício do espectador. ●

Latitudes e longitudes
Ao abordar o cinema do nosso tempo, Cousins mistura gêneros e percorre da Ásia à América do Sul

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

As rédeas do destino

Data estelar: Lua ingressa em Áries às 6h30 e fica Nova

Há horas em que é melhor se adequar às circunstâncias, mas há horas, também, em que tua vontade precisa ser maior do que as circunstâncias, determinando o espírito da ação.

Agora é quando, se tu queres que algo aconteça, tu hás de brandir a força de vontade e abrir passagem por entre os impedimentos e contrariedades que se erguerem entre ti e o objetivo.

Tua vontade, se posta em marcha com o vigor e firmeza que lhe são característicos, é capaz de fazer acontecer o necessário e, assim, verás que avanças na direção da conquista de tuas pretensões.

A alegria que sentirás pelo uso da vontade não decorrerá da certeza de sucesso, mas do estranho, mas familiar, regozijo que sentirás por ter tomado em tuas mãos as rédeas do teu próprio destino. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Iniciativas são necessárias, mas não quaisquer umas, porém, aquelas que sejam fruto de estratégias mais ou menos elaboradas nas semanas anteriores. Tome as iniciativas pertinentes, com mínima ordem e organização.

TOURO 21-4 a 20-5
Garanta sua serenidade, tomando distância das pessoas tóxicas que, sabidamente, vêm para cima de você cheias de histórias e propostas, mas que elas mesmas acabam boicotando, para dar errado. Distância, muita distância.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Sonhe com seu futuro distante sem nenhum pudor, se refestelando na imaginação com tudo que de melhor e maior conseguir sonhar. Agora não importam as questões práticas que conduzirão até lá, só interessa sonhar sem pudor.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Dando certo ou dando errado, o que importa é você entrar em campo e movimentar a bola, com movimentos concretos, tendo em vista se aproximar o máximo possível de suas pretensões. O que importa é jogar, não o resultado.

LEÃO 22-7 a 22-8
O espírito de aventura volta a circular em seu corpo e alma, estimulando você a se encrencar. É de se esperar que você se encrenque no bom sentido da palavra, por vislumbrar oportunidades na forma de aventuras.

VIRGEM 23-8 a 22-9
A famosa frase de não se poder fazer uma omelete sem quebrar ovos se aplica muito bem a este momento de sua vida. Tudo envolve risco, tudo envolve alguma dissonância, porque é impossível agradar a todo mundo.

LIBRA 23-9 a 22-10
Agora você tem mais espaço para fazer seus pedidos e propostas, e esse movimento encontrar uma acolhida mais receptiva. Por isso, aproveite para ter mais ousadia em seus pedidos e propostas. Vai que dá certo.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
Este é um momento cheio de potencialidades, portanto, é bom você descer do pedestal de seus sonhos e atender às necessidades práticas que surgirem, mesmo que essas pareçam inferiores demais em relação aos sonhos.

SAGITÁRIO 2-11 a 21-12
Ainda que não seja possível dispor de liberdade absoluta para você fazer o que lhe der na telha, mesmo assim se pode viver intensamente. Este é um desses momentos em que sua alma encontra o fio da meada das aventuras.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Procure focar sua energia nesses assuntos que estiver ao seu alcance finalizar, para, assim, ter mais espaço de manobra no futuro próximo e se lançar a novos empreendimentos. Finalize tudo que você puder.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Muito a conversar, porém, talvez não haja tempo suficiente para sustentar os diálogos necessários, já que, simultaneamente, há tanta coisa para resolver, tanto perrengue, que será melhor se dedicar a isso. Em frente.

PEIXES 20-2 a 20-3
Foque sua atenção na administração dos recursos, para garantir eficiência e destreza na navegação dos próximos meses. Evite apreensões inúteis e contraproducentes, não se trata de sucumbir ao temor, mas de continuar jogando.

Cerimônia **Polêmica**

Apresentadora do Oscar diz estar 'traumatizada' com tapa de Will Smith

Amiga de Chris Rock, a comediante Amy Schumer toma partido e faz desabafo em suas redes socais

Uma das apresentadoras da cerimônia do Oscar no domingo, dia 27, a comediante Amy Schumer afirmou, em suas redes sociais, nesta quarta, 30, que ainda está "perturbada e traumatizada" por conta do tapa dado pelo vencedor na categoria de melhor ator, Will Smith, no rosto do comediante Chris Rock durante a premiação.

Na transmissão do Oscar, Smith subiu no palco após Rock fazer uma piada sobre a aparência da atriz e apresentadora Jada Pinkett Smith, mulher de Will Smith, e deu uma bofetada no rosto do comediante. O ator voltou ao seu assento e gritou palavrões duas vezes em direção a Rock.

Chris Rock retomou sua compostura e anunciou o vencedor do prêmio de melhor documentário para *Summer of Soul*, dirigido pelo músico Questlove.

"Ainda perturbada e traumatizada", desabafou Schumer no Instagram três dias depois dos acontecimentos. "Eu amo meu amigo @chrisrock e acredito que ele lidou com a situação como um profissional. Continuou ali em cima e deu o Oscar a seu amigo @questlove e o negócio todo foi tão perturbador", contou. "Tanta dor em @willsmith, de qualquer maneira, eu ainda estou em choque, impressionada e triste."

REAÇÃO. Já o ator Jim Carrey disse ter ficado "enojado" com a ovação de pé para Smith após sua vitória no Oscar depois de ele ter dado um tapa em Rock no palco. Por causa disso, ele chamou Hollywood de "covarde". ● REUTERS

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Os adornos da alma são justiça, coragem e verdade"* **Yogaswami**

Por aí

Patrícia Ferraz ● patriciacferraz@gmail.com

Não faça cerimônia, você vai repetir

Não me lembro de já ter recomendado um rodízio. Aliás, este não é um rodízio convencional, com garçons circulando com a comida de mesa em mesa e os clientes interessados na quantidade. O esquema no restaurante de culinária árabe Zingo & Ringo é outro. Você escolhe tudo o que quer comer – são 15 opções – e logo a mesa fica cheia de lindos potinhos libaneses coloridos com pastas, saladas, arrozes, assados, quibes... Tudo delicioso, fresquinho.

O restaurante é do arquiteto sírio Bassam Koussa, que deixou seu país em 2015, por causa da guerra. Exímio cozinheiro desde a infância, resolveu usar seus dotes culinários para abrir um restaurante em parceria com um amigo, em São Paulo, daí o nome Zingo & Ringo, uma expressão para pessoas que estão sempre juntas. Abriram um lugar pequeno, na Vila Madalena, em 2019. Ringo logo saiu do negócio, com a pandemia as coisas se complicaram e o fechou. Bassam, também conhecido como Zingo, reabriu em janeiro, agora em uma casa simpática na Rua dos Pinheiros – e com a brigada da cozinha formada por refugiados sírios e palestinos.

Não dispense o quibe cru (quase pastoso, com tempero suave, servido aos costumes,

PATRICIA FERRAZ/ESTADÃO

No Zingo & Ringo, delícias libanesas servidas em rodízio

com cebola e hortelã), a ótima coalhada seca, o homus e o babaganuche (a pasta de berinjelas, ali, é bem defumada). As pastas chegam acompanhadas de fatias de pão sírio, é só regar com o ótimo azeite libanês, que está na mesa, e abrir os trabalhos. O tabule e a salada fatuche, bem refrescante, completam a parte fria da refeição.

Hora de passar para os fritos e assados: a kafta na brasa é obrigatória, assim como o michui de frango, ambos delicadamente temperados com especiarias. Peça o quibe assado (recheado com nozes) e o falafel, ali feito sem ervas frescas. Ambos muito gostosos. Não se esqueça de escolher o arroz, que pode vir com cabelo de anjo ou com lentilhas (o sabor diferente se explica: o grão é cozido na água em que a lentilha ficou de molho). Tem também batata rústica assada na brasa – mas com um banquete desses, quem quer batata? Vem tudo em porções individuais e pode-se repetir à vontade pelo preço fixo de R$ 89.

Talvez você sinta falta das esfihas, que não estão no rodízio. Elas são feitas com massa superfina – assada no forno saj – e dobradas, com recheio de carne ou queijo (R$ 9,99) e estão no cardápio à la carte. A seleção de pratos também inclui o fatteh, uma combinação de grão-de-bico, pão sírio torrado, tahine com coalhada, carne, castanhas, tudo frito na manteiga (R$ 49), o favorito do dono. R. dos Pinheiros, 537, Pinheiros. 11h30/23h (fecha 2.ª). Delivery pelo Goomer. ●

JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 22 ANOS.

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas estadao.com.br/e/cruzadas

CAÇA-PALAVRAS

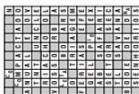
Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku estadao.com.br/e/sudoku

Nível Médio

		2	6					
	4		5			3		
		8	9			1		4
						2		5
	8						1	
2		4						
1		3			2	6		
	5			9			7	
					4	3		

SOLUÇÕES

Luciana Garbin

Sobre a divisão de tarefas domésticas

Você quer ajudar sua mulher em casa? Então não a espere pedir. Tome a iniciativa, surpreenda. Você vive na casa, não? Ou ao menos a frequenta sempre? Então seja proativo e separe algumas horas para arrumar e limpar o cômodo em que deixou tudo espalhado ou sujo. Ou os cômodos. Mas faça isso sempre, não apenas uma vez por ano.

Do mesmo modo, você costuma almoçar, jantar e/ou tomar café da manhã em casa? Então também pense em comprar os ingredientes e cozinhar os pratos do cardápio. Ah, você não sabe ou não quer? Ajude então tomando para si a tarefa de arrumar uma outra forma de alimentar sua família e a si próprio – delivery pode ser uma alternativa, mas não só. E desista de uma vez por todas dessa vida de só esperar que a sua mulher faça tudo.

Ah, depois da refeição você fatalmente vai notar uma pilha de louças acumulada na pia. Mais uma vez, não espere pelos pedidos de socorro. Invista numa boa máquina de lavar louças – e a coloque para funcionar. Ou ponha o avental – e luvas emborrachadas se quiser –, arregace as mangas e veja o quão terapêutico pode ser lavar pratos, copos e panelas e já encontrar tudo limpo no dia seguinte.

Não esqueça dos filhos. Eles são sua responsabilidade também, certo? E você sabe que demandas variam conforme a idade, mas banho e alimentação, por exemplo, são necessidades diárias? Então faça o que é preciso antes de sua mulher pedir. E sem esperar por elogios em série. Até porque, cá entre nós, ela já deve estar bem cansada de ter de sempre te agradecer por algo que também é sua obrigação...

> *Não basta 'ajudar' a mulher em casa. É preciso realmente dividir afazeres e responsabilidades*

Se quer mesmo ajudar, não diga mais por favor que você AJUDA a sua mulher em casa. Isso parece conversa de quem cresceu acreditando que tarefas domésticas e familiares são só responsabilidade feminina. Não são.

Do mesmo modo, não confunda mãozinha com uma grande ajuda. Mãozinha é mãozinha. Grande ajuda pressupõe dividir realmente as tarefas e responsabilidades diárias. E esta é uma outra conversa, bem mais adulta e madura. E que demanda energia e comprometimento das duas partes.

Por fim, quando realmente incorporar essa rotina mais igualitária e saudável na divisão das tarefas domésticas, aproveite para ensiná-la a seus filhos, homens e mulheres. Para que eles também saibam que antigos comportamentos machistas impregnados nas pequenas coisas e rotinas do dia a dia não estão mais com nada... ●

É EDITORA NO ESTADÃO, PROFESSORA NA FAAP E MÃE DE GÊMEOS

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

Teatro *Em cartaz*

'Brilho Eterno' mostra como apagar um amor

Os atores Tainá Müller e Reynaldo Gianecchini vivem casal que deseja 'deletar' a relação em peça inspirada em filme

UBIRATAN BRASIL

Uma desilusão amorosa foi a inspiração para o diretor Jorge Farjalla criar seu mais atual projeto, a peça *Brilho Eterno*, em cartaz no teatro Procópio Ferreira.

"Foi algo dolorido e meu desejo na época, 2018, era apagar todas as lembranças que envolviam aquela pessoa", conta ele, se lembrando do filme *Brilho Eterno de uma Mente Sem Lembranças*, dirigido por Michel Gondry em 2005.

No longa, Joel (Jim Carrey) e Clementine (Kate Winslet) vivem seus conflitos. Para resolvê-los, a moça resolve recorrer aos serviços de um profissional que apaga as lembranças dolorosas dos clientes. Desesperado, Joel procura fazer o mesmo, de modo a "deletar" Clementine de sua mente.

Na peça, Reynaldo Gianecchini vive Jesse, que gosta de Celine (Tainá Müller), mas a relação entre eles é marcada por intensidades diferentes, o que gera a descoberta de uma incompatibilidade – findado o relacionamento, eles tomam uma droga para apagar a memória do amor que viveram. "O conceito básico é semelhante ao do filme, ou seja, como se faz para apagar um grande amor, mas, à medida que o projeto se desenvolvia, novas questões foram surgindo", conta o encenador, apontando a importância de Tainá nesse caminho mais esclarecedor.

PRISCILA PRADE

Na encenação, os atores Tainá Müller e Gianecchini manipulam o cenário, fazendo a ação acontecer

ATUALIZAÇÃO. Ao longo da preparação do espetáculo, a atriz trouxe questionamentos sobre relações humanas, sobretudo no mundo pós-pandemia. "O filme é de 2005 e traz o domínio da voz masculina", observa ela. "Clementine é quase uma musa, um desejo de culto e sua principal característica libertária é o fato de ser uma mulher que bebe. Ou seja, um conceito feminino de liberdade que não se encaixa mais."

As observações de Tainá produziram efeito – afinal, as relações afetivas atuais apontam para uma nova masculinidade, além de uma fluidez de gêneros e questões sobre a monogamia. "A pergunta é: o amor se sustenta na liberdade?", questiona a atriz, no que é seguida pelo seu colega de palco. "O texto da peça trata do desgaste das relações, especialmente nesta fase pós-pandemia, ou seja, depois de um período de intimidade intensa que tanto gerou quanto dissolveu casamentos", observa Gianecchini, que também é produtor do espetáculo.

A pandemia, aliás, serviu para Farjalla maturar o projeto – depois da decepção amorosa, ele começou a rascunhar o espetáculo, mas o trabalho foi interrompido pela mudança radical provocada no mundo pelo vírus da covid-19. "Quando a situação começou a melhorar e o Reynaldo me procurou em busca de uma nova peça, apresentei essa ideia e ele, para minha surpresa, aceitou de imediato."

> **Reflexões**
> **Texto da peça trata do desgaste das relações no pós-pandemia, segundo a atriz Tainá Müller**

Farjalla é um encenador inquieto, que busca sempre acrescentar elementos originais a seus espetáculos. Em *Brilho Eterno*, ele abandona momentaneamente o estilo barroco que marcou trabalhos anteriores (como *Doroteia*, de 2017, *Senhora dos Afogados*, 2018, e *O Mistério de Irma Vap*, de 2019) para ressaltar a arte teatral. "Rompi, aqui, com as estruturas e criei um espetáculo que não é inteiramente realista."

De fato, ainda que a concepção de figurinos casuais (criados por ele) e objetos de cena remontem a um olhar mais realista, o diretor baseou-se na Caixa de Pandora para dar forma às suas criações. "Dali, saem desgraças, mas também sobra esperança", comenta ele, apoiado pela cenografia de Rogério Falcão, que trava um diálogo com a luz desenhada por César Pivetti e a música original de Dan Maia.

Em sua disposição de homenagear o fazer teatral ("Especialmente neste momento delicado, em que os artistas buscam se recompor depois da pandemia"), Farjalla expõe as entranhas do teatro, abolindo os bastidores. Também os atores manipulam o cenário, "fazendo a ação acontecer". "O texto não é apresentado de forma cronológica e há momentos, como a dança cósmica, em que o som revela sua importância para narrar a história."

O filme de Michel Gondry passou a ser uma referência citada pelos personagens. "Mas a essência do longa está ali: um quebra-cabeça para ser montado pelo espectador seguindo sua sensibilidade", diz Gianecchini. "Ao final, Jesse e Celine revelam-se duas pessoas machucadas e se encontram na carência", define Tainá. ●

Brilho Eterno

Teatro Procópio Ferreira. R. Augusta, 2.823. 6ª, 21h. Sáb., 17h e 21h. Dom., 18h. R$ 70 / R$ 180. **Até 12/6**